

CARLOS LESSA

O CONCEITO DE POLÍTICA ECONÔMICA:
Ciência e/ou Ideologia?

Tese de Doutorado
apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas

BIBLIOTECA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNICAMP

Unidade de Filosofia e Ciências Humanas

Campinas

1976

A

Jesus Soares Pereira, Cidadão Exemplar

'In Memoriam'

Para

Martha, Cidadã Paciente

Ao terminar este trabalho, quero manifestar a

* Jorge Miglioli,

pelo gesto amigo;

* Maria da Conceição Tavares
Sulamis Dain
Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo
João Manuel Cardoso de Mello,

pelo alento;

* meus colegas do Instituto,

pelo convívio

* José Rodrigues da Silva Filho
Cecília Branco de Miranda,

pela revisão primorosa;

* Raymunda Ephygenia Praxedes Ramos
Maria de Lourdes dos Anjos
Marilza Costa Pereira
Nancy do Couto Luz,

pela provação com os originais;

* Sílvia Branco de Miranda
Marcia S. Malafaia
Paulo Cesar Teixeira
Alvaro Vasco Ribeiro de Lessa,

pelos bons préstimos;

* meus filhos,

pelo carinho;

* UNICAMP,

pela viabilização do projeto;

a Minha Gratidão.

"Qualquer um que escreve um livro, por mais sombria que sua mensagem possa ser, é necessariamente um otimista. Se os pessimistas realmente acreditassem no que dizem, não haveria sentido em dizê-lo.

"Os economistas da Escola do - 'Laissez-faire' pretenderam abolir o problema moral demonstrando que a busca do auto-interesse por cada indivíduo resulta no benefício de todos. A tarefa da geração atualmente em revolta é reafirmar a autoridade da moralidade sobre a tecnologia; a missão dos cientistas sociais é auxiliá-la a ver quão necessária e difícil essa tarefa vai ser."

(JOAN ROBINSON) *

*In "Freedom and Necessity".

Í N D I C E

	Pg
I - TEORIA E POLÍTICA	
- Introdução.	1
- 1. Robbins - A promessa de tranquilidade epistemológica ou a queda no vazio.	6
- 2. A cândida transposição da fórmula robbinsoniana.	18
- 3. Ainda o formalismo - Uma ronda circular no vácuo.	44
- 4. Uma vez formalismo, sempre formalismo; formalismo até morrer. - O 'opus magnum' do positivismo. - A Economia do Bem Estar ou a prova de um mini/max conhecimento/esforço.	58
- 5. A 'caixa preta' das perdas ilusões.	89
 II - DA UTOPIA À MEGALOMANIA	
- Introdução.	118
- 1. O tempo das utopias.	123
- 2. A dolorida tomada de consciência da nova etapa de desenvolvimento do capitalismo.	166
- 3. A idéia de controle.	219
- 4. A 'Teoria Geral' de Keynes Uma receita sob medida e a mecanização da Política Econômica.	272
- 5. A História Econômica como projeto: planificação e megalomania.	364
 III - NEM TODOS SÃO TÃO CÂNDIDOS	
	427
 BIBLIOGRAFIA	
	519

PARTE I

TEORIA E POLÍTICA

"Lasciate ogni speranza, voi
ch'entrare!"

(DANTE)

Vamos tentar reconstruir o debate contemporâneo, sobre o conceito de política econômica. Não pretendemos realizar uma reconstituição integral e uma sistematização-exaustiva. Ao nível do que conhecemos, suspeitamos ser uma tarefa inexecutável. cremos, entretanto, ser possível uma perfilação dos alinhamentos principais cuja disponibilidade para a reflexão tem, pelo menos, o mérito de evidenciar o estado de perplexidade que prevalece sobre o tema. Esse é o nosso propósito.

Penetramos em uma floresta tropical: escura, árvores e arbustos repletos de parasitas, entranhadas de trepadeiras e ausente de sendas seguras. Exuberante, caótico, resistente, o emaranhado conceitual e epistemológico da economia política; teoria econômica; análise econômica; ciência econômica; economia; política econômica; ciência dedutiva e/ou empírica; positiva e/ou normativa; economia (taxonomia ou teoria?); meta-teoria; tratamento lógico formal e/ou dialético;

qual a inferência instrumental válida ?; economia reduzida à política econômica; economia e política econômica territórios lindeiros, superpostos ou países distantes com línguas diversas; ideologia e/ou ciência; política econômica como economia aplicada, como arte ou simplesmente como política; política econômica racional, científica, empírica; modelos de tipos vários etc. ...

Os textos se multiplicam, os autores se superpõem, as bibliotecas rangem. Já em 1891, Keynes pai - parafraseando Voltaire "noventa por cento das discussões são resolvidos com um dicionário" - assumia posição - "O problema de se a economia política pode considerar-se uma ciência positiva, como uma ciência normativa ou como uma arte, ou bem como uma combinação das três, é, até certo ponto somente uma questão de nomenclatura e qualificação" ¹; adotava uma posição cética, bem antes do tumulto terminológico atual.

Buscando a saída, caminharemos em círculo, desorientados retrocederemos sobre nossos passos, pisaremos em terra fofa, tropeçaremos em raízes, ouviremos os sedimentos rangem em nosso caminhar vacilante. Em busca de rumo deveremos subir na árvore mais alta. Porém, qual a árvore mais alta? Penetramos na selva movidos pela curiosidade do viajante ingênuo e seduzido pela beleza da floresta vista de longe. Agora, em seu interior, sabemos de seu mofo, de sua umidade, de sua falta de luz. Onde é perspectiva magnífica?

Coisas pegajosas, terrenos traiçoeiros e escorregadios, insetos zumbidores e sugadores. Nela estamos. Inexperientes, não sabemos buscar alimento; famintos aproveitamos

¹ KEYNES, J. N. "Scope and Method of Political Economic". Londres, Macmillan, 1891, pg. 36.

tamos apenas uma pequena fração do que ela nos oferece. Não fomos graduados por um "curso de sobrevivência na selva". Pelo contrário, nos foi dito que era um bosque bucólico e ameno.

Os seres da floresta; criaturas zumbidas, moles, peludas e sugadoras; atordoam, enojam, amedrontam e incomodam. Realmente, entramos na floresta com o livro do Prof. SAMUELSON, "Introdução à Economia", e a boa vontade de um escoteiro que acampa sob os manes de Baden Powell. Nela estamos.

Recuar ou avançar é opção sem sentido. A floresta tropical com seu rápido processo de reconstituição apaga nossas pegadas. A busca de clareira ou de melhor terreno motiva nosso caminhar e a esperança sempre renovada mantém o ânimo. Progressivamente, e a duras penas, ganharemos experiências como mateiros, encontraremos melhor alimento, o olhar à meia luz aguçarã nossa visão; zumbidos e picadas incomodarão menos. Vivências de nuances, odores e sons ganharão para nós significado.

É possível que não encontremos saída da floresta, apesar dela admitir várias. Essa hipótese não é amedrontadora. Se nossa metamorfose ocorrer, temos um sistema para nos orientar na selva - saberemos subsistir. Estaremos posicionados e com olhar conhecedor veremos árvores magníficas e nos restará sempre uma vida de mateiro que talvez, algum dia, encontre uma das saídas.

o esforço por apreender o debate conceitual sobre política econômica certamente cometerá injustiças em algum enquadramento particular. Sem tentar atenuar nossa responsabilidade atribuímos, em parte, a culpa aos próprios autores que frequentemente não se preocuparam em clarificar posições respectivas e luzem um ecletismo, por vezes, desorientador; e/ou sequer enunciam explicitamente respectivas posições.

Na perfilização aqui tentada as referências aos autores são incluídas antes, como um primeiro esforço de ilustração das posições no "mercado", do que um rigoroso enquadramento do autor em uma determinada posição após sua exaustiva apreciação particular.

Procuraremos uma primeira aproximação à colocação das distintas posições assumidas sobre o conceito de política econômica situando-as em relação a um esquema de referência. Esse esquema será buscado em relação à "ciência oficial". Aqui entendemos por "ciência oficial": o conjunto de construções intelectuais, que está orientado a servir ideologicamente, de forma apologética e/ou mimetizado sob a roupagem científica, à defesa do "status quo"; e/ou propor uma operatória intra-sistema para aumentar sua eficácia. Os limites dessa categoria são relativamente imprecisos, pois, inclusive, compreendem proposições e demonstrações da necessidade de a perfeição do sistema, abrangendo posições reformistas, aparentemente radicais. Por outra parte, a busca, hipertrofiada, de uma operatória pode levar capítulos da "ciência oficial" a um certo descompromisso com um determinado sistema. Finalmente - isto é trivial - a posição de "ciência oficial" evolui em correspondência às transformações que sofre o sistema do qual é servidora em sua evolução histórica.

A escolha de linha de "ciência oficial" como princípio organizador de nossa tentativa de apreciação não estabelece, entretanto, um corpo central claro e rigidamente perfilado. Na verdade, beneficiada pelos europeus, a "ciência oficial" é dilacerada pela dúvida. Para congelar a história como promessa de transformação é obrigada a prodigiosos malabarismos, tem problemas sérios de conciliação entre seus dois cometidos; frequentemente a apologética não é compatível com a operatória; a Academia é uma nave cobijada e seus tripulantes são fortemente competitivos; nenhum sistema é homogêneo, seus grupos dominantes são diferenciados, gerando modulações de conteúdo na "ciência oficial". Como a história

5

não se detém, as realidades e exigências do sistema impõem revisões periódicas no corpo científico oficial.

A "ciência oficial" reage com defasagem em relação àquelas alterações, resistindo a frequentes revisões e reajustes. Ao querer estabilizar a história colide com seu movimento, e desta colisão sucedem tremores e terremotos no terreno oficial. A simples sucessão de denominações: economia política, ciência econômica, teoria econômica e análise econômica, mostra nas transposições semânticas a inquietude da "ciência oficial". Essas "revoluções" no dicionário refletem modalidades de desempenho da "ciência oficial" frente a seu duplo cometido e são de alta significação como mudanças nos ângulos de abordagem do econômico.

SEÇÃO I-1

ROBBINS - A PROMESSA DE TRANQUILIDADE EPISTEMOLÓGICA OU A

QUEDA NO VAZIO

"Nada contribui tanto à paz da alma como não ter nenhuma opinião".

(LICHTENBERG)

Para o objetivo desta seção, Robbins fornece um marco de referência de grande utilidade para o posicionamento dos conceitos de política econômica em voga. No terceiro quartel do século XIX a "ciência oficial" atravessava uma fase de reajuste. O pensamento clássico e o neo-classicismo coexistiam na tribuna. O primeiro em processo de aposentadoria honrosa, o segundo conquistando os títulos da dignidade acadêmica.

Em 1875, CAIRNES, em "The Character and Logical Method of Political Economy", propõe uma delimitação do objeto da economia e programa de trabalho científico, que preserva algo da tradição clássica ao dizer: "O que a Astronomia serve para os fenômenos dos corpos celestes; o que a Dinâmica serve para os fenômenos do movimento; o que a Química

serve para os fenômenos das funções da vida orgânica; o que a Economia Política serve para os fenômenos da riqueza: propõe as leis segundo as quais esses fenômenos coexistem e se relacionam entre si; ou seja, expõe as leis dos fenômenos da riqueza".¹ Em 1874 WALRAS, em seus "Elements d'Economie Politique Pure", apresentando a formalização de seu sistema de equilíbrio geral, peça-síntese do neo-classicismo, diz: "A economia pura é, na essência, a teoria de determinação dos preços, num regime hipotético de concorrência absolutamente livre". Ponto e contra-ponto: a busca das leis da produção e repartição da riqueza e a assepsia da determinação das condições de equilíbrio.

MARSHALL, o mestre do equilíbrio parcial, publica em 1890 os seus "Principles of Economics" que em sucessivas edições revisadas pelo autor serão até o início dos anos vinte, as bíblias neo-clássicas. Na 8a. edição (1920) abre o texto com: "A Economia Política ou Economia é o estudo das atividades do homem nos atos correntes da vida; examina aquela parte da ação individual e social que está mais intimamente relacionada com a consecução e uso dos requisitos materiais do Bem Estar. Assim sendo, é, por uma parte um estudo da riqueza, e por outra - sendo esta a mais importante - um aspecto do estudo do homem".² A síntese marshalliana contém fortes reminiscências clássicas.

A ênfase de CASSEL no princípio da escassez e sua rejeição de qualquer teoria do valor aparecem em 1918: "A economia é dominada pelo princípio da escassez. Posto que os meios para satisfazer as necessidades existem somente em forma escassa, as necessidades devem ser limitadas e a

1 Citado por STARR, W. em "The History of Economics in its Relation to Social Development". Trad. Esp., México, F.C.E. 1961, pgs. 86/7.

2 MARSHALL, A. "Principles of Economics". Londres, Macmillan, 8a. Ed., 1920, pg. 3.

procura e o atendimento da procura reduzir-se, até o ponto em que os meios existentes bastem para satisfazer as necessidades. O princípio de escassez consiste pois, para a economia de troca, na necessidade de coordenar o consumo com um abastecimento escasso de bens. Esta é a tarefa de formação de preços".³ "A economia deve ser uma ciência que se ocupe das quantidades e de suas relações mútuas e das condições de equilíbrio concebidas quantitativamente".⁴

Vemos a "ciência oficial" entrar no século XX transportada em três vetores: a economia como atividade do homem que contribui para seu bem estar material; a economia dominada pelo princípio universalizante e atemporal da escassez; a economia orientada à investigação dos sistemas de forças em equilíbrio.

ROBBINS recolhe aqueles vetores e propõe uma definição para a ciência econômica que, a seu ver, lhe conferirá rigor epistemológico definitivo: "A economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos".⁵ ROBBINS considerou que sua definição de campo de reflexão para a economia superava o incomodo problema classificatório, subjacente nas contemporâneas definições de economia, entre atos contribuintes e não contribuintes para o bem estar material em torno de um 'obscuro' e pouco rigoroso território da 'riqueza'.

3 STAVENHAGEN, G. "Geschichte der Wirtschaftstheorie". Trad: Esp, Buenos Aires, El Ateneo, 1959, pg. 270.

4 CASSEL, G. em "Theory of Social Economy". 1918, pg. 61.

5 ROBBINS, L. "An Essay in Nature and Significance of Economic Science". (1932) Trad. Esp, México, F.C.E., 1944, pg. 6.

Haveria, segundo ele, uma pergunta de in possível resposta pelas contemporâneas conceituações classificatórias disponíveis que buscavam distinguir "o econômico" - de 'não econômico': A pergunta paralisante seria: "Como se divide o tempo e os meios entre as atividades 'econômicas' e 'não econômicas'?" Esta pergunta sempre remete ao Bem Estar, e qualquer resposta colocaria, a seu ver, 'sub judice' da economia o universo dos atos humanos.

Aquela parecia, para ROBBINS, em sua 'demarche', uma conclusão inexorável no momento em que o neo-classicismo - 'ciência oficial' - colocava o problema da utilidade e desutilidade do trabalho, renda, etc... como categoria central para a determinação do equilíbrio. Sendo, - pois, o conjunto de atos humanos interrogável pela economia, não haveria território classificável de econômico, mas sim, um aspecto econômico a analisar em toda atividade humana. A riqueza com o atributo essencial da escassez e a busca do Bem Estar involucrariam sempre uma articulação fim-meios ; a natureza e as condições para essa articulação eficiente, - eis o aspecto e a meta científica da economia. ROBBINS propõe uma meta que supõe compatível com o desejo de máxima racionalidade em toda e qualquer ação humana. O homem sempre opta pela mais eficiente articulação fim-meio, independente do tempo e do espaço. A reflexão sobre o econômico, no domínio privilegiado por ROBBINS, coloca a economia com uma missão: atender à 'demanda' de eficácia inerente a toda ação humana. Essa 'demanda' a ser atendida pela análise econômica está fundada na escassez de meios.

O núcleo da economia: 'escassez abstrata', coisa simultaneamente útil e limitada em relação à necessidade. Longe se está do objetivo de desvelar as leis sociais da produção e repartição da riqueza.

Escolhemos a rigorosamente vazia definição robbinsoniana porque a consideramos marco significativo de um longo processo de erosão e encurtamento das ambições cognitivas da economia política como ciência.

Os grandes clássicos laboriosamente operaram reduções teóricas orientadas à construção de sistemas teóricos explicativos do capitalismo, desvelando sua estrutura e movimento. O pensamento neo-clássico liberal de Nassau Senior e Marshall erodiu a construção, empobrecendo-a; propondo para a economia o papel de um instrumento para a descoberta do conhecimento. E não mais, 'por' o conhecimento. O marginalismo renunciou a desvelar as leis de produção e repartição do sistema para construir modelos de equilíbrio parcial e geral.

Na medida mesma em que a história foi negando a aderência ao real de suas construções, o neo-classicismo foi propondo para seus modelos um valor heurístico e axiológico: a montagem de estrutura formal a partir de suposições sobre condições iniciais e a proposição de axiomas de comportamento como esquema de referência. Esta erosão da proposta epistemológica da Economia Política tem um marco em ROBBINS. Não porque nesta data se infletisse o processo corrosivo, apenas porque o livro de ROBBINS acontece numa data em que o capitalismo enfrenta sua maior crise. No momento em que a perplexidade do neo-classicismo é máxima, ROBBINS propõe o vazio do formal e do universal. - Fuga do real mais perfeita, impossível.

Veremos mais adiante que o processo de erosão continuou atingindo a economia que para certa corrente aceita, atualmente, o "status" pré-científico de "caixa preta" de instrumentos teóricos, consolando-se com o "poder de predição" dos modelos.

Estranho destino da Economia Política, como "ciência oficial". Admite-se, frequentemente, que o desenvolvimento histórico de uma ciência caminha de fragmentos para regularidades empíricas a construções parciais e, finalmente, a atingir a Teoria como explicação de um sistema ou ordem de fenômenos. A Economia Política como "ciência oficial" tem seu grande momento teórico ao nascer, perdendo, posteriormente, substância ao longo de dois séculos, estando na atualidade encolhida na posição de "caixa de instrumentos". - Esta é uma triste história a relembra em nossa caminhada pela selva da política econômica.

O neo-classicismo, pela vertente ou vertigem do estudo do equilíbrio, chega com ROBBINS ao universal e estritamente formal. Existe um aspecto econômico em toda a atividade humana. Cabe analisar esse aspecto, essa dimensão. Na articulação fins-meios está a problemática da escolha, da opção. Sendo racional o homem, e por agregação a sociedade, a escolha deve ser eficiente. O problema de cada sujeito e qualquer sociedade é maximizar um determinado resultado, condicionado a uma dada disponibilidade de meios. E Napoleoni, comentando ROBBINS, assinala as condições necessárias e suficientes para o adjetivo econômico: fins variados, fins hierarquizados, meios limitados e meios com usos alternativos. ⁶

A opção é considerada agora o único princípio unificador em economia. A definição de ROBBINS ao situar a economia com a ciência da ação humana implica em uma sequência de derivações. Em primeiro lugar, a análise econômica é totalmente neutra quanto aos fins. Ao centrar-se sobre uma articulação eficiente dos meios, ela é positiva (doce ilusão) no sentido de que é isenta de juízos de valor (embutidos nos fins); sobre os quais não se pronuncia, apenas os aceitando como dados.

⁶ NAPOLEONI, C. "Il Pensiero Economico del '900'", Trad. Port., Lisboa, Presença, s/d., pg. 32.

Em segundo lugar, a análise econômica é dedutiva. Enquanto investigação teórica, ela deduzirá proposições a partir de postulados universais admitidos aprioristicamente. As proposições deduzidas serão necessariamente verdadeiras e despojadas de conteúdo empírico. Em terceiro lugar, se distingue claramente a contribuição técnica da contribuição da análise econômica. O conhecimento técnico atesta a idoneidade dos meios para atingir os fins. A economia aceita o atestado e avalia os meios em relação à sua escassez frente aos fins escolhidos.

O formalismo e o apriorismo de ROBBINS fo
ram imediatamente contestados.

SELIGMAN resume este nível de contestação:
"O melhor que poderia se dizer da apresentação metodológica de ROBBINS é assinalá-la como um rigoroso exercício de formalismo econômico, porém uma apresentação que impede ao economista falar de problemas importantes. A escolha se converte em um ato abstrato de comportamento; não é possível um juízo autêntico - porque não se permite nenhum comentário de como está condiçãoada a escolha. Tal como assinalou Launcelot Hogben (1933), o juízo racional sobre a escolha requer muito mais conhecimento, do que os economistas estão dispostos a admitir. Talvez seja esta a razão pela qual se definia a escolha como escolha. O resultado é uma formulação tão geral da ciência econômica que o equilíbrio é, simplesmente, um equilíbrio de forças. E a ciência econômica se converte em um tipo especialmente pervertido de escolástica, uma 'desértica dialéctica de escassez' confessadamente livre de conteúdo substantivo. Em resumo, ROBBINS quis criar uma economia tão precisa em definição e conteúdo, tão formal, que ameaçou sua pretensão de "status científico".⁷
- O que não impediu ROBBINS de ganhar o título de Lord. Pistas para a solução deste mistério serão mais adiante fornecidas.

7 SELIGMAN, B.B. "Main Currents in Modern Economics - Economic Thought since 1870". Trad. Esp., Barcelona, Oikos, 1966, - pgs. 630/1.

MORGENSTERN em 1937 reclama pelo conteúdo empírico contra a posição de ROBBINS: "Os poucos autores que negam à economia o caráter de ciência empírica em uma tentativa por atribuir a esta o valor superior de ciência 'a priori', se defrontam com uma dificuldade pouco invejável, porque, de um lado, não podem nem desejam negar os progressos de teoria, porém, de outro lado, vêm em tais progressos um grave desafio à validade de conclusões relativas a política econômica formulada, baseando-se nestas proposições denominadas 'a priori'. Uma economia teórica 'a priori' não existe".⁸

A crítica ao formalismo de ROBBINS é colocada com precisão por GODELIER: "A economia não é mais um domínio particular da vida social mas se apresenta... como um aspecto de toda a atividade humana com a condição de que esta procure 'economizar' seus meios. Toda a atividade dirigida-se torna de direito econômico ou, pelo menos, já o é em essência; portanto, nenhuma o permanece de fato e a Economia Política se dissolve numa teoria geral da ação na qual nada a distingue das teorias do político, do religioso, etc".⁹ Com ROBBINS estaria, pois, concluído um longo processo de "asepsia" do econômico iniciado na segunda metade do sec. XIX.

ROBBINS, entretanto, não se manteve restrito ao nível exclusivamente formal. Ao colocar a Economia como ciência dedutiva construída em função de postulados universais admitidos aprioristicamente, impôs que os postulados fossem selecionados em função do senso comum. Adota da teoria do consumidor como postulada a existência de preferências hierarquizáveis, prescindindo, explicitamente, do apoio de qualquer teo

8 MORGERSTERN, O. "The Limits of Economics". Londres, Hodge, 1937, pg. 144/5.

9 GODELIER, N. "Rationalité et Irrationalité en Economie" Trad. Bras., Rio de Janeiro, Tempo Universitário, s/d., pg. 22.

ria psicológica; e da teoria da produção, admite como postulados fundamentados no bom senso, a existência de distintos fatores de produção e a lei dos rendimentos decrescentes. Ainda que supusesse adotar tais proposições, solidamente apoiadas no bom senso e despojadas de conotações axiológicas, ROBBINS operava ao aceitar esses postulados: dicotomia consumidor/produztor, preferências (indicando fins), a tríade de fatores de produção e rendimentos decrescentes (como meios) - em seu núcleo essencial: a ideologia neo-clássica.

Apesar de vazia e duramente criticada por seus colegas neo-clássicos, existiu e existe e, tudo indica, existirá uma legião de robbinsonianos. Isto porque, como assinou LOWE: "...só existe um conjunto de micro-objetivos modais ou diretrizes para ação compatível, com os padrões de ação formulados pela lei de oferta e da procura" e "...esses objetivos modais não podem ser modificados por qualquer preocupação com objetivos finais, sejam eles o prestígio baseado no consumo conspícuo, a preferência pelo 'status quo' de abastecimento ou qualquer outra fonte de 'satisfação' ".¹⁰ Qual é esse conjunto? LOWE esclarece: "...o título sob o qual esses micro-objetivos modais aparecem (como consenso da teoria clássica e moderna do mercado) passou por várias modificações - desde o clássico 'desejo de melhorar a própria situação', ao 'motivo-lucro', ao princípio da maximização etc... iremos incluir essa diretriz dúplíce para a ação - maximização e minimização - no conceito mais amplo de 'princípio do extremo'.¹¹

10 LOWE, A. "On Economic Knowledge: Toward a Science of Political Economics". Trad. Bras., Rio, Zahar, 1969, pg. 52.

11 Idem, Ibidem, pgs. 52/3.

LOWE mostra que o 'princípio do extremo' é fascinante devido a seu formalismo e por dispor um suporte para a determinação de soluções, (claro que são necessárias outras condições). A imensa acolhida da definição robbinsiana, apesar de suas claras vulnerabilidades, corresponde como uma luva para a mão a todos os que constroem a teoria econômica como esquema de equilíbrio estático. Sendo formal e correspondendo a uma necessidade lógica de muitos pensadores, na medida em que a economia - como Pôncio Pilatos, lave as mãos quanto aos fins - a fórmula robbinsoniana admite múltiplos conteúdos e tem tudo (ou nada) para agradar a gregos e troianos.

Um arqui-liberal quimicamente puro, como Von Mises, que reduz a economia a duas ciências complementares: a praxeologia - ciência da ação humana - e a catalática - ciência dos fenômenos do mercado - é um robbinsoniano entusiasta.

Escutemos VON MISES: "O objeto da praxeologia consiste em investigar as categorias da ação humana. Para mentalmente apreender quantos teoremas praxeológicos existem, basta ao interessado ter presente a essência da ação humana... para cabalmente compreender os teoremas não se requer necessidade de nenhuma experimentação... Devemos nos concentrar e refletir sobre a estrutura da ação humana. Como o lógico e matemático, o conhecimento praxeológico está em nosso interior; não nos vem de fora... É um erro pensar que existe uma via histórica para abordar o estudo econômico, tanto como pensar que exista uma economia puramente teórica. Existe a economia de uma lado e a história econômica de outro. Nunca devem ser confundidas entre si ambas as disciplinas. Todo teorema econômico é válido e exato quando concorrem as circunstâncias previstas por ele... A praxeologia - e portanto a economia - é uma disciplina de índole dedutiva. Sua procedência lógica se deriva da base da qual parte em suas deduções: a categoria da ação...". 12

12 VON MISES, L. "Human Action". Trad. Esp. Madrid, Sopec, 1967, pg. 96/102, 'passim'.

No outro extremo, Lange - um socialista por coração e um neo-clássico por reflexão - também se alista na legião robbinsoniana. LANGE nos ensina: "A atividade econômica dos homens é uma atividade consciente e intencional... Os estímulos econômicos determinam os objetivos da atividade econômica, e a reação a esses estímulos consiste na adoção de meios servindo à realização desses fins. A atividade econômica consiste, por conseguinte, em realizar objetivos definidos recorrendo a determinados meios".¹³ Lange, após ensinar que no capitalismo, ao nível da empresa, surgiu a racionalidade microeconômica, coloca que no socialismo essa racionalidade se amplifica para o todo social. Esta passagem - onde enuncia sua opção ideológica - permite que anuncie o império do princípio de racionalidade econômica, assim definido: "Este princípio verifica que o grau máximo de realização do fim é obtido agindo de maneira a ter, para um dado gasto de meios, o grau máximo de realização do fim, ou ainda, de maneira a gastar para um dado grau de realização do fim, um mínimo de meios".¹⁴ "Uma vez que a racionalidade é hoje o traço característico de muitos setores da atividade humana, surgiu um problema: descobrir o que é comum a todos os setores da atividade racional. Foi assim que nasceu a ciência da atividade racional: 'Praxeologia'... Pode-se também definir a Praxeologia como sendo a lógica da atividade racional".¹⁵

ROBBINS, como comandante da Legião Estrangeira, sob a bandeira de formalismo, recruta e 'unifica' uma

13 LANGE, O. "Political Economy", Trad. Port., Rio, Fundo de Cultura, 1963, pg. 139.

14 Idem, Ibidem, pg. 155.

15 Idem, Ibidem, pg. 139.

tropa de tão díspar motivação: Von Mises e Lange marchando juntos (fascinante espetáculo).¹⁶

Ao fascínio do formal agrega-se o poderoso "sex appeal" do operacional: à primeira vista a fórmula robbinsoniana permite a "profissionalização" da reflexão econômica. GODELIER registra: "A teoria formal vê na fecundidade da Pesquisa Operacional, que tanto aperfeiçoou, nestes últimos anos, os instrumentos práticos da gestão econômica, o testemunho de sua evidência apolítica... mas a Pesquisa Operacional não é um ramo da Economia Política, é um conjunto de processos matemáticos que permitem maximizar ou minimizar o valor de uma função-objetivo... Os resultados mais importantes sobre a gestão racional da empresa vieram dos economistas, matemáticos ou engenheiros que exploraram as possibilidades de análise oferecidas por um certo número de instrumentos matemáticos antigos (cálculo infinitesimal) ou mais recentes (programação linear, não linear; teoria dos jogos; etc)".¹⁷

Não é pequeno o apelo de uma operacionalização - profissionalização realizada sob a égide da ciência robbinsoniana. Permite ao economista vestir a roupa de modesto e responsável operador, com a etiqueta de ciência; permite a sensação de sentir-se engenheiro; permite escapar de bizantinos debates ou de sua alternativa inquietante: tentar ver o todo; - delimita um campo de atuação. Um preço: abrir mão de sua faculdade crítica. Muitos consideraram isso um bom negócio; muitos, certamente, considerarão, no futuro, isso uma pechincha. Sempre haverá mercado para Lord Robbins.

16 LANGE nessa obra declara não fazer parte da legião robbinsoniana. Apresenta o polonês Kotarbinsky e o soviético Slucki como seus inspiradores, bem como renega qualquer campanheirismo com Von Mises. (Cf. op. cit. pg. 348.)

17 GODELIER, M. op. cit. pgs. 23 e 45. Fizemos alguns ajustes formais nos trechos citados.

SEÇÃO I-2

A CÂNDIDA TRANSPOSIÇÃO DA FÓRMULA ROBBINSONIANA

"...e São João Evangelista, embora tenha visto muitos monstros, nunca viu nada de tão estranho quanto um de seus comentadores."

(CHESTERTON) *

A fórmula robbinsoniana, centrando o econômico na racional (eficaz) articulação fim-meio, esvazia a dimensão crítica da Economia Política em uma "desértica dialéctica da escassez". O formal e o operacional exercem poderoso fascínio - o "bom negócio" é atrativo. Pensadores como mariposas esvoaçam ao redor de seu fascínio. Ainda que queimem com muita rapidez suas asas - existe uma armadilha no território supostamente neutro dos meios - isto não impede a lâmpada assassina de, continuamente, atrair novos bandos de lepidópteros-pensadores.

O verbete Política Econômica, no Dicionário de Economia Política de Silvio Bocchi, assim coloca o conceito: "A Política Econômica é aquela parte da ciência econômica que estuda as formas e efeitos da intervenção do Estado na vida econômica com o objetivo de alcançar determinados fins. Portanto,

* Retirada de "A Ética no País das Fadas".

segundo esta definição, a política econômica: a) não se distingue conceitualmente da ciência econômica cujos métodos de análise e esquemas lógicos aplica; b) estuda as formas e efeitos da intervenção do Estado na vida econômica com vistas a esclarecer se ditas intervenções foram, ou serão, aptas para alcançar os fins que o Estado pretendia ou pretende conseguir por seu intermédio; c) adota tais fins como os dados do problema sobre os quais crê que não deva emitir um juízo moral, político, ou, em resumo, extra-econômico. Assim concebida, a política econômica é a igual que a ciência econômica, uma ciência de teoremas ou uma filosofia do "possível". Consiste, com maior precisão, em um conjunto de uniformidades ou leis relativas à situação do Estado".¹

Porém, não é apenas a leitura de verbetes dicionários que conduz ao "harakiri" intelectual. Ele é proposto com a maior seriedade no manual padrão dos cursos de direito e de introdução à economia das escolas francesas. RAYMOND BARRE propôs a seguinte jóia de pensamento, em 1956: "... a partir da definição - a economia política é a ciência da administração dos recursos escassos dentro de uma sociedade humana - que sustentamos, é possível precisar o campo e o conteúdo da Economia Política. Compreende quatro séries de operações 1::: 2::: 3. A orientação da política econômica em função de certos objetivos políticos ou sociais. O economista não tem, como tal, que pronunciar-se sobre estes objetivos. Deve assumi-los como dados e pode, então, com tanta objetividade e diferença como se se tratasse de outra matéria, formar juízos de concordância ou não concordância entre um fim e uma instituição, e de conveniência ou inconveniência entre este fim e os meios a empregar...".²

¹ BOCCHI, S. "Dizionario de Economia Política". Milão, Editorial Castilla, 1956, pg. 1353. A definição de Política Econômica do "Dizionario de Economia Política". Org. por Cláudio Napoleoni, Milão, Ed. di Comunità, 1956, é absolutamente idêntica à de Bocchi. Na Itália, onde a tradição da cátedra de Política Econômica é mais antiga, parece ser esta a definição oficial. Também Di Hardi, G. "Lezioni di Economia Política". Bari, 1950 conunga da mesma definição.

² BARRE, R. e MARCHAL, A. "Economie Politique". Presses Universitaires de France, 2a. Ed., 1950, Tomo 10, pgs. 31/2.

As duas conceituações citadas transpõem capadidamente a fórmula robbinsoniana para a política econômica. Esta é a ação do Estado: um agente; logo, persegue fins e dispõe de meios. Como qualquer agente, pretende ou deveria pretender a racionalidade: logo, está, ou deveria estar, interessado na articulação eficiente fins-meios. Para isso estamos aqui. Somos especialistas em ação eficaz. Como modestos operadores - não nos pronunciamos sobre os fins - porém, sobre a eficaz articulação, muito temos a dizer.

Existe um pequeno problema e para situá-lo escutemos TORRES, outro robbinsoniano: "Vimos que a natureza das coisas cindiu horizontalmente a atividade econômica pública e criou, assim, uma divisão do trabalho que se manifesta em duas posições nitidamente distintas: a fixação dos fins, que compete ao político, e a descoberta dos meios ou medidas para lograr sua consecução, que é tarefa do economista. Porém, esta cisão não formou dois compartimentos estanques, porque, por ser uno a problema econômico, deve haver entre aqueles compartimentos, ao menos certas zonas permeáveis à influência recíproca... A Teoria da atividade econômica-pública pode ser elaborada desde muitas perspectivas, porém a mais direta consiste em considerá-la como um aspecto e o mais importante da coordenação econômica. Em realidade, os problemas fundamentais que tem que resolver são problemas de coordenação. De coordenação dos fins e de coordenação dos meios".³

Torres captou - ainda que confusamente - algo que escapou a Bocchi e Barre. O Estado persegue fins e dispõe de meios. A articulação fins-meios ao nível do Estado coloca um problema de "coordenação" dos fins e de "coordenação" dos meios.

³ TORRES, M. "Teoria y Prática en la Política Económica". Madrid, Aguilar, 1955, pg. 23/4.

Robbins, como um liberal às antigas, propõe sua definição, tendo presente os agentes do ideário micro-econômico neo-clássico: o consumidor, a empresa, o proprietário de fator de produção, etc. Não pensou na ação eficaz do Estado, pois, como liberal às antigas, pensa o Estado como um mal necessário cuja atuação no econômico deve ser a mínima necessária, se bem que seu papel como instituição mantenedora das regras do jogo seja vital. ⁴ Qual o jogo a ser jogado? Resposta: o jogo do mercado, o livre jogo das forças de mercado. Neste jogo o Estado tem pequena - preferencialmente, mínima - substância econômica direta: sua importância é institucional, como administrador da "mão do legislador".

Quando a definição é transportada candidamente para a Teoria da Política Econômica, sem o que o Professor KNIGHT considera fundamental: "Sem uma Ética e uma Sociologia adequadas, em um amplo sentido, a Economia tem pouco a dizer da Política" - ou seja, sem a recomendação de uma mínima intervenção do Estado - surge o problema de "coordenação" de fins e meios. ⁵

Escutemos outro robbinsoniano, o Professor TAYLOR, em um parágrafo revelador: "As teorias econômicas e as normas típicas dos sistemas fascistas mal podem interessar aos economistas como tais, pois quase não tem consistência nem racionalidade sob um ponto de vista econômico. Os alvos essenciais dos regimes fascistas não são econômicos - fazer os recursos e as energias produtivas do povo (meios) serem usados ou aplicados tão eficientemente quanto possível para o fim da abundante satisfação geral de todas as necessidades humanas ordinárias - mas são, na realidade, alvos não-econômicos ou extra-econômicos, políticos, militares e sócio-culturais - para tornar

⁴ Vide op. cit. e também, do mesmo autor, "The Theory of Economic Policy". Londres, Mac Millan, 1961.

⁵ KNIGHT, F.H. "Ethics and Economic Reform". Econômica, Novembro, 1939, citado por WALKER, R. op. cit. pg. 20/1.

a economia ou sistema de todas as atividades e usos dos recursos econômicos sub-servientes à máquina do Estado e à sua máquina militar e aos vagos e variáveis fins procurados pelas autoridades em nome da vontade nacional de poder e de grandeza".⁶

Creemos que a esta altura deve o leitor estar confundido. Como considerar robbinsonianos Knight e Taylor? O primeiro reclama por uma Ética, o segundo invalida os fins do Estado fascista. Se a economia é neutra, segundo Robbins, em relação aos fins, como condenar o Estado fascista por perseguir fins não econômicos? Taylor e Knight não são robbinsonianos. Entretanto, Taylor definiu robbinsonianamente a política econômica.

Interrogando Taylor, Knight e Robbins, descobriríamos que todos estariam de acordo quanto a:

- a) os agentes micro-econômicos neo-clássicos têm um problema "econômico": a articulação fim-meios segundo o 'princípio do extremo';
- b) a "teoria" como dedução de proposições universais confirmáveis a partir de determinados princípios explicatórios que não dados imediatamente, admite que são racionais (no sentido de demandantes de eficácia) aqueles agentes, e a economia pode indicar aos supra-referidos agentes micro-econômicos como alcançar, sob determinadas condições, posições "maximizadoras" de quaisquer fins que os motivem; os agentes micro-econômicos podem optar por qualquer fim:

⁶ TAYLOR, O. H. "A History of Economic Thought", Trad. Bras. - Rio, Fundo de Cultura, 1960, pg. 510/1. Prof. Taylor é da Universidade de Harvard.

- c) desde agora antecipamos as condições para a maximização de cada um e de todos os agentes micro-econômicos: são as conhecidas condições de concorrência perfeita;
- d) o Estado é uma instituição e não um agente econômico; sendo um agente perturbaria aquelas condições, e deve ter basicamente um fim: permitir o livre jogo das forças de mercado.

Por conseguinte, Robbins, se consultado por afoitos legionários que transportam sua definição para a Teoria da Política Econômica, faria uma advertência: cuidado com a "coordenação" da ação do Estado; ele não é um agente; não autorizou esta transposição; minha conceituação somente é válida para agentes racionais: os microagentes; não é válida para um macroagente: o 'Estado', que além de potencialmente irracional com sua presença agigantada, invalidaria a racionalidade micro-econômica. Porém, suspeito que muitos de seus seguidores não fizeram a consulta. O leitor terá que ter paciência, pois, mais à frente, voltaremos a esta suspeita.

Por agora, concentremos a atenção em outros problemas subjacentes na difusão da "inovação" robbinsiana e na sua cândida transposição, mantendo como referência as definições de Bocchi e Barre.

Em primeiro lugar é notável a insistência na divisão de trabalho político-técnico. O nível político administra o poder e fixa os fins. Ao economista detentor de um conhecimento científico especializado em "economizar" meios cumpre a função neutra e objetiva de indicar a "economicidade" relativa dos meios disponíveis. O político, se racional, acolherá este conselho de especialista e escolherá o melhor meio. (Ouro sobre azul). O nível técnico conferiria, pois, uma fundamentação científico-racional à articulação fins-meios, cabendo ao político a glória e o ônus da decisão. O economista permaneceria neutro e científico e, como Pôncio Pilatos no Credo, não

contaminaria suas puras mãos. A ciência permaneceria virgem inviolada. MEYNAUD capta perfeitamente o ponto". ... a determinação dos fins da atividade governamental representa uma tarefa complexa: Está equipado o economista como tal para desempenhar um papel neste processo ? ... Poderiam alguns ... (admitir) que a vocação da ciência econômica é orientar a ação governamental e esforçar-se por dar provas disto. Porém, tomando posição como tal, o técnico compromete sua disciplina aos olhos da opinião e dos círculos dirigentes. Corre um perigo: desacreditá-la com erros e afirmações discutíveis; de qualquer modo, a converter em objeto de polêmicas. Por conseguinte, o economista tem um grande interesse em precisar os limites dentro dos quais, em sua conduta individual, pode legitimamente referir-se à ciência ou, em outros termos, invocar uma cobertura científica". ⁷

Aqui uma ética de prodigioso "sex appeal": "A doutrina da separação entre os fins e os meios, do divórcio entre a ciência e a tecnologia de um lado, e a formulação de metas e dos valores de outro"; diz BARAN: "O abster-se transferindo" é uma ética de neutralização do intelectual como crítico social. ⁸ Para o "stablishment" garante, se aceita, um intelectual bem comportado; para o intelectual, desobrigado da incômoda reflexão sobre a racionalidade de todo, alivia sua consciência de operador intra-sistema, preocupado, unicamente, com a eficácia do segmento em que atua. Ele está com a ciência que, como antiga vestal, lhe permite fazer qualquer coisa exigida sem que lama nenhuma venha a enodoá-lo. SNOW, citado por Baran, diz: "... os que desejam salvar-se dizem: nós produzimos as ferramentas, aqui nos detemos. A

7 MEYNAUD, I. "L'Élaboration de la Politique Economique" - Trad. Esp., Madrid, Technos, 1961, pg. 122.

8 BARAN, P. "A Missão do Intelectual". Monthly Review, Fev. 1961.

vocês, o resto do mundo, os políticos, corresponde dizer como utilizar-se-ão essas ferramentas. Podem usá-las para fins considerados maus pela maior parte de nós. Sendo assim, o lamentamos. Porém, como cientistas, isto não é de nossa alçada".⁹

Não consigo evitar a imagem do "maximizador" alemão, que, em 1942, debruçado em sua mesa de trabalho, buscava minimizar o uso de vagões/dia para uma certa - função transporte de judeus para Treblinka. À noite, sufocou qualquer vacilação: sou técnico e como tal "neutro e objetivo" - adormecendo tranquilo, porque a Vestal velaria seu sono: a maximização da racionalidade parcial e a maximização da irracionalidade global, conciliadas.

Esta ética está conjugada com a locobocotomia da análise. Delimitando um campo para a reflexão, desconectado, cuidadosa e criteriosamente, dos demais domínios do homem, o economista, com a Análise Econômica, fica cego à história, à transformação, à totalidade em que se insere.

Novamente BARRAN mostra porque a locobocotomia não é dolorosa: "O trabalhador intelectual em nossas sociedades, compelido a não ser identificado como trabalhador manual, tende a atribuir existência real à sua própria posição: a exagerar a dificuldade de seu trabalho e a complexidade do talento necessário para desempenhá-lo; a exagerar a importância da educação formal e dos títulos acadêmicos ... O trabalho intelectual... não está interessado na relação existenente entre o segmento do comportamento humano, dentro do qual opera, e os demais segmentos, nem entre aqueles e a totalidade

⁹ BARRAN, P. "O Compromisso do Intelectual". Trimestre Econômico, vol. 28, nº 112, pg.634.

do processo histórico. Seu lema natural consiste em não meter-se no que não lhes importa... acostumado a pensar em termos de capacidade, experiência e habilidade, o trabalhador intelectual considera que o estudo dos problemas pertinentes em relação com a totalidade é uma especialidade entre muitas. Para ele, este domínio ou campo de ação pertence aos filosófos, aos funcionários da religião ou aos políticos, da mesma-forma que os assuntos referentes à cultura ou aos valores correspondem aos poetas, artistas e sábios". 10

A proposição da divisão de trabalho político-técnico está apoiada diretamente na idéia de neutralidade dos meios; na idéia de que a opção política assume a responsabilidade pela arbitragem do nível conflitivo dos processos político-econômicos: a escolha dos fins. Admite que a escolha de um fim involucra uma arbitragem absoluta ou relativamente favorável para uns e desfavorável para outros. Porém, uma vez fixado o fim, supõe a existência de consenso quan-to à desejabilidade de máxima eficácia em sua consecução. Sendo o técnico um especialista em meios, ele atuaria, por consequente, em um nível não conflitivo. Esta suposição é extremamente precária.

Sem aprofundar o tema, tenhamos presente que a escolha do fim corresponde apenas a uma declaração de intenção, sendo a definição e efetiva implementação dos meios o que consubstancia o fim (ainda que não necessariamente). As declarações de intenção são normalmente vagas ou formuladas com tal amplitude, de molde a obter o máximo consenso. 11 Na

10 Idem, Ibidem. pg. 652/3.

11 "...a maioria dos programas (político-econômicos) se reduzem a simples declarações de intenção... Os partidos políticos são, em grande parte, responsáveis por esta confusão, na medida em que a vontade de atrair o máximo número de eleitores os conduzem a buscar fórmulas bastante vagas para não descontentar a ninguém... meros 'slogans': prosperidade geral, justiça social", (atenuação inflacionária; aceleração do desenvolvimento econômico e social, etc). - MEYNAUD, op. cit. pg. 129.

verdade, 'o perde ou ganha' concreto se define quando da implementação dos meios. O técnico avaliando determinados meios - ainda que a formalização da escolha esteja com o político - objetivamente está situado muito próximo - ao contrário do que supõe (mas que, com frequência, descobre tão pronto participa de processos político-econômicos) do nível mais conflitivo da política econômica.¹² A neutralidade dos meios somente existe ao nível dos livros-texto de política econômica.

A transposição cãndida do par robbinsoniano: fim-meio; para a ação político-econômica do Estado é fonte de grande perplexidade. Em uma visão micro-econômica o agente neo-clássico tem um objetivo (fim) e dispõe de recursos (meios). Por exemplo: o consumidor supostamente pretende uma maximização de satisfação (fim) e dispõe de meios (renda e ativos já acumulados). Quando candidamente transposta a fórmula robbinsoniana para a ação do Estado, o par fim-meio contribui para uma prodigiosa confusão semântica. Os fins do Estado não são micro-econômicos; dizem respeito a comportamento do sistema econômico como um todo; dizem respeito à desejabilidade de uma resultante da interação de complexos comportamentos individuais. Uma componente desse comportamento global é responsabilidade executiva direta do Estado, outra deverá ser resultado do comportamento dos demais entes sociais induzidos, e/ou compelidos, por medidas acionadas pelo Estado, a se comportarem contribuindo para a resultante desejada. Com isto queremos assinar que, para os fins da política econômica, o comportamento do Estado é um meio, bem como também são meios os comportamentos dos outros entes sociais.

Aceitando, por agora sem discutir, a idéia de que o Estado é o ente - sujeito da política econômica, e os demais atores sociais: seus entes - objeto, é fácil

¹² "O político limita com satisfação suas preocupações aos títulos dos capítulos (do processo político-econômico) ou a pequenos detalhes de importância eleitoral. O perito se encontra, evidentemente, melhor capacitado para dar a estas preferências (do político) um conteúdo operativo." (MEYNAUD, op. cit. pg. 130) Ainda que discordemos em parte com o que MEYNAUD diz, é clara a colocação do técnico "no centro da briga".

localizar a fonte da confusão. O uso do par fim-meio somente é preciso quando tratamos de um ente isolado. O Estado, visto como um ente isolado, poderia ter um fim robbinsoniano. Por exemplo : minimizar seu gasto fiscal (meios) para um determinado nível de prestação de serviços públicos (fim). Porém, quando falamos de maximizar o bem estar material da sociedade não estamos falando de um fim no sentido robbinsoniano. Estamos falando de um vago objetivo político-econômico, que se desdobra em uma complexa malha de sub-objetivos para cuja consecução convergiriam o comportamento do Estado e de todos os demais entes do sistema econômico e social.

O comportamento direto do Estado e sua ação indutiva, diretiva e coercitiva, sobre os demais entes sociais, instrumentalizaria a perseguição do vago objetivo global, através de toda a malha de sub-objetivos. Os arbítrios de que dispõe para tal seriam os instrumentos da política econômica. E estes instrumentos político-econômicos não são os meios da fórmula robbinsoniana. A cãndida transposição não verifica que (com menor ilegitimidade e na melhor das hipóteses) somente poderia aplicar a expressão 'meios' aos comportamentos do Estado e dos demais entes sociais, simetricamente à utilização da expressão 'fim' aplicada a uma 'performance' desejada para o sistema como um todo.

O instrumento político-econômico não é o meio robbinsoniano. Para Robbins, como bom neo-clássico, os meios de que dispõem os micro-agentes (consumidores, empresas, proprietários de fatores, etc) são "propriedade legítima" de seus detentores que os obtiveram através do livre jogo das forças de mercado no passado e no presente. Os instrumentos de que dispõe o Estado são arbítrios de que esta instituição é dotada. Sua possessão por parte do Estado não se deriva do jogo do mercado. É produto de um complexo e conflitivo processo social, pelo qual foi historicamente "equipado" com arbítrios a instituição das instituições: o Estado. Sua posse pelo Estado é resultado de certo padrão de organização so

cial. A composição do painel de instrumentos político-econômicos; seu modo de operação; seus limites de aplicação; são matéria de controvérsia e, em si mesmo, resultado sempre transitório de processos político-sociais.

Em resumo, o uso do par fim-meio, que tem para Robbins um sentido preciso, quando transportado para a política econômica ganha alta imprecisão e é fonte de confusões de tremendas consequências bibliográficas. Páginas e mais páginas refletem um esforço dos cãndidos robbinsonianos em tentar uma saída da armadilha terminológica. É frequente encontrarem o angustiante problema do 'ovo-galinha' da causalidade: meio como fim, fim como meio. Cremos que o uso do par objetivo-instrumento cancelaria a leitura daquelas páginas de ingentes e estéreis esforços. Objetivo político-econômico seria a 'performance' desejada para o sistema econômico como um todo desdobrável em uma malha de sub-objetivos. Instrumentos político-econômicos seriam os arbítrios de que dispõe o Estado para implementar suas ações diretas ou induzir, dirigir ou compelir ações dos demais entes sociais, conforme os sub-objetivos escolhidos.

Entretanto, existe uma tendência à preservação do par fim-meio e relutância (ao nível dos textos-manuais de Política Econômica) em utilizar o par objetivo-instrumento. Qual a razão desta opção pela terminologia confusa? (Inércia vernacular, talvez!) Para alguns, estar com a tradição é confortável. Cremos, entretanto, que existe uma razão de fundo. O par fim-meio facilita uma "venda" subliminar da idéia de legitimidade "em si" demonstrada pela ciência econômica, de certos fins e de certos meios. Principalmente de certos meios (instrumentos). A visão liberal explicita a legitimidade científica de um certo painel de instrumentos onde devem ter assento de instrumentos de ação por indução, preferencialmente aos diretos, de direção e de coerção. Outros, sim, tende a autorgar maior legitimidade aos arbítrios de apli

cação não personalizada ou personalizável. Nestes termos os instrumentos monetários e fiscais sempre aparecem como os de maior legitimidade. O conceito de instrumentos tem o defeito de esclarecer em demasia o caráter convencional e operacional dos arbítrios em poder do Estado. É útil para a dimensão operatória da "ciência oficial", porém algo incômodo para sua apologética.

A legitimidade, ideologicamente consentida pela "ciência oficial" aos instrumentos monetários e fiscais (únicos que merecem cadeiras especializadas de política monetária e política fiscal nos currículos de graduação em economia); a suspeita e preconceito acadêmicos com os instrumentos de ação por direção e coerção, para não falar nos de ação direta do setor público (nunca vi um curso sobre política de empresas estatais) apoiam-se em antiquíssima proposição ética liberal que diferencia liberdade (autorizada) de licença ou arbitrariedade (condenada). Locke afirmou em seus "Two Treatises on Government", na segunda metade do século XVIII, que liberdade significa somente não estar submetido a outro poder que o estabelecido por consenso social; significa estar submetido às leis não super-impostas; significa não estar sujeito à vontade arbitrária, inconstante, desconhecida, incerta e discrecional de outros ou do Estado. Os instrumentos de ação por indução não personalizados ou personalizáveis, se manejados segundo regras do jogo fixadas consensualmente, permitem aos agentes micro-econômicos operar em liberdade no sentido lockiano, enquanto que os outros instrumentos (diretos, de direção e/ou coerção) submetem os indivíduos à "arbitrariedade" do Estado restringindo sua liberdade; restringindo a 'livre iniciativa'.

Em segundo lugar, comove, em autores do tipo supracitado, a irrestrita confiança depositada nos modelos construídos pela análise econômica no que tange à sua

representatividade do funcionamento de parte ou "totalidade" do sistema econômico. Através da identificação como fim (a ser escolhido pelo político) de uma variável dependente do modelo, o economista pode indicar o meio ou meios mais eficientes (variáveis independentes do modelo, sob controle do Estado). "O modelo construído pela análise econômica consiste simplesmente em um grupo de relações econômicas, cada uma das quais compreende uma variável, pelo menos, que também aparece em outra relação, pelo menos, que forma parte do modelo".¹³ As relações econômicas do modelo podem ser de : a) comportamento, que refletem a articulação teórica proposta para variáveis econômicas ; b) restrições institucionais, refletindo o marco institucional; c) técnicas, que refletem o marco tecnológico; e d) identidade ou definições contábeis tautológicas.

O modelo teórico para admitir solução necessita cumprir diversas condições matemáticas, dentre as quais a mais geral é a de que o número de relações (equações) seja pelo menos igual ao de variáveis (incógnitas). Este modelo vertido para a política econômica naquele "approach" cãndido, converte-se ou é conversível nos modelos de decisão. O modelo de decisão, segundo seu 'inventor', o prêmio Nobel Ragnar Frisch, assim se coloca: "A tarefa da economia política consiste em considerar os dados, aqui inclusive compreendidos os meios da política econômica como conhecidos, e os fenômenos econômicos e as variáveis, incluídos aqui os fins da política econômica, como incógnitas. O problema da política econômica é considerar os fins como dados e os meios como incógnitas, ou, pelo menos parcialmente, como incógnitas".¹⁴ Um modelo de

13 ACKLEY, G. "Macroeconomic Theory". Trad. Esp. México, Uteha, 1965, pg. 13.

14 FRISCH, R. "The Responsibility of the Econometrician". In Econometrica. Jan, 1946. Tinbergen, outro prêmio Nobel, em "Economic Policy, Principles and Design". North-Holland, 1956, pg. 9, faz do modelo de decisão de Frisch o pilar de seu monumento.

decisão não necessita cumprir a condição de solução supra-ajustada. Se o número de equações do modelo m for inferior ao de variáveis n , desde que $n-m$ variáveis, denominadas graus de liberdade do modelo, sejam controláveis por arbítrio do Estado, o modelo admite solução. (Quanta volúpia do economista no manejar um modelo com $n-m$ graus de liberdade !)

(Uma digressão): A imagem dos sábios de Bizâncio discutindo calorosamente o sexo dos anjos, me ocorre com um certo tipo de discussão encontrável em páginas dos economistas. Um bom exemplo se situa sobre a natureza do conteúdo lógico dos modelos explicativos (da análise econômica) e normativos de decisão (da política econômica). A grave questão: trata-se da mesma lógica ou são diferentes ?

Dois sábios 'vis-a-vis', no calor da discussão: KOOPMANS afirma a identidade: "A distinção entre aplicações descritivas e normativas é estranha ao modelo. Que uma proposição conclusiva, obtida dos postulados do modelo, se utilize de forma descritiva ou normativa, não depende do conteúdo lógico da proposição, mas sim do grau em que as alternativas consideradas pelo modelo estejam submetidas à influência de quem se serve da análise".¹⁵ A mesma cadeia de raciocínio pode servir à teoria econômica explicativa e à normativa.¹⁶

No outro extremo desta emocionante - controversia encontraríamos Hans-Jurgem Seraphim: "... incumbe à teoria econômica averiguar as condições dos fenômenos sócio-econômicos, ou seja, dedicar-se à investigação de causas.

15 KOOPMANS, T.C. "Three Essays on the State of Economic Science". New York, McGraw-Hill, 1957, pg. 64.

16 Idem, ibidem, pg. 144.

O enfoque causal - denominado teoria econômica - se caracteriza pelo fato de que algo dado, indistintamente da concepção de seu conteúdo, se faz objeto da investigação. O dado é nosso objeto epistemológico. Esta parte do dado e investiga suas modalidades; é em nossa interpretação, e no sentido mais amplo da palavra, um enfoque teórico causal. Já a política econômica adota o enfoque teleológico proposto por Englis: "... o enfoque teleológico, que metodologicamente qualificamos, em sentido formal, de político-econômico, nunca pode ser uma inversão da teoria causal, sendo, pelo contrário, um modo de ver racional de cunho específico"¹⁷. A ciência se coloca então no modo de pensar do sujeito que atua, o qual pondera todas as suas intervenções possíveis no mundo causal exterior, escolhendo uma. A ciência quer compreender esta seleção; deseja compreender porque o sujeito quer uma intervenção, e não outras, porque a considera mais útil. Assim nasce uma ordem de conteúdo proposto no pensamento; os ordenadores são os fins, os ordenados os meios. A idéia do fim proposto se faz causa do ato. Donde se conclui que o estudo teleológico de uma matéria experimental requer uma construção lógica dos conhecimentos que lhe seja própria, ou seja, distinta da específica do estudo causal. A diferença entre a forma dos conhecimentos causais e teleológicos consiste em que a primeira - considera o conteúdo do conhecimento como simplesmente existente, e a última, como proposto. A política econômica consistiria de um complexo de postulados ordenados segundo o princípio meio-fim e dominado uniformemente por uma finalidade originária comum".¹⁸

Fascinados assistimos a este interessante debate.

17 KAREL ENGLIS, "Teleologische Theorie Der Staatswirtschaft", citado por Seraphim, H. J. Ibidem, pg. 3.

18 SERAPHIM, H. J. "Theorie der Allgemeinen Volkswirtschafts Politik". Trad. Esp., Buenos Aires, El Ateneo, 1961, Passim. pgs. 2/4.

Porém, temos que voltar àquela confiança depositada nos modelos pelos cãndidos autores político-econômicos de tradição robbinsoniana. Sobre o problema da representatividade dos modelos, por enquanto, nada temos a dizer. Apenas registrar que alguns autores de política econômica, que adotam a linha de Robbins, incorporam simultaneamente a 'demarche' ideológica assinalada páginas atrás.

Quando advertidos do 'Problema-Torres', * podem sustentar a transposição da fórmula robbinsoniana, desde que introduzam em seu 'approach' de política econômica a proposição neo-clássica de restrição de ação do Estado (basicamente circunscrita à manutenção das regras do Jogo). É bem verdade, que, neste caso, a inovação é apenas um neologismo. Nada temos contra renovações vernaculares, pois reconhecemos a necessidade destas 'revitalizações' para velhas imagens. Os autores nesta posição serão tratados neste trabalho por neo-liberais. Importante registrar que existem muitos outros autores que transportam inadvertidamente a fórmula robbinsoniana, despojando-a da restrição. Estes caem, ou na perplexidade constatada por Taylor e/ou, ao pretender estender a fórmula robbinsoniana, caem na problemática coordenação de Torres.

Caso contrário, abandonam a fórmula desinteressada quanto aos fins e passam a pesquisar, através de procedimentos científicos, os fins, para a economia como um todo, que deveriam pautar a ação do Estado. A história desta pesquisa será narrada em próxima seção deste trabalho, ao apreciarmos as contribuições da Economia do Bem Estar. Cabe, finalmente, registrar que a expressão neo-liberal é ambígua, compreende autores de linha robbinsoniana e da Economia do Bem Estar. Além disso, o próprio prefixo é questionável, pois de 'neo' existe, em muitos casos, apenas a formalização adotada. Mais à frente, na medida em que as variantes forem surgindo, faremos alguma chamada de atenção.

* Conf. anterior nota de rodapé.

Cabe, entretanto, antes de prosseguir nossa caminhada na selva tropical, fazer um reparo à candidez da posição neo-liberal quimicamente pura, em sua corrente confiança nos modelos de política econômica obtidos por inversão de silogismos neo-clássicos. (É o nível de abstração?) Modelos flutuantes na atmosfera rarefeita de uns poucos postulados obtidos por "senso comum" podem ser operados ao nível histórico-concreto? Aparentemente o problema do nível atmosférico não amedronta nossos cãndidos neo-liberais. Estaríamos atribuindo-lhes demasiada candidez, se supuséssemos que, sem manômetro ou embriagados pela altura em que situam, suas funções cerebrais estivessem amortecidas não desconfiando do fenômeno histórico-concreto. Como não quero acreditar nesta hipótese, admito, com mais facilidade, que optaram pela altura, fugindo de algo que o Prof. Steiner, da Universidade de Illinois, descobriu ocupando um posto na alta administração estadunidense. 19

Escutemos o Prof. STEINER narrando sua descoberta: "Sem o uso abundante de abstrações e da generalização ampla, é inevitável nos perdermos na selva impenetrável dos fatos concretos das políticas econômicas. Todos os esforços, porém, são feitos neste livro para basear as abstrações em fatos concretos relevantes, a fim de não se tornarem sem sentido. As abstrações são instrumentos úteis, por intermédio dos quais podem ser explicados detalhes complexos. O simples fato de supor-se que as abstrações acarretam estes úteis esclarecimentos significa que podem se basear na realidade concreta. Mas quando alguém chega à realidade no domínio da política econômica, considera-a lastimavelmente complexa.

19 O Prof. foi Diretor do Policy Development Staff of the Defense Production Administration.

Tal como ORTON disse: "Quanto mais próximo da realidade chegamos, mais devemos reconhecer que estamos tendo contato com inúmeras correntes de tendências paralelas, misturas, conflitos, choques violentos; vindo das origens não poderemos seguir a pista; e nunca apoiar-nos inteiramente na superfície".²⁰
e²¹

Realmente horrível a situação encontrada pelo Prof. Steiner; e agregaríamos "horrível" à interconexão, que faz em sua obra, de abstração/realidade.

Bem fazem, esta é minha hipótese explicativa, em se manterem, nossos neo-liberais, cãndidos nas alturas.

Sobre este problema é conveniente registrar ainda a interessante posição assumida pelo nosso já conhecido SERAPHIM: "A política econômica nos interessa exclusivamente como ciência. Não nos movemos no mundo do político militante. Nossa tarefa não está no terreno dos atos e decisões pessoais de natureza política, mas sim no avanço do conhecimento, onde o opinar subjetivo, as ideologias e idiosincrasias devem eliminar-se na medida do possível; e tem que ser assim, ou devemos, pelo menos, situá-las em um plano pré-científico. Nosso procedimento deve ter tal natureza que os resultados a que chegemos sejam válidos no sentido de que toda pessoa que aceita as condições prévias, das quais partimos, chegará aos mesmos resultados. Porém, estas condições não devem ser assumidas arbitrariamente. Deve ser possível corroborar que foram propostas pela razão".²² (Aristóteles concorda, Kant aprova)

20 ORTON, W.A. "The Economic Role of the State". Chicago, - Chicago Univ. Press, 1950.

21 STEINER, G. A. "Government's Role in Economic Life". Ed. Bras., Rio de Janeiro, Agir, pg. 28.

22 SERAPHIM, H. J. op. cit. pg. 1.

Vejamos aonde se encaminha nosso SE
RAPHIM: "Somente uma teoria do modelo que renuncie terminan-
 temente à aplicação prática cujo caráter hipotético - pois, nem
 aberta nem clandestinamente, nem com intencionalidade nem sem
 ela, nem direta ou indiretamente - sirva de fundamento a juízo
 sobre a economia real, poderá afastar-se do conflito de juí-
 zos axiológicos"; ²³ continuando: "Se o homem de ciência se
 abstivesse de juízos axiológicos próprios, em troca, incorpo-
 rando em seus modelos teóricos as decisões tomadas pelo polí-
 tico como dados iniciais com igual hierarquia e valor, estaria
 dada uma situação cujo real significado consistiria em se es-
 tar fundando na ideologia dominante momentaneamente válida. -
 Com isto se estaria autorebaixando, fazendo-se propangandista
 de correntes de vontade política; e tarde ou cedo cairia em
 justo desprezo, ou seja, alcançaria precisamente o contrário-
 do que deseja conseguir mediante a reserva de uma posição in-
 dependente para o 'juízo axiológico' " ²⁴ Ao cientista da po-
 lítica econômica, uma única posição: somente com um cordão pro-
 filático e isolado em torre de marfim. Nestas condições, pro-
 duziria uma teoria de política econômica fundada na razão e
 insuspeita 'urbi et orbi', dada a austeridade de eremita do nos-
 so cientista, e assim seria vencida a barbárie da ideologia e
 da política. (Em tempo : queremos informar que o Prof. Sera-
 phim leciona na Universidade de Munster e que seu livro é de
 1955, em sua tradução espanhola; era livro-texto básico adota-
 do pela cadeira de política econômica da Universidade de Bue-
 nos Aires nos cursos dos anos sessenta).

Uma última observação sobre nossos
 "neo-liberais". Quem é o Estado de suas conceituações sobre
 política econômica? Este é um personagem tão abstrato quan-
 to os outros sujeitos (consumidores, empresas, etc). Tem
 fins e é racional, logo busca economia de meios. Nossos neo-

23 Idem, Ibidem, pg. 49.

24 Idem, Ibidem, pg. 50.

-liberais não se preocupam muito com a especificidade deste sujeito, nisto se diferenciando fortemente dos economistas da escola clássica inglesa. Do Estado ideal sonhado pelos economistas clássicos ingleses, o neoclassicismo derivou a assepsia que viemos desfrutando. Robbins, em uma obra de maturidade, diz: "Por teoria da política econômica entendo o corpo geral de princípios de ação ou inação governamental - a agenda ou no agenda do Estado como as denominou Bentham - com respeito à atividade econômica".²⁵ Este Estado tinha pelo menos alguma carne proposta pelo utilitarismo inglês. Não era o fantasma abstrato das transposições político-econômicas derivadas do jovem Robbins por um neoclassicismo desvairado. BRESCIANI TURRONI fala do fantasma: "Sociedade, Estado, não passam de abstrações - em realidade não existem mais que indivíduos com suas necessidades, esforços, paixões e ideais."²⁶

Finalmente cabe registrar que os neo-liberais, amantes do formalismo e interessados em esquemas simétricos, certamente deploram não terem descoberto a transcendental classificação proposta por Di Fenizio de uma subdivisão em: micropolítica, que investigaria modelos normativos para o consumidor e para o produtor, e macropolítica, que apreciaria modelos normativos para o Estado.²⁷

Na selva tropical (textos-manuais de Política Econômica) em que nos debatemos, as árvores não são homogêneas. Cada indivíduo ganha forma específica e particu

25 ROBBINS, L. "The Theory of Economic Policy". Trad. Esp. Madrid, Rialp, 1966, pg. 16. A 1ª Edição é de 1961.

26 BRESCIANI-TURRONI, C "Einführung in Die Wirtschafts Politik". Berna, 1948, pg. 30. Citado por Seraphim, Ibidem, pg. 33.

27 DI FENIZIO, F. "Le Leggi' Economia il Metodo dell'Economia". Trad. Esp., Barcelona, Bosch, 1961.

lar galhada e rugosidade. A árvore cresce por foto-orientação em competição com uma série de outros indivíduos vegetais. Faltando luz solar, se atrofia; nunca, porém, sem antes haver tentado lançar múltiplos galhos por qualquer fresta promissora. Não devemos, pois, nos surpreendermos de que cada autor seja um pouco diferente do outro. Precisam se diferenciar, e emaranham-se. Na verdade, cada obra se difere da outra por algum galho ou ruga singular. Não precisamos conhecer todas as árvores e arbustos da floresta, seria impossível e tremendamente monótono; porém, é útil apresentar alguns exemplos. Com este propósito voltemos a olhar o Prof. Torres, Decano de la Facultad de Ciencias Políticas e Económicas de La Universidad de Madrid, autor de dois arbustos. 28

Torres, após repetir a formalização-robbinsoniana, nos brinda com a seguinte modulação: "Ainda que possa parecer um paradoxo, o economista atuando no setor público tem maior chance de utilizar, com precisão, sua ciência do que ao nível da empresa". A possibilidade de diagnóstico e operação da política econômica é, para Torres, mais fácil a nível global do que parcial! Razões:

- a) os fins são privativos do político e não têm conteúdo especificamente econômico. Em sua escolha pesam considerações do tipo social, técnico, etc... O fim econômico está subordinado à política geral. Porém, o economista vê melhor que o profano as inconsistências entre os fins, e seu concurso pode ser solicitado para a "homogenização dos fins da política econômica com os de outros ramos da política. Sem sua ajuda resulta impossível a racional seleção dos bens". 29

28 TORRES, M. "Teoria y Prática en la Política Económica". Madrid, Aguillar, 1955. e da Introdução (1949) à Trad. - Esp. da obra de Walker, R. "From Economic Theory to Policy". México, Aguillar,

29 TORRES, M. ("Introdução") op. cit. pg 20.

b) para a indicação dos meios adequados é imprescindível o economista. "Aqui tudo é técnica e economia, à exceção da pequena margem de decisão política que consiste na opção entre medidas alternativas... e mesmo nesta situação, a indicação dos meios e sua descrição é algo que somente o economista pode conhecer".³⁰

c) Para finalizar, coloca a pergunta: Para que serve o economista como auxiliar do governante na execução da política econômica? Resposta: "...é evidente e claro: a principal função do economista é recordar as verdades elementares e simples, as verdades esquecidas nos últimos e mais recônditos seios da memória. Recordar a verdade é fazer com que a verdade mantenha seu domínio; que a verdade campeie com o atrativo e a beleza de uma bandeira desfraldada".³¹

Aqui, para o Prof. Torres o economista é imprescindível para a racional compatibilização (coordenação) dos fins, quase onipotente quanto aos meios e guardião da verdade. E ainda que discordemos um pouco da percepção estética do Prof. Torres. - Quão bela é sua missão!

(A colocação é do tipo cândido, e trata-se de um arbusto mais audacioso; sob o Sol da Espanha cresce a missão do economista: garantir a racional compatibilidade-a coordenação - dos fins).

Porém, não foi figura literária de tradição meridional que provocou a auto-congratulação de Torres.

³⁰ Idem, Ibidem, pg. 21.

³¹ Idem, ibidem, pg. 23.

Em outras latitudes com 'pathos' cultural mais austero, outro autor exalta a missão e o resultado concreto da ação do economista em matéria de política econômica. BILLY afirma textualmente : "Os notáveis resultados logrados pela economia holandesa de pós-guerra se devem, em parte, aos trabalhos de Tinbergen".³²

Outro exemplo de exaltação : HELLER, Prof. na Univ. de Minnesota e Presidente do Conselho de Assesores Econômicos (Kennedy e Johnson") anuncia: " A economia atingiu a maturidade na década de 60. Dois Presidentes reconheceram e fizeram que a economia moderna fosse uma fonte de força nacional e de poder presidencial. O desejo deles usarem, pela primeira vez, toda a gama do moderno instrumental econômico está evidenciado na ininterrupta expansão dos EUA a partir de 1961; uma expansão que nos seus primeiros cinco anos criou - mais de sete milhões de novos empregos, dobrou lucros, aumentou em um terço a produção real do país, e eliminou o hiato de 50 bilhões de dólares entre a produção real e potencial que afligiu a economia Americana em 1961".³³ "Assim, parte da força do economista político está numa base sempre crescente de teoria econômica, estatística e pesquisa. Mas sua influência sobre os responsáveis pelas decisões - seja na Casa Branca ou no Pentágono - também deriva de seu método analítico particular. Problemas de escolha são seu pão e água. Seu método deve definir problemas e estimar as soluções em termos tais que digam claramente a quem vai tomar as decisões como atingir um objetivo a um custo mínimo para os outros".³⁴ (Outro robbinsoniano !)

"A posição ascendente do economista político está também relacionada com o consenso profissional cada

32 BILLY, J. "La Politique Économique". Paris, Presses Universitaires de France, 1956, pg. 16.

33 HELLER, W.W. "New Dimensions of Political Economic". Ed. Bras. Rio de Janeiro, Zahar, 1969, pg. 11. A primeira edição é de 1966.

34 Idem, Ibidem, pg. 14.

vez maior. É verdade que as vozes estridentes dos grupos minoritários, os debates acerbos acerca de metas sociais e diferenças na escolha de instrumentos, podem, ocasionalmente, obscurecer tal fato". "As principais funções do consultor econômico, tal como as conheço, são analisar, interpretar e prever; dar orientação sobre as diretrizes; adaptar e traduzir. Felizmente para o consultor econômico, Política e Economia estão frequentemente em harmonia, e não em conflito. Para ele, a felicidade é uma necessidade política que pode ser satisfeita por um bem econômico". 35

Ouvimos economistas exultantes com a sua contribuição para a política econômica. Sem aprofundar qualquer exame, escutemos o que MEYNAUD tem a dizer: "Como todos os especialistas, o economista contribui direta ou indiretamente à formação das ideologias... Por outra parte, cabe observar sem originalidade que as autoridades de todos os níveis tendem a dirigir-se aos especialistas que professam uma ideologia análoga à sua e, por conseguinte, favorável aos projetos previstos. De tal maneira que em muitos casos resulta concretamente difícil separar uma opinião sobre meios de uma apreciação sobre os fins". 36 Para que a observação não seja creditada a um cientista político, escutemos um economista absolutamente insuspeito, Prof. SMITHIES, da Universidade de Harvard: "Ao selecionar um assessor, o Presidente dá de barato que as idéias de seu conselheiro sobre política econômica são compatíveis com suas próprias, e não receberá muita ajuda se seu conselheiro (economista) não deseja comprometer-se com os problemas da política". 37

35 Idem, Ibidem, Passim, pg. 16/23/24.

36 MEYNAUD, J. "L'Élaboration de la Politique Économique". - Aix-en-Provence, La Pensée Universitaire, pg. 128.

37 SMITHIES, A. "The Welfare Economics and Policy". In "Economics and Public Policy". Washington, The Brookings Institution, s/d, pg. 14.

A exultação de Torres e Heller é autêntica, porém parece que estão confundindo o êxito de suas carreiras como economistas com a contribuição do economista à política econômica. Insignificante e quase imperceptível em ganho de avaliação.

SEÇÃO I-3

AINDA O FORMALISMO - UMA RONDA CIRCULAR NO VÁCUO

"Não esperem de nós a história e a teoria completa do Jogo de Avelórios. Mesmo autores de maior mérito e com mais competência do que nós, não estariam em condições de fazê-lo. Isso será feito futuramente, caso não se tenham perdido as fontes e as condições de espírito necessárias a essa tarefa. Este ensaio pretende menos ainda ser um compêndio do Jogo de Avelórios, mesmo porque tal tratado nunca será escrito. Aprende-se as regras desse Jogo dos Jogos, do mesmo modo que outras regras usuais. Isso requer muitos anos de prática, e nenhum iniciado teria interesse em facilitar o aprendizado dessas regras".

(HERMANN HESSE)*

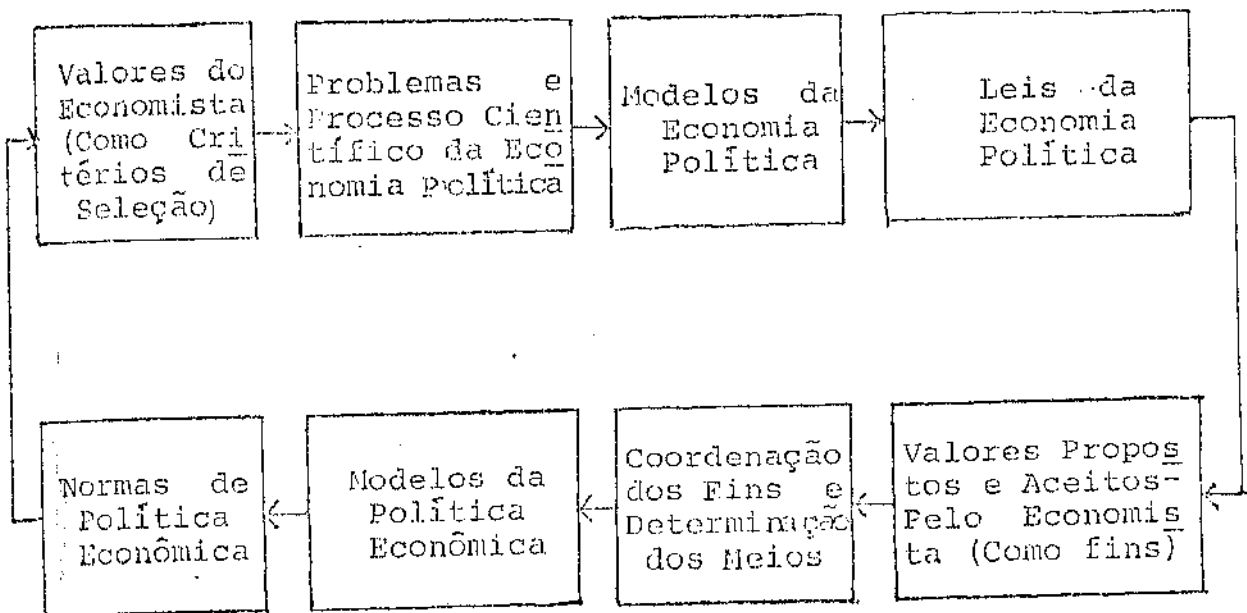
O "Le Leggi dell' Economia il Metodo dell' Economia política e della política Econômica" do Prof. Di Fenizio, Catedrático de Economia Política da Universidade Comercial "L. Bocconi" de Milão, é um exemplo de uma longa discussão sobre o vácuo que tem por mais de um século animado gerações, e tudo indica continuará estimulando certo tipo de economistas. Escolhemos este autor, entre diversos equivalentes, devido a:

* Retirado de "O Jogo das Contas de Vidro".

- a) ser sua obra recente (3a. edição revista em 1960) e por conseguinte haver recolhido toda uma sofisticação do debate sobre o tema;
- b) ser um texto didático, onde se pode felicitar o autor duplamente: em primeiro lugar pela clareza com que apresenta sua argumentação; e em segundo, pela comovedora sinceridade com que entra de peito aberto e sem vacilação em questões onde a prudência tem recomendado discricção a outros da mesma estirpe.

O resultado da especulação é apresentado pelo autor em um gráfico co-síntese, na pg. 365, que nos permitimos reproduzir:

Um procedimento "típico" na "ciência econômica"



Escutemos o autor sobre seu gráfico: "A extensa análise que desenvolvemos sobre os diversos passos do procedimento científico na física e na biologia nos permitiram estabelecer as diversas etapas de método na economia política - ciência positiva, bem como na política econômica - ciência normativa. Posto que conhecemos as relações entre os dois ramos, positivo e normativo, da ciência econômica, nos será de proveito abarcar, com uma visão global, um processo de investigação referido tipicamente a esses dois ramos do saber. Suponhamos que algumas observações econômicas superficiais sobre a realidade circundante suscitam no investigador um estado de insatisfação em cuja base se acham seus próprios juízos de valor; o economista terá, pois, ante si um problema e servindo-se de alguns valores como princípio de seleção, realizará uma investigação de economia positiva. Conseguirá deste modo elaborar modelos de economia política e formular leis econômicas; poderá prosseguir em suas investigações sem abandonar o campo da ciência econômica; adotará alguns valores como fins a alcançar; se servirá dos modelos e das leis estabelecidas com o objetivo de determinar os meios adequados para alcançar aqueles fins; e finalmente, sugerirá os preceitos que considere adequados às finalidades propostas. Desta forma, seu trabalho estará terminado e se comprova que os dois ramos da ciência econômica - positivo e normativo - constituem um todo bastante compacto".²

"A economia política elege com frequência seus valores por sugestões da política econômica, e estabelece uniformidades adequadas para mostrar o que é em uma determinada situação de fato; enquanto que a política econômica se serve das uniformidades da economia política para alcançar outros valores ou fins, e aspira em consequência, a modificar o que é, propondo preceitos em torno ao que deve ser".³

² FENIZIO, F. op. cit. Passim, pg. 363/4.

³ Idem, Ibidem, op. cit. pg. 354.

É este um prodigioso circuito operado por um sábio, o economista: leis e modelos, do que é ao que deve ser, dos fins às leis, das leis aos fins, tal como o comandante do processo de criação científica assinala a seu aluno, a sociedade, o bom caminho. Cabe, em primeiro lugar, observar que estão bastante transparentes no que acabamos de escutar, as rigorosas reminiscências do positivismo comtiano cuja matriz histórica - o capitalismo da primeira metade do séc. XIX - foi a mesma do neoclassicismo.

O "Cours de Philosophie Positive" teve seus seis volumes editados no período de 1830 a 1842. Nassau Senior publica a 1ª ed. de "An Outline of the Science of Political Economy" em 1836, e 2ª. edição em 1850. A extensa obra de Comte e Littré coincide com as produções da Escola de Viena. Stuart Mill, militante do positivismo, estabeleceu os fatos psíquicos como Estados elementares a cuja união se outorga um caráter substancial, não cabendo uma investigação sobre o fundamento desta substância, pois o observador deve ater-se exclusivamente às relações entre os Estados mentais elementares e à formulação das leis correspondentes. É imediatamente visível esta contribuição para a edificação do neoclassicismo. Aliás, a carreira acadêmica dos dois movimentos é idêntica em longevidade e adaptabilidade a mutações parciais, persistindo até nossos dias. Prova dessa longevidade e adaptabilidade para "tudo modificar, não modificando nada" é a "atualidade" de obras tão divulgadas quanto a do Prof. Di Fenizio.

O exame das reminiscências aderentes ao positivismo comtiano da obra de Di Fenizio e sua sofisticação discursiva, servirão para explicitar um tipo, muito frequente e recorrente, de abordagem do conceito de política econômica. Em primeiro lugar é realizado ritualmente um esforço contínuo por conduzir a economia como conhecimento, em linguagem comtiana, ao estágio de ciência positiva. Os manuais de economia repetem "ad nauseam" este tema, consumindo apreciável tempo do leitor em de

monstrar que a economia é ciência.⁴ A maldição comtiana do oráculo do conhecimento (a tríade da lei dos três estágios: teológico, metafísico e positivo) exige do economista 'oficial' esta demonstração. Por outra parte, como melhor prova da maturidade de sua ciência, repete igualmente "ad nauseam", a cantilena dos equilíbrios. Por uma convicção circular a construção neoclássica é definitiva, e sendo a prova de um estágio positivo da ciência econômica (que no positivismo é final) servindo pois "ad eternum" para a contínua demonstração de seu "caráter científico positivo".

Diz FENIZIO: "A ciência (economia) trata de dizer algo em torno à realidade tal qual é: acessível à percepção, presente ante nossos sentidos".⁵ A economia política é uma ciência, pois, do grupo empírico e não do grupo formal (lógica e matemática). Sua ambição é igualmente esclarecida por FENIZIO: "A (economia política) trata de dizer algo com respeito ao mundo existente e, mais concretamente, de explicar e prever os acontecimentos, para dominá-los (fim último das ciências empíricas)".⁶ A ânsia de legitimação científica alcança também

4 Isto pode ser feito de muitos modos. É típica, por exemplo, a afirmação encontrada no manual introdutório de HICKS, J. R. e HART, A. G. "Framework of the American Economy: An Introduction to Economics". Trad. Esp. México. FCE. 1950. pg.11: "A economia é uma ciência. - tema que vamos estudar neste livro, e nos sucessivos que, espero, algum dia lhe seguirão - é uma ciência, um dos ramos deste grande estudo sistemático do mundo em que vivemos e no qual escrevemos Ciência com maiúsculo." Esta é a primeira frase de um manual que quer ser o primeiro. Após ensinar que "A economia é a Ciência que se ocupa dos assuntos comerciais (troca e circulação)" (pg. 12), incute orgulho profissional (na pg. 13) ao dizer: "A Ciência econômica tenta estudar essas atividades cientificamente; em realidade, na aplicação de métodos científicos ao estudo da conduta humana logrou maiores progressos que outras ciências sociais". A similaridade com as outras Ciências é cortejada: "O método da investigação econômica moderna é o mesmo das outras ciências".

5 FENIZIO, F. op. cit. pg. 17.

6 Idem, ibidem, pg. 18.

a política econômica. Imediatamente disponível ou meta para a reflexão dos sábios, existe, ou existirá, uma Teoria da Política Econômica. Qual sua diferença da economia política? Resposta: ser normativa. Escutemos, novamente, FENIZIO: "Dado que a política econômica não tem em mira averiguar o que é, mas sim estimular a obtenção de algo que se julgue 'bom', 'justo', 'viável', 'et similia'; não é uma ciência positiva, mas sim uma ciência normativa. É dizer: não se limita a aceitar valores como elementos seletivos de seu campo de investigação, como critérios de escolha; mas sim os admite como ponto focal das normas e dos preceitos que deseja ver adotados ou que, em qualquer caso, sugere".⁷

É necessário esclarecer o sentido do fim último da ciência empírica - o domínio. "Este domínio da ciência sobre a realidade é de natureza complexa. Pode ser inclusive de índole estético-intelectual, não significando, tão somente, como muitos entendem, possibilidade de modificação dos acontecimentos".⁸ Esse domínio é distinto do programa da ciência normativa que tem a outra missão: "Esta se denomina política econômica, e ou bem tenta, com a ajuda das leis e dos modelos estabelecidos pela economia política, ditar normas sobre como deve comportar-se, suponhamos, a unidade de consumo ou a unidade de produção quando deseja alcançar certos fins (micro política), ou bem trata de formular preceitos (normas, conselhos relativos ao que deve ser) sobre como devem conduzir os grupos dotados de poder, quando se deseja que, no âmbito do sistema econômico em questão, se alcancem outros determinados fins (macro política; ou política econômica em linguagem corrente)".⁹

7 FENIZIO, F. op. cit. pgs. 348/9.

8 Idem, Ibidem, pg. 18.

9 Idem, Ibidem, pg. 24.

A ambição de construir a Teoria da Política Econômica é admitida abertamente pela 'ciência oficial'. Escutemos o Prof. SMITHIES: "A economia sempre esteve relacionada com a política. A maior parte dos economistas atuaram movidos pelo desejo de promover o que consideraram uma melhoria social. Cournot, Walras e Schumpeter pertencem a um grupo que constitui uma escassa e eminente exceção e cujos nomes me vêm imediatamente à memória. A Smith, Ricardo, S. Mill, Marshall, e Keynes pertencem em contrapartida ao grupo de economistas com fortes motivações políticas. O sistema de equilíbrio geral de Walras, por exemplo, pode considerar-se tanto um instrumento explicativo, como a recomendação de uma norma econômica para a Sociedade. Sua teoria proporciona um sólido apoio ao ponto de vista de que uma sociedade individualista pode lograr resultados harmoniosos e economicamente desejáveis".¹⁰ A leitura deste trecho de Smithies é convincente, pois até os não políticos subsidiam o trabalho dos economistas políticos.

O economista como sábio - cientista positivo - dita normas e formula preceitos (fundados, como é natural, em premissas de valor) às micro-unidades e aos grupos dotados de poder. Apoiado em que? Resposta: na ciência. "Falando em termos gerais, toda a investigação em matéria de política-econômica se manifesta, em primeiro lugar, por uma análise das relações existentes entre os diversos fins econômicos propostos pela política; depois, e este é o aspecto mais evidente da investigação, pela indicação dos meios aptos para conseguir aqueles fins".¹¹ "... para obter isto, se serve das leis e dos modelos elaborados pela economia política como ciência positiva. Ao propor meios para alcançar os fins desejados, por certos grupos dotados de poder, utiliza precisamente as uniformidades oferecidas pelos economistas".¹²

10. SMITHIES, A. "El Bienestar y la Política" In "Economics and Public Policy" Trad. Esp. Madrid, Rialp, 1968, pg. 11.

11. FENIZIO, O. F. op. cit. pg. 349/50.

12. Idem, Ibidem, pg. 351.

Em segundo lugar, cabe sublinhar a identificação de economista com sábio. As citações já apresentadas de Fenizio revelam com limpidez a ambição do economista manejando a Teoria da Política Econômica: ditar normas e formular preceitos apoiado na dignidade de seu conhecimento científico positivo: Sua posição pretendida na hierarquia social: aconselhar, com a dignidade e com a calma de suas brancas barbas, consumidores, donos de unidades de produção e grupos dotados de poder. Esse papel de sábio faz parte da ética científica do positivismo contínuo. O positivismo foi em seu primeiro desdobramento uma doutrina de tranquila reforma social: refletindo a 'operação limpeza' que os novos grupos dominantes do capitalismo em sua hora tranquila (primeira metade do sec. XIX) se propunham a fazer das remanescências do 'ancient regimen', a ideologia positivista pregava como doutrina moral uma norma para a sociedade e regras de vida para o homem. Alinhou-se em matéria política, com a anterior doutrina do Direito Natural. Como doutrina funcional do conhecimento em relação à sociedade, sua 'demarche' partiu de uma doutrina do saber. Desta derivar-se-ia a norma para a sociedade e a regra para a vida do homem. O estágio positivo não é somente uma forma e estágio de organização das ciências, é também o 'produtor' de um estágio positivo para a sociedade. Esta, no ápice do desenvolvimento do conhecimento, disporá de uma sociologia positiva onde os valores do pacifismo, a ordem e a hierarquia prevalecerão. "O amor como princípio, a ordem como base e o progresso como fim" ; e nesta hierarquia: o poder espiritual com os sábios e o poder temporal com os industriais. Demonstrado o estágio positivo da ciência econômica, o economista é guindado à posição de sábio, o neo-clássico assume seu quinhão de poder espiritual. Compreende-se, pois, o valor dos 'equilíbrios' para o economista. - é sua credencial para o sábio.

Compreende-se também o tom benévolo e conselheiral de uma Teoria da Política Econômica. Desvela-se uma significação semântica precisa para a expressão 'fins da política econômica', utilizada com tanta frequência. Fim não é sinônimo de objetivo; fim é o conselho do 'venerável e benévolo barbas-brancas'. Fim é o 'deve ser'; é a norma. Objetivo econômico é outra categoria. Voltemos a FENIZIO para dilucidar: "A ação econômica não é uma ciência como ramo de saber generalizador. É uma atividade realizada pelo governo de determinada co

munidade, ou bem por grandes grupos econômicos dotados de poder, para alcançar determinadas finalidades práticas, utilizando para estes fins tanto as leis da economia política como preceitos da política econômica". ¹³

3 0 5 0
p 5 - 3

Em épocas tranquilas a posição do sábio é tranquila; encastelado na cátedra da 'ciência oficial' a conselha, com o seu poder espiritual, os detentores do poder temporal. Na tormenta é outro o quadro; a 'ciência oficial' fica desconcertada: pode optar por uma linha 'pragmático-operativa', descer da cátedra, arregaçar as mangas, deblaterar apologeticamente e forjar tecnilidades; porém ao fazê-lo sobre 'uma crise de dignidade acadêmica' - é lamentável arrastar suas barbas brancas com a 'ação econômica'. A outra linha é tender ao desvario cuja posição limite é a do nosso já conhecido Prof. Seraphim. (Aliás, a tradição ao desvario tem seu precedente na própria evolução do positivismo comtiano: culto à Clotilde de Vaux, religião da humanidade no passado, no presente e no futuro, como o Grande Ser, etc; a crítica idealista da religião do positivismo inicial convertida em uma religião secularizada pelo positivismo em etapa avançada. De uma economia também pode converter-se em objeto de culto temos bastantes provas). Veremos a 'ciência econômica oficial' no século XX desdobrar-se nessas duas linhas com óbvias repercussões em termos de conceitualizações distintas de política econômica. ¹⁴ Porém, não vamos agora nos antecipar ao tema.

13 FENIZIO, F. op. cit. pg. 363

14 SELIGMAN, comentando o discurso de posse do Prof. Samuelson na Presidência do American Economic Association em 1961, diz: "(Samuelson) garantiu que existia uma dicotomia entre a lógica interna da ciência econômica e suas implicações para o vulgo, dicotomia a que ele parecia dar boas vindas. De fato, o bom economista político deveria ser um analista indiferente, e o bom analista não tinha porque preocupar-se com o Estado do mundo". (SELIGMAN, B.B. "Main Currents in Modern Economics - Economic Thought Since 1870". Trad. Esp., Barcelona, Oikos-Tau, 1966, pgs. 525/6.)

Em terceiro lugar, recordemos que o positivismo é uma teoria do saber que se nega a admitir outra realidade que não sejam os fatos; se nega a investigar outra coisa que não a relação entre os fatos. Aceita o fato como significação empírica da afirmação da existência. O fato como objeto do conhecimento positivo somente é dado mediante as informações dos sentidos. A tarefa do cientista é, por conseguinte: captar os fatos ao nível em que lhe são dados, tal como se lhe aparecem - nível de aparência - e articular suas relações.

O positivismo pretende ater-se, pois, ao dado pelo sentido e não sair jamais do dado. A rejeição a todo conhecimento 'a priori', intuição direta do inteligível, ao método dedutivo, a redução da filosofia aos resultados da ciência, etc; são deriváveis do enunciado do positivismo em épocas tranquilas. Quando na tormenta, sob a forma de positivismo lógico, olvida-se de alguns desses segmentos e com diversos malabarismos lançará mão de alguns procedimentos que condenou como pré-científicos em sua fase tranquila.¹⁵ Porém, voltemos à sua primeira formulação. Não compete ao cientista responder ao quê?, ao porquê? e ao para quê? (estaria involuindo para a metafísica, ou quiçã para a teologia); mas sim a explicar como se articulam as relações interfactuais. Prof. POPPER coloca a posição: "Não tem interesse perguntas tais como: Que é a energia? Que é o movimento? ou Que é o átomo? Pelo contrário, o físico moderno coloca as perguntas tais como: Como pode utilizar-se a energia solar? Como se move um planeta? ... e a aqueles filósofos ... que, por desgraça não podem achar respostas exatas às perguntas que se iniciam com um 'Como?' sem haver con-testado antes as perguntas que se formulam mediante a expressão 'Quê?', o cientista responderá que prefere o modesto grau de

15. É bastante sintomático que o pioneiro da introdução do critério de verificação do positivismo lógico no estudo, Hutchison T. W., tenha publicado sua obra, "The Significance and Basic Postulates of Economic Theory" em 1938; no ano do desânimo máximo com o econômico e com o quadro internacional. Esta discussão se estende até nossos dias: Machlup, Friedman, Koopmans, Rotwein, Gordon, Schoeffler, Buttrick, etc., são nomes do debate sobre o positivismo lógico em economia.

exatidão a que pode aspirar com seus métodos à pretenciosa confusão que eles obtiveram com os seus".¹⁶ Esta abordagem privilegia a análise e recusa a crítica, pois o real ao nível da aparência sempre nos aparece fragmentado.

A economia como análise privilegiando certos fenômenos, buscando suas relações mediante a formulação de hipóteses e seu controle, sistematizando essas hipóteses - sob a forma de teorias (ou modelos) coordenadas; a economia como análise empírica do aparente. Este um gabarito que o neoclassicismo em suas versões cândidas crê preencher e em suas versões desconfiadas almeja preencher.¹⁷ (Que maldito problema residual de controle de hipótese!).¹⁸

Finalmente, uma das constantes do positivismo em suas múltiplas e sucessivas versões, e do neoclassicismo em suas reedições, e seu corolário, é a postura 'historiôfoba'. A história é admitida apenas como crônica, porque "por sua natureza aponta ao individual, ao único, ao particular".¹⁹

16 POPPER, K. "The Open Society and its Enemies", Princeton Univ. Press, 1950, pg. 62. cit. por FENIZIO, F. op. cit. pg. 26.

17 Nosso conhecido Robbins é um apriorista radical que afirma a teoria econômica como um sistema de deduções a partir de uma série de suposições que não estão abertas à verificação empírica. A posição oposta seria a do ultra-empirismo que pretende começar com fatos e sem suposições. Entre estes dois extremos tem oscilado pendularmente a 'ciência oficial'.

18 Sobre as dificuldades e opacidade da construção dedutiva do neoclassicismo ao teste de controle de hipóteses, existe a bundante literatura. Recomendamos aos interessados a consulta às seções 3 a 6 do II capítulo do livro de Lowe A. "On Economic Knowledge-toward a Science of Political Economics". Ed. Bras. Rio de Janeiro, Zahar. 1969. pg. 55/73.

19 FENIZIO, F. op. cit. pg. 18.

A 'historiofobia' rejeita em bloco toda e qualquer posição que nos seus próprios termos faça da 'sociologia a história teórica' ²⁰ colocando no bloco das posições que denomina 'historicistas', as posições assumidas pelas doutrinas conhecidas por escolas : histórica, nacional-economia e institucionalista. No mesmo pacote 'historicista' é colocado o marxismo. Para o positivista, a sociologia do conhecimento aparece como uma molecagem ; Mannheim, um irreverente. Qualquer reflexão que assumia a história como movimento é metafísica ou pré-ciência. ²¹ A ciência positiva é necessariamente generalizadora: da massa dos fatos tem que extrair relações interfactuais universais e atemporais.

O amor ao universal, ao atemporal e ao geral tem um desdobramento claro na posição da Teoria da Política Econômica como ciência normativa do neoclassicismo que chamo, à falta de melhor denominação, receptualismo abstrato. Assinalar o como deve ser, sem nenhuma atenção ao problema da viabilidade da recomendação. Claro, pois este nível remeteria ao incomodo particular histórico concreto. ²² Existem manuais inteiros de receitas político-econômicas que, com o perdão da irreverência, sempre me sugeriram a imagem de tratados de culinária.

20 POPPER, K. "The Poverty of Historicism" Trad. Esp., Madrid, Taurus, 1961, pg. 53.

21 A todos os interessados em conhecer a melhor argumentação contra o historicismo, aconselhamos a leitura da obra de Popper supracitada e de sua "The Logic of Scientific Discovery". Londres, 1959.

22 Em suas melhores versões os manuais receiptuais constroem - tipologias de situações histórico-concretas. O texto de MEADE, J. E. "The Stationary Economy". Londres, Allen & Unwin, 1965. é um excelente exemplo do que melhor se logra: uma esquematização da posição está disponível em JOHNSON, H. G. "The Taxonomic Approach to Economic Policy" - Economic Journal, 1951, vol. LXI: "A teoria econômica pode empregar-se com maior utilidade nos problemas da política econômica ...dentro do contexto de um problema específico que se desenvolve em um meio ambiente também específico".

Retificando, encontro uma diferença. É legítimo a um Brillot Savarin recomendar como fazer uma iguaria. A viabilidade não lhe interessa: se o adquirente de seu livro dispuser de bom fogão e recursos para adquirir os insumos recomendados e puder pagar o salário de 'cordon bleu', o tratado lhe será de alta utilidade.

Distinto é o destino dos milhões de textos recomendando como objetivos político-econômicas: o pleno emprego; a estabilidade de preços; o equilíbrio do balanço de pagamentos, etc... Volumes e mais volumes que, apoiados na Teoria da Política Econômica após análise do crescimento econômico como dependente da taxa, e da produtividade do capital, concluem triunfalmente pelas recomendações de elevar a taxa de formação interna de poupanças e ampliar a produtividade dos novos investimentos. Textos que recomendam com maior ou menor ênfase: ampliem os investimentos em fator humano. Pomposos conselhos assim articulados: A inflação é o mal; sua solução consiste em estabilizar os preços; para tal deve-se conter a expansão da procura global e atenuar as pressões de custos. Solenes relatórios com receitas político-econômicas para acelerar o desenvolvimento econômico do tipo: realizem uma reforma agrária para elevar a produtividade da terra e/ou trabalho e/ou dinamizar o consumo interno, etc. Confesso que tenho dificuldade de encontrar um destino para esta classe de textos.

A bem da verdade é necessário ressaltar que alguns autores da 'ciência oficial', mais atilados, advertem como Morgenstern, citado por FENIZIO: "No ápice de todos os possíveis erros que o economista profissional pode cometer, encontra-se a identificação da teoria econômica com alguma forma particular de aplicação... A economia é uma ciência-empírica ainda embrionária, bastante mais afastada dos fatos do que deveria".²³ A política econômica, pelo contrário, "é, na maior parte dos casos, política em sentido real".²⁴ Outros,

²³ MORGENSTERN. op. cit. pg. 119.

²⁴ Idem, Ibidem, pg. 131.

como WALKER, são mais incisivos: "A distância que separa a teoria econômica da política econômica é devida, em parte, à tremenda complexidade dos problemas práticos pertinentes à política econômica e aos obstáculos que se opõem no emprego do método científico. Cada ramo da ciência tem suas próprias restrições externas desta classe; porém, existem as limitações que os economistas, conscientes da posição independente de sua ciência, se auto-impuseram mediante suas definições da extensão e método da ciência econômica. Nos últimos cem anos, a tendência tem sido de estreitar cada vez mais estes limites, com a intenção de delimitar um campo dentro do qual os postulados da ciência econômica seriam tão indiscutíveis quanto as teorias comprovadas de outras ciências reconhecidas".²⁵

Apesar de inúmeras advertências, entretanto, a produção de obras e artigos "receptuais" é tão ampla, que poderíamos perder uma vida listando-as. Tinbergen e Chenery, nomes conspícuos do Panteão profissional e uma série de organismos internacionais, são autores de manuais pomposos e de relatórios receptuais.²⁶ Essa é uma triste história, que evitarei narrar mesmo com brevidade, para não transferir meu tédio a meus eventuais leitores.

25 WALKER, R. op. cit. pg. 5.

26 O que não impede de um autor, por vezes capaz de observações atiladas, rejubilar-se com o receptualismo: "É preciso assinalar que, até o presente, se o economista pretendeu desempenhar o papel de guia para a ação, o fez de modo geralmente empírico (Como !) ... Esta situação pareceu incorreta a numerosos especialistas, que tentaram remediá-la transformando a natureza e as condições de formulação da opinião técnica. Ainda que estes esforços variem de autor para autor, pode-se dizer que sua ambição comum reside no estabelecimento de um conjunto racional e articulado de proposições que permita fornecer uma resposta coerente às perguntas formuladas pelas autoridades. Este desejo de sistematização é, sem dúvida alguma, um dos aspectos mais interessantes da atitude dos economistas, frente às intervenções estatais". (MEYNAUD, op. cit. pg. 15)

SEÇÃO I-4

UMA VEZ FORMALISMO, SEMPRE FORMALISMO; FORMALISMO ATÉ MORRER -
O OPUS MAGNO DO POSITIVISMO - A ECONOMIA DO BEM ESTAR OU A
PROVA DE UM MINIMAX CONHECIMENTO/ESFORÇO

"A imaginação não gera a insanidade; o que gera a insanidade é exatamente a razão. Os poetas não enlouquecem; mas a loucura visita os jogadores de xadrez. Os matemáticos e os contadores muitas vezes ficam doidos; os artistas criadores, muito raramente!"

(CHESTERTON) *

Quando, no início desta tese, utilizamos a imagem de uma floresta tropical na qual entrou o viajante incauto, tínhamos presente que a floresta tropical, além de heterogênea, é de distinta densidade. Entramos agora em sua zona mais densa, onde a massa vegetal não deixa vislumbrar nenhuma fresta de luz, e os cipós e trepadeiras podem enredar e imobilizar o viajante. O Bem Estar é uma selva formal - é a hipertrofia do discurso sem conteúdo. É preciso ser mateiro muito experimentado para não perder o fôlego neste trecho da mata. Pouca experiência pode levar à morte intelectual. Como não estou, creio, em nenhuma dessas situações, buscarei, com a prudência nascida de anteriores arremetidas, não vasculhar-

* Retirada de "A Ética no País das Fadas".

muito nesta zona tenebrosa. Esta seção deve ser entendida como uma sinalização de advertência e não como um mapa para caminhar neste trecho da floresta.

Este trecho da selva começou a ser plantado pelo utilitarismo de Bentham, o que mostra a antiguidade da formação florestal.¹ ROBBINS situa, com precisão, - esta perspectiva inicial, ao dizer: "Uma Teoria da Política Econômica, no sentido de um corpo de preceitos para a ação, deve encontrar seu critério último fora da economia. Este critério foi localizado pelos Economistas Clássicos Ingleses no princípio da utilidade, o princípio de que o teste da política tem que ser seu efeito sobre a felicidade. Toda ação, todas as leis e instituições deveriam ser julgadas por este teste. Se suas consequências promoviam uma maior felicidade (ou preveniam maior infortúnio) que a esperável de outras ações, leis ou instituições, aquelas seriam boas; caso contrário, seriam más".² Na fase de ouro - sobre - azul, de lua-de-mel consigo mesmo, que o capitalismo atravessou na primeira metade do sec. XIX, o utilitarismo com seu (maniqueísmo) elementar foi manejado para demonstrar que a 'mão invisível' garantida pelo Estado - 'gendarme' - garantiria um ótimo para cada um; por agregação, para todos. O neoclassicismo tranqüilo consigo mesmo, despreocupado com a felicidade agregada, poderia construir a análise micro-econômica - para que cada um dos consumidores, produtores e proprietários - de fatores pudesse dispor do perfeito conselho de encontrar seu ótimo particular em um sistema de concorrência perfeita.

1 ROBBINS considera Bentham como integrante do conjunto "Economistas Clássicos Ingleses". Bentham, a nosso juízo, é muito mais um precursor do neoclassicismo, pois pretendeu a construção de uma ciência do homem fundada sobre o cálculo - da utilidade. Veja-se DENIS, H. "Histoire de La Pensée Économique" Trad. Esp. Barcelona, Ariel, 1970. pgs. 184/7.

2 ROBBINS, L. "The Theory of Economic Policy". op. cit. pg.170.

O doloroso espetáculo da industrialização, os dramas sociais que inspiraram tão fortemente a literatura do século passado, que sugeriram posturas assistencialistas, que indignaram tantos pensadores reformistas - sob a hipótese da possibilidade de uma resposta afirmativa ao apelo milenar à boa vontade humana - a formular proposições utópicas, não conduziu a 'ciência oficial' a abandonar a hipótese do valor utilidade. Entretanto, passada a fase cor de rosa, a marcha do subsequente capitalismo com : a concentração industrial, a radicalização da nação, as intervenções no mercado, os ciclos de prosperidade e depressão cada vez mais acentuados, as guerras, as tensões sociais crescentes e um movimento sindical em expansão cada vez mais poderoso, questionador e articulado com movimentos políticos, deixaram sua impronta no pensamento neo-clássico. As marcas e 'ajustamentos' no corpo do neoclassicismo podem, a meu ver, ser classificadas em dois tipos gerais de resposta.

O primeiro, 'científico' por excelência, consiste em reajustar o corpo positivo teórico, tornando-o mais rigoroso. Quando a história cotuca o pensador neo-clássico, realiza uma interrogação 'intramuros' de sua ciência. Esta operação de 'autointernalização', de 'entrar na casca', sinceramente preocupada em dissolver imprecisões, gera, por sua vez, novos 'estados de tranquilidade científica'; pois na mesma medida em que a História se acelera: revoluções sociais, maior-desenvolvimento do processo de acumulação, formas complexas - supra mercado e supra nação, Estado interventor onipresente, tomada de consciência do subdesenvolvimento, descolonização - etc...; continua cotucando; o pensador mais se introjeta e interroga sua 'ciência'.

Ao rejeitar a História como um processo dotado de sua própria lógica interna, capta do movimento apenas suas manifestações aparentes - alimenta-se apenas da história ideográfica. Seu registro mostra um sistema cada vez mais afastado do arquétipo ideal que construiu como apologéti-

ca do Sistema em épocas tranqüilas. Isto, como é natural, o intranqüiliza. Coloca e recoloca nervosamente perguntas à 'ciência'. Como preserva seu ideal de uma ciência positiva, o interrogatório, que por um lado vai dissolvendo ingenuidades, por outro vai gerando novas. Ao crescente afastamento do Sistema das premissas da primeira apologia ideal, corresponde seu esforço cada vez mais sofisticado para manter um mínimo de aderência entre a apologética e o concreto, captado segundo a parências cada vez mais alteradas. O esforço resulta num processo ascendente de irrealismo. Os instrumentos lógicos se sofisticam, modelos analógicos são buscados em desenvolvimentos de outras ciências, modismos matemáticos cada vez mais sofisticados são solicitados. Essa dialética joga o pensamento neo-clássico a níveis espantosos de irrealidade, como teremos oportunidades de ver.

O segundo tipo de resposta consiste em demarcar um 'território' e determinar as condições onde a ciência positiva se maneja; porém, consciente da irrealidade das conclusões obtidas neste nível, o pensador busca um 'input' do real ou produz um 'out-put' da ciência para o real. O 'input' pode ser uma mera colagem (abordagem interdisciplinar), pode ser do tipo: "esse é um território de juízos de valor"; o 'out-put' normalmente é do tipo reformista - concertemos o real para que se comporte 'cientificamente', pois temos convicção científica de que o real está errado. Alguns pensadores combinam 'input' com 'out-put' e entremesclam respostas do primeiro tipo com a do segundo.

Finalmente, alguns, com muita honestidade, confessam sua impotência em dar resposta coerente, em 'iluminar' o real com sua ciência, o que pode ser ainda descartado com respostas do tipo geral "de simpática modéstia positiva": a ciência econômica ainda é embrionária. (O "saco de a poeira e dá volta por cima" é uma fórmula saudável). Ao invés de se alarmar com a curta vigência de suas respostas, o saudável cientista vê nisso um indicador de marcha por 'apro-

ximações sucessivas ' do erro para a verdade; ou, de forma mais sofisticada, pretende fazer da 'ciência oficial' um instrumento para "a busca da verdade".

O entrecruzar desta espantosa dialética associamos à zona de maior densidade da floresta tropical, e, apesar da escalada de irrealismo, da esterilidade e frequentes momentos de desvario e de dor epistemológica, acreditamos que a selva seguirá crescendo, na medida em que a História não pára. A primeira leitura neo-clássica do pensamento clássico liberal via na harmonia entre o interesse pessoal e o coletivo, gerado em um sistema de concorrência perfeita pela busca do máximo de benefício individual, a explicação da identidade da riqueza com bem estar. O hedonismo como Ética afiançava esta conclusão.

Entretanto, o neoclassicismo, apoiando seus fundamentos éticos no hedonismo, enfrentava um sério problema em seu discurso. A industrialização já havia em fins do sec. XIX gerado um poderoso movimento sindical, intimamente articulado com processos políticos de distinto grau de radicalidade em relação ao sistema social. Através da legislação social, de distintas alterações nas leis do trabalho, etc... a força trabalhista, objetivamente, vinha questionando a perfeição de uma repartição de rendas fundada no livre jogo das forças de mercado. Esta força, objetivamente, questionava o hedonismo como filosofia ética, e o neoclassicismo tinha que realizar uma 'operação-caramujo' para se desligar de uma defesa intransigente da repartição de rendas, sancionada, unicamente, pelo livre jogo das forças de mercado. Na medida em que o hedonismo soldava em único bloco a perfectibilidade do sistema de livre concorrência e a repartição, o neoclassicismo não tinha como, 'intra-muros de seu discurso', conciliar uma defesa intransigente da livre concorrência com a admissão de uma certa redistribuição parcial de rendas. Necessitava criar, ao nível do discurso, uma certa dissociação entre os dois conceitos - livre concorrência e repartição pessoal de rendas - de molde a po-

der defender o primeiro e admitir, sem incoerência apologética, uma certa correção na repartição de rendas. Esta operação era inadiável para que não fosse desacreditado todo o edifício.

Um outro vetor convergia para este problema. A expansão do Estado e a ampliação, mais que proporcional, do gasto público - seja para atender a itens militares, seja para atender a uma mais complexa administração pública, seja para alguns incipientes programas sociais - gerava um problema de fontes tributárias. A Escola Financeira italiana havia buscado, afanosa e tediosamente, ao longo do sec. XIX, uma forma impositiva que preenchesse os requisitos ideais da doutrina de imposto neutro. Esta doutrina é a proposição tributária adequada para o livre jogo das forças de mercado: se aceitamos a perfectabilidade do mecanismo as formas tributárias para financiar os modestos gastos autorizados pela doutrina para o Estado - devem ser tais que não afetem o perfeito mecanismo, nem tampouco firam a doutrina hedonista. Os financistas italianos como Diógenes - com seu homem sem maldade buscaram o imposto neutro sem encontrá-lo; porém as formas tributárias diretas pareceram-lhes ser mais 'neutras' em relação ao mecanismo de mercado, que as formas tributárias indiretas. No nível histórico-concreto os Estados tendiam a multiplicar formas tributárias diretas e a evoluir para um imposto de renda progressivo sobre os indivíduos. Em simultâneo à expansão dos gastos sociais, esta evolução podia ser captada como uma intervenção fiscal sobre a repartição pessoal de rendas.

A questão supra-delineada está na 'genesis' da Economia do Bem Estar. Marshall, em sua definição - do objetivo da ciência econômica - alimentado nas antigas referências - sublinhava sua "preocupação em maximizar o bem estar social". Marshall, em sua clássica definição, assim colocou o objetivo da ciência. Uma grande esperança o animava: que uma ciência com este objetivo pudesse definir um ideal de política econômica aceitável por todos, pacificador enfim; pois teria a chancela da ciência positiva. As questões sociais emergentes,

a clamorosa denúncia dos problemas sociais derivados da industrialização e o questionamento das bases do Sistema, poderiam (esta a esperança) ser 'enfrentados' pela ciência positiva. - Esta deveria por procedimentos científicos indicar e esclarecer a "maximização do bem estar social". (A ciência econômica indicando os fins e os meios.) Estamos, pois, entrando numa redução da Economia Política à Teoria da Política Econômica.

É certo que, cada um perseguindo seu interesse pessoal, em uma economia organizada sob condições - de perfeita concorrência em cada um de seus mercados, conduz à ótima alocação e utilização dos fatores de produção. Do ponto de vista da riqueza está garantida uma boa solução global; porém, como se relacionam riqueza e Bem Estar? Esta - pergunta tinha para Marshall uma resposta imediata: O Bem Estar coletivo é o resultado agregado dos bens estares individuais, e isto é obtido com a maximização da renda nacional.³ Esta, por sua vez, depende da perfeita alocação e utilização dos fatores, ou seja, da manutenção de condições de perfeita concorrência nos diversos mercados. Curiosa resposta vinda de Marshall : um simpatizante do (Fabianismo).

Este movimento inglês entre seu ideário supunha um progressivo programa de reformas sociais - num contexto democrático - entre as quais uma crescente intervenção estatal para corrigir a desigualdade de repartição pessoal de rendas. Entretanto, a inércia do pensamento 'científico'-conservador foi tão grande que Marshall - em flagrante conflito com suas simpatias fabianas - repetiu a velha resposta do liberalismo quimicamente puro, mantendo-se fiel ao nível da ciência com a antiga visão cor de rosa. Seu fabianismo não a desbotou.

3. Marshall fala de dividendo nacional. Ao nível político econômico, julgava que o jogo de impostos indiretos e subsídios poderia fomentar a utilidade agregada.

A resposta marshalliana, pretendendo ser pacificadora, arma uma grande confusão. Admitir um conceito de utilidade agregada como categoria a maximizar permite duas colocações distintas a nível de 'racionalidade', que ilustram as respostas - tipo dos parágrafos anteriores.

Um desdobramento do primeiro tipo de resposta: o Bem Estar agregado é igual à soma dos Bens Estares individuais. A maximização do dividendo nacional - critério marshalliano - não garante a maximização do Bem Estar, na medida em que as rendas individuais seja diferenciadas. Sendo comparáveis as utilidades marginais, o ponto de máximo Bem Estar deve coincidir com uma dada distribuição de rendas: coloca-se pois o problema de repartição pessoal. Essa foi a pergunta de PIGOU, em 1920, no "The Economics de Welfare". Qual a repartição adequada? É fácil: quanto mais igualmente repartida for a renda, mais elevado será o nível do bem estar. Aplicada a hipótese da utilidade marginal decrescente da renda monetária, a utilidade social agregada aumentaria pela transferência de renda das capas ricas às menos aquinhoadas. A resposta de Pigou resolve dois problemas para o discurso neo-clássico:

a) preserva, ao nível do discurso, a perfectabilidade do mecanismo de preços desde que os mercados estejam sob condições de perfeita concorrência. Este mecanismo é perfeito para a alocação e utilização frente a qualquer repartição pessoal de rendas dada;

b) integra no mesmo discurso o papel do Estado redistribuidor que poderia basear sua carga impositiva em impostos diretos e progressivos, bem como realizar gastos sociais que beneficiassem as capas mais pobres da sociedade.

Hobson coloca o desdobramento do segundo tipo - de maior 'radicalidade' - onde existe um conceito maior que o Bem Estar econômico : o Bem Estar humano. Existem consumos degradantes do homem, existem trabalhos que empobrecem o espírito e humilham a pessoa humana. "A ética não é estranha à economia: os mesmos fatos são ao mesmo tempo, econômicos e éticos".⁶ Hobson, a partir das categorias neo-clássicas, colocou romanticamente a exigência do sistema: observar uma certa ética de respeito e preservação da dignidade de pessoa humana; o resultado foi propor reformas sociais da maior radicalidade.

Por estranhos caminhos, dois neo-clássicos, explorando a função de Bem Estar marshalliana, estouraram - ao nível de seus respectivos discursos - com o programa liberal. Convenhamos, nem repartição igualitária da renda, nem uma ética de preservação do homem no consumo e no trabalho são metas do Sistema que inspirou a ciência 'neo-clássica'.

O impasse gerado pela pergunta de Marshall e o 'mal estar' derivado das respostas 'científicas' - obtidas levou o neoclassicismo a duas rotas de reflexão distintas: ambas assumem a impossibilidade de mensuração da utilidade e a absoluta ausência de significado econômico na comparabilidade interpessoal de utilidade. A primeira solução é a nossa já conhecida formalização robbinsoniana que, reduzindo a economia à praxiologia, situa qualquer investigação sobre os fins fora do território da economia. (Já tivemos oportunidade de apreciar alguns desdobramentos desta posição.) A segunda porta para a solução foi uma exploração a fundo da colocação de Edgeworth-Pareto da impossibilidade de comparação interpessoal de utilidade, cuja proposição maior resulta na ausência de um critério endógeno que permita afirmar se é maior, menor ou igual a utilidade da n -ésima unidade de renda de um indivíduo rico comprada à n -ésima unidade de um pobre. Esta colocação, que é, em seu postulado inicial, um hino à subjeti-

6 HOBSON, J. "The Social System". (pg. 69) citado por James, E. "Histoire de la pensée Economique au XX^e Siècle". Trad. Esp., México, FCE, 1957, pg. 142.

vidade individual, abre caminho ao festival neo-clássico conhecido por "nova Economia do Bem Estar".

A solução robbinsoniana sustenta uma hipertrofia de soluções meramente formais e propõe uma ética com grande 'sexappeal', para a tecnocracia. Porém, aos olhos da ciência positiva, apresentava um grave defeito: apoiar-se em um método dedutivo formal. Para os espíritos positivos, a segunda rota Paretiana parecia muito mais 'científica'. Por esta via enveredou-se o pensamento neo-clássico moderno com consequências curiosíssimas, como veremos a seguir. Continuava em aberto uma grave questão: é possível indicar um procedimento de maximização para o sistema econômico obtido 'intra-muros da ciência'. O barbas-brancas reluta em renunciar ao 'poder espiritual' e ficar mero serventuário do 'poder temporal'.

O ponto de partida deste interessante debate é fornecido pelo modelo de equilíbrio geral de Pareto, apresentado em 1906, em seu "Manuel d'Economie Politique". Trata-se, em grandes linhas, do modelo walrasiano com a hipótese ordinal de preferências. Pareto formulou um critério para o ótimo: "uma configuração constituída por um conjunto de grandezas não confrontáveis, diz-se máxima, quando não é possível aumentar uma destas grandezas não confrontáveis sem diminuir qualquer outra".⁷ A nível da família, o critério paretiano seria caracterizado pelo fato de que, num máximo de 'ophélimité' ou deseabilidade de uma canastra de bens, ela não poderia atingir um nível de abastecimento ou provisionamento mais elevado sem que outra economia familiar baixasse a um nível de provisionamento inferior. Demonstra-se que existem infinitas configurações ótimas paretianas. Essa conclusão nada tem de surpreendente, dado a impugnação da hipótese da escola de Cambridge da comparabilidade interpessoal de utilidades.

⁷ NAPOLEONI, C. op. cit. pg. 40.

"Em relação ao sistema econômico no seu conjunto, as configurações ótimas referentes, conjuntamente, à produção e ao consumo são aquelas (naturalmente em número infinito) nas quais se verifica uma distribuição ótima, entre os vários sujeitos, de quantidade de bens pertencentes a configurações eficientes".⁸ Os ótimos paretianos são coincidentes com os resultados alcançados pelo sistema de mercado em condições de concorrência perfeita: "A configuração ótima, obtida pela concorrência, depende de uma única circunstância, isto é, da distribuição inicial dos recursos produtivos e também, não havendo atos políticos de redistribuição, das distribuições finais dos rendimentos entre os sujeitos econômicos ... O critério de Pareto não serve para confrontar duas situações, ambas ótimas".⁹

A determinação do ótimo de 'ophélimité', colocando a condição necessária ao nível da alocação dos fatores para uma dada repartição de rendas, admite infinitos ótimos. Com seu critério estaria superado o incômodo problema da repartição de rendas; qualquer é ótima, o ótimo de Pareto é ótimo como argumento conservador.

O critério de ótimo de Pareto é o mais conservador possível, porém privilegia apenas a impossibilidade de aumento de produção de um bem, mediante realocação de fatores produtivos, sem diminuir a produção de outro bem. Entretanto, este critério não poderia ser aperfeiçoado?

Hotelling considera que uma medida político-econômica aumenta a riqueza se favorece a um sujeito econômico sem prejudicar a riqueza de outro. ¹⁰

⁸ NAPOLEONI, C. op. cit. pg. 40.

⁹ Idem, Ibidem, pg. 41/2.

¹⁰ HOTELING, H. "The General Welfare Interrelation". In *Econometrika*, Jul, 1938.

Kaldor, colocando aquela pergunta, - responde que uma medida político-econômica (redistributiva ou de outra natureza) que gere ganhos para o grupo beneficiado, superiores às perdas do grupo prejudicado, é plenamente justificável se adotado o princípio da compensação (indenização do prejuízo).¹¹ Hicks considera o critério correto independente do princípio de compensação.¹² Scitowsky¹³ critica o princípio de compensação 'porque' repousa implícita e gratuitamente num juízo de valor: a idéia de que os perdedores são socialmente mais interessantes e que a situação anterior era digna de ser mantida".¹⁴ Além disso, Scitowsky mostra que o princípio da compensação pode aumentar a desigualdade da repartição de rendas. Se a medida político-econômica beneficiar um grupo de estrato superior, este estará em posição de 'subornar' o grupo do estrato de rendas inferior. Como medida da atmosfera de irrealismo em que a discussão se desenvolve, Scitowsky admite um critério complementar: impedir esse tipo de 'suborno'. O que não impede a Napoleoni considerar que: "a importância do critério Kaldor-Hicks é evidentemente notável, porque alarga a esfera dos atos de política econômica (científicos) sobre os quais se torna possível expressar um juízo objetivo e não de valor".¹⁵ O critério Kaldor-Hicks, literalmente, 'arromba' a construção neo-clássica a toda e qualquer intervenção, desde que se opere através do mercado de concorrência perfeita. Seria, entretanto, uma violação 'cientificamente' consentida, e a honra da ciência estaria salva. O consentimento de intervenção, desde que via mercado, alicerça a idéia

11 KALDOR, N. "Welfare Propositions and Interpersonal Comparisons of Utility". In "Economic Journal". Set, 1939.

12 HICKS, J.R. "The Foundations of Welfare Economics". In "Economic Journal". Dez, 1939.

13 SCITOWSKY, T. "The State of Welfare Economics". In "American Economic Review". Jul. 1951.

14 JAMES, E. op. cit. pg. 563.

15 NAPOLEONI, C. op. cit. pg. 43.

de que os instrumentos de política econômica de ação indireta (de ação por indução) são os instrumentos 'cientificamente' - permitidos.

Neste ponto chega-se num curioso balanço: pela linha Marshall-Pigou conclui-se pelo 'curioso' ideal de uma igualitária repartição de rendas; pela linha Pareto-Kaldor-Hicks, com elegância, admite-se a intervenção. Sem dúvida nenhuma, irônicos resultados de um corpo científico de defesa do 'status quo', que na verdade faz apenas a defesa de algo historicamente superado: "o sistema de concorrência perfeita".

Da mesma forma que o 'ancient regime' da utilidade cardinal foi 'estourado' pelo próprio discurso neo-clássico, o novo castelo de cartas apoiado no princípio ordinal (desenvolvido com elegância pela Teoria do Consumidor de Hicks) do 'nouvelle regime', encontrou oposição no perímetro da própria 'ciência oficial'.

Segundo Hicks propôs em "Valor e Capital", a Teoria do Consumidor seria estática e operaria com bens homogêneos; adotaria as hipóteses de : escolha entre as infinitas combinações de bens (onisciência do consumidor); consistência (sequência invariável das escolhas preferidas); insaciabilidade (desejo continuado por bens); etc...¹⁷ Um pilar tão irreal semeou a dúvida nas hostes neo-clássicas. Os consumidores lidam com bens singulares; uma grande parte dos bens adquiridos é fixas (habitação, luz, transporte, etc.); a imagem do consumidor como um computador que instantaneamente mudava de um ponto de equilíbrio para outro é no mínimo estranha. Que fazer da força dos costumes? A escolha não é, antes, um problema de condicionamento do consumidor do que de cálculo?

¹⁷ HICKS, J. R. "Value and Capital". Oxford, Univ. Press., 1939.

as necessidades não são unidimensionais, estão agrupadas por complexos de desejos por diferentes bens, etc... Essas e muitas outras 'pequenas' objeções ao pilar não impediram que o Prof. Hicks publicasse em 1956 novo texto, reiterando sua construção de 1939 com maior elegância formal.¹⁸ E o interessante debate continuou. A teoria do consumidor para alguns poderia ser derivada de observação, para outros (o próprio Hicks) assumia uma posição introspectiva: somente se poderia olhar o seu interior teórico - chegava-se à introspecção no vácuo.

SELIGMAN resume esta posição: "Deve-se (segundo Hicks) começar com a hipótese de preferência para separar os efeitos dos preços reais da complexa matriz de forças que influem sobre o comportamento do consumidor. O objetivo consiste em observar as reações dos consumidores quando se tomam em conta, unicamente, os preços e as rendas. Nada mais importa, nem é necessário demonstrar a validade da hipótese de preferência, pois sua utilidade é completamente pragmática, unicamente interessa à riqueza de deduções que proporciona. Em consequência, a teoria de demanda se converte na aplicação econômica da teoria lógica da ordenação".¹⁹

Porém, o festival do "new welfare economics" não havia esgotado suas possibilidades: é um espetáculo contínuo. Entra em cena Samuelson, com a Teoria da Preferência Revelada do Consumidor, onde sublinha o valor epistemológico dos dados observáveis. A teoria dos conjuntos fornece os conceitos de ordenação débil e ordenação forte de pontos relacionados. Supondo-se que o consumidor chega ao

¹⁸ HICKS, J.R. "A Revision on Demand Theory". Oxford, Univ. Press., 1956.

¹⁹ SELIGMAN, B. op. cit. pg. 497.

mercado comprometido, com preferências já definidas (ordenação forte), está disponível tudo o que se precisa saber sobre seu comportamento no mercado. (Uma forma muito elegante de valorizar o tão querido nível de aparência do positivismo) - Se o consumidor no mercado mantém sua preferência, ainda que o preço do bem suba ou seja superior aos de outros bens, diz-se, isto nos termos de Samuelson, que tem uma preferência revelada. Samuelson, como bom e leal americano, tinha que admitir esta revelação, que corresponde ao comportamento do consumidor 'como boi da boiada' a que foi conduzido de 'ditador' a 'objeto' de manipulação do consumo de massa e das técnicas de sedução propagandísticas. Samuelson via, pois, no tratamento de Hicks (o consumidor chega ao mercado indiferente), 'uma ordenação débil' a que contrapunha o maior 'realismo' de sua 'ordenação forte'. (Abaixo a soberania racional do consumidor).

Esta proposição de Samuelson é uma peça, apenas, do edifício lógico-matemático de seu "Foundations".²⁰ A ambição principal de Samuelson era unificar o corpo teórico tradicional do neoclassicismo com a máxima - precisão lógico-matemática, mediante o uso de instrumentos matemáticos que permitissem a verificação empírica das proposições; caso contrário, seria 'teoria qua teoria' carecendo de significado funcional. A tarefa do economista seria demonstrar a existência, na teoria geral e nos seus ramos especiais (fiscal, comércio exterior, etc...), de "... teoremas significativos formalmente idênticos derivados todos eles de um método essencialmente análogo".²¹ Por significativo entendendo proposições verificáveis, independentemente de sua importância ou trivalidade.²² As hipóteses fundamentais na base da teoria seriam a descrição de um máximo e a deter

²⁰ SAMUELSON, P. A. "Foundations of Economic Analysis" (1947) citações segundo a Trad. Esp., Buenos Aires, El Ateneo, n/d.

²¹ Idem, Ibidem, pg. 5.

²² SAMUELSON adotou a posição denominada operacionalista do neo-positivismo. O conceito do método tem que ser explicitado em termos de componentes básicos da operação.

minação das condições de estabilidade. Equilíbrio significa um exame de um problema de máxi ou minimização; assim, o problema teórico não é apenas determinar o máximo, mas também, as condições secundárias para a obtenção do máximo. ²³

Este é o ângulo de abordagem de Samuelson ao "Welfare Economics", em uma tentativa de máxima - objetividade científica. Para fazê-lo, lança mão de uma série de aperfeiçoamentos das técnicas de cálculo matemático: programação linear e não linear, análise 'input/out put' etc... Reconhecendo a discreção dos fatos observáveis, pode utilizar o cálculo de diferenças finitas, etc... Um máximo de revestimento para o recapeamento do velho edifício neo-clássico.

Samuelson pragmaticamente aceita incorporar juízos de valor na economia do Bem Estar, adotando a posição de BERGSON: ²⁴ "Em contraste com os teóricos de economia do Bem Estar anteriores, Bergson explicitava os juízos do valor. Estes, segundo disse, poderiam determinar-se por uma autoridade superior. É possível desenvolver as curvas de indiferença para julgar qualquer política econômica a que se propusera". ²⁵ Pela função bergsoniana os objetivos da política econômica poderiam ser medidos segundo uma função de Bem Estar social. Esta função deveria refletir o bem estar individual, o Bem Estar coletivo e avaliar a forma como o bem estar se distribui na sociedade. Com uma função deste tipo a ciência não mais constrói a Teoria da Política Econômica, se resigna a tentar estimar as consequências prováveis em termos de Bem Estar dos atos das autoridades. Isto soa muito objetivo e digno para Samuelson: um enfoque científico-pragmático. Com uma função destas é possível 'simular' políticas econômicas. SAMUELSON: "é um exercício de análise econômica examinar

²³ CF. SELIGMAN, B.B. op. cit. pgs. 513/6.

²⁴ BERGSON, A. "The Social Welfare Function". In 'Readings in Economic Analysis', Cambridge Univ. Press., 1950, está reproduzido o pioneiro artigo de 1938: "A Reformulation of Certain Aspects of Welfare Economics". In "Quarterly Journal of Economics". Fev., 1938.

²⁵ SELIGMAN, B.B. op. cit. pgs. 517/8.

as conseqüências dos diversos juízos de valor, os compartam ou não o teórico".²⁶ Em princípio, cada indivíduo, em relação à forma como os critérios político-econômicos afetem as variáveis de sua função de bem-estar, poderá votar contra, a favor ou em branco (isto se chama pomposamente de método ordinal da valência mais alta, mais baixa e indiferente). Este caminho Bergson - Samuelson converge para os famosos "modelos de simulação" de política econômica, "um dos brinquedos de economista em seu sonho tecnocrático".

A selva é praticamente impenetrável²⁷ - uma vida não é suficiente para desbravá-la.²⁸ BLAUG disse que "os economistas têm horror ao vazio teórico ao igual - que a Natureza tem horror ao vazio físico, e, em economia, como nas demais ciências, (obsessiva preocupação) ocorre que as teorias são substituídas por outras teorias melhores, porém nunca e simplesmente porque os fatos sejam contraditórios".²⁹ Parafraseando livremente, diríamos que os economistas neo-clássicos têm fascínio pelo vazio, pois nele é sempre possível encontrar infinitas vacuidades.

Tudo isto para esconder o valor de uso - prescindindo do conceito de valor, que, entretanto, teimosamente, apresenta contínuas ressurgências ao discurso neo-clássico, por mais que se opere e reopere as hipóteses de mensurabilidade e comparabilidade interpessoal da utilidade.

26 SAMUELSON, P.A. op. cit. pg. 220.

27 O interessado pode consultar bibliografias que se assemelham a catálogos telefônicos, ou deliciar-se com obras como GRAFF, J.V. "The Theoretical Welfare Economics". Trad. Esp., Buenos Aires, Amorrortu, 1967.

28 Com a condição restritiva secundária de ou fosse mantida no modelo biográfico a subhipótese de preservabilidade de lucidez.

29 BLAUG, H. op. cit. pp. 853.

Como avaliam os economistas neo-clássicos os resultados a que chegaram com 'a selva' da nova economia do Bem Estar? Acreditam que houve o momento de glória: a redução da Economia Política à Teoria da Política Econômica? A ciência econômica, com os métodos que lhe são próprios, é capaz de indicar fins - isentos de qualquer contaminação axiológica - e meios para sua consecução? A ciência econômica, em um ato de Minerva, dispõe de um método geral para iluminar o político, retirando-o de um estágio pré-científico? A Nova economia do Bem Estar logrou construir a política econômica como uma ciência de preceitos para "uma direção e desenvolvimento racional da economia", como propunha Menger? ³⁰

Creio que houve um ciclo no entusiasmo neo-clássico pela economia do Bem Estar. Em sua face inicial de prosperidade foram formuladas as propostas mais ambiciosas, acreditando-se que a redução seria factível; seguiu-se uma fase de depressão, na qual, apesar da maximização da elegância formal, existe um 'fundo de desconfiança', de cautela, quanto às ligações entre o imenso edifício e seus alicerces com o real. Essa desconfiança fez com que alguns dos cultores mais atilados da ginástica do Welfare debandassem das hostes (O Samuelson atual fez profissão de fé institucionalista; Kaldor renunciou aos pecados da juventude, etc...). O que não impede que a selva continue crescendo, à espera de um novo refinamento lógico-matemático para rebrotar com novo vigor e mais irrealismo.

Escutemos a Sra. HICKS: "A economia pode dividir-se em dois distintos processos. De um lado existe o que chamamos o setor positivo, cuja tarefa é descrever as instituições econômicas da sociedade (por exemplo, a organização da indústria) e analisar a conexão causal das reações destas instituições com os estímulos econômicos e não econômicos. Esta parte da disciplina econômica pode considerar-se como sua anatomia e fisiologia. De outro lado, não menos importante,-

30 MENGER, C. "The Method of Economic Science". Trad. Ital., Turin, UTET, 1937, pg. 31.

está o setor normativo, cuja tarefa não é somente determinar os corretos critérios da política, mas também, sobre a base destes critérios de política, proporcionar um método para selecionar o melhor entre um número de fins econômicos ou, em outros casos, o melhor caminho econômico, para lograr um fim dado não econômico. Continuando nossa metáfora médica, diríamos que esta seção trata dos aspectos preventivos e terapêuticos da economia".³¹

A Sra. Hicks, sem a menor dúvida, - confiava nos resultados da "new welfare economics", pois elucida sobre os 'corretos critérios' : i) lograr o ótimo de produção : com um sistema dado de recursos, de tal modo que resulte impossível, por meio de uma nova distribuição de fatores, incrementar a produção de um bem sem diminuir a de outro; e ii) lograr o ótimo de utilidade : eleger dentro dos ótimos de produção uma estrutura que faça máximas as satisfações. A utilidade se faz máxima quando é impossível incrementar a satisfação, "melhorar a posição de um indivíduo sem diminuir a satisfação de outro, depois de ter em conta o princípio da compensação".³² A Sra. Hicks revela, sem dúvida, autonomia intelectual em relação ao esposo, pois, em relação à compensação, é mais Kaldor que Hicks, porém não deixa dúvidas de que existem economistas tranquilos "em fazer tratamento preventivo ou terapêutico, armados com os critérios da nova economia do Bem Estar".

Autores neo-clássicos, na fase de prosperidade da economia do Bem Estar, de inquestionável axiologia liberal, chegaram especulando em seu contexto ao que denomino "reformismo bem comportado". MEADE coloca : "Para que

³¹ HICKS, U. "Public Finance" . México, Aguillar, 1956, pgs. 118/9. (Trad. Port. Rio ZAHAR, 1961.)

³² Idem, Ibidem, pg. 122.

o sistema monetário e de preços possa funcionar com equidade, é necessário atingir uma distribuição justa de renda e de propriedade... A desigualdade torna o sistema não só inequitativo, mas também ineficiente, de forma que é condição prévia... tomar medidas radicais para assegurar uma distribuição toleravelmente equitativa de receita e de propriedade".³³ Meade não pensa em um sistema socialista; tem presente uma economia de mercado otimizada.

Entretanto, a partir da matriz neo-clássica e com intimidade no discurso do Bem Estar, podem nascer" posições reformistas mal comportadas", tão bem representadas por Lange, que faz a crítica do capitalismo por sua baixa eficácia e procura demonstrar, pelo discurso do Bem Estar, que somente no socialismo será possível reduzir a Economia Política à Teoria da Política Econômica.^{34,35} LANGE admite que "a máxima satisfação de necessidades é lograda se as utilidades marginais são as mesmas para todos os perceptores de renda, e se as quantidades de trabalho são distribuídas pelas diferentes profissões de tal modo que as diferenças de valor entre os produtos marginais do trabalho, nas diferentes profissões, igualam as diferenças na desutilidade marginal destas profissões. Uma distribuição igualitária de rendas garante um máximo de riqueza em uma sociedade, considerando a desuti-

33 MEADE, J.E, "Planning and the Price Mechanism".(pg. 35) citado por Robinson, J. In. "Economic Philosophie". Rio de Janeiro, ZAHAR, 1964, pg. 35.

34 A linha de Lange foi explorada por muitos autores. DICKINSON, DUREIN, TAYLOR, etc... Muitos neo-clássicos, em crise com a crise dos 30, fizeram a demonstração economicista da necessidade racional do socialismo.

35 LANGE, Q. "On the Economic Theory of Socialism"Minnesota, U.Press, 1938.

lidade do trabalho como 'custo de oportunidade' e incluindo os benefícios da liberdade, segurança e agradáveis condições de trabalho no sistema de preferências".³⁶

Por outra parte, para Lange, como a concorrência perfeita não é garantida no capitalismo, o ideal do Bem Estar (correspondência de preço - custo marginal) não é realizável neste sistema; somente uma economia socialista planejada poderia adotar o critério. Lange, com o discurso do Bem Estar e o "pathos" neo-clássico, demonstra racionalmente as vantagens do socialismo. Esta demonstração é incômoda porque é 'científica' e está apoiada no neoclassicismo.

Estas classes reformistas do discurso acadêmico do Bem Estar, apesar de inócuas ante a História, produzem o que eu denominaria uma desconfiança neo-clássica que reopera (derivada segunda de sua função ideológica) um esvaziamento da concepção inicial de Bem Estar. Assim, LITTLE conclui que não existe um critério objetivo de Bem Estar.³⁷ Todos os critérios têm alguma axiologia: porque não reconhecer que qualquer exame, em nome do ideal de Bem Estar, depende de opções axiológicas? Arrow é um neo-clássico cético quanto à utilização das demonstrações da nova economia do Bem Estar.³⁸ O indivíduo pode definir seu nível enquanto que a sociedade não pode: e a partir dos indivíduos não se chega ao critério de Bem Estar coletivo. Uma autoridade superior pode fixar o critério, porém não há garantia científica de que seja racional: mesmo com um sistema democrático a escolha de um critério pela maioria não tem aquela garantia porque a minoria estaria desprotegida. Por esta razão, Arrow evolui para uma posição (a priori) de intransigente defesa das liberdades individuais, retomando a longa tradição de defesa no estilo V. Mises, Hayek, etc...

36 STAVEHAGEN, G. op. cit. pg. 331.

37 LITTLE, I. M. D. "A Critique of Welfare Economics". Clarendon Press., Oxford, 1950.

38 ARROW, K. J. "Social Choice and Individual Values". New York, Wiley, 1952.

Outros, com Watson, reconhecem e deplo-
ram que a economia do Bem Estar frustrou-se em seu objetivo de
construir um corpo de conhecimento capaz de suportar um conjun-
to de princípios para as políticas econômicas setoriais devido
a não ter resolvido o problema dos conflitos de interesse! ³⁹
Depoimentos deste tipo (fase de depressão) devem ser contrapos-
tos à advertência de Hicks (fase de prosperidade): "A exclusão
da economia do Bem Estar do corpo de investigação do economis-
ta poderia transformar-se facilmente em uma escapatória para
evitar questões agudas, que levaria com certeza à eutanásia de
nossa ciência". ⁴⁰

A incrível sofisticação discursiva, a
adoção do linguajar de critérios de verificação de significado,
do positivismo lógico, a linguagem dos modelos e suas relações
funcionais, a "fronteira de Bem Estar" de produção como aplica-
ção da teoria matemática dos máximos condicionados, o uso da
teoria dos conjuntos, equações diferenciais, derivados primei-
ras, parciais etc... séries discretas e equações de diferenças
finitas, análise de input/out-put, incorporação de expectativas
e probabilidades no discurso etc... uma febril atividade inte-
lectual e editorial, merecem do insuspeito Robertson a seguin-
te avaliação: "Meu sentimento pessoal é que, ainda que boa do-
se de energia intelectual de primeira ordem tenha sido gasta
neste campo (o Bem Estar) nos últimos quinze anos, nada de ver-
dadeira importância foi produzido". ⁴¹ Outros, refletin-

39 WATSON, D. S. "Economic Policy", Trad. Esp., Madri, Gredos, 1965. Por exemplo: com a política fiscal Samuelson, em três artigos ("The Public Theory of Public Expenditures" - In "Review of Economics and Statistics." Nov, 1954; "A Diagrammatic Exposition of a Theory of Public Expenditures". - In "R.E.S." Nov, 1955; e "Aspects of Public Expenditure Theory" "R.E.S." Nov, 1958) concluiu pela impossibilidade teórica de desenvolver uma solução para a política fiscal otimizada-
ra.

40 HICKS, J. R. "The Foundations of Welfare Economics". In "Economic Journal" dez, 1939.

41 ROBERTSON, D. "A Revolutionnists Handbook". In "Quaterly - Journal of Economics". Fev, 1950.

do a posição de "modesto operador", concordam com MEYNAUD : "Como estas teorias (do Bem Estar) têm a pretensão de substituir as motivações empíricas das autoridades por critérios de ação-cientificamente discutíveis, não podemos extrair delas outra conclusão que seu fracasso".⁴² Finalmente, uns outros, como o generoso Smithies, consideram que lograram: a) substituir o desgastado hedonismo por uma nova base ética; b) fundamentar a progressividade do imposto pessoal sobre a renda; c) impor o conceito de renda nacional real como medida do bem estar material e d) firmar a crença na eficiência da escolha.⁴³

A historiofobia inibe os atacados por esta enfermidade de ver o real. Se houvesse a necessidade de uma prova de verificação e significação deste enunciado, a selva do Bem Estar o demonstraria inequivocamente.

São verdadeiramente insondáveis os abismos que a vacuidade dispõe para seus cultores. Alguns exemplos selecionados:

A antiga economia do Bem Estar demonstrou que, dada uma distribuição de recursos e estado da técnica, se obteria um ótimo de bem estar em condições de concorrência perfeita. A nova economia do Bem Estar apresentou a proposição inversa, ou seja, a cada ótimo de Bem Estar corresponde uma situação de concorrência perfeita em cada e em todos os mercados. Esta demonstração biunívoca de óptimo e concorrência perfeita é vista por alguns neo-clássicos do Bem Estar como justificativa 'científica' para a política ahistórica antimonopolista. Outros, como Boulding, mais colados ao 'real', admitem (leram os trabalhos

42 MEYNAUD, J. op. cit. pgs. 124/5.

43 SMITHIES, A. op. cit. pgs. 18/22.

de Robinson, Chamberlin, Schumpeter, etc...) que as formas imperfeitas, os monopólios e os oligopólios estão aí, e são úteis e eficazes para o Sistema (economias de escala, controle de riscos, etc...).⁴⁴ Porém, intoxicados pelas demonstrações do Bem Estar, sugerem a instituição de um controle público sobre o funcionamento das empresas que assegure a fixação de preços segundo seu custo marginal. Finalmente, alguns, como Graaff, falam de Bem Estar potencial (o fixado pela teoria) e Bem Estar factível (o obtível incorporando as restrições oriundas da situação real - a segunda rota de colagem a que já fizemos referência).⁴⁵ Escutemos o que este autor do Bem Estar nos diz na década dos 60: "A relação entre a fronteira do Bem Estar (o lugar de possibilidade da utilidade) e a linha de eficiência (lugar das alternativas distintas de Bem Estar obtíveis por articulações redistributivas) assim se articula: a fronteira do Bem Estar mostra o melhor que se pode fazer - dados os gostos e as técnicas - em um vazio institucional; a linha de eficiência indica o melhor que se pode fazer, se se considera - dado o marco institucional vigente e dentro do mesmo".⁴⁶ Graff defende que a posição da novíssima economia do Bem Estar deve se preocupar em comparar posições sub-ótimas "porque nos interessa comparar posições sub-ótimas? - Porque, no mundo atual, é extraordinariamente difícil que uma sociedade esteja situada sobre sua fronteira de Bem Estar. Se não existissem efeitos externos, se a fronteira de produção fosse independente da distribuição da riqueza e se as curvaturas relativas das curvas de transformação e de indiferença fossem corretas, poder-se-ia chegar a um equilíbrio competitivo pleno".⁴⁷

44 BOULDING, K. "Welfare Economics". citado por James, E. op. cit. pg. 560.

45 GRAFF, J. V. op. cit. pg. 81.

46 Idem, ibidem, op. cit. pg. 79.

47 Idem, ibidem, op. cit. pg. 79.

Graff deplora o atual mundo, porque se deslocou do Bem Estar. Assim a neo-nova economia do Bem Estar se retira para as fronteiras do sub-óptimo onde, com a topologia - a geometria das geometrias - (novo modismo matemático) em busca do "Second Best", certamente continuará explorando o vácuo em suas infinitas possibilidades vazias. 48

O que sobrou então do esforço pela Teoria da Política Econômica, além da ameaça sempre renovada de maior emaranhado na selva? Algum prêmio de consolação? Creio que sim. Vejamos:

a) Conseguiram dar à economia neo-clássica uma encardenação (abstrusa e terrificante. Mimetizado em ciência, o valor-de uso com a imensa sobrecarga fornecida pelo discurso lógico-matemático ganha para espíritos menos avisados o aspecto de ciência com seus atributos pedagógicos intimidantes (pouco clara, simbolizada, densa, etc.) - dando a seus cultores não o conhecimento, mas o "aspecto" de sábios. E isto é importante para a 'ciência oficial'.

b) É sempre possível invocar o valor (heurístico) de suas construções teóricas. BLAUG se consola: "Muitos fenômenos econômicos, todavia, não foram sistematizados e apesar disso os economistas não querem permanecer - calçados somente porque se diz que a ciência deve consistir unicamente em teoremas verificáveis. Uma 'teoria' não tem que ser condenada simplesmente porque seja agora improvável; nem tampouco se sua configuração é tal que impeça uma demonstração, sempre que dirija sua atenção a um problema importante e proporcione um marco adequado para seu estudo, a partir do qual

§ Fronteiras com hipóteses de conjuntos finitos de unidades discretas admitem tratamentos topológicos. (Assim dizem)

talvez um dia surja uma implicação comprobatória. Não se pode negar que muitas das chamadas 'teorias econômicas' carecem de conteúdo substantivo e servem unicamente como sistemas de registro para organizar a informação empírica. Pedir a eliminação de todos os postulados e teoremas heurísticos, com o desejo de levar ao limite princípio da verificação, equivale a proibir toda nova investigação em muitos ramos de economia".⁴⁹

"... tudo vai pelo melhor na melhor das teorias possíveis". Aliás, BLAUG já disse que "é melhor uma má teoria do que nenhuma teoria". Enquanto não aparecem as implicações comprobatórias, o economista Pangloss sempre pode, com um máximo de aparato lógico-matemático aceitando, como Samuelson nos "Foundations", a meta de demonstrar a presença de "... teoremas significativos..." com provar no campo da economia do Bem Estar interpretado como maximização de relações de 'input/out-put' o que assinalou SELIGMAN: "... Samuelson encontrou que unicamente se alcançavam resultados triviais. A conclusão de que a produção maior de um bem era desejável; - que o mesmo out-put podia obter-se com quantidade menor de input... ; a igualdade de distribuição - de rendas, normalmente apresentada como uma condição para a maximização do Bem Estar, implicava também na igualdade nos desejos, etc..."⁵⁰

c) Numa época permissiva, é perfeitamente admissível o refúgio ao nível da onisciência. Os velhos neo-clássicos, com a tranquilidade que a Lei de Say lhes conferia, trabalhavam suas abstrações micro-econômicas -

⁴⁹ BLAUG, M. op. cit. pgs. 884/5.

⁵⁰ SELIGMAN, B, op. cit. pg. 519.

com a condição 'ceteris paribus'. Os novos neo-clássicos, cotucados para o nível macro, perturbados com a vertigem, têm uma linha de fuga no recurso epistemológico que GRAFF confessa honestamente que utilizará: - "Um recurso expositivo que empregaremos ocasionalmente consiste em supor a presença de um personagem onisciente - o economista observador - que dispõe de quanta informação possa fazer-nos falta no relativo a gostos e técnicas, ao porvir e a qualquer outra coisa. Este procedimento, que nenhum subjetivista recalcitrante aplicaria com caráter geral tem, entretanto, suas vantagens: nos permitirá assegurar, com certeza, que a informação obtida por tal meio é correta, privilégio de que serão carentes, em troca, os membros da comunidade estudada". ⁵¹ (o valor heurístico também aplicado ao economista).

Não conseguimos desbravar a zona densa da floresta, suas técnicas e modismos nos enfastiam e é totalmente desanimador construir Teorias de Política Econômica de valor heurístico estendendo, a si mesmo, o mesmo princípio. Não temos forças para tanto; entretanto, cabe nessa altura fazer um balanço de neo-classicismo em matéria de Teoria da Política Econômica :

- a) Repetiram 'urbi et orbi' as excelências de um sistema de concorrência perfeita. Demonstraram 'ad nauseam' este tema. Com mil variantes daí caminharam para o real. Alguns o desconhecaram e se fecharam na concha científica. Esses merecem cuidadoso estudo malacológico. Outros pretenderam reformar o real trazendo-o para o ideal; a isso chamaram Teoria da Política Eco-

51 GRAFF, J. V. op. cit. pgs. 12/3.

nômica. Outros admitiram que o real pudesse fornecer uma escala de valores estabelecida arbitrariamente pelo Estado, pelas elites, ou democraticamente. Para alguns este problema era assustador por causa das minorias. Neste caso evoluíram para o mais elementar nível ideológico fazendo-se propagandistas apologeticos dos princípios da livre empresa, respeito à tradição, que sei eu. Alguns viraram socialistas neo-clássicos, como Oscar Lange. Uma legião permanece na selva, tentando, com o modismo do momento, desbravá-la (no momento a moda é a topologia).

Afinal de contas, o conceito de Bem Estar é tão simpático, tão unificador, que pode polarizar toda a política econômica. Sob uma função de Bem Estar agregada é possível dar ordem e fazer progredir a sociedade. O conceito permite capear todo o sistema de juízos de valor econômico do indivíduo, dos grupos sociais e da sociedade. Como renunciar à Teoria da Política Econômica? Deve existir alguma maneira: continuemos.

- b) Todos repudiam a História; são 'historiófobos'. Nisto todos estão de acordo: positivistas, neo-positivistas, neo-neo-positivistas etc... Esta opção já foi feita. Estão com a ciência.
- c) Em relação às instituições, uma dupla postura: desconhecer a categoria por sua contaminação historicista; aceitá-las e servi-las com sua ciência. Daí a pobreza de sua visão de Estado: tratado como um sujeito nas operações teóricas, ignorado na maioria dos modelos, considerado como recebedor/pagador na parte especial - fiscal de ciência que constroem, é, por outro lado, o patrão a servir.

Denomino os que, em matéria de política econômica, se refugiam na cândida transposição da fórmula robbinsoniana, 'modestos-operadores', enquanto reservo a denominação de 'neo-positivas' aos esforçados autores da Economia do Bem Estar. Alguém poderia contestar esta denominação, considerando como traço dominante do pensamento positivista o respeito ao fato. Responderia a esta contestação dizendo que me parecem ser seus traços principais a historiofobia e a pretensão de construção de um saber atemporal e universal. Sua aspiração principal com este saber seria aconselhar o homem e a sociedade. Este foi o desiderato da pesquisa sobre o Bem Estar, daí a denominação. Creio ser o formalismo um corolário da historiofobia e creio, também, que isto nunca inibiu os espíritos positivos.

A posição neo-positivista em matéria de política econômica tem uma postrua idealista, em relação à ciência econômica hipertrofiada face ao pragmatismo da posição modesto-operador. Na medida em que a presença da política se funda no dissenso derivado da heterogeneidade social e diversidade de situações concretas dos atores político-econômicos, o modesto-operador, reconhecendo a presença do conflito, pretende renunciar à arbitragem quanto aos fins e se refugiar no que pensa ser um território neutro: os meios. O neo-positivista é mais ambicioso. A ciência pode e deve, mediante a utilização dos processos que lhe são próprios, identificar os fins da política econômica. A indicação dos fins, bem como dos meios, deve estar fundada no conhecimento científico racional.

O que o modesto-operador delega à arbitragem do político - renunciando à sua fundamentação em corpos teóricos - passa para o neo-positivista a ser responsabilidade da ciência. A Economia do Bem Estar, ao proferir primado da teoria sobre a política econômica, admite implicitamente - pelo menos jamais vi a confissão - que o dissenso é igual, para si,

do ponto de vista lógico ao desconhecimento. Uma escolha baseada em poder é por si considerada um procedimento pré-científico onde o dissenso que exige a escolha - a arbitragem pelas autoridades - se deriva da indisponibilidade ou desconhecimento das indicações científicas. A Economia do Bem Estar rejeita para um nível pré-científico o processo político. O conflito no mundo provém do dissenso derivado da ausência de conhecimento científico. Não é produto de classes, grupos, indivíduos diferenciados e em situações heterogêneas, com interesses em oposição. A Economia do Bem Estar recupera nesse sentido o ideal iluminista de ciência que se propõe a pacificar o mundo desvelando e propagando 'urbi et orbi' suas realidades e ótimos universais como metas unificadoras. A Economia do Bem Estar se propôs a uma mansa catequese do mundo.

Veremos, na segunda parte deste trabalho, que a constatação de magros resultados em tão prodigioso labor não desencorajou a 'ciência oficial' de sua vocação catequista. Criar com a ciência um biombo que cancele o conflito, superar o processo político, acalmar a turba, continuam sendo uma proposta para muitos espíritos científicos. Hoje, sob a roupa nova da idéia de planejamento, a "ciência oficial", com fêrevigorada, insiste em sua vocação catequista. A busca de uma técnica que permita integrar as complexas e múltiplas ações político-econômicas de um Estado agigantado num todo coerente, compatível e consistente, capeia em uma nova linguagem antigas intenções frustradas. Os planejadores segurarão a bandeira do Bem Estar. Louve-se a insistência.

Ambas as posições - modesto-operador e neo-positivista - oferecem seus préstimos ao Estado. O modesto-operador oferece o óptimo de meios para o sistema de poder, o neo-positivista oferta o conhecimento dos fins ótimos para a Sociedade como um todo. O Estado, de posse desses conhecimentos, poderia realizar a política econômica adequada, ou para o sistema de poder, ou para a Sociedade como um todo. Ambas as

posições revelam desinteresse pela viabilidade sócio-política de suas recomendações. O modesto-operador pensará 'não é de minha conta', o neo-positivista confiará em 'mais ou cedo ou mais tarde buscarão a salvação no conhecimento'. Ao desconsiderarem este problema da viabilidade, introduzem em suas recomendações uma nota de ingenuidade e irreabilidade, que compromete seus esforços. Porém, não é esse o momento de discutir o assunto.

A "CAIXA PRETA" DAS PERDIDAS ILUSÕES

"O Senhor Ga havia sido tão assíduo, tão dócil e fiel paciente do Dr. Terapêutica que agora era somente um pé. Extirpados sucessivamente os dentes, as amígdalas, o estômago, um rim, um pulmão, o baço, o esôfago, agora chegava o 'valet' do Sr. Ga a chamar o Dr. Terapêutica para que viesse atender o pé do Sr. Ga, que o mandara chamar. O Dr. Terapêutica examinou detidamente o pé e, meneando a cabeça com modo grave, resolveu : - Existe demasiado pé, com razão se sente mal; indicarei o corte necessário a um cirurgião".

(MACEDONIO FERNANDEZ)*

O pensamento neo-clássico em seu desenvolvimento esteve sempre balizado por uma ambição e uma fobia. A pretensão foi, é, e continuará sendo, a construção de uma Teoria Geral, entendida como a dedução de proposições universais confirmáveis obtidas através da explicitação (ou desvelamento) de determinados princípios explicatórios. Como estes

* Retirada de "Papeles de Recienvenido".

princípios explicatórios não são dados imediatamente, cabe à ciência, em um laborioso processo reflexivo, trazê-los à luz. Por outra parte, como a economia é uma ciência empírica, a construção teórica tem que ser testada, cotejada empiricamente, com o colocado pelo real ao nível da aparência. Obtida a Teoria, dela derivar-se-iam preceitos sobre os fins e meios da conduta individual e coletiva, ou seja, dela derivar-se-ia a Teoria da Política Econômica. A redução da Economia Política à Teoria da Política Econômica sempre foi a pretensão do pensamento neoclássico.

MARCHAL enuncia com precisão este 'projeto' ao dizer: "Os esforços que se realizam atualmente anunciam o dia em que a Economia Política voltará a ser o que foi ao princípio: uma arte, sem deixar, por isto, de ser uma ciência. Mas agora não se trata de uma arte empírica, como nos tempos dos mercantilistas, mas sim de uma arte baseada em princípios científicos, pensada como uma aplicação das descobertas da ciência. Ao fim desta evolução, a ciência econômica será uma Economia Política verdadeira e o nome que Montchrestien lhe deu foi bem escolhido".¹

A fobia já conhecemos! O reconhecimento do primado da história aparece ao positivista como uma negação da possibilidade teórica; aparece como um veto à ciência; como uma ameaça à dignidade das brancas barbas.

O desenvolvimento do discurso neoclássico é dramático. É um discurso dilacerado pelo drama da incompatibilidade da dupla missão que se auto-impõe como -

1 MARCHAL, A. "Méthode scientifique et science économique" - Trad. Esp., Buenos Aires, El Ateneo, 1957, pg. 6. Uma radicalização do 'projeto' é apresentada no trabalho de POGIN, L.: "The Meaning and Validity of Economic Theory" (1956), onde se coloca que o significado objetivo de uma determinada teoria econômica reside em suas recomendações aplicadas ao campo da política prática.

'ciência oficial': de um lado, mediante a dignidade da objetividade científica colocar em linguagem de ciência um conjunto de premissas apologéticas do 'status quo'; e de outro, entender o mundo real a fim de permitir uma operatória intrasistema que lhe conferirá eficácia, dando resposta às problemáticas político-econômicas dos interesses dominantes no Sistema de que é serventuária. O drama se coloca em, por uma ascensão teórica, transcender a história, e por outra, ter que nela mergulhar. Qual das duas missões atender? Resposta: as duas. Como compatibilizá-las? - Difícil problema; múltiplas 'soluções' são possíveis. Nenhuma, entretanto, é tranquilizadora.

Não porque os 'historicistas' lhes abalem suas convicções. O positivista olha com desdém estas - críticas que provêm de um nível, para ele, 'pré-científico'. A intranquilidade provém das observações de seus pares - cada solução 'compatibilizadora', desenhada por um positivo, inspira observações metodológicas de outro positivo: e na comunidade científica, na Academia onde não se logra consenso.

Que dizer então das perguntas quando são colocadas pela própria boca dos poderosos? Que dizer a Robert Kennedy em 1968, quando protestava: "O produto nacional bruto não leva em conta a saúde de nossa juventude, a qualidade de sua educação ou a alegria de seus jogos. Não inclui a beleza de nossa poesia, nem a solidez de nosso casamento, nem a inteligência do nosso debate público, ou a integridade dos nossos funcionários públicos. Não mede a nossa argúcia, nem a nossa coragem, nossa sabedoria ou a nossa instrução, a nossa compaixão ou a nossa devoção ao país. Mede tudo, em resumo, exceto aquilo que torna a vida digna de ser vivida". Mesmo recusando-se a responder às perguntas deste tipo, onde suspeita um certo 'farisaísmo', outras se colocam de forma iniludível: Como responder ao desemprego? À inflação? À queda da massa de lucros? Ao encurtamento das oportunidades de investimento?

À desestruturação do comércio e sistema monetário internacionais ? etc. (Perguntas certamente referidas a níveis problemáticos e significativos no Sistema: em horizontes histórico-concretos definidos no tempo e no espaço)

Como respondê-las e manter a Teoria-universal e ahistórica, com sua objetividade científica ? Dissolvê-la em um pragmatismo operatório cria uma disfunção perigosa: incapacita a Teoria de fornecer a demonstração de que o Sistema é racional, certo, necessário, eterno. Somente com uma teoria do universal a ciência pode dar resposta unificada a estas duas ordens de perguntas.

Aqui o drama. Aqui as barbas se emaranham. Quem é a responsável pelo emaranhamento das brancas - barbas ? Resposta: a História. O capitalismo não pára, transforma-se, evolui em seu curso histórico. Em sua evolução coloca cada vez com maior urgência aquelas perguntas à 'ciência oficial' - e, ao mesmo tempo, erode os pilares da construção ideológica do neoclassicismo. O capitalismo em sua etapa avançada cresce sua demanda operatória, porém e na mesma medida de sua evolução afasta-se cada vez mais do arquétipo ideal construído - pelo neo-classicismo, como sua justificação científica. Ao mesmo tempo o Sistema clama insistente por uma neo-apologética. Esta dramatização crescente do dilema da 'ciência oficial' a conduz pelos mais estranhos caminhos.

Vamos tentar reconstituir alguns deles renunciando, desde agora, a qualquer pretensão - de alinhar um subconjunto expressivo das mil e uma tentativas.

Um caminho já conhecemos - consiste no apriorismo radical de ROBBINS: "As leis econômicas descrevem implicações inevitáveis, se ocorrem os fatos que estas leis pos

tulam, se seguem necessariamente as consequências que elas propo-
 dizem. Se, em uma situação dada, os dados são de certa ordem
 determinada, podemos deduzir com completa certeza que também
 estarão presentes outros fatos que a lei permite descrever. Ga-
 rantida a correspondência de suas premissas com os fatos, suas
 conclusões são inevitáveis e infalíveis".² Axiomas escolhi-
 dos: os dos neoclássico. Este caminho soa metafísico ao pen-
 samento positivo: Robbins com o apriorismo e com o dedutivis-
 mo situaria a economia como ciência formal e não mais empírica.

Busquemos outra saída. A Teoria da Ciência e as modernas tendências do positivismo lógico, em sua pesquisa da linguagem e processo da ciência, não poderiam fornecer suporte? Este é um caminho que parece promissor ao pensamento neo-clássico. (Por aí entrou, ainda não saiu) De teoria, como verdadeira explicação dos fatos ou como descrição da realidade, pode-se chegar à teoria como um simbolismo útil e cômodo, atribuindo-lhe uma função meramente manipuladora e operacional. Pode-se permanecer no estudo da estrutura da teoria. A lei, como caráter de necessidade de um grupo de fatos de comprovação empírica de uma regularidade, (comprovação efetuada por indução para a passagem de fenômeno a lei) pode ser admitida como convenção arbitrária (Le Roy) e operacional (como regras para construir proposições empíricas - Machi). Da lei à hipótese. Existem incríveis possibilidades no conceito de probabilidade; pode-se caminhar de lei causal a lei estatística; pode-se maximizar o interesse pela estrutura lógica da ciência econômica, buscando suas analogias com a astronomia, com a física e com a biologia ou com formas de engenharia, ou então, e melhor ainda, com a Matemática. A construção neo-clássica

2 ROBBINS, L. op. cit. pg. 121/2.

é montada e remontada segundo essas múltiplas orientações. Do ponto de vista metodológico, o neoclássicismo, nas últimas décadas, tem aderido a diversos modismos lógicos e matemáticos, entre um dos quais gera o que um analista insuspeito coloca: "Nos últimos vinte e cinco anos se vem empregando com crescente intensidade na ciência econômica poderosas técnicas matemáticas, em particular a teoria dos conjuntos, a álgebra linear e a topologia. Os advogados e praticantes das técnicas matemáticas estão, em geral, convencidos, ou bem de que essas técnicas permitiram a solução de problemas-chave da disciplina econômica, 'digamos, por exemplo, a assignação de recursos em uma economia competitiva', ou, pelo menos, de que se pode esperar que essas técnicas venham a contribuir dentro de pouco tempo, de forma decisiva, a solucionar problemas importantes da economia entendida como ciência social e política".⁴ O irrealismo das construções neo-clássicas com um determinado modismo sempre cai sobre a crítica de outro neo-clássico.

3 Ao interessado na discussão recomenda-se a leitura de: HUTCHINSON, T. W. "The Significance and Basic Postulates of Economic Theory". (1938) MACHLUP, F. "The Problem of Verification in Economics". (1956) ; HUTCHINSON T. W. "Prof. Machlup on verification in Economics". (1956); FRIEDMAN, M. "Essays in Positive Economics"; KOOPMANS. "Three Essays on the State of Economic Science". (1957); ROTWEIN, E. "The Methodology of Positive Economics". (1959); GORDON, D.F. "Operational Propositions in Economic Theory". (1955); KLAPPELÉ, E. e AGASSI, J. "Methodological Prescriptions in Economics" - (1959); SHOEFFLER, S. "The Failures of Economics: A Diagnostic Study". (1955); BUTTRICK J. "Towards a Theory of Economic Growth: The Neoclassical Contribution". In "Theories of Economic Growth" editado por NOSELTZ, B. F. et alia - (1960); PAPANDREOU, A. G. "Economics as a Science" (1961); etc.

4 PAPANDREOU, A. G. "Economics as a Science" Trad. Esp., Barcelona, Ariel, 1961, pg. 19.

O matemático Wiener captou esta 'legêndia'. Muito poucos economistas estão conscientes de que se vão imitar os procedimentos da física moderna e não somente suas aparências, a economia matemática deveria começar por revisão crítica de (suas) noções quantitativas e dos instrumentos adotados para captá-las e medi-las. Wiener argumenta que as mudanças técnicas e sociais (um processo histórico aberto) fazem com que o jogo econômico seja um jogo cujas regras estão sujeitas a importantes revisões; digamos a cada dez anos - e, em tais circunstâncias, assignar a estas quantidades essencialmente vagas uma significação para que tenham valor preciso não é útil nem honesto e qualquer pretensão de aplicar uma formulação precisa a essas quantidades, negligentemente definidas, é uma impostura e uma perda de tempo. Wiener considera lastimável o espetáculo da 'ciência oficial': "O êxito da física matemática gerou ciúme nos cientistas sociais de seu poder sem uma paralela e clara compreensão das atitudes intelectuais que contribuíram para este poder. O uso da formulação matemática acompanhou o desenvolvimento das ciências naturais e se pôs em moda nas ciências sociais. Da mesma forma como os povos primitivos adotaram as modas ocidentais, de um vestuário desnacionalizado e do parlamentarismo, imbuídos do vago sentimento de que estes ritos mágicos e paramentos poderiam pô-los em dia com a cultura e técnica modernas, os economistas desenvolveram o hábito de vestir suas muito imprecisas idéias com a linguagem do cálculo".⁵

Samuelson procurou, em 1947, com os "Foundations", retificar os teoremas neo-clássicos, corrigindo o que considerou um erro metodológico básico de seus predecessores: "Somente uma mínima parte da literatura econômica se ocupou da dedução de teoremas operativamente significativos ou com significado. Isto foi, em parte, resultado de suposições

5 WIENER, N. "God And Cohen Inc". Trad. Esp., México, FCE, 1964, pgs. 96/7/8. passim.

metodológicas errôneas segundo as quais as leis econômicas deduzidas de hipóteses apriorísticas possuem um rigor e uma validade independentes de qualquer comportamento humano empírico".⁶ Samuelson criticou 'seus maiores' porque operavam com axiomas, proposições são demonstráveis e não evidentes, obtidas por intuição e 'aprovadas' por auto-evidência. Samuelson não considera que os axiomas neo-clássicos pudessem ser avaliados como verdadeiros e dignos de confiança científica, enquanto não fossem vertidos em uma linguagem proposicional com significado. O significado de uma proposição equivale à sua verificação. Assim, interessavam proposições sobre fatos. Nos "Foundations", procurou conferir ao neoclássicismo uma linguagem com significado que permitisse a aplicação do princípio de verificação, e, em termos de positivismo lógico, aplicar o princípio de verificação a todas as proposições neo-clássicas para separar o 'joio' do 'trigo' isolando um patrimônio científico - proposições com significado - das não verificáveis - proposições sem operacionalização significativa. Nestes termos, por exemplo, rejeita as curvas da indiferença de Hicks e aceita a teoria da preferência-revelada do consumidor. Hicks não propôs um teorema significativo.

Alguns neo-clássicos acham que a maioria das contribuições está nesta situação: "As variáveis endógenas manipuladas nos modelos neo-clássicos são, frequentemente, impossíveis de observar; porém, isto poderia se defender perfeitamente em vista da função heurística da teorização 'como se'. Desgraçadamente, a maioria dos teoremas que surgiram desta maneira não conseguiu ser completamente identificada".⁷

6 SAMUELSON, P. op. cit. pg. 3.

7 BLAUG, M. op. cit. pg. 892.

Samuelson tentou, com os "foundations" fazer com que o neoclassicismo desse à Estatística Matemática o conteúdo de proposições, com significado, que permitissem à Econometria realizar os testes de verificação. Mais adiante veremos o que a Econometria tem a dizer; por ora cabe registrar que Samuelson estava, em nome do neo-empirismo, abrindo caminho ao neoclassicismo para a 'caixa preta'.

Na verdade, ao surgir a proposta de aplicação do princípio de verificação à economia, o drama supra referido se explicitava, com perdão da redundância, 'dramaticamente'. Dispondo a Econometria de fatos fornecidos pela história, renunciando aos axiomas para buscar leis fundadas nas interações do real, a reflexão neo-clássica caminha para o singular e específico. O que ganha de operatividade perde como função apologética-ideológica. Como resolver esta maldita compatibilização?

Uma linha é a que denomino 'honestagemissão da ideologia': Existe uma longa tradição de autores que admitem o primado ideológico. Em 1934, COHEN disse: "Todos os que pretendem permanecer indiferentes a toda consideração sobre o justo e o injusto formulam depois, na realidade, um juízo acerca do justo e do injusto de forma implícita, quando não aberta; e tais juízos não são melhores pelo fato de nunca chegarem a ser objeto de um exame crítico explícito".⁸ MYRDAL, em 1933, na mesma linha, afirmou: "A crença explícita na existência de um corpo de conhecimentos científicos adquirido, independente de todos os juízos de valor, é ingênuo empiricismo. Os fatos não se organizam por si mesmos em conceitos e teorias, apenas pelo fato de serem contemplados (ou operados); em verdade, exceto dentro da moldura de conceitos e teorias, não há fatos científicos, mas apenas o caos. Existe um inaudível elemento 'a priori' em

8 COHEN, M. R. e NAGEL, E. "An Introduction to Logic and Scientific Method". Londres, Routledge & Kegan, 1934.

todo trabalho científico".⁹ E continuando, "Quase todas as expressões gerais de uso corrente em Economia Política e em Ciências Sociais têm, em geral, duas significações: uma na esfera 'do que é', outra na esfera 'do que devia ser'. A palavra princípio, por exemplo, significa 'teoria', 'base de teoria' ou 'hipótese ativa dentro de uma teoria'; porém, a palavra princípio pode também querer dizer: 'objetivo de esforço consciente', ou 'meios principais de atingir um fim determinado', ou 'regra geral de ação'. A significação dual de nossas expressões não é acidental: é a expressão do modo normativo-teleológico de pensar, tradicional nas ciências sociais e, em verdade, programático da filosofia da lei natural sobre a qual se sustentaram".¹⁰

Neste time embarca o nosso conhecido - FENIZIO: "O preceito metodológico de eliminar completamente as avaliações (valorizações) do homem de ciência de suas investigações no campo da economia política acabou sendo um ideal, a um tempo inatingível e de perseguição duvidosa".¹¹

ROBINSON repete a mesma linha, inspirada no "An International Economy", de MYRDAL: "No meio de toda a confusão (Teoria Econômica) existe uma sólida peça de ideologia inalterável, que tanto a tomamos como certa que nem sequer se repara nela; ela é o nacionalismo".¹²

Finalmente, para encerrar esta seleção de citações da linha 'honestá explicitação ideológica', escutemos o honestíssimo ERIGET MILL, em obra editada 'post-mortem', abogando a Ciência Política - que a meu juízo, em seu discurso, pode ser substituída por Economia Política: "Ser objetivo não pro

9 MYRDAL, G. "The Political Element in the Development of Economic Theory". Londres, Routledge & Kegan, 1953.

10 Idem, *Ibidem*, pg. 40.

11 FENIZIO, F. D. op. cit.

12 ROBINSON, J. "Economic Philosophy". Londres, C.A. Watts, 1962, pg. 120.

tende ser desinteressado. Nenhum filósofo político pode ser um desinteressado; somente pode presumir sê-lo. Eu escrevo esse livro, em parte, como um filósofo político, o que significa que acredito este livro como alguém que busca, junto com seus leitores, orientação política. Por conseguinte, tratarei de ser explícito acerca de meus próprios juízos políticos e morais. Qualquer filosofia política é:

- i) em si mesma, uma realidade social; uma ideologia, segundo a qual se justificam certas instituições e práticas, e se atacam outras; ela fornece as frases em que se apoiam demandas, se fazem críticas, se pronunciam exortações, se formulam proclamas e, em algumas ocasiões, se determinam linhas políticas; ii) uma ética, uma articulação de ideais, em diversos níveis de generalidade e refinamento, que se utiliza ao julgar homens e movimentos, e como metas e critérios orientadores de aspirações e políticas; iii) uma designação de agentes de ação, meios de reforma, revolução ou conservação. Constrói estratégias e programas que encarnam tanto os meios quanto os fins. Designa, em suma, os instrumentos por meio dos quais se realizam os ideais ou se preservam depois de haver sido realizados; e, iv) uma construção de teorias do homem, da sociedade e da história, ou pelo menos, uma indicação de suposições relativas à composição e ao funcionamento da sociedade, relativas ao que se considera quais são seus elementos mais importantes e como estão tipicamente relacionados; seus principais pontos de conflito e como se resolvem estes conflitos. Baseia os métodos de estudo apropriados às suas teorias. Destas teorias e com estes métodos se derivam as expectativas. Uma filosofia política nos diz como devemos crer onde nos encontramos e para onde podemos estar nos dirigindo; nos dá algumas respostas a estas perguntas; nos prepara para futuros possíveis. Assim, pois, para examinar qualquer filosofia política devemos:

unificá-la como uma ideologia, como uma enunciação de idéias e valores, como uma designação de agente ou agentes, e como um conjunto de teorias sociais". 13

É desnecessário dizer que, apesar de cada geração de economistas ter uns tantos que fazem a honesta explicitação ideológica, a 'ciência oficial' tende a ter ouvidos-mudos àquelas estemporâneas e honestas confissões. O motivo é claro; se por um lado permite em seu nome um festival ideológico do tipo libertariano, mediante a valorização da livre empresa, livre iniciativa, etc. "à la Hayek" etc., tem a desvantagem de abrir caminho a proposições de reforma radical e transformar o sagrado território da ciência em 'vulgar arena política' onde ideologias se confrontam. Para evitar esse tumulto, surgem neologismos como protopostulados, hipóteses-guias, juízos de valor controláveis, ou então, a proposta de tratamento científico e objetivo aos juízos de valor mediante regras do discurso científico. Por este caminho chega-se à atmosfera ultra-rarefeita de uma metafísica disfarçada em teoria geral da ciência.

Outro caminho repudiado é o relativismo de uma sociologia do conhecimento. Por esta posição se considera cada teoria como uma expressão e reflexão de condições e problemáticas existentes em seu tempo histórico. Sua perspectiva é perguntar: Porque foram produzidas tais idéias? ou teorias? Este caminho é, entretanto, por demais horripilante para o cientista positivo. Primeiro, porque é por demais próximo ao mundo histórico-concreto; depois, porque é por demais indiscreto, pois, ao colocar a pergunta: - Porque foi produzido? - é quase imediata a outra pergunta, indiscretíssima: - Para quem foi produ-

13 WRIGHT MILLS, C. "The Marxists". Trad. Esp., México, Ediciones Era, 1964, pg. 4.

zida tal idéia ? ou qual teoria ? A resposta a estas perguntas pode ser do tipo : racionalização de interesse de classe, ou grupo social, ou alegações políticas para manejo por alguém. O pensador positivo se sente muito incomodado com esta classe de resposta, se sente ameaçado como cientista identificado a ideólogo.

Às perfurantes observações colocadas pela sociologia do conhecimento, o pensador positivo tenta brilhantes e desesperadas defesas. Um tipo geral é considerar, - como Blaug, que a economia até 1670 atravessou, como num estágio pré-científico, onde a ideologia transparecia; porém, a partir desta época começam a imperar procedimentos científicos, colocando a idéia de um acercamento à objetividade científica ao longo do posterior século. Haveria, pois, segundo Blaug, uma tendência da economia para o 'status' científico. ¹⁴

Esta saída é muito sedutora, pois, ao invés de considerar os malabarismos lógico-matemáticos como um infecundo 'espernear' dramático, vê neles um processo de aproximação sucessiva por erro e acerto ao magnífico 'status'. Não devemos, pois, nos surpreender que a maioria dos cultores da 'ciência oficial' se alinhe nesta posição: marcha para ciência (que sempre lhes levanta o ânimo para novos malabarismos).

14 BLAUG, H. op. cit. cit.: Introdução, "Progrediu a Teoria econômica ?" e Cap. 16 - "Apêndice Metodológico": Cf. os trabalhos de : DUNCAN FORB "A Review of Economic Doctrines 1450/20", Oxford, Clarendon Press, 1923; e o de SCHUMPETER "History of Economic Analysis", o pensamento econômico é apreciado na perspectiva da ideia de "Marcha para a Ciência". Para uma refutação inteligente ver: BEEK, R.L. "Economics and Ideology and Other Essays - Studies in the Development of Economic Thought". Londres. Chapman & Hall. 1967

Um caminho paralelo é impor, como Samuelson, o primado do princípio da verificação às construções neo-clássicas que permitem a construção de teoremas com significado. Para que uma generalização possa se dizer científica, é indispensável sua verificação, ou seja, é indispensável sua submissão a um controle objetivo interpessoal. Esta posição - toma de empréstimo da Teoria da Ciência toda uma semântica de: critérios de seleção, prova direta e indireta, critérios de controle de resultados, critérios de eliminação de erros de observação, etc. De um modo geral, através de formalizações lógico-matemáticas, com vistas ao auxílio subsequente da Estatística Matemática, esta posição tenta instaurar o reinado do princípio de verificação. Abre-se, por esse caminho, uma revalorização da Econometria que, avaliada por um dos seus mais ilustres cultores, não parece, entretanto, estar bem. "Devemos enfrentar o fato de que os que utilizam instrumentos e conceitos teóricos e estatísticos elaborados não conseguiram muito mais, na maioria dos testes disponíveis, do que as fórmulas de extrapolação mais simplificadas e mecânicas. Não sabemos quais as suposições sobre o comportamento das unidades responsáveis pelas decisões que interessam empiricamente. Até que o saibamos a construção de modelos será muito mais um ramo de Matemática e da Lógica do que um instrumento poderoso de uma ciência econômica empírica". 15

Aqui se coloca uma situação constrangedora. A economia pede à Matemática e à Lógica o caminho para a Verdade, estas declaram que sem a Teoria Econômica não chegam lá. Entretanto, este constrangimento pode ser, e é, atenuado pela sempre animadora perspectiva da 'marcha para a ciência'. Por mais triviais que sejam os resultados obtidos (do

15 KOOPEMANS, T. C. "Three Essays on the State of Economic Science". Nova York, 1957, pgs. 209 e 212. KOOPEMANS cita TOBIN, J., outro ilustre econometrista, na mesma posição.

tipo 'o indivíduo prefere mais a menos'), por mais impotente que seja o reinado do princípio de verificação na ciência econômica, este caminho tem o sabor de um ritual tranquilizador. (Estamos verificando, seguindo seus procedimentos, somos cientistas. É científico afirmar: prefere-se mais a menos).

Os caminhos acima delineados têm todos eles uma dupla deficiência: não atendem a nenhuma das duas missões propostas à 'ciência oficial': os dois primeiros afirmam o primado da ideologia; os dois segundos oferecem muito poucos resultados operacionais. Acontece que o capitalismo fica, à medida em que se desenvolve, mais impaciente: - Qual, afinal de contas, é a resposta que meu pomposo empregado (a ciência positiva oficial) dá às minhas demandas? - Preciso de uma operação intrasistema eficiente e preciso de uma ciência que, com toda a objetividade, demonstre que sou eterno.

Respostas do tipo 'sou ideologia' ou - 'estou verificando e chegarei a ser ciência positiva' não bastam. Seja objetiva, "Sra. Ciência Oficial", parece reclamar cada vez com maior insistência um capitalismo impaciente.

Premida e incitada, a 'ciência oficial' dá um grande passo que considero fundamental para o entendimento de seu atual estado em relação à Teoria da Política Econômica. Vejamos essa 'demarche'.

Em 1938, HUTCHISON, em seu "The Significance and Basic Postulates of Economic Theory", introduz o critério de verificação na 'ciência oficial'. É necessário distinguir nas ciências empíricas suas proposições pertinentes. - "Todo enfoque científico de uma ciência empírica se caracteriza

fundamentalmente por tratar de responder a determinados 'porquês' com determinadas provas. "As provas favoráveis e adversas de qualquer proposição estimam e ordenam sua admissibilidade no corpo da ciência".¹⁶ Já vimos Samuelson, em 1947, procurando com os "foundations" separar o "joio do trigo", demarcando o campo: a colocação de um problema não é científica se não for refutável pelos fatos. Porém, a 'ciência oficial' encontra dificuldade para submeter à prova suas proposições. BLAUG nos disse que "Desgraçadamente, a maioria dos teoremas que surgiram não conseguiu ser empiricamente significativa."¹⁷ É muito difícil verificar a validade descritiva das suposições da 'ciência oficial'. De que forma superar o problema?

FRIEDMAN, em 1953, propõe uma brilhante saída: "Como corpo de hipótese substantiva, a teoria deve julgar-se pelo poder de predição que tenha com respeito à classe de fenômenos que pretende explicar".¹⁸ (Fiat Lux) BLAUG sublinha: "A teoria econômica, desde os tempos de A. Smith, consistiu em um emparelhamento de suposições 'a priori' e generalizações empíricas empregadas na produção de teorias ou hipóteses que proporcionam predições sobre acontecimentos no mundo real. Por muito que os supostos tenham implicado variáveis não observáveis, as deduções finais sempre se referiram a variáveis observáveis, já que os economistas quiseram sempre 'explicar', no sentido de predizer, os fenômenos econômicos tais como ocorrem realmente. Em outras palavras, os economistas consideraram sempre seu tema de estudo como ciência no sentido moderno da palavra".¹⁹

16 QUINTANA, E.F. "Una Introducción". In HUTCHISON. "A Review of Economic Doctrines 1870-1920", pgs. 10/11.

17 Ver citação neste texto.

18 FRIEDMAN, M. "Essays in Positive Economics", Chicago Univ. Press, 1953, pg. 0.

19 BLAUG H. op. cit. pg. 882.

É necessário esclarecer o sentido de predição. "A estrutura da predição científica é a de uma declaração condicional, de sorte que, se ocorrem tais fatos, então se prevê que se produzam tais outros... deve diferenciar-se a predição da descrição e da profecia".²⁰ Porém, subsiste uma ambiguidade, que o próprio Friedman reconheceu em seu ensaio metodológico: a afirmativa de que não importa em que grau as premissas estejam descoladas da realidade. SELIGMAN resume o problema: "A validade de uma hipótese, segundo Friedman, deve ser julgada somente por seus poderes preditivos. Reciprocamente, se uma predição não é contraditada pelos acontecimentos subsequentes, a hipótese inicial fica claramente aceitável. Isto é, o essencial é a verificação direta. Assim, em teoria econômica, se convertem em irrelevantes quaisquer considerações sobre o 'realismo' das suposições admitidas. O argumento é realmente engenhoso; não há necessidade de analisar as suposições porque qualquer teoria é abstração de uma realidade complexa e está afastada das condições reais, tanto no presente quanto no futuro".²¹

A proposição acima delineada recebe um poderoso apoio metodológico da doutrina neo-positivista da verificação, proposta, em 1959, pelo Prof. POPPER em seu "The Logic of Scientific Discovery". Popper propõe o teste da falsabilidade para distinguir proposições científicas das não científicas. Assumindo a existência de uma assimetria que procede da forma lógica dos enunciados universais que, não sendo deriváveis de enunciados singulares, podem, porém, ser contraditos pelos enunciados singulares, Popper afirma: a proposição científica é falseável ou refutável, ou melhor, pode-se conceber a possibilidade de que seja falseável ou refutável. A pro

20 QUINTANA, H.F. op. cit. pg. 11

21 SELIGMAN, B.B. op. cit. pg. 808, passim.

posição não científica, ao não explicar nada, se faz muito provável. Por conseguinte, a ciência não consiste em uma coleção de observações das quais se inferem leis e hipóteses, mas sim no exame crítico de hipóteses destinadas a eliminar as que conduzem a conclusões falsas. Ciência consiste não somente em confirmação de hipóteses, mas sim, no acúmulo de provas para ver se as hipóteses são falseáveis. Deve ser possível para um sistema científico ser refutado pela experiência.

O grau em que a proposta Popper está difundida pode ser comprovado com recurso aos manuais de análise econômica. Por exemplo, ACKELY, autor de um manual consagrado, diz: "o teórico econômico tem que decidir primeiro sobre que bases considera um modelo plausível... se o modelo for suscetível de verificações estatísticas (e nem todos os modelos o são), o estatístico pode dizer se é necessário rejeitá-lo. Não obstante, não pode 'provar' jamais que é a 'teoria' correta. As outras bases que determinam a plausibilidade (de um modelo) para um teórico, presumivelmente, são suas compatibilidades com postulados 'a priori'. Em última análise, estes postulados são, ou a destilação de outras provas e observações empíricas, amiúde casuais em vez de sistemáticas, ou deduzidas da suposição de 'comportamento racional' e, assim, reflexo tácito de uma observação empírica (mais casual que científica) de que os homens se comportam 'racionalmente', pelo menos em certas esferas".

22

FRIEDMAN esclarece, em obra posterior, explicitando a ambiguidade atrás referida, o duplo sentido de Teoria: "A Teoria Econômica, como qualquer teoria, pode ser interpretada de duas maneiras: como idioma ou sistema de classi-

ficação, ou como uma série de proposições substantivas com conteúdo empírico. Se aceita a Teoria como idioma, o pertinente é sua validade e não sua verdade ou falsidade. A Teoria Econômica como sistema de proposições substantivas contém afirmações que, em princípio, podem ser submetidas a prova, porque pretendem ser predições. A definição da curva de procura é Teoria no sentido de idioma. Entretanto, afirmar que a curva de procura tem inclinação negativa é teoria como proposição substantiva de conteúdo empírico. Esta tem consequências empíricas observáveis, enquanto que a definição da curva da procura não as tem". 23

Premissas descoladas da realidade não verificáveis, teoria como idioma ou sistema de classificação, tudo isto (esta ambiguidade) é um pouco lisonjeiro para a Teoria como apologética. É claro que existe uma compensação: tudo isto é muito útil para a operatória ou, pelo menos, poderá ser útil para a operatória. Para dissolver a ambiguidade falta um passo.

Para tal, escutemos PAPANDREOU: "Hoje em dia ninguém pode ter dúvidas com respeito à evolução desta discussão. O ponto de vista próprio do realismo das hipóteses cedeu lugar ao critério de poder de predição. Segundo este critério, uma teoria tem sentido quando é suscetível de refutação por referência a dados empíricos. Dito mais corretamente: as hipóteses que se apresentam como teoremas na teoria, têm que ser, em princípio, suscetíveis de refutação mediante o recurso da evidência empírica. Se as predições incluídas nas hipóteses não são refutadas pela evidência empírica, o teórico pode adotá-las - porém somente hipoteticamente, pois sempre serão suscetíveis de

23 FREYMAN, M. "Price Theory: A Provisional Text". Trad. Esp., Madrid, Alianza, 1966, pg. 16.

refutação por nova evidência empírica. Convencionou-se qualificar tais teorias ou hipóteses de operativamente significativas". 24

E agora chegamos ao passo final. PA PANDEIROU nos ensina: "Os economistas teóricos se ocupam, na atualidade, sobretudo em construir modelos e não teorias. Os modelos se diferenciam das teorias em um aspecto importante. Em um modelo, a classe de fenômenos cuja explicação procuramos - o âmbito social relevante - não está caracterizado (do ponto de vista lógico) adequadamente, inequivocamente. Em uma teoria, em troca, o está. Consequência interessante deste fato é a seguinte circunstância: as hipóteses que se apresentam em modelos podem ser confirmadas mediante evidência empírica, porém não podem ser nunca refutadas por ela". 25

Paremos. Atenção ao que acabamos de ouvir: o critério científico é o poder de predição. Com a realidade devemos cotejar as conclusões do modelo, não suas hipóteses: "Uma teoria não pode ser posta a prova pelo procedimento de comparar diretamente suas hipóteses com a realidade". 26 O corolário da posição é "em um modelo da classe de fenômenos cuja explicação buscamos... não está caracterizado inequivocamente. Logo, as hipóteses que se apresentam em modelos podem ser confirmadas mediante aquiescência empírica, porém a mesma evidência não serve para refutá-las". Em resumo: todo e qualquer modelo serve ou pode servir, desde que a evidência empírica em algum momento o confirme.

24 PANDEIROU, A. G. "Economics as a Science". Barcelona Ariel, 1961, pg. 29.

25 Idem, Ibidem, pg. 31.

26 PANDEIROU, A. op. cit. pg. 41.

Tudo o que escutamos conduz a uma primeira leitura. O apriorismo tradicional da apologética neo-clássica foi rejeitado e a 'ciência oficial' se propõe a um expurgo radical, em uma opção pela operatória com modelos-verificáveis, segundo o critério da predição condicionada (o real seria o imediatamente verificável).

Teria sido dado o grande passo - para a 'caixa preta' dos instrumentos teóricos ou caixa de modelos. Tomemos os modelos como ferramentas de um carpinteiro. O carpinteiro (economista) dispõe de plainas, serras, puas, martelos, formões, etc. (modelos). Segundo a encomenda, o carpinteiro (economista) fará a obra - cadeira, mesa, balcão, de madeira branca ou de jacarandá, obra lisa ou esculpida, na oficina ou na casa do freguês - segundo a encomenda ele acionará suas ferramentas (modelos): para serrar, serra; para furar, pua; para martelar, martelo; madeira dura, serrote fino; madeira branca, serrote largo; volutas, goiva especial. Se a ferramenta (modelo) não servir para aquela obra ou para aquela madeira (solicitação político-econômica específica) o carpinteiro pega noutra ferramenta (outro modelo). Com alguma ou algumas ferramentas (modelos) fará a obra (político-econômica). Ferramenta ruim, não existe. Para aquela outra obra, outra ferramenta. Porém, nenhum carpinteiro joga fora as ferramentas que tentou utilizar (modelos) e que não serviram a uma determinada obra (política-econômica), pois, certamente - ele tem espírito avisado - as ferramentas poderão servir a outra obra. Por isso, o carpinteiro (o economista) as deposita, cuidadosamente, de volta na caixa : (caixa de instrumentos teóricos). O economista, como o carpinteiro, com sua caixa de modelos, testa - os ante a evidência empírica, servindo-se deles quando o teste de predição se verifica, ou depositando-os de volta na 'caixa preta' em caso contrário, pois poderão, quiçá em outra conjuntura (outro teste empírico), funcionar. Aqui está a ciência. BRADTHWAITE diz : "Uma teoria científica é um sistema dedutivo no qual certas conseqüências observáveis se seguem

da conjunção de fatos observados com a série de hipóteses fundamentais do sistema".²⁷ Isto, para as ciências da natureza; para as ciências sociais, modelos e, ao invés do sistema teórico geral, uma 'caixa preta' de modelos.

Perdida a ilusão. O economista da 'ciência oficial' é um carpinteiro. Não falta, entretanto, a palavra de consolo. MILIKAN diz: "Sómente se os economistas forem modestos em suas afirmativas e renunciarem a todas as pretensões de formular leis e normas universais, poderão promover efetivamente seus objetivos práticos, ou seja, conservar racionais os argumentos políticos, o que equivale a dizer baseá-los num conhecimento dos fatos tão completo e correto quanto possível".²⁸ Milikan, nesta linda oração de modéstia, lembra, aos que relutam em ser carpinteiros, que na 'caixa preta' está seu papel no mundo. Talvez Milikan tivesse se lembrado de que carpinteiro foi o pai do Salvador da Humanidade e que esta pode ser uma missão magnífica.

Sim, porque, nesta leitura que estamos realizando, 'fazer a Teoria' ficou extremamente difícil. ACKLEY, comentando a função consumo keynesiana, mostra a dificuldade: "Dada uma base empírica ou teórica para garantir algo sobre a nossa propensão marginal, temos uma hipótese útil que, se bem demonstrada sua validade pela repetição da experiência, poderia alcançar a dignidade de ser chamada Teoria, ou até 'lei'. Porém, para ser útil (ou seja, algo diferente de uma tautologia), uma hipótese, Teoria ou 'lei' tem que poder ser demonstrada errônea. Uma que tenha que ser verdadeira sempre, por definição, é pior que inútil; pior, porque pode criar-nos a ilusão de pensar que sabemos alguma coisa, quando em realidade não é assim".²⁹

27 BRATHWAITE, R. B. "Scientific Explanation". 1953, pg. 22.

28 MILIKAN, M. "A Teoria Econômica do Bem-Estar e o Desenvolvimento Econômico", In R.B.E. Ano 12, Dez, 1958, pg. 7.

29 ACKLEY, G. op. cit. pg. 334.

Ou então, e esta é uma segunda leitura da 'demarche' metodológica, com o discurso Friedman-Papandreuou ficou facilíssimo teorizar. Sim, pois as premissas de uma Teoria são quaisquer. Na verdade, o corte semântico Teoria/Modelo, de Papandreuou cria a facilidade. Se não, vejamos: o modelo pode ser refutado - precisa inclusive ser refutável para não ser tautológico. Pode ser construído com distintas e quaisquer premissas técnicas. Quem está no fogo, sendo testado em seu poder de predição condicional, é o modelo, e não a Teoria. Além do mais, não é necessário jogar fora o modelo; ele poderá servir em alguma outra oportunidade.

Esta 'demarche' cria um imenso grau de liberdade para a Teoria. Sua sorte científica não está mais ligada a testes de verificação de premissas. Este é o problema do modelo. O modelo protege a Teoria. A distinção de Papandreuou não amesquinha a Teoria; pelo contrário, potencialmente e de forma indireta, a dignifica. O modelo é apenas ferramenta: serve para a operatória. E a Teoria? Resposta: serve para a apologetica. A Teoria foi preservada porque agora está desconectada do incômodo nível da aparência.

A leitura feita por Ackley sugere - uma impossibilidade da Teoria. Outra completamente diferente é a leitura da Escola de Chicago: Knight, Viner, Stigler, Simons, Friedman, etc., que são os líderes americanos do neo-tradicionalismo. Escutemos SELIGMAN falando de Knight: "Sempre existiu uma dualidade especial em seus escritos; por um lado, a Teoria econômica era uma disciplina pura, concernente com as inferências derivadas de uma certa quantidade de definições - 'a priori' e portanto isenta de história e implicações normativas, enquanto que, por outro lado, o comportamento econômico estava condicionado pelo costume, pelas instituições e pelo marco legal. As duas posições nunca coincidiram e ... esta

foi a característica dominante de todo o sistema de idéias de Knight".³⁰ ((Teoria : 'a priori'; comportamento: o verificado. - Esta é uma grande fórmula.) Friedman/Papandreou com o corte Teoria/Modelo podem na verdade propor quaisquer premissas 'a priori' (nível teórico não verificável) e operar qualquer modelo sujeito ao poder de predição condicionada (nível-operatório verificável). Teoria como apologia não verificável; (eterna) operatório com modelos - (construções menores, substituíveis e ajustáveis).)

Logo, na 'caixa preta' do economista-carpinteiro também há lugar para as premissas apologéticas não verificáveis. E a Escola de Chicago entulhou a 'caixa preta'. "A Teoria Econômica que menos interfira no mundo econômico em que vivemos (com seus costumes, instituições e marco legal) será a melhor", diz CHAMBERLIN,³¹ para a caixa preta. Cada família tem um estoque de capital (que inclui sua capacidade de trabalho), segundo Friedman desenvolvendo a hipótese da renda permanente : para a 'caixa preta' : Savage e Friedman, utilizando a Teoria dos Jogos de Morgenstern/Neumann, a partir do problema da escolha com utilidade/risco, chegam à conclusão de que a utilidade marginal é decrescente na classe de renda, porém crescente quando a unidade familiar sobe na pirâmide social : para a 'caixa preta', etc...

Agora a engenhosidade teórico-apologética tem mãos livres do nível de aparência. Teoria é Apologia; Apologia é Teoria. É possível, agora, reservar a dignidade de Teoria para a hipótese de perfeita concorrência em todos os mercados. Tudo o que o neoclassicismo apresentou inicialmente como proposição relativa à natureza do homem é agora um componente teórico - de um sistema de idéias ou de

30 SELIGMAN, B. B. op. cit. pg. 776.

31 CHAMBERLIN, E. H. "Towards a More General Theory of Value" New York, 1957, pg. 298.

classificação. "O Homem Econômico se apresenta no mesmo nível epistemológico que os elétrons da moderna Física Nuclear". 32 A Teoria é ideologia apresentada como premissas não verificáveis com uma mensagem sub-liminar; não é importante (Porém, é repetida 'ad nauseam'; logo, é importante). LOWE, com malícia, conclui: "Não se pode deixar de simpatizar com a conclusão do Prof. Veblen de que a ciência do mercado precisa ser tratada como um produto da Razão Pura, já que seus teoremas não estão abertos à verificação ou negação com base na experiência". 33

E o padrão, que diz desta 'caixa preta'? Suspeito que não esteja satisfeito. Em primeiro lugar, porque a economia 'correu da raia' e estaria renunciando a cumprir sua função - dupla função - apologética operatória com a roupagem da objetividade científica derivada de uma Teoria Geral comprovada; em segundo lugar, porque a principal ferramenta - a Econometria - do economista da 'caixa preta', dispensada da verificação da apologia, não tem fornecido uma operatória intrínseca tão eficaz. Escutemos LOWE, em desacordo com Wiener: "Ao contrário do que considera a crítica fácil, o ponto fraco da Econometria não é a técnica estatística pela qual é melhor conhecida. O que se apresenta como fonte de embaraços é a teoria que lhe serve de base, formalizada nas chamadas equações estruturais e, sobretudo, nas equações comportamentais dos modelos. Via de regra, estas equações formalizam os mesmos padrões rígidos de comportamento e as mesmas hipóteses motivacionais super-simplificadas que caracterizam a teorização tradicional em geral, e, pela própria natureza do caso, não poderia ser de outra forma. Como, senão postulando certas diretrizes universais para ação e expectativas também universais, seria possível inferir determinados macro-estados de determinadas micro-premissas? Mais ainda, o trabalho de computação impõe sérias limitações à

32 STIGLER, G. J. "The Theory of Price". Nova York, MacMillan, 1946, pg. 148.

33 LOWE, A. op. cit. pg. 60.

forma matemática das proposições críticas e não deveria constituir surpresa o fato de que as hipóteses básicas que determinam, entre outras coisas, os 'sinais' decisivos das equações estratégicas, diferem pouco da subedoria convencional incorporada na clássica lei da Oferta e Procura". ³⁴

Assim, o patrão pode estar achando - que 'caixa preta' desvestiu um santo, sem vestir o outro. Vi^usando dissociar uma apologética de uma operatória intra-sistema a 'ciência oficial' está, na verdade, vendendo 'gato por lebre', os velhos axiomas neo-clássicos nas equações comportamentais econométricas. E dissociando a Teoria dos modelos, está se desfuncionalizando como ideologia-apologética do 'status quo' deixando a ideologia demasiado a descoberto. Essa hipótese (o patrão não estar satisfeito) se fundamenta em uma ressurgência da economia do Bem Estar: - O que seria a neo-nova-economia do Bem Estar? A posição da 'caixa preta' era categórica quanto a seu valor. "A economia do Bem Estar, isto é, uma economia não positiva, fica completamente excluída da discussão". ³⁵ E "... a discussão se limita a construções científicas que incluem sistemas de proposições ou afirmações". ³⁶

A 'caixa preta', auto-satisfeita com o malabarismo, parece haver se olvidado da prudência de Milikan (que lhe foi tão útil em sua carreira), pois a análise econômica, em sentido amplo, "é uma análise do Bem Estar social que direta ou indiretamente se destina a esclarecer questões de orientação da política econômica". ³⁷ GRAAFF, falando pela neo-nova-economia do Bem Estar (a das fronteiras de sub-ótimos),

34 LOWE, A. op. cit. pg. 72.

35 PAPANDREOU, A. op. cit. pg. 21.

36 Idem, Ibidem, pg. 20.

37 MILIKAN, M. op. cit. pg. 7.

levanta a bandeira e tenta 'dar a volta por cima', mostrando 'sua dificuldade' (a da neo-nova): "Com efeito: enquanto na economia positiva o meio normal de verificar uma teoria - consiste em verificar suas conclusões, a forma com que normalmente se verificam os postulados do Bem Estar consiste na verificação de suas suposições. Convém interpretar em todo seu alcance esta diferença. Na economia positiva, amiúde é possível simplificar as suposições tão bizarramente como se deseja, confiando em que seu acerto se provará quando chegar o momento de aplicar as conclusões implícitas à observação do mundo circundante. Esta confiança não é justificável, entretanto, na economia do Bem Estar, cujas suposições devem ser examinadas com o maior dos cuidados. Cada uma tem que sustentar-se aqui por si mesma. Não nos podemos permitir simplificar em demasia, nem esperar que duas suposições errôneas se neutralizem reciprocamente, se queremos construir uma conclusão aceitável; e, entretanto, esses procedimentos são tão comuns como essenciais na economia positiva; aqui a qualidade do pastel se conhece ao comê-lo, porém o pastel do Bem Estar é de tão difícil paladar, que temos que provar cada ingrediente antes de cozinhá-lo". 38

Adotando a imagem do cozinheiro - o patrão parece ter comido o pastel da 'caixa preta', não gostou a neo-nova pede tempo para provar os ingredientes. E a história continua; não vá o patrão morrer de fome.

Examinamos nesta primeira parte do trabalho, sumariamente, três posições quanto à Teoria da Política Econômica. No que denominamos cãndida transposição - robbinsoniana, a Teoria centrar-se-ia na articulação financeiros. A posição neo-positivista perseguiu, em um gigantesco esforço escolástico, formular "intra muros" o pacote de finanças. A natureza de seus resultados e a pressão do real -

conduziu à terceira posição : 'caixa preta' onde se faz um corte Teoria/Modelo. Façamos um distanciamento destas três posições, afastemo-nos da ativa e, por vezes, cruel controvérsia in terpares - para isolar elementos de seu denominador comum.

A meu juízo, para a concepção política-econômica, o mais importante elemento consiste numa visão unilateral do Estado como sujeito da política econômica. Na verdade, vêem as relações Estado-Sociedade com unidirecionalidade: o Estado como sujeito e a Sociedade como objeto. Prevalece a idéia da ciência prestando um serviço ao Estado - como subsídio sobre os meios (robbinsonianos); como indicação científica sobre fins-meios (teóricos do Bem Estar) e mediante o fornecimento de modelos testados (caixa preta). Mediante a disponibilidade dos serviços científicos, o Estado poderá produzir o comportamento econômico da Sociedade ou possibilitar - que esta produza o comportamento econômico no padrão e com a 'performance' que considere (o Estado) conveniente. Nenhuma das posições coloca o Estado em uma perspectiva intra-social, - vendo-o como um ente-objeto no processo político-econômico. É bem verdade que a páginas tantas, são encontradas algumas - referências a esta perspectiva. Chamadas de atenção aos costumes, interesses, instituições, por alguns autores; outros fala explicitamente de grupos de pressão, relações de poder extra-econômicas, etc... Porém, estas referências - ausentes em muitos autores - estão sempre 'a latere' da Teoria da Política Econômica, pois não são incorporadas à concepção político-econômica as restrições à ação do Estado derivadas de sua presença intra-tecido social. O corolário desta posição é uma despreocupação olímpica com o problema da viabilidade sócio-política das recomendações político-econômicas.

O outro elemento básico é a perspectiva neo-clássica que suporta a articulação das três posições. A posição ROBBENS é neo-clássica tradicional; os grandes nomes do Bem Estar são neo-clássicos; os homens da Escola de Chicago,

construtores da 'caixa preta', são neo-clássicos. A Teoria da Política Econômica que emana de suas construções é, em últimos termos, (deixando de lado as filigranas) a da perfectabilidade teórica e prática de uma economia organizada sob os supostos de perfeita concorrência em todos os mercados, nos quais os agentes micro-econômicos se pautam pelo 'princípio do extremo', para utilizar a expressão de LORR. A forma pela qual a visão neo-clássica é transportada para a Teoria da Política Econômica varia, como vimos, segundo a posição. Para ROBBINS, está no bom senso em que se funda o seu apriorismo radical; para os teóricos do Bem Estar, está nas premissas comportamentais dos agentes considerados para a montagem de seu sistema de equações e nos critérios para a identificação de ótimo; para os de 'caixa preta', está na engenhosidade das premissas dos modelos e na dignidade preservada para a Teoria como Teoria.

Caberia finalmente mostrar que os discursos das três posições têm 'quebraduras' internas. ROBBINS não pensou nas transposições que fizeram de seu esquema para uma praxiologia de modesto operador de qualquer Sistema; os neo-clássicos do Bem Estar se irritam com o socialismo-marginalista e com o reformismo-radical, que podem ser derivados discursivamente de suas construções; certamente os da 'caixa preta' se assustam com os pós-keynesianos de tipo vário modelizando para um Estado agigantado. O mais curioso do esforço da Teoria da Política Econômica neo-clássica é este efeito 'boomerang' de suas construções. Sempre alguém volta à fórmula em contrada colocando-a a serviço de concepções político-econômicas colidentes com a visão liberal. E o mais irônico é que este 'alguém' é com frequência um transfuga acadêmico que recebeu uma formação estandarizada neo-clássica.

PARTE II

DA UTOPIA À MEGALOMANIA

"Não queiram encontrar neste livro aquela exatidão geográfica que não passa de um logro: A Guatemala, por exemplo, não existe. Eu sei-o, vivi lá!"

(GEORGES ARNAUD) *

Nesta parte do trabalho tentaremos localizar algumas pistas sobre as 'quebraduras' e sobre o 'efeito-bocanana' perfilizados na primeira parte. Vimos Robbins tentar inserir a apologética na operatória; vimos o neo-positivismo, com o discurso de Bem Estar, tentar, 'dar a volta por cima', colocando a ciência num pedestal imaculado, propondo-lhe a tarefa de pacificar a turba; vimos a 'caixa preta' dissociar a operatória da apologética em engenhoso esforço por preservar a Teoria. Vimos estas três posições transportarem o neoclassicismo e vimos seus discursos se estilhaçarem. Vimos estas posições alimentarem a transposição robbinsoniana; o socialismo-marginalista, o radical-reformismo no Bem Estar e o modelo-da'caixa preta' potencialmente a' serviço de qualquer Estado.

* Retirado de "Le Salaire de la Peur".

A leitura da primeira parte deste trabalho poderia sugerir que a causa do estilhaçamento, da presença de 'quebraduras' e do 'efeito-boomerang' estaria numa insuficiência endógena do discurso atrás perfilizado e que a etiva-controvérsia seria resultado de uma postura 'sado-masoquista' dos economistas (uma profissão sempre insatisfeita com suas construções, subalternando a uma controvérsia geradora de um 'rápido - obsoletismo e precariedade das construções intelectuais; um estilo profissional). Um moderno bizantinismo acadêmico porque, ao fim e ao cabo, apesar de toda a controvérsia, a economia opera, realizando-se em uma complexa interação de processos políticos-econômicos, como seu 'devenir' de história econômica se fazendo. E, à primeira vista, com 'trocas' muito reduzidas com a Teoria da Política Econômica tal como foi até o momento apresentada, que pareceria um capítulo de alta gratuidade em relação - aos comportamentos sociais.

Certamente gratuito ao nível da prática econômica concreta, não é legítimo afirmar a gratuidade da aquele debate em relação aos processos ideológicos do Sistema.¹ Outrossim, a controvérsia atrás delineada não pode ser entendida como um produto endógeno exclusivo do debate acadêmico: na verdade, é um reflexo da evolução econômica concreta. Não pretendemos - não temos fôlego para tanto - fazer uma sociologia do conhecimento e, com um escalpelo, realizar as múltiplas e minuciosas incisões requeridas para desvelar as mediações entre a Teoria da Política Econômica da 'ciência oficial' e a evolução histórica do Sistema. Entretanto, gostaríamos de contribuir com alguns subsídios para o hábil cirurgião do pensamento que se propõe a este mister. Para tal, buscaremos reconstituir momentos de discussão sobre Economia Política que balizaram e continuam balizando concepções político-econômicas em voga. Não

1 VON MERTS, J. em "Nationalökonomie, Theorie des Handels und Wirtschaftens". (1940) pg. 588, afirma claramente: "Todo o poder se baseia em ideologia. Somente a Ideologia confere ao poder - de que dispõe o Estado e a Igreja - caráter de autoridade assentando-a no transcendente. Porém, também as classes sociais e os grupos podem colocar a ideologia a serviço de seus interesses". Citado por JÖHR, W. A. op. cit. pg.229.

pretendemos fazer uma história sumariada do pensamento sobre política econômica; apenas, procuraremos isolar momentos da discussão que serviram e ainda servem (se bem que metamorfoseados) de suporte às concepções político-econômicas atualmente disponíveis no mercado de idéias. Estamos convencidos de que o debate oscilou entre o irreal e o bom senso, imprimindo às concepções político-econômicas estas duas tonalidades. Neste capítulo privilegiaremos a tonalidade irreal, para no próximo recuperar a dimensão do bom senso. Essa esquematização é, sem dúvida, altamente artificial, porém, para nosso propósito - apresentar as variantes do conceito de política-econômica - tem o mérito de possibilitar esquemas ordenados e perfilizados de idéias.

O título desta parte parece, e é, irreverente. Estamos convencidos de que parte do discurso - sobre o econômico - reveste de uma tonalidade irreal, na medida em que se desenvolve na atmosfera rarefeita de uma pretensão universalizante e de uma postura historiófoba. A pretensão e a postura são dimensões obrigadas pela posição oficial da ciência econômica. Com a dupla missão, que se auto-impõe, de produzir uma apologética e uma operatória, a Economia Política oficial tem tarefa bem mais ingrata do que a Religião e a Filosofia tiveram em séculos passados, como principais disciplinas da apologia do 'status-quo'.

A Religião e a Filosofia cumpriram suas funções apologéticas com uma tranquilidade desconhecida da Economia Política. A razão é uma só: a aceleração da História. Sabemos que a História sempre se moveu para novos e inéditos horizontes. Porém, no tempo do primado da Religião e da Filosofia, a percepção do movimento da História era retardada. A visão de sociedades eternas, fundada na revelação ou na razão propostas pela Religião e Filosofia oficiais, tinha uma maior estabilidade derivada da menor 'velocidade' histórica. O bastão foi passado para a Economia Política, que passou a produtora oficial da imagem da eternidade devido à

aceleração da História. Esta mesma aceleração impôs a secularização da demonstração. A Economia Política passou para o centro do cenário. Porém, a contínua aceleração da História, se foi a fonte de glória da nova ciência, é também seu 'calcanhar de Aquilões'. A contínua aceleração da História criou um desempenho problemático para a Economia Política.

Como afirmar a eternidade de um terreno continuamente modificado? Como afirmar a eternidade de uma Sociedade que apresenta novas configurações a cada década? Entretanto, como principal 'ciência oficial', a Economia Política não pode se furtar a seu papel. E por sua honra o fez com tenacidade e engenhosidade. Recordemos o debate atrás descrito, o persistente esforço por sustentar a construção neo-clássica no terreno, o contínuo refazer epistemológico dos alicerces do edifício.

Sim, porque a História chega à 'ciência oficial' como um trauma geológico. Revolvendo camadas, criando novas configurações com rapidez crescente, a História está sempre reformando os alicerces do edifício e gerando pânico em seus moradores. Intranquilha Economia Política: teve poucos momentos de descanso em seu trabalho esforçado. Construiu com os grandes clássicos liberais um brilhante programa de reformas; prevenindo-se da crítica da Economia Política a partir do valor-trabalho, construiu em Vienna, Lausanne e na velha Albion os alicerces do edifício neo-clássico: teve um curto período de estabilidade. Em fins do sec. XIX já estavam visíveis as quebras. A História impugnavam a Teoria micro-econômica, pilar do edifício, uma impugnação agressiva que levou ao pânico a análise micro-econômica. Maiores quebras no edifício surgiram com o sublinhar do ciclo. Em pânico, falou-se na idéia de controle. A Teoria Geral Keynesiana é um momento de paz. Com a análise macro-econômica a 'ciência oficial' levanta a cabeça, volta a sorrir. Porém, a História não pára. Instabilidade, longo prazo e dinâmica, estrutura e mudanças estruturais. Perigosamente, da análise

macro, por um retorcido exercício, acerca-se à História: Crescimento proporcional, não proporcional, desenvolvimento econômico e social. A percepção do histórico como aberto. Novos problemas concretos colocados pelo desenvolvimento histórico. Novo pânico analítico, agora na análise macro-econômica. Resurge a idéia de Controle. Como a História já engendrou uma nova figura institucional - o Estado agigantado - o grito pelo Controle pode ser mais contido. A idéia de planificação contém e sufoca o grito. Por uma estranha metamorfose, ao invés da confissão de impotência cognitiva a idéia permite uma euforia. Controlemos intelectualmente o Controle. Aqui estamos.

Tentarei nesta parte do trabalho descrever algumas destas passagens, começando no momento de paz analítica que situamos no último quartel do século passado.

SEÇÃO II-1

O TEMPO DAS UTOPIAS

"... de dia, procuramos in conscientemente as imagens perdidas dos sonhos e, por isso, quando encontramos uma delas, cremos reconhe cê-la e dizemos que, sô de vê-la, somos levados a so nhar".

(SALVADOR DALI)*

Creio que, no último quartel do sec. XIX, o debate político-económico perfilava dois esquemas utó picos - o primeiro, obtido por transformações da primitiva visão liberal clássica, tornada um esquema asséptico pelo científico discurso marginalista neo-clássico, que denomina rei utopia bem comportada ou sonho permitido. O segundo es quema, que não permite uma precisa estruturação sistemática, pois admite inúmeras variantes, integra um conjunto de uto pias mal comportadas. Este conjunto tem um denominador co mum no desejo de corrigir (com maior ou menor radicalismo) as as pectos por si considerados 'desumanos' no desenvolvimento do capitalismo industrial, mediante a construção de 'cidades-ma ra vilha' que seriam edificadas com base em instituições jus tas e habitadas por homens de boa vontade.

* Retirado de "La Femme Visible"

A primeira utopia é panglossiana; tende a considerar que as 'misérias' do mundo são as mínimas no melhor dos mundos possíveis; e tende a interpretar qualquer 'performance' econômico-social distinta das conclusões de seu sistema utópico como erros derivados de afastamento pelo concreto de seu esquema ideal. Esta primeira utopia é a apresentada pela economia como 'ciência oficial'.

A segunda utopia, ou melhor dito - conjunto de posições utópicas - pretende sempre corrigir injustiças ou disfunções através de um apelo à sensibilidade - e/ou ao humanismo latente do homem. Enquanto a primeira tende a propor uma 'recuperação da pureza perdida', a segunda pretende corrigir com maior ou menor radicalismo as dimensões 'desumanas' do real.

A prática de uma linguagem não exclui a outra. São freqüentes os autores que praticam idiomas híbridos. Tampouco é fácil encontrar um autor que se 'encaixe' integralmente no primeiro esquema. Por conseguinte, a esquematização aqui apresentada tem que ser entendida como uma referência ideal. Porém, creio não errar ao afirmar que prevalecia naquele tempo uma tonalidade utópica no discurso da 'ciência oficial' e nos proponentes de plantas de 'cidades-maravilha'.

Ambas as linguagens utópicas tiveram e têm, num sentido que adiante elucidaremos - ciente. A primeira tem um 'mercado cativo' no Sistema; a segunda faz vendas ocasionais. A prática política-econômica concreta do sistema recorre sistematicamente à primeira linguagem e ocasionalmente à segunda, em sua apresentação idealizada à 'opinião pública'. Oportunamente voltaremos a este ponto: por agora, procuraremos perfilizar os dois esquemas.

A partir dos anos setenta do século passado, a 'ciência oficial' realiza sua 'revolução da Teoria do valor da utilidade marginal' inaugurando o que muitos historiadores da análise econômica - Schumpeter, Hutchinson, Blaug, etc. - consideram o início da idade científica da economia e o que Dobb denominou início da redução da Economia Política a Economia ('Economics' e/ou 'Economic Analysis'). - Stanley Jevons, Wicksteed e Edgeworth na Inglaterra, Böhm-Bawerk, Von Wieser e Kenger em Viena, Walras e seu sucessor Pareto em Lausane, são os revolucionários construtores do neoclassicismo. ¹

Marshall é o grande nome da 'sedimentação' do pensamento neo-clássico, recuperando para o interior da 'ciência' alguns elementos ricardianos que a revolução da nova economia, em seu 'radicalismo inicial', havia expulsado. O pensamento neo-clássico, através da revisão marginalista, reoperando as premissas do pensamento clássico liberal, montou um corpo teórico que garante à Sociedade uma magnífica 'performance' : A perseguição do interesse próprio individual é convergente com o interesse coletivo. Os agentes micro-econômicos privilegiados (o consumidor, o produtor, o proprietário de fator de produção) são supostos racionais, ou seja, adotarão condutas maximizantes de seu interesse. Como ponto focal seu discurso, o neoclassicismo propõe uma abordagem psicológica da conduta dos micro-agentes. - Ainda que haja uma frondosa árvore de variantes, a idéia de utilidade é o ponto de partida. O exame do interesse em maximizar a utilidade permitiria a explicitação dos 'motivos' que estariam por baixo do comportamento humano, produzindo-o e dirigindo-o. As necessidades e satisfações humanas, as

1 O pensamento neo-clássico tem inúmeros precursores: Von Thünen, Gossen e Cournot são usualmente os mais citados; - seus seguidores formam legião. Na verdade, todos os cultores da 'ciência oficial' foram e são neo-clássicos. No período de consolidação do neoclassicismo, costumam ser destacadas as contribuições de Wicksell, Cassel, J. B. Clark, Davenport, etc...

avaliações subjetivas dos bens e rendimentos para os micro-agentes, a racionalidade de sua conduta ante estimativas alternativas, está baseada na 'utilidade para si'. Com este enfoque o consumidor ocupa o centro da construção teórica. É dominante do econômico, tanto no nível micro quanto no nível macro. É ditador. Por agregação de micro-comportamentos racionais se produz para a Sociedade a maximização macro-econômica de seu interesse coletivo (Bem Estar). Esta 'demarche' garante para a Sociedade com um todo uma magnífica 'performance', qual seja :

- a) os fatores de produção serão sempre alocados de forma óptima, pois os produtores estão subordinados a um Ditador : o consumidor, que, expressando suas preferências, 'educa' o produtor. Aquele que obedecer ao consumidor é premiado com a prosperidade e aquele que desobedecer é punido;
- b) a renda será repartida com equidade, pois cada proprietário de fator (anverso do consumidor) receberá, pela cessão dos serviços dos fatores de sua propriedade, a remuneração julgada adequada contrapartida, imediatamente, pelos produtores e, mediatamente e em último termo, pelos consumidores como conjunto;
- c) como produto se troca por produto, o sistema econômico opera a pleno emprego; logo, garante segurança econômica a todos e a cada um dos que desejem trabalhar ou ceder fatores de sua propriedade ao processo produtivo;
- d) qualquer depressão no nível de atividade (provocada por causas externas) tende a auto-corrigir-se, sem consequências sociais maiores.

Esta magnífica 'performance' depende, para sua consecução, de certas condições. A mais importante delas é a presença de um sistema de mercados organizados de forma competitiva. A idealização abstrata deste sistema de mercados impõe, para cada um e para todos os mercados de bens e serviços de fator, condições de perfeita concorrência: atômidade de demandantes e oferentes; homogeneidade de bens; perfeita mobilidade de fatores; livre entrada em qualquer mercado; perfeita informação; ausência de restrições de qualquer tipo. A competição de micro-agentes animados da racionalidade do princípio do extremo, operada através deste sistema de mercados, conduz a uma harmonia econômica e social. Este sistema de mercados é o mecanismo primordial que garante:

- a) o mínimo custo de produção dos bens e serviços;
- b) o mínimo preço de mercado dos bens e serviços, e minimização do lucro concebido como resíduo;
- c) a perfeita alocação e utilização dos fatores de produção segundo a vontade dos consumidores;
- d) um persistente esforço pela diversificação de bens e serviços oferecidos aos consumidores;
- e) um constante esforço pelo aprimoramento das qualidades dos bens e serviços produzidos;
- f) a remuneração dos fatores de produção existentes segundo uma estimativa, pelo público, do valor de sua contribuição ao processo produtivo; como somente poderia haver desemprego ou sub-utilização voluntária, a renda de cada um seria máxima;
- g) a mansa e impessoal arbitragem pelo mercado de conflitos inter-individuais ou inter-grupais oriundos de interesses discrepantes que seriam harmonizados no fórum 'democrático' do mercado; e

h) o contínuo progresso material da sociedade.

A idealização supra-descrita não se distingue radicalmente, como promessa de boa sociedade, da anterior visão clássica liberal.

"Lato sensu", o sistema liberal e seus postulados conduzem a duas conclusões inter-dependentes. Em primeiro lugar, dispunha uma demonstração de que, sob o sistema da iniciativa privada e em condições de concorrência, a atingir-se-ia um padrão de vida mais elevado do que sob qualquer outra forma de organização econômica: e, em segundo lugar, que esse sistema econômico com sua liberdade econômica individual é a única instituição econômica compatível com a preservação da democracia política. Como disse VINER: "um dos dogmas é econômico; o outro é político".²

O neoclassicismo faz uma segunda demonstração dos teoremas do dogma liberal. Então, porque tanta balbúrdia e admiração pela 'revolução marginalista'?

Creio que DOBB esclarece: "O termo 'Economics' não é o mesmo que Economia Política. Esta última examina relações entre classes e grupos sociais, enquanto que a primeira aprecia a obtenção de um equilíbrio competitivo em uma sociedade atomista. A ênfase se desloca dos custos de produção para a utilidade; simultaneamente, apresenta o conceito de mudança na margem (o que facilita o recurso ao cálculo-infinitesimal). Não apenas é deixada de lado a noção de custo objetivo, como é considerado inútil o conceito de excedente. Os problemas cruciais da Ciência Econômica são agora o valor-

² VINER, J, "The Short View and Long View in Economic Policy". In American Economic Review, Vol. 30, Mar.-1940.

de mercado e o equilíbrio de estados subjetivos individuais. O valor já não tem agora uma única causa. Agora procede de relações dos participantes no mercado; deve-se agora completamente a uma função utilidade".³

A Economia Política clássica liberal, em simultâneo à proposição do 'laissez faire', tinha desdobramentos inconvergentes, a saber :

- a) estava impregnada de conclusões pessimistas sobre a 'performance' do capitalismo;
- b) possibilitava, a partir da categoria de valor-trabalho, uma crítica radical da sociedade capitalista;
- c) mantinha o discurso econômico com o tom polêmico e crítico de instituições sociais; explicitamente assumia o papel de uma ideologia.

Era necessária uma operação intelectual que, preservando o núcleo básico da visão liberal de boa ordem social, tamponasse os flancos do discurso liberal e injetasse otimismo. Era necessária uma mudança de linguagem que introjetasse a ideologia no discurso intelectual. A apologia tinha que ser apresentada como ciência. Esta ciência tinha que exercer a Crítica da Economia Política. Sem insistir em demasia sobre este tema, deixemos que falem os pais do neoclassicismo: Em primeiro lugar, a rejeição ao valor-trabalho : STANLEY JEVONS, no seu "Theory of Political Economy", em 1871, diz nas pgs. 164/5: "O fato é que a mão de obra, uma vez utilizada, não tem nenhuma influência sobre o valor futuro de um bem : já se foi e está perdida para

3 DOBB, M. "Introduction to Economics", Trad. Esp., Mexico.- ICE.

sempre. O comércio no passado passou para sempre; e estamos sempre correndo, livres em cada momento para julgar os valores das coisas com vistas à sua futura utilidade. A indústria é essencialmente futura, não retrospectiva; e poucas vezes coincide exatamente o resultado de uma empresa com as primeiras intenções de seus promotores. Porém, ainda que a mão de obra nunca seja a causa do valor, é em uma grande proporção de casos a circunstância determinante, do seguinte modo: o valor depende unicamente do grau final de utilidade. Como poderemos variar este grau final de utilidade? Tendo maior ou menor quantidade do bem para consumir. E como teremos mais ou menos dele? Gastando maior ou menor (quantidade de) mão de obra para obter sua oferta".

No mesmo ano, em Viena (e com completo desconhecimento das idéias de Jevons e vice versa), CARL MENGER publica seu 'Grundsätze der Volkswirtschaftslehre', onde diz, à pg. 120: "Ninguém pergunta a origem histórica de um bem para calcular seu valor; pelo contrário, tem em consideração os serviços que este vai prestar... Evidentemente, comparando o valor de um bem com o valor dos meios de produção utilizados para produzi-lo, pode-se dizer até que ponto o passado ato de produção foi econômico ou proveitoso; porém, os bens empregados em sua produção não têm influência necessária ou direta sobre o valor de um produto".

A rejeição do valor trabalho deve se revestir de uma linguagem de ciência. S. JEVONS, na abertura - (pg. 3) do "Theory", declara: "Minha teoria é de caráter puramente matemático; como opino que as quantidades com que trato têm que estar sujeitas à variação contínua, não tenho nenhuma dúvida em utilizar o ramo adequado da ciência matemática, tendo implícita a intrépida suposição de quantidades infinitamente pequenas. A Teoria consiste na aplicação do cálculo infinitesimal às noções familiares de riqueza, utilidade, valor, procura, oferta, capital, juro, trabalho e todas as noções quantitativas - pertencentes às operações diárias da indústria".

MENGER faz uma rígida separação entre a Economia Histórica e a Estatística, de um lado, e a Economia Teórica, do outro; diz, na Introdução de seu "Grundsätze": "Estamos interessados em estudar como os fenômenos econômicos mais complexos se desenvolveram de acordo com leis, desde seus mais simples elementos... ou seja, (estamos interessados) em seguir o método de investigação que prevaleceu nas Ciências Naturais e levou a tão grandes resultados e que, em consequência, tem sido chamado equivocadamente o 'método das Ciências Naturais', quando em realidade é comum a todas as ciências empíricas e deveria mais apropriadamente chamar-se o 'método empírico'". Finalmente, a visão compreensiva do pensamento neo-clássico é apresentada de forma resumida em 1874, por LEON WALRAS em seus "Éléments d'Économie Pure" (pg. 45): "O mundo pode ser considerado como um vasto mercado geral constituído por diferentes mercados especiais, onde a riqueza da sociedade se compra e se vende. Nossa tarefa é descobrir as leis segundo as quais tendem a se realizar estas compras e vendas. Com este propósito, suporemos sempre um mercado competitivo - perfeitamente organizado, do mesmo modo que na Mecânica Pura se supõe que as máquinas trabalham sem fricções".

A operação intelectual do neoclassicismo, se por um lado esteve basicamente orientada a 'fechar as brechas' da Economia Política clássica liberal, por outro, em seu otimismo, correspondia à percepção de mundo de um capitalismo satisfeito consigo mesmo. Corresponde a uma atmosfera já chamada de paz vitoriana. Senão vejamos: o capitalismo resolvia-se em um contínuo progresso tecnológico; o deslocamento da fronteira agrícola em novas terras absorvia parte dos excedentes demográficos e contribuía para uma melhoria do salário real dos trabalhadores; a participação da renda da terra não crescia no valor da produção; a taxa de lucro se sustentava, etc... Não havia indicações de aproximação de um estado estacionário. O pessimismo que Malthus e Ricardo transmitiam

parecia estar sendo negado pela História. Este quadro, para os grupos dominantes, gerava uma fé num progresso contínuo, - global, automático. Este quadro crescia sua fé nas harmonias econômicas e no funcionamento natural da economia liberal.

(Com uma sombra) Hutchison fala de la em seu 'A Review' a respeito reunião do Clube de Economia Política, celebrada dia 31/5/1876 para avaliar a marcha da ciência um século após a publicação da "The Wealth of Nations". Nesta reunião, NEWMARCH disse: "Sou bastante confiante para pensar que haverá o que podemos chamar um amplo desenvolvimento negativo da Economia Política, tendente a produzir um importante e benéfico efeito : tal desenvolvimento da Economia Política reduzirá as funções do Estado dentro de um âmbito cada vez mais reduzido. O total desenvolvimento dos princípios de Adam Smith esteve em grande perigo há pouco tempo; um dos maiores perigos que hoje ameaçam este país é que a ação espontânea dos interesses e desejos humanos parece estar em curso de rápida substituição pela criação de um departamento governamental traz outro, pelo estabelecimento de uma série de inspetorias traz outra, e pelo emprego de todo o tempo do Parlamento em tentar fazer pela Sociedade aquelas mesmas coisas que, se os ensinamentos daquele cujo nome (A. Smith) estamos celebrando hoje não de dar algum fruto, a Sociedade poderia - fazer muito melhor por si mesma".⁴ (Crescente intervenção estatal na época vitoriana gerando temor !)

HUTCHISON esclarece o fundo deste temor que levou o Chanceler LOWE, no mesmo jantar, a observar que "não há nada de mais lamentável nestes tempos que contemplar os erros e loucuras do sindicalismo".⁵ Citando ARNOLD:

4 Revised Report of the Proceedings at the Dinner of 31 st. May. 1876. Londres, 1876, pg. 38. Citado por HUTCHISON op. cit. - pg. 18.

5 HUTCHISON, T. W. op. cit. pg. 17.

"Um novo poder apareceu de repente, um poder que ainda é impossível julgar totalmente, porém que evidentemente, é uma força por completo diferente do liberalismo da classe média, diferente em seus pontos cardinais de crença, diferente em suas tendências em todas as esferas. Não ama nem admira a legislação de parlamentares de classe média, nem o auto-governo local da classe média, nem a competição sem restrições dos industriais de classe média... Ainda dará forma a suas principais tendências".⁶

Por conseguinte, na paz vitoriana uma ambigüidade. De um lado, a idéia de progresso contínuo e gradual; de outro, a percepção das massas trabalhadoras e seus partidos políticos como uma ameaça. Alguns, como Newmarch, optaram por radicalizar o 'laissez-faire'.

Entretanto, como agudamente percebe TAYLOR, neste nível, a percepção também é ambígua, pois: "Naturalmente, os homens práticos (empresários) sempre tenderam a exigir, simultaneamente, para si mesmos, ampla liberdade e ausência do controle público ou de interferência em suas atividades aquisitivas; e restrições, para proteção ou benefício próprio, às liberdades dos outros, para poderem invadir seus mercados ou campos de oportunidades como novos competidores" Taylor registra a resistência dos empresários a :

- normas públicas destinadas a fomentar e a manter a predominância da livre competição;

⁶ ARNOLD, H. "Culture and Anarchy". 1869, pgs. 24/5. citado por HUTCHINSON, T. W. op. cit. pg. 22.

- reivindicações dos sindicatos, agentes de serviço social, reformadores sociais, grupos agrícolas, etc;
- inspeções de fábricas e minas, observação de leis de resalveguarda da saúde e segurança dos trabalhadores, regulementos restritivos do trabalho de mulheres e crianças e instrução compulsória, indenizações e seguro de acidentes de trabalho, e, de modo geral, reconhecimento dos sindicatos ;
- qualquer estabelecimento de normas mínimas e 'standards' obrigatórios para bens de consumo final;
- regulamentação e fixação de tarifas para atividades -
nor-naturalmente monopolistas (estradas de ferro, Cias. de força e luz etc...). ⁷

MITCHELL, observando a mesma ambigüidade, diz: "Quando contamos a história da prosperidade norte-americana, consideramos a expansão rumo ao Oeste como um dos mais brilhantes episódios, e celebramos o vigoroso empreendimento dos pioneiros que o tornaram possível. Mas, quando estudamos o fato em detalhes, vemos os conquistadores do Continente muito queixosos a respeito de sua situação econômica, e insistindo com toda força de suas vigorosas personalidades para que o Governo venha em seu auxílio". ⁸

Esta ambigüidade se reflete nas colocações dos pais do neoclassicismo. Assim, S. Jevons é inteiramente hostil aos sindicatos, à assistência social, etc...en

7 TAYLOR, O.H. op. cit. pgs. 410/13. passim.

8 MITCHELL, W. C. "Intelligence and the Guidance of Economic Evolution". In "Authority and the Individual". Harvard, - Univ. Press., 1937, pgs. 19/20. citado por STEINER, G. op. cit. pg. 148.

quanto que MENGER declara: "A ciência prática da Economia governa a vida econômica do mesmo modo que a tecnologia governa a Natureza, e a cirurgia e a terapia o corpo humano... Sua tarefa é ensinar-nos os princípios e procedimentos pelos quais o Estado e corpos subordinados análogos podem intervir convenientemente na vida econômica". Ou então, tentam um compromiso, como VON WIESER com sua Economia Social, em 1913, apreciando uma tipologia com três tipos de análises do cálculo e econômico e do papel do Estado : a) em uma economia da troca (mercado); b) em uma economia mista; e c) em uma economia socialista, firmando uma tradição que chega a nossos dias sob o título de Estudo de Sistemas Econômicos Comparados.

Entretanto, tende a prevalecer a linha de S. Jevons. Creio que a principal razão está em uma primeira aproximação permitir uma elegância de solução na obtenção de equilíbrio parcial e geral em uma análise estática. A possibilidade de uma solução óptima determinada, obtida com linguagem lógico-formal rigorosa e facilmente apresentável em linguagem matemática, tem sabor de Teoria. Porém, creio que a razão profunda é outra. Este modelo é uma perfeita idealização do Sistema; perfeito, como base de sua apologia. Ficando nele, a 'ciência oficial' maximiza sua função apologética.

E a função operatória, fica prejudicada com a hiper-idealização? Claro que sim; porém, cabe ter presente que neste terreno os interessados sabem se mover muito bem; participam concretamente dos processos político-econômicos sem nenhum manual de Teoria da Política Econômica-debaixo dos braços. Se nem hoje esta prática é universalizada, que dizer daquele tempo? Para que a 'ciência oficial'-entrasse neste território - o da Política Econômica-teria - que evoluir para uma análise profunda do Estado e dos grupos de interesses. A opção é : "Fique na apologética, que da operatória nós nos desincubimos".

E a idealização converteu-se na verdade. Pelo menos, na verdade para divulgação. A visão da magnífica 'performance' micro e macro será ensinada como verdade. Dela se deriva uma radicalização 'a la Jevons' do 'laissez faire' e é reiterada uma desconfiança científica na ação do Estado.

Vejamos agora a evolução das idéias sobre Estado até o império do neoclassicismo.

A 'performance' micro e macro-econômica obtida a partir de um sistema econômico organizado segundo as suposições do 'laissez-faire' tem como corolário a concepção neo-clássica das funções do Estado Gendarme de La Halle, sintetizada por Carlyle em "a anarquia mais a polícia".⁹

ROBBINS demonstra exaustivamente - que os neo-clássicos foram mais liberais que os liberais clássicos: "A primeira coisa que temos que observar... é que os Economistas Clássicos foram reformadores, e que a Teoria da Política Econômica na Economia Política Clássica Inglesa foi uma teoria de reforma econômica e social".¹⁰

Para A. SMITH: "A Economia Política, considerada como um ramo da ciência do estadista ou legislador, propõe o exame de dois objetivos distintos: primeiro, - prover renda ou subsistência compensadora para o povo, ou com maior propriedade habilitá-lo a obter tal renda ou subsistên

ROBBINS, L. "Theory of Economic Policy".(op. cit.) pg. 43.

¹⁰ Idem, ibidem, pg. 164.

cia por si mesmo; segundo, a suprir o Estado ou a Comunidade (Municipalidade) com a renda suficiente para os serviços públicos".¹¹ E relaciona as funções do Estado: "primeiro, o dever de proteger a sociedade da violência e invasão de outras sociedades independentes; segundo, o dever de proteger, na medida do possível, a cada membro da sociedade da injustiça ou opressão de qualquer outro seu membro; terceiro, o dever de construir e manter certas obras públicas, cuja construção e manutenção não interessam a um único indivíduo ou a pequeno número de indivíduos, porque o lucro não poderia compensar o gasto no caso de um indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos, ainda que possa ser com freqüência muito mais compensador no caso de uma grande sociedade (a Nação)".¹² Essa terceira função, que admite uma leitura extremamente atual, foi pensada por Smith como parte de um programa de reformas. Smith advogou a posse e a administração pública de estradas, pontes, portos, educação e saúde. Achava que essas funções que, à época, eram privilégios de particulares, deveriam ser transferidas à órbita pública, para a remoção dos obstáculos institucionais do 'ancient regime' ao livre desenvolvimento das forças produtivas. Aliás, um esforço de reunião das exceções ao 'laissez-faire' na Riqueza das Nações surpreende pelo seu ecletismo. Smith admitiu a taxação de produtos estrangeiros, foi partidário de um pedágio mais elevado para os ricos do que para os pobres, reconheceu a necessidade de controle de práticas monopolistas e era simpático às 'trade-unions'.¹³

*Agenda
Estado
de
Smith*

A visão macro e reformista do pensamento liberal clássico foi bem sublinhada por ROBBINS: "O sistema de Liberdade Econômica não era simplesmente uma recomendação isolada de não interferir: era uma solicitação urgente de que deveria ser removido tudo o que fosse considerado como estorvo e impedimento anti-social e que se liberasse o

11 SMITH, A. "The Wealth of Nations" . Livro IV.

12 Idem, Ibidem, vol. II. pgs. 184/5

13 Cf. VINER, J. "Adam Smith and Laissez-faire" In Journal of Political Economy. Vol. 40. April - 1927

senso potencial do livre pioneirismo da iniciativa privada. Naturalmente, com esse espírito que, em sua prática, os seus proponentes travaram uma batalha contra as principais formas desses impedimentos: contra os privilégios das empresas e das corporações reguladas; contra a lei de aprendizagem; contra as restrições à mobilidade (do trabalho e dos bens); contra as restrições às importações... (em) um movimento geral para liberar a empresa e energia espontâneas no qual os economistas clássicos foram a vanguarda intelectual". 14

Em seu livro, Robbins mostra que os clássicos liberais estabeleciam pragmaticamente os limites da atividade privada, não aceitando uma harmonia natural: "A mão invisível que guia os homens a promover os fins que não foram parte da sua intenção, não é a mão de um Deus ou de um órgão natural independente do esforço humano; é a mão do legislador, a mão que isola da esfera da busca do interesse e exclui aquelas possibilidades que não se harmonizam com o bem público". 15

A divisão supunha uma harmonia estabelecida pelo marco da lei, e não oriunda do vazio por uma imposição natural. "O Estado determinará o que os indivíduos não podem fazer, se não desejam interpor-se entre si, enquanto se deixará aos cidadãos fazer livremente o que não fique assim proibido. A um se atribui a tarefas de estabelecer regras formais; a outro, a responsabilidade da natureza da ação específica". 16

MCCULLOCH diz, enfaticamente, relativizando a noção de 'laissez-faire': "O princípio de 'laissez-faire' pode ser adotado sem perigo em alguns casos, porém em muitos outros é totalmente inaplicável; acudir-se dele em tais ocasiões reflete mais a política de papagaio do que a do estadista ou filósofo". 17

ROBBINS, L. op. cit. pg. 30/1.

Idem, Ibidem, pg. 62.

Idem, Ibidem, pg. 183.

MCCULLOCH, J.R. "Treatise on the Succession to Property Vacant by Death". (1848) pg. 156. citado por ROBBINS op.cit. pg. 51.

Sim, porque a Escola Clássica Liberal Inglesa era constituída por filósofos e mestres de esta distas. Os grandes clássicos não se percebiam como cientis tas e profissionais da economia, mas sim como orientadores-de uma Sociedade em construção.

A visão social e de Estado dos pen-sadores clássicos baseava-se no que hoje é conhecido por Ben-thamismo-construção ética insular, bastante distinta da Dou-trina de Direito Natural da Revolução Francesa. Refletindo o maior desenvolvimento inglês, o benthamismo é uma doutri-na pragmática em relação às instituições, que chega inclusi-ve a relativizações, como a citada por VINER: "A distribui-ção do volume imaginável de instituições (entre Agenda, Spon-te Acta e Non Agenda) diferirá em grau muito considerável de acordo com as diferentes circunstâncias das diversas comuni-dades políticas. Na Inglaterra, grande número de coisas úteis são feitas por indivíduos, coisas essas que em outros países são feitas pelos Governos ou não são realizadas por ninguém. Na Rússia, sob Pedro o Grande, por ser uma coisa em branco-a lista de "Sponte Acta", a da "Agenda" era, em consequência, abundante". 18

O Benthamismo foi resumido por TAY-LOR em quatro proposições :

- a) Tudo que os seres humanos, universalmente, desejam da vida pode ser resumido na maior quantidade obte-nível de felicidade, ou soma de prazeres, e em evi-tar, o mais possível, a infelicidade, a dor ou des-prazer.

18 VINER, I. "Bentham and J. S. Mill: The Utilitarian Back-ground". In American Economic Review. Mar.-1940. citado por ROBINNS op. cit. pg. 48.

- b) A conduta da vida, boa, ou certa, ou ideal, é simplesmente sua conduta inteligente para maximizar o prazer e minimizar a dor.
- c) O problema social é simplesmente organizar, de tal modo, as instituições, as leis da sociedade e as relações e interações entre seus membros, que, para toda pessoa, o curso de ação mais benéfico para si seja sempre o mais benéfico para os seus semelhantes.
- d) Tudo isto pode ser alcançado criando e aplicando - uma ciência exata de ética, jurisprudência e política, usando como seu instrumento mestre um "cálculo felicífico" das quantidades de prazer e dor a serem esperadas como resultados de diferentes ações privadas e públicas e, conseqüentemente, do padrão de todas as ações requeridas para produzir a maior felicidade do maior número". 19

O Benthamismo como doutrina ética social está para a visão clássica-liberal como o Direito Natural está para o neoclassicismo. A concepção radicalizada e hiperprofiada do 'laissez faire' neo-clássico está em correspondência com as fórmulas do Direito Natural que, via fisiocracia, permitiram a radicalização de um Bastiat e um S. Jevons. Para estes (os fisiocratas), diz FORTE : "Existe um direito natural, a ordem natural, que devem ser respeitadas : só respeitando-se é que Sociedade pode prosperar. Violando estas leis naturais, produzem-se funestas conseqüências: 'Ex natura jus, ordo leges'. 'Ex homine arbitrium, regimen, exercitio". 20

TAYLOR, O. op. cit. Vol. I. pg. 162. passim.

FORTE, F. "Introdução alla Política Econômica" Trad. Port. Lisboa, Ed. Presença, 1965, Vol. I, pg. 112.

A proposta da visão liberal primitiva ao Estado é, como disse BENTHAM, "tão modesta e razoável como a que fez Diógenes a Alexandre: 'Saia fora de meu raio de sol'. Não temos nenhuma necessidade de favores, pedimos somente uma senda aberta e garantida".²¹ O utilitarismo dos clássicos liberais é individualista: "A maior felicidade que eles buscavam não era uma felicidade super-imposta: teria que ser julgada pelos respectivos indivíduos".²² A senda aberta e garantida significava que o Estado, como instituição das instituições, teria a tarefa de abrir e garantir, cabendo ao indivíduo dar substância. Porém, este 'abrir e garantir' pode significar a recomendação de substanciais intervenções do Estado.

ROBBINS se dedicou a reunir, no texto que estamos utilizando com tanta frequência, recomendações dos clássicos admitindo intervenções no econômico. Assim, relacionou que:

- David Hume, no "Treatise on Human Nature", recomendou que o Estado promovesse obras coletivas de interesse global, formando o capital social básico da linguagem moderna;
- Os economistas clássicos foram favoráveis ao estabelecimento de propriedade pública dos monopólios privados;
- Bentham, no "Manual of Political Economy" e Torrens, no "Wages and Combinations", foram favoráveis à criação de um fundo social para a readaptação dos desempregados por inovações tecnológicas;

21 BENTHAM, J. "Manual of Political Economy". Vol. 3, pg. 35. Citado por ROBBINS, op. cit. pg. 24.

22 ROBBINS, L. op. cit. pg. 174.

- McCulloch fez, no "Treatise", uma defesa veemente dos programas de assistência social;
- A. Smith, em carta citada por Bentham, manifestava-se favorável à realização de obras públicas como meio de remediar o desemprego;
- A. Smith foi favorável à regulação dos preços das empresas monopolistas;
- McCulloch era favorável à limitação dos dividendos das empresas concessionárias de serviços públicos;
- Bentham foi favorável, no "Manual", à formação de estoques estatais de alimentos para regulação dos mercados; etc...

A radicalização política dos filósofos da Revolução Francesa versus o cauteloso e gradual pragmatismo reformista (DAVID HUME) dos estadistas clássicos liberais ingleses: destas duas tonalidades, o neoclassicismo irá optar pela primeira para sua radicalização 'teórica' e abstrata da Teoria da Política Econômica .

Ao longo do sec. XIX, na longa marcha do pensamento clássico ao neo-clássico, caminhou-se: de um Programa de Reformas com os olhos na sociedade como um todo à visão micro do equilíbrio parcial; do valor trabalho ao valor utilidade; da Economia Política com a vibrante bandeira liberal à construção exangue e rígida do formalismo da Análise Econômica. Em simultâneo, o Estado clássico liberal atuante e vigilante é atrofiado. A confiança utópica no sistema de concorrência perfeita esvazia a instituição. BASTIAT, em seus "Harmonies Economiques", tem frase reveladora daquela aposentado-

ria do Estado proposta pelo capitalismo tranquilo: "É da es-
 sência do Governo atuar sobre os cidadãos de forma restriti-
 va. Por conseguinte, não pode ter nenhuma outra função ra-
 cional que não a legítima defesa dos direitos do indivíduo ,
 não tem outra autoridade que a de fazer respeitar as liberda-
 des e as propriedades de todos... Mais além da justiça, desa-
 fio qualquer um a imaginar uma intervenção governamental -
 que não constitua uma injustiça... assim, preservar a seguran-
 ça pública; administrar o patrimônio comum (rios, bosques e
 estradas); estabelecer impostos; este é, creio, o círculo ra-
 cional dentro do qual deve circunscrever-se, ao qual deve res-
 tringir-se a função de governo..." 23

Da concepção de Smith de que o preço da liberdade individual seria a eterna vigilância da Sociedade pelo Estado e vice-versa, cristaliza-se na segunda metade do sec. XIX o ideário privatista com o dogma da incompetência do Estado, a confiança idealizada no mercado e a absolutização da liberdade da empresa que, em versões não muito alteradas, será a linha ideológica principal de defesa do capitalismo em distintas etapas de sua evolução e em quadros históricos os mais diversos.

Da liberdade do indivíduo (como capitalista ou proletário) proposta por Smith à liberdade da empresa em qualquer situação. Smith, atuando na vanguarda do capitalismo industrial formula, entre outras, sua proposição famosa, curiosamente assemelhada à antiga regra tacítista: "Considera que o teu vizinho lucra com o teu lucro, e que perde com as tuas perdas". 24 SMITH colocava:"cada-indivíduo se esforça tanto quanto pode para empregar seu ca-

23 BASTIAT, F. "Harmonies Economiques". (1850) In "Oeuvres Complètes". (1864) vol. VI; pgs. 553/5. Citado por ROBBINS. - "Theory of Economic Policy", pg. 45.

24 T'ai Shnag Kan Ying Pien em "A regra de Ouro" em Courrier Unesco, Paris, Jan.-69, pt. 40.

pital... tendo em vista apenas sua própria segurança... tendo em vista apenas o seu próprio lucro, e nestes, como em - muitos outros casos, é conduzido por uma mão invisível a um fim que não estava em sua intenção... ao satisfazer seu próprio interesse, ele muitas vezes satisfaz o da sociedade de maneira a mais cabal..."

A. Smith formula a proposição da 'mão invisível' de maneira com uma série de autorizações para o Estado. Seus colegas clássicos alargam o leque. Esta despreocupação pragmática foi produto de uma tranquilidade, como sublinha ROBBINS: "Os primeiros Economistas Clássicos estavam demasiado preocupados em impulsionar suas próprias reformas, para considerar o socialismo de então como algo que fosse um aspecto secundário". ²⁵

Distinta a situação de seus sucessores neo-clássicos. Assustados com o sindicato; assustados com o uso do Estado por mãos forasteiras forjaram, a partir da visão idealizada do livre jogo das forças de mercado, um Ideário que acompanhará a discussão político-econômica na Academia, no Jornal e na Arena política, como fórmula ritual até nossos dias. Vejamos alguns itens selecionados deste Ideário:

- a) A regra geral deve ser o 'laissez-faire'. A intervenção pública deve ser restringida aos casos de 'interesse' da sociedade. ²⁶ Evidentemente, essa é

25 ROBBINS, L. op. cit. pg. 139.

26 Cf. S. MILL. "Principles..." pg. 569.

uma caixa que permite qualquer conteúdo. É muito fácil reduzir sociedade a empresa, e ao redor do conceito de 'interesse da sociedade' articular de forma 'ad hoc' a relação empresa privada - Estado segundo as conveniências do momento histórico-concreto do capitalismo.

- b) A intervenção governamental restringe a liberdade individual. Restringir a ação econômica individual pela ação governamental, a menos que absolutamente necessária, é indefensável. A interferência na liberdade individual enfraquece o desenvolvimento de faculdades e capacidades HAYEK, em "The Road to Serfdom", utiliza esta antiga proposição de S. Mill como pilar de sua investida ao 'planning' por ele identificado ao keynesianismo. ²⁷ V. Mises afirma, em 1949, que não há mais liberdade do que a engendrada pela economia de mercado. ²⁸ Não existe governo, nem Constituição que possa garantir a liberdade, se não ampara e detendo as instituições fundamentais em que se baseia tal organização social. Substituir a economia de mercado pela planificação econômica implica em anular toda liberdade. As gentes, com tal suposição, somente gozam de um direito: o de obedecer. De restrição degradante do indivíduo, passando ao dogma de liberdade garantida pelo mercado, a liberdade para a empresa agir em qualquer mercado, múltiplas e pouco sutis transposições são possíveis, e, segundo o momento, convenientes.

27 HAYEK, F. A. "The Road to Serfdom". Londres, Routledge & Sons, 1944.

28 VON MISES, L. "The Human Action". Trad. Esp., Madrid, Editorial Sopena, 1967.

c) A ampliação de funções do Estado sobrecarrega esta entidade. ²⁹ O Estado pode se desencumbrir de novas tarefas, porém, com o custo social de sua ampliação, há ineficiência em seu desempenho de funções próprias. O custo social é particularmente - alto quando o Estado assume responsabilidade ao nível da produção de bens e serviços comercializáveis. A empresa privada é, por definição, mais eficiente; assim, o alargamento da área pública da economia - implica em duas componentes de baixa geral de eficiência da economia; por uma parte, nas atividades propriamente públicas, dada a sobrecarga do aparelho estatal; por outra parte, ao nível da componente direta, pois se perde a agilidade e eficácia privada na troca pelo burocrático e procastinatório modo de gestão pública de atividades produtoras. Diz STUART MILL : "Ainda que uma melhor organização dos governos diminua grandemente a força da objeção contra a simples multiplicação de seus deveres, ainda assim será verdade que, nas mais progressivas comunidades, a grande maioria das coisas é pior realizada pela intervenção do governo do que quando deixada à responsabilidade dos indivíduos que, mais interessados no assunto, a fazem, ou dão causa a que seja feita". E assim é, porque "o povo compreende melhor seus negócios e seus interesses, e cuida deles melhor do que o governo o faz, ou espera que faça".

29 S, MILL apresenta essa idéia da seguinte forma: O resultado "é que a maioria das coisas é mal feita; muitas não são feitas, porque o governo não é capaz de fazê-las sem delongas fatais aos seus objetivos; as mais trabalhosas, ou menos pomposas, das funções assumidas, são adiadas ou negligenciadas, e existe sempre, pronta a ser dada, uma desculpa pela negligência; enquanto os cérebros da administração estiverem de tal modo preocupados com detalhes oficiais, apesar de um mole perfunctório de superintender, eles não terão tempo ou pensamento para ocupar-se dos grandes interesses do Estado, e para o progresso social".

(A combinação de c) com a) permite reservar para o setor privado aquilo que lhe interesse e transferir para o Estado aquilo que for de interesse indireto pela empresa privada, ou seja, permite a operação conhecida por "socialização das perdas e privatização dos benefícios".)

d) A ampliação das funções assumidas pelo Estado corresponde a um aumento de seu poder e autoridade, convertendo-o em sujeito todo-poderoso e supra-social. A autoridade estatal cresce com a transferência de funções para o Estado, que se independentiza do corpo social, reduzindo-o a objeto do poder estatal. S. Mill considerou que existe, tanto nas democracias quanto nas oligarquias, uma forte tendência para usurpação governamental do poder. Escutemos S. MILL: "Cada aumento das funções devolvidas ao governo constitui um aumento de seu poder, tanto na forma da autoridade quanto, e mais ainda, na forma direta da influência". E existe no Estado uma 'propensão ao poder'. "A experiência... prova... que os depositários do poder em regimes democráticos, que são meros delegados do povo,... apresentam-se tão prontos... quanto quaisquer outros órgãos da oligarquia a assumir o poder arbitrário e a usurpar indevidamente a liberdade da vida privada". Esta situação conduz a uma debilidade social, renunciando-se a "... manter aquela originalidade de espírito e individualidade de caráter, únicas fontes de qualquer progresso real, e bem assim da maioria das qualidades que fazem a raça humana muito superior a qualquer manada de animais".(Somente com o encurtamento do Estado evitar-se-á uma catástrofe) "Onde quer que os indivíduos continuamente esperem do governo a solução de seus problemas

comuns, onde quer que esperem que tudo seja feito para eles, exceto os assuntos simples de rotina, suas faculdades estão apenas subdesenvolvidas. Estarão entrando nos domínios da escravidão política, cujos ubrais são transpostos apenas as liberdades econômicas sejam abandonadas". 30

A estes argumentos, tomados em separado das proposições Clássicas sobre a conveniência de um papel restringido do Estado, o pensamento neo-clássico, a partir da microscopia do equilíbrio parcial, da racionalidade macro derivada da micro e da extensão da argumentação marginalista, agre-gou, destacou argumentos adicionais, dos quais a relação abaixo é apresentada apenas para fins de exemplificação:

- a) o mecanismo de mercado, sob condições de concorrência, é um 'locus' de seleção natural, permitindo a sobrevivência do mais apto. É curioso que essa visão de 'darwinismo social' é preservada nos quadros históricos atuais do capitalismo. O individualismo, na versão hipertrofiada de Herbert Spencer, que transpõe a 'luta pela sobrevivência' do evolucionismo darwinista constituirá, em versões mais vulgares, pilar para um processo auto-congratulatorio das empresas;
- b) a economia de mercado cria um ambiente que induz à abstenção e tem apenas um ditador-o consumidor-que fixa seus rumos. A empresa com fim de maximizar lucro está inexoravelmente submetida a este soberano. O lucro de um empresário originar-se-ia de sua capacidade de prever com maior acerto que outros a futura-procura dos consumidores. As perdas e os lucros são os mecanismos pelos quais o consumidor exerce seu im-pério sobre o mercado;

30 As citações de obras de S. MILL aqui utilizadas foram apresentadas por STEINER, G. 'op. cit. pg. 83/93 passim.

- c) a economia de mercado é a ecologia que induz à abstenção. A economia orienta as poupanças - oriundas do ato prudente de abstenção - às aplicações que melhor atendem ao soberano: o consumidor;
- d) a expansão do gasto público, em princípio, indica um processo de dilapidação de capitais. Déficits orçamentários e políticas expansionistas de crédito são altamente condenáveis, pois provocam e realimentam processos inflacionários que, estimulando o consumo, tendem a frear o progresso econômico;
- e) o setor público, ao contrário da empresa, não adota o cálculo econômico maximizador. A expansão do setor público corresponde à eliminação da possibilidade de constatar perdas e ganhos relativos, com o que a gestão social tende para o caos. Por conseguinte, o máximo regime de propriedade privada é a mínima participação pública para a obtenção de uma gestão eficiente.

Creio que podemos agora tentar sistematizar a utopia neo-clássica de um sistema econômico perfeito e eterno:

- i) Em todos os mercados, condições de perfeita concorrência.
- ii) Todos os agentes, sendo racionais, procurarão através do mercado maximizações - empresas - lucro, consumidor - satisfação, proprietário - rendimento, etc...:
- iii) Nesse sistema há um soberano - o consumidor; são suas preferências, reveladas ao mercado, que determinam toda uma organização do processo produtivo.

- iv) O mercado é democrático, cada qual vota com sua renda; o peso eleitoral de cada eleitor é justo, pois é o mesmo mercado quem determina sua renda, como perfeita contrapartida dos serviços que o perceptor prestou à economia.
- v) Dada a interdependência dos mercados, existe uma solução de equilíbrio geral determinada para cada distribuição de fatores, estado da técnica e preferências dos consumidores.
- vi) Esta solução de equilíbrio é um ótimo para todos e cada um dos agentes do sistema.
- vii) O Sistema contém, dentro de si, regras - as do mercado - que induzem a um progressivo aperfeiçoamento dos agentes, ao adequado crescimento e ao progresso social e técnico contínuos.
- viii) Existe uma instituição - o Estado - com funções definidas; porém, esta instituição contém em si um potencial de perturbação para o perfeito mecanismo supra-descrito; não deve ser estimulada sua expansão; é um mal necessário, que deve ser reduzido às suas mínimas proposições; a agenda consensual seria : ³¹

- garantir a segurança interna e externa da Nação;
- velar pela preservação interna da lei, da ordem e do mercado;
- fixar as uniformidades requeridas para a atividade econômica : padrão monetário, pesos e medidas, leis comerciais , regras de contrato, etc.;

31 Esse programa mínimo inspirou num presidente chileno (Barrios Luco), no século passado, uma resposta ilustrativa da postura liberal tranquila. Quando interrogado por alguém sobre as dificuldades de seu ofício, respondeu: "Governar é muito fácil. Os problemas são de dois tipos : os que se resolvem por si mesmos, e destes não tenho porque preocupar-me, e os que não têm solução, e por isso mesmo não são problemas".

- produzir os serviços públicos cujo beneficiário não é individualizável;
- arbitrar os conflitos inter-individuais e inter-grupais. S. MILL diz : "Onde quer que os interesses humanos... entrem em conflito, será necessário - um árbitro de qualquer espécie, até que os homens sejam de tal modo contidos pela moral ou pela religião que se governem a si próprios".

ix) O ideal de uma mínima perturbação pelo Estado do sistema de mercado propõe certas regras para sua conduta; as principais são :

- a - minimização e despersonalização de seu arbítrio;
- b - minimização e equilíbrio orçamentário;
- c - sistema tributário neutro (preocupação favorita dos fiscalistas italianos do sec. XIX).

x) A esfera monetária deve ser desvinculada da ação estatal. O mecanismo de padrão - ouro e a livre conversibilidade colocam essa delicada esfera imbricada no Sistema ampliado dos mercados nacionais, interconectados à escala mundial com um modo de articulação auto-estabilizador infenso à intervenção do Estado.

Esta utopia bem comportada, demonstrada pelo discurso neo-clássico com apoio nos seus procedimentos positivos, foi coetânea com outra linguagem utópica, esta, em princípio, mal comportada em relação à ideologia - capitalista, que se constituiu em proposições reformistas - mais ou menos radicais, vertidas sob a forma de cidades-maravilha.

Passemos agora ao exame de algumas destas proposições, cujo denominador comum residia na relutância em aceitar o panglossianismo olímpico do 'neoclassicismo', em relação ao drama social do capitalismo industrial.

Necessário sublinhar que os construtores de cidades-maravilha se derivam - da mesma matriz de pensamento social : a Economia Política Clássica. Sabemos que a liberdade de mercado foi apresentada pelo classicismo-liberal, como ideologia de ataque ao 'ancient regime'. Construiu uma visão macroscópica da produção e repartição apoiada na categoria de valor-trabalho e, em nome e por essa revelação, propôs um amplo programa de Reformas Sociais.

MARX, a partir do valor-trabalho, - faz a crítica da Economia Política liberal. Outros propugnam por manter elevada a bandeira das reformas sociais, agora não mais contra as instituições de 'ancient regime', mais sim, contra as instituições do capitalismo industrial triunfante. O neoclassicismo pretendeu, com a Análise micro-econômica, - fechar às 'infiltrações críticas' o edifício ideológico do capitalismo. Isto foi feito pela remoção do valor-trabalho e império da noção de utilidade. Contra a tendência reformista, o discurso neo-clássico afirmou a 'verdade' eterna de sua construção utópica apresentada com a força de objetividade - científica oficial.

Entretanto, o espetáculo social produzido pelo capitalismo no sec. XIX alimentou a produção contínua de proposições reformistas. Toda a miséria da proletarização, o pauperismo das populações urbanizadas, todo o estigma de uma industrialização voraz, não inspiraram apenas os poetas que a exercizaram; geraram dúvidas, em espíritos - liberais que duvidaram do panglossianismo e se propuseram a

completar as reformas chegando a sociedades ideais. Essas utopias reformistas e ideais - apareciam a certos autores positivos como perfeitamente fundadas no marco teórico e na pesquisa da boa sociedade do pensamento liberal. São, aliás, frequentes esses exemplos .

32

O melhor exemplo disto é Stuart Mill, não o S. Mill dos "Principles of Political Economy" de 1848, - mas sim o S. Mill da "Autobiography" de 1874. Mantendo-se fiel ao positivismo, S. Mill, na "Autobiography", alinha um programa reformista que crê absolutamente fundado e compatível - com o liberalismo. Tentando chegar à Sociologia positiva - velho ideal de Comte - com ressonâncias de Saint Simon, S. Mill conclui que a produção da riqueza - patrimônio' está submetida a leis análogas às verdades físicas, mas que a "distribuição do patrimônio" está dependente de leis e costumes sociais. Conclui sobre a possibilidade de uma sociedade humanizada onde o 'interesse pelo bem estar comum' substituísse o 'princípio do egoísmo'. Nessa sociedade positiva e superior as relações humanas não seriam predatórias. Mediante a mudança das leis e costumes sociais chegar-se-ia a essa sociedade superior. O homem sábio pode influir sobre leis de distribuição e desenvolvimento social. MILL, no "Autobiography", sustenta a idéia de "vincular a liberdade individual espiritual da atuação a um direito comum à propriedade".³³ São reformas sugeridas por Mill: corporações produtivas para a não apropriação de mais-valia; socialização da renda da terra mediante contribuições sobre imóveis; supressão das diferenças individuais de patrimônio mediante limitação do direito de sucessão. Assim, um socialismo positivo liberal é derivável da Economia Política Clássica.

32 Ficou, com a utilidade cardinal e a maximização do Bem Estar, chega, pelo discurso neo-clássico, a uma posição utópica de repartição equalitária da renda.

33 S. MILL, "Autobiography" pg. 103 Citado por STAVENHAGEN.op. cit. pg. 75.

Os proponentes de cidades-maravilha de fins sec. XIX e início do atual alimentaram-se dessa vertente e da crítica marxista da Economia Política.³⁴ Suas construções retiraram tijolos de distintas fabricações: liberalismo clássico, marxismo e marginalismo neo-clássico, soldados com a argamassa da boa vontade e um apelo ao humanismo. Ainda que, como construções utópicas, não tenham sido erigidas em nenhum terreno que não a imaginação de seus autores, elas de alguma forma influíram no debate ideológico e serviram em parte para plataformas político-econômicas concretas, em um amplo espectro de utilizações, desde as posições da social democracia até para a política econômica do fascismo. Segmentos de seus edifícios foram utilizados pelo capitalismo em sua evolução. Por estas razões é útil alinhar algumas das idéias de cidades-maravilha.

JAURÉS, retomando antiga proposição de ROBERTUS, desenha um sistema coletivista cujo principal edifício é um 'grande armazém' que receberia todas as mercadorias produzidas pelo seu custo em trabalho, vendendo aos mesmos preços liquidáveis em bônus de trabalho. Nessa cidade, o Estado é apenas o administrador do armazém e cada um recebe segundo tempo de trabalho efetuado.³⁵ Renard introduz nesse armazém coletivo o princípio da escassez.³⁶ Para ele, o sistema de fixação de remuneração admitiria uma diferenciação em bônus para os trabalhos mais difíceis e repugnantes: não mais salários equalitários, mas sim um cálculo de salário combinado com sua 'desutilidade comparada'. Aqui há, certamente, um tijolo neo-clássico junto com o valor trabalho. Mercadorias com oferta rígida (obras de arte, - etc...) teriam seu preço regulado pela oferta/procura neo-clássica.

34 Além dos clássicos do 'socialismo utópico', houve um prodigioso volume de proposições do mesmo tipo nessa época. Para o interessado em seu conhecimento, recomendamos: COLE, G.D.H. "Socialist Thought: The Forerunners". Londres, Macmillan, 1953.

35 JAURÉS, J. "Revue Socialiste". Paris. (diversos números - nos anos 1895/6).

36 RENARD, G. "Le Régime Socialiste". Paris, Alcan, 1903.

Outras formas híbridicas foram propostas para cidades, sempre pensando um sistema em equilíbrio - com o valor-trabalho. Os chamados 'socialistas da cátedra' alemães sugeriram a progressiva socialização através de empresas públicas e/ou comunas que, respeitando o sistema de mercado, iriam permitindo em seu perímetro interno a repartição equalitária. Através dessas instituições seria implantado o 'embrião de paraíso' no inferno.

Outra variante seria essas mesmas - instituições venderem suas produções sem lucro, com o que seriam beneficiados todos os usuários. As fórmulas de Louis Blanc e Proudhon foram igualmente retomadas : propostas de corporações operárias administrando empresas autônomas e constituídas mediante empréstimo ou donativo de capital inicial. Essa idéia de empresas sindicais e cooperativas de produção - foi tentada, inclusive, pelos sindicatos franceses. ³⁷

Outra instituição pensada para a cidade-maravilha foi a 'cooperativa de consumo'. Gide e outros pensaram com essa instituição eliminar, em primeiro lugar, o 'comércio privado' e, depois, a grande indústria. ³⁸ A cooperativa de consumo acumularia reservas e devolveria parte dos benefícios oriundos 'da concentração do poder de compra' aos seus aderentes sob forma de baixa de preços. O lucro iria sendo encurralado por essa instituição que atingiria o socialismo sem dor, gradualmente.

37 O exemplo mais conhecido é o da Vidraria d'Albi.

38 JAMES, E. "Formes d'Entreprises". Paris, Sirey, 1935. Apresenta extensa literatura sobre esse tipo de construção - ideal.

Fórmulas e instituições de tipo vário, sistemas coletivistas sem Estado para preservar os direitos individuais, sistemas corporativistas, socialismo de Estado, supressão ou manutenção da moeda, gradualismo (socialismo pela margem), valor trabalho para certas mercadorias e valor utilidade para outras, co-gestão, agrupações operárias - ou agrupações de consumidores, todo um frenético exercício de criatividade foi desenvolvido pelos arquitetos das cidades-maravilha. Meios de produção com a Coletividade, Estado ou Corporação, distribuição a cada um segundo sua necessidade, segundo tempo e tipo de trabalho realizado, preservação ou extinção de mercado; cada um imagina a maravilha que quiser. Evidentemente, que essas utopias mereceram do sistema distintas notas pelo seu mau comportamento. Como com a paz vitoriana, o neoclassicismo se achava calmamente refestelado na câtedra oficial e acreditava que Bohm-Bawerk havia afastado a quele incômodo Marx; as notas no principal eram do tipo -não ciência, grau zero. Entretanto, o prodigioso construir de cidades-maravilha correspondia a uma força social em ascensão: o movimento sindical; e o Sistema, em simultâneo à sua admissão ao cenário político, comprou parte das edificações dos arquitetos de sonho. Assim, por exemplo, as cooperativas de consumo mereceram aplauso do Sistema, a idéia de empresa pública operando com baixa ou nula rentabilidade em insumos de seu interesse lhe interessou, etc...

Particularmente importante por sua influência sobre algumas correntes da 'ciência oficial' foi o movimento socialista fabiano inglês sucessor, na entrada do século, do benthamismo. Sob a liderança dos Webb, contando com Bernard Shaw entre seus membros, o fabianismo propunha - uma 'marcha gradualista para a cidade-maravilha'. Isto seria feito por um Estado sujeito a controle democrático, com técnicas de planejamento, mediante a gradual nacionalização, e transferência, para o governo nacional ou local, das empresas

de setores estratégicos da economia. Em termos de repartição de rendas, os fabianos adotavam a hipótese da utilidade cardinal (comparabilidade inter-pessoal) e fixavam como uma meta a minimização das desigualdades repartitivas. Os fabianos acreditavam que o bom senso e a boa vontade imperariam a longo prazo, e que uma pregação intelectual permitiria um tal aperfeiçoamento do processo democrático que a Sociedade tenderia a dispor de um Estado eficiente instrumento da gestão social.

De qualquer forma a 'sólida utopia oficial', as irreais cidades-maravilha e as ingênuas esperanças de um 'processo de aproximações sucessivas à boa sociedade' do fabianismo irão conhecer uma fase de grande turbulência: as décadas finais do sec. XIX engendraram profundas transformações estruturais no capitalismo, que se explicitaram, plenamente amadurecidas, nas primeiras décadas do século atual.

No último quartel do sec. XIX, a nosso juízo, prevaleceu uma linguagem utópica, ao nível da ciência oficial. Entretanto, o desenvolvimento das forças produtivas, a evolução do capitalismo industrial, atingiam naquela época configurações estruturais e macro-processos cada vez mais afastados das idealizações da 'ciência oficial'. Mesmo que, com generosidade, admitíssemos que, em etapas anteriores de evolução, o capitalismo, observado ao nível da aparência - (como faz LOWE), tivesse sancionado partes significativas da construção ideal, é trivial observação que nessa época já havia se afastado radicalmente da construção utópica oficial, bem como, em sua dinâmica, prometia aprofundar cada vez mais o divórcio. Cotejar os manuais de Marshall, Pareto, Walras, Tausig, etc... com a evidência histórica conhecida por esses autores confirma o que Marx considerou o denominador comum do pensamento de direita oficial: o idealismo. O pensador de 'ciência oficial', separado por seu gênero de vida do contato com a matéria, protegido da necessidade, ignora as resistências do mundo real; é idealista com a mesma naturalidade com que respira, rechaça em bloco a realidade.

Sim, porque as prodigiosas transformações estruturais do capitalismo passaram praticamente despercebidas em seu significado maior pelos construtores de utopias. Os bem comportados ficaram, como Marshall, satisfeitos com o estudo do monopólio e tenderam a ver a 'cartelização e trustificação' como manifestações super-estruturais extra-econômicas, cuja ilegalidade deveria ser combatida judicialmente. A preocupação com os sindicatos permitiu a construção da tese de monopólios bi-laterais e as modestas contribuições sobre os oligopólios (Journot) passaram despercebidas aos 'papas' da 'ciência oficial'. Enquanto isso, os construtores de utopias mal comportadas, preocupados com o drama social, engenhavam-se em imaginar instituições corretivas e/ou compensatórias, sem aprofundar a questão da viabilidade de sua aplicação e sua congruência com os comportamentos do Sistema. A percepção de realidade sumamente idealizada, uma confiança num progresso contínuo e gradualista, não geram desconfianças maiores (salvo para pouquíssimos pensadores de pequeno público) sobre a próxima 'mudança de condições atmosféricas'. Com um certo exagero, poder-se-ia afirmar que poucos se deram conta de que havia 'alguma coisa de errada no Reino da Dinamarca'.

Qual a realidade ao longo do último quartel do séc. XIX e decênios iniciais do atual? Recapitulemos alguns traços deste período em que ocorrem significativas mudanças nos padrões de desenvolvimento capitalista.

Em primeiro lugar, o período mostra um sustentado movimento secular de crescimento. O salário real cresce, inicialmente, até 1893/5, através da queda de preço dos 'wage goods'. O processo de industrialização atinge a maturidade na Europa continental e nos Estados Unidos. Entre 1890 e 1913 a produção de petróleo se quintuplica, atin

gindo 52 milhões de toneladas. O carvão combustível, chave da industrialização da primeira metade do século, também cresce significativamente: entre 1900 e 1913 praticamente dobra, atingindo 1.200 milhões de toneladas. A acumulação de capital conduz o progresso técnico a uma substancial modificação nas bases energéticas. A partir de 1870, as invenções dos dínamos elétricos de Pacinotti e Siemens, e do motor de combustão de Lenoir, anunciam uma onda inovatória, permitindo a construção de motores mais leves e mais potentes e privilegiando petróleo a eletricidade, cria as bases de toda uma nova canastra de bens de consumo abrindo caminho para os bens de consumo duráveis da sociedade 'afluente'.

Esta onda inovatória estabelece condições para a produção em massa e estandarizada, antes restrita a poucas mercadorias, agora e cada vez mais padrão industrial. Na siderurgia, o forno Bessemer e as técnicas de recuperação de aço permitem a produção de aço em larga escala e a baixo preço. Generaliza-se a produção e distribuição urbana de 'comodities': energia, iluminação, calor, gás, água etc., bem como os sistemas de comunicação.

A Europa Continental e Estados Unidos dividem com a Inglaterra a liderança desse processo inovatório. Nas décadas iniciais do sec. XX esta liderança sai de Albion. Nos Estados Unidos os inventos elétricos de Edson, o automóvel Ford e o Taylorismo dão ao consumo de massa um padrão-técnico que a Europa depois tentará copiar. A Alemanha lidera as inovações na indústria química. Logo após a Primeira Guerra, novos materiais: alumínio, aço inox, fertilizantes químicos e produtos plásticos sustentam e aceleram a onda inovatória. Processos acelerados de urbanização, crescimento demográfico intenso na Europa até a entrada do século, prodigiosas correntes migratórias Europa - Estados Unidos, deslocamento das fronteiras agrícolas mundiais

e uma reestruturação das zonas agrícolas tradicionais europeias após a 1ª. Guerra Mundial, enfim todo um complexo processo de reestruturação de forças produtivas está na base desse processo de crescimento.

A 'ciência oficial' não incorpora este prodigioso processo de transformação estrutural em suas especulações. Suas conclusões teóricas sugeririam um curso firme com pequenos desvios de curto prazo rápida e automaticamente corrigidos.

É certo que não foi assim que o capitalismo industrial avançou. A tendência secular de crescimento suportou ondas mais ou menos periódicas de prosperidade e depressão: 1873, 1882, 1890, 1900, 1907, são anos críticos com redução de produção, falências e desocupação. Estas crises inicialmente foram menos gerais, porém, na medida em que a acumulação forjava um sistema mundial mais densamente articulado, as crises tenderam a se generalizar: a de 1907 golpeia duramente Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha a de 1920 é igualmente geral. Porém, o fluxo de inovações, o aumento e redistribuição espacial da população, as rearticulações do mercado internacional, permitiram que a maioria destas recessões resultasse muito mais em uma diminuição da taxa de crescimento do que numa persistente situação de sub-emprego. Até a 1ª. Guerra Mundial, nenhuma indústria importante foi obrigada a contrair sua produção por um longo período. O fenômeno do ciclo econômico inspirará '333 teorias' explicativas da 'ciência oficial', porém o edifício neo-clássico permanecerá erigido em ciência. Na verdade, somente a grande crise de 1929, com redução persistente do produto e da renda, provocará a 'revolução' keynesiana na Academia. O sentido das '333 teorias' explicativas do ciclo terá que ser por nós examinado mais adiante. Por agora, continuemos a relacionar algumas das transformações em curso.

Dada a direção impressa ao progresso técnico pelos mecanismos de acumulação, cresce a escala mínima das unidades de produção, a densidade de capital e o coeficiente de investimentos fixos se elevam, as unidades produtivas e os instrumentos de produção têm maior especialização. As unidades tendem a ser menos versáteis, na composição dos preços cresce a parcela de custos fixos e os processos de produção no sistema industrial em conjunto se dilatam. Esta direção do processo técnico é confirmada ao longo das oscilações cíclicas. Níveis de risco e incerteza aceitáveis no capitalismo competitivo passam a ser inadmissíveis nos novos horizontes técnicos. A acumulação caminha acoplada com um processo de concentração de poder econômico e política pelas empresas.

A concentração é facilitada nas fases de recessão e, junto com a inovação, é mecanismo de retomada da expansão. Ao nível da empresa, cada vez de maior porte, a minimização de risco, que permita o cálculo econômico, considerando a evolução da demanda e os progressos da técnica, é condição para a decisão de investir, frente um horizonte temporal ampliado. Atenuar o risco para permitir a realização do excedente. A solução é ampliar o controle da empresa sobre o ritmo de incorporação de progresso técnico, hábitos dos consumidores, preços de insumos, condições de financiamento, etc... Por estas razões, a concentração caminha com um processo de 'cartelização', de distintos pactos interempresas da mesma indústria ou de setores distintos, de distintas articulações do setor industrial com o sistema financeiro, etc...

A base legal da grande empresa foi armada entre 1860/80. As grandes unidades começam seu império. No setor siderúrgico, a Krupp alemã surge apoiada em demanda bélica, em 1860. Nos USA, em 1870 já está constituída a Carnegie a partir da demanda de trilhos que será a base

da United States Steel, constituída em 1901. Nascem os gigantes da indústria química : Basf alemã (1865), Nobel Dynamite (1886), Dupont (1882); do petróleo: Standart (1870); dos equipamentos elétricos : Edson (1876) ; AEG (1883) ; Westinghouse (1886), General Electric(1893). Como padrão modelar de empresa colonial, verticalmente integrada, a De Beers Consolidated é constituída em 1888. A tendência à concentração é universal. Na indústria têxtil inglesa, J. P. Coats, entre 1870/1900, absorve os 4 maiores concorrentes e consolida seu império; o outro gigante do duopólio, a Fine Cotton Spinners and Doublers, organiza-se no mesmo período. A Unilever, 'controller' da indústria de perfumaria, já é dominante em 1906. Os mecanismos de concorrência são radicalmente transformados neste período e os processos de integração e de cartelização são os modos pelos quais as grandes unidades buscam consolidar seus impérios supra-mercado. Abaixo o risco, pelo menos para as empresas dominantes.

Acordos de preços, de reserva de mercado, de suprimento preferencial, de uso de patentes, de ritmo de incorporação de inovações; são firmados das mais diversas formas e sob distintos aspectos : a inventiva das grandes unidades neste desiderato - maior controle sobre o mercado - é extremamente fecunda. Na Alemanha, em 1893 o carvão é cartelizado, em 1904, a produção siderúrgica, em 1905, existem 385 cartéis; em 1911, 600; em 1923, 1500; em 1930, - 3000 (cartel para tudo). Em 1884, estabelece-se o cartel internacional de trilhos. Em 1896, a General Electric e a Westinghouse assinam seu cartel de patentes. Rockefeller, em 1882, já montara o sistema Standard para o petróleo nos USA. Em 1928, o 'gentlemen agreement' das 7 irmãs é assinado em Achnacarry e a indústria de petróleo põe em ordem a casa. Em 1904, a Basf e a Bayer, os dois gigantes químicos alemães, acertam os pontos. O conglomerado tem seu primeiro modelo nesse período : a American Tobacco e a American Sugar Refining dão o exemplo americano em 1891. A articulação com e a partir do capital financeiro, da qual a Alemanha fornece tantos

eventos, tem seu mais conhecido exemplo com a Casa Morgan, americana, que em 1901 constitui a United States Steel, tendo por peão a Carnegie Steel, através da fusão de empresas. A United, ao nascer sob a égide de capital financeiro, detinha 42% da produção de gusa, 66% de aço e 50% de laminados dos Estados Unidos. Morgan, em 1902, repete a receita para o transporte marítimo, provocando a reação inglesa de subsidiar sua Cunard Line.

O processo de urbanização e proletarização conduz a um processo de lutas sociais. O processo de reconhecimento dos sindicatos e a rejeição da tese de que 'greve é questão de polícia' foi inicialmente lento, porém se acelera em sincronia com a constituição das grandes empresas. Assim, Inglaterra em 1875 reconhece o direito à organização de sindicatos; a França em 1884 - (sua C.G.T. está constituída em 1895), nos Estados Unidos, a AFL data de 1881; a Suécia em 1898 já dispõe de uma organização sindical centralizada; a Alemanha autoriza o sindicato em 1890. De modestos ensaios assistencialistas à regulamentação do trabalho da criança e da mulher, à fixação da jornada de trabalho, ao reconhecimento do direito de greve, à filiação sindical obrigatória e aos acordos salariais coletivos, houve uma longa marcha com muito suor e lágrimas; porém, já em 1908 os mineiros ingleses conquistam a jornada de 8 horas, e em 1909 o salário mínimo é fixado na Inglaterra para 4 ramos industriais chave. Em 1893, Inglaterra tem 1,6 milhões de trabalhadores sindicalizados, em 1920, 8,3 milhões; no mesmo período os sindicalizados alemães evoluem de 200 mil para 7,8 milhões e a França em 1920 tem 1,8 milhões de operários sindicalizados.

O pensamento neo-clássico, com vistas para o micro, assistiu a estes processos deplorando os pecados veniais e mortais que se cometiam em relação ao delicado equilíbrio do mercado. Com respeito ao nível macro, não se angustiava; além das explicações 'ad hoc' para o ciclo, sem-

pro era possível atribuir perturbações do nível macro como oriundas das estrepolias cometidas ao nível micro. Depois, e afinal de tudo, o nível macro não estava tão mal assim: com o ouro como padrão internacional firme desde 1880, livre com versibilidade e políticas monetárias apoiadas na teoria quantitativa, parecia funcionar bem. O nível geral de preços baixou de 1872 até 1896 (o que lhes pareceu muito bom);³⁹ e sua alta até 1914 podia ser atribuída às pressões sindicais. Provavelmente, assim refletiam os neo-clássicos: afinal de contas as pequenas depressões até que servem para acalmar estas pressões salariais, e, com uma política monetária racional, é contornável a tormenta - pequenos desajustes.

Fenômenos como a industrialização continental apoiada por proposições ideológicas do tipo nacional-economia, a França de Napoleão III e a Alemanha de Bismark, eram percebidos como infrações ao livre comércio e depois, afinal de contas, aquelas heresias são loucuras de mocidade industrial. O imperialismo, as guerras coloniais, o militarismo como fenômenos na órbita da 'realpolitik' - fora do perímetro econômico.

A la Guerra Mundial, sem dúvida, abala a olímpica tranquilidade da 'ciência oficial'. Afinal de contas, foi dose para elefante. Senão vejamos:

Com a 'catarsis' da la Grande Guerra explicitam-se a nível mundial transformações que vinham se gestando nas décadas anteriores. Inglaterra perde definitivamente sua condição de polo hegemônico sem que a nova potência - Estados Unidos - assuma um papel polarizador do

³⁹ WICKSELL estranhou o fenômeno da queda de preços combinado com a expansão violenta de ouro monetário, o que lhe permitiu um 'insight' inicial para sua teoria.

sistema capitalista mundial. O deslocamento e indefinição do centro de gravidade vai acompanhado de um encurtamento - do comércio internacional, da ruptura do padrão ouro, e de agudos processos inflacionários em alguns países. Os desequilíbrios de balanços de pagamento conduzem as economias - européias a políticas protecionistas, de fomento industrial e reativação e diversificação agrícola. A tarifa McKenna - de 33% sobre os produtos de luxo, de 1915, segue-se o, 'Safe guarding of Industries Act', de 1921; a Inglaterra abandona o livre câmbio. A tentativa de restaurar o padrão ouro, em 1925, capota com brevidade com a grande crise. Políticas monetárias apoiadas na teoria quantitativa, com a cômoda autonomia, que está 'tautologia teórica' fornecia, não parecem mais funcionar. Os governos europeus nos anos 20 passam intencionalmente a endossar a formação de grandes unidades. A Imperial Chemicals ICI, constituída em 1926m e a Morris (au tomóveis) são produtos de intencionais 'políticas de substi tuição de importações' inglesas. Na Alemanha, a I.G.Farben (1926) nasce a partir do manejo da demanda derivada pelo Tra tado de Versalhes, etc... As potências coloniais fortale- com suas áreas de preferência comercial. A Inglaterra em 1906 já se havia antecipado nesta direção.

A revolução socialista soviética introduz um novo vetor no marco internacional. Ainda que ini cialmente não fosse vista pelos cultores da 'ciência oficial' como uma ameaça ao capitalismo, que com seus esquemas demons trava sua inviabilidade econômica, em mais uma década a experiência soviética iria acentuar dramaticamente a 'perfor mance' relativa do capitalismo na década dos trinta e servir de fonte a incômodas heresias no campo oficial.

SEÇÃO II-2

A DOLORIDA TOMADA DE CONSCIÊNCIA DA NOVA ETAPA DE

DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

"O Chefe de Polícia, que vira um Policial espancar um Bandido, indignou-se e disse-lhe que não o fizesse mais, sob pena de de demissão.

- 'Não sejas tão severo comigo', respondeu o Policial, sorrindo, 'bati nele com um cassetete postiço'.
- 'Seja como for', insistiu o Chefe de Polícia, 'deve ter doído, embora não o tenha machucado. Não tornes a fazer isso'.
- 'Mas', disse o Policial ainda sorrindo, 'era um Bandido postiço'.

"Ao procurar demonstrar sua satisfação, o Chefe de Polícia estendeu a mão direita - com tal violência que sua pele fendeu-se no cotovelo e pelo rasgão saiu um monte de serragem. Era um Chefe de Polícia postiço."

(AMBROSE BIERCE)*

Nesta seção estamos interessados em registrar sumariamente algumas das reações da 'ciência oficial' em relação à evolução de um capitalismo que, em suas configurações estruturais e macroprocessos, se afastou aceleradamente, a

partir da segunda metade do século passado, das premissas que, colhidas ao nível do aparente, são os pilares do edifício teórico, que faz sua apologética.

Tenhamos presente que já nessa época era impossível, por mais sólidas que fossem as muralhas da academia recém-construída, desconhecer o que lá por fora se passava. Os barbas-brancas com relutância tomaram consciência do tumulto. Suas respostas foram de tipo vário.

Em primeiro lugar, não respostas. - WALRAS, em seu 'Elements d'Économie Politique Pure' (1874) faz uma única referência às crises utilizando uma metáfora sem sentido: ... "da mesma forma que um lago, às vezes, é agitado - até o próprio fundo por uma tempestade, o mercado, algumas vezes, é levado a violentas confusões pelas crises, que são distúrbios súbitos e generalizados do equilíbrio".¹ A tranquilidade quase onírica de Walras, apoiada na distinção entre Economia Pura e Economia Aplicada, ilustra às maravilhas a posição de barbas-brancas com algodão nos ouvidos. No seu tempo, o tumulto estava iniciando, porém o mais surpreendente é que, nos tempos atuais, versões mais sofisticadas da dicotomia pura/aplicada sigam gerando demanda de algodão.

O segundo e mais ingênuo padrão de resposta característica do período pré-Primeira Guerra consiste em assumir a posição de mestre-escola e reprochar o real por não se comportar com respeito às boas regras. Lamentável

1 WALRAS, L. pg.381. Cf. LOWE, A. op. cit. pg. 91.

esse comportamento da sociedade, afastando-se das condições de perfeita concorrência. Não lhes disse, demonstrei, e ensinei com luxo de demonstrações que é pecado mortal interferir no perfeito mecanismo de mercado. O Sistema, admitindo grandes empresas e sindicatos, está errado. Vou repetir a lição. Essas figuras são desfuncionais. Com respeito à grande empresa, vamos dissolvê-la, ou controlá-la legalmente para impedir que se comporte como grande empresa.

A Lei Sherman, de 1890, foi pioneira em escutar o conselho do mestre-escola. Posteriormente, quase todos os países adotaram legislações anti-monopólicas e buscaram afanosamente aperfeiçoá-las. Sim, porque, para surpresa dos neo-clássicos, ela se revelou praticamente inócua. No começo, sua adoção irritou profundamente a comunidade dos negócios como uma indébita intromissão na livre iniciativa. Como suas iniciativas continuaram livres, posteriormente, se despreocuparam com essa classe de legislação. Mais à frente, suspeito, descobriram que esta legislação poderia ser utilizada a seu favor. ²

Escutemos STEINER, falando do drama da aplicação e interpretação das Leis contra práticas monopolísticas: "A Lei Sherman estabeleceu claramente que todos os contratos, conjurações e entendimentos restritivos

2 Escutemos o insuspeito Prof. Steiner falar a respeito do fortalecimento e em alguns casos de enfraquecimento das leis anti-monopolistas: "No fundo de muitas medidas reformistas da administração Roosevelt, estava o desejo de fazer cessar a concentração do poder econômico e de impedir seu uso e abuso, quando a eliminação não pudesse ser alcançada; - entretanto - o 'New Deal' submeteu-se a pressões, e favoreceu uma legislação que não só promoveu a concentração do poder econômico, como isentou alguns tipos de concentração do poder das leis anti-truste existentes. No setor do monopólio encontra-se uma surpreendente inconsistência na Administração Roosevelt, uma inconsistência caustística que tem sempre existido na política anti-monopolista do governo". (op. cit. pg. 181)

ao comércio eram ilegais. Mas em 1911 a Suprema Corte alegou que isto não significava o que o texto legal dizia. Existem restrições racionais ao comércio, determinou a Corte. Estas não violam a Lei, enquanto que as irracionais sim, o fazem. Desde esta época até hoje (1953), tem havido uma busca intensa e infrutífera para separar as restrições do comércio racionais das não racionais. Depois, para grande desgosto dos economistas, a Corte sustentou, em 1920, que ser gigante não constituía ofensa. A Corte ignorou que o poder econômico concentrado podia contribuir para restringir o comércio. Posteriormente (caso ITT), a Corte decidiu que o tamanho muito grande era contrário à Lei. Porém, até hoje não deixou clara qual a exata proporção de mercado de que uma companhia pode dispor legalmente". ³

Realmente, basta demonstrar à Corte que as restrições ao comércio que aplica e o tamanho atingido são racionais para neutralizar-se a aplicabilidade da Lei. Mais ainda, se por racional entendermos o real, a grande empresa pode se auto-congratular pelas restrições racionais que aplica ao comércio. ⁴

Os neo-clássicos desde a entrada do século não ignoravam o jogo capitalista supra-mercado. MARS HALL, que via no monopólio um mal (considerava ilegítimo o 'lucro de monopólio', vendo aí a 'exploração' e um fator de perda de eficácia da economia), considerava a 'cartelização' e a 'trustificação' como processos superestruturais que condenavam com a maior indignação moral: a trustificação e a cartelização eram também 'casos de polícia'. Além disso, não fazia

³ STEINER, G. op. cit. pg. 129. passim.

⁴ A respeito, é conveniente consultar a argumentação do Presidente da United States Steel no Senado americano, quando interrogado pela prática constatada 'ad nauseam' de preços em linha; o Presidente justificou esta prática como sendo a única maneira de preservar a pequena siderurgia estadunidense. O Relatório do Comitê KEFAUVER do Senado Americano está reproduzido integralmente em "Em Poucas Mãos". Ed. Civilização Brasileira, 1967.

boa imagem da ética das grandes companhias. "A febril perseguição da riqueza pode induzir os homens capazes de grandes obras a incorrer em processos claramente criminais. A National Cash Register Company, cujos progressos técnicos são notáveis, foi réu condenado por haver empregado procedimentos difamatórios aos seus competidores, por induzir seus agentes a provocarem avarias nas partes internas das máquinas rivais quando estavam funcionando, e por outras práticas análogas".⁵ As estrepolias de J. D. Rockefeller foram igualmente condenadas pelos neo-clássicos como pouco éticas e como criminais.-- (E o livro de HILFERDING já estava disponível desde 1910!)⁶

Uma variante 'mais' realista tem o seguinte enunciado : talvez se possa conciliar com a grande empresa. Afinal de contas - existe o argumento das economias de escala a seu favor - talvez se possa admitir sua irreversibilidade e conveniência técnica, e, compensatoriamente, a plicar algum mecanismo de controle que obrigue a grande em presa a equalizar preço com custo marginal. A idéia de Ler ner do Estado como oficina de contra-especulação é deste ti po: estoques reguladores em mãos do Estado. Os fiscalistas-pesquisando combinações tributárias estiveram orientados a este desiderato. Poderíamos montar uma lista de sugestões - classificáveis nesta "variante".

Quando, mais à frente, os neo-clássicos reconheceram que o oligopólio estava aí, e se desvaneceu a anterior irrestrita confiança depositada na racionalidade do consumidor, começou a florescer sob sua inspiração a legislação de defesa do consumidor. Fixação de padrões de produção mínimos obrigatórios, obrigação de medidas de defesa sanitária no processo produtivo, exigência de declaração de peso líquido e composição do produto nas embalagens (nor-

5 MARSHALL, A. "Industry and Trade". Londres, 1920. Citado por WALKER, R. op. cit. pg. 127

6 HILFERDING, R. "Das Finanzkapital". Viena, 1910.

malmente impressos com um tipo de letra que exige que o consumidor compre lentes de aumento), etc... Esta legislação, que se funda em uma dúvida essencial quanto à ética das empresas - pode ser incluída na variante 'mais' realista e tem gerado um estado de irritação muito superior à provocada pela legislação anti-monopólica.

Assim, o monopólio está aí, porém a sociedade pode ser defendida deste perigo, criando um poder regulador no Estado.

Essas posições supra-descritas podem ser sintetizadas na seguinte fórmula: o real está errado ; recuperemos o ideal ou, pelo menos, retifiquemos a 'performance' do real segundo o gabarito ideal.

Nesta mesma perspectiva explicam-se os comportamentos macro (ciclo, nível de preços, etc.) como consequências daquelas disfunções micro, da perda das pristinas condições de concorrência perfeita; e se recomendam políticas para a recuperação das perfeitas condições e/ou que 'compensem' os desvios em relação à boa 'performance' do ideal.

Quanto à sindicalização, direito de greve, delimitação da jornada de trabalho e contrato coletivo e escalas salariais, inicialmente o neo-clássico vê nisso um pecado econômico mortal, um verdadeiro caso de 'polícia'.

Assim, RUEFF e PIGOU desenvolveram argumentação teórica e engharam dados estatísticos que concluiu que o desemprego era produzido pela intervenção institucional no mercado de trabalho. O salário é um preço; se

for fixado acima do seu preço de equilíbrio, a quantidade oferecida supera a demanda. Com essa brilhante aplicação do teorema de equilíbrio parcial, estes dois autores concluíram que o seguro social e a ação sindical eram as causas do de semprego.⁷ A idéia de um sistema de forças auto-corretivo sempre forneceu um modelo ideal para condenar intervenções. Um outro exemplo típico desse modo de raciocínio é o famoso 'efeito riqueza' de Pigou, colocando a automática valorização dos ativos numa fase recessiva como um mecanismo de recuperação de nível de atividade.

Um terceiro tipo de resposta consiste em articular uma qualificação na Teoria para 'salvar a face' do neoclassicismo. Um bom exemplo pode ser encontrado no argumento da 'indústria nascente', permitindo e explicando o êxito das políticas protecionistas e de fomento industrial - que diversos países da Europa Continental e Estados Unidos aplicaram. O neoclassicismo incorporou a seu patrimônio científico o teorema de custos comparativos ricardiano como o principal pilar da justificativa 'urbi et orbi' do livre-cambismo. Na medida em que os Estados Unidos praticam persistente política protecionista, em que a Alemanha concluiu Zollverein, em que outros países da Europa Continental (França de Napoleão III, Itália pós-unificação, etc) adotam políticas de industrialização com tarifas protecionistas e outras medidas de fomento com indiscutível êxito, faz-se necessário 'salvar a face teórica' do livre câmbio/livre comércio, pois o teorema ricardiano, em seu nível de aplicação mais elementar, permite concluir pela inviabilidade de uma industrialização efi

7 RUEFF, J. "Les Variations du Chômage en Angleterre" In "Revue Politique et Parlementaire". Dez.-1925. e "L'Assurance-chômage; cause du Chômage Permanent" In "Revue d'Économie Politique" 1931. e PIGOU, R.C. "Real and Money Wages in Relation to Unemployment" In "Economic Journal", 1927.

ciente. ⁸ Como explicar o inquestionável êxito daqueles - países no sec. XIX ?

É incorporado então o argumento da 'indústria nascente' que combina a idéia de rendimentos de escala com a de 'economias externas', justificando a proteção aduaneira para que o broto frágil da indústria, ao nascer, - possa vingar e não ser destruído pela indústria já madura que alhures, através do comércio internacional livre, poderia inibir seu nascimento ou matá-la quando jovem. (A proteção aduaneira seria prescindível, tão logo a indústria amadurecesse.) Cabe notar que a aceitação relutante do argumento de indústria nascente, que salvou a face teórica do livre câmbio, ao ser posteriormente invocada em outro contexto histórico - o pós-Segunda Guerra Mundial - pela América Latina, mereceu críticas severas da versão moderna da teoria do livre câmbio através de seu porta-voz, o FMI, com o aplauso de potências industriais maduras-Estados Unidos, Alemanha, etc. - que, no século XIX, praticaram o protecionismo. ⁹ O farisaísmo sempre foi uma dimensão do discurso político-econômico.

O neoclassicismo, ao incorporar o - argumento da 'indústria nascente', não procedeu a nenhuma revisão maior de sua edificação teórica, apesar de, por uma generalização desse argumento, - tal como fez a CEPAL no pós-Guerra - atingir-se uma concepção de política de desenvolvimento inteiramente hostil às suas conclusões românticas sobre o 'progresso contínuo e equilibrado'.

8 Nos Estados Unidos as tarifas sobre produtos industriais se elevaram de uns 40 a 50% em 1830. Após a Guerra da Secessão, MacKinley (1890) e Dingley (1897) elevaram a níveis superiores as tarifas. A Alemanha formou o Zollverein em 1834. Durante seu conflito com a Áustria, reduziu seu nível de proteção aduaneira (1873), porém, em 1879, com Bismark, se reestabeleceram altos níveis de proteção. Na França de Napoleão III as barreiras aduaneiras são mais elevadas que na época Colbert e, após uma redução em 1880, se reestabeleceram altos níveis confirmados pela Tarifa Méline.

9 Na verdade, na medida em que a Inglaterra não conseguiu opor barreiras à entrada na industrialização ao longo do sec. XIX, forneceu-se o Clube das Nações Industriais Maduras, que adotou os estatutos elitistas e a antiga arrogância livre cambista inglesa.

Aliás, é muito frequente no discurso da 'ciência oficial' a incorporação superficial de um argumento 'ad hoc' para 'salvar a face teórica', que apoiado - premissas distintas das do corpo do edifício teórico, se explicitadas e exploradas em suas últimas consequências, negariam a construção oficial. Entende-se, pois, o porquê da incorporação restringida do argumento de 'indústria nascente'.

A tremenda dificuldade do neoclassicismo em se libertar das limitações cognitivas geradas, por sua ambição de uma Teoria Geral e pela adoção do equilíbrio - como metaestado do econômico, são ilustradas com o modo pelo qual abordaram o fenômeno macro, inicialmente denominado crise e, posteriormente, ciclo econômico. Ainda que seu corpo teórico indicasse a impossibilidade de oscilações significativas do nível de renda e de emprego, a evidência histórica - da instabilidade das economias de mercado era por demais contundente, para que fosse ignorado o fenômeno. JUGLAR, em "Les Crises Commerciales et leur Retour Périodique en France, en Angleterre et aux États Unis", em 1860, com apoio em farta evidência estatística, já havia proposto uma morfologia do ciclo e identificado uma periodicidade de mais ou menos 10 anos. Os trabalhos de Mitchell ("Business Cycles" - 1913), Kondratieff (1922) e Kitchin (1923) etc., todos trabalhando com séries - temporais, haviam sugerido que o ciclo, com sua periodicidade complexa, decomponível em oscilações de longos (25 anos), médios (10 anos) ou curtos (40 meses) períodos, ou não decomponível (Mitchell), evidenciava um modo de funcionamento inerente ao capitalismo. Aliás, Juglar, pioneiro nesse tipo de - investigação, havia dito que "a causa única da depressão é a prosperidade", vendo a depressão como uma adaptação do sistema econômico às situações criadas pela prosperidade precedente.

Entretanto, como disse SCHUMPETER :

"Com poucas exceções, das quais Marx foi a mais importante, os economistas trataram o ciclo como um fenômeno que se super-im põe ao curso normal da vida capitalista e, as mais das vezes, em caráter patológico; jamais ocorreu à maioria buscar nos ci clos econômicos o material com que construir uma Teoria funda mental sobre a realidade capitalista". 10

O Prof. GUDIN tem um parágrafo que i lustra a atitude mais generalizada: "Em uma economia ideal, - com perfeita mobilidade de todos os fatores de produção e em regime de livre concorrência absoluta, não se verificaria o fenômeno cíclico; quaisquer alterações na procura, na técnica da produção, nas tendências a economizar ou a investir, dariam lugar a um reajustamento de preços e a um reagrupamento dos fa tores de produção, em harmonia com as mutações verificadas; a taxa de juros asseguraria sempre o equilíbrio entre as econo mias e os investimentos, não havendo entesouramento e nem, por tanto, deficiência da procura; o progresso técnico, ocasionan do a melhoria da produtividade, faria com que os custos caden tes da produção se traduzissem em preços mais baixos, aos quais as mercadorias adicionais seriam absorvidas, mesmo que o poder de compra expresso em unidades monetárias se mantivesse inal terado. O aumento do volume monetário necessário para acompa nhar o crescimento da população seria suprido na justa medida, sem inflação nem deflação. O único defeito dessa economia - ideal é que ela não existe. Não são as reações dos preços e salários não se processam por essa forma ideal, como constituem, não raro, um fator de desequilíbrio". 11

10 SCHUMPETER, J. A. "History of Economic Analysis". Trad. Bras. Rio, Edit. Fundo de Cultura, Vol. 3, 1964, pg.436.

11 GUDIN, E. "Princípios de Economia Monetária". Rio, Agir, 2 Ed. 1956, pgs. 150/1.

Por conseguinte, o neo-clássico, ante o ciclo, não podendo deixar de reconhecer sua evidência, lamentando a não existência da economia ideal, irá buscar - 'causas' que expliquem o desequilíbrio. Como o Prof. Gudin - está escrevendo na década dos cinquenta, sua abordagem já é relativamente sofisticada. SCHUMPETER sintetiza admiravelmente a postura do neo-clássico tranquilo (pré-grande depressão) ante o ciclo : "Enquanto não divisarmos suficiente fundamento para acreditar que o sistema econômico produza flutuações gerais em virtude de sua dialética própria, poderemos - (Schumpeter refere-se aos neo-clássicos) concluir facilmente que tais flutuações surgem simplesmente quando algo de alguma importância vai mal, não imprta por que razão". 12

O ciclo econômico seria, pois, um - tema da história econômica ideográfica e não da teoria. O ciclo deveria ser visto como um fato histórico singular e dada a historiofobia da ciência oficial, não deveria ter acolhida na Teoria geral, que preservaria seu patrimônio de equilíbrio intocado e livre de contaminações historicistas. Para BÖHM-BAWERK "não há explicação de ordem geral para os ciclos ou para as crises: pertencem todas ao capítulo final de um tratado econômico onde todas as causas possíveis deveriam ser discriminadas". 13

As '333' teorias (explicações !) do ciclo, exaustivamente estudadas por Schumpeter, pesquisaram ou propuseram causa ou causas com encadeamentos, em alguns casos bastantes complexos. Com poucas exceções - Sppiethoff é, segundo Schumpeter, a mais notável - a maioria dos teóricos do ciclo chegou à conclusão de que, da mesma forma que surgia

12 SCHUMPETER, J.A. op. cit. (vol. 3).pg. 435.

13 Citado por SCHUMPETER, J. A. op. cit. (vol. 3) pg. 435.

a crise, por alguma causa ou causas externas, não havia nada de automático nas recuperações; inovações, boas colheitas, abertura de novos territórios, descoberta de novos recursos - naturais etc... forneciam oportunidades novas de investimento e de aumento da procura agregada. Na medida mesma em que estes teóricos cultivavam e cultuavam a análise, não ligavam o comportamento global do Sistema à prospecção e colheita - destas 'causas'. Poucos, como Spiethoff, puseram a atenção na taxa de lucro.

Assim, o ciclo deveria ser objeto de uma ampla listagem de possíveis causas que, atuando extrinsecamente sobre o sistema econômico, imporiam flutuações sobre uma tendência que, por si mesma, é de estabilização a pleno emprego com preços estáveis. Como é copiosa a listagem de causas, cada sua combinação única confere a cada ciclo uma individualidade histórica. Não faria sentido, pois, integrar ao corpo teórico essas mil e uma causas, senão como um apêndice que, agregado ao corpo teórico central que mostrava a tendência ao equilíbrio, alinharia uma patologia de causas externas que poderiam estar gerando as oscilações. Essa postura tem um corolário político-econômico importante: se o ciclo não é um tema teórico, a identificação e hierarquização das causas de comportamento da conjuntura é tarefa político-econômica prioritária, pois a patologia precisa ser combatida para que, mediante a remoção e/ou compensação das causas, se obtenha o equilíbrio que a teoria garante ser o metaestado.

Compreende-se, pois, a tremenda listagem de causas e o acúmulo de recomendações clínicas. O nosso Prof. Gudin, por exemplo, sempre teve sua causa favorita - irresponsabilidade quanto à inflação - em uma cruzada - para a obtenção de desenvolvimento equilibrado no Brasil; o FMI tem a sua para os desequilíbrios do comércio internacional - etc.

A postura da 'ciência oficial' ante o ciclo é sintetizada por SCHUMPETER : (A maioria das hipóteses sobre a natureza e causalidade dos ciclos)... "além das sugeridas pela análise interdisciplinar destinavam-se a atrair os (economistas neo-clássicos) que haviam desenvolvido a estática comparada como a peça central de sua ciência ... não percebiam seus patrocinadores (da teoria do equilíbrio geral) o número ou a importância dos fenômenos que escapam a este esquema lógico, e compraziam-se em acreditar que se haviam apossado de todo o 'essencial' e 'normal'. Ora, do ponto de vista deste tipo de análise, é natural identificar as 'causas' dos distúrbios observáveis, seja fora do sistema econômico ou 'no fato' de que motor da economia, como qualquer motor, nunca trabalha com precisão absoluta". 14

Exemplos de explicação fora do sistema econômico são as chamadas teorias da 'colheita' agrícola de S. Jevons (Filho) e Moore H. L. aqui, inexoráveis flutuações climáticas dão o ritmo ao ciclo. Considerada a dinâmica demográfica como relativamente autônoma em relação ao econômico, o ciclo de construção civil poderia ser a causa - do ciclo econômico (Pigou). 15

Um segundo grupo de causas seria buscado na possibilidade do motor enguiçar devido a ondas de pessimismo e otimismo (Pigou) ou à incerteza e decisões errôneas. SCHUMPETER mostra que esse tipo de caixa vazia foi frequente na literatura sobre conjuntura pré-crise: "A causa dos ciclos econômicos... é encontrada nos hábitos e costumes (instituições) dos homens que constituem a economia monetária". 16 A

14 SCHUMPETER, J.A. op. cit.(vol. 3). pg. 434.

15 PIGOU, A.C. "Industrial Fluctuations". (1927)."

16 FRANK, L. K. "A Theory of Business Cycles". In "Quarterly - Journal of Economics", Ago.-1925. citado por SCHUMPETER. - op. cit. pg.453.

atribuição patológica de uma vocação inflacionista aos demagógicos governos latino-americanos, tão frequente na atualidade, por determinado tipo de economista, não é distinta do tipo de explicação causal que irritava SCHUMPETER.

Esta listagem poderia, e em muitas obras o faz, preencher um extenso texto. Como nosso propósito é ilustrar os 'modos de abordagem' da 'ciência oficial' às perturbações geradas pela maturação do capitalismo, recordaremos apenas o esquema de Hawtrey, que fornece um bom exemplo de proposição político-econômica anti-patológica. 17

A despesa agregada depende das variações da circulação monetária. Se a circulação se contrai, segue-se a seguinte sequência: queda na procura; os estoques indesejados crescem; as empresas têm prejuízos; a produção se contrai; surge o desemprego - o equilíbrio somente se restabelece com queda de preços, compressão salarial e de outras rendas. É esse o quadro da deflação; raciocínio inverso simétrico explica a inflação. A causa desse ciclo, para Hawtrey, é puramente monetária e se localizaria no crédito bancário e sua política de taxa de juros. Os comerciantes atacadistas, frente à baixa da taxa de juros, aumentam estoques e desencadeiam o movimento cumulativo de expansão: frente à alta da taxa de juros veiculam os impulsos deflacionistas. Hawtrey tem uma teoria de curto prazo e admite que a perda de encaixe dos bancos comerciais se verifica de forma defasada em relação a um movimento de expansão de crédito; assim sendo, os bancos comerciais têm uma conduta desestabilizadora, pois tendem a baixar suas reservas, em busca de maior lucro, em uma fase de prosperidade, quando deveriam aumentar suas reservas para atender ao 'gap' supra-referido. Por conseguinte, temos, com

17 HAWTREY, R. G. "Currency and Credit" (1919) e "The Art of Central Banking" (1932).

HAWTREY, uma explicação puramente monetária: "As flutuações no fluxo da renda monetária, produzidas exclusivamente por fatores monetários, são a causa única das flutuações cíclicas de ordem geral no comércio e no nível de emprego". 18

Quem teria, para HAWTREY, a responsabilidade para corrigir essa tendência perversa e desestabilizadora dos bancos comerciais? Resposta: o Banco Central. A instabilidade inerente ao moderno sistema creditício, identificada por HAWTREY como a causa do ciclo, teria sua correção em operações de 'open market' realizadas compensatoriamente pelo Banco Central, que deveria forçar os bancos comerciais a aumentarem suas reservas e retirar recursos (elevando a taxa de juros) nas fases de prosperidade, e a adotar a receita contrária nas fases depressivas. Uma receita político-econômica e um possível vilão para o ciclo - o Banco Central. A política creditícia deveria, pois, ser orientada não pela relação encaixe/depósitos, mas sim pela estabilização da despesa agregada. O ciclo é um fenômeno puramente monetário, cuja patologia está na errada condução da política creditícia. Para ouvidos brasileiros, essa fórmula, sepultada pela grande depressão, é cantilena repetida em muitos diagnósticos recentes.

A versão pouco sofisticada de HAWTREY admite modulações mais elaboradas onde a atenção é centrada no volume de investimentos, sendo a política monetária-creditícia a causa de ruptura de equilíbrio, na medida em que pode induzir superinvestimento devido a erros na fixação de taxa de juros abaixo da de equilíbrio; por esta via articulam-se as teorias de superinvestimento de V. Mises, Hayek e Machlup (por aí fazem uma colagem do real com o monetário). - Para esses autores, o erro da política creditícia estaria em

18 SCHUMPETER, J. A. op. cit. pg. 424.

situar a taxa de juros de mercado distinta da taxa natural - (no sentido wickselliano); além de afetar o volume de circulação monetária, deforma a alocação dos fatores de produção.¹⁹

Não importa o nível de sofisticação destas variantes; como Sherlock Holmes, o neo-clássico sempre encontra o vilão-alguém é culpado pela 'perturbação'. Na verdade, essas 'explicações' epicíclicas, adotando a expressão de Lowe, são de um tipo extremamente frequente no terreno da 'ciência oficial' - aplicado não somente ao ciclo, mas generalizável ao nível do crescimento, desenvolvimento, comércio internacional, inflação, etc. Essas explicações causais analíticas sempre inspiraram, inspiram e inspirarão receitas político-econômicas que, por mais sofisticado e elegante que seja o discurso analítico que as sustente, têm sempre um trans fundo maniqueísta, onde boas e más práticas explicam a boa ou má 'performance' aferida a partir de um modelo teórico - ideal.

Entretanto, o tipo de resposta mais frequente do neo-clássico em seu dolorido processo de reconhecimento do paraíso perdido, característico do pós-Primeira Guerra Mundial, quando o 'tumulto' cresceu em sonoridade, consiste no que denomino resposta-caramujo : uma introjeção do neo-clássico no neoclassicismo, buscando, 'intra-muros' - de sua 'ciência', um desdobramento analítico esclarecedor. - Qual o caramujo que, tocado, se recolhe defensivamente em sua concha, ou o Bernardo-eremita que ocupa uma concha vazia, o pensador neo-clássico busca, por uma prospecção analítica mais rigorosa de suas hipóteses iniciais, mediante desdobramentos conceituais e rearticulações teóricas, respostas às suas perplexidades.

19 Para os interessados em uma boa síntese: Gudin, E. op.cit. pgs. 160/163. Uma exposição exaustiva : Haberler, G. - "Prosperity and Depression" Trad. Esp., México, F.C.E.

Nesta linha caramujo bernardo-eremita, são numerosos os exemplos a invocar.

A mais retorcida ginástica intra-concha feita pelo neoclassicismo foi a torturada revisão da análise micro-econômica; a revisão do pilar-mestre de sua construção apologética; a teoria do equilíbrio parcial. 20

Nas décadas iniciais do século, era impossível desconhecer a presença das grandes unidades no mundo capitalista. A maneira barroca pela qual a 'ciência-oficial' chegará ao capitalismo das grandes unidades e a estranhos desdobramentos político-econômicos, somente é explicável pela lógica do caramujo relutante em abandonar a dimen

20 CHAMBERLIN, E. H., em "Towards a More General Theory of Value" Nova Iorque, 1957, pgs. 8/9, orgulhosamente fez um balanço dizendo: "Até 1956, apareceram 1.500 artigos nas revistas profissionais sobre concorrência monopolística e imperfeita". Orgulhoso, como um dos pais da criança, Chamberlin vê nessa tremenda produção, não um indicador de im potência e confusão teórica, mas sim a prova de que 'havia aberto o bom caminho'. -O céu para os cãndidos.

são em que se sentia seguro - o mundo das verdades ideais e em equilíbrio. 21

- 21 Esta discussão pode ser, a meu juízo, parcialmente reconstituída com a seguinte bibliografia: SRAFFA, P. "The Laws of Returns under Competitive Conditions". *Economic Journal*, Dez.-1926, pgs. 535/550; ROBINSON, J. "The Economics of Imperfect Competition". Londres, Macmillan, 1933; CHAMBERLIN, E. H. "The Theory of Monopolistic Competition". Harvard Univ. Press., Cambridge, 1933; HOTELING, H. "Stability in Competition". *Economic Journal*, 1929; LEDUC, G. "La Théorie des prix de Monopole". T. Aix. 1907; ZEUTHEN, F. "Problems of Monopoly and Economic Welfare". Londres, 1930; ZEUTHEN, F. "Du Monopole Bilatéral". In "Revue de Économie Politique" 1932; CLARK, J. M. "Social Control of Business". 1926; CLARK, J. M. "Competition as a Dynamic Process" in "The Brookings Institution". 1961; STACKELBERG, H. F. von. "The Theory of the Market Economy", Fairlawn, Oxford. U. Press, 1952 (1a. ed. alemã:1943) apoiada em sua tese doutoral de 1934; FRISCH, R. "Monopoly-Polypoly The Concept of Force in the Economy". In "International Economic Papers". 1933; BERLE, A. A. e MEANS, G. "The Modern Corporation and Private Property". 1932; MEANS, G. "Structure of the American Economy". National Resources Committee, 1939; BURNS, A. R. "The decline of Competition". Londres, 1936; RICCI, U. "Dal Protezionismo al Sindicalismo". Bari, 1926; RICCI, U. "Théorie de la valeur". Malfasi. Milão, 1951; TRIFFIN, R. "Monopolistic competition and General Equilibrium". Cambridge, Harvard Univ. Press, 1940; MARCHAL, J. "Le Mécanisme des prix". Lib. des Médicis, Paris, 1949; FELLNER, W. "Competition among the Few", Nova Iorque, Knopf, 1949; LABINI, S. "Oligopólio e Progresso Técnico". Turin, Einaudi, 1964; BAIN, J. "Barriers to New Competition", Cambridge. 1956; BAIN, J. "The Industrial Organization". Nova Iorque, 1959; BERLE, A.A. "The 20th Century Capitalist Revolution". 1955; BAUMOL, W. J. "Business, Behavior, Value and Growth". 1959.

A Teoria do equilíbrio parcial de Marshall, aceita como Bíblia na entrada do século, estudava dois modelos de mercado que podem ser considerados casos extremos.. Marshall estudou a determinação do equilíbrio nos mercados sob condições de concorrência perfeita de monopólio. Em ambas as situações obter-se-iam preços determinados e estáveis. O preço em condições de concorrência perfeita era o tijolo do ótimo equilíbrio geral. O monopólio deveria ser público ou diretamente regulado, para Marshall. De um lado o Bem, do outro o Mal; esta é uma micro 'certinha', que hoje os manuais de micro-análise apresentam como modelos altamente idealizados, úteis para 'fins' pedagógicos.

O equilíbrio parcial em um mercado de concorrência perfeita implica nas condições de : a) atomicidade de de oferentes e demandantes; b) fluidez de oferta e demanda, como tal entendido o livre acesso, em idênticas condições, de qualquer vendedor a qualquer comprador no mercado; c) igual informação de todos os oferentes e demandantes sobre o mercado; d) homogeneidade de bens; e) ausência de barreira à entrada de novos participantes no mercado. O outro extremo marshalliano o monopólio puro-estaria caracterizado pelas condições de um único oferente com uma mercadoria sem substitutos, ou seja, com uma curva de procura inelástica.

Deveria ser patente, no mundo trustificado do início do século, que as duas formas de mercado marshallianas já não correspondiam ao quadro real. A concentração visível condena a hipótese de atomicidade. As patentes, acordos de cartel, marcas, campanhas tipo 'buy british', obstáculos à mobilidade da força de trabalho, alvarás, controle de recursos naturais, localizações, etc. obviamente afetam a fluidez de oferta e de procura. A perfeita informação não se verifica sequer na Bolsa de Valores (a 'prova viva' da reali-

dade da concorrência perfeita; existiam sempre os 'insiders' e os 'outsiders'). A homogeneidade dos bens se nega com as propriedades físicas e situacionais, racionais e irracionais patentes em bens diferenciados. A condição de igualdade de poder não é obtível, e, existindo desigualdade, a 'competição destrói a competição". A competição é instável; para que se ja continuamente revigorada, é necessário liberdade de entrada; porém, a concentração e a 'cartelização' sem dúvida dificultam a entrada. - Onde estamos? Perguntaram-se atônitos os neo-clássicos. O equilíbrio marshalliano da empresa, seu conceito de empresa representativa da indústria, os seus curto e longo prazos, etc. não pareciam explicar o que ocorria no mundo real. A idéia de monopólio como disfunção, que inspirou a ingênua legislação anti-monopólica, parecia ter pouco que ver com as mil e uma formas específicas de mercado, e graus de concentração de indústria que o cotidiano assinalava.

Obviamente, o pensamento neo-clássico enfrentando a charada não foi o de ligar a concentração e 'trustificação' ao processo de desenvolvimento capitalista, no qual o progresso técnico, a acumulação e a instabilidade estavam patentes. Foi o de preservar as hipóteses analíticas -estáticas de técnica constante e condições de procura dadas, e de pesquisar as formas de mercado intermediárias entre as duas posições analíticas privilegiadas por Marshall, ou seja, a opção foi persistir na análise micro-econômica em busca das soluções de equilíbrio parcial. Como o consumidor é Soberano, a atenção do fenômeno se orientou inicialmente aos mercados de bens finais (se bem que, em seus desdobramentos e pesquisas, posteriormente superou esse ângulo inicial). Com esta abordagem os neo-clássicos esperavam responder à pergunta: Qual a realidade efetiva do mercado em uma economia de mercado? Trabalhando nessa direção, Hotelling e Zeuthen levantam, em trabalhos pioneiros, o problema da distinta localização espacial dos oferentes e demandantes.

SRAFFA critica o conceito marshalliano de empresa representativa da indústria ante uma curva de procura infinitamente elástica. Cada oferente tendia a desenvolver seu-próprio mercado. A questão fundamental para o oferente é sua curva de vendas, que possuía uma forma tal que não podia vender sem reduzir preços ou incorrer em 'gastos de mercado'. Os compradores, devido a amizades pessoais, costumes, facilidades de crédito, de transporte, de prestígio, não são indiferentes a quem vende bens. Dever-se-ia, pois, abandonar a hipótese de concorrência perfeita em um acercamento à análise do monopólio. Não existe um mercado único para um bem, mas sim tantas empresas oferentes do bem, quantos mercados especiais, cada um dos quais mantido pelas peculiaridades das preferências dos demandantes. (O mercado único marshalliano com sua empresa representativa, substituído por um conjunto de mercados de alguma forma interdependentes, porém individualizados.)

SRAFFA sugeria um permanente lucro de monopólio apoiado pela natural barreira à entrada constituída pelas preferências de certos consumidores, pelos bens de um certo ofertante (a entrada de uma empresa no mercado de outra significa elevados custos de venda e certas inversões, enquanto que no próprio mercado desfruta de uma margem de proteção por já estar estabelecida ante certas preferências).²²

O neoclassicismo, obviamente, ao invés de escolher o caminho aberto por SRAFFA, adotou o tratamento de Chamberlin: a concorrência e o monopólio não são categorias excludentes, mas sim "elementos contribuintes a uma situação global onde estão implicados e interrelacionados entre

²² Para SRAFFA, esse lucro de monopólio da empresa com o cartório estabelecido teria um limite, na medida em que um aumento dos seus preços poderia ocasionar mudanças nas preferências de seus compradores.

si", ou seja, a construção de uma teoria micro-econômica geral unificada onde seriam combinadas concorrência e monopólio, cancelando-se a dicotomia marshalliana. ²³ Concorrência-monopolística é uma excelente síntese ideológica entre o real (o 'trust' e o monopólio) e a matriz da boa 'performance' tradicional (a concorrência). Compreende-se que orientar a investigação sobre lucro de monopólio permanente seja muito menos atraente que preservar a idéia de concorrência.

Chamberlin vê seu mundo como constituído de um número substancial de oferentes, cada um dos quais independente, vendendo um produto pelo qual cada um dos compradores tem uma preferência especial derivada de sua qualidade única (do bem segundo o oferente), sejam propriedades físicas, de marca comercial, de apresentação, dos serviços especiais, fama, localização, etc. Cada bem diferenciado está mais ou menos monopolizado, porém, na medida em que a substituição de produtos rivais desempenha uma função, a competição acontecerá. Os monopolistas competem entre si. Nesse amplo contexto de competição monopolista, o equilíbrio de cada empresa estará afetado não apenas pelos custos de produção, mas também pelo grau em que cada empresa possa inclinar e ampliar as preferências dos consumidores por seu produto.

Para isto, um procedimento básico : diferenciar o bem, seja pela alteração real de suas qualidades, seja pela alteração induzida nas preferências dos consumidores via publicidade. Evidentemente este procedimento afeta sua curva de custo: qualidade e publicidade, 'selling cost' afetam custos. Assim, o monopólio de Chamberlin tinha

23 CHAMBERLIN, E. H. "The Theory of Monopolistic Competition", Harvard, Univ. Press, 1933. pg. 3.

que lograr o equilíbrio comparando lucros potenciais, deriva dos deslocamentos da curva de procura que poderia alcançar com seus procedimentos, com os deslocamentos que incorreria em sua curva de custos. Isto é ciência, tem o sabor do rito tradicional. Chamberlin admite que as barreiras à entrada são superáveis através de um procedimento básico : alteração do produto e campanha publicitária. Inexistindo barreira à entrada, de alguma forma, através da concorrência monopolística, tender-se-ia a uma equalização das margens de lucro nos diversos mercados. Por esta via fecha-se o esquema, pois, para Chamberlin, ninguém reduziria seu preço por baixo do preço de monopólio, pois se o fizesse obrigaria seus competidores a reduzir seus preços respectivos e com isso se prejudicaria. A operação inversa traria novos competidores. Haveria, pois, uma tendência ao equilíbrio. O fato de que houvesse preços maiores e uma produção menor no mercado de concorrência monopolística do que no de concorrência perfeita - não demandaria medidas corretivas; a preferência não é um mecanismo de bloqueio de entrada. As preferências consolidadas de que desfruta um oferente são um 'fundo', um 'patrimônio incorpóreo' que reflete sábias decisões e condutas empresariais no passado. É natural que quem construiu o 'fundo', - dele desfrute. Porém, não pode exagerar, porque neste caso perderia seu 'fundo'; os consumidores mudariam suas preferências e com isto seu 'fundo' volatizar-se-ia. Quanto à barreira à entrada, é um problema de 'cálculo empresarial'. Se for rentável - e para isto basta que o já instalado abuse - qualquer um pode realizar o investimento requerido. Existem, pois, mecanismos de mercado auto-reguladores. É viável a entrada no mercado de concorrência monopolística. Existe competição. - Obviamente, o lucro de monopólio não é exploração e tampouco a situação de monopsônio gera exploração dos fatores. Nesse discurso, a liberdade de entrada garante uma 'harmonia realista'.

Observemos a idealização: a concorrência monopolista é o mundo 'trustificado', a publicidade não é um mecanismo de bloqueio; estamos teorizando sobre a competição de um grande número de pequenos oferentes de bens finais diferenciados. Ainda que a soberania do consumidor saia um pouco arranhada, ela foi preservada. Afinal de contas, todos podem fazer campanhas publicitárias e/ou aperfeiçoamentos, e o consumidor pode, com melhor conhecimento, fixar suas preferências. Parece que Chamberlin pensa em uma publicidade de tipo passivo que, apelando para a Racionalidade do consumidor, o informa das benesses de seu produto. - Além disso, para o oferente existem limites para a expansão dos gastos de publicidade. O vertiginoso crescimento da Madison Avenue, a propaganda agressiva apoiada em campanhas de 'intoxicação' seguidas de campanhas de 'manutenção', o manejo científico das dimensões irracionais do homem para gerar lealdades e preferências, o 'boi da boiada' que é o consumidor atual, tudo que a leitura de um Packard comprova com luxo de detalhes, a clara opção pelo gasto publicitário agressivo ao invés da melhoria da qualidade do produto, tudo isto escamoteado com : existe livre entrada e a publicidade é um dos bilhetes de entrada. 24

ROBINSON encaminhou seu discurso - bem mais colado ao caminho delineado por SRAFFA: o próprio título de sua obra é revelador - "The Economics of Imperfect Competition" - de seu 'mal estar' com o que via. Entretanto, manejando o mesmo discurso neo-clássico, estático e marginalista, a Sra. Robinson permitiu que considerassem sua produção intelectual análoga à de Chamberlin, apesar de todos seus

24 PACKARD, V. "The Hidden Persuaders" Trad. Port., São Paulo, Ibrasa, 1965; e

PACKARD, V. "The Waste Makers" Trad. Port., São Paulo, Ibrasa, 1965.

protestos. Vejamos o ponto de partida de Robinson e donde seu 'mal estar'. Na concorrência imperfeita, cada produtor é um monopolista sujeito, unicamente, à possibilidade dos consumidores substituírem seus produtos por produtos rivais. Assim, seria inevitável que se abandonasse a teoria competitiva. Estaríamos, pois, em um mundo de monopólio onde o lucro 'normal' significa que as empresas produzem em um nível inferior ao 'ótimo' (o da concorrência perfeita). Além do mais, a concorrência imperfeita tende a criar barreiras-à entrada, pois nela se desenvolvem as economias de escala como um manto protetor. A situação de monopsônio permite à empresa remunerar o 'input' adicional abaixo do valor do produto marginal físico. No mundo do monopólio, no mundo da concorrência imperfeita, a distribuição de rendas pode ser alterada radicalmente e, quanto maior é a unidade de produção, tanto mais provável que surjam ganhos por 'exploração' dos fornecedores de 'input'. É claro que todos esses comportamentos captados pela análise de Robinson surgiam por contraste com o mundo ideal da concorrência perfeita. Chamberlin, mais realista, disse que esse é o mundo, e, tranquilizado porque há concorrência monopolística, não vê necessidade de intervenções. Distinta a conclusão de Robinson; alinhada na tradição reformista inglesa, com formação fabiana - defende a ação sindical e a legislação de salário-mínimo, pois diminuem a 'exploração', e chega à idéia da necessidade da fixação de preços por algum mecanismo institucional como modo de estabelecer uma oferta elástica. Para Robinson, com competição imperfeita o mercado exige o controle.

Os comentaristas neo-clássicos de Chamberlin e Robinson tentaram não opor o 'mal estar' de Robinson à 'tranquilidade' de Chamberlin. Preferiram unificar as duas abordagens pelo o que têm de comum; assim, imperfeição de mercado é o mesmo que diferenciação de produto; a curva da procura de cada empresa revela preferências singulares, com o que se coloca a interdependência de preços: a quantidade procurada é função inversa de preços.

Esta análise é mais complexa; é um passo significativo de aproximação ao real, certamente pensaram tranquilizados os neo-clássicos. A forma de concorrência perfeita marshalliana é uma forma extrema; o real tem lá suas imposições, porém o mundo é competitivo e agora dispomos de uma teoria 'realística'. Ninguém pode nos acusar de estarmos longe do real. A concorrência é em preço e em produto. Pode ser passiva, onde o oferente fixa um padrão e aceita as preferências, pode ser ativa, onde tenta influenciar as preferências (deslocar a curva da procura). Porém, este recurso tem também seu limite : de alguma forma, para cada oferente existe uma 'economicidade' em sua opção 'selling cost'.

É evidente que esta construção analítica, como o biquíni, "mostra coisas interessantes, porém-esconde o essencial"; o mundo analítico da concorrência monopolística - na melhor das hipóteses é uma aproximação ao comércio de varejo - não é o mundo do capitalismo trustificado, cartelizado, dos oligopólios. Por outro lado, esta construção estática não fornece nenhuma ponte significativa para o nível macro-dinâmico. Porém, para o neo-clássico isto nunca foi defeito de teoria nenhuma.

A teoria da concorrência monopolista tinha, pois, um defeito bem mais grave: foi estruturar o seu discurso imaginando muitos produtores com bens diferenciados. Vamos admitir que tivesse demonstrado a possibilidade de equilíbrio parcial nessa situação de mercado. Entretanto, que dizer sobre as formas de mercado onde a indústria tinha poucas empresas produzindo bens homogêneos ou um grupo (no sentido de Chamberlin) de poucos produtores de bens diferenciados ? Que dizer das situações de mercado conhecidas por oligopólio concentrado e oligopólio diferenciado ? A 'trustificação' e 'cartelização', características da passagem do século, vinham caminhando, através de um processo de concentração,

para essa forma : o oligopólio. Poucas empresas dominam um setor : esta a forma dominante no mercado dos países capitalistas. Esta estrutura de mercado caracteriza-se pela presença de poucos produtores vendendo bens, com alta elasticidade de procura cruzada. Na verdade, no entorno desses poucos grandes produtores costuma subsistir um cordão de pequenas empresas que, nas fases de expansão, aumenta e, nas fases recessivas, diminui mais que proporcionalmente às grandes, parecendo funcionar como 'amortecedores' para as empresas dominantes. Assemelhar à concorrência monopolística os oligopólios diferenciados com 'amortecedor' parecia uma violência. Os neo-clássicos entram na teoria do oligopólio. A deus, tranquilidade da teoria da concorrência monopolística!

Aliás, já os antigos sabiam que mexer nesse território era bulir com vespas. Se Cournot havia imaginado um duopólio com preço determinado e estável, Edgeworth havia desenhado um duopólio instável. A discussão sobre os 'trusts' e cartéis como modalidade supra-mercado para acabar com a competição e a liberdade de entrada havia assinalado que seus acordos eram pactos instáveis : o mais forte, ou os mais fortes, sempre impunham periódicas renegociações dos pactos. Além do mais, a trustificação acabava estabelecendo a regra : cada 'trust' encontra outro 'trust', mais cedo ou mais tarde (recordem-se da progressão impressionante de criação de cartéis na Alemanha). Essa consideração e o problema sindical haviam conduzido ao exame dos chamados monopólios bi-laterais, ou seja, o problema de duas - grandes moléculas, uma monopólio, outra monopólio. Essa situação colocava o problema de que, numa negociação, ganharia quem tivesse 'maior poder de resistência' em bancar a respectiva proposta.

Stalkelberg é o temerário que bolee nesse vespeiro; na sua teoria de duopólio com o binômio líder/seguidor, teremos as empresas realizando manobras e contra-manobras em função de hipóteses que adotam sobre a reação e a intenção da outra empresa duopólica. A linha de Stalkelberg é explorada a fundo por uma série de autores. Assim, na mesma Alemanha, Eucken faz uma detalhada exposição de formas de mercado introduzindo os comportamentos (reações) dos consumidores ao comportamento do oligopólio. ²⁵ (FRISCH) declara: "Qualquer estudo das situações polipolíticas deve, em primeiro lugar, ter presente a considerável diversidade das formas de estratégia que podem ser utilizadas". ²⁶ Triffin tenta classificar as situações de mercado em relações de cadeia e graus de substituição: diferencia oligopólios moderada e altamente concentrados; com ou sem diferenciação de produtos; com ou sem barreiras à entrada, e recupera a idéia de 'poder de resistência'. ²⁷ Cada autor descobre que as formas de mercado são mais variadas e admitem novas variantes. A vida econômica não é somente o estabelecimento de relações de troca, mas também de complexas relações de inter-influência, de tentativas e contra-tentativas de exercer influências, de complexas relações de dominação-subordinação, com um componente de risco e de suposição. Tenta-se matematizar essa salada com aplicação dos jogos de estratégia. Von Neuman e Morgenstern são os nomes mais famosos nessa direção, que inspira outro festival bibliográfico. ²⁸ ROTSCCHILD afirma: "Em oligopólio, tudo é possível. As manobras e contra-manobras dos oligopolistas são tais e tantas que não se pode dar uma teoria concluída 'a priori' destes comportamentos e dos seus resultados". ²⁹ Con

25 EUCKEN, W. "Die Grundlagen der Nationalökonomie". Berlin, - 1937.

26 FRISCH, R. "Monopoly-Polypoly - The Concept of Force in the Economy". In International Economic Papers, n. 1, pg. 21.

27 TRIFFIN, R. "Monopolistic Competition and General Equilibrium". Cambridge, Harvard, Univ. Press, 1940.

28 NEUMANN, J. V. e MORGENSTERN, O. "Theory of Games and Economic Behavior". Princeton Univ. Press, 1947.

29 ROTSCCHILD, K. "Price Theory and Oligopoly". In Economic Journal, 1947, pg. 299.

sidera que os manuais de estratégia e tática militar são talvez mais úteis, para explicar o que acontece no mundo de oligopólios, do que os textos tradicionais de economia. (redes de distribuição privadas e fechadas; preços diferenciados em distintos mercados; publicidade; discriminação nos fornecimentos; controle de fontes de matérias-primas; sobre-capacidade; investigação técnica; etc. são algumas das armas do mundo de monopólio). As tentativas de teoria do oligopólio resultam no abandono da concorrência perfeita e do monopólio, dissolvendo a elegante teoria estática do equilíbrio parcial em uma série inesgotável de casos particulares construídos, por vezes da maneira que LABINI sintetizou: "Creio que ele creê que eu creio". 30

O balanço da 'teoria do oligopólio', forma dominante do capitalismo maduro, é para o pensador oficial a própria melancolia. Sua caramujice estourou a concha: foi-se o equilíbrio parcial que, como vimos, a teoria da concorrência monopolística havia conseguido a duras penas preservar. Ao invés da tendência ao equilíbrio, tendência à instabilidade; dos preços determinados, a preços voláteis, nas mil e uma artimanhas das manobras e contramanobras. Nada mais estável, tudo provisório. Mesmo raciocinando com suposições estáticas, o tempo se insinua em suas construções analíticas que supõem implicitamente desajustes e adaptações de fachadas. O mundo do oligopólio não é o de Cournot, mas sim o de Edgeworth. O texto econômico substituído pelo manual militar. Adeus, tranquilidade da sólida micro marshalliana. Em desequilíbrio, o pensamento neo-clássico assume posições curiosas. Vejamos algumas variantes:

30 LABINI, S. "Oligopólio e Progresso Técnico". Trad. Esp., - Barcelona, Oikus, 1965, pg. 34.

Uma é a do caramujo sem casca, que, como o rei visto nu pela menina, supõe por um ato de fé ter casca. Essa a atitude da Escola de Chicago. "Começando com a afirmação de Knight de que a única teoria econômica que merecia este nome tratava unicamente da teoria competitiva, os tradicionalistas de última hora (Escola de Chicago) rejeitaram qualquer análise cuja mensagem fosse a falta de adequação aos modelos de 'laissez faire'." ³¹

Outra é admitir a impossibilidade de uma teoria micro-econômica. "As graves deficiências da teoria da concorrência monopolista e a afirmação de indeterminação que a teoria é constrangida a alcançar, em todos os casos em que tenham lugar situações oligopolistas, levam a deduzir que a revisão crítica da teoria das formas de mercado, que apareceu no período entre as duas guerras, se pode constituir, por um lado, à base de uma descrição mais cuidadosa do mercado capitalista; por outro, não forneceu deste mercado uma Teoria, no sentido próprio da palavra. Deve-se antes acrescentar que esta espécie de diferença, presente na Teoria que examinamos, entre a adesão à realidade e a inconsistência teórica, faz nascer a dúvida de que no mercado capitalista não seja possível a teoria em consequência de sua perturbação congênita". ³² (o real tem 'fricções'.)

Saindo destas variantes ou equivalentes, o neo-clássico é forçado a reconhecer, como demonstrou - Robinson, a presença permanente de um 'lucro de monopólio' por ela identificado como "a exploração"; preços praticados supe

31 SELIGMAN, B. B. op. cit. pgs. 874/5.

32 NAPOLEONI, C. op. cit. pgs. 73/4.

riores e quantidades produzidas inferiores às da perfeita concorrência; uma subótima alocação de fatores de produção; com o discurso de Stalkelberg, uma "propensão" à instabilidade crônica; a presença permanente de certa capacidade ociosa nas instalações como 'seguro contra competidor adventício'; que o fator trabalho, apesar de organizado, não recebe o valor de seu produto marginal; que a publicidade pode ser pedagogia da irracionalidade do consumidor; que o oligopólio se engenha em opor máximas barreiras à entrada (que esse é o real significado operacional da publicidade, além de seu claro objetivo de preservar um 'patrimônio'); o controle do ritmo de incorporação do progresso técnico; que, em seu esforço por erigir barreiras, a empresa oligopólica incorre em certos custos elevados, mas que, dada sua escala, pode suportá-los ou então transferi-los para os compradores de seus produtos e/ou fornecedores de 'inputs'; que a 'rigidez' dos preços nominais à baixa é a norma; que um ou outro 'dumping' pode ser praticado em uma fase de instabilidade e/ou para desestimular algum afoito candidato a penetra; que o oligopólio pode negociar com o sindicato transferindo o resultado sob a forma de uma permanente tendência à elevação dos preços; que os oligopólios vieram para ficar e que, ainda que o fator fundamental para a liberdade de entrada seja a ampliação da demanda, o oligopólio, ao operar com capacidade ociosa, não está desperdiçando recursos, mas sim fortalecendo as barreiras que preservam seu 'cartório'. Reconhecer que, num mundo de oligopólios maduros - vimos que - grande parte da lista da Fortune já estava relacionada na entrada do século - não 'dá pé' ser caramujo. Porém, o neo-clássico, reconhecendo tudo isto, estaria se auto-negando.

No seu território básico, o neoclassicismo estorceu com seu discurso. Temos um sistema de mercados interdependentes e instáveis, que opera com capacidade sub-utilizada, que não pratica a ótima alocação de fatores, que não chega a um ótimo de produção, com preços rígidos à baixa, a uma incorporação do progresso técnico controlada, a consumidores gerenciados. Se o neoclassicismo não foi capaz de preservar o equilíbrio parcial, que dizer do equilíbrio geral? O abandono das condições de concorrência perfeita impede a configuração do equilíbrio geral.

O balanço feito pelo neo-clássico - BLAUG tem um tom melancólico : "Evidentemente, reconheceu-se que a competição é um recurso regulador de aplicabilidade limitada. Diferenças importantes entre os custos e benefícios sociais e privados, o monopólio devido a rendimentos de escala crescentes, uma distribuição da renda eticamente indesejável, davam lugar à ação do Estado. Porém, estas qualificações (e são poucas as que Blaug admite) foram justapostas ao modelo competitivo ao invés de incorporadas". 33

O porquê da não incorporação, BLAUG não diz.

SELIGMAN, numa passagem, diz : "Qualquer teoria da livre competição, no sentido moderno, revela uns estranhos tons normativos, ainda que tente estabelecer uma qualidade positiva (científica). Ao fazê-lo assim se converte simplesmente em outra variante da utopia, pois o mundo econômico já não está composto por uma série inumerável de pequenas unidades. Ainda que aos economistas do equilíbrio seja doloroso admití-lo, ...os preços administrados e o domínio das grandes sociedades anônimas são realidades, e uma teoria operativa deve incorporar estas novas, e amiúde, desconcertantes condições". 34

Porém, admitir estas realidades é, como diz Seligman, abandonar a utopia. Reconhecer o mundo dos oligopólios é abandonar a idéia de uma ordem providencial

33 BLAUG, M. op. cit. pg. 893.

34 SELIGMAN, B.B. op. cit. pg. 467.

na sociedade. É também sair da micro e reconhecer a íntima relação desta estrutura oligopólica com o padrão de crescimento e acumulação do Sistema. Abandonar a Utopia é enfrentar a História. Isto, os Blaug jamais dirão (e Seligman pode esperar sentado).

A evolução do discurso científico oficial é pródiga em fornecer exemplos de caramujices. Uma das mais curiosas é a evolução de uma Teoria (subjativa) do Valor segundo a utilidade marginal à Teoria pura do comportamento - do consumidor.

Sabemos que a 'revolução marginalista' foi saudada como a resposta científica aos filhos terríveis de Ricardo que, a partir do valor trabalho, haviam convertido a Economia Política de 'Reforma para o Sistema' em 'Crítica da Economia Política do Sistema'. Os pais da 'cientificação' neo-clássica - S. Jevons, Menger e Walras - contra puseram a Teoria subjativa do valor à Teoria clássica do valor como o pilar básico da ciência econômica, herdeira da parcela correta do pensamento clássico.

MENGER, no 'Grundsätze der Volkswirtschaftslehre', coloca que o valor dos bens tem sua origem "na relação entre os bens e nossas necessidades, e não nos próprios bens", de modo que o valor "não é algo inerente aos bens, não é uma qualidade dos mesmos, nem tampouco algo independente com existência própria". 35

MALANOS coloca com precisão o significado de Bem para os pais do neoclassicismo": Menger nos

35 Citado por STAVENHAGEN, G. op. cit. pg. 195.

dã as seguintes propriedades características de 'Bem'. Um objeto se converte num Bem ao preencher as seguintes quatro condições:

- a) a existência de um desejo humano;
- b) a propriedade do objeto de satisfazer a este desejo;
- c) o reconhecimento social da propriedade do objeto - de satisfazer ao desejo; e
- d) a capacidade do indivíduo de adquirir aquele objeto.

Quando somamos a estas quatro condições a da escassez relativa, os bens transformam-se em 'bens econômicos'". 36

A capacidade do Bem de satisfazer a um desejo é a utilidade. A utilidade não está embutida no Bem; provém das preferências psicológicas de um soberano e ditador racional do mercado: O Consumidor. Suas preferências respondem à sua individualidade, se bem que sejam socialmente condicionadas pelos padrões da sociedade.

A Escola de Viena tinha, pois, um herói no centro do palco: o 'homo economicus' - um indivíduo movido exclusivamente pela busca racional de seu interesse pessoal; o homem racional movido pelo princípio hedonista. - Num sistema de perfeita competição, indivíduos racionais, com uma psicologia baseada neste princípio, garantem os 'óptimos'. Preservou-se, assim, o núcleo 'científico' do pensamento clássico liberal e se tamponava o 'erro' da Teoria objetiva do valor.

36 MALANOS, G. "Intermediate Economic Theory". Trad. Port.-Rio, Forum, 1969, pg. 22.

Quem é racional calcula. Calcula 'behavioristicamente' prazer e dor, buscando sempre aumentar o prazer para um certa dor, ou para um certo prazer diminuir a dor; o prazer do Bem confrontado com a dor do esforço para obtê-lo. O 'homo oeconomicus' calcula utilidade e desutilidade segundo o 'princípio do extremo'.

O neoclassicismo inicialmente tranquilo admitiu a possibilidade de comparações interpessoais - de utilidade (utilidade cardinal). MALANOS resume os axiomas da utilidade cardinal :

- 1º . bens e serviços contém uma utilidade cardinal, isto é, uma magnitude quantificável (a utilidade é mensurável; logo, é possível a comparabilidade interpessoal);
- 2º . as utilidades são aditivas;
- 3º . a utilidade marginal é formulada como uma função - decrescente da quantidade de um bem consumido ou possuído por um indivíduo;
- 4º . os indivíduos agem de modo a aumentar as utilidades cardinais. ³⁷

Marshall, o 'Papa' do neoclassicismo tranquilo, adotou a hipótese cardinal (com algumas reesalvas).

A primeira peça a ser questionada - 'intra-muros' foi o princípio hedonista. O 'homo oeconomicus' é uma ficção. Existem condutas desinteressadas. Poucos são capazes de compreender seus próprios interesses. A Psicologia disponível - (coetânea com a 'revolução' marginalista, falava da paixão, do instinto, do medo, do entusiasmo, da ignorância etc.) sublinhava o caráter 'irracional' dos atos humanos.

37 MALANOS, G. op. cit. pgs. 24/7. passim.

ROBINSON, em 1932, disse: "O surpreendente irrealismo desta suposição (hedonismo) leva, às vezes, os economistas a negar o que estão formulando. Se o indivíduo atua de forma imprevisível, tal como o fazem os eleitores, a técnica de análise deve dar lugar a uma técnica exclusivamente estatística, da qual não há nada a esperar. E se os indivíduos atuam de forma previsível, porém, a partir de numerosas e complexas motivações, o economista deve esperar o veredito do psicólogo sobre quais são estes motivos".³⁸ Em 1933, na mesma linha, WICKSTEED observa que os consumidores são muito mais influenciados por noções convencionais de extravagância do que por utilidades marginais relativas a diversas alternativas de gasto.³⁹ Poderíamos, com paciência, colecionar uma série de depoimentos das décadas iniciais do século, do mesmo teor. Em 1934, HICKS e ALLEN publicam um artigo que ficou célebre apresentando a formalização da Teoria Ordinal da Utilidade que, negando a mensurabilidade da utilidade, rejeita completamente a possibilidade de comparações interpessoais.⁴⁰ 'A posteriori', a Teoria ordinal passou a ser a verdade repetida 'ad nauseam' em mil e um manuais de teoria micro-econômica como a moderna teoria do consumidor; - como um aperfeiçoamento do tipo 'marcha para a verdade'. A velha teoria cardinal, doutrina oficial dos tempos marshallianos, passou a ser matéria de História da Análise Econômica - ou suporte pedagógico, como introdução - primeira aproximação didática - de suporte para a apreensão da Teoria ordinal.

x

Escutemos MALANOS : "A estrutura inteira da Teoria da utilidade ordinal baseia-se num série de axiomas, proposições adotadas como verdades 'a priori' sobre os fenômenos submetidos à análise. Os teoremas são deduzidos dos mesmos na base da lógica e da matemática. A Teoria Moderna da Escolha ou Teoria da utilidade ordinal se baseia nos

38 ROBINSON, J. "Economics is a Serious Subject". Cambridge, - 1932, pg. 10.

39 WICKSTEED, P.H. "Commonsense of Political Economy". Londres, 1933.

40 HICKS, J. R. e ALLEN, R. G. D. "A Reconsideration of the Theory of Value". In *Economica*, 1934.

seis seguintes axiomas fundamentais :

- 1º . Ordenação completa : uma família tem uma escala - de preferências definida e logicamente consistente.
- 2º . Sujeitos econômicos (famílias ou firmas) preferem uma combinação de bens maior a uma menor ou grupo de bens.
- 3º . Uma família escolhe uma combinação preferida a qualquer outra combinação de que se pode servir , dado que tal combinação exista.
- 4º . A ordenação completa aqui postulada pode ser representada por uma função da preferência $U = (X_1, \dots X_n)$ que preserva esta ordem e tem derivadas - contínuas de primeira e segunda ordem.
- 5º . Se uma combinação Q_i contém menos unidades de pelo menos um bem do que outra combinação Q_j , as duas combinações só podem ser equivalentes se a primeira combinação Q_i contiver mais unidades de pelo menos um outro bem do que a combinação Q_j .
- 6º . Qualquer combinação é potencialmente uma combinação ótima. Matematicamente, isto requer que a superfície de indiferença, que corresponda à função da preferência postulada pelo quarto axioma, seja convexa em relação à origem." 41

Qualquer estudante de economia recoñhece aqui a famosa Teoria do Consumidor de Hicks.

Por que Hicks desbancou Marshall ? Ou melhor, por que as glórias da descoberta da Teoria Moderna da Escolha pertencem a Hicks ? Minha resposta é : devido à caramujice do neoclassicismo. Sim, porque a Teoria Moder-

41 MALANOS, G. op. cit. Cap. III.

na da Escolha não é Moderna, não é de Hicks e creio que não é "Teoria"; é "caramujice". Devo uma explicação. 1ª afirmativa: não é moderna; senão vejamos.

Afirmar que a Teoria Moderna da Escolha não é moderna.

S. JEVONS considerou a utilidade marginal do bem como função da quantidade do Bem. EDGEWORTH, em 1881, com seu "Mathematical Psychics", introduz a noção de complementariedade entre bens e considera a utilidade como função das quantidades de ambos ou todos os bens. IRVING FISCHER, em 1892, no seu "Mathematical Investigations in the Theory of Value and Prices", disse: "A intromissão da Psicologia na Economia me parece inapropriada e viciosa... Para fixar a idéia de utilidade, o economista não deveria ir além do que é útil para explicar os fatos econômicos. Não entra em sua jurisdição construir uma teoria da Psicologia".⁴² PARETO, em 1896, em seu "Cours d'Économie Politique", é quem, por considerar insubstancial, se recusa inclusive a utilizar a palavra utilidade; publica, em 1906, seu "Manuel d'Economie Politique", que JAMES resume: "Apresentou a economia de forma abstrata como se esta fosse um esforço do homem para satisfazer gostos (sem qualquer juízo sobre sua genética) e triunfar sobre os obstáculos".⁴³ Como o homem tem múltiplos gostos, pode alcançar um nível de satisfação com diversas combinações de bens. A racionalidade é preservada de forma endógena, pois entre gostos e obstáculos ninguém sacrifica uma combinação de bens por outra que não seja fonte de prazer, pelo menos igual.

42 Cf. HUTCHISON, T. W. op. cit. pg. 276.

43 JAMES, E. op. cit. pgs. 82/3.

"A ciência econômica paretiana não se interessa pela origem do gosto; somente pela maneira como se satisfaz, ou seja, a maneira pela qual se realiza a aquisição do bem desejado".⁴⁴

MALANOS, comentando Pareto, diz : "A análise de Pareto das escalas de indiferença é uma abordagem psicológico-behaviorista da escolha econômica. Uma unidade familiar enceta um rumo de ação com base em certos dados : a) uma escala de indeferença ou preferência; b) uma renda, situação de débito-crédito e potencial de empréstimos; c) preços de mercado - presentes e previstos".⁴⁵ CASSEL, em 1899, publica "Grundriss Einer Elementaren Preislehre", onde impugna a teoria do valor apoiada na utilidade marginal - conceito que ninguém podia definir ou medir - e sugere sua substituição por uma teoria de preços partindo de funções-procura obtidas mediante hipotética consulta aos consumidores no mercado. Em 1908, BARONE, no seu "Il Ministro della Produzione nello Stato Collettivista", diz : "Proponho-me a provar que, para definir o equilíbrio econômico - seja em regime de livre competição, em um de monopólio ou em Estado coletivista - não existe necessidade de recorrer aos conceitos de utilidade ou grau final de utilidade e similares; e tampouco existe necessidade de recorrer ao conceito de Pareto de curva de indiferença".⁴⁶ No mesmo ano, nos U.S.A., DAVENPORT, em "Value and Distribution", declara que seu objetivo é "livrar a ciência de doutrinas que não lhe pertencem; por exemplo, tempo de trabalho, fadiga de trabalho, utilidade, determinantes da utilidade marginal ou medidas de valor, custos reais".⁴⁷ Em 1910, WICKSTEED, em "The Common Sense of Political Economy", aprofunda o seu anterior "Alphabet of Economic Science" (1888), e declara : "Não existe oportunidade para definir o motivo-econômico, ou a psicologia do homem econômico, porque a Eco

44 JAMES, E. op. cit. pg. 84.

45 MALANOS, G. op. cit. pg. 52.

46 Cf. HUTCHISON, T. W. op. cit. pg. 310.

47 cf. Idem, Ibidem, pg. 310.

nomia estuda um tipo de relação, não um tipo de motivação".⁴⁸ Em 1913, W. E. JOHNSON, num artigo célebre: "Pure Theory of Utility Curves" (In Economic Journal), propõe suas curvas de 'iso-utilidade' num esquema que combina as curvas de indiferença com as retas de balanço. Sem este nome, apresentou o conceito de 'relação marginal de substituição': "Esta impossibilidade de medição (da utilidade) não afeta nenhum problema econômico. Tudo o que a economia necessita é conhecer a relação marginal da utilidade marginal de um bem, em relação a de outro bem. De fato, esta relação está exatamente representada pela inclinação em qualquer ponto de curva de utilidade".⁴⁹ Finalmente, em 1915, SLUTSKY publica o seu "Sulla Teoria de Bilancio del Consumatore" (Giornale degli Economisti, Tomo 51) onde expõe a "Teoria dos atos seletivos" em forma matemática, completando a exclusão da utilidade na análise da conduta do consumidor e antecipando a distinção básica entre efeito-substituição e efeito-renda. ⁵⁰

Creio que esta condensação de contribuições 'anti-subjetivas' prova 'ad nauseam' que a Teoria Moderna da Escolha não é moderna, não é uma descoberta da década dos trinta.

Praticamente, após a 'revolução marginalista' começou um esforço por sepultar a Teoria Subjetiva do Valor, perfeitamente caracterizável como um movimento da última década do século passado. Por conseguinte, a TEORIA - MODERNA DA ESCOLHA de Hicks não é moderna; nem tampouco é de Hicks; é de todos estes neo-clássicos mantidos na penumbra pelo brilho do sol marshalliano. Porém, já sabemos que o 'bom-bocado' em economia é desfrutado por quem come e não por quem o faz.

48 Cf. HUTCHISON, T. W, op. cit. pg. 112.

49 Idem, Ibidem, pg. 311.

50 Sobre Slutsky cf. HUTCHISON, op. cit. 311. e STAVENHAGEN, G. op. cit. pg. 275.

Afirmei que considero a Teoria Moderna da Escolha uma 'não teoria', e sim uma 'caramujice', ou seja, uma introjeção do neo-clássico no neoclassicismo. Vejamos.

O clássico princípio do hedonismo do antigo pensamento liberal apareceu para os herdeiros como um item oneroso. Afinal de contas, afirmando uma racionalidade-externa ao econômico como princípio justificativo, colocava de certa forma o edifício apologético vulnerável a dois tipos de crítica. 'Princípio por princípio' é uma discussão axiológica 'não científica', e outros poderiam propor princípios alternativos para o econômico. O princípio hedonista somente se sustentaria por meio de um discurso ideológico explícito, e qualquer pior 'performance' do sistema tornaria muito difícil a tarefa dos defensores da ideologia hedonista. Alternativamente, poderiam ser propostos outros princípios mais sedutores - do que o pouco simpático princípio do 'egoísmo inconscientemente generoso'. Qualquer pior 'performance' do Sistema tornaria pouco sustentável a apologia do egoísmo. (E o Sistema, afinal de contas, não mereceria tanta confiança assim).

Por outra parte, o hedonismo colocava a Economia como disciplina menor de uma Ciência maior: a Psicologia. Esta, além de duvidar muito do hedonismo, tem todo um território de pesquisa justamente no 'irracional do homem'. Assim, a Economia era um ramo menor de uma ciência que estudava - em grande parte de seus capítulos - a irracionalidade da conduta humana. Como construir uma apologia do Sistema baseando-se na irracionalidade do indivíduo? Como sustentar o 'princípio do extremo' como axioma para demonstrar o - 'melhor dos mundos possíveis'?

Para se libertar de possíveis controvérsias incômodas e recuperar sua dignidade como principal pilar apologético do 'status quo', a Economia Política tinha que se afirmar como ciência maior. Para isto, tinha que preservar o axioma da racionalidade da conduta humana colocando-o 'intra-muros' de sua ciência, cortando a humilhante relação de subordinação com a Psicologia.

Por conseguinte, a solução foi 'internalizar' a idéia de racionalidade de conduta no discurso analítico. PERROUX disse : "O que os neo-marginalistas se propuseram a fazer sob o nome de cálculo econômico é o estudo de seleções (Teoria dos Atos Seletivos) sempre racionais e de forma mecânica. Que é o cálculo econômico ? É, essencialmente, uma luta organizada do sujeito econômico contra a limitação, e esta limitação é tríplice : a) existe nos meios (os bens próprios para satisfazer os desejos de utilização existem em quantidades limitadas); b) existe no tempo (a vida é curta e a natureza avvara); e c) existe na natureza orgânica e psíquica do ser humano". 51

Por conseguinte, na medida em que os fins da conduta humana possam ser irracionais - e isto poderia vulnerabilizar a construção - era necessário 'internalizar' a racionalidade do cálculo. O teórico - caramujo coloca que o racional a ser examinado pela ciência econômica está no terreno dos meios. Os fins do indivíduo são aqueles que ele tiver; e ninguém tem nada com isto. Isto soa como muito conhecido do leitor. Claro, esta internalização da racionalidade ao discurso econômico é a nossa conhecida solução - Robbins (um marco - significativo do processo de erosão). ROBBINS diz, em 1932 :- "Não é possível considerar-se racional uma preferência, a não ser

51 PERROUX, F. "Le neo-marginalisme". (1941) Cf. JAMES, E. op. cit. pg. 81.

que seja fórmula com plena consciência da natureza do sacrifício que ela implica". 52

A solução-Robbins antecipa a Hicks/Allen em apenas dois anos (ambas as 'descobertas' são dos anos trinta e do fundo do poço da Grande Depressão; naquele tempo era mais do que nunca a pouca confiabilidade no princípio hedonista). Por conseguinte, a ciência econômica "descobriu seu próprio território" através de um "desinteresse olímpico com a origem dos gostos individuais; seu território é a maneira pela qual o indivíduo atende seus gostos, ou seja, a maneira pela qual realiza a aquisição do objeto desejado.

A solução-Robbins é muitíssimo mais elegante que a transparente arrogância de Von Mises e Strigl, que explicitam em seus discursos a tese: - 'Estes são meus fins e ninguém tem nada com isto'. Diz JAMES, falando destes dois autores, que afirmam: "Por exemplo, comprar de 'um irmão de raça', ou 'na loja do partido', ou 'no estabelecimento comercial bem orientado' que vendem caro, ao invés de em um comerciante neutro que vende barato, não é um ato realmente desinteressado (e irracional do ponto de vista hedonista); não é sequer um ataque ao princípio do preço. Von Mises e Strigl consideram que tal comprador persegue duas satisfações. Por uma parte, obter o bem que desejava; e por outra, garantir a prosperidade de uma pessoa ou de um princípio com o qual se sente identificado. Esta segunda satisfação é a que paga, aceitando um preço mais elevado". 53 Esta linha de Von Mises e Strigl será carinhosamente preservada pela Escola de Chicago. Escutemos um neo-tradicionista, o Prof. KNIGHT: "A Economia aceita e trata as preferências humanas tal como são, e especificamente como se manifestam na

52 ROBBINS, L. "Essays on the Nature and Significance of Economic Science".(op. cit.) pg. 115.

53 JAMES, E. op. cit. pg. 85.passim.

ação, sem condená-las ou aprová-las... Trata do emprego dos recursos ou meios de forma a conseguir, até o grau máximo - permitido pelos meios disponíveis a qualquer agente econômico, a promoção de quaisquer interesses que ele pretenda alcançar". E continuando, no mesmo artigo: "Economistas famosos (Marshall) vieram, até há pouco tempo atrás, (o artigo é de 1940), utilizando descuidadamente expressões como o interesse próprio racional. A Teoria econômica não descansa sobre uma suposta distinção entre o interesse próprio e outros tipos de interesses. Esta distinção é de sentido ético".⁵⁴

Assim, na década dos trinta, o 'Rei-Marshall' é destronado. Derrocada a utilidade cardinal, de agora em diante apenas um recurso expositivo: ascendeu a utilidade ordinal. A ciência econômica está em marcha para a verdade ! Porque este 'golpe de estado' contra o velho Marshall ? Porque o golpe é na década dos trinta ? Porque a ciência não entronizou Pareto na primeira década do século ? Porque preferiu colocar a coroa em Hicks, que simplesmente copiou sua "Proclama" de Pareto, de Slutsky, de Johnson, etc. Porquê ?

Creio que para responder a esta interrogação temos que, em primeiro lugar, ter presente que - na década dos trinta 'cabeças acadêmicas' 'teriam que rolar', pois o Sistema estava mal. O neoclassicismo tinha prometido o praízo possível ao Sistema e a década dos trinta foi o inferno para o Sistema. Assim, que Marshall, Rei da fase supostamente 'Ouro-sobre-azul', tivesse sido degolado, não deve acusar surpresa maior.

54 KNIGHT, F. H. "Professor Parsons on Economic Motivation" In "Canadian Journal of Economics and Political Science" Ago.-1940.

Porém, em segundo lugar creio que Marshall caiu porque foi o chefe de escola da antiga Economia do Bem Estar. Senão vejamos. A utilidade é mensurável, logo admite comparações interpessoais. Com a hipótese cardinal é difícil sustentar no terreno lógico-função principal da 'ciência oficial'-uma apologia da ampla desigualdade pessoal de rendas. É difícil sustentar a tese do: 'Ninguém tem nada com isto'. Tendo a utilidade cardinal a propriedade aditiva ao nível do indivíduo, também existirá a função de utilidade agregada (com propriedade aditiva) ao nível da Sociedade como um todo.

Estamos mal, pois frente a movimentos sociais ascendentes, e a uma força sindical no coração do processo político, a ciência econômica com o valor-de uso está justificando um redistributivismo radical. Afinal de contas, se o indivíduo busca maximizar seu prazer, porque se proíbe à sociedade maximizar o seu? S. Jevons, que vislumbrou este problema, é ambíguo quanto à comparabilidade interpessoal da utilidade.⁵⁵ Segundo MALANOS, a solução de S. Jevons para o problema é uma espécie de tampão: "Na medida em que é compatível com a desigualdade de riqueza existente em toda (e qualquer) comunidade, todos os bens são distribuídos pela troca de maneira a produzir o máximo de lucro (Bem-Estar máximo). Isto significa que sob condições de livre competição a Sociedade atinge o Bem-Estar máximo (lucro como indicador) ficando sujeita a uma dada distribuição desigual da renda e da riqueza".⁵⁶

55 Ver HUTCHISON, T. W. op. cit. pgs. 45/58. Também MALANOS, G. op. cit. pg. 37.

56 MALANOS, G. op. cit. pg. 38.

Montemos uma seqüência com os elementos de que dispomos:

- 1º . S.Jevons, em 1871, deu uma solução 'tampão' ao problema da função utilidade individual versus função utilidade social agregada. A solução consiste em, para uma dada distribuição da riqueza, afirmar que a troca garante o máximo lucro. Os outros pais do neoclassicismo não foram ambíguos; aceitaram o hedonismo e o cardinalismo (Menger e Walras).
- 2º . Pos-Revolução marginalista (1870/80), crescem exponencialmente o movimento sindical, suas ligações políticas e, de um modo geral, as tensões sociais.
- 3º . Marshall - com ingenuidade fabiana - colocou o problema da pesquisa do critério orientador e científico para a política econômica : iniciou os trabalhos da Antiga Escola do Bem Estar. Concluiu por um critério semelhante ao de S. Jevons; a livre competição em todos os mercados garante o ótimo de Bem Estar. Não mexeu na repartição pessoal de renda e riqueza, porém fez algo que os pais do neoclassicismo não fizeram: ampliou a noção de utilidade do micro para o macro. Sim, porque os pais do neoclassicismo estavam preocupados com a maximização individual; Marshall (refletindo o seu tempo, em que esta pergunta era colocada por um sindicalismo agressivo e dinâmico) preocupou-se pela maximização social. Porém, o fez utilizando a Teoria - Subjetiva do Valor em sua forma mais explícita (com o princípio cardinal da utilidade).
- 4º . Pigou, em 1912, publica o seu "Wealth and Welfare", e, em 1920, seu "Economics of Welfare". Adotando o axioma cardinal, foi compelido pela lógica a enunciar o Teorema do Bem-Estar da Escola de Cambridge: "A maximização da utilidade agregada social é lograda com a mínima desigualdade na repartição pessoal da renda e da riqueza. (O herdeiro da principal cátedra de Economia Política do 'status quo' radical. Escândalo !)

59 . Este é um irônico e "subversivo" resultado da utilização descuidada da expressão : interesse próprio racional (Knight). A Teoria Subjetiva do Valor, ao ser ampliada do indivíduo (uso dos pais - do neoclassicismo) para a Sociedade (por Marshall) tornou-se um "boomerang" lógico contra a apologética.

Os alegres anos-vinte terminam com a Grande Depressão. A brecha lógica da Teoria Subjetiva do Valor precisou ser tamponada. Hicks fez isto redescobrendo antigas Proclamas : enunciou com elegância a Teoria Moderna da Escolha, segundo os axiomas atrás enunciados. Adotou-se a Teoria Ordinal da Utilidade (impossibilidade de comparações - inter-pessoais de utilidade) . A 'ciência oficial' acreditou ter fechado a brecha lógica de seu discurso apologético. Nasce a Nova Economia do Bem-Estar. Terminado o reinado de Marshall, Pigou será o 'cabeça de turco' da Teoria Geral Keynesiana, como veremos em próxima seção deste trabalho.

Não entendo porque STAVENHAGEN se surpreende dizendo : "A Teoria da Utilidade Marginal se impôs como sistema teórico na ciência econômica, porque logrou explicar todos os fenômenos econômicos, especialmente os processos de formação de preços, com base no conceito de valor como um princípio uniforme e sem servir-se de suposições irreais. (Como !) Não obstante, teve um estranho destino, já que, com a crescente aceitação e propagação de sua Doutrina, sua idéia básica - a do valor de uso - foi relegada mais e mais para o fundo, - empalidecendo como concepção teórica" ⁵⁷ (Retificando : entendo que Stavenhagen é do gênero 'honesto caramujo').

57 STAVENHAGEN, G. op. cit. pg. 250.

Sim, porque a 'Moderna Teoria da Escolha' de Hicks não é 'Moderna' e não é 'Teoria' : é Apologia. O valor de uso, com a aplicação inadvertida que Marshall/Pigou lhe deram, ficou, aos olhos dos próprios neo-clássicos, demasiado visível como apologia. Tinham que sepultá-lo: a primeira pá de terra foi jogada por Hicks, e todos os neo-clássicos assistiram à cerimônia e proclamaram Hicks 'Rei', junto ao corpo, sepultado ainda quente, do valor de uso. (Caramujos satisfeitos).

Ocorre que o ordinalismo de Hicks / Allen e de Pareto, etc... é totalmente axiomático. Sua forma axiomática é importante para preservar o consumidor no centro do palco, no coração do Sistema de Mercado, como seu Soberano idealizado. Porém, com a oligopolização, a idealização do consumidor (com um computador à tira-colo perdido em 'colinas de prazer', ajustando-se ao longo das 'curvas de indiferença'), apesar de seu sensualismo semântico, era muito dura de aceitar (ou melhor, de vender; a não ser aos pobres-estudantes de economia).

Por conseguinte, a caramujice continuou. Samuelson, nos "Foundations", retoma a velha tese de Cassel de apoiar a Teoria em preferências reveladas do consumidor. O conductivismo ou behaviorismo lhe fornece o apoio metodológico. O conductivismo é a denominação de uma orientação da Psicologia cujo desenvolvimento foi basicamente realizado nos U.S.A. (nenhuma surpresa), que pretende colar-se à conduta (behavior) dos agentes estudados. Pretende construir modelos de reações observáveis. O conductivismo pode ser considerado sob dois pontos de vista : a) como um método de investigação psicológica orientado a eliminar qualquer suposição 'apriorística' sobre o comportamento dos agentes, ou b) como uma hipótese - entre outras - acerca da natureza do psíquico (reflexologia).

Samuelson, como sabemos, procura se parar o 'joio do trigo'. Com a sua 'Teoria da Preferência Revelada' pretende ocultar, mais ainda, a racionalidade do consumidor. Robbins, Hicks e outros haviam internalizado a racionalidade, porém todas as investigações revelavam que o consumidor não era tampouco neste nível (articulação - meios-fins) racional.

A respeito, LOWE disse : "Não menos marcante como sintoma de atitudes novas é uma certa insensibilidade de parte das principais camadas de consumidores às flutuações de preços no decurso do tempo, ou a diferenciais de preços para produtos homogêneos, num mesmo momento. Aí, os incentivos tradicionais da minimização dos gastos parecem dar lugar a uma preferência a compras rotineiras de determinadas mercadorias e determinados vendedores". 58

O consumidor coisificado e cuidadosamente irracionalizado por uma pedagogia do desperdício, realizada intencionalmente pelo mundo do oligopólio, tem que ser preservado de forma idealizada. A solução-caramujo de Samuelson é estudá-lo por suas preferências reveladas. Com isso, acredita fechar o esquema Robbins-Hicks à crítica de seu 'apriorismo' e a preservar na 'ciência oficial' a ficção da soberania do consumidor, mantendo o oligopólio como 'eminência parda' em sua 'construção teórica'. Samuelson, adotando o conductivismo, acredita estar sendo rigorosamente científico. Aparentemente desconhece o que se encontra em um consagrado Dicionário de Filosofia: "A crítica ao conductivismo como hipótese é o inconveniente de ser infiel a suas próprias normas e de destacar certos fatos em virtude de uma prévia e ilegítima ligação da realidade física a uns certos modelos".⁵⁹

58 LOWE, A. op. cit. pg. 63.

59 FERRATER NORA, J. "Diccionario de Filosofia". Buenos Aires, Sudamericana, 1965, 5. Ed., pg. 191.

Não farei mais nenhum comentário - sobre 'caramujices', apenas lembrarei que BLAUG nos fala de uma classificação para as 'Teorias' da utilidade, proposta - por T. Majundar em "The Measurement of Utility" (1958): "Ma_jundar classifica os conceitos de utilidade aparecidos na li_tteratura econômica em: a) cardinalismo introspectivo - S. Jevons e Marshall; b) ordinalismo introspectivo - Hicks e Allen; c) cardinalismo conductivista - Neumann e Morgenstern; d) ordinalismo conductivista - preferência revelada de Samuel_son; e e) cardinalismo introspectivo redivivo - preferência-marginal de Armstrong".

60

Não tenho a mais pãlida idéia sobre o cardinalismo introspectivo redivivo de Armstrong; porém, se sua tese vingar, suspeito que os evolucionistas vão ter que formular alguma hipótese sobre a evolução circular, com o que a malacologia-econômica se converterã em campo prioritãrio de investigação, e talvez, finalmente, se terã encontrado algu-ma forma de utilização , com fins científicos, dos teóricos-ca_ramujos da teoria do soberano consumidor.

Na dẽcada dos trinta a 'ciẽncia ofi_cial'-acicateada pela grande depressão - realiza uma tomada-de consciẽncia sobre o quão esteve descolada do real. Como não aceitou deixar de se sentir 'ciẽncia' e não poderia, como os antigos pensadores liberais, assumir uma Apologia de Refor_ma, ampliou sua 'propensão ã caramujice', que a conduz a es_tranhas posturas. Ilustremos, rapidamente, com trẽs citações:

Em 1940, o Prof. KNIGHT disse : "Ge-
ralmente se supõe que os motivos são perfeitamente conhecidos,
porém não é necessário para a Teoria que o sujeito os perce-
ba. A Teoria, unicamente, supõe que quaisquer que sejam -
as motivações individuais, estão expressas corretamente na
ação... como alguns autores observaram, a Teoria econômica -
prescinde inclusive do fator de erro por parte do sujeito ao
passar de seus desejos efetivos à ação". 61

Em 1946, o Prof. MACHLUP colocou: -
"A descrição do pensamento empresarial não é pertinente ao
discurso teórico (micro), posto que não utiliza as formas de
análise empregadas pelos economistas. As investigações empí-
ricas não transtornam o 'approach' marginalista, pois os em-
presários, sem sabê-lo, atuam frequentemente de acordo com
as teorias marginalistas". 62

Em 1958, o Prof. BAUMOL se consolou,
afirmando que as empresas adotam métodos marginalistas 'em -
sentido amplo'. A eliminação de uma linha de produtos não
rentáveis, ou a substituição de uma máquina completamente de-
preciada, podem ser considerados (como um prêmio de consola-
ção) atos marginalistas, porém não têm nada que ver com as
curvas elegantes. 63

A caramujice da análise micro-econô-
mica relutou, reluta e relutará em aceitar que no capitalis-
mo maduro dificilmente encontra algum agente micro-econômico-
que se comporte segundo o 'princípio do extremo'. "Atitudes
como busca de taxas fixas de lucro ou como políticas comer-
ciais, no sentido de manter, e não aumentar, o valor dos es-

61 KNIGHT, F. H. "Professor Parsons on Economic Motivation". -
Cf. WALKER, R. op. cit. pg. 109.

62 MACHLUP, F. "Marginal Analysis and Empirical Research". In
American Economic Review, Set.-1946. Cf. SELIGMAN, B.B. -
op. cit. pg. 443.

63 BAUMOL, W. J. "Marginalism and Operations Research". In
Review of Economics and Statistics. Out.-1958. Cf. SE-
ligman, B.B. op. cit. pg. 443.

toques ou da parcela do mercado, parecem tomar precedência ou modificar de maneira significativa a luta tradicional pela maximização dos lucros em várias companhias importantes". ⁶⁴

Assim, no início da década dos trinta, tínhamos a 'ciência oficial' em uma situação de pânico - 'cognitivo', pois tinha :

- a) Sua Teoria do Equilíbrio Parcial em início de desmantelamento.
- b) Sua Teoria Subjetiva do Valor servindo de suporte à proposição de uma reforma redistributiva radical.
- c) Sua Teoria do Equilíbrio Geral completamente muda em relação à Grande Depressão. A tranquilidade de explicações 'epicíclicas' não era compatível com a intensidade da Crise.
- d) Seu 'véu' monetário rasgado que, ao ser levantado, revelou-se pele do Sistema econômico. A ligação monetário/real já havia sido feita por Wicksell.

Essa década é o marco da irremediável perda da 'paz celestial', da liquidação da postura tranquila, da auto-confiança nos automatismos. Imagino que para a maximização do prazer cognitivo e para a minimização da dor, a 'ciência oficial' pôde diferir, por mais de quatro décadas, sua tranquilidade. Afinal de contas, desde 1880/90 que o corte apologética/operatória já se impunha. Se a 'ciência oficial' pôde diferir por tanto tempo sua dolorida tomada de consciência, serve de prova de que pelo menos ela soube aplicar - em benefício próprio o 'princípio do extremo' e maximizou a ilusão com o conhecimento - Teoria Subjetiva do Valor - de que dispunha.

64 LAUTERBACH, A. "Man, Motives and Money". Nova York, Ithaca, 1954. Cf. LOWE, A. op. cit. pg. 62.

Utilizei no Título desta seção o atributo 'dolorida' à tomada de consciência que a 'ciência oficial' foi obrigada pela História a realizar, inspirada na declaração de Frederic BEHAM (1931), quando Inglaterra abandonou o Padrão Ouro : "Como economista, aprendi a apreciar a forma pela qual um Sistema econômico flexível, no qual preços e salários têm plena liberdade de movimento, a quantidade de moeda é fixa e responde, automaticamente, às mudanças nas necessidades dos consumidores, nos métodos de produção, etc... Sou adversário de toda tentativa de obstaculizar e forçar o suave funcionamento deste Sistema mantendo os preços e salários, ou o nível geral de preços, acima do obtível mediante o livre jogo da oferta/procura ; etc... Suponho que minha resistência a tudo isto é, em parte, devido a que gostaria que o mundo real correspondesse mais intimamente ao mundo imaginário da bela existência, sem fricções econômicas que os economistas descrevem e explicam como uma primeira aproximação... Por isso, eu necessito de maior flexibilidade... Por isso, - procurei despojar-me de meus preconceitos".... 65

O pânico cognitivo da dolorida tomada de consciência irá se cristalizar na idéia de Controle, matéria de nossa próxima seção.

65 BEHAM, F. "Go Back to Gold". In "Criterion Miscellanies" - n: 35, Londres, 1931. Cf. WALKER, R. pgs. 73/4. passim.

SEÇÃO II-3

A IDÉIA DE CONTROLE

"Quantas vezes já me perguntaram se não seria possível fazer pa-
rar as guerras ? Evidentemente
que seria possível. Bastaria -
que as pessoas despertassem. Is
so parece bem fácil. No entanto,
nada seria mais difícil, porque
o sono é trazido e mantido por
toda a vida ambiente, por todas
as condições da ambiência ."

(GURDJIEFF)*

Vimos na seção anterior a 'ciência o-
ficial', através de um torturado e tortuoso discurso, ver dis-
solvida a utopia, a 'bela existência' da citação nostálgica
de Beham que utilizamos para encerrar a seção. Sumariamos
uma situação de pânico cognitivo, de uma ciência que desmante-
lou os alicerces de sua construção apologética. Nesta seção
examinaremos como a idéia de controle se insinua na 'ciência
oficial'.

* Citado por Ouspensky in, "Fragments d'un Enseignement Inconnu".

Ao longo dos anos trinta muitas das vertentes da 'ciência oficial' abandonam a idéia de uma harmonia natural pela qual o sistema econômico se auto-regulava e passam a admitir a problemática político-econômica em termos de alguma intervenção reguladora. Passam a discutir o problema do controle. Importante reconstituir o processo pelo qual a perda de confiança nos mecanismos auto-reguladores alimenta, nessa década, a conceituação de controle.

Vista retrospectivamente, grande parte desta discussão comove pela ingenuidade; entretanto, é preciso ter presente o que ocorre no seio de uma 'ciência' traumatizada pela perda de sua mais cara ilusão : a presença de uma ordem natural no econômico.

Tenhamos presente que o ponto de partida do neoclassicismo é uma radicalização dum hipertrofia de confiança no livre jogo das forças de mercado. MARSHALL, que considerava a ciência econômica em termos de sua função operatória, não tinha maiores preocupações por tal fato. Sua crença no mecanismo auto-regulador lastreava aquela tranquilidade. Em 1885, MARSHALL dizia : "Praticamente não existem limites aos desenvolvimentos que são possíveis em relação à teoria econômica; porém, dos que são possíveis, unicamente uma pequena parte é útil em relação aos problemas práticos".¹ Segundo HUTCHISON, Marshall considerava o problema de variação do desemprego produto de 'má interpretação das incompletas estatísticas de seu tempo'.²

1 MARSHALL, A. "The Present Position of Economics". Cf: WALKER, R. op. cit. pg. 67.

2 HUTCHISON, T. W. op. cit. pg. 413.

HUTCHISON transcreve o verbete 'desemprego' da 11^a Ed. da "Encyclopaedia Britannica" (1911), que serve admiravelmente para ilustrar a tranquilidade oficial de então :

"Desemprego : Termo moderno que se aplica para qualificar a desocupação entre as classes trabalhadoras. As questões sociais que o desemprego coloca estão intimamente unidas com a ajuda social aos pobres, e sua história anterior está exposta no verbete Charity and Charities. No século XX, o problema do desemprego se agudizou especialmente, não devido à sua maior intensidade... mas sim devido às maiores facilidades de publicidade (comunicação), ao crescimento da democracia industrial, aos métodos mais científicos aplicados à solução das questões econômicas, ao espírito mais humanitário dos tempos; todos esses fatos conduzem a que se ensaiem remédios que diferem consideravelmente daqueles do passado. Nos países mais civilizados se tem feito esforços para resolver essa ou aquela fase particular do problema por melhores métodos. Entretanto, sempre existe uma grande dificuldade para conhecer a extensão do desemprego..." ³

A história econômica impôs no período 1914/1939 um verdadeiro ordálio à 'ciência oficial'. Em seu curso nada se comportou segundo as previsões e convicções longamente arraigadas. O "Principles" de Marshall, de depositário de um saber cristalizado, se converteu em material etnográfico para a história das doutrinas econômicas. A Teoria quantitativa do dinheiro foi identificada como uma tautologia e o 'véu monetário' ao ser rasgado revelou-se pele do Sistema. A racionalidade do 'homo oeconomicus' se esvaneceu. Risco, expectativas, tempo implícito no modelo e instabilidade, vieram macular a serenidade da análise estática estilhaçando-a e invertendo suas conclusões.

³ Cf. HUTCHISON, T. W. op. cit. pg. 414.

A História supliciou a economia 'neo-clássica'. Vamos reconstituir sucessivas sessões de tortura. A década dos vinte apresentou para os olhos do pensador neo-clássico uma visão ambígua: a nível de aparência, podia interpretar parte das manifestações com auxílio de seus instrumentos teóricos tradicionais, porém o resultado global ia de encontro às suas mais profundas convicções.

Estados Unidos antes da 1ª Guerra Mundial já era a mais importante economia nacional. Em 1913, produzia 42,5% do carvão, 62,8% do petróleo e 41,5% do aço mundiais. Entretanto, a Inglaterra e seu mundo não tinham consciência disso. Obviamente, tampouco o 'neo-classicismo'. O padrão de comércio internacional, as suas instituições e o dogma do livre câmbio e livre comércio seguiam se inspirando no Sistema pretérito em que Albion dominava 'urbi et orbi'. A 1ª Guerra confirmou a preeminência americana. Em 1921, as exportações britânicas eram 50% inferiores às de 1913, enquanto as estadunidenses se elevaram 22% e as japonesas, 76%. Algumas áreas periféricas (Austrália e Canadá principalmente) - também cresceram mais aceleradamente que a Europa.

No pós-guerra não se opera um rearticulação em relação a esse novo centro, nem se capta o significado estrutural em termos de divisão internacional do trabalho derivado da preeminência estadunidense. Não são realizados reajustes institucionais em adaptação a essa nova realidade, a essa mudança estrutural. A Europa continental com problemas de destruições e de reconversão da economia bélica; um novo mapa político instável e complicado; desemprego gerado pela desmobilização, combinado com a diminuição dos gastos militares; tensões sociais e revolucionárias; formam o imediato pós-guerra - que é puntualizado pela depressão de 1921.

Ante este quadro, a Inglaterra permanece tranquila. Não percebe o final de seu reinado como polo hegemônico; capta o quadro como oriundo das inevitáveis - perturbações pós-bélicas. A Inglaterra, tranquila, espera que a 'normalidade' se restabeleça para que volte a reinar. Apesar da tonelagem da frota comercial inglesa - quiçá o principal 'indicador' de seu poderio relativo - ter permanecido praticamente estagnada, em 1914 era de 21 milhões de toneladas, e em 1921, 22,1 milhões. Neste mesmo período a tonelagem da frota estadunidense crescia de 5,4 milhões, em 1914, para 17 milhões, em 1921.

A política internacional de Inglaterra propunha ao mundo um retorno à paz vitoriana. A relativa impotência de Inglaterra e o peso dos Estados Unidos são patentes no conhecido caso das reparações devidas pela Alemanha pelos termos do Tratado de Versalhes. As potências européias calcularam em 1921 o débito alemão em 33 bilhões de US\$. A Alemanha dispunha de carvão para amortização de parte desse débito. Isto era altamente prejudicial para a Inglaterra porque afetaria suas exportações de carvão e favoreceria o desenvolvimento da siderurgia francesa. Estados Unidos considerou o volume do débito exagerado: em 1919 o cálculo americano era de que Alemanha deveria pagar apenas um quarto do valor arbitrado em 1921. Por não concordar com as imposições européias para a Alemanha, Estados Unidos sabotou a Liga das Nações. - Como se desdobram esses problemas? França ocupou o Ruhr alemão em 1922 e articulou o Cartel Internacional de Aço em 1924. Esse cartel, que estabelecia cotas por grupo siderúrgico, deixando 'livres' os preços, logra adesão da siderurgia européia continental, excluindo Inglaterra do acordo. Estados Unidos penetra na Alemanha: financia parte dos pagamentos de reparação e, com o Plano Dawes (1924), através do controle das finanças estatais alemãs (à la FMI) combinado com a hipoteca de ferrovias e de grandes indústrias alemãs, ocorre uma suave penetração das grandes empresas americanas na economia alemã.⁴ Em

4 Em 1930 a Alemanha, com o Plano Young, é liberada dos controles externos.

dois episódios fundamentais, França e Estados Unidos desafiam e violentam interesses ingleses. O leão inglês está desdentado, porém ainda ruge e com rugidos pretende recuperar o vigor perdido.

O início dos anos vinte dispõe um quadro caótico no comércio internacional e no seu nível monetário-financeiro. Já em 1920, o índice geral de preços de todos os países se multiplicou em relação ao pré-Guerra em, pelo menos, 2,3 vezes (mínimo nos Estados Unidos) a 20 vezes na Alemanha, passando por uma França (5 vezes), Itália (6 vezes), etc. O mecanismo de padrão-ouro estava totalmente desfuncionalizado. Em 1919 os Estados Unidos já detinham mais da metade do ouro mundial e um crédito contra a Europa de 7 bilhões de US\$. Frente a esse quadro, os governos da Europa Continental preservaram e ampliaram suas políticas protecionistas.⁵ Realizaram políticas de fomento industrial.⁶ Buscaram estimular suas agriculturas e em alguns casos realizaram reformas agrárias.⁷ Em geral, relutaram em voltar ao padrão-ouro e

5 Os Estados Unidos, ao elevarem suas taxas aduaneiras, em 1922 (Fordney/Mac Cumber), em 37%, geraram elevações em linha das tarifas aduaneiras e das restrições quantitativas, e embargos administrativos ao comércio exterior em quase todas as economias européias.

6 A Inglaterra fomentou e patrocinou a constituição de sua indústria química de base - a Imperial Chemical Industries surgiu com patrocínio oficial, com tarifas fortemente protecionistas e, inclusive, proibição de importação de tintas e corantes. A fusão da Vickers/Armstrong no setor de armamentos, em 1927, também foi semi-oficial. A França constituiu algumas empresas estatais, principalmente na química (potassa em Alsácia-Lorena); com o Conselho Nacional de Nitrogênio e o controle das jazidas de fosfatos no Norte da África. A França dominou a produção mundial de fertilizantes agrícolas. Na Alemanha não se abandonou a tendência à cartelização, se bem que o Estado passasse a interferir, para sua reestruturação e articulação com as empresas estrangeiras (principalmente americanas). O padrão autárquico - estadunidense era adotado concretamente como resposta ao encurtamento do comércio internacional.

7 Os países da Europa Central: România, Checoslováquia, Yugoslávia, Hungria, Bulgária e Polônia realizaram reformas agrárias de distinta profundidade no período 1919/26. A Alemanha realizou reformas agrárias parciais na Prússia, Brandemburgo e Pomerânia.

abandonar os controles econômicos instituídos durante a conflagração. Inconvertibilidade, comércio bilateral em moeda contábil, discriminações, 'dumping' e acordos setoriais, etc. foram práticas correntes. É evidente que esse quadro alimentou processos de especulação cambial e movimentos de 'hot money'. Esses movimentos e as inflações internas foram interpretados em termos da teoria quantitativa. As inflações galopantes, iniciadas em 1921 principalmente na Alemanha, Áustria e Hungria, perfeitamente 'explicáveis' por um quantitativismo elementar, ofuscaram qualquer reflexão sobre o 'challenge' estrutural no marco internacional. Nada foi captado como produto de um câmbio estrutural significativo do capitalismo mundial; tudo foi captado como uma instabilidade temporária derivada da guerra, dos problemas de reconstrução, das tensões sociais naturais pós-conflitos, e erros de políticas comerciais, monetárias e financeiras. Tudo foi interpretado como um quadro de conflitos de acomodação, fricções e atritos. Mesmo a grave recessão de 1921/4 e a desordem monetária não abalaram as convicções. Ainda que cada governo europeu tivesse sido significativamente intervencionista e Estados Unidos persistisse firme em sua política protecionista e 'autarquista', todos (e aqui, um exemplo da força das ideologias) pensavam em termos de um retorno à 'normalidade'.

Principalmente a Inglaterra, o velho leão, que desde o início da década rugia, tentando pôr ordem no que fora 'a sua casa', confiante em seu velho 'padrão de arrumação'. Assim, somente a Inglaterra abandonou as restrições quantitativas sobre importações, em 1919, e, em 1920, sobre as exportações. Todos os demais países permaneceram com seus esquemas de regulação do comércio internacional. Em 1922, na Conferência Internacional de Genebra, propôs-se o retorno ao livre câmbio e ao livre comércio mediante o pronto restabelecimento do padrão-ouro. O tema foi uma constante da Câmara de Comércio Internacional da Liga das Nações. A Inglaterra, em abril de 1925, estabelece o Gold Exchange Standard com mercado livre para ouro monetário e relações de paridades internacionais fixas em relação ao ouro. A conver-

sibilidade da libra foi restabelecida em maio de 1925 com a paridade de 1914, apesar de seus preços internos estarem em níveis muito mais elevados. Isto resultou de uma opção a favor da City contra a indústria inglesa, que perdeu mais ainda sua já reduzida competitividade.

Os bancos centrais passam a ter suas reservas expressas não somente em ouro, mas em quaisquer ativos internacionais (convertíveis em ouro). Tudo isso facilita enormemente a variação monetária interna, cria problemas - complexos de relações preços internos/internacionais e facilita processos especulativos. Entretanto, a pressão pelo retorno à normalidade é intensa e todos os países vão aderindo ao Gold Exchange Standard. O mais relutante, a França, adere finalmente em 1928.

Em 1925, as economias européias atingem os níveis de produção do pré-guerra e a partir deste ano até 1929 se inicia uma fase de prosperidade: o comércio internacional volta a crescer e a produção de matérias primas se eleva em 17% na Europa. Aparentemente esses resultados - podem ser atribuídos à estabilização monetária e à 'normalização' das instituições do comércio internacional. Com a diminuição dos índices de desemprego e a atenuação de tensões sociais, parece que o 'pesadelo' está superado e a 'paz vitoriana' reinstalada. Uma frase típica: "Até 1924 não se pode dizer que a economia, em especial a dos países europeus, tenha entrado em normalidade".⁸

Uma preocupação : as políticas intervencionistas persistiam e a 'liberalização' foi apenas pela me

8 Prada, V.V. "História Econômica Mundial". Madrid, Rialp, - 1964, Vol. II, pg. 340.

ade. Esta, evidentemente, é captada pelo pensamento neo-clássico como resíduo bélico. Outra: os Estados Unidos continuavam ampliando sua 'diferença' em relação à Europa. Estados Unidos, sem medo dos rugidos ingleses, firme em seu protecionismo tranquilo com seu ideal paroquiano autárquico, exultava:... "um relatório (em 1929) da Comissão sobre Recentes Alterações-Econômicas, sob a Presidência de Hoover, apresentou o pronunciamento confiante de que 'economicamente temos um terreno sem limites à nossa frente; há necessidades novas que abrirão incessantemente caminho para outras mais novas ainda, à medida que sejam satisfeitas... Parecemos ter apenas tocado na orla de nossas potencialidades".⁹ Heilbroner lembra outro artigo, de grande sucesso nesse mesmo ano, de Raskob-Presidente do Partido Democrático - "Todos deviam ser ricos" - uma apologia da poupança familiar multiplicável em progressão geométrica através de aplicações na Bolsa de Valores.¹⁰

A crença européia na recuperação da 'normalidade' e a euforia americana eram desproporcionadas. O comércio internacional não havia praticamente se ampliado (apenas 19%, de 1925/29, a preços correntes) em um quadro cada vez mais favorável aos Estados Unidos, que ampliaram sua participação no comércio internacional de 13% para 16% entre 1914/25. A drenagem de ouro se acelerou para Estados Unidos. Sua liderança industrial acentuou-se. Entretanto, o crescimento industrial dos países desenvolvidos foi relativamente modesto e persistiam grandes massas desempregadas. A tentativa de rearticular o comércio internacional sob as antigas premissas não mais correspondia ao quadro estrutural mundial.

9 Citado por DOBB, M. "Studies in the Development of Capitalism". Trad. Bras., Rio, Zahar, 2 ed., pg. 392..

10 Citado por HEILBRONER, R.L. "The Wordly Philosophers". Trad. Bras., Rio, Zahar, 1965, pg. 225.

HUTCHISON, em um capítulo extremamente brilhante, mostra o estado de controvérsia e a mescla de posições dos economistas oficiais ingleses no verão de 1929, quando a Inglaterra durante os 8 anos precedentes não havia conseguido reduzir sua taxa de desemprego de uma média de dez por cento e quando o Sistema estava à beira de seu maior cataclismo: "Uma maioria de economistas, em Grã Bretanha, - era partidária das obras públicas para combater o desemprego (Keynes, Henderson, Pigou, Robertson, Clay, etc...). A política de obras públicas tinha a oposição de Hawtrey (por temor à inflação), e, mais tarde, a dos partidários da teoria monetária austríaca do super-investimento. Ao mesmo tempo, um número considerável de economistas sustentava que as reduções gerais de salários nominais nas circunstâncias existentes diminuiriam o desemprego (Pigou, Clay, Beveridge e, talvez, Keynes)... Até 1929, na análise dos problemas de uma política de investimento público, não parece haver sido proposto nada que afetasse os postulados básicos do conjunto principal da Teoria Econômica". ¹¹

A grande depressão, iniciada oficialmente, segundo seus cronistas, com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 24 de outubro de 1929, tomou de surpresa o mundo dos negócios, a sociedade civil e a 'ciência oficial'. Por via dos mecanismos financeiros, propagou-se rapidamente a todo o mundo capitalista.

De 1930 a 1933, a renda nacional americana se contraiu de 87 bilhões de US\$ para 39 bilhões. Em fins de 1930, os EUA estavam com 25% da força de trabalho -

11 HUTCHISON, T. W. op. cit. pg. 421. passim. Recomendamos, ao interessado, a leitura do capítulo XXIV.

*Diminuição
mantinham-se
do nível de 29*

(em 1933, 35% da força) desempregada e naquele ano registram-se 85.000 falências. "Na depressão de 1930, o investimento privado reduziu-se em 90% do valor absoluto de 1929, e o consumo em mais ou menos 20%." ¹² A produção automobilística desceu de cerca de 5 milhões e 600 mil carros em 1929-para 1 milhão e 400 mil em 1932 e as usinas siderúrgicas estavam ocupando 20% de sua capacidade. Em 1933 a construção residencial reduziu-se a 5% do nível de 1929; a massa de salários se havia contraído em 60%, os dividendos em 56%, a renda per capita estadunidense era a metade do pré-crise. Em 1933, o padrão de vida havia retrocedido em vinte anos.

A depressão foi mundial: o comércio internacional contraiu-se 30% no imediato pós-crise e, em 1932, 21% da frota comercial estava paralisada por falta de carga. Em 1933, o comércio internacional se havia reduzido a menos de 40% do pré-crise. A queda de preços no comércio mundial foi de aproximadamente 30%. Neste ano, a Europa tinha aproximadamente 15 milhões de sem trabalho. Entre a Alemanha, com 43% da força de trabalho paralisada e a Inglaterra, com 22%, todas as economias européias encontravam-se prostradas. A 'ciência oficial' foi impotente para prever e diagnosticar o fenômeno. O fracasso do Barômetro de Harvard é antológico. Dobb mostra que em 1932, apesar da gravidade da crise, a interpretação oficial mantinha-se nos termos convencionais, citando o 'World Economic Survey' de 1932 da Seção Econômica da Liga das Nações: "As causas básicas (da crise de 29) remontam à desorganização produzida pela guerra e aos ônus de dívida e de tributação impostos por ela ... O mecanismo de ajustamento funcionou com dificuldade crescente e com atrito cada vez maior no período do pós-guerra. Para isso, a cura estaria em estender o alcance e volume do comércio internacional e em permitir que as forças

¹² MATTHEWS, R.C.O. "The Trade Cycle". Trad. Bras., Rio, Zahar, 1964, pg. 18.

da concorrência nos mercados mundiais reorganizassem a especialização territorial, para gradualmente eliminar os legados financeiros da guerra, como legados semelhantes de 1793/815 e 1870 foram liquidados".¹³ Ou seja, persistia-se num diagnóstico de desequilíbrios anormais, atribuindo-se à incapacidade de retorno à antiga articulação da economia mundial, devido aos problemas financeiros pós-bélicos, a causa da virulência da crise.

Essa a posição da 'ciência oficial', outra a da chamada opinião pública: a progressiva perda de confiança da opinião pública estadunidense em uma pronta recuperação é descrita com muito engenho por HEILBRONER, lançando mão de canções populares daqueles anos: em 1930 cantava-se: "Os dias felizes voltarão novamente"; em 1931: "Conseguí 5 dólares"; em 1932: "Colega, podes me emprestar um níquel?"¹⁴

A 'ciência oficial', ante uma platéia de desesperados, não tinha o que dizer. "Ante desequilíbrios de tal magnitude, o Estado não somente não podia permanecer indiferente, como também aparecia (por exclusão) como o único agente capacitado a uma intervenção generalizada, numa situação da qual os grupos econômicos já não eram senhores", - diz BILLY, e continua: "ante a amplitude da crise, os empresários dirigiram-se aos poderes públicos para exigir-lhes uma ação global que pudesse restabelecer o equilíbrio econômico-geral, enquanto que, ao mesmo tempo, os assalariados e desempregados reclamavam uma adequada ação social para pôr fim às misérias mais graves".¹⁵

13 DOBB, H. op. cit. pg. 391.

14 HEILBRONER, R. op. cit. pg. 227/8.

15 BILLY, J. "La Politique Économique". Trad. Esp., Buenos Aires, Balboa, 1964, pg. 14. passim.

As políticas econômicas realizadas ante a crise foram as mais diversas.

Os países do Bloco-ouro (Bélgica, França, Itália, Holanda, Polônia e Suíça) insistiram com políticas de corte tradicional. Seu diagnóstico da crise é descrito por MENDÈS-FRANCE: "Os preços estavam demasiado e levados - como consequência de uma especulação desordenada, sua baixa deveria 'normalizar' a situação. Alguns aventureiros deveriam arruinar-se, algumas empresas mal administradas teriam que desaparecer, alguns operários teriam que mudar - de emprego. Estas são 'medidas de saneamento', temporariamente desagradáveis para alguns, porém excelentes em seu efeito global. Evidentemente, os preços e salários teriam que ajustar-se à nova situação".¹⁶

Em linhas gerais, o Bloco-ouro realizou a seguinte política :

- a) Preservação da conversibilidade e paridade de suas moedas. (Em julho de 1933, aqueles Governos publicaram a seguinte declaração conjunta : "Convencidos de que a manutenção de(nossa) moeda é essencial para a restauração econômica e financeira mundial... e para a salvaguarda dos progressos sociais: reafirmam (nossa) decidida vontade de manter o livre funcionamento do padrão ouro em nossos respectivos países, as paridades ouro atuais e o respeito ao marco das leis monetárias existentes".)
- b) Manutenção de uma taxa de juros elevada.

16 MENDÈS-FRANCE, P. e ARDANT, G. "La Ciencia Económica y la Acción". Paris, UNESCO, 1955, pg. 60.

- c) Como paliativos, contrários à linha geral de sua política, um pequeno desequilíbrio fiscal para atender a modestos programas de socorro - a desempregados, produtores agrícolas e obras públicas.

Com esta política, os países do Bloco-ouro queriam restabelecer uma base estável em que se pudesse apoiar a moeda; reduzir os preços internos (a elevação da taxa de juros e a conversibilidade eram defendidas com este desiderato) com o objetivo de recuperar 'competitividade' no comércio internacional. (Em 1933, ainda mantinham a esperança de um retorno ao anterior padrão de comércio internacional.)

O caso limite de uma política anti-crise de corte tradicional foi o da Alemanha de Brüning - (março de 1930 a fins de 1932). Em 1928 a Alemanha tinha aproximadamente 1,35 milhões de desempregados. O alto nível de desemprego pré-crise se multiplicou rapidamente e, em 1931, atingiu 4,52 milhões. A política Brüning - apoiada nas alas liberais da República de Weimar-consistiu em :

- a) Redução do gasto fiscal com proibição de qualquer - nova obra pública até 1934; redução de 20% das remunerações do funcionalismo; redução das pensões de aposentados públicos; etc.
- b) Elevação dos impostos indiretos.
- c) Redução de 10% nos aluguéis contratados e nos preços 'cartelizados'.
- d) Redução nos contratos coletivos vigentes dos salá-rios.
- e) Intervenção em toda a administração financeira.
- f) Criação de um sistema de controle de preços internos com instrução explícita de forçar sua baixa.

- g) Contração do anterior programa de seguro contra o desemprego (entre abril de 1930 e abril de 1932 o número de desocupados cresceu de 3,4 milhões para 5,6 milhões; neste mesmo período o número de beneficiados pelo seguro caiu de 1,8 milhões para a metade: 0,86 milhões).
- h) Rígido controle das operações de comércio internacional.

Esta estranha política apoiava-se na idéia de 'intervir para a moralização da economia', através de um tratamento de choque dissolvendo as 'rigidezes' anteriores - preços cartelizados, ação sindical, peso das corporações profissionais, etc. - para recuperar a flexibilidade do livre jogo das forças de mercado.

Na França, até 1935 persegue-se o equilíbrio orçamentário. O governo Laval, em 1935, investido de plenos poderes, realiza uma cópia do esquema Brunning. A inspiração é a mesma : "fazer com que o Estado volte a colocar em funcionamento mecanismos naturais que, por diversas razões, estão bloqueados - dissolver as 'rigidezes' que se opõem à consecução do equilíbrio". 17

A Inglaterra 'retira o time de campo'; em 21 de setembro de 1931, abandona o Padrão-ouro. A queda dos preços internacionais e um brutal 'deficit' externo conduzem a Inglaterra a este tardio reconhecimento de senilidade. Seu principal objetivo político-econômico até 1936 será o de recuperar a competitividade de suas exportações e

17 MENDÈS-FRANCE, P.op. cit. pg. 68. passim.

o equilíbrio em suas contas externas; não podendo ser o centro financeiro mundial, persegue a recuperação de sua capacidade exportadora. Considera-se necessário impedir uma inflação interna, realizando políticas de equilíbrio orçamentário até 1936 (de 1933 a 1936 obtém 'superávits' fiscais). Tendo renunciado a ser centro financeiro mundial, persegue a liderança em um cenário mais reduzido : a vacilante zona da libra. Para tal, é fundamental a recuperação do equilíbrio externo. Com este propósito busca comprimir importações. Em fevereiro de 1932, aplica o "Import Duties Act" de Chamberlain, com tarifas aduaneiras 'ad valorem' de 10%, posteriormente elevadas para 20%. Alguns setores industriais passam a ser objeto de específica proteção aduaneira; o principal setor amparado é o siderúrgico, com tarifas de 35%.

A principal inovação inglesa foi sua política de redução da taxa de juros (em 1932, o Banco da Inglaterra reduziu a taxa de juros de redesconto de 6% a.a. para 2% a.a.) que foi preservada até 1938. A política de redução da taxa de juros para empréstimos de médio e longo prazo apoiou-se em operações de 'open-market' e a intenção explícita foi o estímulo ao investimento. Em 1933, uma declaração conjunta de Inglaterra e Domínios : "Entre os fatores que conduzem ao restabelecimento econômico dos países - do Império, a baixa da taxa de juros dos empréstimos de longo prazo tem especialíssima importância".¹⁸

A Suécia, até 1933, seguia uma política semelhante à inglesa : abandono do padrão-ouro, equilíbrio orçamentário e um esforço intencional para a redução da taxa de juros. A partir desse ano amplia seu então modes

18 MENDES-FRANCE, P. op. cit. pg. 74.

to programa de socorro aos desempregados, com o objetivo explícito de estimular o consumo e o investimento. A ampliação substancial do gasto público é acompanhada de uma política - de financiamento mediante endividamento; a Suécia mantém sua política de baixa taxa de juros e em 1935 adota a concepção - de orçamento anti-cíclico. A Escola de Estocolmo ganha seus lauréis neste período. Em 1936, a Escola propõe dois planos quinquenais: o primeiro, de implantação normal; o segundo - (em 'stand-by') - compensatório - deveria ser acionado sempre que a taxa de emprego caísse abaixo de um nível considerado-normal.

A Suécia, com uma política de gastos públicos e um ambicioso sistema de seguro social montados com a linguagem formal de planificação, logra uma recuperação significativa (Índice de produção industrial 164 - em 1937 - base 100 em 1929).

O caso sueco contrasta fortemente com a experiência francesa. Após as políticas deflacionistas de Laval, sucede-se o 'New Deal' do Front Populaire de Leon Blum. Sua tônica é um esforço pela elevação dos níveis salariais - Acordos de Matignon. É feita uma primeira tentativa de implantação do planejamento: os "Conseils Economic". A queda do "Front" em 1937 sucede-se uma política deflacionista. Neste período são nacionalizadas as ferrovias (SNCF); fracassa totalmente a recuperação francesa. A França entrará na 2^a Guerra Mundial com níveis econômicos inferiores - aos de 1929.

EUA, em 1930, eleva mais ainda sua tradicional barreira protecionista. Entretanto, a Administração Hoover insiste em uma postura liberal interna. A Mensagem de Hoover de Dezembro de 1931 sustenta que a 'verdadeira

tradição americana' era socorrer aos desocupados' apelando para a generosidade do público e mediante a atuação das comunidades locais'.¹⁹ Em 1931 havia 8,1 milhões de desempregados. Entretanto, a fé de Hoover na "Tradição americana" não esmoreceu, tanto que, em outubro de 1932, disse: "Essa cooperação, esse autogoverno pelo povo fora do governo é o mais poderoso desenvolvimento da liberdade individual e de igual oportunidade que teve lugar em século e meio, desde que nossas instituições fundamentais foram fundadas. É no desenvolvimento posterior desta cooperação e no sentido de sua responsabilidade que devemos encontrar a solução para muitos dos nossos complexos problemas, e não pelo aumento da ação governamental em nossa vida econômica e social".²⁰ (O desemprego em fins desse ano atingia 12,5 milhões de trabalhadores.) Entretanto, a pressão de certos grupos eleitoralmente significativos foi tal que Hoover, apesar de sua fé na "tradição", criou o 'Farm Board' - agência para crédito agrícola-que executou uma política de crédito fácil para que os granjeiros estocassem excedentes agrícolas à espera de melhores preços. Dado o clima de pânico financeiro, foi constituída a 'Reconstruction Finance Corporation' como banco de redesconto especial para os agentes financeiros e bancários em situação precária. As atuações destas duas agências no período Hoover é avaliada como totalmente desastrosa. Os granjeiros - apoiados pelo 'Farm Board' - estocaram seus excedentes. Como os preços continuassem a cair, criou-se uma situação de insolvência generalizada na agricultura americana. Em fins de 1932, foi publicada a relação de bancos e agentes financeiros apoiados pela 'Reconstruction Finance Co'. O resultado imediato foi pânico e corrida bancária.

19 MENDES-FRANCE, P. op. cit. pg. 82.

20 Discurso de HOOVER em Outubro de 1932. Cf. STEINER, G. - pg. 174.

Este o quadro em 1933, início da administração Roosevelt : algumas estimativas indicam 14 milhões de desempregados; todos os bancos fechados em trinta e quatro Estados da União; insolvência agrícola; etc... as primeiras medidas da nova administração são a suspensão das atividades bancárias em todo o país e o abandono do padrão-ouro. (Em 1934 é restabelecida a paridade-ouro do dólar, porém desvalorizada em cinquenta por cento e com conversibilidade restrita às operações externas.)

Com a vitória de Roosevelt, inicia-se o 'New Deal', que, frente a algumas políticas econômicas européias, foi moderadamente intervencionista, mas que, realizado na 'pátria da liberdade', no coração do Sistema, teve o papel de vedete.

É fácil entender o porquê de sua moderação relativa : enquanto as economias européias podiam, e algumas o fizeram, através de políticas de concentração e fomento às atividades internas, reajustar seu padrão estrutural ao novo capitalismo com Estados Unidos como centro hegemônico, este tinha que enfrentar um ciclo sem a possibilidade de grandes reajustes estruturais. A razão do vedetismo é trivial - sendo o debate sobre o 'New Deal' realizado no ponto focal das atenções, naturalmente beneficiar-se-ia com a fama.

O 'New Deal' é uma salada com muitos ingredientes; dele têm sido feitas as mais distintas leituras e interpretações. Com o risco de toda e qualquer simplificação, eu diria que, como suporte a esta posição assumida pelo autor sobre a legitimidade da intervenção do Estado, a perda de fé na 'tradição' americana, a horripilante (para muitos) intervenção do Estado, a ressurgência de críticas -

radicais ao Sistema, etc... formam o pano de fundo. ²¹

Como 'esquema-intenção', o 'New Deal' sofreu, ao sabor da conjuntura e do debate político-econômico, diversas inflexões, tendo inclusive assumido uma posição deflacionista em 1938 quando, após a mini-recuperação de 36/7, o temor à inflação converteu-se em nota dominante. O 'Fim' mais geral do 'New Deal' foi o do neoclassicismo: o equilíbrio. Escutemos ROOSEVELT: "O que buscamos é um equilíbrio de nosso Sistema econômico, equilíbrio entre a agricultura e a indústria, equilíbrio entre o assalariado, o empresário e o consumidor. - Buscamos, também, ampliar nosso mercado interior a fim de que seja mais rico e mais amplo, e que nosso comércio com outras nações aumente tanto nas importações como nas exportações".²² Porém, o 'Fim' agora é objeto a ser logrado pelo Estado, o que gerou intensa controvérsia.

Sobre que vetores doutrinários se apoia o 'New Deal' ? Creio que os que fazem uma leitura keynesiana no 'New Deal' exageraram um pouco "com a fácil sabedoria da visão retrospectiva". A meu juízo, são outros os vetores; destacaria os seguintes :

- a) Em primeiro lugar, a profunda convicção" de que alguma coisa de muito importante estava errada" - de que insistir na tese de Hoover não conduziria a nada. Uma desconfiança - em contraposição a Hoover-de que por si só o Sistema 'ia mal das pernas' e não se auto-recuperaria.

²¹ Um artigo característico desta classe de abordagem: MACHLUP, F. "The Division of Labor between Government and Private Enterprise". In "American Economic Review", Março, 1943.

²² Citado por PRADA, V.V. op. cit. pg. 386.

- b) Em segundo lugar, a convicção de que o remédio clássico - via deflação - além profundamente doloroso, - era eticamente questionável, pois aumentaria o valor real dos débitos de indivíduos e empresas (Irving Fischer fazia parte do grupo de assessores mais próximos a Roosevelt).
- c) Em terceiro lugar, uma combinação da tese do institucionalista Berle (outro dos assessores de Roosevelt) de que a grande organização industrial era a entidade correta (permitindo uma gerência técnica e uma democratização do capital) com a idéia de que a presença da grande empresa era um desvio do 'laissez-faire' exigindo a montagem de mecanismos de controle (públicos ou 'compensatórios' no sentido galbraithiano). Da hostilidade ao monopólio da lei anti-truste de 1890 para a idéia de 'equilíbrio' entre o oligopólio e outras agrupações sociais. O Estado deveria atuar como promotor ou co-patrocinador deste 'equilíbrio social'. Se isto fosse logrado, a grande unidade poderia servir à sociedade (Berle) melhor - que as formas liberais de competição desenfreada.²³
- O Fordismo como doutrina de justificação social da grande empresa industrial - a empresa não deve considerar um aumento de salário somente do ponto de vista de custo, mas também como meio de incremento do mercado para os bens da indústria - e a idéia institucionalista de contrato e convênio por um processo de transação empresa/sindicato alimentam a idéia do equilíbrio institucional ('Fim' maior do 'New Deal').

²³ Isto não foi, obviamente, captado pelo liberal STEINER, G. em op. cit. pg. 181; "No fundo de muitas das medidas reformistas da Administração Roosevelt, estava o desejo de fazer cessar a concentração de poder econômico e de impedir seu uso e abuso quando a eliminação não pudesse ser alcançada. O 'New Deal' submeteu-se a pressões e favoreceu legislação que, não só promoveram a concentração do poder econômico, - como inseriram alguns tipos de concentração de poder, das leis anti-trustes existentes. No setor do monopólio encontra-se uma surpreendente inconsistência na Administração Roosevelt, uma inconsistência casual que tem sempre existido na política anti-monopolista do Governo.

- d) Em quarto lugar, um 'fundo de hostilidade' em relação ao sistema financeiro : propensão à especulação; amplificação de desequilíbrios ; manobras improduti-vas; etc... Aqui também se percebe o dedo dos ins-titucionalistas. O livro do neo-institucionalista Galbraith, "The Great Crash", é delicioso para re-gistrar as frustrações com a mudança do 'sonho es-peculativo' e a atribuição popular de culpa aos es-peculadores. Roosevelt faz uma clara opção a fa-vor do oligopólio industrial versus o capital fi-nanceiro. ('Rei morto, Pei posto.')
- e) Finalmente, uma tremenda salada sobre o ciclo hipó-teses de super-produção e sub-consumo; influências de fatores monetários, etc... Esta salada pode ser percebida ouvindo-se Roosevelt, em janeiro de 1936, falando sobre o 'New Deal': "A política nacional que então adotamos tratava de conter a queda em es-piral da economia, assumindo posição simultânea em um dezena de frentes. Os fins essenciais da polí-tica eram :
- a) garantir a segurança dos depósitos bancá-rios;
 - b) evitar a venda forçada (liquidação em has-ta pública) de granjas e casas;
 - c) empreender obras públicas em grande escala;
 - d) alentar a construção civil residencial;
 - e) elevar o valor dos produtos agrícolas;
 - f) dar trabalho útil ao invés de indenização - aos desempregados necessitados;
 - g) reduzir todas as taxas de juro;
 - h) aumentar o comércio exterior;
 - i) ampliar o financiamento público às ferrovias e a outras atividades privadas;
 - j) reduzir uma especulação desastrada;
 - k) eliminar os salários de fome;
 - l) elevar o nível gpral de preços e sustentá-
-lo". 24

No "New Deal" costuma-se distinguir dois períodos : O primeiro, até 1935, com um tom mais reformista; e o segundo, mais keynesiano. Em 1933 (julho) é promulgado o 'National Industry Recovery Act', o instrumento do 'New Deal' para a obtenção do 'equilíbrio social'. Propõe a idéia de que empresa/sindicato negociem convênios leais - 'Fair Standard Act'. Este código padrão propõe um conceito de 'empresa social' pelo qual seriam fixadas as condições de competição - acordos oligopólicos - e códigos de relações com o trabalho : respeito a salários, diminuição da jornada de trabalho, etc... Uma Ética para o oligopólio onde, em simultâneo a um padrão de relacionamento com outras empresas não competitivo em preços (acordo para regular a competição), a 'empresa social' assumia o compromisso de somente elevar seus preços para cobrir os custos adicionais com a melhoria do trabalho (elevação de salários e/ou diminuição da jornada). A Ética é visivelmente 'fordista': o aumento de 'lucros' iria beneficiar o trabalho, o que alimentaria a demanda para a indústria. Foram assinados 546 'Fair Acts' com a aceitação da regra básica e com elevações salariais e redução da jornada para 40 horas semanais, e 35 em algumas categorias.

O 'New Deal', utilizando instrumentos criados pela administração HOOVER, investiu contra o setor financeiro. Em conjunto com a desvalorização do dólar e a intervenção decretada em quase toda a rede bancária, foi proposto o 'saneamento do setor'. Os sadios, autorizados a operar; os cambaleantes, somente após aceitarem participação do R.F.C. em seu capital - (conversão dos créditos do R.F.C. em participação acionária); e outros, 'irrecuperáveis', proibidos de operar. Esta operação de concentração da rede bancária num país com um sistema bancário atomizado poderia ser até considerada interessante. Ocorre que o 'New Deal' - com plena cobertura da opinião pública, que via nos 'BARÕES' financeiros os especuladores responsáveis pela quebra - realizou

as seguintes operações adicionais :

- a) Retirou praticamente da área privada as operações de crédito imobiliário - 'Home Owner's Loan Corporation' (um banco de segunda linha para hipotecas de construção residencial) e 'Farm Credit Administration' (um banco de crédito agrícola) STEINER resume : "A socialização dos riscos financeiros assumiu vastas proporções sob a administração Roosevelt. Através de uma rede de agências de empréstimos com ou sem garantia, o Governo Federal tornou-se o maior banco do mundo em empréstimos e hipotecas". 25
- b) Ampliou os controles diretos do 'Federal Reserve' sobre as operações da rede bancária; ampliou a fatia - de operações de bancos com participação da R.F.C; impôs controles sobre as operações no mercado financeiro, etc.
- c) O 'New Deal' praticou intencionalmente uma política - de geração de expectativas de alta de preços internos (agrícolas e industriais) como modo de reativar as decisões para investir. Isto foi combinado com uma desvalorização do dólar e eliminação de sua conversibilidade. Os dois esquemas estavam explicitamente - motivados pelo desejo de reduzir o endividamento, ao diminuir o poder de compra das dívidas. Em 1933, o 'Farm Relief Currency and Inflation Act' - que permitiu a depreciação do dólar - pela boca de seu autor, anunciou : "É a medida financeira mais importante da História Mundial. Transfere 200 milhões de dólares de classe dos credores para os devedores". 26

25 STEINER, G. op. cit. pg. 179.

26 MENDÈS-FRANCE, P. op. cit. pg. 89.

Neste período reformista, a terceira peça de reajuste institucional significativa é o 'Agricultural Adjustment Act', também visivelmente inspirado na mesma matriz de busca de 'equilíbrio social'. O esquema do 'Agricultural Adjustment Act' combina a aplicação de impostos sobre os principais produtos agrícolas com um sistema de subvenções aos agricultores que se comprometessem a manter um certo número de hectares em barbecho e não aumentar o uso de fertilizantes nas áreas utilizadas. Sua administração, a cargo da 'Agricultural Adjustment Administration', estava orientada para a elevação da renda real da agricultura, que passou, desde então, a ser um setor publicamente controlado da economia americana.

Finalmente, foram realizados reajustes no sistema tributário : elevação da progressividade da tributação direta sobre sucessões e lucros não distribuídos.

Na segunda fase do 'New Deal' é feita uma leitura keynesiana. A nível da política monetária, - uma política de 'easy money' vem da fase anterior e é preservada : não somente as taxas de juros são reduzidas - se bem que não tanto - mas são geradas - dada a intervenção branca no sistema bancário e financeiro - grandes facilidades creditícias.

Porém, seria necessário muita boa vontade para ver nesse período uma 'antecipação' da política fiscal keynesiana : a despesa pública agregada cresceu de 12 bilhões de US\$ em 1933 para 15 bilhões em 1935; e ver nisso um 'pump-priming' é na melhor das hipóteses forçar a leitura keynesiana.

O programa de obras públicas a cargo do 'Public Work Administration' foi modesto. Inclusive o 'New Deal', no início - 'National Recovery Act' - adotou medidas deflacionistas : redução de salários de funcionários - públicos, das pensões dos aposentados e dos ex-combatentes, e corte nas subvenções. Entre 1933 e 1936 houve um aumento de 70% no gasto público, o que não é uma indicação de uma confiança na política fiscal. A fé do 'New Deal' estava muito mais no 'equilíbrio social' e a influência dos 'institucionalistas' foi, a meu juízo, muitíssimo superior à de 'pré-keynesianos' na leitura ideológica do 'New Deal'.

Sob o 'New Deal', houve uma certa - recuperação , de 1935 a 1937 : em 1936, o investimento privado atinge 2/3 de 1929; e em 1937 a produção industrial (92) quase atinge os níveis de 1929 (índice 100). Entretanto, o número de desempregados se manteve elevado : em 1936, 7,6 milhões, contra os 2 milhões de 1929. A partir de 1938 voltam a cair os índices de atividade. Se compararmos o 'New Deal' com algumas políticas européias, vemos que foi modesta em sua intervenção e fraca sua 'performance' relativa em termos de recuperação, em relação a alguns países.

Porque então a grita em torno do - 'New Deal' ? Como concepção reformista, é uma clara opção - pelo mundo do oligopólio industrial : investiu contra o mundo declinante do capital financeiro ('Madison Avenue' como 'locus', não mais 'Wall Street').

Creio que a pergunta admite muitas - respostas. Em primeiro lugar, devido à reação do grupo diretamente atingido. A intromissão do Estado no setor bancário financeiro, seja através do controle mais estrito de suas operações, seja pela 'estatização' do crédito. (Intolerável :

ainda hoje a Escola de Chicago discute este trauma). As acusações de inflacionista, estatizante, etc... foram acionadas. Os grupos conservadores recorreram com êxito ao Supremo Tribunal contra alguns dos dispositivos legais do 'New Deal', e Roosevelt, somente após 1936, pôde, com mudanças de juizes, - aprovar a Lei Wagner (direitos sindicais) e o 'Soil Conservation Act' (suporte da política de regulação de oferta agrícola).

Porém, esta resposta não satisfaz ; ela, a meu juízo desconhece certas 'sutilezas' da ideologia de livre empresa e de livre iniciativa. Estou me referindo a um duplo uso do Estado : objetivamente, como uma instituição do Sistema, e subjetivamente, como o vilão do Sistema.

O 'New Deal' reformou para o oligopólio. Porém, superada a fase de pânico - iniciada a modesta recuperação - fazia-se necessário, ideologicamente, recuperar a face do Sistema. Isto foi feito apresentando-se o nível de intervenção do 'New Deal' como intolerável. O 'New Deal' foi apresentado como um resultado de um avanço de esquerdas, como uma ideologia de esquerda. Era necessário exorcisar o princípio da intervenção; o controle pelo Estado do comportamento das empresas ; o fortalecimento de previdência social oficial; a regulação anti-especulativa nos mercados primário; a ocupação de áreas de investimento privado (a famosa T.V.A., uma indevida, intolerável intromissão estatal na livre iniciativa, que antes da T.V.A. não parece ter tido muito interesse em exercitar sua iniciativa naquela região deprimida).

*gestão da crise
pelo sistema
econômico
de recuperação
do país*

Todo um arsenal ideológico de livre empresa, livre iniciativa, etc. de uma semântica neo-liberal radical foi articulada. O 'New Deal', inclusive, após 1937 -apesar do volume de desemprego - sofreu uma guinada em direção à deflação, preocupado com as elevações de preços provocadas pela semi-recuperação desse ano. O exorcismo fez do 'New Deal' a rejeição da pressentida impotência relativa do oligopólio.

Nasce neste debate e da leitura Keynesiana do 'New Deal' uma separação dos economistas americanos oficiais em ortodoxos e Keynesianos, que persistirá até nossos dias. Os primeiros, preocupados em fornecer argumentação contra o vilão (função subjetiva); os segundos, preocupados em operar a instituição (função objetiva). Ambos servidores do Sistema, num acre debate devido à distinta especialização.

Enquanto o 'New Deal' se desdobra - no Continente, outra resposta à crise se desenvolve depois - da brilhante experiência Brüning. Na Alemanha, a economia européia mais duramente atingida pela depressão, o Nacional-Socialismo assume o poder em 1933, nutrido no caldo de cultura da depressão e das frustrações nacionais pós-Versalhes. A ideologia nazista propõe o anti-liberalismo pela exaltação de uma vontade coletiva da nação, interpretada e cristalizada na figura do líder-herói, à qual se subordinam todas as vontades individuais, através da renúncia consentida ou compulsória das liberdades, substituídas pela vontade nacional.

Esta ideologia inspira a montagem - de um complexo Controle da vida econômica nacional. Sem derrocar o regime de propriedade privada o Estado Nazista assume formalmente a direção e controle das empresas, planos de

produção, autorizações de investir, fusões e concentrações, preços, salários, taxas de juros, operações financeiras e de comércio exterior. Todos esses itens têm passagem por - órgãos controladores do Reich. A Corporação Alimentícia - do Reich controla a agricultura; o sistema de cartéis herda do pelo regime facilita o controle do setor industrial; o Reichbank absorve grande parte dos bancos privados e administra rigidamente as operações cambiais; a Administração do Trabalho maneja a força de trabalho com a logística de um - comando militar. Com uma política econômica que apontava - para um ideal autárquico, a ser obtido por expansão territorial, o regime realiza até 1936 uma política de 'Easy Money' e uma política fiscal expansionista com obras públicas e um sistema de seguro social. A partir de 1936, em plena corrida para a Segunda Guerra, o gasto militar é o móvel de reativação. A recessão é superada, com 'mais canhões e mais - manteiga'; em um ideal autarquizante e expansionista, realizado sob um rígido sistema de controles, a produção industrial alemã se duplica entre 1933 e 1936. A mobilização militar absorve as massas desempregadas. Itália e Japão, com esquemas semelhantes, obtêm suas saídas da fase depressiva.

As políticas proteccionistas se generalizam. Elevados níveis de proteção aduaneira, a aplicação de rígidos controles ao comércio exterior acompanham o funeral da anterior tentativa de retorno ao padrão-ouro. Os países do Bloco-ouro ficam com a deflação sem o ouro. A tendência a orientar o comércio por operações bilaterais e o esforço por constituição de zonas preferenciais de comércio levam a Inglaterra a reorganizar a zona da libra, a França a articular sua esfera de influências em seu mundo colonial, o Japão a perseguir a hegemonia no Extremo Oriente e a Alemanha a orientar-se para a Europa Central e buscar estabelecer laços na América do Sul.

Ao longo da década, mantém-se atrofiado o comércio internacional. O desnível estrutural entre U.S.A. e as economias européias não é, entretanto, atenuado pela crise. A drenagem de ouro continua em favor dos U.S.A. que, em 1938, duplicaram suas reservas internacionais em relação a 1933.

Frente à hegemonia americana, a resposta européia é buscar melhor integrar suas economias e aumentar sua competitividade com o gigante. A Inglaterra, tendo renunciado a seus rugidos e com uma City totalmente debilitada, passa a fomentar e proteger sua agricultura. O 'Wheat Act' de 1932 e o estímulo ao açúcar de beterraba atenuam sua dependência de importações de alimentos; logra multiplicar por vinte sua produção de açúcar e diminuir significativamente suas importações de grãos. A concentração industrial é estimulada e facilitada pela política econômica. A velha estrutura industrial herdada da fase vitoriana entra em processo de liquidação acelerada: no setor têxtil, em 1936 o 'Cotton Industry Reorganization Act' permite, às empresas dominantes, a aquisição de plantas têxteis para sucateamento. A 'Lancheshire Cotton' absorve 140 companhias. A indústria de eletricidade e a de carvão inspiram medidas de tipo assemelhável. No setor siderúrgico é constituída a 'British Iron and Steel Federation', congregando 2.000 empresas do setor e que adere, em 1935, ao Cartel Europeu de Aço. Em simultâneo à ativação do seguro social através de subsídios às 'Trade Unions', a Inglaterra inicia um processo de criação de empresas estatais: a B.B.C., transportes urbanos, ferrovias, etc. Políticas econômicas de cunho tão intervencionista na pátria do livre câmbio? Espanto total. Entretanto, a Inglaterra não se sai assim tão mal; seu índice de produção industrial em 1937 é de 133 em relação a 100 (1929); é dos países que melhor se recuperaram. (Somente a Suécia e a Alemanha nazista têm maior recuperação.) Em 1938, o nível de atividade volta a cair; estima-se uma contração da economia mundial, em 1938, na ordem de 8%. Nas vésperas da Segunda Guerra, o complexo drama político europeu produz esta infla

xão. Porém, a saída para a grande depressão já era anunciada pelos arautos militares. O Capitalismo vai prontamente descobrir seu remédio: o gasto militar cuja contínua expansão é sempre justificável pela ideologia da Nação e pela dialética infinda dos armamentos ofensivos/defensivos. Isto, como fórmula para a potência dominante - ou candidatos à potência. Outra fórmula será a do incentivo aos gastos sociais. Isto, para quem se resigna a não ser potência. Robinson, em livro recente, explora a tese de Myrdal de que uma e outra fórmula apoiam-se no nacionalismo como ideologia dominante. 27

Agora foi finalmente localizada a saída. A Segunda Guerra Mundial, com a esplêndida elevação de gasto público para 103 bilhões de dólares, gerou a demanda adequada, e não aquela romântica e subversiva proposição de fortalecer o poder aquisitivo das massas através de fundos sociais e obras públicas. A Segunda Guerra e a posterior 'guerra-fria' puseram a demanda nos eixos - por aí é admissível a expansão de gasto público - e somente nos anos sessenta reaparecerá uma proposta ideológica reformista com os Kennedy, rebatizada de 'New Frontier'.

Aos olhos da 'ciência oficial' a década dos trinta aparecia como a esfinge: 'decifra-me ou devorar-te-ei'. Uma recuperação imperfeita e ambígua: persistência do desemprego da força de trabalho; ampliação de capacidade ociosa; rigidez de preços à baixa; preservação de margens de lucro (relação lucros/vendas) em importantes

27 ROBINSON, J. "Freedom and Necessity: An Introduction to the Study of Society". Trad. Port., Rio, Zahar, 1971, Cf. capítulos 8 e 9.

setores industriais; tendência das empresas a restringirem a produção ao invés de investirem em busca de redução de custos; ausência de resposta às políticas monetárias, e a recuperação parcial aparecia muito mais como um produto de políticas econômicas intervencionistas, do que de uma natural tendência auto-correctiva.

Assustava o fenômeno da Alemanha nazista que, com um rígido controle de toda a economia nacional e com completas restrições à liberdade de empresa e ao mecanismo de mercado, recupera a condição de potência.

Assustava o inquietamente fenômeno soviético. Antes, a 'ciência oficial' havia demonstrado a impossibilidade de uma racional gestão econômica em uma economia sem propriedade privada e sem mecanismos de mercado diretores da atividade econômica.²⁸ Entretanto, a União Soviética, com os 2º e 3º Planos quinquenais, havia crescido continuamente : entre 1928 e 1940 quintuplicou a produção de carvão, triplicou a de petróleo, quadruplicou a produção siderúrgica e decuplicou a geração de energia elétrica; inclusive, com taxas mais modestas havia duplicado a produção de alguns 'wages goods' : tecidos e sapatos - por exemplo. ^{29/30}

(Pobre 'ciência oficial' de então!)

Seu pilar, a micro-economia, estilhaçado; sua fórmula para-

28 VON MISES, L. fez esta demonstração em "Economic Calculation in the Socialist Common Wealth". In "Collectivist Economic Planning". Ed. por HAYEK, F. Londres. ROBBINS, L. parece haver feito o mesmo em "The Great Depression". Londres, 1935. Von Mises tem um precursor em Cassel que, com sua teoria de mercado como central de informação, sendo os preços os sinais, argumentou que sem mercado não seria possível o funcionamento de uma economia.

29 DOBB, M. "Soviet Economic Development since 1917", Trad. Esp., Madrid, Tecnos, 1972, pg. 319.

30 Com respeito à experiência soviética, houve no início relutância em admitir o êxito em termos de crescimento. Entretanto, após a 2ª Guerra Mundial ficou pacífica a 'viabilidade' do socialismo planejado.

a bela existência não funciona mais; os países que ante a crise executaram políticas mais próximas às corretas foram os - que pior se encontravam.

O corpo dogmático do neoclassicismo não fornecia resposta a nenhuma das múltiplas interrogações - que a História colocava. Tem início um processo de revisão. A nível político-econômico, essa revisão se centra em torno do conceito de Controle. É ou não permissível o Controle? Sua natureza e compatibilidade com o regime? Seus limites? etc. Por trás dessa discussão, a perda de confiança no direito natural. A descoberta fundamental da Fisiocracia que Mercier-de la Rivière ensinava a Catarina da Rússia: "A ciência do gouverno consiste no estudo da lei que Deus tem assim manifestamente posto na sociedade humana desde o tempo de sua criação. Procurar transgredi-la seria um grande erro e uma desastrosa empresa". ³¹ Aquilo que BASTIAT, em seus 'Harmonies Économiques', encontrava como prova da divina providência: "Deus... pôs da mesma forma no seio da ordem social uma outra mola, à qual confiou o cuidado de conservar aos seus benefícios a sua destinação primitiva, gratuitamente, à comunidade; esta mola é a concorrência"; se havia enferrujado, estava rompida, não era mais funcional. O pensamento clássico liberal havia concebido uma Sociedade que, nascida de suas reformas, com a concorrência livre, teria garantida pela eternidade a ordem e o progresso. A idéia de liberdade estava identificada à competição: liberdade em dois níveis, o econômico e o político. A competição no econômico permitiria a mínima intervenção do Estado. A livre competição exigiria do Estado apenas uma atitude: estabelecer e fazer respeitar as regras do jogo. Regras do jogo que deveria não entorpecer com suas próprias ações. A

31 Citado por FORTE, F. op. cit. pg. 112.

intervenção somente poderia ser ocasional e excepcional. O preço da liberdade social era a eterna vigilância da Sociedade pelo Estado, para que se preservasse a competição, e do Estado pela Sociedade, para que fosse mínima e apenas em carácter excepcional ou ocasional sua intervenção. Liberdade-econômica está em simbiose com liberdade política e vice-versa : a mediação é dada pela concorrência, pela livre competição.

A tomada de consciência do capitalismo em etapa monopólica foi traumática : significava que o ideal liberal de uma competição eticamente moderada como sistema - de gestão eficiente do econômico e à base de efetivas liberdades políticas era uma utopia. Significava que Proudhon tinha razão em que 'a competição matava a competição'; significava que a competição não era um darwinismo social, com sua destruição criadora e seletiva, mas sim o caminho para a constituição de um novo modo de dominação por grandes moléculas que barrariam a livre entrada, criando uma tenebrosa nova 'Idade Média'; significava que a livre competição era um estado instável que tendia a cristalizar um novo sistema de bloqueio das liberdades individuais; que esse bloqueio, derivado da morte da competição pela própria competição, não garantia nem ótimos parciais, nem ótimos gerais; que esse bloqueio gerava profundos desequilíbrios. A falência da instituição econômica básica correspondia à ameaça da falência das instituições políticas.

MASSEL coloca claramente o problema: "Outro aspecto dos objetivos sociais e políticos é a determinação da dose mais apropriada de regulação estatal. Muitos pensam que uma Sociedade democrática forte não consegue sobreviver sob uma direção estatal excessivamente rígida. Isto não quer dizer que propugnem um sistema simplista de 'laissez-faire'. Seu interesse é manter um certo Controle estatal ,

o menor possível, com o objetivo de evitar a destruição das forças concorrenciais. Temem que, se tal destruição sobreviesse, ficariam umas poucas empresas gigantescas e a pressão da opinião pública para que o Governo as controlasse seria irresistível. Isto acabaria por anular nosso Sistema de livre empresa. É preciso manter uma vigorosa concorrência se não quisermos desembocar em uma economia dominada pelo Estado".³² Massel está falando em nome da Escola de Chicago - os neo-tradicionalistas da 'caixa preta' - que atribui a formação e consolidação das grandes empresas à ação do Estado. Para eles, a concentração confirmou-se quando Roosevelt, com o 'New Deal', deu início a um irreversível processo de consolidação do oligopólio.³³ A proteção aduaneira, as compras governamentais, as regulações de diversos tipos são a variável explicativa do processo de oligopolização. Esta é uma das mais originais caramujices; porém, e ao mesmo tempo, um dos melhores usos ideológicos do Estado (função subjetiva) que conheço.

A sociedade está em perigo. A 'ciência oficial' faz uma descoberta fundamental: a liberdade é uma noção jurídica e a competição é uma situação de fato. A fórmula de liberdade de Spencer: "Todo homem pode fazer o que quiser, contanto que não infrinja a liberdade igual dos demais". Em "Principles of Ethics" (1891), não garante o verdadeiro respeito às liberdades. FORTE fala de outro aspecto particular da liberdade - o da chamada liberdade da necessidade: "O homem, observa-se, não é realmente livre de manifestar as suas

32 MASSEL, M.S. "Concurrencia y Monopolio" In "La Ciencia de la Economia y las Decisiones Economicas" Madrid, Technos, 1962, pg. 133.

33 Quem estiver interessado pode consultar: SIMONS, H. "Economic Policy or a Free Society". Chicago, Chig. Univ. Press, 1948; SIMONS, H. "Personal Income Taxation". Chicago, Chig. Univ. Press, 1955; BUCHANAN, J.M. "Fiscal Theory and Political Economy". Chapel Hill, Univ. N. Caroline Press, 1960; FRIEDMAN, M. "A Monetary and Fiscal Framework for Economic Stability". In "Essays in Positive Economics"; BUCHANAN, J.M. "The Public Finances". Homewood, Irwin, 1960, etc.

escolhas, o seu livre arbítrio, de desenvolver a sua personalidade, se for premido por necessidades materiais elementares que não consegue satisfazer nem em parte mínima: uma qualquer coisa suficiente para matar a fome, um fato, um teto. Sem a garantia deste nível mínimo, não existe - segundo esta concepção - uma verdadeira liberdade".³⁴ Porém, não é esta a que preocupa a Escola de Chicago.

Com a diminuição da competição, com a obsolescência historicamente constatada do motor providencial, coloca-se o problema do Controle como esquema alternativo. Porém, Controle é uma caixa vazia que admite muitos e variados conteúdos.

Um neo-clássico, Stalkelberger, dá ao controle a conotação de submissão e abdicação das liberdades individuais um Controle exercido por um Estado suprasocial que concebe o interesse da Nação como algo qualitativamente distinto dos micro-interesses, como um valor maior, superior, capaz de impor significado ao desordenado, abagunçado mundo do oligopólio que investigou. Somente o Estado, como intérprete do superior interesse da Nação, é capaz de criar uma Ordem estável e com significado. Um Estado que, com a força daquele valor superior, dê uma 'ordem unida' à economia. Os indivíduos entregues a seus pequenos apetites, as empresas na competição oligopolista criaram um mundo instável e falido. Aliás, Pareto - o neo-clássico do equilíbrio geral, com a hipótese de não comparabilidade das utilidades interpessoais - havia, com sua Sociologia, formulado uma "Teoria da circulação de elites", (da alternância da raposa/leão) que converge à ideologia fascista. Falência das elites bur

34 FORTE, P. op. cit. pg..59.

guesas que, com seu mundo de oligopólio, criaram uma sociedade econômica, instável, ineficiente e sem sentido. Somente com a hipertrofia do Controle estatal da economia em nome de um projeto de fortalecimento da Nação é possível superar a situação falencial criada pela burguesia decadente. Nacional - socialismo, eis um dos conteúdos do Controle: nem liberdade econômica, nem liberdade política; abdicação de ambas para a plena realização da Nação como um absoluto.

J. M. Clark, Professor da Columbia-University, em uma obra célebre admite o Controle com o objetivo último de preservar a liberdade econômica.³⁵ Clark procurou demonstrar que é uma falsa opção a escolha entre uma economia livre e uma controlada; que a opção concreta é a escolha entre um controle privado exercido pelos oligopólios e um controle público, que num regime democrático seria 'aberto' e fiscalizado pela opinião pública. Schumpeter, em artigo anterior, já havia procurado mostrar que o protecionismo consistia numa instituição onde a grande empresa de fato controlava com vantagens o mercado: "A política protecionista; porém, facilita a formação de cartéis e trustes, e essa circunstância altera inteiramente a disposição dos interesses... a união em cartel ou truste proporciona vários benefícios ao homem de empresa - economia de custos, posição mais forte - contra os trabalhadores - mas nenhuma delas se compara com esta vantagem única : uma política de preços monopolista possível em volume considerável somente com o respaldo de uma tarifa protecionista adequada".³⁶ Para Clark, controle não é sinônimo de planificação; significa apenas a inserção da intervenção do Estado em alguns segmentos e funções econômi-

35 CLARK, J. M. "Social Control of Business" Nova Iorque, - Macgraw Hill, 1938.

36 SCHUMPETER, J. A. "Imperialisms Social Classes" Trad. Bras. Rio, Zahar, 1961, pg. 103.

cas, por onde poderá exercer influências corretivas em toda a economia. Outrossim, os proponentes do 'controle para li- bertar' admitem que a desigualdade entre os homens e o distin- to poder entre as empresas fazem com que o regime de 'laissez- faire' puro garanta apenas uma liberdade formal aos mais - débeis, e não uma liberdade real.

Esta (liberdade real) teria que ser lograda através de um maior controle da economia pelo Esta- do, para impedir que a desigualdade permita aos mais fortes, através da competição, despojar os mais fracos da possibili- dade de exercer suas liberdades. Essa tese está na base das legislações de defesa do consumidor; da pequena empresa; de proteção ao trabalho; da proibição de práticas desleais, etc... de uma atuação 'compensatória' do Estado a partir do reconhecimento da desigualdade do poder de resistência dos competidores. Por aí a plena justificativa para o reconhe- cimento e proteção do sindicato como um meio da emancipação e um fator de liberdade real.

A tese de admissão da intervenção- estatal para obtenção da liberdade real e proteção dos seg- mentos mais débeis da sociedade, a idéia de uma economia de mercado controlada por intervenções públicas como um modo- de preservação da democracia, evitando seu empobrecimento e subversão pelas grandes unidades, é reforçada pela tese da necessidade de controle estatal para uma melhor 'performan- ce' econômica. Chamo a essa tese a 'defesa economicista de controle'.

Joan Robinson, com sua concorrência imperfeita, derivava uma defesa da ação sindical e a deseja- bilidade de pressão salarial sobre as empresas como tendentes a diminuir a 'exploração' (recordem-se do sentido robinsonia- no do termo) e como modo de obtenção de uma melhor alocação de fatores.

Outros, como Lerner, exploram ao máximo a vertente 'economicista' do controle concebido como modo de consertar difunções do capitalismo de grandes unidades, preservando o modo de produção. Escutemos o autor : ... "controle não significa por força coletivismo, mas sim sugere a aplicação deliberada de qualquer tipo de política que redunde em maior benefício social, sem pré-julgamento com respeito ao problema da propriedade e administração coletiva versus alguma forma de empresa privada".³⁷ Aqui, é o critério do Bem Estar que deve ser pragmaticamente invocado para o controle. Na visão de controle, para Lerner, a liberdade de mercado é apenas um valor relativo, nunca um valor em si. "Nossa tarefa consiste em traçar uma senda entre ambos os dogmas (direita, esquerda), estabelecendo que nem a empresa privada nem a propriedade estatal são as únicas soluções aceitáveis e considerando, em seu lugar, que o Estado pode usar o controle para que prevaleça em cada caso particular o método que esteja mais de acordo com o interesse público."³⁸ Qual o interesse público ? Resposta : Maximizar o Bem Estar. Para tal, são necessários uma aplicação ótima dos fatores de produção, a mais igualitária repartição de rendas e, finalmente, o pleno emprego e a estabilidade. O capitalismo, concebido como um sistema de livre empresa, não logra nenhum desses objetivos.

Qual a razão ? Segundo Lerner, é porque tem três taras, a saber : o monopólio, a má distribuição de rendas e o desemprego. O controle, para Lerner, não é apenas a intervenção estatal, mas sim a intervenção estatal para lograr o máximo Bem Estar, corrigindo ou compensando as 3 difunções identificadas: ... "não se pretende negar que a

37 LERNER, A. "The Economics of Control". Trad. Esp., México, FCE, 1951, pg. 13.

38 Idem, Ibidem, pg. 14.

economia atual está de fato regulada, em muitos aspectos, em favor do interesse social. Temos a regulamentação das empresas de serviços públicos, leis sobre a pureza dos alimentos, etc... Não obstante, podemos nos referir à economia presente como não controlada, porque todas essas atividades são parciais e irregulares, e não estão organizadas como o estariam se se reconhecesse a responsabilidade do governo de controlar os recursos da Sociedade e de vigiar para que se os utilizem da melhor forma possível. Existem três tarefas primárias que uma economia controlada deveria atender com anterioridade a quaisquer outras. Necessitará utilizar todos os recursos disponíveis, e, em particular, todos os homens que buscam trabalho; terá que abolir imediatamente dos Estados Unidos toda a pobreza aguda e realizar medidas para diminuir a tremenda desigualdade entre renda e riqueza; acabará com o monopólio em toda a economia, com a 'exploração' (sentido robinsoniano) e o desperdício econômico que o acompanham". 39

Assim, pela vertente de reconhecer um controle social, da modesta chamada de atenção de J. M.-Clark chega-se, com Lerner (o mais reconhecido representante do Keynesianismo de esquerda) manejando o conceito de Bem Estar, a uma proposição de controle anti-capitalismo monopolístico; de controle para obter 'um bom comportamento do menino mal comportado'. Nesta tese de Lerner estar-se-ia admitindo um primado da Sociedade sobre a empresa. A Sociedade deveria dispor de um sistema de controle pragmático para enquadrar a grande empresa segundo interesses sociais maiores.

É fácil compreender a virulência da resposta liberal pura. O discurso anterior reivindica um regime social que garanta não uma liberdade formal, mas sim - uma liberdade real. Em nome do Humanismo, o catolicismo social propunha o controle da empresa : em nome da 'Boa Performance', propunha-se o controle da empresa ; em nome do Bem Estar, propunha-se o controle da empresa; defesa do homem, da sociedade, de sua eficácia econômica, são múltiplas as variantes, porém única a conclusão : é necessário controlar a empresa; é necessária a existência de uma autoridade controlando-a, restringindo sua liberdade, a liberdade da grande empresa, da livre iniciativa.

Esta argumentação irrita os apologistas do capitalismo. Os controlistas, além de denunciarem uma má 'performance' (e toda a evidência histórica estava de seu lado, e todo o estilhaçado discurso marshalliano estava de seu lado), apresentavam um culpado : a grande empresa. Apesar desses controlistas defenderem a propriedade privada, os liberais puros acreditavam, e, a meu juízo, corretamente, que esta defesa é precária, pois tendia a dar um valor apenas operacional à propriedade privada.

Assim, por exemplo, o catolicismo social pensa, na verdade, em defesa da pequena propriedade. O valor que, partindo desta concepção, se defende, não é tanto o da salvaguarda do direito de propriedade ilimitada de Fulano ou de Sicrano, quanto o do direito de todos a uma propriedade, ainda que modesta. Idéias deste gênero estão na base, entre o mais, das políticas dirigidas à promoção da pequena propriedade rural via reformas agrárias e conversões agrárias e na base das políticas de difusão do 'accionismo popular'. A doutrina social cristã tem, essencialmente, no conceito do 'direito de propriedade', um conceito ao qual está intrinsecamente ligado o princípio do direito de cada um a uma propriedade. ⁴⁰

40 Cf. FORTE, F. op. cit. pg. 63.

Com muita facilidade, de uma concepção 'operacional' da propriedade combinada com a idéia de um controle social da grande empresa poder-se-ia pragmaticamente descambar para a defesa do socialismo. Por conseguinte, arman todas as suas baterias contra esses trâns fugas potenciais. Quais os principais argumentos ?

Em primeiro lugar, a idéia de que a liberdade é monolítica, que as liberdades são indivisíveis, que adotando-se o controle sobre a empresa, limitando-se a ação da empresa, estar-se-ia plantando a semente - de um 'Moloch' - o Estado Autoritário - que viria a sufocar as liberdades individuais. Essa é a linha do discurso de Hayek - o controle é um plano inclinado que exige cada vez mais controle - no limite, a escravidão. Esse é o discurso de V. Mises em "A Ação Humana": mostra sua Cataláctica fundada em uma verdade no sentido Kantiano, como um valor 'a priori', etc...

Em segundo lugar, o já referido argumento da Escola de Chicago de que as disfunções do capitalismo são na verdade derivadas da própria intervenção estatal : proteção aduaneira; sistema de licenças; compras públicas; financiamentos públicos de favor; licenças para produção; etc... que fortalecem o poder monopólico das grandes empresas. Aqui o liberal puro 'levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima' e diz que o remédio preconizado pelos controlistas, a intervenção estatal, fortalece a grande empresa. Argumento absolutamente verdadeiro, utilizado falaciosamente, porém, a meu juízo, equivalente à solicitação dos controlistas.

Na verdade, Lerner ou um homem de Chicago trabalham com a mesma premissa implícita : o Estado é uma entidade supra-social.⁴¹ O primeiro pede para que o Estado controle a grande empresa; o segundo diz que ele produz a grande empresa. Nenhuma das duas correntes vê Estado interventor e grande empresa como personagens simultâneos do capitalismo maduro.

Em terceiro lugar, o liberalismo radical procura minimizar a significação da grande empresa. Diz que há muito exagero na descrição da economia de mercado como um mundo de oligopólio. Afinal de contas, existe uma gigantesca constelação de pequenas e médias empresas, porém a grande tende, por seu tamanho, a chamar a atenção. No cordão amortecedor do oligopólio o liberal vê a sobrevivência da competição. Dentro desta mesma linha de raciocínio ele amplia o argumento da competição intra-oligopólica para a competição inter-oligopólica. Todo um esforço é feito para demonstrar que o bicho não é tão feio assim : "A luta não é tanto entre a U.S.Steel e a Bethlehem, mas de toda a indústria de aço contra o alumínio, do alumínio contra o vidro, do vidro contra o plástico, do plástico contra a madeira, da madeira contra o concreto, e deste, para completar o círculo, contra o aço".⁴² Ou então : "Trinta centavos-de dólar do consumidor vão para a alimentação. A maioria de seus biscoitos vem de dois produtores, embora ele possa escolher entre várias marcas de pão ou adquirir farinha produzida por um dos dois mil moinhos e fazer o próprio pão. Metade de sua carne vem de quatro fornecedores, mas a carne -

41 A visão unilateral do Estado como sujeito é lindamente - ilustrada com o seguinte trecho de BILLY, J: "Os meios - utilizados pela política econômica guardam relação com os fins que ela persegue; limitados durante a época liberal, são múltiplos hoje em dia, e conferem ao Estado, se os sabe utilizar, o controle da marcha da economia. Junto com o serviço militar obrigatório, a política econômica é a coerção mais poderosa que o Estado exerce sobre os indivíduos" (op. cit. pg. 5).

42 HEILBRONER. op. cit. pg. 280.

de porco vem de mais de quinhentos... " 43

Em quarto lugar, alinham-se argumentos de que a concentração empresarial é paralela a uma democratização do capital, seja através da multiplicação dos pequenos acionistas, seja através de investidores institucionais entre os quais os próprios fundos sociais. 44 Neste processo, um institucionalista-liberal vê um mecanismo de repartição de riqueza dentro da acumulação. É curioso que não considere a irrelevância da poupança pessoal voluntária para a capitalização da empresa, nem tampouco a 'pedagogia' consumista, como tendências, de longe, muitíssimo mais significativas. Menos de um décimo das fontes externas de fundos para a capitalização das Sociedades por ação estadunidenses são de origem pessoal voluntária.

Finalmente, são levantados argumentos ligados à teoria das elites, que afirmou a bondade da livre empresa para selecionar as elites. Do darwinismo aplicado às empresas a um neo-darwinismo aplicável aos gerentes. Esta tese costuma admitir a desejabilidade da igualdade de ponto de partida para permitir a boa seleção de gerentes, e é normalmente acompanhada da aceitação da tese de um Sistema Educacional gratuito.

43 WILCOX, C. citado por HEILBRONER. op. cit. pg. 279.

44 O caso limite é constituído pelo fundo de pensões do Sears Roebuck e Co. A caixa de aposentadoria dos empregados desta gigantesca empresa investiu os seus próprios fundos em ações da própria empresa, possuindo agora o maço de ações de controle desta. Visto que os administradores desta caixa estão aliados e estreitamente ligados com os dirigentes pagos pela organização sindical, a empresa pertence e é administrada por seus funcionários; porém, é apenas um caso limite, porque normalmente, para se diversificar o risco, a caixa de pensões de uma dada empresa não investe em ações da mesma empresa, a não ser quotas limitadas. O exemplo da Sears é citado por Berle como um 'opus magnum' do Capitalismo Social.

Entretanto, essa proposição não é aceita com unanimidade; entre os liberais puros existem alguns que vêem nela perigosos indícios de progressismo.

Os autores dessas correntes que, em defesa da livre empresa, chegam a uma 'Estadofobia' delirante, costumam ser 'mais realistas que o rei'. Hipertrofiando o temor de que os atentados à liberdade econômica (intervenções) sejam perigosos às liberdades políticas, constroem uma apologética confortável para a grande empresa, porém constrangedora, sempre que supere o território da retórica. A grande empresa e o Estado interventor são figuras coetâneas e perfeitamente articuladas no capitalismo moderno. À grande empresa não interessa o Estado não-interventor, mas sim, a liberdade para manejar a intervenção do Estado a seu serviço. Os liberais puros produzem uma ideologia que lhes interessa enquanto exaltação da suas virtudes; porém, suas recomendações podem ser incômodas. A doutrina liberal 'no mundo de negócios' nunca é aceita em estado puro; a ela se recorre sobretudo para contrapor aos intervencionismos não agradáveis. "A tese de que a economia privada está tanto melhor quanto menos interfere e quanto mais reduzida é a intervenção pública, pode recolher o favor dos teóricos do sistema de concorrência, mas os homens de negócios, os banqueiros e os 'manager' das companhias orientam frequentemente suas preferências para uma outra concepção, a de um Estado que intervenha, porém com um programa 'produtivista' ".⁴⁵ Na mesma linha, Viner já advertia, em 1927: "O moderno adepto do 'laissez-faire' que se opõe à participação do governo nos negócios sob a alegação de que é uma usurpação do campo reservado, pela natureza, à iniciativa privada, não pode encontrar apoio para esse argumento no 'Wealth of the Nations' ".⁴⁶

45 FORTE, F. op. cit. pgs. 282/3.

46 VINER, J. op. cit. pg. 227.

O farisaísmo da posição 'liberal realista' é perfeitamente captado por STEINER: "Através de nossa História, as atitudes em relação ao exercício dos poderes econômicos, por parte do governo, abriram uma brecha entre a teoria e a prática. Nossos cidadãos, nossos tribunais, nossos legislativos e os nossos funcionários públicos, em muitas ocasiões, de um lado sustentaram enfaticamente a filosofia da ação governamental limitada, e de outro lado, por ações e fatos, forçaram as fronteiras do controle governamental muito além das fronteiras por eles mesmos estabelecidas". E prossegue, mais adiante: "Fixaram um modelo de pensamento dualístico a respeito do governo. Uma corrente principal do pensamento encarava cada incursão do governo nos assuntos econômicos-privados como uma violação das próprias funções do governo. Ao mesmo tempo, na prática, a regulamentação governamental tornou-se paralela e entrelaçada com o crescimento econômico americano. Um fato estranho a respeito disso tudo é que, às vezes, o mesmo povo figura em ambos os campos".⁴⁷

Entretanto, essas e outras vezes não diminuíram o radicalismo do liberalismo puro, nem impediram que a 'ciência oficial' percorresse aqueles estranhos caminhos a que fizemos referência na primeira parte deste trabalho. O peso e o irrealismo da 'ciência oficial', dilacera da em um mundo de controle pela dupla missão de explicar o mundo e transformá-lo, explica sua perda de sensibilidade à advertência como a de Harrod, referindo-se a um simpósio com homens de negócios e economistas de Oxford. "Foi impossível não se sentir impressionado pela total e devastadora insegurança dos empresários sobre matérias que geralmente se supõe conhecidas nos livros de texto. Construir uma teoria que não faça uso deste fato pode ser uma façanha intelectual; porém, não promete uma correta interpretação da marcha dos fatos."⁴⁸

47 STEINER, G. op. cit. pg. 80 e 99.

48 HARROD, R. In "Oxford Economic Papers. n.2" Maio. 1939. citado por WALKER, R. op. cit. pg. 83.

Na medida em que, desde a década dos vinte, a intranquilidade acampou no território da 'ciência oficial', a temática do controle tem tido o dom de tocar em pontos de alta sensibilidade.

Em 1948, Allen diz : "Quero... acentuar que a tendência da opinião econômica no pré-Guerra era - em favor de uma intervenção mais efetiva, pelo Estado, nos assuntos econômicos. Mas, tal intervenção não era incompatível - com a preservação do sistema de iniciativa privada. Era, na verdade, julgada necessária para a melhoria da maneira de operar da economia". ⁴⁹

O assunto poderia parecer tranqüilizado engano. HELLER, em 1966, procurando minimizar esta área hiper-sensível, tem as seguintes palavras, de um notável 'pesedismo', para chegar ao tema irritante: "Comparando os economistas de hoje com os de há vinte anos atrás, tenho a certeza de poder dizer que somos todos Keynesianos e conservadores. - Diz-se frequentemente que o estudo da Economia torna as pessoas conservadoras. No sentido micro-econômico, isso é indubitável. É difícil estudar a moderna economia de preços relativos, de divisão de recursos e de distribuição, sem sentir um grande respeito pelo mecanismo de mercado em três aspectos: primeiro, pelo que Robert Dorfman chama de sua cibernética, pela incrível capacidade do sistema de preços de receber e gerar informações e reagir a elas; segundo, por sua eficiência técnica e praticabilidade como um guia para a alocação de recursos e um estímulo ao esforço e ao risco; e terceiro, por sua contribuição à democracia política ao manter as decisões econômicas livres e descentralizadas". ⁵⁰ Esse rodeio tem o sabor

49 ALLEN, G. C. "Economic Thought and Industrial Policy". H.K. Lewis, 1948, pg. 8. .

50 HELLER, W. W. op. cit. pp. 17.

do ritual tranquilizante; pareceria que voltamos à paz vitoriana. Disse que Heller poderia ter tido boa carreira no nosso 'ex-BSD', porque somente é aceitável, para mim, o irrealismo do parágrafo citado, tendo presente seu desejo de evitar tumulto com o tema de Controle, em 1966-acalmar a turba - para logo depois citar o Pres. Kennedy: "O que está em jogo, nas nossas decisões econômicas atuais, não é a guerra de ideologias radicalmente opostas que empolgariam apaixonadamente o país, mas o controle eficaz da economia moderna". 51

Para o Sistema é imprescindível uma forte intervenção do Estado, porém a 'ciência oficial' tem - que simultaneamente demonstrar que a livre iniciativa é a mais eficaz de todas as formas de organização social. Pressada entre estas duas lâminas, a 'ciência oficial' é seccionada em uma operatória e em uma apologética.

Deixemos provisoriamente de lado a apologética e busquemos relacionar alguns dos argumentos pró-controle admitidos consensualmente pelo 'stablishment' por fins da 2ª. Guerra Mundial. 52 (Desde agora queremos ressaltar que, a nosso juízo, a funcionalidade do Estado interventor para o capitalismo maduro das grandes unidades supera, e é muitíssimo mais significativa do que a listagem aqui apresentada, e nos reservamos o direito de, mais à frente, voltar a este assunto)

- a) O Estado deve produzir serviços de necessidade geral cuja indivisibilidade não permite a identificação do beneficiário.

51 HELLER, W. W. op. cit. pg. 17.

52 O nível de 'controle' aqui sumariado está apoiado em BELL, J. W. "The Function of Government". In "Postwar American - Economy". (A.E.R., Maio. - 1945), que aplicou um questionário à comunidade dos economistas sobre qual a extensão admissível de intervenção do Estado.

- b) O Estado deve produzir ou substituir a produção de serviços que, apesar de individualizáveis os beneficiários, gerem um benefício, para a economia como um todo, superior ao custo que o beneficiário poderia suportar.
- c) O Estado pode produzir ou controlar rigidamente a produção e o abastecimento de bens e serviços cuja natureza afete vitalmente a segurança nacional.
- d) O Estado deve controlar ou substituir a empresa privada em todos os serviços de utilidade pública que sejam monopólios naturais.
- e) O Estado deve controlar a utilização e a defesa dos recursos naturais renováveis e não renováveis.
- f) O Estado deve controlar as concentrações de poder econômico privado e impedir os 'abusos' no exercícios do poder econômico com o fim de preservar a competição.
- g) O Estado deve proteger os grupos menos organizados ou com menor 'poder de resistência' ou menor acesso à informação .
- h) O Estado deve garantir um mínimo de 'liberdade da necessidade' (Truman, 1946), e um mínimo de condições de partida.
- i) O Estado deve controlar as relações econômicas externas, a esfera monetária-financeira e suas próprias operações fiscais, dado que esses são os níveis estratégicos para a determinação da atividade normal.
- j) O Estado pode tomar toda e qualquer medida considerada adequada para manter a segurança nacional frente as ameaças militares externas.

A listagem indica uma clara tomada de consciência sobre a necessidade de controle: indica que o entre-guerras impôs uma 'dolorosa pedagogia à 'ciência oficial' que lhes abriu a força os olhos ao controle. A lista-

gem revela uma curiosa mistura de coisas cãndidas e coisas sérias; sem dúvida nenhuma, a mais séria de todas é o ítem da letra J.

Por trás dessa admissão da idéia de controle, estão pelo menos duas constatações primordiais em relação ao capitalismo das grandes unidades. De uma parte, - uma mudança de atitude quanto ao risco. No capitalismo de pequenas unidades, a 'ciência oficial' era complacente com o risco : o risco, para o operário, de perda de emprego; o risco, para o empresário, de falência de sua firma; o risco, para o investidor, de perda patrimonial, esses riscos que via atomizados seriam os acicates para melhor gestão e mais racional comportamento. Uma atmosfera de risco aperfeiçoaria a sociedade. Exaltava-se e exultava-se com o 'darwinismo' econômico. Nem a nível micro nem a nível macro via-se o problema de risco como perdas.

Esse otimismo com a desgraça alheia era transportado para o ciclo. A recessão era vista como uma 'catarse' ou como uma falha temporária, da qual a sociedade emergiria melhor, mais eficiente e mais purificada.

No capitalismo das grandes unidades, a falência da grande empresa representa um risco inadmissível - diretamente, destrói parcela expressiva da capacidade produtiva; indiretamente, atinge inúmeros segmentos dos sistema; a perda de emprego não é mais problema de um indivíduo isolado, é um problema sindical; uma recessão não é mais um tropeço, assume o caráter de catástrofe. É evidente que a mudança de atitude quanto ao risco é apenas da 'ciência oficial'; a

empresa jamais o aceitou: na verdade, é perfeitamente identificável na evolução do capitalismo um secular esforço da empresa em acumular e proteger o acumulado de riscos, um secular esforço para fugir da competição em sua dimensão que implica risco. O trânsito via trustes e cartéis para o oligopólio é uma clara passagem a um horizonte de menor risco. As tendências à integração vertical; à diversificação; ao controle da produção, do ritmo de incorporação do progresso técnico e do comportamento do consumidor, etc... são fugas de riscos. A aceitação do Controle do Estado se insere dentro da mesma fuga ao risco: através do Estado é possível transferir riscos, socializar riscos, criar mecanismos de minimização de riscos. O controle estatal por essa perspectiva é plenamente admissível. Peço perdão por discordar de Schumpeter: não vejo na fuga ao risco um debilitamento do espírito de empresa; pelo contrário, vejo a sua confirmação.

A outra constatação primordial do capitalismo das grandes unidades é a consciência da interdependência: não me refiro aqui às interdependências abstratas de um visã paretiana de equilíbrio geral. A grande unidade sabe que seu comportamento e 'performance' dependem fundamentalmente de como marcha o todo em que está inserida; sabe que, por mais que se engene por minimizar 'intra-muros' seu risco, está, por mil e uma conexões, articulada com outras grandes unidades e com outros segmentos do todo político-econômico e social. Uma greve de ascensoristas pode paralisar a vida de uma metrópole. Uma falha de suprimento paralisa uma grande unidade. Um erro de previsão limita sua possibilidade de expansão. O medo ao risco e a busca de sua minimização balizaram o trânsito da pequena para a grande empresa. Ao ser grande, se percebe dependente. Por maior que seja, não pode fugir a essa dimensão. Dessa constatação da vulnerabilidade gerada pela interdependência deriva-se a aceitação de um vasto sistema de controle. Dessa constatação, o grande interesse em um Estado interventor, balizador, regulador. Dessa constatação, a necessidade de articular-se com uma macro-unidade política, que regule as 'interdependências'.

Essas constatações, entretanto, não serão captadas pela 'ciência oficial' com clareza e limpidez. Admiti-las seria abrir mão das categorias apologéticas. Por conseguinte, a 'ciência oficial' aceitará a idéia de controle, porém a partir dessa idéia caminhará para a megalomania. Construirá agora uma nova teoria da política econômica : montará modelos macro-econômicos ultra-sofisticados. Porém, articulará seu discurso sobre um idéia simples: controle. Existe um controlador : o Estado; e existem os controlados: os agentes econômicos, os fluxos econômicos, os processos sociais, o desenvolvimento econômico e social, etc... Estado, sujeito; Economia e Sociedade, objetos.]

Esta disposição falaciosa atenderá ao sonho tecnocrático da 'ciência oficial' e não será denunciada pelo 'stablishment'. Pelo contrário, considerar o Estado o outro todo poderoso fora de mim é sumamente cômodo para a grande empresa, permite-lhe uma mitologia funcional: o Estado controlador é uma criatura minha; posso atribuir o positivo da economia à minha 'performance' como empresa heróica, dinâmica, que aceita o risco, pieneira, generosa, etc... O negativo da economia é culpa do Estado, por ação ou inação, por baixa eficiência, etc... A imensa presença do Estado mas cara minha presença : tenho agora em relação à 'performance' econômica e social uma simples divisão maniqueísta : o bem econômico é minha obra, o mal econômico é obra dele, do Estado. Esta fórmula de explicação da 'performance' econômica - tem a grande vantagem de ser facilmente vendável. Para cada indivíduo o Estado é o outro todo poderoso, contra o qual - ele nada pode. O Estado tributa, impõe, exige, dispõe e, por que não dizer, irrita. Quando a empresa acusa o Estado de falhas econômicas e sociais, a imensa maioria tende a se identificar com a empresa, a vê-la em sua mesma situação. Tende a aceitar a avaliação maniqueísta. Não deduzam destas linhas a idéia de um maquinismo empresarial, arditosamente induzindo as massas a um sofisma de composição : para mim, o Estado

é outro, logo, para nós, o Estado continua sendo o outro fora de nós. A idéia de um Estado supra-social tem a força do mito : para cada empresa o Estado também é o outro; ela o percebe como fora de si, porém, ao nível das grandes empresas como expressão de uma etapa de desenvolvimento do capitalismo, isso não é verdade. Será, entretanto, com a premissa implícita de um Estado supra-social que a 'ciência oficial' irá, após o dolorido processo que tentamos descrever, trabalhar a idéia de controle. Por este caminho chegará ao que considero um estado de megalomania. Antes, porém, o Economista irá vestir o macacão e se sentir engenheiro, operando uma máquina : o modelo macro-econômico.

N.º 1

CONCEITO DE
LÍTICA ECONÔMICA:
ÊN CIA E/OU IDEOLOGIA?

CARLOS LESSA

BIBLIOTECA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNICAMP

~~10.1.74~~

CAMPINAS
MCM LXXVI

v. 2

CONCEITO DE
LÍTICA ECONÔMICA:
ÊNICA E/OU IDEOLOGIA?

BIBLIOTECA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNICAMP

CARLOS LESSA

v. 2

CAMPINAS
MCM LXXVI

CARLOS LESSA

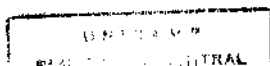
O CONCEITO DE POLÍTICA ECONÔMICA:
Ciência e/ou Ideologia?

Tese de Doutorado
apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas

BIBLIOTECA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNICAMP

Campinas

1976



A ' TEORIA GERAL ' DE KEYNES
UMA RECEITA SOB MEDIDA E A MECANIZAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA

"Um lavrador, um Artesão e um Operário foram ao Rei queixar-se de que eram forçados a sustentar um exército enorme e permanente de consumidores que nada faziam pelo seu sustento.

'-Muito bem', disse o Rei, 'os desejos de meus súditos são a mais alta lei'.

Assim, dissolveu o exército, e os consumidores tornaram-se também produtores. A venda dos seus produtos tanto fez baixarem os preços que a lavou^{ra} arruinou-se e o excesso de mão de obra levou artesãos e operários aos albergues e às estradas.

Em poucos anos, era tão grande o desespero que o Lavrador, o Artesão e o Operário peticionaram ao Rei, para que restabelecesse o exército permanente.

'-O quê!' disse o Rei, 'desejais sustentar de novo esses vadios consumidores?'

'-Não, Majestade... queremos alistar-nos ."

(AMBROSE BIERCE) *

* Três Recrutados, in "Fábulas Fantásticas" (1871-1876).

A idéia de controle e seu corolário - a visão do Estado como um sujeito supra-social - ganham força no debate econômico em função da perplexidade e desencanto gerados pela constatação da ausência de baixa confiabilidade nos mecanismos auto-reguladores da economia de mercado. Frente ao reconhecimento da irreabilidade da micro-economia tradicional, à perda de confiança na obtenção do equilíbrio parcial, assistindo perplexa a uma depressão deprimente onde nada se comporta segundo suas predições, a idéia de controle implica - no reconhecimento formal, pela 'ciência oficial', de uma bagunça na ordem econômica e é, em si mesma, uma declaração de impotência de sua tradicional postura contemplativa ante um mundo agora, para si, captado como radicalmente modificado.

Creio que a leitura do último capítulo do "Value and Capital" de HICKS (1a. edição, em 1939) é reveladora da angústia neo-clássica. HICKS, após afirmar que "não existem razões para não se estar satisfeito com o ritmo médio das inovações durante um longo período" e que neste caso - "o problema se reduz a dulcificar as grandes flutuações da atividade econômica que são provocadas pelas inovações", levanta a possibilidade de que o "ritmo médio de inovação durante um período longo tenha uma inclinação descendente". Neste caso, a desocupação secular não seria percebida e 'se o dissenso não fosse regular, haveria bastante probabilidade, nestas circunstâncias, de que ocorressem depressões desastrosas. Não creio que nestas circunstâncias se pudesse esperar que sobrevivesse durante muito tempo algo parecido a um sistema capitalista, no sentido de um sistema de livre concorrência, com liberdade de conceder e assumir empréstimos".¹

¹ HICKS, J.R. "Value and Capital", pgs. 322/3. Hicks se refere à tese estagnacionista. Na nota ao pé daquelas páginas admite ser difícil prever o futuro das inovações, porém diz, refletindo seu estado d'alma: "Não se pode reprimir o pensamento de que talvez toda a Revolução Industrial dos últimos dois séculos não tenha sido mais que um enorme 'boom' secular".

A amargura de Hicks deve ser contrastada com a complacência victoriana de Marshall, que considerava o crescimento um sub-produto garantido e tranquilo sempre que a competição livre dispusesse do adequado marco político e social. Desta visão onírica ã visão catastrófica: por si só, o capitalismo tende ao estancamento através de depressões desastrosas. Hicks revela em sua citação a identificação do neo-clas- sicismo de livre concorrência e capitalismo (Tal é a força do mito). Porém, como já vimos, a 'ciência oficial' não pode per- manecer em uma posição nostálgica. Perdido o paraíso, façamos o inferno o mais suportável possível. O tema do controle tem que ser enfrentado: não temos mais o equilíbrio parcial, per- dido o equilíbrio geral. Enfrentemos o controle. Precisamos recuperar nosso equilíbrio 'científico'.

A discussão sobre o controle, sua le- gitimidade, suas possibilidades, suas consequências, seus limi- tes, etc. permanece no adjetivo enquanto não são enfrentadas - três questões substantivas: Qual ou quais os objetivos do con- trole? Como pode e deve ser instrumentalizado? O controle - será exercido sobre o quê? Sobre quais segmentos da economia?

A 'ciência oficial' tem que produzir - um conjunto coerente de respostas a este questionário: concei- tuar o que entende por controle, balizar esta porta infernal. Se produzido um balizamento compreensivo e consistente com os interesses do 'stablishment', a idéia de controle poderá acam- par na Academia. Sem esse balizamento conservador, a hipertro- fia do adjetivo e a incontidência do substantivo podem conver- ter a discussão do controle em uma saída de pânico: "segura es- se troço aí" - em uma simples confissão de impotência, em uma pública "dissolução da ciência oficial", patenteando sua perple- xidade no desmembramento da idéia de controle em mil e uma pro- posições discrepantes, incongruentes e idiossincrásticas.

A 'Teoria Geral' forneceu esse balizamento para gregos e troianos: para os Keynesianos e neo-ortodoxos. O sistema keynesiano surgira como tábua de salvação, no momento de maior perplexidade da 'ciência oficial'. A 'Teoria Geral' forneceu a pausa de um novo 'locus' teorizante, um refúgio e uma cobertura para a debilitada 'ciência oficial', colocando à sua disposição um novo programa de trabalho ordenador e uma nova missão. Esta, agradecida à obra certa para a época incerta em que vivia, atribuiu-lhe todas as dignidades. Passou a falar de 'revolução keynesiana', ainda que sua própria avaliação posterior conservantificasse e anesquinhasse o conteúdo concreto da 'Teoria Geral'. Porém, nenhum 'grego ou troiano' com assento na Academia deixa hoje de prestar homenagens a seu salvador. ²

O denominador comum de uma dispar avaliação e leitura do conteúdo do sistema keynesiano é o universal reconhecimento da importância de sua 'mensagem'. Assim, o conservador HABERLER diz, no 'Reports of Three Decades': "Não há dúvida de que Keynes produziu uma grande revolução"; STRACHEY, considerado socialista, diz que Keynes, ao não considerar o capitalismo auto-corrigível, "atacou as raízes do pensamento econômico ortodoxo". ³ A Sra. ROBINSON resume: "Diz-se às vezes que Keynes salvou o Sistema capitalista ao convencer os Governos de que eles tinham o poder e o dever de conservar um emprego quase pleno. Seja como for, certamente salvou a economia. Sem ele, a economia, no mundo de fala inglesa, teria sido completamente desacreditada e a política tornar-se-ia o domínio de excêntricos e empíricos". ⁴

² A quem estiver interessado nessa avaliação, aconselhamos a leitura de: HARRIS, S.E. "The New Economics: Keynes 'Influence on Theory and Public Policy", Nova Iorque, 1947; ELLIS, H.S. "Survey of Contemporary Economics" Philadelphia, 1949 e "Keynes General Theory : Reports of Three Decades". Nova Iorque, Macmillan, 1964, editado por LEKACHMAN, R.

³ STRACHEY, J. "Contemporary Capitalism". Trad. Esp., Mexico, F.C.E. 1960. pg. 227.

⁴ ROBINSON, J. "Freedom and Necessity: An Introduction to the Study of Society". Trad. Port., Rio, Zahar, 1971, pg. 115.

A nosso juízo, o maior mérito de Keynes foi ter produzido a 'Teoria Geral' no momento certo. Não cremos em homem providencial; na ausência de Keynes, outro teria sido entronizado como autor de uma 'revolução'. Entretanto, não podemos aceitar a observação de SAMUELSON, o fundador da 'Escola Nova Economia', ante-keynesiana: "... ainda que Keynes tenha feito muito pela Grande Depressão, é certo que a Grande Depressão fez muito por ele ao proporcionar-lhe um desafio, um cenário dramático e uma confirmação experimental" numa subliminar afirmação de um semi-parasitismo keynesiano.⁵ Preferimos a bonacheronna afirmação de um generoso SCHUMPETER que, ao apreciar o esqueleto do discurso analítico keynesiano, exclama: "Que 'cordon bleu' para fazer tal molho com tão escasso material!" e, logo depois: ... "a simplicidade de visão é, em parte, uma questão de gênio e, em parte, uma questão de disposição a pagar o preço em termos de fatores que devem ser deixados fora do quadro".⁶

Keynes produziu a receita certa no momento certo: um 'cordon bleu' que produziu o molho saboroso e correto. Saboroso para o 'stablishment' e correto para a Academia. Um molho que com mínimos ingredientes agrada sempre aos comensais. O segredo das receitas famosas não é a complexidade, é sua simplicidade saborosa. Com 'consommé' são feitas inúmeras boas sopas. SMITHIES diz: "Durante alguns anos após a publicação da 'Teoria Geral', pensou-se que as políticas econômicas poderiam ser aprovadas ou rechaçadas somente por seu efeito sobre a procura agregada, da mesma forma que um seguidor de Ricardo contemplaria o efeito de medidas propostas sobre o lucro".⁷

5 SAMUELSON, P. In "Reports of Three Decades" pg. 339

6 SCHUMPETER, J.A. "Ten Great Economists", Trad. Port, Rio, Civilização Brasileira, 1958, pgs 273/4.

7 SMITHIES, A. op. cit. pg 21.

Keynes produziu uma recomendação de alta oportunidade para a Academia, uma chamada de atenção, vertida em linguagem comprável pela 'ciência oficial'. Uma receita conservadora ao mundo dos negócios. Para a Academia, Keynes disse: "calma, o leão é manso", e, para a comunidade dos negócios: "controlemos o controle". Tudo dito com as palavras certas, convincentes. Obra inteligente de um gênio. De um gênio de 'marketing'. Ao observador Samuelson escapou esta dimensão do gênio.

A receita proposta por Keynes na 'Teoria Geral' não era nova - diversos governos já haviam sido keynesianos pré-Keynes. Os elementos teóricos do sistema keynesiano (com a provável exceção da função preferência pela liquidez) tampouco eram originais. Diversos economistas já os haviam parcialmente enunciado, inclusive Keynes em anos anteriores. Entretanto, a 'ciência oficial' até a 'Teoria Geral' havia considerado aquelas políticas econômicas eivadas de erros, senão em pecado mortal, e havia rejeitado ou considerado as contribuições keynesianas dos economistas pré-Keynes, inclusive do próprio Keynes 'pré-Teoria Geral'.

O gênio de Keynes foi ter vertido todos esses elementos que 'estavam no ar' em uma formulação tranquilizadora; em compor sua pílula de molde a ser comprável pela 'ciência oficial', em colocar sua 'mercadoria' à venda no momento correto. Captar o que está no ar, encadernar o produto de molde a valorizar seus 'pontos de venda' articulando-os com as idiossincrasias do 'mercado', ter consciência da oportunidade de 'lançamento' do produto, não é tarefa simples. Sua execução perfeita é trabalho de um gênio de 'marketing'. E Keynes foi, sem a menor dúvida, um gênio nesse sentido. Keynes foi um habilíssimo vendedor de idéias. Na verdade, levou mais de 15 anos trabalhando o 'mercado', encadernando sua 'mercadoria' e burilando seus argumentos para realizar a grande venda.

Com grande persistência!

- Em 1920, KEYNES, no "The Economic Consequences of the Peace", diz: "O perigo que enfrentamos, portanto, é o da regressão rápida do padrão de vida das populações européias, a tal ponto que haverá realmente fome para muitos. Os homens nem sempre morrerão de fome sem protestar... E esses homens, em sua desgraça, podem derrubar os remanescentes da organização, submergir a própria civilização em sua tentativa de satisfazer desesperadamente as prementes necessidades individuais". ⁸

- Em 1923, diz: "O absurdo de que, periodicamente, a mão de obra esteja parada apesar de todo o mundo desejar mais bens, somente pode ser oriundo de uma con fusão, que poderia remediar-se se pensássemos com mais clareza. A acusação mais grave que pode ser feita contra o sistema de empresa privada e o de investimento capitalista, tal e como existem hoje, é a de que até agora não conseguiram resolver este problêma. À medida que o tempo passa, as coisas parecem piorar ao invés de melhorar". ⁹

- Em 1924, diz: "A Tesouraria (Fazenda) não deveria escusar-se de fomentar a despesa até 100 milhões de libras por ano, por exemplo, na construção de bens de capital no país. Não existe lugar nem é o momento do 'laissez-faire'. Temos que encontrar um apoio para o principio de que a prosperidade é cumulativa". ¹⁰

⁸ KEYNES, J. M. "The Economic Consequences of the Peace". Citado por HEILBROMER, R.L. op. cit. pg. 235.

⁹ KEYNES, J. M. In "Nation and Athenaeum" de 11-8-23. Citado por HUTCHISON, T. W. op. cit. pg. 422.

¹⁰ KEYNES, J.M. "Does Unemployment Need a Drastic Remedy?". Citado por HUTCHISON

- Em 1926, diz: "Eu creio que se necessita de alguma ação racional e coordenada para determinar a escala em que é desejável que a comunidade em conjunto poupe, a escala em que estas poupanças deveriam ir para fora do país sob a forma de investimentos no exterior e se a atual organização do mercado de investimentos distribui as poupanças de acordo com os canais nacionalmente mais produtivos". 11

- Em 1927, em um Editorial (Nation and Athenaeum, 23/4/27), sem assinatura (registrem o detalhe), diz: "Em sua tendência prática, a doutrina geral da Economia é obscurantista e reacionária". 12

- Em 1928, diz: "A medida que os serviços públicos caem cada vez mais sob controle público, corresponde cada vez mais ao Estado determinar o volume de investimento real e a política que o Estado adota nesta questão se converte em fator da máxima importância para a situação econômica geral. Se o volume de investimento real não alcançar a poupança monetária da comunidade, isto significa que uma parte do poder de compra se subtrai da procura de bens e serviços, e se esteriliza. O resultado será uma tendência à deflação, acompanhada, inevitavelmente, por uma depressão da atividade econômica e por um desemprego maior. O Estado deveria ter a aspiração de garantir que o volume de investimento real mantenha o ritmo de poupança da comunidade. A situação da atividade econômica indicará praticamente o que deverá fazer: se pressionar para sua ativação ou bem freá-la. O processo deflacionista contém tanta perda e desperdício que tanto reduz a oferta de poupança quanto sua procura". 13

11 KEYNES, J.M. "The End of Laissez-faire". Citado por HUTCHISON

12 HUTCHISON, T.W. op. cit. pg. 422.

13 HUTCHISON, T.W. op. cit. pg. 423.

A 'mensagem', Keynes a forjou nesse tempo - na década dos vinte - com grande persistência, tentou convencer seus colegas. Árdua tarefa, necessário persistência e paciência para superar a posição oficial, porque "Hawtrey continuava desafiando os princípios fundamentais em favor das obras públicas, como havia desafiado, em 1913, as propostas do relatório da Minoria da Comissão das Leis dos Pobres. Considerava que a despesa pública adicional pode proporcionar emprego adicional, porém somente se aumentar a velocidade de circulação do dinheiro".¹⁴ CHURCHILL, em 1929, (provavelmente com o auxílio de um redator da Academia) imitava HOOVER, dizendo: "O dogma ortodoxo da Tesouraria (Fazenda), mantido rigidamente, é que quaisquer que sejam as vantagens políticas ou sociais, como regra geral pode criar pouco trabalho adicional, mediante despesas e empréstimos estatais".¹⁵

Muita persistência! Pois o que Keynes fez, segundo SWEETZY "sua missão foi reformar a economia neo-clássica, devolvê-la ao contato com o mundo real, do qual se havia distanciado mais e mais a partir de sua ruptura com a tradição clássica no Século XIX",¹⁶ não foi, como insinua SAMUELSON, fácil como vender cntas de vidro aos polinésios. Foi uma venda muito trabalhada em um mercado endu recido pela utopia. Ao fechar a "Teoria Geral", com mais de 15 anos de trabalho do 'mercado', KEYNES repetiu sua 'mensagem' sobre o controle: "o único meio prático de evitar a destruição das formas econômicas existentes ... e como condição para o funcionamento eficiente da iniciativa individual".¹⁷

14 HUTCHISON, T.W. op. cit. pg.424.

15 Idem, ibidem, pg. 424.

16 SWEETZY, P.M. "Reports of Three Decades". pg. 303.

17 KEYNES, J.M. "The General Theory of Employment, Interest and Money". Trad. Esp., Mexico, F.C.E., 3a. ed., 1951, pg. 364.

A tônica dominante da extensa produção bibliográfica de Keynes é um persistente esforço por chamar a atenção de seus pares (na Academia e na comunidade) para as transformações do sistema. ¹⁸ Um persistente apelo ao bom senso lastreou sempre suas tentativas de vendagens político-econômicas: crítica ao exagerado nível de reparações impostas pelos Aliados à Alemanha no Tratado de Versalhes e advertências quanto às suas consequências; crítica ao retorno ao padrão ouro com a paridade do pré-guerra e opção pelos investimentos no exterior ao invés do fortalecimento das atividades internas; apoio a L. George em um programa de obras públicas para absorver o desemprego inglês, em 1924; defesa da posição sindical (mineiros de carvão) com o argumento da procura efetiva; impossibilidade de estabilizar preços com o Gold Standart.

Após 16 anos de esforços persuasivos, realiza seu 'opus magnum': a venda da 'Teoria Geral'; após uma sondagem do mercado acadêmico não muito exitosa com o 'Treatise on Money'. Após a 'Teoria', Keynes não foi tão exitoso na venda do Bankor, se bem que o Banco Mundial e o FMI tenham recolhido diversas proposições suas. (Aliás, a carreira de Keynes teve um padrão hoje modelo inspirador de carreiras de economistas profissionais: um misto de professor, articulista, assessor governamental, alto executivo público com vivência de setor privado, Assessor em Versalhes, Redator do Economic Journal, Diretor do Banco da Inglaterra, Negociador Britânico durante a 2a. Guerra Mundial para os empréstimos americanos, Consultor em Bretton - Woods, deu-lhe a vivência para transitar em muitos 'mercados - de idéias'.) Na sua geração, talvez, somente os economistas da Escola de Estocolmo tiveram oportunidades semelhantes, se bem que em um cenário muito mais provinciano.

¹⁸ Os títulos e a sucessão de textos de Keynes ilustram a persistência do esforço realizado para a venda de bom senso: "The Economic Consequences of the Peace" (1920); "A Revision of the Treaty" (1922); "Monetary Reform" (1924); "The Economic Consequences of Sterling Parity" (1925); "The End of Laissez-faire" (1926); "Reflexion sur le Franc et sur Quelques autres Sujets" (1928); "Can Lloyd George do It? An Examination of the Liberal Pledge" (1929); "A Treatise on Money" (1930); "Essays in Persuasion" (1932); e, após a 'Teoria Geral', o "How to Pay for the War" (1940), para não citar mais de duas centenas de artigos.

É também verdade que somente conseguiu a compra de seu esquema quando o mercado era do 'vendedor', quando o desespero e a perplexidade eram máximas no campo oficial. Poder-se-ia, num gesto 'a la Samuelson', tentar diminuir os méritos desse grande vendedor, dizendo que naquele momento a 'ciência oficial' estava comprando nabos em sacos. Logrou êxito num mercado 'difícil', onde outros com idéias semelhantes à sua já haviam fracassado. Soube ressaltar a boa qualidade da idéia de controle, permitindo à 'ciência oficial', que aquela, metamorfoseada, fosse incorporada e compatibilizada com o 'armazém' neo-clássico. Souba dar um conteúdo substantivo conservador à idéia de controle. Tudo isso é obra de gênio, é impossível não ter admiração por uma obra prima de mercado.

Não pretendemos aqui reconstituir o tão conhecido sistema keynesiano. Iremos apenas recapitular suas articulações principais para perfilar a mercadoria vendida. Procuraremos depois ver como foi dourada a pílula e o porquê do prodigioso 'sex-appeal' da embalagem da mercadoria - procuraremos examinar o exitoso 'marketing' keynesiano. Isso não será feito com o propósito de prestar homenagem a um grande vendedor. Para os fins deste trabalho, a lucidez do genial ato de 'marketing' keynesiano servirá de ponto de apoio para ordenar, em grande parte, a atual discussão político-econômica da 'ciência oficial'. A partir do balizamento vendido por Keynes e do conhecimento dos 'pontos de marketing' em que se apoiou, é possível reconstituir alguns dos caminhos que conduzem à megalomania atual.

Keynes, na Teoria Geral, constrói um modelo estático comparativo para responder ao que considera a pergunta-chave: Como o sistema econômico determina o montante da renda nacional? ¹⁹ Admite que, respondida essa pergunta,

¹⁹ O tempo como 'gap' aparece implícito em algumas 'demarções' da 'Teoria Geral', porém não é nuclear na construção denominada 'Modelo Keynesiano Simplificado'.

estaria entendido o fator determinante do nível de atividade e de emprego, pois vê o emprego como função de renda. Essa resposta Keynes buscará através de uma análise de curto prazo; para isso, suporá conhecidos uma série de fatores, considerará dados uma série de variações que podem se produzir a longo prazo. Os fatores conhecidos, segundo Keynes, são "a habilidade existente e a quantidade de mão de obra disponível, a qualidade e quantidade do equipamento de que se pode lançar mão, o estado da técnica, o grau de competição, os gostos e hábitos dos consumidores, a desutilidade das diferentes intensidades de trabalho e das atividades de segurança e organização, bem como a estrutura social". 20

O montante da renda nacional e seu correlário para essas condições dadas, o nível de emprego, serão as variáveis dependentes a explicar. A renda nacional tem uma dupla face. Observada pelo papel que cumpre na economia aparece como a fonte do poder de compra, como a base da demanda global; observada sua formação, depende das despesas feitas pelos agentes econômicos, depende da demanda efetiva das famílias, das empresas e do governo.

Por conseguinte, a variável dependente - a renda nacional - terá que ser explicada através das variáveis independentes constitutivas da demanda efetiva da economia; a explicação terá que ser buscada no que está por trás da determinação das despesas de consumo, dos investimentos e dos gastos governamentais.

O consumo Keynes considerou uma função da renda, com dois parâmetros estáveis: as propensões média e marginal a consumir. Esses dois parâmetros sintetizam todo um

20 KEYNES, J.M. "The General Theory". pg. 235.

complexo de suposições sobre a psicologia das famílias enquanto consumidoras e um determinado padrão de repartição pessoal de rendas. O investimento dependerá de uma comparação que o empresário fará entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juros. A eficiência marginal do capital é igual à taxa de desconto que lograria igualar o valor presente da série de anuidades dada pelos rendimentos esperados do bem de capital - ao longo de sua vida útil, a seu preço de oferta. Quanto maior for a diferença entre essa taxa de desconto (a eficiência) e a taxa de juros de mercado, maior será a intenção de investir dos empresários. A eficiência marginal do capital não é, pois, a taxa de rendimento real dos investimentos, mas sim a taxa esperada 'ex ante', depende, pois, de outro complexo julgamento do empresário sobre a provável rentabilidade de um investimento, depende de um complexo de expectativas empresariais.

A taxa de juros para Keynes não é o preço da poupança. A poupança é um resíduo da renda: é a renda não consumida. A renda pessoal é considerada por seu receptor como o meio de obtenção de uma série de satisfações. Quanto maior a renda pessoal, maior a facilidade com que o indivíduo poupa, porque para ele é decrescente a satisfação com gastos adicionais de consumo. Uma elevação da taxa de juros não é um estímulo à poupança; pelo contrário, se a poupança fosse decidida em função da renda futura que poderíamos esperar de uma aplicação líquida de nossa poupança (hipótese neo-clássica), uma elevação da taxa de juros poderia reduzir (e não ampliar, como supunham os neo-clássicos) a poupança, pois um sacrifício menor do consumo presente seria suficiente para assegurar uma mesma renda futura. O juro não é o preço da poupança, é a soma que as empresas pagam aos poupadores para fazê-los renunciar à liquidez, isto é, à forma monetária de suas poupanças; é o preço que compensa a renúncia à liquidez. A liquidez sempre constitui uma grande vantagem para os poupadores: representa a possibilidade de escolha do melhor momento e a melhor forma de aplicação da poupança. Para renunciar a estas vantagens, os poupadores são compensados com o juro. Logo, a taxa de juros depende também de uma disposição psicológica: maior ou menor preferência pela liquidez.

Essa disposição psicológica está para Keynes apoiada em uma tríade de motivos: transação, precaução e especulação. Keynes concentra as atenções no motivo especulação por supor ser este a mais variável motivação da função preferência pela liquidez. Porém, a taxa de juros não é determinada unicamente pela preferência pela liquidez. Seu outro determinante é a quantidade de dinheiro em circulação. Quando aumenta, por qualquer forma de emissão, a quantidade de dinheiro, isso tende a baixar a taxa de juros. Uma maior oferta de fundos líquidos facilita o investimento. Entretanto, a eficácia de um incremento da disponibilidade de fundos líquidos para estimular o investimento é decrescente com a taxa de juros.

Isto porque existe um nível da taxa de juros a partir do qual a preferência pela liquidez é infinitamente elástica; nesse nível qualquer emissão adicional é absorvida sem provocar nova baixa na taxa de juros.

Quanto aos gastos do governo e seu modo de financiamento, temos uma variável independente sobre o arbítrio do ente supra-social já referido. O Estado é soberano, dentro de um amplo 'raio de manobra', para fixar o nível de seu gasto e a forma de seu financiamento, respeitando um processo de consulta democrático ou fixando ditatorialmente - suas decisões sobre essa 'variável independente'.

Keynes, manejando as variáveis supra-referidas, demonstra a possibilidade do sistema econômico encontrar seu equilíbrio a nível de sub-emprego.

O equilíbrio da economia como um todo se resolve essencialmente na equalização da poupança/investimento. A demanda efetiva se traduz em gastos monetários, pela

aquisição de bens de consumo pelas famílias e de bens de investimento pelas empresas. Esses gastos significam para os produtores desses bens um faturamento. Esse faturamento obtido pelas empresas por seu produto deve ser tal que não lhe gere perdas. Essas perdas poderiam ser pela liquidação de bens abaixo de seu custo de produção ou pela formação de estoques com seus correspondentes custos diretos e indiretos de estocagem. Se o nível de procura efetiva gerar perdas (ou, pelo contrário, lucros anormais) o sistema não estará em equilíbrio. O equilíbrio ocorrerá com um determinado nível de procura efetiva que não gere nem perdas nem ganhos anormais. Agora bem; não há nenhuma garantia de que o nível de procura efetiva gerado pelo livre jogo das forças supra-descritas (à exceção do gasto governamental) corresponde à plena utilização da força de trabalho que estaria disposta a trabalhar pelo salário nominal corrente. Pelo contrário, Keynes considera que o mais provável é que esse nível de procura efetiva será (nas condições de 'temperatura e pressão' do capitalismo maduro) fixado em equilíbrio com sub-ocupação.

Qual a razão para que, em equilíbrio, a demanda efetiva tenderá provavelmente a situar-se abaixo do pleno emprego? Keynes rejeita a hipótese de super-produção de equipamentos, pois considera que estes são fabricados sob encomenda. Sendo, por outro lado, a função consumo estável, o problema não está radicado nesse nível. A explicação é encontrada na distinção entre poupadores e investidores. As famílias poupam, as empresas investem; são figuras distintas, com distintas motivações. Aqui a chave... "a propensão a poupar tem tido uma tendência crônica, através da história humana, a ser maior que o incentivo a investir". (A debilidade do incentivo a investir sempre foi, em todos os tempos, para Keynes, a chave do problema econômico.) "O desejo dos indivíduos de aumentar sua riqueza pessoal, abstendo-se do consumo, tem sido geralmente mais forte do que a inclinação do empresário a aumentar a riqueza nacional, empregando trabalho na produção de bens duráveis". 21

21 KEYNES, J.M. "The General Theory" pg. 334.

Isto significa, utilizando a terminologia dos suecos, que, 'ex ante', poupança e investimento não são iguais. Significa que, para Keynes, 'ex ante', a poupança tende a ser maior que o investimento com o que a obtenção do equilíbrio se opera através de uma contração do nível de atividade, que condena uma parte da força de trabalho ao desemprego involuntário. Se a demanda efetiva desestimula 'ex ante' o investimento, existirá uma contração da renda, e logo, da poupança, até que se estabeleça - um equilíbrio 'ex post' a sub-emprego. Um neo-clássico vê nisso uma anormalidade e concebe uma solução na queda do salário nominal. Para Keynes, a situação não é anormal, é incômoda; e a solução neo-clássica somente pioraria o quadro, pois, deprimindo o poder de compra, desencadearia uma diminuição cumulativa da procura efetiva. Uma vez logrado o equilíbrio, verifica-se sempre a igualdade poupança/investimento; porém, essa igualdade é um resultado e uma característica da situação de equilíbrio, mas não a garantia 'neo-clássica' do equilíbrio a pleno emprego.

A pergunta keynesiana e o correspondente elenco de categorias invocadas para sua resposta vão acompanhados, no 'Teoria Geral', de um diagnóstico do capitalismo maduro. Para Keynes, o capitalismo maduro padece de um mal crônico: a insuficiência de procura efetiva. As três categorias-síntese do 'estado psicológico' do capitalismo engendraram a insuficiência.

Em primeiro lugar, vê uma tendência à diminuição da propensão a consumir, seja porque a repartição pessoal tende a se tornar mais regressiva, seja porque a tendência da renda a crescer está acompanhada de uma propensão marginal a consumir inferior à média.

Em segundo lugar, não vê um incremento espontâneo dos gastos com inversões privadas compensando a tendência do capitalismo maduro a ser mais poupador. As empresas não atuam compensatoriamente porque suas expectativas configuram um deslocamento da eficiência marginal do capital, uma tendência à baixa progressiva de suas expectativas de rentabilidade de novos investimentos líquidos. Este fenômeno está ligado como tendência ao pequeno dinamismo do consumo. Na medida em que se faz menor o crescimento do consumo, diminui a segurança das empresas em vender a um preço remunerador produções adicionais, com o que tendem a diminuir seus planos de investimento: ... "o rendimento provável depende inteiramente da previsão da procura efetiva que (a empresa) fará em relação às futuras condições da oferta. Portanto, se um ato de poupança não faz nada - por melhorar o rendimento provável, tampouco o fará para estimular o investimento". 22

Keynes igualmente supõe que o outro determinante do incentivo a investir - a taxa de juros - resiste a cair. Isto porque a preferência pela liquidez, em seu ramo - de alta elasticidade, estabelecia um limite rígido à queda. Assim, frente a uma eficiência marginal do capital declinante - estaria uma taxa de juros baixa e pouco móvel: a separação entre duas taxas, ao diminuir, desestimularia o investimento das empresas. Os lucros não distribuídos pelas empresas, levados aos seus diversos fundos, contribuiriam igualmente para deprimir a procura efetiva; as empresas, diminuindo sua audácia empresarial devido a seu gigantismo, tenderiam a assumir a postura do 'rentier'. Desestimuladas pelo insuficiente dinamismo do consumo, desalentadas a realizar novos investimentos líquidos, tenderiam a acumular provisões financeiras excessivas. "Desse modo,

22 KEYNES, J.M. "The General Theory". pg. 204.

os fundos de amortização, etc., fazem diminuir a demanda efetiva corrente e somente a aumentam no ano em que (a empresa) faz a reposição".²³

O diagnóstico tendia por exclusão a ressaltar o papel da única variável independente que não estava 'secularmente deprimida' - o gasto público - para compensar a insuficiência crônica da procura efetiva apenas com o Estado - atuando compensatoriamente.²⁴ Esta compensação implicaria, em primeiro lugar, em uma expansão do gasto público. Implicaria em uma política fiscal compensatória. O Estado não necessitaria gastar a mais a brecha entre a procura efetiva do equilíbrio a sub-emprego e a procura efetiva a pleno emprego. Bastaria um certo incremento do gasto público, pois a ação do multiplicador de investimento garantiria uma ampliação multiplicada na procura efetiva. Entretanto, essa expansão do gasto público deveria ser duplamente qualificada: ela não deveria ser financiada de molde a diminuir prováveis gastos de consumo das famílias, nem ser competitiva com o investimento privado. Dito de outra forma, não deveria afetar negativamente nenhuma das duas outras componentes da procura efetiva agregada.

O ideal neo-clássico de uma política fiscal atrofiada e com orçamento de gastos públicos financiado com ingressos correntes, com equilíbrio de caixa e de balanço, estava questionado. O gasto público deveria ser do tamanho adequado para aproximar-se à plena ocupação e o déficit orçamentário poderia ser coberto mediante um endividamento público, isto, é poderia ser coberto com um endividamento público -

23 KEYNES, J.M. "The General Theory". pg. 103.

24 Em nossa exposição estamos - para fins de simplificação - considerando a economia sem relações externas.

junto ao sistema bancário, ainda que isso representasse expansão de meios de pagamento. Perigo de elevação de preços, não haveria. Ainda que houvesse uma pequena elevação, isso seria bom para tonificar as debilitadas expectativas das empresas. Por outro lado, uma expansão dos meios de pagamento, derivada de emissões para cobertura da expansão do gasto público, teria um efeito positivo para aumentar os incentivos a investir sempre que a taxa de juros estivesse longe do nível de alta elasticidade da preferência pela liquidez. Em que direção expandir o gasto público? Subvenções a certos grupos sociais, assistência aos desempregados, ampliação de certos serviços gratuitos, obras públicas, gastos militares, etc.? Quaisquer combinações são possíveis. Um cuidado: evitar uma invasão do gasto público nas áreas de investimento privado. Qual a razão? Porque nesse caso se estaria desestimulando o incentivo a investir; logo, com uma mão elevando a demanda efetiva e com a outra diminuindo-a.

A política fiscal compensatória estaria assim delineada: em sua concepção, vai de encontro a antigas e sedimentadas regras de contenção fiscal do Estado. A autorização do Estado a gastar mais poderia chocar os espíritos neo-clássicos de então, porém veja-se que é uma autorização para gastar, e apenas para gastar, gastar não para substituir o capitalismo, mas sim para fortalecê-lo. "Por conseguinte, enquanto o alargamento das funções do governo, que supõe a tarefa de ajustar a propensão a consumir ao incentivo a investir, pareceria, a um publicista do século XIX ou ao financista norte-americano contemporâneo, uma limitação espantosa ao individualismo, eu o defendo, pelo contrário, tanto porque é o único meio praticável de evitar a destruição total das forças econômicas existentes, como por ser condição do funcionamento feliz da iniciativa individual. Porque, se a procura efetiva é deficiente, não somente é intolerável o escândalo público dos recursos desperdiçados, mas também o empresário individual que -

procura pô-los em ação ou trava uma luta desigual com todas as forças contrárias". ²⁵

Os neo-clássicos acreditavam ter em seu arsenal duas armas contra a depressão. A primeira seria a queda do salário nominal. Encontravam na resistência dos sindicatos, bloqueando o uso desse instrumento, um fator explicativo da depressão, tal como Rueff e Pigou. Keynes investiu contra essa posição, defendendo a racionalidade macro-econômica dos sindicatos. A baixa de salários monetários somente pode agravar a sub-ocupação; traduz-se em uma menor distribuição de renda aos grupos de mais alta propensão a consumir. Assim sendo, tem o efeito de provocar uma queda na procura efetiva e, em consequência, uma redução da eficiência marginal do capital, logo, do incentivo ao investimento privado. A segunda arma do arsenal neo-clássico seria a elevação da taxa de juros: confiavam em que a alta poderia estimular a poupança e, indiretamente, o investimento. Esse raciocínio é considerado completamente pervertido por Keynes, e fruto de incorreta concepção de juro como remuneração do capital. O Neo-Clássico supõe que elevando a remuneração do capital se estimula um maior investimento. Totalmente falso. A poupança é o resíduo da renda. Uma elevação da taxa de juros diminui a diferença estimuladora do investimento. Desalentando o investimento, reduziria a procura efetiva, gerando contração da renda e do emprego. "Em consequência, ainda que uma alta na taxa de juros fosse motivo a que a sociedade poupasse mais com uma renda dada (duvidoso), podemos estar completamente seguros de que essa elevação da taxa de juros fará diminuir o montante global real da poupança". ²⁶ Aqui o famo

25 KEYNES, J.M. "The General Theory". pg. 364/5.

26 KEYNES, J.M. op. cit. pg. 112.

so 'paradoxo da frugalidade': quanto maior a propensão marginal a poupar, menor o volume de renda poupada. ²⁷

A receita político-econômica keynesiana tem diversos ingredientes, todos orientados a um mesmo objetivo: o aumento da procura efetiva e, em consequência, do nível de emprego. Assim, a política monetária deveria aumentar o meio circulante e manter a taxa de juros mais baixa possível. Nessa linha Keynes condena o padrão ouro como uma relíquia bárbara. Por detrás da política monetária keynesiana, uma proposição simples: "não existe inflação na sub-ocupação", que tomou de Hawtrey. Assim sendo, o sistema creditício deveria ofertar empréstimos a mais baixa taxa de juros. A redução da taxa de juros, com uma política creditícia estimulante dos investimentos, a expansão monetária liberta da prisão dos encaixes-ouro, uma opção pelo nível de atividade econômica interna ao invés de uma defesa de paridade externa da moeda e a política fiscal compensatória, todas essas proposições têm uma mesma matriz. A eficácia relativa da política fiscal versus a política monetária é um problema relacionado com a possibilidade de reduzir significativamente a taxa de juros. Quando existe esta possibilidade, a política monetária aparece como arma principal; na outra situação, cresce o significado da política fiscal, se bem que o problema do financiamento da dívida pública seja mais complicado.

A esse núcleo básico de proposições - caberia ainda fazer menção a outras proposições. Keynes, em princípio, foi favorável à preservação dos salários monetários

27 A formulação inicial de Keynes apresenta uma ambiguidade sobre o paradoxo, com a qual os manuais se divertem. A respeito, ver ACKLEY, G. op. cit. pg. 353/5.

dos trabalhadores, sem tomar posição definida quanto aos salários reais. Em nenhum momento chegou a defender uma política de elevação sistemática dos salários reais. Entretanto, era - totalmente hostil aos rentistas e admitia o desenho de sistemas tributários progressivos cortando mais que proporcionalmente a renda dos grupos mais poupadores.

Finalmente, caberia registrar que, - frente à sub-ocupação, Keynes era favorável a uma política protecionista. Não considerava irracional dar emprego através de proteção aduaneira, em indústrias pouco competitivas com o exterior. Com o protecionismo gera-se renda interna e se impede a filtração para o exterior de procura efetiva através das importações. O raciocínio livre cambista, da mesma forma que a teoria quantitativa da moeda, somente funcionam na hipótese particular e remota de pleno emprego.

O livro de Keynes é de 1936. Aqui começou, para a 'ciência oficial', a revolução keynesiana.

Façamos um cotejo de suas recomendações com políticas econômicas concretas realizadas. A idéia de expansão do gasto público como forma de reativação já vinha sendo testada. Para citar alguns exemplos a Inglaterra subsidiava as 'trade unions' em seus programas de auxílio-desemprego; a Suécia já vinha fazendo o mesmo em maior escala desde 1926; e a Alemanha nazista tinha todo um programa de reativação da economia sintetizado no 'mais canhões e mais manteiga' tendo inclusive uma programação de obras públicas em execução desde - 1933 com claros objetivos 'keynesianos'. Desvalorizações cambiais e opções protecionistas tinham uma antiga tradição nas - políticas econômicas. Ainda há pouco, Inglaterra (1931) e Estados Unidos (1933) haviam desvalorizado suas moedas. A Ingla

terra, com a tarifa Chamberlain, havia aderido a uma longa e ininterrupta tradição estadunidense e a uma igualmente longa, se bem que oscilante, tradição européia continental. A nível de política monetária, os exemplos não são tão abundantes: porém, 'urbi et orbi', o Estado havia se movido ante as crises. Isto remontava ao século XIX.

No período do entre-guerras, por todos os lados o Estado interventor estava presente. Já vimos que - na década dos vinte o Estado interventor esteve presente. Frente à crise, inclusive, o Pres. Hoover, que vimos em 1932 ainda sustentado por sua fé na 'tradição americana', havia realizado sérias infrações a seus princípios. O "Federal Farm Board", - com uma política de sustentação de preços agrícolas, é de 1929; a 'Reconstruction Finance Corporation' e a ampliação do 'Home Loan Bank System' são do período Hoover. A vitória de Roosevelt sobre Hoover, em 1933, deu início ao 'New Deal', com desvalorização do dólar, o 'Fair Act', a sustentação dos preços agrícolas, 'easy money' e um modesto programa de obras públicas. Keynes, se consultado, consideraria o 'New Deal' keynesiano canhastro. Raul Prebisch, como diretor do Banco Central da Argentina, ficou famoso por seu Keynesianismo prematuro. O Brasil queimando café foi keynesiano-tupiniquim; o 'Front Populaire' de Leon Blum, com os aumentos salariais do Acordo de Matignon, foi keynesiano, etc. Na verdade, o Estado, como Mrs. Jourdan que fazia prosa sem sabê-lo, vinha fazendo políticas keynesianas sem haver lido a 'Teoria Geral'.

Com êxito variável, estas políticas - 'keynesianas' mitigaram algumas das consequências da grande - crise. Em contrapartida, o neo-classicismo tinha a seu crédito as políticas deflacionistas do Bloco-ouro e da França e o - brilhante 'experimento' Brüning a cujos 'resultados' alguns - atribuem a vitória nacional-socialista.

que na ordem lógica a ciência precede a arte, e na ordem histórica a arte precede a ciência, nenhuma surpresa maior. Porém, acresce que as diversas peças do modelo keynesiano simplificado (pré-conciliação neo-clássica) já haviam sido colocadas por diversos predecessores. Após a revolução keynesiana, foi feito todo um rastreio da 'Teoria Geral', através do exame de autores citados por Keynes como predecessores. Keynes reabilitou o velho Malthus, em seu temor de que o excesso de poupança provocasse redução de procura efetiva. Reconheceu a importância de Wicksell, tanto no referente a investimento/poupança, quanto na idéia de que a moeda não é neutra em relação ao nível de renda, de atividade e de emprego. A noção wickselliana do processo cumulativo, no qual o equilíbrio de preços é instável, foi captada por Keynes. ²⁹

As contribuições de KAMN com o multiplicador de investimento; ³⁰ de ROBERTSON e HAMTRAY sobre as conexões monetárias com o nível de atividade e com a instabilidade do nível de preços; ³¹ o conceito de poupança forçada de VON MISES; ³² citadas por Keynes foram escudrinhadas. Hobson e uma série de heterodoxos que haviam enfatizado a possibilidade de uma crise de procura global por excessiva formação de poupanças, citados por Keynes, foram estudados com interesse. ³³ Que o assunto estava no ar, descobriu-se logo depois da publicação

²⁹ 'Ex post' a 'revolução keynesiana' o mundo de fala inglesa descobriu um artigo de HENDL, G. "Monetary Equilibrium" (1912) pleno de elementos keynesianos.

³⁰ KAMN, R.F. "The Reaction of Home Investment to Employment". In Economic Journal, Jun.-1931.

³¹ HAMTRAY, R.G. "Currency and Credit" (1919); ROBERTSON, D.H. "Money" (1922), "Banking Policy and Price Level" (1926) e "Saving and Hoarding" (1933) haviam demonstrado a significação da política creditícia e manejo da taxa de juros pelo Banco Central como elementos-chave para a obtenção de equilíbrio (intencionalidade no manejo dos instrumentos monetários).

³² VON MISES, L. "Theory of Money and Credit" (1912).

³³ HOBSON, J. "The Problem of Unemployed" (1896) é o mais conhecido membro do 'underground' britânico. Na terceira parte do trabalho, ao examinar a posição 'underground', tentou ficar o suficiente Hobson. Keynes, citando Hobson, provocou uma releitura da sua obra.

da Teoria Geral. Kalecki, Kohn, a Escola de Estocolmo, Martin e Föhl estavam na mesma senda. 33

Alguns historiadores do pensamento econômico: Hutchinson, James e Dennis - dedicam-se à pesquisa de antecessores. 34 Remontaram aos mercantilistas. Petty proclamou: "Melhor é queimar o trabalho de um milhar de homens do que deixar que esse milhar perca, pelo desemprego, sua faculdade de produzir". A descoberta da sentença de Petty - foi de Foxwell, H. S. In "Irregularities of Employment - and Fluctuations of Prices" (1886), (este conhecido por Keynes), que disse: "A incerteza da ocupação é a raiz do mal do atual regime industrial"... Redescobriram Tooke, L. que em "An Inquiry into the Currency Principle" (1844) teria afirmado que a procura global depende do montante das rendas dos indivíduos e que as variações da procura global determinam as variações

33 KALECKI, H. em 1933, publicou na revista polonesa 'Proba - Teorij Konjunktury' um modelo para a explicação do ciclo. Em 1937 publicou "A Theory of Business Cycles". In 'Review of Economic Studies', Rev.-1937. Existem pontos de contato, porém Kalecki faz uso dos modelos de reprodução de Marx.

DOBBS, M., publicou depois de Keynes seu "Political Economy and Capitalism" (1937) Trad. Esp., Mexico, FCE, 3a. ed., 1945; já havia exposto com anterioridade suas idéias diretoras.

A Escola de Estocolmo (Lindahl, Myrdal, Ohlin, Lundberg, desdóbrando Wicksell, Cassel e Davidson), com a técnica do 'ex ante ex post', utilizando agregação e frente a problemas político-econômicos, desenvolveu esquemas semelhantes a Keynes. Por outro lado, ampliou a demonstração Wickselliana da não passividade monetária.

MARTIN, P.H. "The Problem of Maintaining Purchasing Power" (1931).

FÖHL, G. "Geldschöpfung Wirtschaftskreislauf" (1937) segundo Schumpeter, desenvolveu um esquema keynesiano sem conhecer a Teoria Geral.

34 HUTCHINSON, T.W. "A Review of Economic Doctrines 1870-1929". (1953) Trad. Esp., Madrid, Cedoc, 1967;

JAMES, L. op. cit. pgs. 263/4;

DENNIS, H. "Histoire de la Pensée Economique" (1966). Trad. Esp., Barcelona, Ariel, 1970, pgs. 514/527.

dos preços. Deliciaram-se com a descoberta do "caso Johannsen".³⁵ Os pioneiros do princípio da aceleração foram valorizados. ³⁶ Toda uma reavaliação é feita a partir da obra de Keynes; alguns mordazes vêem em Keynes um arrombador de portas abertas que cuidadosamente ocultou as pistas; outros timbram em diminuir-lhe a originalidade. Vãs tentativas. Nesses assuntos o bom bocado é para quem o come, ou melhor o vende, e não para quem o faz primeiro. A genialidade está na venda, na forma como foi dourada a pílula.

A 'Teoria Geral' é obra de um 'cordon bleu' com um grande 'know-how' de marketing. Keynes preparou - sua receita e seu recado com a máxima sabedoria. Em primeiro - lugar, identificando claramente a clientela. Creio que estava orientado basicamente para duas comunidades: os homens das grandes empresas e seus colegas da Academia. Começemos examinando a receita keynesiana para o mundo das empresas.

35 JOHANNSEN, N., em duas obras publicadas em alemão em 1903: "O Circuito da Moeda" e "Os Períodos de Depressão e sua Única Causa" e numa obra em 1908, "A Neglected Point Connection with Crises", havia colocado a desigualdade 'ex ante' da poupança/investimento como a causa da depressão. "Em sua primeira fase, o processo de poupança vai sempre acompanhado por uma tendência nefasta - dado que o poupador tenta constantemente comprar à comunidade menos bens e serviços dos que esta vende e destruir - assim o equilíbrio da oferta e da procura. Este equilíbrio é restaurado somente com o investimento..." Parece que sem a - previsão de Keynes esse autor andou muito perto e é citado por muitos historiadores do pensamento (Dennis, Stavenhagen, James, etc.) como uma prova de caradurismo de Keynes, pois, no "Treatise", Keynes cita Johannsen, e não poderia na 'Teoria Geral' desconhecer a importância de sua contribuição (inclusive no princípio do multiplicador). Esses historiadores esquecem que qualquer vendedor tem que apregoar sua mercadoria como nova.

36 AFTALION, A. em "La Réalité des Surproductions Generales" Revue d'Economie Politique 1903 a 1909 e "Les Crises Periodiques de Surproduction", 1913, e CLARK, J.M. em "Business Acceleration and the Law of Demand: a Technical Factor in Business Cycles" Journal of Political Economy", Março, 1917, trabalhando com o - conceito de tempo de produção de equipamentos (Aftalion) e duração de equipamentos (Clark), já haviam assinalado que a indústria de bens de capital era de 'fome e fastio': base do princípio da aceleração.

Em primeiro lugar, apresenta uma categoria macro-econômica que o homem de empresa entende, pois corresponde à sua prática: o princípio de demanda efetiva, responsável pela determinação do nível de renda e de ocupação. A nível da empresa, o princípio do volume de vendas como determinante do volume de lucro e de utilização da capacidade instalada. O princípio neo-clássico de maximização de lucro através de equalização receita/custo marginal soa muito estranho aos ouvidos da grande empresa em etapa monopólica. Na medida em que ela controla custos e define ou tenta definir um preço, sua massa de lucros depende do tamanho da parte da demanda efetiva que lhe toca.

Em segundo lugar, Keynes coloca a família no seu devido lugar, no lugar que lhe compete no capitalismo maduro. A micro neo-clássica exaltava a família poupadora de Nassau Senior. A abstenção do consumo imediato, o sacrifício da família que, frugal como uma formiga previdente e sãbia, diferia, transpunha no tempo seu consumo, renunciava ao consumo presente, gerando com sua frugalidade as poupanças. Essas poupanças familiares oferecidas no mercado de capitais seriam compensadas pelo sacrifício através do recebimento de juros, o juro visto como prêmio da abstinência que criava os tijolos de capital para a edificação da riqueza social. Um mercado de capitais concebido a partir de alguma teoria de fundos emprestáveis faria a ponte entre as famílias poupadoras e as empresas investidoras; seu equilíbrio seria definido pela taxa de juros. Keynes ridiculariza essa deificação da poupança pessoal: se é altamente discutível sua funcionalidade para o capitalismo competitivo, certamente é disfuncional para o capitalismo maduro. Nada mais anti-social que a família frugal. A poupança pessoal é um resíduo: é renda não consumida.

A baixa propensão média a consumir, uma decrescente propensão marginal a consumir, uma elevada preferência pela liquidez são anti-sociais: ... "o capital não é uma entidade que subsista por si mesma com independência do consumo. Pelo contrário, cada debilitamento na propensão a consumir, considerada como hábito permanente, tem que fazer fraquejar a procura de capital em simultâneo ao consumo".³⁷ A preferência pela liquidez é alimentada em parte pelo fetiche anti-social da liquidez: "Entre as máximas da finança ortodoxa, nenhuma, seguramente, é mais anti-social que o fetiche da liquidez, a doutrina segundo a qual é uma virtude positiva das instituições de investimento concretar seus recursos na posse de valores 'líquidos'".³⁸ Irritante, essa família frugal; inútil o rentista. Com seus hábitos e visão de formiga reduzem a poupança. O 'paradoxo da frugalidade' não mostra que uma maior propensão a poupar reduz a poupança global, pelo seu efeito perverso no nível da renda e do emprego. A família deve ser consumidora; quanto mais consumidora, melhor; quanto mais irresponsável e imprevidente, melhor para a macro-economia. O capitalismo em etapa madura prescinde dos tijolinhos da formiga; a grande empresa tem sua olaria cativa produzindo lajotões. Da família, ela espera irresponsabilidade, imprevidência, incontinência no consumo: que consuma mais e mais, que consuma irracionalmente, que antecipe consumos futuros endividando-se; o que subsista com o vestígio de racionalidade em seu comportamento terá que ser combatido com a publicidade e mil técnicas de comercialização para ensinar-lhe uma saudável irracionalidade. Keynes, ao colocar, com a Teoria Geral, a família no devido lugar - consumidora - colou seu esquema em um grande 'ponto de venda' para a comunidade dos negócios. Este é um argumento que fala por si.

37 KEYNES, J.M. "The General Theory" op. cit. pg. 108.

38 Idem, ibidem. pgs. 153/4.

Talvez Keynes tenha exagerado um pouco com a eutanásia do 'rentier'. Keynes, irritado com a variabilidade do motivo especulação em sua função de preferência pela liquidez, preocupado em minimizar a taxa de juros para gerar incentivo à inversão, chegou a um julgamento do mercado de valores como uma instituição quase perversa e em certos pontos exagerou sua crítica do parasitismo do rentista, ao marcar em demasia a dicotomia especulação - espírito de empresa, ganhos pecuniários versus rendimento produtivo.³⁹ Keynes falou de uma 'socialização dos investimentos', que deve ser entendida como o mais baixo custo para o investimento adicional e sua eventual 'catalização' autônoma pelo Estado. Aqui, a idéia de que deve ser minimizada a remuneração do capital como rotina para que o máximo lucro premie o investimento dinâmico.

Neste particular o grande vendedor errou, gerando suspicácias: a comunidade de negócios gosta da idéia da família especializada em consumir, mas que história é essa de sacrificar capitais já acumulados, que história é essa de "socializar as inversões", que simpatias por formas tributárias progressivas sobre a renda e o patrimônio?! Afinal de contas, o capital já acumulado é honorável e precisa ser respeitado. Não estará o Sr. Keynes nos vendendo 'gato por lebre'?

39 No mercado de capitais (basicamente a City londrina) Keynes via operarem proprietários de ações sem conhecimento preciso de seu valor, que interfeririam de forma desproporcionada no comportamento do mercado com considerações vagas e emocionais. As flutuações diárias de valores apoiadas em considerações irrelevantes e efêmeras estimulariam a componente especulativa da preferência pela liquidez, o que prejudicaria a 'performance' do capitalismo maduro. Essa avaliação destaca a Bolsa como o tonador da grande depressão.

Não será um socialista com a conversa de estimular o pleno emprego? Por esse caminho nasce uma suspicácia por Keynes, que alguns de seus discípulos tentarão dissipar.⁴⁰ O mundo do negócios sempre terá uma relação ambígua com a 'Teoria Geral': mesmo depois de descoberto o modo de superar a ambiguidade, - pois o Estado no futuro fornecerá fundos com baixa taxa de juros para subsidiar o investimento, preservando-se adequada rentabilidade para o honrável capital já acumulado, permanecerá - sob suspeita o keynesianismo. Cabe, entretanto, ponderar que talvez o grande vendedor não estivesse equivocado e procurasse com seu radicalismo 'anti-rentier' conseguir as simpatias da - 'inteligência' de 'esquerda', que sempre soma alguns votos para a vendagem de idéias.

O segundo grande ponto de venda da 'Teoria Geral' para a comunidade dos negócios é a genial idéia de admitir a idéia de Controle sob controle, ou seja, dar ao Estado um bilhete de entrada no sistema econômico com assento marcado. A inércia das ideologias - a inércia da antiga ideologia liberal - que Keynes exorcizou com a expressão: "todos somos escravos de algum economista morto", presente no mundo de negócios, tendia a ver no controle estatal uma via para o socialismo. Keynes, para vencer esta barreira, marcou o assento onde o Estado deveria ficar: "A mais importante Agenda do Estado se refere não àquelas atividades que os indivíduos privados estão cumprindo, mas sim àquelas funções que caem fora da esfera do indivíduo, àquelas decisões que não serão adotadas por ninguém, se não as adotar o Estado. O importante não é fazer as coisas que os indivíduos estão fazendo, e fazê-las algo pior, mas sim

40 HANSEN, A., em "A Guide to Keynes" Trad. Esp., México, F.C.E., 1957, procurou minimizar essa crítica ao Keynesianismo, considerando-o (cap. 16) uma brincadeira de Keynes 'pour epater le bourgeois'.

fazer aquelas coisas que no momento atual não se fazem em absoluto". 41

Segundo a 'Teoria Geral', o que é que os indivíduos não estavam fazendo? - Gastando o suficiente; logo, o Estado deveria manter a procura efetiva no nível suficiente para a realização do adequado investimento. O Estado deveria impedir que o não gasto, ou o gasto insuficiente do setor privado, prejudicasse a realização dos lucros, em uma acumulação garantida, contínua e dinâmica. Cabe, pois, ao Estado gastar: em qualquer coisa, desde que não faça 'o que os indivíduos já estão fazendo', pois o faria 'algo pior'.

Cabe ao Estado um lugar marcado: o de Estado gastador, desde que respeite as áreas ocupadas pela iniciativa privada, pela livre empresa, aqui tratadas eufemisticamente como 'indivíduos'. Faça pirâmides, celebre missas de Réquiem, construa estradas, escolas, pague pensões, faça canhões, etc., gaste, compense a insuficiente procura efetiva gerada pelo sistema econômico entregue a si mesmo. Aqui, em suma, o desperdício. Já somos ricos. Abaixo a frugalidade! A leitura do mundo de negócios é imediata: "Estado, garanta minhas vendas". Sensata essa proposição. A receita keynesiana: aumente o gasto público, financie o aumento com um maior endividamento do Estado, expanda a oferta monetária, facilite o crédito, reduza a taxa de juros; compõe o equipamento permitido para o Estado: políticas fiscal e monetária: instrumentos corretos, adequados, facilmente sob controle. Orçamento e Banco Central, duas agências a controlar. É essa a leitura adicional da receita keynesiana. O mundo de negócios -

41 KEYNES, J.M. "The End of Laissez-faire" pgs. 46/7.

não tem porque se preocupar. Nada de reformas estruturais, processos redistributivos radicais, intronissão no campo da livre empresa; pelo contrário, gasto, crédito fácil, baixa taxa de juros; esse Keynes é um gênio, marcou o assento correto para que o Estado tome lugar dentro do miolo do sistema econômico.

Em terceiro lugar, prevalece na 'Teoria Geral' um tom 'pragmático' de grande poder de sedução para a comunidade de negócios. Os neo-clássicos pré-Keynes diziam que mais cedo ou mais tarde o ciclo se inverte. Keynes contrapõe: "a longo prazo estaremos todos mortos". Na medida em que a 'Teoria Geral' considera conhecidos os fatores estruturais, e sobre eles apenas tece considerações 'a latera', concentrando suas atenções pragmaticamente no curto prazo, fala uma linguagem 'objetiva' facilmente entendida pelo mundo de negócios. A cotação de Keynes é muito superior à de Schumpeter - a meu juízo, o mais inteligente autor de uma apologética do capitalismo maduro. Ocorre que o empresário - inovador como apologia é conveniente, mas não tem o sabor 'pragmático e objetivo' da receita keynesiana. Explica-se porque Keynes é 'blue ship' na Bolsa de economistas, enquanto Schumpeter é uma ação de segunda linha.

Em quarto lugar, Keynes mostra ao mundo de negócios que pode conviver com os sindicatos. Afinal de contas, a resistência sindical defendendo o salário nominal não é equivocada. Os neo-clássicos anteriores tendiam a atribuir a resistência à baixa de salários monetários dos sindicatos como a causa do desemprego: seu corolário era a proposta ao mundo de negócios - seja homem e brigue com o sindicato se pretende corrigir o nível de atividade. O mundo de negócios do capitalismo maduro não é de briga. Na maturidade, vive de conchaves e articulações; briga é coisa de adolescente. Keynes, ao mostrar que o sindicato estava certo em resistir à redução do salário nominal, estabelecia uma ponte entre o mundo de negócios, a social - democracia

de Bernstein e o catolicismo social. Podemos e devemos conviver com essa reivindicação sindical. O sindicato é uma instituição respeitável. E um pouco boba, diz adicionalmente Keynes, pois insiste no salário nominal, descuidando-se do salário real. Com uma certa alta de preços, pode-se restabelecer margens de lucratividade. Essa de questão sindical ser 'caso de polícia' 'já era'. Somos todos adultos, pensa com astúcia o mundo de negócios, lendo essa parte de 'Teoria Geral'.

Em quinto lugar, é possível uma leitura da 'Teoria Geral' muito atraente para o mundo de negócios: vocês não são culpados, diz Keynes. A micro-economia neo-clássica pelo caminho da concorrência imperfeita, monopolista, pelo exame do oligopólio, tendia a transmitir um desconfortador sentimento de culpa ao mundo de grandes negócios. Keynes, ao colocar esta culpa na insuficiência da procura efetiva, ao responsabilizar a família por consumir pouco, ao culpar o 'rentier' por sua avareza, gerava algum alívio na comunidade, que pôde ler a mensagem como uma distribuição da culpa por diversos agentes. Aliás, este ponto fornece um magnífico exemplo de como Keynes acumulou "know how" de venda. No "The end of Laissez - Faire", em 1926, carregou a mão em uma avaliação da empresa como um ente senil: uma tendência à sua despersonalização pela separação do empresário/administrador, uma tendência à auto-socialização, uma internalização na empresa do espírito de 'rentier' e uma diminuição do espírito de empresa, etc... Em 1936, a avaliação não mudou, porém a ênfase nesta crítica diminuiu. Keynes aprendeu que não se deve chamar de velho os velhos: não gostam. Melhor dizer-lhes que, com estímulos adequados, podem voltar a ser jovens. Essa é, sem dúvida, a melhor forma de encantar um ancião, como sabem as sedutores da vida.

Finalmente, a 'Teoria Geral' é uma mensagem conservadora, do tipo do conselho do velho nobre italiano ao filho: "É preciso mudar tudo, para que tudo permaneça tal e qual". "Ao criticar o 'status quo', Keynes postula um programa de reforma social; porém, como não é um revolucionário, considera a execução de seu programa dentro do marco - da ordem social existente... as transformações... que se exigem não são mais que moderadas. São rigorosamente liberais. Por cima de tudo, tendem a uma conservação dos direitos civis e das liberdades e à criação de um meio ambiente econômico que permita aos indivíduos desenvolver suas plenas potencialidades". 42

Porém, tão importante quanto a colocação da receita na praça na comunidade dos negócios foi o recado que Keynes transmitiu, com a 'Teoria Geral', à Academia.

Como preliminar deve-se registrar que Keynes estava plenamente titulado para tal - Marshall o havia convidado para trabalhar consigo - jamais foi um adventício. SWEEZY colocou este ponto com absoluta precisão ao dizer: "Por prática foi (Keynes) um estrito neo-clássico, e nunca se sentiu realmente cômodo exceto quando discutia com seus colegas neo-clássicos... Creio que isso se refere à verdadeira natureza das vitórias de Keynes. Sua missão foi reformar a economia neo-clássica, devolvê-la ao contato com o mundo real do qual se havia alijado mais e mais a partir da ruptura da tradição clássica no sec. XIX; e foi precisamente porque Keynes era um deles, e não um estranho, que pôde exercer tão profunda influência sobre seus colegas". 43 Exatamente por conhecer tão bem seus co-

42 DILLARD, D. "The Economics of John Maynard Keynes" Trad. Esp., Madrid, Aguillar, 3a. ed, 1957, pg. 335.

43 SWEEZY, P. "Reports of Three Decades". pg. 303.

legas, Keynes soube admiravelmente 'dourar a pílula', vencendo as inibições, resolvendo temores, contornando pontos de alta - sensibilidade. Exatamente por conhecer tão bem seus colegas, foi capaz de vender sua receita à 'ciência oficial' através de um recado que é muitíssimo maior do que a própria receita.

A área mais dolorida da perplexa ciência neo-clássica era a micro-economia. Na medida em que o capitalismo em sua evolução criou as novas configurações micro-econômicas, os alicerces da 'ciência oficial' foram auto-erodidos e - todo o edifício se encontrava em ruínas. Keynes, - com a Teoria Geral, contorna essa área de alta sensibilidade. Praticamente, para quem lê a obra, pareceria não existir a discussão sobre equilíbrio parcial. Aqui, uma sutileza do genial vendedor. Porém, o verdadeiro golpe de gênio foi estabelecer um corte analítico entre a macro-economia e a micro-economia. Este corte é feito magistralmente através do manejo de sofisma de composição: o que é bom para a parte não é necessariamente bom para o todo. Ao situar a investigação no nível analítico micro, Keynes irá pesquisar o comportamento a curto prazo do todo com o propósito de formular sua receita como alternativa à receita tradicional. Esta, como sabemos, era construída sobre a suposição de que o racional comportamento micro por agregação conduziria ao racional comportamento macro-econômico como seu sub-produto. A erosão das bases da análise micro-econômica tradicional colocava toda a 'ciência oficial' contra a parede.

Keynes colocou um biombo protetor da análise micro, ou seja, da ciência neo-clássica, ao invocar o sofisma a seu favor: não é verdadeiro que um comportamento micro-econômico racional seja bom para o todo. O poupador está certo em optar pela liquidez: a empresa está certa em ser pru-

dente; o consumidor está certo em poupar mais que proporcionalmente quando sua renda cresce; etc., porém, a agregação das opções pela liquidez, da produção empresarial, do menor dinheirinho do consumo, não são racionais para a economia como um todo.

Essa 'demarche' analítica é perfeita para minimizar traumas: o esforço teórico anterior, buscando a racionalidade micro-econômica se sustenta; - apenas, é necessário cortar o discurso tradicional num ponto e a partir daí reescrevê-lo. Keynes com esse corte estaria salvando a análise micro convencional. Com respeito ao neo-clássicismo, significa algo como 'que se percam os anéis mas que fiquem os dedos'. A agregação, como biombo protetor da micro tradicional, tampa sua miséria, desloca as atenções acadêmicas em outra direção, salva o equilíbrio parcial que continuará até nossos dias a ser ensinado como um saber consagrado, evita o feio. A partir de Keynes os 'curricula' oficiais preservarão o corte mágico: análise micro-econômica e análise macro-econômica.

A agregação como biombo esconde a fragilidade da micro, não apenas como uma cortina protetora e distração de atenções. Os biombos são belos, porém frágeis; e, - mais cedo ou mais tarde, um curioso irá ver suas costas; ou então, são perfuráveis por acidente, revelando o que está oculto. A operação de agregação e o conceito de agregado servem, em si mesmos para esconder no seu interior a micro. Na verdade, a imagem mais correta para o corte keynesiano talvez não seja a do biombo, mas sim a de uma muralha cujo construtor alquimista lograsse a transmutação e incorporação, nos agregados com que constrói a muralha, dos frágeis e erodidos materiais da micro. Aqui a grande mágica.

Vejamos como é esse passe alquímico. MARCHAL sintetiza-o: "Em relação ao desenvolvimento - dos grupos, que inaugura a era da economia de massas com - os progressos da estatística, que capta as magnitudes globais, e à extensão da economia dirigida, cujo objetivo é a orientação da atividade econômica em seu conjunto, a ciência moderna tende a substituir o aspecto micro pelo aspecto macro...^v geralmente, se crê que Keynes está na origem - desta mudança de enfoque."⁴⁴ Aos seus colegas neo-clássicos, Keynes ensina uma mágica: agregemos, mudemos de enfoque, trabalhemos com agregados." Quando se entrega a uma análise das diversas variáveis da economia, é a economia - de uma sociedade a que considera e decompõe em renda total, gastos totais de consumo, emprego total. Quando ele analisa a poupança e o investimento, se refere igualmente à comunidade, e a famosa igualdade contábil 'a posteriori' poupança - investimento unicamente é inteligível sob esta - forma: poupança total, investimento total."⁴⁵ A operação de agregação, fundamento da análise macro-econômica, cancela o indivíduo. A atenção volta-se para as categorias-resultado dos comportamentos coletivos; não mais se está - orientado a entender o comportamento individual. O indivíduo é absorvido pelo conceito de grupo. A análise deixa de considerar uma poeira de compradores e vendedores de bens e serviços de fatores e passa a observar os agregados de valores que circulam entre diversos grupos sociais: procura e oferta globais, renda e produto, gastos de consumo, poupança, investimento, etc., ao invés da incômoda investigação sobre as motivações do comportamento dos agentes econômicos como indivíduos, resultados agregados de seus compor

44 MARCHAL, A. "Systemes et Structures Economiques" Trad. Esp., Barcelona, Ariel, 1961, pgs. 18/19.

45 Idem, ibidem, pg. 19.

tamentos modais. Isso porque a agregação dos valores que circulam corresponde a noção de grupo: não mais empresário, mas sim o grupo de empresas; não mais o consumidor, mas sim o grupo das famílias, etc.

O grupo pode ser definido, como o faz LUNDBERG em seus "Studies in the Theory of Economic Expansion" (1937) como um asséptico conceito descritivo: "O lugar abstrato de uma reação, de um comportamento econômico, sem conotação sociológica". A noção de grupo reuniria operacionalmente todos os agentes econômicos que têm a mesma função. Esta é uma operação fascinante. Ao invés do empresário individual agindo por meio de uma concorrência encarniçada - conceito desgastado da micro neo-clássica - o grupo dos empresários que tem a função de produzir e investir. Melhor ainda, observemos o resultado da ação do grupo (dos empresários) a produção e o investimento. Ao invés da imagem do consumidor racional que busca maximizar sua satisfação - igualmente desgastada - o grupo das famílias que obtém rendas, consome e poupa. Façamos a reunião desses agentes cuja racionalidade está sendo questionada. Montemos o rebanho para o consumismo irracional da época do consumo de massa. Dispenseemos esse rebanho da função de poupar; seu papel coletivo-chave é consumir. O 'homo oeconomicus' como figura do paleolítico. Agora, o moderno e operacional rebanho de famílias. Feita a transmutação: do indivíduo ao grupo; da atenção com o comportamento individual suposto racional às categorias agregadas - resultado do desempenho grupal de respectivas funções econômicas. Keynes levantou a muralha. É facilmente inteligível o fascinante dessa operação analítica para seus colegas neo-clássicos.

Estes haviam construído a partir da teoria subjetiva do valor, todo um edifício teórico apologético. Entretanto, a evolução do sistema, captada por si como concorrência imperfeita, monopolista, oligopólica, havia vulnerabilizado a construção; seu acercamento ao real pela via micro-econômica foi extremamente doloroso. Keynes erigiu a muralha balsâmica com agregados e grupos. O grupo para a macro-economia não está ligado às relações sociais de produção. Keynes, um neo-clássico, preserva a dicotomia neo-clássica com o binômio famílias/empresas, famílias estas proprietárias de fatores e que percebem uma renda. Essa renda se decompõe segundo o tipo de fator possuído pelas famílias. As famílias gastam em consumo e têm um resíduo: poupanças. As empresas transformam os serviços dos fatores em produtos e geram a renda; por sua ação, combinam e agregam valores: o valor agregado. O grupo keynesiano reproduz a nível agregado a dicotomia neo-clássica. Preserva a idéia de que é o comportamento que define o indivíduo e não o inverso, que é ter um comportamento definido pelo papel que ocupa na relação social de produção. Com uma grande vantagem: ao agregar, Keynes esconde no agregado as debilidades constatadas pela análise motivacional micro. Sim, porque é possível 'ver' o comportamento dos agentes por seu resultado: os agregados. Eles refletem resultados de comportamentos modais. Isto tem um forte sabor positivo. Uma vez que a estatística básica e a técnica de construção de agregados avançam, finalmente poderá ser cumprida nossa velha aspiração positivista: verificar proposições. Finalmente, um montão de proposições com significado verificável. Keynes é um neo-clássico - prestando o melhor serviço a seus pares; permitindo a verificação de um grande número de proposições com significado; - dando um campo para a econometria. Sem a menor dúvida, é - dos nossos. Além do mais, Keynes fez repousar seu sistema - em um campo que apreciamos. As propensões a consumir, a eficiência marginal do capital e a preferência pela liquidez são tão construídas sobre suposições psicológicas. Sem a menor dúvida, estão no território da ciência econômica.

Entretanto, Keynes sabia que feriria suscetibilidades: o seu certo micro-macro jogava para um segundo plano o produto de muitas gerações de neo-clássicos: a micro-análise. Rompia a pretensão unitária da análise neo-clássica; rompia igualmente com o tradicional indivíduoocentrismo, ao colocar empresa e estado no miolo de seu sistema. Com a sensibilidade adquirida em sua longa prática de vendedor, procurou minimizar suscetibilidades que sabia inevitáveis. Procurou acalmar a Academia. O modo como o fez foi genial.

Já fizemos referência à sua habilidade de não se desgastar, evitando qualquer pronunciamento sobre o estado da micro-análise. Outro exemplo do mesmo tipo é o eufemismo da 'Teoria Geral' que, quando fala de indivíduo, deve-se ler empresa. Porém, isso, ele sabia, seria pouco: a técnica de multi-secular eficácia em casos onde frustrações acumuladas têm que ser vencidas, para o bem dos frustrados, é a indicação do bode expiatório como culpado, que possibilite a descarga de agressividade de frustrações acumuladas. Keynes escolheu Say para a descarga de frustrações. O culpado foi Say, que afirmou a impossibilidade da super-produção e sub-utilização permanentes de capacidade produtiva. - A oferta não cria sua própria procura. Quem afirmou isso estava errado; foi responsável pelo nosso engano; abusou de nossa boa fé. Crucifiquemos Say e seus cabeças - de turco, como o Prof. Digou. Rejeitemos seu discurso onde se admite que produtos, em último termo, se trocam por produtos; onde o salário, preço do trabalho, se equilibra em seu mercado específico e o juro, preço da poupança, se equilibra no mercado de capitais como mercado de fundos líquidos produtíveis. Say é responsável por pensarmos assim. Say é responsável por considerarmos o dinheiro um véu. Say é responsável por considerarmos o dinheiro sem importância ou apenas como fator de perturbação (se mal administrado), supondo que as trocas são reais e entre parceiros. Say é responsável pela nossa ilusória tranquilidade. Devido a Say ter cometido um erro. Durante mais de um século ficamos no nível macro

com as abstrações voltadas unicamente para teorias da distribuição. Em lugar de ser esse, de super a quantidade de renda como fator conhecido e concentrar a investigação em como se dá sua repartição funcional.⁴⁶ Foi porque me dei conta do erro deste criminoso - esta é a sublinhar que Keynes transmite - que percebi que, antes de explicar a repartição do lolo, é necessário estudar "as forças que determinam as mudanças na escala de produção e de ocupação como um todo".⁴⁷

INER, em ensaio recente, mostra que a Lei de Say foi manejada por Ricardo em sua discussão com Malthus como contra-argumento reformista, e posteriormente os neo-clássicos lhe conferiram utilização totalmente distinta. "No sistema de Ricardo, fora usada a lei de Say como arma contra forças que tentavam deter o avanço do método capitalista de organização industrial. Nos sistemas pós-ricardianos, serviu de arma contra um grupo de críticos mais radicais da ordem capitalista... e deu meios para explicar as crises periódicas do capitalismo... em termos da operação de fatores exógenos."⁴⁸ Outros já mostraram que, por ocasião da 'Teoria Geral', a sucessão de crises e a insuficiência da pesquisa de explicações 'específicas' anunciavam a próxima morte da lei de Say por inanição (Swedzy). Assim, quando Keynes apresentou Say para um exorcismo neo-clássico, estava 'enforcando um cadáver', indicando para bode expiatório o candidato natural.

46 Na economia ricardiana, que serve de base ao que nos ensinaram há mais de um século, é essencial a idéia de que podemos desdenhar impunemente a função da procura global. Keynes, "Teoria Geral", pg. 40, citado por INER, P.E. "Economics as Ideology and Other Essays". Trad. Bras. Zahar, 1971. pg. 206.

47 KEYNES, J.M. "The General Theory"... op. cit. pg. 6.

48 INER, R.E. op. cit. pg. 237.

Outra prova de gênio em 'Marketing' é qualificar seu sistema de Geral. Keynes, com a 'Teoria Geral' se propôs a apresentar um quadro do conjunto da vida econômica mais completo que o de seus predecessores. Keynes via na teoria recardiana uma teoria da distribuição e considerava que a análise neo-clássica havia se isolado em uma série de análises parciais: uma teoria da produção, outra da distribuição, outra monetária, etc. escassamente articuladas entre si. Seu sistema pretendia agrupá-las em uma vasta síntese; logo, seria Geral. Por outro lado, o qualificativo generoso estaria justificado pelo fato de seu sistema cobrir diversos níveis de equilíbrio de emprego e não apenas o pleno emprego, que teria sido objeto de uma teoria particular. Disse genial ter aplicado esse atributo generoso, porque Keynes estava na verdade propondo um corte radical entre micro e macro-economia, coisas que nem os clássicos, nem os neo-clássicos (para Keynes, todos clássicos) fizeram. Criticar nos outros sua própria deficiência, defender atacando, perfeita a operação.

Keynes, por outra parte, restaurou o prestígio da classe. Sua consciência de profissão de economista como substituto do jurista na ante-sala do Poder, sua ante-visão do economista como um super-dotado 'policy maker' são transparentes no ensaio sobre Marshall: "O estudo da Economia não parece exigir dons especializados de caráter excepcional. Não é, de ponto de vista intelectual, um assunto muito difícil, se o compararmos com os ramos mais altos da Filosofia ou da Ciência abstrata? Um assunto fácil, no qual poucos são os que se distinguem! Tal paradoxo encontra explicação, talvez, no fato de que o grande economista deve possuir uma combinação de talentos. Deve ser matemático, historiador, estadista, filósofo - em certas proporções. Deve compreender símbolos e expressar-se em palavras. Deve ser o particular - em termos do geral, e apreender o abstrato e o real no mesmo

golpe do pensamento. Deve estudar o presente à luz do passado, tendo em vista o futuro. Nenhum aspecto da natureza humana ou de suas instituições pode ficar inteiramente fora de seu alcance. Deve ser objetivo e desinteressado ao mesmo tempo, distante e incorruptível como um artista, embora algumas vezes tenha os pés tão fincados na terra como um político".⁴⁹ Quem diz isto de si e de seus colegas faz uma linda sedução auto-congratulatória:—somos poucos e excelentes.

Caberia finalmente algo sobre o estilo da 'Teoria Geral'. Alguns poderiam se surpreender porque Keynes, que escreveu textos leves e engenhosos, apresentou seu sistema de forma tão abstrusa que faz da leitura da 'Teoria Geral', sem o concurso do providencial 'A Guide to Keynes', de Hanson, um esforço substancial. Creio que um toque de mistério e hermetismo^h faz parte das técnicas de despertar interesse. Keynes sabia que outros economistas fizeram o mesmo no passado; alterou seu estilo. O desagradável é que isto parece ter virado a moda na profissão para qualquer mercadoria.

O recado de Keynes à profissão e à 'ciência oficial' foi bem recebido, à exceção do liberalismo ultra-radical, que levantou contra o keynesianismo a mesma argumentação que havia utilizado contra a idéia de controle.

Vejamos agora alguns dos caminhos que a 'ciência oficial' percorreu a partir da 'revolução keynesiana'. Antes, porém, temos que posicionar algumas observações.

⁴⁹ Citado por HELLBROKER, R.L. "The Wordly..." op. cit. pg.202.

A primeira delas é que Keynes devolveu a ludicidade à economia. O sistema keynesiano (o atualmente denominado pelos manuais oficiais de macro-economia do modelo keynesiano simples) injetou o princípio de causalidade entre as variáveis da análise econômica. Antes, o neo-classicismo admitia em sua visão de equilíbrio a presença de forças em inter-dependência. No sistema keynesiano organizado a curto prazo, com fatores conhecidos, variáveis independentes e variáveis dependentes, a variável independente é a causa explicativa das alterações no comportamento da variável dependente. Alguns dos fatores da atividade agem sobre outros sem sofrer influências. A adoção do princípio de causalidade inter-agregados sugere uma máquina simples, sem 'feed back'. Alguns dos componentes do sistema recebem impulsos sem poder reagir, emitindo outros apenas para a frente. Essa visão de máquina simples é fascinante. Combinada com a já referida transmutação dos agregados, com uma atenção voltada para as categorias - resultados, com grupos e não mais com indivíduos, é difícil para um economista nos anos setenta - realizar a sensação de liberdade, de felicidade, de alívio - que tiveram os deprimidos economistas oficiais da Grande Depressão ao descobrir que sua ciência permitia a construção de modelos, de modelos de máquinas. Eu os vejo dizendo: -Ufa! nos libertamos daquela chatíssima análise micro-econômica com especulações bizantinas sobre motivações comportamentais abstratas. Ganhamos com os agregados o direito de fazer modelos. "Não há dúvida de que Keynes agitou aquele poço econômico estagnado até as suas profundezas. Manteve os economistas num estado de agitação durante os últimos dez anos e provavelmente ainda os manterá assim durante muitos anos futuros." 50

50 HABERLER, G. "Reports of Three Decades". op. cit. pg. 275.

"O grande interesse foi atribuído por muitos ao fato (alegado) de, nela, ser usado pela primeira vez na história do pensamento econômico um método de equilíbrio geral em termos coletivos facilmente manipulável e macroscópico".⁵¹ E, citando Pigou: "Ninguém antes dele, tanto quanto sei, reuniu os fatores pertinentes, reais e monetários, ao mesmo tempo, num único tema pelo que se pudesse investigar coerentemente a ação que exerciam um sobre o outro".⁵² Felizes, os economistas vão para a oficina montar modelos. O lúdico introduzido por Keynes inspira a modelomania. O economista construtor de modelos, fascinado pelas máquinas que pode imaginar. De Keynes, esta será, a meu juízo, a dimensão permanente. Qualquer economista pode fazer um modelo, qualquer um pode atingir a glória. Afinal de contas, não ficou demonstrado que Keynes, sem nenhum material novo (ã exceção da preferência pela liquidez), montou uma primeira máquina e o mundo o honrou e dignificou?⁵³ Porque não eu? E o economista teórico, de macacão em sua oficina, monta e remonta, com os materiais de que dispõe, modelos: faz máquinas. Acho muito salutar esta atividade. Não faz mal a ninguém, é inôcua, alimenta a atividade editorial, ocupa mentes, etc...

Entretanto, esta atividade transcendeu o 'hobbie'. Isto porque a modelomania, fascinada com os

51 HABERLER, G. "Reports of Three Decades". op. cit. pg. 276.

52 Idem, ibidem, pg. 295

53 Dois autores, no "Reports of Three Decades" afirmam a ausência de materiais: VINDER, J: "Ainda que poucos dos elementos que utilizou Keynes para elaborar sua estrutura teórica fossem novos, os revisou e remodelou de acordo com especificações mais precisas e rigorosas"; e HARROD, R: "... este não ajeitou uma revolução na teoria econômica fundamental, o que fez foi um ajuste e uma mudança na acentuação".

agregados, com a imensa carga de afetividade de uma atividade feliz, alimentou poderosamente uma tendência à 'animização' - dos agregados. Eles ganharam vida, por um poderoso sopro divino. De um cotidiano lidar com os agregados, impregnado de profundo sentimento de gratidão, passou-se a uma atitude reverencial, de culto aos agregados. Passou-se a considerar os agregados como coisas vivas. De conceitos formais a entes reais: consumo, PIB, Renda Nacional, etc... sobem, descem, crescem, etc... a própria linguagem tende a vê-los como existentes. Isso oculta mais ainda a antiga idéia de economia como relações entre homens, entre grupos sociais, entre classes. As relações dos modelos não são relações entre conceitos formais (saúdável), mas sim entre entes poderosos e supra-humanos (perigoso). A modelomania passa a alimentar um padrão semântico em economia anunciador da atual megalomania. Necessário reduzir o consumo; a meta é fazer o PIB crescer 5,6% ; estamos preocupados com a redução do investimento, etc...

A micro-economia operava com indivíduos monofuncionais abstratos, porém com indivíduos que guardavam alguma relação com o 'homo sapiens'. Os neo-clássicos da fase utópica - pelo menos os mais lúcidos - tinham consciência de que seus agentes eram arquétipos abstratos. Por outra parte, a doutrina política liberal, propondo como valor maior o respeito ao indivíduo-em que pese seus desvios fari-saicos - impedia uma visão coisificante do comportamento econômico. Distinta é a postura da macro-economia com o 'grupo oeconomicus' cristalizando em categorias-resultado sua visão do econômico. O comportamento do agente anonimizado na categoria-resultado da ação do grupo. A perspectiva anterior via a Economia para o indivíduo, se bem que uns mais iguais do que outros. A perspectiva macro-econômica modelística com agregados animizados inverte a reflexão. Ao nível do discurso dissolve-se no pseudo-tecnicismo o anterior humanismo.

Surge um economicentrismo. O discurso desumaniza a reflexão. Agora a Economia é o centro; a sociedade, objeto e sua serventúria. No pensamento clássico tínhamos o indivíduo como capitalista, operário ou proprietário de terras. No pensamento neo-clássico tínhamos o agente como consumidor, como empresário, como proprietário de fator. No discurso macro-econômico temos o produto, o consumo, o setor-empresas, o setor-famílias, etc... O clássico via relações sociais entre indivíduos; o neo-clássico tradicional via a interação abstrata de comportamentos individuais no mercado; o modelista macro-econômico vê relações de causalidade entre entes econômicos 'vivos'. E do prazer de agregar chegamos a uma religião do econômico; do primado da economia sobre o humano. Chegamos a um problema 'técnico': Necessário maximizar o crescimento, preservar a estabilidade, suprir a economia com os recursos de que necessita: naturais, técnicos, de capital e humanos. Não a economia para a população, mas sim recursos humanos, coisa, em qualidade e quantidade, adequada para nosso Polo: o econômico. O macro-econômico que se nos revela através de um conjunto de seres admiráveis: o produto, a renda, o consumo, a poupança, o investimento etc... seres estes que manejamos com nossos modelos em nossas oficinas. Do convívio da oficina, do manejo dos agregados, a criador de entes vivos, a manipulador de modelos, a manipulador da sociedade e da história etc... abre-se caminho para uma perigosa enfermidade, que existe em estado epidêmico na profissão atual.

Na verdade, se o economista permanecesse em sua oficina de macacão, explorando o milhão de possibilidades lúdicas, de modelização possíveis a partir de umas tantas variáveis, de uns tantos períodos de análise, etc... não estaríamos mal. Ocorre que a 'ciência oficial' é apologética e, pós-keynes, formalmente operatória. Isso significa que o economista sairá da oficina e, acompanhado dos entes que supõe vivos, se tomado pela epidemia, tenderá a 'veicular'

o 'vírus' da megalomania nos prisioneiros da grande oficina social. É a se supor Deus, pois cria e manoja suas criações.

A segunda observação está ligada a uma colagem com o positivismo. Como uma reação ao formalismo do discurso neo-clássico, o entre-guerras assistiu a um revigoramento do neo-empiricismo, com anterioridade à modelomania. A econometria foi inicialmente, segundo sua etimologia, uma tentativa de medir, por meio da estatística-matemática, os fatos econômicos, suas grandezas e relações, para, por via indutiva, obter conclusões teóricas. Prendendo-se ao real, a econometria teve a pretensão de construir uma ciência econômica verificada e que fosse base concreta para a ação. Começou, pois, com um problema de medida. A criação de seres estatísticos implicava na definição de conceitos mensuráveis que satisfizessem as três condições de Divisia:

- a) não permitir ambiguidade quanto ao objeto mensurável;
- b) caracterizar somente elementos que tenham realidade objetiva independente de quem os utilize;
- c) referir-se exclusivamente a elementos que tenham uma existência concreta.

Inicialmente, pois, a econometria colocou-se na posição ultra-empiricista; colocou-se na posição de que ela seria a condição para um progresso ulterior da teoria. Por essa rota caminhou; porém rapidamente chegou à conclusão de que as provas estatístico-matemáticas, pelo melhor, poderiam servir para verificar ou invalidar hipóteses teóricas prévias, mas que na falta destas hipóteses não poderia descobrir nenhuma relação interna na massa de informações de que dispusesse. A modelomania, por força de seu substrato 'positivo', tendeu a enlaçar-se com a econometria, suprindo-a de material teórico. O modelo macro-econômico, com seus agregados arti-

culados segundo umas poucas relações de comportamento, -
 forneceria, o suporte teórico a ser verificado pela econo-
 metria. A verificação do modelo é um passo perfeitamente ra-
 zoável. Que o economista saia da oficina e procure verificar
 a aderência de sua máquina ao real é um passo lúdico que pode
 ser saudável, desde que não caia em nossa já conhecida 'caixa
 preta'.

Sim, porque o corte entre teoria e
 modelo conduz a uma hipertrofia da tendência operacional e ao
 esquecimento da visão de Economia como ciência social. A re-
 dução da ciência econômica aplicada à super-imposição dos mo-
 delos parece ser um desdobramento perverso do saudável impul-
 so lúdico pós-keynesiano. Sim, porque agora a economia não
 pode mais permanecer contemplativa; porque um dos preços do
 impulso lúdico é que agora a 'ciência oficial' não pode mais
 deixar de atender a uma 'demanda intra-muros': tem que inte-
 grar o comportamento do Estado em seus corpos teóricos. Pós-
 -Keynes terá que reconstruir sua Teoria da Política Econômica;
 terá que substituir o tradicional conjunto de preceitos avali-
 zado por suas barbas brancas, por alguma construção teórica -
 explicativa do comportamento do Estado: em parte, para aten-
 der a uma formalização que lhe será constantemente cobrada; em
 parte, para atender à sua própria 'demanda intra-muros'.

Creio que infelizmente resolve o pro-
 blema de forma neurótica - divide-se em um personagem que rea-
 liza dois discursos. Na exata medida em que mantenha sua pro-
 posta de uma Teoria como visão universal e a histórica, ser-
 -lhe-á extremamente difícil tratar esse personagem de forma
 homogênea em seus dois discursos: o teórico-apologético e o -
 modelista-operacional. Sim, porque agora existe no centro de
 sua reflexão um poderoso agente: o Estado; e isto corresponde
 a um certo nível de evolução histórica do Sistema que engan-
 drou uma onipresente instituição: o Estado. Ao nível da ne-

delística-operatória a Economia como 'ciência oficial' pós-Keynes não mais poderá admitir o Estado como mínimo necessário. A 'ciência oficial' com Keynes admitiu o Estado - e o princípio do controle - como agente integrante de sua operatória. Vimos a 'ciência oficial' resistir durante muitas décadas em seu reconhecimento da presença do Estado na substância do econômico. Obrigada por sua perplexidade micro-econômica e empurrada pela Grande Depressão, comprou a 'Teoria Geral' e admitiu a existência do Estado como 'variável independente'. Não pode mais retroceder deste reconhecimento.

Não pode 'fazer de conta' que o Estado não existe no Sistema; não pode deixar de vê-lo. Não pode mais tratá-lo como um mero fator de perturbação do equilíbrio geral devido à sua presença. Tendo admitido com Keynes a presença do Estado, terá que estar sempre - e a cada momento - preparada para responder a um angustiante questionário: Qual o tratamento a ser dado a esta 'variável independente' - o Estado? É correto ou não, neste momento, o comportamento da 'variável independente'? Respostas a este questionário engendram outras perguntas. A Economia como 'ciência oficial' não pode correr o risco de ser reprovada neste angustiante exame. Sim, porque não pode, na medida em que é 'oficial', responder com interpretações da história.

Tem que responder ao questionário - de forma consistente com uma Teoria universal e ahistórica. Esta é uma tremenda charada. Se a Economia responder com a História reprovada como apologia oficial, se responder apenas com a operatória, não é mais Ciência: é apenas uma técnica. Já conhecemos algumas respostas-tipo; recapitulamos estas respostas à luz do dilema supra-descrito:

- a) um cândido robbinsoniano diz: -Sou um modesto operador. E o Sistema lhe pergunta: - Onde está minha apologia?

- b) um teórico do Bem Estar responde:- Organize a economia sob condições de perfeita competição, e/ou melhore o padrão de repartição, e/ou adote o 'princípio da compensação', e/ou persiga o 'second best'. E o Sistema, entendendo a resposta, pode morrer de rir ou, se for mais educado, perguntar-lhe:- Onde está minha operatória?
- c) um da 'caixa preta' responde:- Para a apologia, use a Teoria; e para a operatória, dê-me tempo que vou buscar minha caixa de carpintaria. E o Sistema pergunta-lhe: -Onde está a coerência entre Teoria e modelo?

Qualquer uma destas resposta-tipo, além de insuficiente, é apenas um refúgio. Alguns economistas tentam responder utilizando mais de uma das resposta-tipo, sem maior preocupação com a congruência, ou então, para cada auditório, dar um tipo de resposta (por exemplo, na Academia, para os estudantes, a resposta-tipo 'b'; na agência de que é consultor, a resposta-tipo 'a').

O dilema supra-descrito é dilacrador do economista oficial. Especializar-se em Teoria Pura 'a la Samuelson'; ver no Estado o grande erro e exorcisá-lo são atitudes que permitem manter as 'barbas brancas', porém agora pós-Keynes estão despojadas do prestígio e do 'status' de pensador positivo. Facilmente são percebidas como anacronismos e excentricidades. Outra solução: assumir a postura que já chamei de 'receptualista', isto é, propor objetivos, indicar instrumentos político-econômicos, avaliar a atuação do Estado. Para tal, o economista se servirá do produto de sua oficina; servir-se-á dos modelos. Estará dando um passo: saído da Academia, irá às ruas e praças públicas - de macacão. Uma grande volúpia: por vezes se sentará ao volante, ou próximo ao dirigente. No primeiro caso, não terá

mais a dignidade das barbas brancas; no segundo, descobrirá que seus modelos pouco ou nada lhe valen.

Porém, mesmo antes desta dramática descoberta, o economista sentir-se-á igualmente dilacerado; como motorista ou como co-motorista oficial, não dispõe de um corpo teórico compatível com o veículo e as condições de pista e de trânsito que está enfrentando. Sua Teoria não é compatível nem aplicável ao que faz, ou melhor, tenta fazer. Disto tem consciência: o mínimo é a perda de auto-respeito.—Sou apenas um motorista, com uma Teoria que nada tem que ver com meu ofício.—Possuo anel de grau, mas sou um motorista ou co-motorista oficial. Dilacerado entre Apologia e Operação; preconizando apologeticamente o oposto do que tenta fazer operatoricamente; consciente desta irremediável dicotomia, o economista oficial é um neurótico em potencial. O modo como esta neurose se explicita será a matéria da próxima seção deste trabalho.

O dilema supra-descrito é 'em si' antigo, porém a 'ciência oficial' somente o converteu em um 'para si' há pouco tempo. A história desta explicitação do dilema e a solução neurótica encontrada exigem uma reconstituição rápida da dolorida discussão 'intra-muros' da análise macro-econômica de Keynes a nossos dias. Sim, porque da mesma forma que a análise micro destruiu seu discurso, algo semelhante ocorreu com a análise macro de Keynes para a atualidade. Da mesma forma, a grande responsável foi a 'arqui-inimiga' da postura 'oficial': a História.

A partir de Keynes, a 'ciência oficial' incorporará em algum grau a renúncia à velha crença da organização espontânea da economia correspondente a uma or-

dem natural e harmônica. A crença nas forças auto-corretoras estará reduzida a uns velhos militantes ultra-liberais. O Estado substituiu a 'mão invisível'. Mesmo a corrente ultra-liberal tem um problema teórico ante si : se fosse possível retroceder os ponteiros da História e lhe fosse dada a chance de implantar um esquema liberal; como 'desestatizar' a economia? Sim, porque Keynes, ao substituir a 'mão invisível' pela 'variável independente', abriu os olhos para a impressionante dimensão do Estado no sistema econômico. Na verdade, essa tomada de consciência no coração do Sistema - nos Estados Unidos - é, ao nível de sua 'ciência oficial', produto da Teoria da estagnação de Alvin Hansen: o Keynes americano; da surpresa com a Segunda Guerra Mundial e com o imediato pós-Guerra, HANSEN, uma das primeira adesões ao keynesiano, publicou em 1938 seu "Full Recovery or Stagnation?", ao qual se segue 'Fiscal Policy and Business Cycles' (1941). 54

A tese de Hansen é de que no capitalismo maduro existem fatores e forças que tendem a fazer com que as recuperações econômicas sejam fracas e as depressões prolongadas. Aluno de Schumpeter, Hansen, após assinalar que a ocupação de fronteiras de recursos, o crescimento demográfico e a difusão industrial, pela destruição de formas pré-industriais como fatores de estímulo secular à expansão, estão por definição reduzidos na etapa madura do capitalismo, conduz suas esperanças - para o progresso técnico. Porém, nisso acompanha o próprio Keynes e antecipa o Schumpeter do 'Capitalism, Socialism and Democracy' (1942). Haveria no seio do ca

54 (1ª edição em 1938) Hansen, ao assumir a Presidência da American Economic Association, em dezembro desse ano, pronunciou uma completa exposição da tese da estagnação, publicada posteriormente como "Economic Progress and Declining Population Growth". In "American Economic Review", Março de 1939.

pitalismo maduro um elenco de razões que fariam com que o 'espírito de empresa' estivesse amortecido e a incorporação do progresso técnico - a saída secular para a contínua expansão e fuga à depressão - fosse tímida e inadequada.⁴⁷ Um corolário dessa posição é assumir que o Estado, 'variável independente', teria que assumir permanentemente a responsabilidade de manter o pleno emprego. A 'Teoria Geral' deixava subsistir a esperança de um Estado - gangorra que, com o objetivo do pleno emprego, atuaria compensatoriamente, entrando e saindo na procura global segundo as oscilações cíclicas. Inclusive, alguns fabricantes de máquinas se engenharam em construir alguns modelos institucionais - engenhosos - os estabilizadores automáticos - que, através de combinações tributárias com sistemas previdenciais e políticas monetárias ágeis, situariam o problema da 'compensação do ciclo' como um dispositivo institucional automático, minizando o 'arbítrio' estatal. (O institucionalista A.F. BURNS foi o grande pesquisador do que poderia ser uma solução de compromisso conveniente: a montagem de um elenco de dispositivos institucionais: impostos, subsídios, seguro social, seguro contra desemprego, etc. cuja implantação funcionaria como um amortecedor das flutuações cíclicas; se um sistema destes pudesse ser montado sua operação seria impessoal e fora, portanto, do arbítrio estatal.) 55

De Hansen se extrai a convicção da necessidade de um Estado em permanente expansão. Sabemos - que até a 2a. Guerra a recessão persistiu; inclusive, a mini-recuperação de 35/7 seguiu-se uma queda na atividade em 1938. Os anos da Segunda Guerra foram naturalmente de alta

55 BURNS, A.F. "The Frontiers of Economic Knowledge" Trad. Esp. Madrid, Aguilar, 1960. Sua conclusão da pesquisa empírica sobre possíveis estabilizadores automáticos foi da baixa ou quase nula contribuição dos 'estabilizadores'. Ver também MITCHELL, W. e BURNS, A.F. em "Measuring Business Cycles" (1946).

pressão. A comunidade profissional previa uma crise no pós-guerra: "Duas forças extra-sistemáticas eram então reconhecidas como estratégicas no que diz respeito ao nível de produção e emprego nos anos que se seguiriam imediatamente ao fim da guerra: uma redução súbita e dramática nas despesas públicas e a procura latente de bens de consumo e reposição coberta pela poupança de bilhões de dólares acumulada durante o período da guerra. Ao avaliar a intensidade relativa dessas forças opostas, a imensa maioria de técnicos (tanto os práticos como os de formação científica) concluiu pela predominância das tendências deflacionárias prevendo uma retração drástica das atividades econômicas, possivelmente indo até o baixíssimo nível vigente durante a Grande Depressão".⁵⁶ A previsão de estagnação não se verificou. Pelo contrário, o capitalismo maduro entrou em uma fase de contínua expansão até nossa década. A incorporação do progresso técnico acelerou-se. O que ocorreu? Pós-keynes, os olhos estariam abertos. Foi-lhes fácil encontrar a resposta: -O 'Estado' está aí, amalgamado e onipresente no Sistema econômico.

Hoje a bibliografia sobre o Estado na Economia é abundantíssima. Tomemos, por exemplo, do trabalho de Musolf algumas informações que traçam um perfil do Estado americano na entrada dos sessenta.⁵⁷

- a) Em 1961, a despesa do governo foi 23,8% do PNB. De 9,8% em 1929, passando por 19,2% em 1939, para 23,1% em 1949.

⁵⁶ LOMB, A. op. cit. pg. 60.

⁵⁷ MUSOLF, L.D. "Promoting the General Welfare: Government and the Economy". Trad. Bras., Atlas, 1960. O livro de Musolf tem ao final uma extensa bibliografia.

- b) Em 1963, o investimento líquido privado foi de 39 bilhões de US\$; nesse ano, o investimento público foi de 19 bilhões de US\$.
- c) Em 1962, o gasto militar - espacial foi 10% do PNB; em 1929, 0,7%; em 1950, 4,6%; em 1960, 9,0%.
- d) Em 1963, a General Services Administration possuía 3,6 bilhões de US\$ de materiais estratégicos, principalmente metais, o que fez uma vez um economista boliviano dizer que a maior mina de estanho do mundo era a General Services. Nesse mesmo ano, os estoques de produtos agrícolas somavam 5,5 bilhões de US\$.
- e) Em 1961, o total de gastos com a 'indústria da invenção' foi de 14,7 bilhões de US\$. O governo federal financiou a fundo perdido 65% desses gastos. Os gastos com 'R & D' em 1961 atingiram 2,6% do PNB. Em 1953, os mesmos gastos representavam 1,4% do PNB e o governo federal cobria 53%. Em 1940, representavam 0,6% do PNB e a participação federal cobria apenas 21%.
- f) O Bureau Budget, em 1955, estimulado pelo relatório da segunda Comissão Hoover, fez um censo de instalações produtivas de bens e serviços competitivos com a empresa privada, encontrando 24.000 instalações.
- g) Organizadas sob a forma de empresa pública, Musolf encontrou em 1960 um número relativamente pequeno de agências, a saber: 1) um sistema de crédito, seguro e auxílio a pequenos investimentos de agricultores e cooperativas; 2) um sistema de crédito hipotecário para fomento à construção residencial herdado do 'New Deal'; 3) O Federal Reserve Bank System e o

- Eximbank; 4) algumas Cias. de transportes: Es-
trada de Ferro de Alaska, Cia. Canal do Pana-
mã e Sociedade da Rota Marítima do São Louren-
ço; 5) o T.V.A. e algumas pequena cias. no
setor de energia elétrica.
- h) O subsídio direto orçamentário a diversos seto-
res da economia em 1965 atingiu 6,5 bilhões de
US\$ concentrados na agricultura. A classifica-
ção dos programas ocupa 5 páginas do livro de
Musolf.
- i) Com o título do Estado como regulador, Musolf
agrupa uma coleção extensa de setores e prátic-
as 'subjudice' públicas e procura reconsti-
tuir sua efetividade e evolução histórica. Aí
estão a inócua legislação anti-monopólica, ser-
viços de utilidade pública, comunicações e ope-
rações com valores mobiliários, a complexa e
eficiente regulação do setor agrícola, a evolu-
ção da legislação do trabalho e as leis de prote-
ção ao consumidor, de pureza de alimentos, de
saúde pública, etc...
- j) etc... etc... etc...

Qualquer listagem equivalente para
uma economia européia configuraria um perfil mais marcado -
pela presença do Estado através de empresas públicas e uma
menor contribuição para a 'indústria de invenção'. ⁵⁸ Em re-
sumo, a partir da 2a. Guerra Mundial o 'Estadão' está aí e
tende a crescer.

58 O leitor interessado poderá ter um quadro descritivo ultra-
-completo no trabalho de KIRSCHEN, E. S. e outros: "Economic
Policy in Our Time". Amsterdam, North-Holland, 1964. (Existe
Trad. Bras., Atlas, 1975.)

A constatação da presença e necessidade de um Estado em permanente expansão, a já referida megalomania, a imperativa demanda 'intra-muros' de uma Teoria da Política Econômica e a hipertrofia do corte micro-macro com o manejo de agregados 'animizados' são vetores do discurso da 'ciência oficial' do pós-guerra. Estas tendências conduzirão a 'ciência oficial' à fragmentação, à perda de unidade que todos os historiadores do pensamento atual constataam: por muitas de suas vertentes - e impelida neuroticamente - caminhará para a megalomania, que será a matéria da próxima seção deste trabalho.

Por agora, quero registrar um tipo de enfrentamento do problema do Estado, proposto, com a maior seriedade, por muitos dos 'Anuais de Política Econômica' do pós-guerra e que eu, por falta de melhor denominação, chamo 'tomar o touro pelas unhas' enfrentando resolutamente, a nível do texto, o problema. Confesso uma admiração irrestrita por FOSSATI que, frente ao fenômeno do 'Estado', afirma: "Qualquer um pode facilmente advertir-se da natureza especial que adota neste caso o conceito de política econômica. Não se trata de determinar as formas de intervenção estatal baseando-se no conhecido 'optimum' do dinamismo econômico, no puro das ações individuais livres, mas, sim, fazê-lo tendo em conta a atividade coordenada dos indivíduos e do Estado, que supre as deficiências da atividade dos primeiros, sempre que se queira permanecer no campo das economias que respeitam a atividade do indivíduo. Compete ao economista, pois: por uma parte, elaborar novas suposições teóricas, e por outra, fixar o sistema científico de colocação dos problemas concretos que se apresentam ao Estado". 59

59 FOSSATI, M. "Elementi di Politica Economica Razionale". Trad. Esp., Madrid, Aguilar, 1961, pg. 7.

Continuemos escutando a proposta de FOSSATI em prol de uma política econômica racional: "A política econômica pode definir-se, em uma primeira aproximação, como o estudo da atividade dos poderes públicos, principalmente do Estado, no campo econômico".⁶⁰ "A política tem ante si fins a alcançar dentro de um quadro de condições, umas controláveis, outras não. O problema está em conseguir a maximização destes fins, dadas as condições não controláveis" e, "encontra o critério de racionalidade na circunstância de que permita a maximização dos fins, dadas as condições não controláveis."⁶¹ "A política econômica é considerada como uma entidade única, coerente. Considerar tantos componentes separados sem ter em conta sua estreita interdependência mútua significa desconhecer a realidade da interdependência geral que liga entre si todos os fenômenos econômicos. Não se pode falar de uma política agrícola, industrial, salarial, etc... como distintas".⁶² E, para rematar o que é óbvio para FOSSATI: "É claro que a ação (política econômica do Estado), para que seja racional, tem que estar guiada pelos princípios que se derivam do estudo dos fenômenos econômicos".⁶³ Ou então, invejar o enfoque um pouco mais modesto de um BRESCIANI-TURRONI: "Porém, as medidas de política econômica são elas mesmas objeto de exame por parte dos estudiosos. Quais são seus efeitos? Logram os fins a que a autoridade se propõe? Estes fins resultam compatíveis com outros que se deseja obter com outras medidas? Na hipótese dos fins específicos serem logrados e o resultado das medidas tomadas em determinado setor ser aparentemente favorável, não provoca isso, talvez, efeitos perversos em outros setores da vida econômica? Assim se formou uma ciência que não é mais do que um ramo da

60 FOSSATI, E. "Elementi di Politica Economica Razionale". Trad. Esp., Madrid, Aguillar, 1961, pg. 18.

61 Idem, ibidem, pgs. 3 e 18.

62 Idem, ibidem, pg. 19.

63 Idem, ibidem, pg. 16.

ciência econômica, que estuda as diferentes formas e a multiplicidade de efeitos do Estado nas relações econômicas. Tal é a política econômica no sentido científico".⁶⁴ Diz ainda o Prof. BRESCIANI: "A ciência econômica não pode, portanto, ignorar o Estado, e deve ter em conta esse novo 'fator econômico'. A descrição dos fenômenos econômicos reais seria incompleta no caso de que não se estudasse também os efeitos - das diferentes intervenções do Estado ou dos órgãos por ele criadas. Por outra parte, sem o conhecimento das leis fundamentais da ciência econômica, não temos um ponto firme do qual partir para indagar os efeitos da intervenção do Estado sobre os preços, os salários, a distribuição dos recursos produtivos, etc... e os meios mais apropriados para alcançar - certos fins que o economista como tal não discute, porém que aceita como fatos".⁶⁵

Frente a esse programa de trabalho para o economista, verificamos uma provável insuficiência - nas virtudes que Keynes encontrou necessárias para o economista. Sempre que me imagino às voltas com essas tarefas, tendo a desculpar os ultra-liberais, os que optam pela 'caixa preta', os que ficam numa modelomania inofensiva.

É ciclópico o programa mínimo. Herói ou super-herói, o economista que arregança as mangas da macacão, e toca à frente com a política econômica racional. Talvez por isso a Sociedade, reconhecida a seus supremos esforços, lhe tenha concedido tantas homenagens. Se considerar

64 BRESCIANI-LURRONI, C. "Corso di Economia Politica II - problemi di politica economica". Trad. Esp., Mexico, F.C.E., 1961, vol. II, pg. 11.

65 Idem. Ibidem. vol. I. pg. 38.

nos o Prêmio Nobel um indicador de heroísmo, as premiações de Tinbergen, Frisch e Boulding, todos autores com especialização ou preocupação prioritária político-econômica, sejam mais do que merecidas.

BOULDING alinha uma definição de política econômica que reconhece ainda imprecisa, no que considera uma primeira aproximação ao problema: "Podemos considerar a política social ou econômica em sua mais ampla escala como uma espécie de agricultura social, uma alteração deliberada da organização natural da sociedade em favor de objetivos econômicos." ⁶⁶ Pode-se acusar o economista moderno do que se queira, menos de covardia! Lavrar tal campo! Moderna versão de um dos trabalhos de Hércules; mais que justa a premiação.

Seria impossível e inexecutável no âmbito desse trabalho tentar uma reconstituição de todas as direções por onde a modelomania transitou no pós-guerra. Procuraremos alinhar algumas das explorações que têm clara convergência para a discussão político-econômica.

Um primeiro movimento é o que poderíamos denominar de 'conservantização' da revolução keynesiana. LEPIER, escrevendo em 1963, sintetizou essa operação: "O desenvolvimento mais extraordinário na economia keynesiana, na última década, foi o retrocesso em sua compreensão e aceitação gerais. Há dez anos pareceria que a teoria geral de emprego havia quase terminado o curso através do qual todas as novas idéias têm que passar. Devido a ter sido considerada algo errada e revolucionária, tornara-se algo certa e natural e até o

⁶⁶ BOULDING, K. "Principles of Economic Policy" Trad. Esp., Madrid, Aguilar, 1963. pg. 19.

que havíamos sabido o tempo todo. Quando uma nova teoria alcança esse grau de naturalização, há boas esperanças de ser aplicada a problemas práticos, visto deixar de ser considerada 'teoria' passando a 'bon senso'. A economia keynesiana - ainda está, entretanto, passando por outra fase. Esteve tão brilhantemente disfarçada como 'o que tínhamos sabido o tempo todo' que as antigas falácias puderam insinuar-se pelo cenário, com a pretensão de serem o novo 'bon senso'". 67

Qual a razão ou razões da 'conservantização' ? Eu diria que, em primeiro lugar, a agradável surpresa no pós-guerra; a comunidade profissional previa um quadro depressivo. Entretanto, o mundo capitalista experimentou daquela data até nossos anos um crescimento praticamente contínuo, se bem que nos E.E.UU., com taxas moderadas e certamente (salvo alguns anos) sem pleno emprego. A presença do 'Estado' financiou a 'indústria da invenção', sustentou a procura global e permitiu que acumulação e o progresso técnico se resolvessem dinamicamente em termos de crescimento. O comércio internacional logrou um novo padrão de estruturação, tendo sido reorganizado em função do novo polo. O doloroso processo de reconodação do entre-guerras forjou todo um novo sistema de relacionamento internacional. O fantasma da depressão foi afastado. Em contra-partida, apareceu o fenômeno da inflação, da tendência a, ainda sem pleno emprego, uma persistente elevação do nível geral de preços, se bem que sua taxa tenha sido oscilante. SMITHIES nos diz: "A economia keynesiana - como a recardiana - não estava destinada a sobreviver como uma doutrina monolítica. Quando o sistema se aproximava ao pleno emprego, a possibilidade reconhecida na 'Teoria Geral' de um conflito entre os objetivos de pleno emprego e estabilidade de preços explicitou-se. A necessidade, primeiro de uma mobilização total (2a. Guerra) e mais -

67 LERNER, A.P. "Reports de Three Decades". op. cit. pg. 230.

tardo de uma parcial (Guerra Fria), reviveram o interesse pelos problemas clássicos, a partir do momento em que os economistas compreenderam que o poder econômico dependia não somente da magnitude da renda nacional, mas também de sua taxa de crescimento". 68

Inflação e crescimento como nova temática, ao invés do desemprego. Esta substituição é acompanhada de um estado de alívio; afinal de contas, o capitalismo não estava senil, revelava pelo contrário muita vitalidade. A visão depressiva do keynesianismo, seu desdobramento pelos estagacionistas, o estado d'alma que havia levado Hicks a considerar que "talvez a revolução industrial não tenha sido mais que um 'boom' de duzentos anos" como temática superada. Agora estudaremos inflação e crescimento: temas novos e otimistas.

Não é necessário fazer uma 'geriatria' do capitalismo como propunham as correntes da 'esquerda keynesiana' lideradas por Beveridge. 69

Com a premissa da senilidade do capitalismo, esta posição propõe um tratamento 'geriátrico' de 'choque': além das políticas monetária e fiscal preconizadas por Keynes, Beveridge radicalizava sua proposição de uma política redistributiva de renda (minimizando a regressividade).

68 SMITHIES, A. op. cit. pg. 22.

69 A 'esquerda keynesiana' teve por líder Sir William Beveridge; o "The Full Employment in a Free Society" Londres Allen and Unwin, 1944, de Beveridge apresenta a posição.

A 'esquerda keynesiana' considera imprescindível a montagem de um amplo sistema de controles estatais através do estabelecimento de um orçamento econômico nacional; a nacionalização dos setores já monopolizados; amplo sistema previdencial e de seguro contra o desemprego; controle rígido do comércio exterior; amplas obras públicas combinadas com orçamentos desequilibrados permanentemente; controles das inversões privadas, - inclusive de sua localização, etc... Beveridge faz uma colagem de Keynes ao fabianismo, e é um modelo para todos os reformismos que pretendem salvar o capitalismo colocando-o sob um regime monástico-rigoroso. Desnecessário dizer do irritante repúdio a esse tipo de tratamento clínico por um capitalismo astuto que usa o controle para seu fortalecimento. Desnecessário dizer da irritação da 'ciência oficial' com esse tipo de receita, que ela situa fora do território 'científico' da economia. ⁷⁰

A inflação pode, à primeira vista, ser manejada com muito mais segurança pela 'ciência oficial' que o desemprego. Senão vejamos.

Tenhamos presente que o tom inflação ao contrário do desemprego permite à 'ciência oficial' - recuperar o tom maniqueísta tão de seu gosto. A postura 'barbas-brancas' normalmente se compraz em assumir esta tonalidade. Permite-lhe reprovar com maior ou menor severidade o comportamento dos agentes no processo econômico, assinalando seus desvios triviais ou graves - em relação à 'boa norma de conduta'. No passado, a norma era a preservação de condições de perfeita concorrência; agora, será a estabilidade de preços. Após a Segunda Guerra Mundial uma persistente -

70 A respeito da reação que inspira essa posição ao keynesianismo de direita leia-se o artigo de HARBELLER, G. In "Reports of Three Decades". pgs. 290/293.

tendência do nível geral de preços a se elevar continuamente foi praticamente verificada em todas as economias de 'mercado'. Ao invés de ver nisso uma pista significativa sobre uma variação no padrão de comportamento do Sistema, como era de se esperar, a 'ciência oficial' lançou-se à investigação do que é denominado inflação rastejante. A análise do fenômeno elevação persistente dos preços permite um corte de prodigioso 'sex-appeal': a distinção entre inflação de procura e inflação de custos.

A inflação de demanda tenta isolar os fatores que poderiam gerar elevações nos componentes da demanda global; diversos são analisáveis. Porém, existe um que é sensacional; trata-se de 'imoderada' expansão da 'variável independente': o gasto público. A perturbação proviria de elevação do gasto público e do irresponsável financiamento do déficit público como erros da política fiscal. Temos uma causa: mau comportamento do Estado; e um efeito: a inflação. A crítica à irresponsabilidade do Estado com a componente inflacionária de procura que introduz com sua ação irresponsável é sumamente gratificante, pois permite substituir o mito da ineficiência do Estado pelo mito de sua irresponsabilidade. HABELLER diz: "Há um enorme orçamento governamental - um múltiplo do orçamento de antes da Grande Guerra, não só em termos absolutos, mas também como percentagem do PIB, uma grande parte do qual com propósitos improdutivos; um vasto organismo de previdência social; e sobretudo, uma profunda modificação na política econômica global. Há também uma firme disposição de manter o pleno emprego e não tolerar qualquer depressão que passe de uma suave e temporária queda na produção e no nível de emprego.

Isto soa bastante persuasivo e parece suficiente para explicar a inflação do pós-guerra, embora se deva insistir que estes fatores não poderiam produzir inflação, mas somente - taxas de juros elevadas e dinheiro escasso, se a quantidade de moeda não fosse continuamente incrementada". 71 Este - fragmento de Haberler revela o bom maniqueísta: o Estado com a política fiscal alimenta uma inflação de procura e com a política monetária expande irresponsavelmente os meios de - pagamento. (Quase transparece um 'saudosismo' do desemprego).

A outra face do corte analítico é a denominada inflação de custos. Aqui a pesquisa da 'ciência oficial' é dos fatores que obrigam em último termo as empresas a elevarem seus preços. Esta pode ser uma análise sofisticada que também apresenta fascinantes possibilidades que têm o seguinte tipo geral: as empresas, coitadas, são - obrigadas a elevarem seus preços devido à gula dos sindicatos e à pressão tributária. Agora, a análise chega a outra conclusão. Com Pigou e Rueff, os sindicatos eram responsáveis pelo desemprego (voluntário, porque se recusavam a baixar seus salários monetários); agora são responsáveis pela - inflação (porque pretendem elevar seus salários monetários). Recorramos novamente a Haberler: "Se houver livre concorrência no mercado de trabalho, os salários serão determinados - pela oferta e procura, e não poderá haver uma tal coisa - de que se chame o 'empurrão dos salários'. Somente se houver - organizações monopolísticas - isto é, sindicatos operários - poderemos falar de um 'empurrão de salários'. Em muitos - países os sindicatos operários tornaram-se tão poderosos que puderam obter todos os anos, ou um ano sim e outro não, aumentos salariais (incluindo-se outras vantagens disfarçadas) -

71 HABERLER, G. cap. II In "Inflation". Org. I.E.A. Trad. - Port., Rio, Ed. Livro Técnico, 1965, pg. 21.

que excediam grandemente o incremento geral da produção per honer/hora. Mesmo se em alguma empresa o aumento de salários não é maior do que o incremento da produtividade daquela determinada empresa e pode ser concedido, possivelmente, sem elevar o preço dos produtos da empresa, este aumento de salários é inflacionário se excede o incremento geral da produtividade da indústria como um todo". (A razão seria, segundo Haberler, uma espécie de efeito/demonstração) ⁷² O Estado também é um dos culpados da inflação, diretamente, porque amplia cargas tributárias e, indiretamente, porque é conivente com uma demagógica política de elevações salariais.

Não consigo resistir à tentação de fazer uma digressão sobre o quão revelador é uma reconstituição da percepção dos economistas sobre o fenômeno sindical. Para isto farei uma pausa no exame dos porquês do 'sex appeal' da inflação como tema favorito da 'ciência oficial' pós-Segunda Guerra.

A. Smith aceitava as 'Trade Unions' - não vendo o menor impedimento econômico a que fosse respeitado o direito de associação dos operários. Inclusive sua confiança em que a profundização da divisão do trabalho elevasse a produtividade da mão-de-obra o fazia aceitar um processo de melhoria salarial. Sabemos que a visão da demarcação da industrialização inspirou o pessimismo ricardo-malthusiano e a fixação da crença na incorribilidade de uma 'lei de aço' de Lassale. Entretanto, como sublinhou Robbins, foi preservada

72 HABERLER, G. cap. II In "Inflation". Org. I.E.A. Trad. - Port., Rio, Ed. Livro Técnico, 1965, pgs 23/24. Passim.

a idéia de uma defesa do princípio de liberdade de associação operária. ROBBINS, em apoio à sua tese, cita uma carta de MacCulloch a Ricardo onde o primeiro diz: "A capacidade de trabalho é para o homem pobre o que o capital é para o capitalista. Se não se impede a cem ou mil capitalistas unirem-se para formar uma combinação (sociedade), porque não se haveria de permitir a uma centena ou um milhar de trabalhadores fazerem o mesmo com seu capital?" 73

Na medida em que o processo de urbanização avançou e em paralelo cresceu a forças política das associações operárias, o reconhecimento de uma simetria de direitos associativos tendeu a ser progressivamente negado pelos economistas liberais. Passaram a ver na greve, uso de piquetes, etc... operações extra-mercantis (fora das 'regras do jogo') ilegais: um 'caso de polícia', uma infração capital ao delicado sistema de livre competição. Dito com maior precisão, diferenciou-se o direito de associação do direito de fazer uso político-econômico da associação.

O Manifesto Comunista é de 1848 e o 1º volume do "Capital", de 1867. MARX não via o exercício do direito de associação permitindo aos operários elevarem seu salário; entretanto, via possibilidade de êxito na redução da jornada de trabalho. "O capitalista compra a força de trabalho por seu valor diário. Pertence-lhe, pois, seu valor de uso durante uma jornada e, com isto, o direito a fazer trabalhar o operário a seu serviço durante um dia. Porém, o que é que se entende por um dia de trabalho?" 74 O sindicato, para -

73 ROBBINS, L. ("The Theory of Economic Policy".) op. cit. pg.107.

74 MARX, K. "Das Kapital". Trad. Esp., Mexico, FCE, 3a. ed., 1964, pg. 178.

Marx, utilizaria a força derivada de seu 'direito de associação' para 'vis-a-vis' ao capitalista, definir a duração da jornada. "Encontramo-nos ante uma antinomia, ante dois direitos colidentes, sancionados e cunhados ambos pela lei que rege a troca de mercadorias. Entre direitos iguais e contrários, decide a força. Por isto, na história da produção capitalista, a regulamentação da jornada de trabalho nos é revelada como uma luta que é travada em torno dos limites da jornada, luta travada entre o capitalista universal, ou seja, a classe capitalista, de um lado, e, de outro, o operário universal, a classe operária". 75

Falando pela Escola Histórica-Alemã, BRENTANO, em 1872, publica um erudito estudo sobre o sindicalismo inglês: "Die Arbeitergilden der Gegenwart, Zur Kritik der Englischen Gewerkvereine". Neste trabalho coloca a força sindical logrando elevar o salário dentro de uma faixa: "No lugar do salário natural da teoria anterior (Escola Clássica), ficaram dois pontos-limite: o inferior, debaixo do qual o salário não pode descer permanentemente, e o superior, ao qual ele não pode superar; o limite mínimo está representado pelo salário estritamente indispensável para cobrir as necessidades absolutas dos trabalhadores indispensáveis; o máximo, pelo que arruinaria o empresário ou o obrigaria a abandonar sua atividade, se fosse superado. O nível real do salário entre estes pontos-limite é uma questão de poder entre os operários e os empregadores". 76

75 MARX, K. "Das Kapital" Trad. Esp., Mexico, FCE, 3a. ed., 1964, pg 180.

76 Citado por JOHN, W.A. op. cit. pg. 224.

Na década dos setenta do século passado, a Economia-Política, segundo os historiadores oficiais, entra em sua fase científica notadamente em Teoria Econômica e, através de um corte analítico, começa a fugir do fenômeno político. O jogo econômico através dos mecanismos de mercado. O jogo político referido à participação nos órgãos políticos da sociedade. Os indivíduos se associariam para jogar os dois jogos: "A distinção entre as associações econômica e política não é propriamente uma distinção entre esferas de atividades, mas entre métodos de ação". 77 O neo-clássicismo procurará manter-se isolado em seu território asséptico-ignorando o tumulto - e buscará ocultar o fenômeno do poder, através de duas proposições:

- a) não é necessária uma teoria especial do poder - todas as relações econômicas de poder podem ser tratadas analiticamente com a teoria do monopólio;
- b) o monopólio é um pecado mortal contra o livre jogo das forças de mercado.

Estas proposições permitem um tratamento científico e não axiológico ao tema - única atitude - que se poderia esperar de um pensador positivo. JOHN documenta o início deste discurso: 78

- em 1914, Bohm-Bawerk, em "Macht oder Okonomisches Gesetz", coloca a pergunta: - O poder se manifesta dentro da margem das leis econômicas ou contra as mesmas? Afirma que "a assim chamada luta pelo poder entre empresários e sindicatos pode resolver-se completamente com a ajuda da teoria econômica existente, especialmente a teoria do monopólio."

77 MacIVER, R.H. e PAGE, C.E. "Society" Rinehart & Co, 1949, pg. 463.

78 JOHN, W.A. op. cit. ver capítulo IX. pgs. 222/7.

Para tal seriam utilizados a chamada teoria do monopólio bi-lateral e o conceito de apoio de capacidade de resistência na negociação. Bohn-Bavert considera qualquer monopólio uma manifestação de 'poder econômico' e fora deste poder somente a força física e a coerção direta são por ele reconhecidas.

- Em 1916, Schumpeter, em "Das Grundprinzip der Verteilungstheorie," diz que "as condições sociais de poder são os corantes com que se pinta o panorama da História"; porém, para ele "é possível com a teoria do monopólio captar todos os fenômenos para cuja explicação se requer uma teoria especial do poder".

É notável que o neo-classicismo tenha tardado mais de quarenta anos para explicitar sua proposição de que as relações econômicas de poder não são outra coisa que uma indicação da situação de mercado, ou seja, estão contidas nas condições de oferta e procura. Porque o marginalismo tardou tanto em colocar sua afirmação de que o poder econômico se expressa no processo econômico? Creio que a resposta a esta pergunta exige novamente recurso a dois dados: um objetivo e outro subjetivo.

O dado objetivo consiste na grande força sindical montada na última década do século passado e início do atual. O processo de concentração industrial caminhou 'part-passu' com a sindicalização. No início do século, a força sindical e a social democracia ascendem ao cenário político-econômico. O dado subjetivo é a 'propensão pedagógica' do 'barbas-brancas' neo-clássico: frente às crises mais intensas, com o desemprego assumindo nas crises proporções significativas, o neo-classicismo faz a demonstração de que a culpa da crise cabe à ascendente força sindical. Aumentos coercitivos acima do preço de equilíbrio do mercado conduzem à redução

do lucro e à dispensa em massa dos trabalhadores tornados infra-marginais. Não existe poder fora do econômico e, se o sindicato usar seu poder, ele se volta contra os próprios trabalhadores sob a forma de desemprego. Este sábio conselho, se não for escutado pelos sindicatos e sua representação política, a social-democracia, pelo menos cala-lhes a boca: - Querem usar seu poder de massa sindical? Pois bem, aguentem o desemprego voluntariamente.

Na entrada do século a social-democracia cresce sua representação política. Bernstein publica, em 1903, seu "Socialisme Théorique et Social-Démocratie Politique". O movimento fabiano é sincrônico na ilha. A principal tese da social-democracia reside em considerar a condição marxista para a revolução (o processo de concentração/pauperização) de maturação muito lenta. A concentração ocorre muito lentamente. As classes médias tardam a desaparecer. Não é garantido o ardor revolucionário da massa operária. Neste quadro, a força sindical e sua representação política deveriam perseguir, dentro do Sistema, uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Deveriam lutar por melhores salários, programas sociais gratuitos, fundos sindicais, melhoria das condições de trabalho, planos de pensão e aposentadoria, formação de empresas públicas como um embrião da coletivização e mecanismos de co-participação operária na gestão das empresas. O neo-clássico, ante o fenômeno no social-democrata, maneja o argumento: sindicato irresponsável provoca desemprego voluntário, e se lança na operação 'intra-muros' conhecida por Economia do Bem Estar, em busca de um fim político-econômico científico e aceitável consensualmente - via demonstração de sua objetividade científica.

O Fordismo nos USA acentua que salário não é só custo, mas também demanda. A Grande Depressão

e a aceitação da 'Teoria Geral' constituem os elementos para que a 'ciência oficial' dê uma pausa em seu 'enquadramento científico do sindicato'. A representação política dos operários - através de partidos social-democratas, trabalhistas, democratas cristãos, ou seções embutidas em outros partidos, cresceu ao longo das décadas iniciais do século XX. No pós-guerra o sindicato é uma instituição completamente respeitável, se bem que sempre olhada com um fundo de desconfiança. De esquemas de negociação empresa/sindicato local, a fixação de salários passa a ser objeto de negociações coletivas empresas/sindicato, com ou sem o Estado como fórum de negociação. Surge o instrumento jurídico conhecido por contrato coletivo de trabalho. O mundo do oligopólio, que inicialmente opôs - ferrenha resistência a este processo de integração sindical, encontra conveniências em aceitar um preço administrado para o trabalho. SLICHTER diz: "A atomização dos sindicatos introduziria rivalidades sindicais dentro de um mesmo setor industrial. Assim, o sindicato da General Motors, a empresa automobilística mais rentável, poderia forçar suas petições sem considerar a capacidade da Ford, Chrysler, American Motors ou Studebaker para atender a petições idênticas. Portanto, a cisão dos sindicatos lhes permitiria realizar práticas monopolísticas com mais facilidade que no momento atual (sindicato automobilístico unificado) e reforçaria sua tendência a elevar os salários, e, em consequência, as rendas monetárias".⁷⁹ Ou então, LEYBAUD: "Em muitos casos, a oposição de interesses entre seus adeptos conduz as centrais (sindicais) a assumir posições prudentes. O poder que demonstram está condicionado pela medida em que os seus membros consigam superar seus -

79 SLICHTER, S.H. "La Economía y las Negociaciones Colectivas" In ALEXANDER, S.S. e COLL, G. "La ciencia de la Economía y las Decisiones Económicas". Madrid, Tecnos, 1962, pg. 125.

conflitos" e, logo depois, diz: "Uma divergência sindical vista isoladamente não permite frequentemente as decisões mais racionais". 30

Em resumo, o mundo do oligopólio -
prefere tratar com uma Central sindical, pois:

- a) permite à unidade mais rentável não ser vulnerabilizada pelo sindicato local;
- b) permite ao oligopólio da indústria um preço homogêneo do trabalho;
- c) à Central que resolva o problema de formação de consenso no operariado, isto é problema dela; - além do mais, como provavelmente existem divergências, ela terá uma força menos monolítica.

Voltemos agora às razões da alegria da 'ciência oficial' com o tema da inflação restejante. Ela pode atribuir a um sindicato suficientemente grande a responsabilidade pelo aparecimento da inflação de custos. Sim, - porque, como diz PEN: "Pois se o sindicato se torna tão grande que passa a desempenhar um papel macro-econômico (os salários que administra representam uma parcela expressiva da - renda nacional) que já não é possível aplicar (a antiga tese) de que os salários mais altos originam menor emprego, neste caso surge outra limitação: salários mais elevados originam preços mais altos". 31 Isto introduz moderação na liderança

30 MEYNAUD, J. "Les Groupes de Pression". Paris, PUF, 1960, - pgs. 11 e 30.

31 PEN, J. "Moderne Economie" Trad. Port., Lisboa, Dom Quixote, 1970, pg. 136.

sindical. Frente a um processo inflacionário é obrigada a continuamente estar expenhada em obter consenso interno (difícil) e submeter os resultados de negociações (que serão percebidos pelos sindicalizados como pouco satisfatórios). A inflação conduz as Centrais sindicais a posturas conservadoras.

Assim sendo, uma certa taxa de inflação - rastejante - acompanhará o crescimento do pós-guerra. Esta inflação será exorcizada pela 'ciência oficial', que em nenhum momento verá, na capacidade dos oligopólios de colocar à frente seus preços - o principal componente da inflação - o responsável. Seu mancoqueísmo estará alimentado pelo já referido fundo de desconfiança: o culpado principal pela inflação de custos é o sindicato.

O corte analítico inflação de demanda/inflação de custos pode ser sofisticado analiticamente. É possível, por exemplo, soldar as duas peças na categoria analítica inflação mista custo/demanda. Isto é um mecanismo de propagação, uma visão analítica de processo. Quando alguns autores, como HOLEMAN, colocam a hipótese de inflação provocada pela prática das empresas de pôr um sobrepreço a partir de uma margem fixa sobre seus custos (full cost principle), as velhas idéias de equilíbrio parcial são invocadas.⁸² Quando alguém coloca a noção de 'antecipação' de custos praticada pelas empresas, isso é situado como consequência e não causa da inflação.

O problema inflacionário é esplêndido para a 'ciência oficial'. Consegue continuamente descobrir ângulos de utilização do fenômeno. Por exemplo, é possível atribuir-lhe uma baixa geral de eficiência, distorções

⁸² HOLEMAN, F.D. "Income Determination in Open Inflation". In Review of Economics and Statistics", Maio.-1950.

nos investimentos, desequilíbrios externos, etc... Assim, - qualquer tentativa sindical de inclinar - utilizando seu poder - o padrão de distribuição funcional de renda a seu favor e/ou tentar preservar uma parcela maior ante preços voláteis dos bens, a responsabilidade da inflação é imputada ao fator custo. E as mazelas da economia são imputadas, pelo menos em parte, à inflação.

Em resumo: a nível macro-econômico, a inflação é um tema que permite à 'ciência oficial' reconstituir sua postura apologética em relação ao mundo dos negócios e identificar novos 'pecadores' - o Estado e o Sindicato - como perturbadores natos do equilíbrio, agora dos preços. A demonstração keynesiana de que uma certa taxa de inflação é boa para a preservação do nível de atividade é esquecida. Keynes pode, inclusive, ser tachado (por Chicago), de inflacionário irresponsável! Quando Schultz trabalhando o processo inflacionário americano, constata que isto (uma certa taxa anual de elevação dos preços) está bem para a economia, adota-se uma atitude de avestruz: não se incorpora a observação a um corpo central de análise.⁸³ O tipo de discurso de DOW é um excelente exemplo de sofisticadas combinações causais exógenas para a inflação rastejante.⁸⁴ Da mesma forma que, para o ciclo de atividade, foram forjadas explicações - epicíclicas, a inflação também admite explicações 'epi inflacionárias'.

Em segundo lugar, o tema da inflação pode ser tratado analiticamente com períodos curtos: super

83 SCHULTE, C. "Recent Inflation in the United States". Study Paper nº 1. Joint Economic Committee, Congress of U.S.A., Set. 1959.

84 DOW, J.C.R. "Inflation". cap. III. op. cit. pgs. 39/65.

como Keynes, conhecidos uma série de fatores (ligados à estrutura da economia) e ver as variações de preços como perturbações nos fluxos desligados dos estoques em períodos curtos. Uma certa preferência pela estática-comparativa, e na hipótese de tal não ser possível, circunscrever a análise dinâmica a períodos onde a estrutura é considerada como um dado. Uma certa fuga à dinâmica, principalmente de longo prazo, é sem dúvida um dos cacoetes da 'ciência oficial'. Tratar estática-comparativamente a inflação é possível e, de qualquer forma, examiná-la preferencialmente em prazos curtos, supondo os dados estruturais conhecidos e implícitos, é, à primeira vista, plenamente justificável. O tema aparentemente não requer reflexões sobre estrutura e destino, logo tem tudo para ser um tema favorito. A dificuldade da 'ciência oficial' em aceitar a inflação como um tema de longo prazo em que estrutura entra no corpo explicativo é coisa que qualquer economista latino-americano conhece. Fácil entender porque retirar da Agenda da 'ciência oficial' o tema do desemprego e estagnação e substituí-lo por inflação: tem tanto 'sex appeal'!

Finalmente, o tema da inflação tem o mérito de elevar a hierarquia da política monetária-financeira. Na visão da 'Teoria Geral' haveria uma divisão de trabalho política fiscal e monetária onde a idéia do gasto público ampliado apareceria com a indicação de política favorita. (A política monetária para Keynes seria eficiente apenas quando a taxa de juros estivesse muito elevada) Acontece que um neo-clássico tem sempre uma manifesta predileção por instrumentos político-econômicos de ação indireta 'vis-a-vis' instrumentos de ação direta. Quanto mais indireta for a atuação do instrumento, mais este lhe parece legítimo e adequado. Menor será o arbítrio estatal. Maior liberdade ante o instrumento: melhor instrumento. O neo-clássico, dado o padrão de análise de inflação que adota, ao propor o equilíbrio de preços - a estabilidade como macro-objetivo político-econômico de curto

prazo - cresce na hierarquia da política-econômica o papel das instituições monetário-financeiras. Como o Banco Central e os sistemas de condução da política monetária costumam guardar uma 'certa distância' do aparelho central do Estado e operam com instrumentos de ação mais geral e 'menor incidência individualizável', logra-se afastar ou mesmo desconhecer o Estado.⁸⁵ E isso é reconfortante para a 'ciência oficial'.

Assim, o tema da inflação gera um estado eufórico. Permite considerar o 'Estado' o principal e mais frequente culpado pela componente procura da inflação rastejante; permite considerar o sindicato culpado pela componente custo da inflação rastejante; permite, apresentando estes dois culpados, ocultar que o nível geral de preços no mundo do oligopólio é determinado administrativamente; permite ocultar o verdadeiro poder do oligopólio - não está constituída nenhuma central oligopólica (é tão fraca a empresa frente aos dois gigantes Estado e Sindicato!); permite a revalorização da tão querida política monetária.

(Com uma curiosa caramujice) -

Wicksell e, posteriormente, a Escola de Estocolmo haviam demonstrado que a moeda não é um elemento passivo na determinação do nível de emprego jogando um papel ativo e cumulativo na geração de desequilíbrio. A Escola de Cambridge, igualmente pré-keynes (Hawtrey, Robertson, etc...) havia sublinhado a importância da moeda como instrumento liberal na direção da economia fazendo do Banco Central e de seus instrumentos o pilar de uma política macro-econômica para a obtenção do equilíbrio a pleno emprego. Keynes usou estas, entre outras contribuições, para sua 'Teoria Geral'. Como bom -

⁸⁵ Em muitos países a política monetária é conduzida com alto grau de autonomia, devida ao modo institucional de articulação das Autoridades monetárias com o governo central. Exemplo: o Sistema Federal de Bancos dos U.S.A.

neo-clássico, enfatizou a política monetária como a ferramenta principal, uma vez obtido o pleno emprego. No pós-guerra, a inflação rastejante permitiu o 'aproveitamento' da componente mais conservadora da 'mensagem' keynesiana. O problema é a inflação. Como disse HADERLER, sem uma política monetária expansionista não ocorreria a inflação rastejante, ou seja, o controle da quantidade de moeda, da oferta monetária, permite, diz a 'ciência oficial', eliminar este 'problema': a inflação rastejante. Retorna-se a um neo-quantitativismo, que os neo-tradicionais de Chicago com H. Simons à frente radicalizam no limite. (Estranha, mas não atípica, volta em círculo) A temática da inflação permitiu, pois, à 'ciência oficial' hipertrofiar a componente conservadora da 'Teoria Geral'.

A supra-referida 'conservantização' de Keynes, a meu juízo alimentada pelo afastamento dos fantasmas desemprego crítico e 'senilidade' e colocação da inflação como centro da problemática macro-econômica do pós-guerra, se traduz nos manuais de macro-economia convencionais pelo que se denomina atualmente modelo keynesiano completo.⁶⁶ "Por último, até no mundo do pós-guerra, o desemprego (ou o temor ao desemprego) continua sendo um perigo onipresente. Porém, os maiores problemas macro-econômicos de hoje parecem estar conectados com o crescimento econômico e com a inflação."⁶⁷ Tal como Lerner assinalou, isso é feito através da introdução no modelo keynesiano simples (a visão da 'Teoria Geral') das antigas hipóteses neo-clássicas.⁶⁸ Escutemos ACKLEY mostrar como se faz isso: "Porém, Keynes era um economista neo-clássico demasiado bom para supor que o investimento fosse autônomo ou dependente somente da renda; aceitou (com as ressalvas -

⁶⁶ Veja-se por exemplo ACKLEY, G. op. cit. cap. XIV.

⁶⁷ ACKLEY, G. op. cit. pg. 443.

⁶⁸ NICKS, J.R. In "Mr. Keynes and the Classics". Econômetríca. 1937 e LANCE, O. In "The Rate of Interest and the Optimum Propensity to Consume". Econômica, 1938, foram os pioneiros nessa operação.

adiante referidas) a idéia neo-clássica de que o investimento depende da taxa de juros", logo $I = i(r, y)$.⁸⁹ - Porém, Keynes era também um economista neo-clássico demasiado bom para supor que não existia o mecanismo de preços e lucros. Assim sendo, agregamos (ao modelo) a função de produção (renda dependente do emprego) e a condição para maximização dos lucros (salário real de equilíbrio), e, finalmente, "Keynes não rejeitou a lógica da função oferta de trabalho neo-clássica (oferta de trabalho função do salário real); de fato, a reteve para definir a posição de pleno emprego".⁹⁰ Assim se constrói todo um modelo com uma hipótese: Keynes era um economista neo-clássico demasiado bom, não poderia ter escrito a 'Teoria Geral' desconhecendo isso ou aquilo: agreguemos o que ele deixou implícito. Chega-se a um esquema onde salários monetários, nível geral de preços e taxa de juros em sistema de equações simultâneas admitem (com a flexibilidade de salários monetários ou, alternativamente, da quantidade de dinheiro) uma solução de equilíbrio a pleno emprego. O bom cabrito a casa retorna.

Um segundo movimento analítico pós-keynesiano foi dar continuidade ao estudo das flutuações das variáveis macro-econômicas, às chamadas teorias do ciclo. É evidente que, dado o êxito da 'Teoria Geral', os desenvolvimentos pós-keynesianos assumiram as categorias propostas, como indicações de investigação, com o propósito de completar, refutar ou confirmar as conclusões keynesianas. Não poderíamos aqui sequer ensaiar as direções por onde esta revisão caminhou. Haveria, entre tanto, um denominador comum. Gregos e troianos, aliados

⁸⁹ ACHESON, G. op. cit. pg. 425. (Substituí 'clássico' por neo-clássico)

⁹⁰ Idem, ibidem, pg. 427. (Os parênteses são meus.)

e adversários de Keynes, estiveram conformes em sublinhar a pobreza analítica da estática-comparativa e a 'riqueza' dos desdobramentos analíticos possíveis quando se 'dinamizava' a análise keynesiana. A teoria do multiplicador - foi impugnada com a tautológica por Haberler, em 1936.⁹¹ Outros lançaram-se à exploração, em maior profundidade, das diferenças entre a identidade contábil poupança/investimento e a condição de equilíbrio poupança/investimento; conduziram à introdução no 'multiplicador' de distintas - hipóteses de 'gap' temporal: considerar o consumo de hoje como função da renda de ontem; considerar que a produção - de hoje está ligada à taxa de vendas do período anterior analisando o comportamento das variações não intencionais dos estoques de bens em poder das empresas em sua relação com a renda; considerar, como Robertson, a poupança de hoje como uma diferença entre a renda de ontem e o consumo de hoje; etc.; de múltiplas formas se dinamizou o sistema keynesiano. Keynes havia colocado ênfase na função - eficiência marginal do capital admitindo um complexo de julgamento das empresas quanto ao que seriam os rendimentos futuros de um investimento. Isto significava a inclusão das expectativas na reflexão macro-econômica.⁹² A Escola de Estocolmo vinha trabalhando nessa direção. Ohlin, em um artigo de 1937, difunde as conclusões da Escola: expectativas de vendas, planos de produção das empresas, terminologia 'ex-ante' e 'ex-post', etc. são colados à análise dinâmica de curto prazo.⁹³ A temática das expectativas

91 HABERLER, G. "Mr. Keynes Theory of the Multiplier". (1936) In "Readings in Business Cycles Theory", Org. A.E.A., - Blakiston, 1944.

92 Ver OZGA, S.A. "Expectations in Economic Theory" Trad. - Esp., Barcelona, Labor, 1967.

93 OHLIN, B. "Some Notes on the Stockholm Theory of Saving and Investment." In "Readings in Business Cycles Theory". op. cit.

conduz ao problema da incerteza e do risco: distribuições sistemáticas de erros de avaliação. Os modelos se complicam. Isso pode ser interpretado como ingenuidade keynesiana - pelos seus críticos (Keynes estaria pagando o preço a que Schumpeter fez referência) ou como enriquecimentos de uma hipótese inicial rica de sugestões - pelos seus seguidores. O princípio da aceleração enunciado por Aftalion e J.M. Clark é retomado por Samuelson em um artigo de 1939, em um modelo dinâmico.⁹⁴ Em paralelo aos desdobramentos analíticos, todo um esforço por verificar a estabilidade de relações paramétricas. Quanto mais se trabalha, mais se dissolvem as certezas iniciais; esses modelos vão indicando a instabilidade e a imprevisibilidade como características do comportamento dos agregados macro-econômicos no tempo; os testes econômétricos permitem descartar algumas hipóteses, porém não confirmam definitivamente nenhuma; as suposições de cada modelo sempre encontram outro analista disposto a criticá-las e substituí-las por variantes. A teoria do investimento, que pareceria a chave para a explicação através de modelos de Kalecki, Kaldor e Goodwin, confirma a instabilidade endôgena do sistema. Keynes teve, como referência ideal para seu mercado de capitais, a City Londrinense. O reconhecimento da importância das fontes internas às empresas para o processo poupança/investimento leva a articular de forma distinta conclusões keynesianas, etc.

O terceiro desdobramento analítico pós-keynesiano está ligado ao crescimento sustentado ao longo das duas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. O tema da teoria do crescimento prostru-se a incríveis caramujices que no âmbito deste trabalho não poderiam ser convenientemente tratadas. Entretanto, algumas referências têm que ser

94 SAMUELSON, P.A. "Interaction between the Multiplier Analysis and the Principle of Acceleration". In "Review of Economic Statistics". Tomo 21, 1939.

feitas para que fiquem evidentes alguns dos alicerces neuróticos da marcha para a megalomania. Antes de examinarmos superficialmente estes alicerces, gostaríamos de fixar alguns pontos.

- 1) O período do pós-guerra foi de crescimento sustentado.
- 2) Este crescimento esteve associado à já referida inflação 'rastejante' e a uma taxa de desemprego da força de trabalho que, nos U.S.A., oscilou entre um mínimo de 2,5% (em 1953) e um máximo de 6,8% (em 1958).⁹⁵ Na década atual as taxas de desemprego foram superiores.
- 3) A hegemonia tecnológica estadunidense foi reiterada e a brecha que o separava dos demais países de 'mercado' cresceu.
- 4) O gasto militar-espacial foi o principal suporte de sustentação da procura agregada e a 'forma' - pela qual foi 'financiado' este processo de invenção-inovação.⁹⁶
- 5) O grau de internacionalização do oligopólio cresceu sobremaneira.
- 6) Houve uma exacerbação dos nacionalismos, em flagrante discordância com a supra-referida 'internacionalização'.

Com respeito ao crescimento, cabe registrar que existe consenso na 'ciência oficial' quanto à

⁹⁵ BARAM, P.A. e SWEETZ, P.M. "Monopoly Capital" Trad. Port., Rio, Zahar, 1966, pg. 244.

⁹⁶ A leitura combinada de KOZLIK, A. "Der Vergeudungskapitalismus-Das Americanische Wirtschaftswunder" Trad. Esp. Mexico. Siglo XXI, 1968 e NELSON, R. e PECK, H.J. e KALACHEK, E.D. "Technology, Economic Growth and Public Policy" Trad. Port., Rio, Forense, 1969., documenta 'ad nauseam' a afirmativa.

afirmativa de SMITHIES: "O poder econômico depende não somente da magnitude da renda nacional, mas também de sua taxa de crescimento". A ideologia de potência - mensurável por um indicador animizado, o produto 'per capita' - no contexto de uma exacerbação dos nacionalismos deu cobertura a uma competição Leste/Oeste. ⁹⁷ Com respeito à inflação rastejante, já registramos os pontos de nosso interesse. Com respeito à taxa de desemprego, relativamente reduzida porém permanente, cabe registrar o que diz PEN: "Quanto maior for o desemprego, menores serão as pressões exercidas pelos sindicatos". ⁹⁸ O Prof. ROBINSON chama a atenção para a alternativa alemã: "Uma solução ideal foi encontrada na Alemanha Ocidental, para onde operários de países mais pobres são trazidos (já formados e sem que se tenha feito despesa com sua criação) quando a indústria - se encontra em crescimento rápido, sendo expulsos quando o desemprego ameaça. Nessas situações, pressupõe-se que o interesse do governo é o Bem Estar apenas dos nacionais"... ⁹⁹ Caso a solução alemã não seja possível, alguma minoria étnica, cultural ou religiosa cumprirá o papel de válvula de segurança. Afinal de contas, por maior que seja a confiança nas Centrais sindicais conservantizadas, é melhor - prevenir do que remediar. Com respeito à ampliação da hegemonia estadunidense, quem tiver qualquer dúvida que leia um Schreiber. Números já apresentados mostram a tremenda ponderação do gasto militar-espacial em relação ao PNB americano. Praticamente todas as inovações importantes do pós-guerra (computação, metalurgia de não-ferrosos, avião a jato, energia atômica, bioquímica, aperfeiçoamentos em -

⁹⁷ O interessado pode consultar DOBB. II. obra já citada; Ho ve, A. "The Soviet Economy, an Introduction" Trad. Port. Rio, Zahar, 1963; Goldman, M. "The Soviet Economy, Myth and Reality". Trad. Port., Rio, Forum, 1969; Bergson, A. "Real National Income of Soviet Russia since 1923". Harvard Univ. Press, Mass, 1961; Kusnets, S. "Postwar Economic Growth four Lectures". Trad. Port., Rio, Fundo de Cultura, 1966; etc...

⁹⁸ PEN, J. op. cit. pg. 167.

⁹⁹ ROBINSON, J. op. cit. pg. 93.

comunicações, etc...) são 'sub-produtos' do gasto militar-espacial. Nelson, Peck e Kalachuk mostram que 2/3 dos gastos com a 'indústria da invenção' foram subsidiados pelos gastos com defesa nacional. O fenômeno da empresa multi-nacional é hoje objeto de exame detalhado por autores do 'underground' acadêmico como a metamorfose do oligopólio 'internacionalizado'.¹⁰⁰ Finalmente, sobre o nacionalismo, ou melhor, nacionalismos como ideologias dominantes, o Prof. ROBINSON tem palavras extremamente precisas. "Cada governo se preocupa com seu próprio povo e a política não pode distinguir, entre os benefícios a ele concedidos, os que são absolutos e os que são feitos às expensas de outros povos";¹⁰¹ e, mais adiante, "Essa ortodoxia (os apologistas do 'status quo') acha-se muito pesadamente impregnada pelos ensinamentos dos economistas que, em combinação com o patriotismo, tornam o 'crescimento da renda nacional' o objetivo da política e o critério de sucesso. As estatísticas do total global da renda nacional não concedem atenção à distribuição do consumo entre as famílias ou à composição do fluxo de mercadorias e serviços que ele mede".¹⁰²

Este quadro, que intencionalmente tracei de forma caricatural, obviamente não abala a 'ciência oficial'. Sua historiofobia cresce em razão direta à aceleração da História. Nestas décadas em que a história está se desenvolvendo tão rapidamente e pendurando novos interrogantes a cada ano-calendário, a 'ciência oficial' dedicou parte importante de seu tempo e talento ao exame da teoria do crescimento. O primeiro movimento neste sentido

100 BARNETT, R.J. e HULLER, R. "Global Reach". Trad. Port., Rio, Record, 1974. Dispõe de abundante informação sobre o fenômeno.

101 ROBINSON, J. op. cit. pg. 93.

102 Idem, ibidem, pg. 114.

foi o levantamento da suposição do modelo keynesiano simples da existência de 'fatores conhecidos e dados'. Tratou de ampliar o período de análise keynesiano, de modelo de curto prazo (apenas variáveis de fluxos articuladas segundo um princípio de causalidade) para uma análise de longo prazo (incluindo variáveis de estoques, ou seja, o impacto das variáveis de fluxo sobre os estoques). O caminho para essa ampliação do período de análise é imediato a partir da 'Teoria Geral'. Keynes havia tratado o investimento em seus impactos sobre a demanda global, sem considerar seu impacto sobre a oferta em termos de ampliação de capacidade produtiva. Considerar essa dimensão imediatamente transformava alguns dos 'fatores dados' em variáveis. Harrod, em 1939, desenvolve um modelo de crescimento, onde a trajetória de equilíbrio é instável, podendo, se afastado do equilíbrio, produzir-se um processo inflacionário ou, pelo contrário, tender para a depressão.¹⁰³ O modelo Harrod incorpora o efeito acelerador, e sua chave é a consideração de que a oferta tem que ser planejada antes de sua venda. Existiria uma taxa de crescimento da produção que possibilitaria o crescimento em equilíbrio a pleno emprego e com preços estáveis. Essa taxa depende da propensão marginal a consumir e da relação capital/produto marginal. A suposição é de que, admitida a estabilidade desses parâmetros, se os produtores tiverem expandido, no período anterior, sua oferta e logrado vendas normais, repetirão a mesma taxa de crescimento no período subsequente, e o equilíbrio será

103 HARROD, R. "An Essay in Dynamic Theory", In Economic Journal. Mar. 1939. Esse modelo foi revisto e ampliado em "Towards a Dynamic Economics". Londres. Macmillan. 1948.

mantido. Porém, qualquer erro de previsão que gere um de equilíbrio de oferta/procura global gera uma reação das empresas tendente a amplificar o desequilíbrio. Essa é uma visão 'pessimista', pois os coeficientes-chave variando, muito provavelmente retirarão a economia de sua trajetória de crescimento equilibrado. Domar, entre 1946/8, coloca uma pergunta algo distinta da de Harrod e com forte sabor pragmático. ¹⁰⁴ Qual a taxa em que deveria crescer a procura global, para manter o pleno uso da capacidade produtiva crescente derivada do continuado investimento? Sua resposta é formalmente semelhante à de Harrod, pois a taxa de crescimento do investimento dependerá da propensão marginal a poupar e da relação produto-capital marginal. Domar mostra que é necessária uma taxa de crescimento garantida, determinada por esses dois parâmetros. Se a taxa de crescimento do investimento for menor do que aquela taxa necessária, haverá sub-utilização de capacidade produtiva, ou seja, chegar-se-á a um aparente 'paradoxo': somente com uma taxa de investimento elevada não se acumulará uma margem crescente de capacidade ociosa. A resposta de Domar se limita a descrever uma trajetória de crescimento em equilíbrio, sem indicar se é ou não estável essa trajetória. Porém, sai de Domar um claro recado à política econômica. A 'variável independente' - tem que se preocupar em lograr aquela taxa de crescimento do investimento necessária, se pretende o pleno emprego estável. A estabilidade é uma tarefa permanente e somente resolvida por uma política de crescimento; cresceu, pois, a Agenda do Estado.

104 DOMAR, E. "Capital Expansion, Rate of Growth and Employment". In *Econometrica*, 1946; "Expansion and Employment". In *AER*, 1947 e "The Problem of Capital Accumulation". In *AER*, 1948 reunidos em "Essays in the Theory of Economic Growth". Oxford, Univ. Press, 1957.

Assim, os dois primeiros modelos de crescimento pós-keynesianos não transmitem um quadro - propriamente otimista. O de Domar mostra a necessidade - de uma taxa de crescimento mínima abaixo da qual a economia 'estola'. O de Harrod mostra a estabilidade sobre o 'fio da navalha', onde qualquer desvio geraria um processo de desequilíbrio cumulativo. Os modelos Harrod e Domar baseiam-se em uma função de produção com um só fator. Implicitamente desconsideram qualquer substitubilidade de fatores, seja por mudança técnica, seja por mudança de composição setorial. Por outra parte, não integra o problema da distribuição de rendas e suas implicações sobre o crescimento. Já fizemos referência a uma conservantização de Keynes.

Agora, a 'ciência oficial' sabe que o sistema precisa crescer e a uma determinada taxa, a qual, não lograda, gera instabilidade.

(Um parêntese)

A modelomania, saindo da estática-comparada e caminhando para a dinâmica, deixa de olhar o resultado final de um jogo de variáveis econômicas, passa a se interessar em como nasçam as forças, se se intensificam ou se debilitam no curso da sua ação, de seu movimento; se se deformam ou se transformam; se atingem ou não um equilíbrio; se têm movimentos pendulares atenuados ou explosivos, oscilatórios ou tendenciais, etc.

Ampliando o prazo dos modelos e incorporando variações de estoques em sua reflexão, fazendo - análises de longo prazo, engendram, por outro lado, todo um progressivo processo de ampliação das categorias analíticas: população; progresso técnico; instituições; mudanças de gostos, etc. tudo pode ou deve ser incorporado ao território - analítico. Não nos dedicaremos aos que se debatem no tremedal gerado por todas essas perspectivas e categorias incluídas. Já vimos que com poucos macro-agregados e com a - estática-comparada eram colocáveis inúmeros problemas e variantes de abordagem. Os que, no meio do tremedal, permanecem nas oficinas fazendo novos modelos são felizes e inocentes.

Os modelos Harrod e Domar concluem por uma tendência à instabilidade e com uma dificuldade de consecução da estabilidade. É visível, contudo, que estes dois modelos operam com uma função de produção dependente - de apenas um fator - o capital; e não têm uma teoria da distribuição. É da tradição neo-clássica chegar-se pelo - discurso ao equilíbrio. Colocou-se, pois, o problema de - crescimento equilibrado. Para tal, são introduzidas algumas novidades: a) mercados competitivos para os fatores com sua remuneração fixada pela produtividade marginal; b) um amplo espectro de técnicas, admitida a hipótese de substitubilidade; c) uma variante qualquer da teoria quantitativa da moeda; e d) a população como variável exógena. E logra-se uma notável conclusão: é possível o crescimento equilibrado; é possível dinamizar a lei de Say, etc...

(Uma pausa) Da mesma forma que o ciclo inspirou a engenhosidade teórica e produziu '333' teorias

explicativas, o 'approach' neo-clássico tradicional permite muitas variantes. O tema do crescimento também cria uma floresta de modelos. HABERLER fala entusiasmado dessa postura: "Modelos de crescimento têm sido gradativamente expurgados de sua rigidez e instabilidade não natural e irrealista por Duesenberry, Kaldor, Smithies, Solow e outros. A teoria do crescimento retorna, assim, lenta e laboriosamente, à posição neo-clássica - processo que alcançou seu ponto alto, até então, em "A Neo-Classical Theory of Economic Growth", de Meade". 105

Outros recusam-se a esta atitude de saudosismo analítico, tendente a considerar que, fora do neo-classicismo ortodoxo, não existe teoria. Recusam-se a permanecer neste tipo de discurso. Não aceitam a substituidade, e/ou a natureza competitiva, teoria da repartição baseada na produtividade marginal, etc... Estes, a partir do quadro acima sugerido, acabam por estourar a visão neo-clássica, saindo pela tangente em uma linha de fuga do tremendo. Sim, porque reconhecerem que o Sistema se resolve dinamicamente em um processo aberto onde mudanças técnicas, institucionais etc... se verificam, descobrem a História. Este grupo, chegando à História como um processo por via da dialética interna da análise econômica, tende naturalmente a uma postura de revalorização do pensamento clássico. Completa-se por um processo barroco, após quase século e meio de esforços analíticos, um retorno às primeiras perguntas dos economistas: -O que é produção e o que é distribuição no sistema capitalista?

Sabemos que a 'ciência oficial' tem

105 MEADE, J.E. "A Neo-Classical Theory of Economic Growth" Londres Allen & Unwin, 1960, citado por HABERLER, G. In "Reports of Three Decades", pg. 297.

uma dupla missão que internalizada cria o que chamamos de 'neurose' do economista oficial. Alguns se recusam a retornar, com Meade, Solow, Tobin, etc., ao 'ancient regime' pré-keynesiano com uma nova redação. Ganham consciência da distância do real da antiga construção neo-clássica - mas se recusam a aceitar a idéia do desequilíbrio, instabilidade e descontinuidade e têm claro que não podem mais permanecer com análises estático-comparativas. De alguma forma, têm que incorporar à sua análise e operação o longo prazo e a visão dinâmica. Este dilema maximiza sua neurose profissional. A solução está em aceitar o princípio operacional do controle, cujo executor natural é o 'Estado' que está aí. Considera a instabilidade inerente ao Sistema e propõe metas a serem por ele logradas. Cola a modelística ao princípio do Controle. Nessa perspectiva da 'ciência oficial' o controle ocupara, tanto nas construções teóricas quanto nas recomendações político-econômicas, o lugar que o 'neo-classicismo' reserva ao mercado. Porém, os níveis e segmentos onde o controle terá estabelecido para uma boa 'performance' do sistema serão - um núcleo em permanente expansão. Na mesma medida em que a análise se desdobra no tremendo, o singelo nível de controle vendido pela 'Teoria Geral' à Academia, o bilhete - com lugar marcado para o Estado, se expande incontinentemente. Cada desdobramento analítico corresponde a alguma instabilidade, a um vazamento, a uma fricção que, não resolvida pela 'mão invisível', exigirá um controle consciente. A uma complexidade e interdependência em contínua ampliação a nível do discurso analítico corresponde uma concepção - paralela de um controle mais complexo, mais onipresente.

A idéia de um controle compreensivo e em permanente expansão exercido pelo Estado sobre o processo econômico e social, sobre o desenvolvimento econômico e social - se a idéia resolve a neurose profissional, a resolve mal. Sim, porque nasce a postura megalômana. O economista fascinado pelo controle 'resolve' ao nível analítico e operatório qualquer problema. Planifica o desenvolvimento quinquenal, decenal, desdobra setorial e especialmente suas metas, propõe padrões de consumo e investimento, planifica os recursos humanos, desenha ajustes institucionais, etc... Cada variável cujo comportamento não conseguia explicar é agora candidata a controle. O Economista fascinado pelo controle não se dá conta, - mas está começando a ver a História Econômica e Social como seu projeto profissional. A neurose resolveu-se mal, deu em megalomania.

Não creio que Keynes tivesse - idéia de que seria o pai de tão estranha prole: filhos - que vão morar na casa de Say; filhos que retornam às casas avoengas e filhos megalômanos.

A HISTÓRIA ECONÔMICA COMO PROJETO: PLANIFICAÇÃO E REGALOMENIA

"O universo (que outros chamam a Biblioteca) constitui-se de um número indefinido, e quiçá infinito, de galerias hexagonais, com vastos poços de ventilação no centro, cercados por varandas baixíssimas. De qualquer hexágono, vêm-se os pisos inferiores e superiores: interminavelmente. A distribuição das galerias é invariável. Vinte estantes, em cinco longas prateleiras por lado, cobrem todos os lados menos dois...

"Quando se proclamou que a Biblioteca abarcava todos os livros, a primeira impressão foi de extravagante felicidade. Todos os homens sentiram-se proprietários de um tesouro intacto e secreto. Não havia problema pessoal ou mundial - cuja eloquente solução não existisse: nalgum hexágono. O universo estava justificado, o universo usurpou bruscamente as dimensões ilimitadas da esperança. Naquele tempo falou-se muito das vindicações: livros de apologia e profecia, que vindicavam para sempre os atos de cada homem do universo e guardavam arcanos prodigiosos para seu futuro. Milhares de cobiçosos abandonaram o doce hexágono natal..."

(JORGE LUIS BORGES) *

* A Biblioteca de Babel. In "Ficções".

Com a 'Teoria Geral' incorporada ao patrimônio oficial, desfaz-se finalmente o sonho de S.Mill. Admitido com Keynes que o mecanismo de mercado - o livre jogo dos preços - não é mais capaz de lograr o adequado nível de emprego estável, estava oficialmente sancionada a descrença na perfectabilidade, na operacionalidade e na racionalidade de um sistema econômico sem controle consciente.

O sonho de S.Mill de um Estado com a intervenção mínima requerida apenas para a manutenção das regras do jogo, desvaneceu-se, pois, pós-keynes estava oficialmente admitida a necessidade do Estado entrar na substância - do econômico para realizar o controle de algo que o mecanismo por si só não garantiria.

Ainda que o esquema keynesiano se restringisse a questionar a má 'performance' apenas quanto ao nível de renda e de emprego, o desenvolvimento do discurso analítico macro-econômico e demandas histórico-concretas ampliaram a descrença quanto à 'performance' em termos de repartição, alocação de recursos e crescimento. Com Keynes, o Estado entra no discurso analítico da economia e da Teoria da Política Econômica. É legitimada a inclusão dessa 'variável independente' no discurso: seu comportamento é o substituto - do mecanismo de preços capaz de produzir a 'boa performance'.

SMITHIES considera que a Economia do Bem Estar foi igualmente responsável pela descrença: "A economia neo-clássica do Bem Estar pode ter feito mais para descreditar o mecanismo de mercado do que para justificá-lo. O

ideal prescrito está tão longe da realidade que os argumentos do Bem Estar parecem apoiar os controles governamentais muito mais do que estar a favor do livre funcionamento do mercado... A experiência dos sistemas controlados parece indicar que quem aplica o controle tem seus próprios critérios. A opção está entre a assignação de acordo com os caprichos da autoridade - ou a assignação segundo os processos anônimos do mercado".¹

A idéia de controle consciente de parte do comportamento agregado-nível macro-alicerça a introdução do princípio do Controle no discurso analítico da Economia. O comportamento da 'variável independente' - Estado - passará - pós-Keynes à posição de princípio operacional de controle no discurso analítico: nenhuma explicação de comportamento macro deverá deixar de privilegiar o comportamento da variável independente, nenhum manual deixará de apresentar receitas político-econômicas. Qualquer meta-comportamento desenhado para a economia considerará, de forma explícita ou implícita, um meta-comportamento para a 'variável independente'. Esse é o grande 'challenge' introduzido por Keynes no terreno da 'ciência oficial'. A Economia como Teoria do Controle, a visão do econômico como um Sistema controlado.

A Economia como Teoria dos Sistemas - controlados poderá, inclusive, preservar em algumas versões, como gabarito de referência, a hipótese de uma configuração - ideal derivada do livre jogo do mecanismo de preços. Essa ad^oção ao velho corpo teórico é justificada com diversas modulações ao redor da linha básica de argumentação apresentada -

¹ SMITHIES, A. op. cit. pg. 28.

por BLAUG: "Em realidade é difícil imaginar como seria a Teoria Econômica se lográssemos eliminar todos os vestígios da Economia do Bem Estar. É evidente que não poderíamos estudar a alocação eficiente de meios escassos ante fins alternativos, já que não é colocável a questão da eficácia sem um padrão de avaliação. E sem premissas específicas de avaliação não é possível sequer distinguir-se entre meios e fins. Os recursos produtivos são meios ou fins? ² Porém, mesmo os autores dessa linha - que preservam o velho corpo apologético como um gabarito ideal - admitem proposições sobre o comportamento da 'variável independente' com vistas à consecução de macro-objetivos político-econômicos.

No momento em que a Academia aceitou com Keynes o pleno emprego, não mais como um resultado constatável a partir do livre jogo das forças de mercado, mas sim como um objetivo a ser logrado mediante o manejo de instrumentos fiscais e monetários, a anterior linguagem da Teoria da Política Econômica se modifica. Ao invés de fim: objetivo-para a ação consciente da 'variável independente'; ao invés de meio: instrumento político-econômico - como tal - entendido algum arbítrio sob controle da 'variável independente'. As correntes que preservam o velho corpo teórico classificam-se a grosso modo em três posições por nós já conhecidas.

A primeira, ultra-liberal, biblicamente apresenta a irreal proposição de 'volta às condições perdidas'.

² BLAUG, H. op. cit. pg. 883.

3 3 3

A segunda, reconhecendo a impossibilidade de retorno e a impraticabilidade da remoção de irritantes traços do real, aceita conviver com algumas dessas dimensões. Essa a posição de neo-nova-Economia do Bem Estar. Ela admite o velho corpo teórico como uma espécie de 'Paraíso Perdido'. O que considera inamovível do real imperfeito é incorporado à sua 'demarche' analítica como restrições em relação ao modelo ideal. Cabe, então, à análise econômica, a contragosto forçada a admiti-las, selecionar - em relação ao ótimo sem restrições o 'second best', que se rá escolhido pelo critério de menor afastamento do ótimo - sem restrições. Este 'second best' seria então analítica - mente o ótimo macro-objetivo político-econômico, aquele - que melhor se ajustaria ao fim cientificamente indicado.

A terceira posição é a da 'caixa - preta', que, admitindo a obrigatória admissão do Estado no miolo do processo econômico e a impossibilidade de utilização dos critérios do Bem Estar para a fixação dos macro-objetivos político-econômicos, confere, como Knight, a dignidade de Teoria apenas à construção do sistema ideal - equilíbrio geral a partir de todos os mercados sob condições de - concorrência perfeita. Qualquer esforço analítico que incorpore hipóteses distintas desse sistema ideal não seria teoria, mas sim modelo, com dignidade científica menor. Esta perda de dignidade seria compensada pela maior operacionalidade da 'demarche' analítica, pois poderia construir modelos incluindo uma proposição 'ad hoc' para o comportamento da 'variável independente'. Assim, a entrada da análise econômica na operatória intra-sistema seria feita com modelos salvando-se a face da antiga construção com a atribuição exclusiva da dignidade teórica. Ficaria assim o 'Paraíso Perdido'

no terreno da teoria como uma digna e respeitável especulação hiper-abstrata, enquanto a operatória tiraria e colocaria na 'caixa preta' modelos ou instrumentos de entrada no 'real imperfeito'. Esta posição se distingue da neo-nova-Economia do Bem-Estar, pois pragmaticamente construirá modelos consolando-se com a possibilidade de uma Teoria - irreal, enquanto aquela recomendará a maior proximidade do 'Paraíso Perdido' como meta da Teoria da Política Econômi-ca.

Estas três posições já são nossas conhecidas. Neste capítulo estaremos interessados em examinar outra corrente que surge na 'ciência oficial' como - um desdobramento da revolução keynesiana: a redução da Economia Política à Teoria dos Sistemas Econômicos controlados. Esta tendência parece contar com grande poder de sedução, na medida em que possibilita, por uma parte, uma recuperação formal da unidade na 'ciência oficial' mediante o reconhecimento da idéia de Controle no centro do discurso analítico, e, por outra, por razões distintas das que - enfatiza, cola-se a determinadas exigências do capitalismo atual.

Escutemos o seguinte parágrafo de KIRCHEN, autor inscrito nessa tendência, que é altamente - revelador do que considero a hipertrofia radical do Estado como sujeiro da política econômica: "Por política... entende-se a ação realizada pelo Governo em busca de certos objetivos. Os objetivos da Política do Governo algumas vezes podem ser resunidos em uma única frase de que são exemplos 'o bem geral do país', ou 'o bem-estar da população';

este objetivo geral se compõe de uma multiplicidade de objetivos subsidiários mais concretos, tais como: preservar a lei e a ordem, preservar a liberdade de expressão e escolha, reduzir as tensões sociais, defender o país contra ataques - externos, elevar o padrão de vida da população e prover um - adequado nível de saúde e educação".³ E continua KIRSCHEN: "De outra parte, também não pode ser esquecido que os governos dos países... foram eleitos, e, como tal, uma de suas metas é a de manter o apoio do eleitorado... Por conseguinte, a política econômica é o aspecto econômico da política governamental em geral; é a intervenção deliberada do Governo nos assuntos econômicos para realizar todo um elenco de objetivos que ele tem em vista. Na busca desses objetivos, os Governos têm-se inclinado a estabelecer, para si próprios, certos objetivos específicos que podem ser enunciados em termos econômicos e que, em princípio, são susceptíveis de mensuração (sob a forma ordinal ou cardinal)... Para que sua política econômica surta efeitos, o Governo altera certas quantidades econômicas (como as taxas bancárias ou tributárias) ou faz alterações na estrutura econômica (como no caso das nacionalizações). A essas quantidades econômicas que o Governo pode alterar, ou a esses tipos de intervenção na estrutura econômica, daremos genericamente a denominação de instrumen-

3 Um bom exemplo é o Plano Democrático para a Itália, proposto pelo PDC, o qual declara que perseguirá três macro-objetivos:

a) preservar a taxa de desenvolvimento econômico do país que, entregue às forças espontâneas do sistema econômico, parece destinado a sofrer, no futuro, atrasos e talvez paralisações e inversões de tendência;

b) reduzir da maneira mais ampla e acelerada os desequilíbrios regionais, setoriais e sociais que as forças do sistema têm até agora originado e que elas não parecem destinadas a corrigir espontaneamente, mas, pelo contrário, a acentuar - ulteriormente; e

c) fazer desaparecer certas categorias, muito extensas, de necessidades coletivas ou extra-econômicas - indispensáveis ao progresso humano - às quais a economia de mercado não está, estruturalmente, em condições de prover e para cuja satisfação é necessária uma ação de ampla envergadura.

55407/IFCH/4122

tos. Em tal sentido, o principal problema da política do Governo é selecionar, dentre uma vasta gama de instrumentos, os que, em sua opinião, são mais convenientes para a consecução de seus objetivos". 4

Utilizemos esta longa citação de Kirschen para uma perfilização da tendência.

Em primeiro lugar, é transparente a visão do Governo como sujeito; escolhe e tem seus objetivos para sua consecução; seleciona e maneja instrumentos, afetando magnitudes econômicas e dados estruturais. Como sujeito no manejo do Estado, o Governo inclui entre seus objetivos - (se eleito) a preservação do apoio do eleitorado. Assim, - apenas na hipótese de um regime representativo haverá uma restrição vinda de 'baixo', da sociedade, qual seja, a necessidade de ter presente no rol de seus objetivos, alguns que lhe permitam manter o apoio do eleitorado. A partir desta restrição de 'baixo', disporá, como sujeito, de autonomia para a fixação de objetivos e escolha de instrumentos.

Em segundo lugar, a política econômica aparece como o aspecto econômico da política em geral, como um 'meio' para a consecução de seus superiores desígnios.

Em terceiro lugar, reencontramos em um texto atual (1964) o tom 'robbinsoniano', pois o problema

4 KIRSCHEN, E.S. op. cit. pgs. 27/8/9. passim.

da racionalidade da política econômica é situado de forma en
dógena ao próprio processo político-econômico, ao nível da
articulação objetivo-instrumento.

Para Kirschen, o fato do regime po-
lítico ser do tipo representativo legitimiza a autonomia do
Estado na fixação da política econômica e sua utilização co-
mo 'meio' da política geral. Evidentemente, o Governo na fi-
xação da política econômica terá que 'ouvir a voz que vem de
baixo', ter presente de alguma forma seu eleitorado. Da ma-
neira que Kirschen coloca, é esta tênue referência a uma ne-
cessidade de 'manter o apoio do eleitorado' que diferencia -
do ponto de vista de autonomia um regime representativo de
um autoritário. Este, para Kirschen, não tendo que 'manter
o apoio do eleitorado' teria um Estado com plena liberdade -
para utilizar - como meio - a política econômica que escolhes-
se para a política geral que desejasse perseguir.

TAYLOR certamente consideraria -
Kirschen um fascista, pois nos ensina: "As teorias econômi-
cas e as normas típicas dos sistemas fascistas mal podem in-
teressar aos economistas como tal, pois quase não têm consis-
tência nem racionalidade do ponto de vista econômico. Os al-
vos essenciais dos regimes fascistas não são econômicos ...
são na realidade alvos não-econômicos ou extra-econômicos ,
políticos, militares sócio-culturais para tornar a economia,
ou sistema de todas as atividades e usos dos recursos econô-
micos , subservientes à máquina do Estado e sua máquina mili-
tar e aos vagos e variáveis fins procurados pelas autorida-
des em nome da vontade nacional: poder e grandeza". 5

5 TAYLOR, O. op. cit. pg. 511.

A Estadocentria dessa tendência que situa o Estado como um sujeito no miolo da economia, fixando através da opção político-econômica o comportamento da economia com um todo em busca de objetivos gerais, implica em ver o comportamento macro-econômico como o resultado de um sistema controlado por uma inteligência soberana e é, a nosso juízo, um desdobramento inexorável a nível de discurso analítico da premissa introduzida pela 'revolução keynesiana'. Combina da com a postura historiófoba da 'ciência oficial'.

Sim, porque a descrença no livre jogo das forças de mercado por esta corrente da 'ciência oficial' significa abandonar a confiança no princípio ordenador do econômico. ROPKE diz: "A função da competição dentro da economia de mercado é a de harmonizar interesses opostos segundo o princípio da equivalência entre a prestação e a contra-prestação, e a de obrigar aos produtores a que persigam seu proveito unicamente através do estímulo do interesse comum".⁶ Este princípio ordenador alternativo somente pode ser encontrado no controle. É muito difícil resistir à tentação de encontrar no Estado o sujeito inteligente para exercer o princípio do Controle. Afinal de contas, tendo sempre perseguido uma construção ahistórica com a figura do Estado atrofiada devido à confiança na boa qualidade da decisão anônima do mercado democrático, a 'ciência oficial' com seus viés ahistórico evolui para a outra extremidade 'ahistórica'. Agora fará uma construção ahistórica alternativa onde o princípio do controle consciente fornecerá a garantia da boa 'performance'. Se o democrático e anônimo processo decisório do mercado não funciona, é necessário que (o processo decisório) esteja com uma inteligência autorizada para impor a ordem. O candidato natural ao posto é o Estado.

⁶ ROPKE, W. "Die Gesellschaftskrisis der Gegenwart". (1942). Citado por JOHR, W.A. pg. 243.

Antes, no discurso ahistórico-dada a confiança no princípio do mercado - deveria ser atrofiado; agora - dada a aceitação do princípio do Controle, em um discurso igualmente ahistórico - sua autoridade deverá ser máxima. Uma bi-polaridade abstrata preside a aparição do planejamento como solução para a 'ciência oficial'. Da desconfiança no mercado, à confiança no controle; da desconfiança nos micro-agentes à confiança no Estado. O planejamento recolhe os micro-analistas desconcertados com a desordem do mundo de oligopólio e os macro-analistas fascinados pelos entes agregados vivos em sua imaginação e assustados com as instabilidades e desequilíbrios obtidas como conclusões de seus discursos modelizados. Tratarão o Estado, agora valorizado pelo discurso operacional da 'ciência oficial', como o formulador e executor de planos. Verão o Estado como uma entidade que preside a Sociedade pairando sobre ela, como a inteligência retora do novo princípio ordenador: o Controle. Este Estado supra-social fixará fins para a sociedade, desenhará suas metas de produção, renda, consumo, importação, exportação, etc...

A redução da Economia Política a uma Teoria do Sistema Econômico Controlado tem sua melhor e mais consequente explicitação no conhecido trabalho de Lowe.

Para o autor, a inteligência soberana operaria o econômico através da seguinte sequência: "Três passos diferentes, todos eles relativos ao Controle, são necessários para assegurar a boa ordem de funcionamento do movimento adequado a um objetivo, num sistema de mercado que não mais esteja sob domínio de pressões ambientais, funcionando em um estado de perfeita nobilidade de recursos. O primeiro é político: a postulação de um macro-objetivo e dos critérios de qualificação que definam o propósito global de atividade econômica.

O segundo passo é científico: a elaboração instrumental do curso do sistema, dos padrões comportamentais e motivacionais e de medidas específicas de controle, todos os quais devem ser adaptados à transformação do estado inicial em um estado final de acordo com o objetivo.

O terceiro passo é administrativo: a aplicação de medidas de controle na forma em que elas decorrem da análise instrumental na regulação da estrutura e, acima de tudo, das forças dinâmicas do sistema".⁷

Lowe admite que o capitalismo em sua evolução afastou-se progressivamente de um estado de perfeita mobilidade de recursos, desfuncionalizando o princípio de micro-autonomia ilimitada com o princípio operacional em termos de obtenção de um curso equilibrado, colocando-se o problema de "um substituto capaz de provocar padrões motivacionais e comportamentais que assegurem boa ordem de funcionamento nas condições novas: tal substituto só pode ser uma força personificada, daqui em diante denominada Controle".⁸

"O Controle... se refere a uma política pública que cuida da formação dos próprios padrões comportamentais influenciando sobre as motivações intencionais e cognitivas dos atores, diretamente, ou então por meio da reorganização da estrutura do sistema".⁹ Segundo LOWE, esta colocação põe um problema teórico novo: "Cuidando do funcionamento em conjunto do sistema, esse centro de decisão deve orientar-se segundo critérios-intencionais e cognitivos - que dificilmente governam as motivações das micro-unidades quando

⁷ LOWE, A. op. cit. pg. 163/9.

⁸ Idem, Ibidem, pg. 143.

⁹ Idem, Ibidem. pg. 144.

¹⁰ Idem, Ibidem. pg. 145.

entregues a si mesmas".¹⁰ A 'ciência oficial' defronta-se com um problema de tipo novo a resolver para dar base científica à política pública: "Em primeiro lugar, a autoridade controladora deve escolher o estado particular que, em caso dado, deve representar a boa ordem de funcionamento-problema intencional de estabelecer um macro-objetivo. Em seguida, como consequência dessa decisão primária; a boa ordem de funcionamento deve agora ser definida como a ordem de funcionamento adequada a um objetivo, e seus princípios operacionais devem ser reduzidos do conteúdo do macro-objetivo respectivo

Essa dedução se faz em três fases. Primeira: é preciso determinar o curso dos processos que irão mover o sistema no sentido do estado final em que o macro-objetivo postulado se concretiza. Segunda: é preciso determinar os padrões comportamentais e motivacionais que irão integrar as ações das micro-unidades nesses processos adequados ao objetivo. Terceira: depois que esses padrões específicos forem conhecidos, podem ser estabelecidas as medidas de regulação central que deverão induzir as motivações adequadas ao objetivo. Essas três fases em conjunto formam o problema cognitivo de estabelecer movimentos, micro-forças e controles adequados".¹¹ Assim, é estabelecido um novo programa para a 'ciência oficial': o de entender o econômico, propor a perfeita articulação macro-objetivo - controles adequados (instrumentos). Para tal, terá que apreender movimentos e micro-forças.

¹¹ LOWE, A. op. cit. pg. 146.

Nessa perspectiva, o fim maior da Economia Política é garantir a boa ordem de funcionamento do movimento do Sistema em relação a um macro-objetivo. - Seu primeiro passo consiste na postulação de um ou de uns critérios de eficiência para a escolha do macro-objetivo. Esta escolha é um passo político e é também o passo inicial da 'demarche' científica. Nem o político nem a 'demarche' científica da Economia Política estão obrigados a assumir um ótimo paretiano. Tal critério é um, entre os muitos, que a autoridade controladora e o discurso analítico podem escolher. Rejeita-se explicitamente o monismo do neo-classicismo tradicional por um pluralismo de configurações eficientes de produção e distribuição à luz do(s) critério (s) escolhido (s).

"Com o Estabelecimento do Controle aparece um novo 'escolhedor'. Ele pode simplesmente adotar as micro-escolhas dos consumidores como seu próprio critério, mas ele também pode não fazer isso. Desde que sua 'macro-escala de preferência' não entre em conflito com o limite mínimo das micro-unidades, ele tem liberdade para dirigir os recursos disponíveis além desse limite à satisfação dos 'gostos' que não fazem parte de qualquer micro-escala de preferências. Uma parte importante das chamadas 'despesas públicas' - defesa, conservação de recursos e mesmo a educação - faz parte dessa categoria. Outro exemplo diz respeito à determinação do nível de poupança e investimento agregados. Em vários países em desenvolvimento, esse nível é fixado pela autoridade controladora acima do nível que as preferências individuais e as expectativas de lucros determinariam. Em outras palavras, o nível futuro de abastecimento é decretado como sendo adequado aos gostos, embora não se identifique com os gostos individuais experimentados na ocasião".¹²

¹² LOWE, A. op. cit. pg. 150.

Logo mais adiante, LOWE coloca a possibilidade do Controle operar sua escolha com critérios sociais, dizendo: "A distribuição funcional, da forma em que é concretizada pela remuneração da contribuição de cada fator, pode entrar em conflito com critérios como os de justiça, conveniência política ou mesmo da consecução universal de um padrão mínimo. Para ficar de acordo com esses critérios, admite-se que o resultado automático da distribuição funcional possa ter que ser modificado 'ex post' com a ajuda de impostos e subsídios. O Controle, como uma influência deliberada sobre os padrões de transações do mercado, não se limita a essas correções 'ex post'. Ele pode intervir 'ex ante' no processo de alocação por meio da regulação dos preços dos fatores e/ou dos bens de consumo, mesmo que sua interferência na distribuição funcional desvie o produto do ótimo de eficiência técnica... O Controle abre as portas para critérios genuinamente sociais".¹³

Como é feita a 'demarche' científica? Ou seja, como a 'ciência oficial' contribui para o Controle com uma indicação dos meios adequados para a consecução de um objetivo pré-determinado? Esse procedimento, para Lowe, é um modo particular de inferência regressiva - característico da formação de 'Teoria' em todos os sistemas organizados por diretrizes - como análise instrumental. Da do estado inicial de um sistema econômico, a inferência permite conhecer o conjunto de meios: macro-movimentos, micro-padrões de comportamento e motivação e medidas de controle a partir de: a) um macro-objetivo ou estado final de terminado por critérios de otimização; b) leis naturais e

13 LOWE, A. op. cit. pg. 151.

regras de engenharia; e c) leis e generalizações empíricas relativas a relações socio-psicológicas. ¹⁴

Entretanto, essa análise instrumental não é a das ciências naturais, pois tem em sua partida um estado final não observado, mas sim postulado, ou seja: o fato, para essa 'demarche' da Economia Política, como Teoria de Sistemas Controlados, está ligado ao Controle. ¹⁵

"Somente na medida em que o Controle, orientando-se pelos resultados da análise instrumental, conseguir fazer que a realidade se conforme ao objetivo que está à base dessa análise, é que a teoria econômica terá êxito no que se refere a fazer previsões confirmáveis". ¹⁶ O êxito do Controle é condição para a 'demarche' analítica, e a contribuição da 'demarche' analítica é condição para o êxito do Controle. Agora estão intimamente soldados: Controle e Teoria da Política Econômica.

Uma absolvição para qualquer insuficiência da Teoria: Lowe estabelece a idéia de uma interação entre Controle e Teoria da Política Econômica que elimina, através de um processo de permanente intercâmbio,

¹⁴ LOWE, A. op. cit. pg. 155.

E LOWE esclarece na pg. 157 o assunto sobre um 'Feed Back' no processo de inferência instrumental, dizendo: "...uma vez que toda teoria social dos processos econômicos se orienta por determinado objetivo, ela deve conter uma parte instrumental" e "para qualquer variante entre os vários estados finais possíveis, tanto as séries regressivas como as progressivas de inferências devem ser elaboradas e explicitamente apresentadas".

¹⁵ Idem, Ibidem. pg. 159.

¹⁶ Idem, Ibidem, pg. 160.

qualquer precedência; isto é denominado Controle Dinâmico. Na medida em que uma economia de mercado - a ser preservada e controlada - supõe a presença de decisões descentralizadas, de agentes com expectativas que informam seus comportamentos, o Controle deverá alterar-lhes as expectativas em uma direção conforme o macro-objetivo escolhido. - "Tendo êxito, fecha-se o círculo, pois: "O Controle eficaz transforma os 'meios' reais, ao passo que o estado final - originalmente introduzido como um fim pode ser agora deduzido como um 'efeito' real. Em outras palavras, estados e processos observáveis podem agora ser explicados e previstos à base de padrões regulares de micro-comportamento. Embora esses padrões representem, de início, apenas as regras de ação adequadas, essas regras hipotéticas são transformadas, por meio do Controle das diretrizes para a ação e das expectativas, em proposições categóricas sobre as leis do comportamento. Uma teoria construída sobre esses fundamentos é aplicável a qualquer sistema de mercado, qualquer que seja sua estrutura e quaisquer que sejam as forças dinâmicas - iniciais".¹⁷ Nesta perspectiva, como assinala Lowe, existe um Conhecimento econômico e não uma Ciência ou Teoria Econômica.

Nesta perspectiva, o Controle produz conhecimento para a Economia Política, a qual, como 'ciência oficial', subsidia o exercício do Controle. Será a ação da inteligência responsável pelo princípio ordenador do Controle em último termo; será a prática do Controle pelo Estado o produtor do conhecimento. LOWE diz: "A síntese

17 LOWE, A. op. cit. pg. 169.

de conhecimentos com a prática se torna necessária por causa da natureza meramente potencial do estado final, na medida em que é compreendido como um objetivo. Em vez de ser dado como um fato aberto à observação, o estado final é colocado como uma tarefa para a busca deliberada, exigindo - uma ação que possa transformar radicalmente os fatos que inicialmente se apresentam à observação". 18

A Económica Política é agora Conhecimento; aparentemente uma opção pela modéstia. Suspeito, entretanto, a presença de uma falsa modéstia. Senão vejamos.

O Conhecimento oficial abriu mão de entender a Sociedade, agora seu objeto cognitivo é o Controle. Colocado de outra forma, tendo uma descrença da 'performance' econômica da sociedade - na medida em que tenta vê-la com olhos no universal e ahistórico - a Economia Política renuncia à Sociedade - para si esfingética - e se passa para o Estado que será o operador do princípio operacional do Controle. O Estado operador do Controle será a nova matriz de matéria-prima cognitiva e o Conhecimento Econômico estará a - seu serviço.

O discurso de Lowe admite a visão - do Estado como sujeito supra-social e a do 'Conhecimento Econômico' como a contribuição da ciência para que ele exerça o controle com eficácia. Da consciência à História. O desenho de um projeto político-econômico precede a História. No desenho, o Controle surge como um dos elementos do discurso analítico, e, uma vez que o Conhecimento oficial tenha concebido o projeto político-econômico, alguém, sujeito racional

18 LOWE, A. op . cit. pg. 171

da História, o adota e controla a Sociedade para que se comporte conforme o projeto. A História passa a ser produto do Controle com a cooperação do Conhecimento oficial. A História oficial como produto controlado de uma consciência supra-social: o 'Estado'. Há um momento político: o da escolha do macro-objetivo; há um momento administrativo: o da aplicação das medidas de controle regulando 'a estrutura e as forças dinâmicas do sistema'. A 'ciência oficial', um papel magnífico: com seu discurso técnico, controla a História econômica como projeto e fornece ao Estado a fórmula para 'produzir' essa história sob a forma de um conjunto de medidas de controle.

Com uma imensa vantagem: a da prévia e da plena absolvição quanto a qualquer fracasso. Se o projeto político-econômico apresentado pelo 'Conhecimento Econômico' ao Controle não for confirmado, a 'ciência oficial' sempre poderá argumentar que considerou o macro-objetivo escolhido pelo político, as leis naturais e as regras de engenharia e as leis e generalizações empíricas relativas a relações sócio-psicológicas, mas que o Controle sobre as diretrizes para a ação e sobre as expectativas não foi executado corretamente. Assim sendo, a 'ciência oficial', ao admitir o 'Estado' como um ente supra-social, pode gozar das delícias de sentir-se o demiurgo da história econômica, com o 'bonus' extra de sempre estar a coberto quanto a qualquer fracasso. Pode ser megalômana impune. Sem dúvida, brilhante construção.

(A neurose profissional do economista oficial resolvida). Sua historiofobia obrigada dado seu

'necessário oficialismo'; sua dilacerante perda de unidade entre apologética e operatória; o conduzem por esta 'demarche' - a do princípio operacional do Controle - à megalomania. Esta História que não me permitiu construir a Teoria será cancelada; passarei a produzi-la mediante meus préstimos a um ser produtor de História: o Estado. Esta é minha vingança: agora, sob o controle do Plano formulado com meu Conhecimento, a Sociedade comportar-se-á 'certinha' e terei uma História controlada produto do Estado.

A 'ciência oficial' faz, com esta 'demarche', da ação do Estado, a Razão. Hegel viu o Estado como a 'realização da Idéia Moral'. SCHMOLLER, em "Zur Social-und Gewerbepolitik" (1890), afirmou ser "o Estado a mais grandiosa instituição moral para a educação do gênero humano". 19 Rudolf STOLZMANN, em "Der Zweck in der Volkswirtschaft" (1909), declara: "Os três grandes domínios da distribuição social: a renda da terra, o juro e o salário, estão em uma relação de dependência mútua, e seu equilíbrio é a resultante do poderio social das três classes participantes, que recebem pela contribuição das forças produtivas de que são possuidoras uma remuneração extremamente variável. Não existe nenhuma distribuição segundo as leis naturais". 20 SOBART, em "Der Moderne Kapitalismus" (1916/27), afirma: "Não é o Estado que controla o empresário, mas sim o empresário que controla ao Estado". 21 Na entrada do século, Gustave LE BON fecha seu "Psychologie des Multitudes" dizendo: "Com o desaparecimento progressivo de seu ideal, a raça perde cada vez mais o que

19 Cf. EUCKEN, W. op. cit. pg. 462.

20 Cf. JOHR, W. op. cit. pg. 225.

21 Cf. NEWMAN, P. C. op. cit. pg. 251.

fazia a sua coesão, a sua unidade e a sua força"; e logo adiante ... "divididos pelos seus interesses e pelas suas aspirações, não se sabendo já governar, os homens desejam ser dirigidos nos seus menores atos, e o Estado exerce a sua absorvente influência. Com a perda definitiva do ideal antigo, a raça acaba por perder também a alma. Ela não é mais do que um bando de indivíduos isolados, e torna-se de novo o que era no seu ponto de partida: uma multidão... Passar da barbárie à civilização, na aspiração de um sonho, depois declinar e morrer, desde que esse sonho perdeu a força, tal é o ciclo da vida de um povo". 22 Em 1926, ORTEGA Y GASSET diz: "A divisão da Sociedade em massas e/ou minorias excelentes não é uma divisão em classes sociais, mas em classes de homens, e não pode coincidir com a hierarquização em classes superiores e inferiores". 23 Anos depois diz, CARREL: "A Sociedade necessita de super-homens, porque já não é capaz de dirigir-se, e a civilização do Ocidente está abalada em seus alicerces". 24 EUCKEN, comentando estas colocações (Le Bon e Ortega y Gasset) sem aceitá-las totalmente, pois não captaram com a devida atenção todos os níveis da "inter-dependência da ordem econômica com as demais ordens da vida", diz em seu póstumo "Grundsätze der Wirtschaftspolitik" o que estes autores postulam: As massas põem abaixo as ordens tradicionais da Economia, da Sociedade e o Estado, e fazem impossível o estabelecimento de novas ordens racionais satisfatórias e dignas do homem". 25

22 LE BON, G. "La Psychologie des Multitudes". Trad. Port. Rio. Briguiet, 1954. pgs. 179/180.

23 ORTEGA Y GASSET, J. "La Rebelion de las Masas". Trad. Port. Rio. Livro Ibero-Americano, 1953. pg. 60.

24 CARREL, A. "Reflexion sur la Conduite de la Vie" (1950) Cf. BEAUVOIR, S. "La Pensée de Droite, Aujourd'hui". Trad. - Esp. Buenos Aires. Leviatan. 1956. pg. 10.

25 EUCKEN, W. op. cit. pgs. 39/40.

O leitor, nesta parte, deve estar surpreendido com a descontinuidade do texto. Do exame de adoção do Controle como princípio operacional do econômico; da metamorfose da Economia Política em Conhecimento Econômico oficial em simbiose com a ação controladora do Estado através de um processo de planejamento, o texto saltou descontinuamente para citações de economistas da Escola Histórica alemã e de ideólogos que vaticinaram a decadência da civilização ocidental 'à la Spengler'. O que é que uma coisa tem a ver com a outra? Nem sequer os economistas citados são da linha neo-clássica. Bem, direi eu: isto podemos completar.

PARETO, em 1909, na pg. 96 de seu "Manuel d'Economie Politique" - pilar fundamental da Nova Economia do Bem Estar e da Teoria do Equilíbrio Geral - disse: "Nenhuma classe social somente pode à larga conservar seus bens e seu poder, se não tem a força e a energia necessárias para defendê-los. A longo prazo, somente a força - determina as formas sociais; o grande erro do Século XIX será ter esquecido este princípio". Pareto deu este conselho referindo-se às formas de representação democrática. Em 1919, Pareto publicou seu "Trattato di Sociologia Generale". SELIGMAN, comentando a Teoria da circulação de elites de Pareto, disse: A luta que Pareto evocou não foi a luta entre o proletariado e a burguesia, mas sim entre as novas elites, pessoas com capacidade superior determinadas a ganhar o poder para si mesmas, e as velhas elites estancadas".²⁶ Por conseguinte, uma versão de maquiavelismo; de uma luta pelo poder em suas diversas formas confessadas ou dissimuladas

²⁶ SELIGMAN, E.E. op. cit. pg. 473.

podem unir-se um neo-clássico com os economistas da escola histórica. Porém, insistirá o leitor: -O que é que isto - tem que ver com o Controle?

Para responder retrocedamos os ponteiros de nossos relógios. A idéia de Controle lavrou o campo da 'ciência oficial' a partir da década dos vinte e tornou-se um grito desesperado de: 'segura este troço aí' ; nos deprimentes anos trinta. Os homens da Escola Histórica Alemã, os neo-clássicos 'à la Pareto', os micro-economistas estudiosos do oligopólio como Stackelberg, os ideólogos de direita como Le Bon, Ortega y Gasset, etc... ou não viam saída, e como arautos do pessimismo anunciavam a 'decadência da civilização', ou passavam a ver no Poder do Estado - na realização da Razão ou da Idéia Moral - uma modalidade político-econômica especial, distinta do modelo de mercado, que lhes parecia o caos. E o Controle surgiu, - com a força das idéias sobre mito de Sorel com um líder-herói "Do lado econômico, o modo fascista de organização e controle de uma economia nacional, para tornar todas as atividades econômicas subservientes a fins nacionais segundo são determinadas pelo grupo dominante e para garantir a subordinação de todos os fins ou interesses privados aos fins nacionais".
27

O livro de LOWE é de 1965. O discurso analítico da macro-economia está estilhaçado. O balanço internacional de poder em alteração. O nacionalismo como ideologia operacional para as políticas econômicas, em

27 TAYLOR, O. "A History of Economic Thought". Trad. Port. Rio. Fundo de Cultura, 1960. pg. 510.

flagrante contraste com a 'internacionalização' do mundo do oligopólio. A periferia mundial com pretensões ao desenvolvimento, etc... E a idéia de Controle ressurgue sob novas roupagens, podendo ser perfeitamente 'vendida' como uma indispensável coordenação dos fins da ação do Estado - o problema Torres visto quando tratamos a cãndida transposição robbinsoniana. Com uma Economia Política que, por não poder ver a História, se metamorfoseia em Conhecimento Econômico aplicado ao Princípio Operacional do Controle a serviço da realização da Idéia Moral. O estilhaçado discurso micro-econômico gerou uma demanda de Controle, o estilhaçado discurso macro-econômico gerou a idéia de planejamento.

Quem estiver lendo dirá: - Mas

não chegamos a este ponto! Que exagero! Concordo com o leitor, não chegamos, porém não vi em nenhum lugar um atestado de saúde mental do Sistema em que nasci. Vi, com o Controle, a Ideologia de raça superior e a Teoria da circulação das elites, nosso Sistema em uma projeção histórica praticar genocídio de seis milhões de judeus. Vejo diariamente, nas manchetes dos jornais do dia, indícios claros de insanidade. Tenho pavor da racionalidade histórica e da busca de eficientes articulações fins-meios. Concordo com o leitor: não chegamos ainda a este ponto. Porém, em alguns capítulos do Controle já estamos andando por perto. De todos, o mais assustador é a temática da Planificação de Recursos Humanos: a idéia de que o Conhecimento Econômico Oficial deve planejar o fator humano (Educação, Saúde, etc.); planejar a Demografia; fixar meta-estados para a população.

Na reunião sobre Políticas de População em Relação ao Desenvolvimento da América Latina, realizada em Caracas de 11 a 19 de Setembro, sob o alto - patrocínio da Organização dos Estados Americanos e do - 'Population Council', foi assim definida a Política de População:

"É o conjunto coerente de decisões que constituem uma estratégia racional adotada pelo setor público, de acordo com as necessidades e aspirações da coletividade, para desenvolver, conservar e utilizar os recursos humanos, influenciando sobre a magnitude provável e o crescimento da população, a distribuição por idades, a constituição e composição da família, a localização regional ou rural-urbana dos habitantes e a incorporação à força de trabalho e à educação, com o fim de facilitar os objetivos de crescimento econômico e possibilitar a participação da população nas responsabilidades e benefícios do progresso."

Excluídos alguns eufemismos na definição e trocando 'humano' por bovino, teríamos a definição da Política de Pecuária para o Controle. É certo que ainda não chegamos lá, mas o Conhecimento Econômico já está escrevendo seus capítulos sobre a Economia dos Recursos Humanos e o manejo dos critérios de benefício/custo estão se vulgarizando como elementos de avaliação de distintas - alternativas de programas educacionais, de saúde pública, etc. É conveniente não ficar tranquilo em demasia.

Existe um outro modo de ver o processo político-econômico. São muitos os que subsidiam esta outra perspectiva. Sem a preocupação de sequer iniciar o tema, registramos subsídios das mais diversas fontes:

-STEINER diz: "Através da História Norte-Americana as pressões de homens de negócios, agricultores e grupos ocupacionais tem se concentrado sobre o Governo". E mais adiante. "Uma causa extremamente significativa da expansão dos controles econômicos federais tem sido a pressão sobre a necessidade do governo solucionar os conflitos de grupos". 28

-REYNOLDS, diz: "O Governo não é árbitro neutro em matéria econômica, pois tende a refletir as intenções dos grupos que estão em melhor posição para influenciar as decisões governamentais. Poucos negariam que os programas políticos do Governo do Canadá, a partir da Confederação, tenham sido formulados predominantemente pelos homens de negócios". 29

-MEYNAUD diz: "Observa-se que a força de penetração dos grupos de pressão depende de seu poder específico (número de membros, amplitude de seus recursos e sua coesão interna). Entretanto, nem sempre é possível combinar estes fatores, ou, com maior precisão, raras vezes é possível poder desenvolver um deles sem que isto implique no sacrifício de outro fator. Isto

28 STEINER, G. op. cit. pgs. 145 a 147.

29 REYNOLDS, L.G. "The Control of Competition in Canada", Cambridge. 1940. Cf. WALKER, R. op. cit. pg. 127.

é um dos elementos da limitação do poder dos grupos em nossas sociedades".³⁰

-SIDJANSKI diz: "Os grupos de pressão que cristalizam os interesses particulares pretendem inclinar a seu favor as decisões e os comportamentos das autoridades. As associações patronais, os sindicatos, os movimentos ideológicos defendem as aspirações ou as necessidades reais de uma categoria de cidadãos e, em consequência, jogam o papel mais ou menos legítimo de intermediários especializados entre o poder público e os indivíduos. Sendo centros autônomos de decisão, realizam hoje uma função de primeira grandeza na determinação e na aplicação de decisões políticas. A aparição destes novos centros de poder conduziu à revisão dos modelos de democracia, e à introdução da noção de poliarquia: multiplicidade dos poderes autônomos e independentes". (Este é o enfoque de Dahl e Lindblom).³¹

-JOHR diz: "O poder, fenômeno sumamente complexo, desempenha um papel predominante em todas as relações humanas, e é também de grande importância para a economia. É pertinente, portanto, com finalidade de apreender morfologicamente a economia o estudo da distribuição do poder em uma ordem econômica concreta".³²

30 MEYNAUD, J. op. cit. pg. 53.

31 SIDJANSKI, D. op. cit. pg. 14.

32 JOHR, W. A. op. cit. pg. 222.

-Sra. ROBINSON diz: "Cada uma das nações capitalistas fez evolver um modelo diferente de relações entre o governo, as indústrias e serviços nacionalizados e a iniciativa privada e um modelo diferente de distribuição de benefícios entre as classes e setores da economia, de acordo com a força e as pretensões dos interesses envolvidos". 33

-EUCKEN, entretanto, fala de uma despreocupação dos economistas frente ao problema do poder. 34 Em "Die Grundlagen der Nationalökonomie" propõe a distinção entre atividade estatal e autoridade estatal, e afirma que a "característica mais importante do desenvolvimento do Estado no Século XX é o incremento do volume da atividade estatal e a diminuição simultânea da autoridade estatal". 35 Conclui propondo dois postulados que devem ser observados caso se de-seje restaurar a capacidade do Estado para que cumpra suas funções ordenadoras:

1º. A política do Estado deve estar orientada para a dissolução dos grupos de poder econômico ou para delimitar suas funções.

2º. A atividade do Estado deve dirigir-se à estruturação das ordens econômicas, compensando grupos com poder mais débil, pois com a compensação cresce a autoridade do Estado. 36

33 ROBINSON, J. "Freedom and Necessity" op. cit. pg. 91.

34 EUCKEN, W. op. cit. pg. XI Citado por JOHR, W.A. pg. 227.

35 EUCKEN, W. "Grundsätze der Wirtschaftspolitik". Trad. Esp. Madrid. Rialp. 1956. pg. 458.

36 Idem, Ibidem. pgs. 467/71. passim.

Confesso que prefiro a candidez Marshalliana ou a tese de Bohm-Bawerk - de que com a teoria do monopólio estaria esclarecido tudo o que seria necessário saber sobre poder econômico à lucidez de Eucken, propondo aos do Controle e aos do Conhecimento Econômico o modo de lograrem, através de um fortalecimento da autoridade estatal, algum acercamento à sua premissa de ser o Estado um ente supra-social.

Porém, suspeito que alguns detentores de Conhecimento Econômico devem estar estudando Eucken, pois sua 'historiofobia' os impede de aceitar a poliarquia de Dahl e Lindblom; a presença dos grupos de pressão; a função de árbitro do Estado; sua tendenciosidade como árbitro, etc... Reconhecer a História com classes, grupos, relações inter-classes, conflitos e composições inter-interesses dominantes, etc... é pedir que renunciem a seu racionalismo, à sua pretensão de portadores de verdades positivas, às suas ilusões científicas, às suas funções de produtores apologéticos e operatórios de que se desencumbem com uma certa canhestrice sem, contudo, correrem o risco de perda de emprego. Cada sistema tem os apologistas/operadores que merece.

Até este momento estive examinando uma variante de megalomania para a qual não vacilo em agregar o atributo de potencialmente sinistra. Uma escalada para a barbárie via irracionalidade crescente é algo que já ocorreu neste Século. A classe de megalômanos sinistros constitui - uma reserva 'intelectual' para operacionalizar a barbárie.

Passarei agora ao exame de outra variante que é igualmente megalômana, mas que se diferencia da anterior em um ponto fundamental. Enquanto Lowe pretende fazer da ação do 'Estado' a Razão, os que agora passarei a examinar pretendem racionalizar a ação do Estado para a Sociedade. Comungam de muitas das características da variante sinistra, porém, perseguindo o impossível, são megalômanos inofensivos.

Para estes, o Estado é um sujeito supra-social. Sua ação se desdobra em múltiplas frentes e gera complexos feitos encadeados. A ciência econômica, através da Teoria, deve contribuir para que o Estado integre suas ações num todo coerente. A planificação seria o método para atingir este desiderato.

Escutemos alguns membros desta variante. Começemos por conhecer o Programa da Teoria da Política Econômica proposto por Tinbergen no que é hoje considerado, por muitos, uma obra clássica.³⁷ A conceituação -

37 TINBERGEN, J. "Economic Policy Principles and Design" (1956). Trad. Esp. México. F.C.E. 1961. Esta é uma obra considerada clássica. Por exemplo, Keynaud, op. cit. pg. 166, diz: "O método proposto por Tinbergen se destaca por seu rigor lógico e parece difícil ignorar, a partir de agora, as possibilidades que oferece, tanto para a determinação da ação a empreender como também para o controle e a verificação dos dispositivos já postos em prática". Estas e outras manifestações (por exemplo, Billy, já citado) de admiração pela obra de Tinbergen foram coroadas com o Prêmio Nobel.

de política econômica para Tinbergen é a convencional -
 Robbins: "A política econômica consiste na variação inten-
 cional dos meios com o objeto de obter certos fins". 38

Cabe registrar que o conceito de meio para Tinbergen é extremamente amplo. "De acordo com a natureza dos meios considerados, a política pode ser: a) de 'reforma' (mudança nas bases: elementos fundamentais na organização da sociedade humana); b) 'qualitativa' (mudança na estrutura: constituída de grupos de elementos menos importantes da organização da sociedade humana); c) 'quantitativa' (mudança unicamente nos valores dos meios variáveis)". 39 Nosso Prêmio Nobel nos fornece uma precisa distinção desses tipos de meios: "As reformas são mudanças nos aspectos mais importantes da organização social, que afetam os aspectos espirituais e as relações essenciais entre os indivíduos". 40 "A política qualitativa consiste em modificar os elementos menos fundamentais da organização social, aqueles que não afetam as relações espirituais ou as relações essenciais entre indivíduos." 41 "A política quantitativa, que deixa a estrutura intacta, é uma política a curto prazo, porém nem sempre". 42 Após esta 'clara' classificação dos meios, temos acesso ao campo da Teoria da Política Econômica: "O estudo da política econômica considera quatro títulos:

- 1) Uma descrição do processo da política econômica.
- 2) Métodos para julgar a compatibilidade entre os fins e os meios utilizados nos diversos tipos de política econômica.

38 TINBERGEN, J. op. cit. pg. 9.

39 Idem, Ibidem. pgs. 9 e 32. passim

40 Idem, Ibidem. pg. 26.

41 Idem, Ibidem. pg. 24.

42 Idem, Ibidem. pg. 17.

- 3) Métodos para indicar a política óptima para obtenção de determinados fins.
- 4) Sugestões com respeito a alguns fins". 43

Para o cumprimento dessas tarefas, Tinbergen propõe o uso de modelos: "O processo de adaptação de uma economia às variações nos dados, que é o problema - essencial do 'homo oeconomicus' na prática e do economista na teoria, surge como uma consequência de certo comportamento dos sujeitos econômicos (cidadãos, empresas) dentro do marco das 'leis' da natureza, da tecnologia e das disposições legais, assim como de outras regras do jogo". Este - comportamento e aquelas leis e regras se formulam como relações ou equações econômicas: "Ao sistema de relações que descreve em forma aproximada o processo de adaptação de uma economia, chamamos modelo econômico; este descreve o comportamento do mecanismo que os responsáveis pela política têm que manejar, ou utilizando uma metáfora musical, que têm - que tocar". 44

Tinbergen, no "Economic Policy - Principles and Design", imagina o político dispondô de uma função de Bem Estar agregada que considere os elementos que afetam o Bem Estar material e espiritual dos indivíduos tais como: a quantidade de bens utilizáveis, os esforços a serem dispendidos, o grau de acesso às oportunidades de educação, o direito de participar de decisões, etc... bem como algo como a 'qualidade social' que considera os elementos determinantes das relações inter-individuais: o grau de liberdade permitido aos indivíduos, a frequência de conflitos e o grau de paz social e internacional, o grau de justiça, o 'clima social', etc... 45

43 TINBERGEN, J. op. cit. pg. 32.

44 Idem, Ibidem, pg. 32.

45 Idem, Ibidem, pg. 45.

Ainda que Tinbergen admita uma certa influência da 'ciência oficial' sobre o julgamento do 'policy maker' com respeito a essa função, nessa obra a posição da 'ciência' é basicamente a de alinhar uma série de modelos cuja disponibilidade permitiria ao economista - 'tocar sua música' ao Estado e à Empresa, indicando os - 'meios' adequados aos fins escolhidos. Com esse propósito são apresentados 21 modelos fechados ou abertos, estático-comparativos ou dinâmicos, macro ou micro que examinam - certas articulações entre os objetivos-instrumentos mais usuais. 46

O êxito das audições certamente - animou o Prof. Tinbergen a ampliar o programa de trabalho da 'ciência oficial'. Em obras posteriores, abandona o relativamente reduzido território dos instrumentos e assume tarefas de maior fôlego. 47 Crescendo em confiança, - Tinbergen coloca posteriormente o problema do regime social como um problema a ser considerado 'tecnicamente' em termos de maximização de desenvolvimento.

"A planificação óptima significa simplesmente a melhor forma de planificação, e esta forma - depende do tipo de regime. Um regime comunista, é óbvio, requer um tipo de planificação distinta que poderia necessitar uma economia liberal; um regime de 'laissez-faire' -

46 Em 1962, TINBERGEN, J. e SOS, H.C. publicaram "Mathematical Models of Economic Growth". Londres, MacGraw Hill. Onde discutiram outros modelos que possam ser úteis à confecção de uma política de desenvolvimento e, mais concretamente, à planificação do desenvolvimento. O objetivo dos autores é "estudar os mecanismos de desenvolvimento com o objetivo de definir a política óptima". (pg. 3).

47 Ver TINBERGEN, J. Cap. XIII do Congresso da I.E.A. de 1960. In "Problems in Economic Development (Proceedings of a Conference held by the International Economic Association). Londres, MacMillan, 1960; Tinbergen, J. "Planificação Óptima". In Sembrío CIE/UNESCO/SEP. 09/12/60 e 17/1/60, publicado In "programación del desarrollo económico" México FOM. 1965. Tinbergen, J. "Ontwikkelingsplannen" Trad, Esp. Madrid. Guadarrama. 1967.

requer menos planificação do que um país comunista de economia centralmente planifica. Por outra parte, em uma economia mista moderna, que é o tipo mais comum na atualidade, existe uma maior necessidade de planificação do que foi necessário durante os períodos de 'laissez-faire'; e provavelmente existe uma maior necessidade de planificação em uma economia num país em vias de desenvolvimento do que em um país desenvolvido. Portanto, a planificação ótima implica em um dos seguintes procedimentos: podemos definir o regime do país em exame e em seguida analisar as formas de planificação com o fim de encontrar a melhor; ou, preferivelmente, podemos considerar a planificação ótima como parte de um problema mais geral - o problema de um regime ótimo incluindo a planificação. De fato, é de grande importância que cada país possa decidir se seu regime é o que mais convém aos interesses de sua população".⁴⁸ Ainda que Tinbergen reconheça que a ciência ainda está incapacitada para proporcionar respostas definitivas sobre esses problemas, não foge de colocar o problema do regime ótimo: "Consideremos, em primeiro lugar, o regime ótimo. Às vezes é recomendável definir um problema senando suas quantidades desconhecidas e, no caso de um regime econômico, creio que estas consistem nas instituições e nos instrumentos dessas instituições. As primeiras incluem elementos como o Estado, e os instrumentos do Estado incluem os distintos impostos e uma série de medidas que o Estado pode impor. Porém, as instituições também podem incluir um importante setor privado"...⁴⁹ "Ao enfrentar a pergunta com respeito ao melhor regime, devemos contestar qual dos regimes possíveis levará ao máximo Bem Estar a população respectiva... dentro do regime ideal, as atividades do Estado incluem a planificação e assim esta se converte em uma instituição com seus próprios instrumentos, instituição

48 TINBERGEN, J. "Planificação Ótima". pg. 154.

49 Idem, Ibidem. pg. 154.

que pode organizar-se em diferentes formas. O problema é encontrar a melhor". 50

A idéia de que 'policy maker', o Estado, não pode deixar de prescindir da 'ciência oficial' para a maior eficácia de sua gestão soberana sobre a sociedade é a tônica dessa vertente megalômana inofensiva.

Alguns, como Torres, são relativamente modestos: "A função do político em matéria econômica consiste em assinalar os fins ou objetivos. Para seu desempenho tem que fazer uso de certos instrumentos mentais, dos quais o mais importante consiste na intuição". 51 Tão logo o político tenha formulado seu programa de objetivos, - corresponde ao economista sua análise para ver se reúne as condições que o fazem consistente. São três as condições:

50 Idem, Ibidem. pg. 155. Nesse trabalho, Tinbergen coloca Pareto como um precursor: "O que Pareto fez foi perguntar como devem ser eleitos os dados, e, mais em particular, como devem ser eleitos as instituições econômicas, a fim de lograr o grau máximo de Bem Estar". Tinbergen justifica a economia 'mista' com o argumento de economias de escala e rendimentos crescentes. "A introdução em um modelo econômico da possibilidade de obter rendimentos crescentes ou economias externas na produção não nos leva de maneira automática à conclusão de que a empresa privada é a melhor solução. Pelo contrário, podem existir poderosas razões para que ao lado do setor privado coloquemos o setor público no processo de produção e, falando em termos gerais, pode-se argumentar adequadamente em favor da inclusão no setor privado daquelas indústrias que seguem as leis de produção de Pareto, e, no setor público das demais atividades que geram economias externas e operam com rendimentos crescentes. Em sua forma moderna, a Economia, do Bem Estar pode ser empregada para defender outros sistemas, isto é, um sistema misto com um setor público e outro privado e uma redistribuição de renda". (pgs. 156/7. passim.)

51 TORRES, N.. "Teoria y Practica en la Política Económica". Madrid, Aguillar. 1955. pg. 25.

- a) o plano deve ser possível, b) os fins devem ser compatíveis, e c) os fins devem ser homogêneos". 52

Cumprida tal tarefa, chegamos ao território onde o economista é imprescindível! Denominamos meios ou medidas de política econômica toda a ação política dirigida à consecução de uma finalidade econômica... a função mais destacada e importante do economista é a arte de arbitrar os meios adequados para a consecução das metas perseguidas pela política econômica. Entre os diferentes meios alternativos para conseguir um mesmo fim deve-se eleger aquele ou aqueles, entre os de igual eficiência, que seja mais fácil, mais econômico e que origine uma menor perturbação. Este princípio podemos chamar o 'princípio da economia' ou 'simplicidade dos meios'. 53

Outros, como Lange, impõem uma restrição: o programa magnífico supra-delienado para a Economia Política somente é possível quando o regime for socialista, porque nesse estágio de desenvolvimento social estará estabelecido o império da racionalidade político-econômica. 54 Diversos comentadores já mostraram fartamente que a argumentação de Lange se alimenta na mesma

52 TORRES, M. "Teoria y Practica em la Politica Economica". Madrid. Aguillar. 1955. pg. 26.

53 Idem, Ibidem. pg. 35.

54 LANGE, O. "Ekonomia Polityczna". Trad. Brasl. "Moderna Economia Política". Rio. Fundo de Cultura; e a coletânea de artigos editada sob o título: "La economia en las sociedades modernas". México. Grijalbo. 1964.

matriz neo-clássica, defendendo uma reacionalidade socialista marginalista.⁵⁵ "A descoberta das leis econômicas pela Economia Política serve para fins práticos. Aplicar na prática as leis descobertas pela Economia Política é a tarefa da Política Econômica. todas as leis econômicas podem ser reduzidas a leis causais, (isto é, leis que estabelecem uma relação de causa e efeito). O modo de proceder da Política Econômica consiste em introduzir na realidade causas que, de conformidade com as leis econômicas, devem produzir efeitos que são seu objetivo. Sem o conhecimento e a aplicação destas leis, a Política Econômica não atinge seus fins, e se converte em ineficaz. O processo econômico desenvolve-se então de modo espontâneo. A política econômica se propõe influir no desenvolvimento do processo econômico, no sentido desejado pelo homem. Esforça-se por romper a espontaneidade desse processo em um setor mais ou menos amplo. É por essa razão que uma Política Econômica eficaz somente é possível em condições sociais e de regime que facilitem esta vitória sobre a espontaneidade do processo econômico." ⁵⁶

Lange, propondo o uso do cálculo marginal e/ou da programação linear, utilizando em sua praxiologia funções-fim ou funções de gasto dos meios, orienta-se como teórico da Política Econômica em um regime socialista para busca de um critério eficiente para a otimização da gestão econômica. Logra um brilhante resultado, dado que no regime socialista, através da socialização dos meios de produção são reduzidas as diferenças de rendas inter-individuais, relembra o critério da antiga Economia do Bem Estar da

55 Veja-se por exemplo GODELIER, M. op. cit. pgs. 25/36 e MEEK, R. L. op. cit. pgs. 277/288.

56 LANGE, O. "Economia Política". op. cit. pgs. 135/7.

Escola de Cambridge o da máxima satisfação das necessidades. 57 Os preços fixados em uma configuração de equilíbrio geral, a partir de uma repartição de rendas com mínima regressividade, devem, para Lange, servir de guia a uma planificação que pretenda ser racional. A condição de repartição a mais igualitária possível somente é preenchida pelo socialismo; a condição necessária derivar-se-ia da contribuição da Economia Política à prática econômica: Planificação otimizada.

O discurso de Lange foi inspirado em dar resposta às críticas de Von Mises, Hayek e Robbins, que questionavam a possibilidade de uma gestão racional em uma economia centralmente planificada. Seu argumento principal é o de que o mercado, através dos preços relativos, determina a escassez relativa de recursos. Em uma economia centralmente planificada por definição privada de mercado não tem o mecanismo que determina a escassez relativa de recursos; não dispendo dos sinais orientadores de uma gestão racional, tende ao arbítrio e à desordem. Lange apoiou-se, como sabemos, na teoria do equilíbrio geral neoclássica e introduziu a hipótese otimizada de Pigou de mínima desigualdade na repartição pessoal de renda para demonstrar que no socialismo seria logrado o critério de ótimo pigouviano. Sim, porque uma economia planificada poderia ter à sua disposição preços calculados a partir dos dados do problema, sem ter que recorrer ao mercado. "Quais são os dados para calcular os preços em uma economia sem mercado centralmente planificada? - Perguntou Lange. Os dados são: o estado da técnica, os recursos disponíveis e

57 LANGE, O. "On the Economic Theory of Socialism" - Minneapolis, Ed. Lippincott. 1966. Versão inicial em "Review of Economic Studies". Cut. de 1936.

as preferências da população. Lange afirmou, em resumo, a calculabilidade do preço entendido como índice de escassez.

A defesa neo-clássica de Lange tem o defeito de ser estática comparativa. Dobb veio lembrar-lhe que a planificação em uma Economia Socialista tem que ser vista em termos dinâmicos. 58 "Dobb realça que o problema posto por Von Mises (e contra-argumentado em igual nível por Lange) diz respeito ao uso mais eficiente de recursos dados, enquanto que a questão para a qual a planificação se revela instrumento particularmente potente é a questão da acumulação, isto é, do aumento dos próprios recursos. A sua tese salienta que, enquanto o mercado fornece um mecanismo para a coordenação 'a posteriori' das decisões de investimento, a planificação, pelo contrário, fornece um mecanismo de coordenação 'a priori' das mesmas decisões: o plano. 59

Este mecanismo 'a priori' é decididamente superior ao de mercado, pois permite uma decisão coordenada sobre pacotes de projetos com longos períodos de maturação e significativos efeitos cruzados (efeito Rosenstein-Rodan). Dobb com esta explicação esclareceu à 'ciência oficial' sobre o porquê das elevadíssimas taxas de crescimento industrial logradas pelas economias centralmente planificadas. Recentemente, Dobb publicou uma obra na qual curiosamente aproxima-se ao enfoque de Lange. 60

58 Ver entre outras: DOBB, M. artigo sobre planificação no "Dizionario di Economia Politica". NAPOLEONI, C. op. cit. pgs. 1299/1323. DOBB, M. "On Economic Theory of Socialism". Londres MacMillan. 1955. DOBB, M. "An Essay on Economic Growth and Planning". Trad. Bras. São Paulo. Pioneira. 1973; DOBB, M. "Pappers on Capitalism, Development and Planning". Trad. Esp. Madrid. Tecnos. 1973.

59 NAPOLEONI, C. op. cit. pgs. 153/4. passim.

60 DOBB, M. "Welfare Economics and the Economics of Socialism" Towards a Commonsense Critique" Cambridge. Cambridge Univ. Press. 1969.

Peço paciência a meus eventuais leitores pela extensão das citações. Como considero alarmante o quadro patológico de uma megalomania profissional, queria estar seguro de que não exagero ao afirmar que o economista profissional oficial (no capitalismo e no socialismo), fascinado pelo Estado, aplicou a teoria da circulação das elites (Pareto) em causa própria. De sábio 'barbas-brancas' a 'super-homem'. Citações exultantes e auto-congratulatórias são frequentes. "O economista assegura... a coerência da política econômica, estima os meios e fixa seus limites. Na conjunção da reflexão e da ação, o economista constitui o indivíduo que sabe o que é preciso alcançar e os problemas - que convém colocar." 61

O painel supra-esboçado indica um quadro inquietante. Através da linguagem da planificação e com seu arsenal de modelos o economista estaria no topo da pirâmide; seria o profissional para a conduta racional do 'Estado'. A história econômica, como projeto, ou seria formulada pelo economista-planificador (versão mais ambiciosa), ou seria assistida pelo economista-planificador (versão relativamente mais modesta). De qualquer forma, como sujeito central ou coadjuvante principal, o economista seria um 'produtor racional' da história. Do modelo como mecanismo, ao plano como projeto global para a sociedade; da oficina - ao topo da pirâmide.

Curiosa, essa 'volta por cima' profissional em um discurso que somente fez alinhar perplexidades, confessar dúvidas, revolver epistemologias. Talvez a tortura do discurso seja a causa da megalomania: uma linha de fuga mágica para frustrações cognitivas acumuladas.

61 BALLE, P. op. cit. pg. 31/2.

Sem qualquer pretensão de um diagnóstico psiquiátrico, tentemos avaliar alguns dos resultados da prodigiosa evolução da análise econômica pós 'revolução keynesiana'. Já vimos que da estática-comparativa, rapidamente, a análise explorou modelos dinâmicos introduzindo, nas relações dos modelos, 'gaps' temporais, bem como levantou a restrição dos dados conhecidos construindo modelos de longo prazo, caminhando do curto ao longo prazo mediante a consideração dos impactos das variáveis de fluxo sobre as variáveis de estoque. Esses desenvolvimentos analíticos conduziram ao centro de atenções o tema do crescimento econômico. A tese da estagnação e a agradável surpresa dos pós-guerra reforçaram o interesse acadêmico sobre o tema.

Constatou-se que o curto prazo - era significativamente afetado pelo crescimento e vice-versa, dissolvendo-se a tranquilidade do corte analítico curto/longo prazo, pelo menos no referente à determinação do nível de renda e do emprego. O corte é mais utilizado para a análise de comportamento dos preços e fluxos monetários; entretanto, mesmo nesse território o longo prazo começa a impor seu primado. Inicialmente, a análise de longo prazo busca construir modelos de crescimento equilibrado, levantando suposições sobre variáveis como o progresso técnico, a produtividade dos fatores, o comportamento demográfico, etc. Constrói a idéia do crescimento proporcional equilibrado, formula hipóteses sobre progresso técnico neutro, etc. O irrealismo dessas construções é patente. Ao ganhar intimidade com as variáveis de estoque, a análise econômica redescobre o conceito de estrutura. Para essa redescoberta contribui igualmente a evolução do discurso micro-econômico com a noção de organização industrial e a presença do 'Estadão' sublinhando o significado do dado institucional. A redescoberta da estrutura converge todo um aperfeiçoamento das informações macro-econômicas.

Chega-se, pois, à noção pela via dedutiva-endógena do discurso analítico (como um sub-produto da teoria do crescimento), e, por via empírica, a partir do acúmulo de informações macro-econômicas. PERROUX, em 1939, propôs uma definição estática de estrutura que o celebrizou: "Uma estrutura é caracterizada pelas proporções e relações que caracterizam um conjunto econômico localizado no tempo e no espaço".⁶² Todo um interesse é desenvolvido em torno dessa noção, desde simples taxonomias até a busca de explicações estruturais dos comportamentos macro-econômicos.⁶³ Verifica-se o significado da articulação das estruturas econômicas com outros níveis estruturais. Por esse caminho recupera-se a noção de sistema, como complexo de estruturas.

Da dinâmica do Sistema chega-se à História, rebatizada como desenvolvimento. Da esquilada análise de curto-prazo estática-comparativa keynesiana à proposição de uma Teoria do desenvolvimento. O desenvolvimento pode ser tratado como uma taxonomia; porém, quando interrogado sobre porque ocorre, provoca uma revalorização do pensamento clássico: a Análise Econômica remonta à Economia Política. A noção de Sistema como um conjunto, uma combinação, uma complexa articulação de diversas estruturas (econômica, técnica, política, social, institucional, etc), por meio de relações relativamente estáveis, dissolve a visão estritamente quantitativa da análise do crescimento em concepções qualitativas percebidas como desenvolvimento. Idéias de movimentos, transformações qualitativas, descontinuidades, 'Estado', agentes sociais, etc... tudo é insumido na noção abrangente de desenvolvimento.

62 PERROUX, P. "Pour un Approfondissement de la Notion de Structure", Paris, "Mêlanges Witmeur", 1939.

63 O interessado nessa discussão tem uma boa introdução no livro de MARSHALL, A. op. cit. pgs. 53/76.

Atônita, a 'ciência oficial' defronta-se com um universo de interrogações em expansão. Seu discurso analítico descobre instabilidades, expectativas desestabilizadoras, processos cumulativos de desequilíbrio, variações não-proporcionais, descontinuidades, rigidez, pontos de estrangulamento. Atônita, verifica a tendência a uma forte contaminação 'historicista'. Onde deter seu discurso analítico? Em que ponto parar? Como impedir essa invasão 'historicista'? Como manter e preservar sua própria linguagem: sua identidade 'científica'? Com seu discurso, sabe cada vez mais sobre a precariedade de suas conclusões. Corre o risco de ser encurralada. Guardadas as proporções, repete-se pós-keynes o drama pré-keynes. A 'Teoria Geral' keynesiana é um momento de relativa tranquilidade. O posterior aprofundamento do discurso analítico macro-econômico também gera uma situação similar: a saída é a valorização da noção de Controle. Somente que, agora, o pânico não é tão generalizado quanto pré-keynes. Porque o 'Estado' está aí. Porque objetivamente é a instituição-vedete. Porque sua presença já foi admitida pela 'ciência oficial' com a 'Teoria Geral'. Porque agora sua presença fornece uma boa pega para a 'ciência': diminui e atenua o pânico. É inquestionável a presença de 'problema' da coordenação eficiente da multi-facética e complexa ação do Estado. Aqui a missão da 'ciência'. Tratando robbinsonicamente o Estado, a 'ciência' se atribui a magnífica missão de controlar o Controle para que este seja eficaz. CHENERY diz: "A política econômica está integrada pelas medidas que toma o governo para influir sobre a vida econômica. Essa política costuma ser identificada segundo as variáveis econômicas sobre as quais está destinada a influir: política de preços, de emprego, de comércio exterior, monetária, etc. Entretanto, devido à interdependência do sistema econômico, qualquer classificação desse tipo é, quando muito, aproximada e suscetível de induzir a erro, pois os efeitos secundários de

qualquer tipo de ação sobre os outros elementos da economia podem ser de grande significação: A política de desenvolvimento se interessa pela taxa de crescimento e pela estrutura futura da economia. Portanto, se distingue daquelas outras medidas encaminhadas a evitar as flutuações a curto prazo dos preços, do emprego e do comércio externo, e que poderiam ser denominadas medidas de estabilização. Nesse, caso, a linha divisória é de novo arbitrária" 64

Essa longa citação de Chenery é apresentada para lembrar a interdependência complexa das ações do Estado. Aqui, uma pega para a 'ciência': coordenar as ações do Estado para que exerça eficazmente seu Controle do econômico. Esta é uma missão permanente para a 'ciência oficial', mesmo porque é fácil demonstrar que, dadas as rigidezas características do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, esta coordenação, para ser eficaz, exige uma projeção de comportamento do 'Estado' a longo prazo. Não é preciso muito, basta, como WAGEMANN, enfatizar o argumento dos pontos de estrangulamento: "É insensato construir todos os canhões desejados se falta a pólvora... Por mais que se preencham as condições do êxito, o efeito esperado não se produzirá se faltar somente um dos elementos necessários para este êxito... dado um fim a alcançar pelo emprego conjunto de diferentes meios, o grau de êxito dependerá do meio de que menos se disponha; aquele meio que atua conjuntamente, de que se disponha somente do imprescindível, o qual decidirá o êxito". 65 A combinação da complexidade da ação do Estado -

64 CHENERY, H. B. "Política y Programas de Desarrollo". Boletín Económico para América Latina, Ella. vol. III nº 1.

65 WAGEMANN, H. "La Strategie Économique". Paris, 1938. - pg. 89 citado por BERNAUD, J. op. cit. pg. 143.

com a noção de 'estrangulamento' conduz o discurso da 'ciência' à noção de planificação do desenvolvimento. Porém, este é um ponto a ser examinado mais adiante.

Por agora, quero sublinhar a magnífica 'pega' descoberta por uma perplexa 'ciência oficial'. Sua nova missão: controlar o Controle para que este seja eficaz. Para tal, duas tarefas: estudar a coordenação dos fins escolhidos pelo político e propor a adequada articulação objetivos/instrumentos. - Com o quê? Resposta: - mediante o uso de modelos. Premissa básica: o 'Estado' é o sujeito da história, é uma consciência supra-social. Como qualquer sujeito, o 'Estado' pretende ou deve ser racional, ou seja, deve optar por maximizar um fim para um meio dado, ou, inversamente, minimizar um meio para um fim dado. Afinal de contas, os meios são escassos. Assim sendo, viva Robbins, pois podemos dar um tratamento robbinsoniano ao Estado. Afinal de contas, somos especialistas em racionalidade praxiológica. Definindo para a 'ciência oficial' aquelas duas tarefas, colocando o problema robbinsoniano para o Estado, estamos em uma posição invejável, pois:

- a) quem escolhe os fins da política econômica é o político;
- b) propomos receitas sem nos preocupar com a viabilidade sócio-política das proposições, apenas com sua viabilidade técnica e econômica;
- c) podemos usar nossos modelos, ainda que os saibamos precários, pois é isso o que existe;

- d) qualquer fracasso da política econômica não nos atinge, pois a administração do Controle não é nossa, e, como Lowe já assinalou, nosso desenvolvimento analítico é feito e refeito em conjunto com o processo político-econômico concreto;
- e) mantemo-nos positivos, delimitando rigorosamente nosso território: preservando nossa indentidade 'científica' livre de contaminação 'historicista' e fugindo de perguntas que nos remeteriam à 'história teórica'.

Porém, o mais fantástico da solução é que podemos nos sentir como super-heróis ao nível de uma proposição megalômana para nossa 'ciência oficial', podendo, sobre o abrigo da impunidade da letra d), praticar uma oração de 'falsa modéstia', como faz Billy. "Poderíamos pensar que as técnicas da política econômica já alcançaram um grau ótimo de eficiência?. O conhecimento, ainda muito aproximado, do funcionamento da economia e das forças e quantidades em jogo a cada instante, constitui um primeiro obstáculo para uma ação coerente e para a eficácia das políticas econômicas. Os efeitos da ação dos poderes públicos, sobretudo, não se conhecem bem por antecipado... Porém, ainda que esses mecanismos de ação e seus efeitos fossem conhecidos com exatidão, a política econômica sempre seria, de qualquer maneira, uma arte, pois o mundo econômico está em evolução constante, modificando, a cada dia, seus contornos e estruturas pela vontade dos homens, por suas paixões, por suas reações imprevisíveis ante os caprichos periódicos da Natureza".⁶⁶ Robbins-Lord, Tinbergen e Boulding - prêmios Nobel; o economista no topo da pirâmide com sua -

66 BILLY, J. op. cit. pg. 6.

megalomania, com seu discurso analítico estilhaçado, impune e absolvido 'a priori' por seus erros. A megalomania honrada e dignificada. Esse o grande serviço prestado à profissão pelo Estado, tão exorcizado pelo tradicional - discurso neo-clássico.

(Irônico resultado!) Fosse o Estado a consciência supra-social - premissa implícita da megalomania - seria estranhável essa generosidade invulgar de um ente atacado a seu agressor. Afinal de contas, a 'ciência oficial' tanto o criticou no passado, e segue - acusando-o de tantas insuficiências no presente, que a megalomania deveria desconfiar de suas honorarias conquistadas com tão fraco saber. Deveria desconfiar da natureza do Estado. Porém, faz parte do quadro clínico da patologia megalômana o descolamento do real.

Porém, o mais curioso resultado - desta posição é a possibilidade que oferece de preservar velhos cacoetes da 'ciência'. Assim, por exemplo, a idéia de Bem Estar é preservada como colada dinamicamente ao desenvolvimento da economia mediante a proposição de objetivos político-econômicos com um enunciado majestoso do tipo: consecução de uma elevada taxa de crescimento e proteção e valorização do capital humano. "Um ideal de justiça social e de Bem Estar crescente no respeito a uma certa liberdade econômica constitui, em 1960, o denominador comum das políticas econômicas do Ocidente".⁶⁷ Outro exemplo notável é

67 BILLY, I. op. cit. pg. 5. Aliás, Max Weber, em 1909, no Congresso de Viena sobre política social, já havia dito que "no conceito de Bem Estar nacional está incluída... toda a ética existente no mundo".

a preservação da idéia de equilíbrio, que chega a ser atributo do objetivo de 'desenvolvimento equilibrado' que para mim soa absolutamente esfingético. Afinal de contas, os mortais não podem entender os desígnios do super-herói.

A megalomania, na medida em que se auto-convence de sua missão de controlar o Controle, tende a evoluir para o que denomino o fechamento dos objetivos. Com Keynes, o enunciado político econômico privilegia um objetivo: a consecução de um adequado nível de renda e de emprego, e fixa umas tantas diretrizes para a ação coordenada das políticas monetária e fiscal. O objetivo do pleno emprego nesse enunciado é fixado no curto prazo. Na medida em que o discurso analítico mergulha no 'horizonte de interrogações em expansão' e ganha consciência de sua impotência cognitiva, tende a aceitar um controle de comportamento a longo prazo, que previne instabilidades, que constrói as expectativas, etc... O objetivo de pleno emprego é substituído por crescimento equilibrado e, mais adiante, por desenvolvimento. O Controle é uma caixa vazia onde as perplexidades constatadas vão sendo depositadas. Controlar o Controle, ao nível semântico, constitui, para a 'ciência oficial', tender à linguagem tinbergeniana. A evolução da modesta política anti-cíclica ao ambicioso Plano de Desenvolvimento tem muitas mediações, porém creio não errar ao afirmar a tendência ao fechamento do Controle é sincrônica com a amplificação do discurso analítico macro-econômico. Qualquer perplexidade corresponde a um item a colocar sob Controle; esta é uma operação impune ao nível da Teoria da Política Econômica; - afinal de contas, a 'demarche' de Lowe garante impunidade.

Essa linha de escalada progressiva da ciência oficial para a megalomania não se processa descolada da história como um mero desdobramento endógeno do discurso analítico. Durante a Segunda Guerra Mundial, a experiência do conflito ensinou duas lições da maior importância.

Em primeiro lugar, ficou claro que uma expansão da demanda global, sustentada em gasto militar, com um processo de transferência dos custos do processo invenção-inovação para o setor público, afastava os fantasmas do desemprego e da estagnação, possibilitando um acelerado crescimento.

Em segundo lugar, a logística militar e as imprescindíveis regulações prioritárias bélicas, impondo um Controle rígido da economia com a presença de um Estado ampliado, não eram antitéticas com os interesses privados, sendo, pelo contrário, um quadro institucional sumamente favorável a seu fortalecimento. A experiência do conflito serviu como demonstração de que era possível conviver com o 'Estado' e dissolver suspicácias herdadas da já lembrada inércia ideológica liberal.

Ao terminar o conflito, o quadro internacional apresentou-se radicalmente modificado. A polarização estadunidense-soviética cristaliza processos que vinham se operando no entre-guerras e consolida a presença do Estado. No mundo capitalista, permite a hipertofia do argumento de segurança nacional, justificando com a guerra fria a continuidade da fórmula testada e eficiente de exorcismo dos fantasmas. A liderança estadunidense coloca-se o problema -

da reconstrução européia. O Plano Marshall, como resposta político-econômica a esse problema, amplia a esfera de atuação do 'Estado' da potência hegemônica, e plasma toda uma linguagem de Controle externo e de assistência internacional. Toda uma redefinição das articulações externas - expressa a internacionalização da economia dominante.

Em simultâneo, desenvolve-se o fenômeno da descolonização. As antigas áreas periféricas, antes dominadas pelas nações declinantes, tomam consciência, com a independência política, de seu direito à existência. O nacionalismo periférico, as rupturas políticas dos tradicionais sistemas coloniais, introduzem outros vetores no - marco internacional submetido a complexos realinhamentos. Este fenômeno se desenvolve balizado pela nova ponderação do mundo socialista. Coloca-se uma complexa rearticulação de lealdades a nível mundial. Com êxito variado, a a periferia tenta desdobrar projetos nacionais-desenvolvimentistas, aproveitando a presença da competição bi-polar. Esta competição assume muitos níveis, desde a supremacia e áreas cativas de influência militar até a competição em - termos de índices de crescimento. A ajuda internacional - converte-se em prática permanente: instrumento de sedução/coerção, gera toda uma nova linguagem e um sistema de instituições especializadas.

Essa nova problemática internacional se reflete na temática da 'ciência oficial': o desenvolvimento econômico e social converte-se em tema de atualidade. O problema das transformações qualitativas, das discontinuidades das transformações estruturais, das 'resistências às mudanças' etc. amplia a crítica à 'performance' do sistema de mercado. Tanto para a reconstrução quanto para a

aceleração do desenvolvimento ou 'ruptura' dos sub-desenvolvimento, é óbvia a necessidade de Estados ampliados. Para coordenar todo um complexo desdobramento na internacionalização de sua economia, e o exercício de sua hegemonia em uma escala mundial, cresce 'para fora' o Estado dos USA.

É trivial destacar as implicações entre o processo de concentração oligopolista e o desenvolvimento do Estado. Um desejo de atenuação do caráter 'anárquico' do capitalismo parece haver presidido ambas as tendências. Na medida em que o desenvolvimento das forças - produtivas configurou uma densificação e especialização do capital, a organização oligopólica correspondeu a nível da empresa em sua resposta estrutural como modo de preservação de sua posição no processo de acumulação.⁶⁸ Em sua secular fuga ao risco, a empresa capitalista buscou internalizar e/ou colocar sobre seu controle o máximo de variáveis que pudessem vulnerabilizá-la. A abertura em leque de variáveis sob seu controle, tornando progressivamente mais complexa sua administração, conduziu-a, mormente quando da consolidação da oligopolização, a programar-se para o longo prazo.

Isto vem acompanhado da adoção de toda uma linguagem e tecnicidades: instrumentos de previsão, estudos de viabilidade técnica-econômica-financeira; -

68 MEYER, J.R. e KUH, E. "The Investment Decision" 1957.pg. 205. "O móvel do lucro, estreitamente ligado num mundo de mercado oligopolístico à conservação prolongada de uma parte do mercado e das posições comerciais, continua sendo o núcleo central da ação empresarial". (conclusão de um minucioso estudo empírico sobre as decisões de investimento nos USA em 1957). Citado por TSURU, S. "Has Capitalism Changed?" Trad. Bras. Rio, Zahar. 1968. pg. 166.

técnica de projetos, estudos de mercado, programações de caixa, projeções de balanço, etc. Na medida mesmaem que essa linguagem permeia a gerência do oligopólio, a induz a uma menor resistência ideológica e a predispõe a semelhante processo ao nível da administração pública. O 'Estado' é uma estrutura extremamente complexa. Sua expansão impõe uma necessidade de 'racionalização' administrativa pública com toda uma parafernalia técnico-administrativa equivalente à do mundo do oligopólio. Um processo de 'planificação do setor público' é um corolário da ampliação do 'Estado'. Ainda que essas tendências sejam formais, elas em conjunto constituem uma primeira base para a criação do 'mercado' para a postura megalômana da 'ciência oficial'. Aliás, muitas das recomendações da Teoria da Política Econômica se confundem com preceitos para a Administração do 'Estado'.

Em paralelo a estas tendências sincrônicas da empresa oligopólica e do Estado por uma maior 'racionalização administrativa endógena', desenvolve-se uma íntima articulação Empresa/Estado. Afastar o desemprego e sustentar um contínuo crescimento com base no progresso técnico parece ser a macro-função mais significativa do Estado. Minimizar o macro-risco das empresas e permitir uma contínua acumulação levam o Estado a projetar sua ação por períodos cada vez mais dilatados. Em simultâneo com a dilatação de seus horizontes de intenção, multiplicam-se as frentes de atuação. A interdependência objetiva do econômico, crescente com a maior maturidade do capitalismo, corresponde, a nível da ação do Estado, a uma tomada de consciência dessa interdependência. Na verdade, objetivos político-econômicos com enunciados simples são substituídos progressivamente por formulações complexas. Para defender o nível de emprego e da renda é necessário considerar o crescimento. A dilatação do horizonte da intenção impõe ter consciência da ação e interação Estado/Empresas ao nível de uma série de variáveis de estoques. O desdo-

bramento do objetivo em objetivos. Como ideal, estes -
 objetivos devem ser logrados com mínimas perturbações, e
 se elas se fizerem necessárias, que sejam, pelo menos, -
 perturbações conhecidas e 'controladas'. O ideal de -
 equilíbrio sintetiza esta preocupação.

Heller, referindo-se ao 'Employment Act' de 1946, nos dá uma versão oficial deste alargamento. "A Lei do Emprego, considerada como a Magna Carta econômica da nação, exige que o Governo Federal, com a colaboração das indústrias, da agricultura, do trabalho e dos governos locais e estaduais, e para promover a livre competição, use 'todos os planos, funções e recursos... para promover o pleno emprego, a produção e o peder aquitativo'. Graças a uma cuidadosa interpretação de quatro Presidentes, esse ato evoluiu gradualmente até os objetivos - quadridimensionais de pleno emprego, desenvolvimento elevado, estabilidade de preços e equilíbrio na balança de pagamentos, atingidos dentro dos limites de uma crescente igualdade de oportunidades e liberdade de escolha." 69

Assim, a tendência de uma maior racionalidade administrativa endógena do setor público sonam-se outras tendências exógenas ao nível das articulações Estado/Empresas. O comportamento do Estado é variável vital para que a empresa oligopólica fixe sua estratégia de longo prazo. Ela não pode fazê-lo senão em conjunção com a do Estado. Na medida mesma do alargamento de suas frentes de atuação no desempenho de sua macro-função, o Estado não pode ter o comportamento de uma máquina pesada, porém desconjuntada; seria um 'rinoceronte em casa de

69 HELLER, W.W. op. cit. pg. 57.

louças' gerando incertezas inadmissíveis para a normal administração oligopólica. "A consequência mais importante de um passado de comoções radica em sua influência sobre as expectativas. A experiência da prosperidade no passado cria condições favoráveis à prosperidade no presente, enquanto que o temor nutre os desastres que trata de evitar"; e "o problema da confiança é um assunto a que os homens práticos concedem atenção mais aguda e viva." 70 Assim, para a formação de expectativas seguras da empresa oligopólica, é indispensável que o Estado anuncie seus propósitos de curto e longo prazo. Conhecer o que o Estado irá fazer é indispensável para a minimização de riscos da grande empresa. Inicialmente, pode ser suficiente que o Estado enuncie apenas suas diretrizes político-econômicas; porém, na medida em que sua presença se agigante e se diversifica, é necessário pelo menos um planejamento indicativo.

Assim, um esquema inicial pode ser o Plano do setor público combinado com o enunciado das diretrizes gerais político-econômicas. As indicações qualitativas obtidas pelas empresas desses enunciados são, entretanto, insuficientes para sua própria programação de longo prazo. Uma exigência de maior precisão nos enunciados político-econômicos, que traduzam os enunciados globais em quantidades com a máxima precisão e detalhe possíveis, que supere vagos enunciados globais e qualitativos, é uma exigência, é 'input'; é exigência necessária para melhor programação empresarial. E vice-versa: a programação empresarial é requerida para as formulações do plano para o setor público e para a economia como um todo. Sim, porque na medida em que as Diretrizes para ação governamental se convertem nas 'regras do jogo' a ser 'jogado' por toda a economia, caminha-se, através de uma íntima e crescente articulação coordenada de decisões,

70 ROBINSON, J. "Ensayos de economia postkeynesiana" Trad. Esp. México. FCE. 1959. pgs. 285 e 147.

para um Plano Global. Pela lógica desse processo, esse planejamento tende a ser progressivamente mais detalhado e mais compreensivo. O Estado se conscientiza da economia, tem que conhecê-la em maior detalhe, penetrar em sua intimidade para controlá-la. As empresas têm igual demanda de conhecimento: o obtêm através do Estado. O Controle da economia lhes é crescentemente necessário, para que aquelas variáveis que elas não podem, com a estruturação oligopolista, ter sob seu controle direto, estejam sob Controle de alguém: o Estadão. A empresa oligopólica conhece a economia através do Estado; vê a economia pelo Plano do Estado; de sua confiança em que aquelas serão as 'regras do jogo' a serem 'jogadas' programará seu comportamento. Do plano saíram indicações preciosas para a defesa de sua posição na economia. Por conseguinte, a idéia de planejamento, inicialmente subversiva, recebe progressivamente no capitalismo um 'nihil obstat' do mundo das empresas. O Estado tem que racionalizar sua administração e controlar a economia. A demanda por uma racionalização formal do Estado e uma precisão e detalhamento complexo dos enunciados político-econômicos animam poderosamente a 'ciência oficial' à sua megalomania. Afinal de contas, ela entende da economia; dispõe de um instrumento para encontrar a verdade; pode desenhar as técnicas para o Estado. Surgiu o cliente para a 'ciência' megalômana.

A formulação de um plano indicativo de longo prazo confiável converte-se, pois, em uma demanda concreta do mundo de oligopólio.⁷¹ No curto prazo a empresa opera num quadro de dados conhecidos; porém, devem ser disponíveis indicações de em que direção, ou melhor, para que metas tenderá a economia a longo prazo.

71 Os especialistas em planejamento diferenciam planificação imperativa de planificação indicativa. MEYNAUD fala de planificação flexível como "aquela que se pretende realizar sem que o Estado atue diretamente sobre a produção ou seja proprietário dos meios de produção". (op. cit. pg. 154).

Isso não autoriza a adoção pela 'ciência oficial' de que o Estado seja um sujeito supra-social, soberano de suas decisões. Pelo contrário, na medida em que passa a ser instituição-chave para a 'normalização operacional do sistema', esse Controle precisa ser controlado. No mundo do oligopólio não é fácil perceber esse controle da instituição-chave.

As relações Estado/empresas são personalizadas, formais e informais. Grande parte das relações personalizadas informais é de difícil registro. O estudo dos grupos de pressão, 'lobbismo', etc. se esforçam por captar essas relações. A multiplicação da literatura sobre esse problema é uma notável contribuição da Sociologia contemporânea. Porém, pelo fato da personalização informal; pela complexidade dos níveis em que se articulam o Estado com os oligopólios, estão disponíveis pouco mais que estudos de caso: algumas tentativas de classificação e vagas generalizações. Ainda que modestas, essas contribuições mostram com absoluta clareza a íntima articulação, a existência de inúmeros canais formais e informais pelos quais as empresas atuam em diversos níveis do Estado, buscando estar presentes no processo de formação de decisões político-econômicos, e sua concreta implementação, independente da forma democrática ou autoritária -

FORTE diz: "Quando a planificação indicativa atinge sua perfeição, desemboca num documento, no qual a entidade pública inscreve conjuntamente as metas de sua provável conduta futura, bem como a conduta desejada do setor privado contendo de forma mais ou menos aberta exortações e conselhos". (op. cit. pgs. 29/30. passim). Existem manuais ensinando os procedimentos para a montagem de um plano indicativo, por exemplo: LEWIS, A. "Development Planning - The Essentials of Economic Policy". Trad. Port. Rio. Zahar, 1958.

de organização jurídica do Estado. Esse fato nada tem de surpreendente ou imoral.

Curioso é o esforço da 'ciência - oficial' em desconhecê-lo ou considerá-lo terreno para o trabalho da Sociologia. Estranhável é não incorporar em sua receptualística nada sobre a viabilidade sócio-política das recomendações político-econômicas. Notável é a 'ciência oficial' persistir em sua Teoria da Política Econômica com a premissa implícita de um 'Estadão' sujeito supra-social. Aparentemente, fundamenta a adoção da premissa na consideração do tamanho relativo do Estado 'via-a-vis' a grande empresa. Sendo o Estado um gigante quando comparado com qualquer empresa oligopólica, reluta a ciência em admitir que a grande empresa (sempre um pigmeu em relação ao Estado) possa controlá-lo.

Na verdade, o Estado funciona como um fórum da competição intercapitalista. Sendo ele imenso e complexo, dispondo de controles diretos e indiretos sobre os mais diversos segmentos da economia sua atuação concreta em seu cotidiano político-econômico é variável significativa do quinhão de lucros obtido por cada grande empresa ou grupo de empresas. Evidentemente, as empresas competem no seio do Estado para incliná-lo a uma 'redistribuição' a seu favor. Evidentemente, pactuam e compõem-se quanto a modos de 'repartição' das benesses efetivas e potenciais do Estado. Em alguns momentos e sobre certas parcelas da benesses do 'Estadão' podem 'estourar' conflitos inter-empresas ou -

inter-setoriais. Esses conflitos serão arbitrados em algum nível do Estado, que pode momentaneamente assumir o papel de árbitro.

Porém, quem vê o mundo do oligopólio como um mundo de permanente conflito erra, a meu juízo. Prevalece muito mais a negociação de pactos, certamente provisórios e periodicamente renegociados. Uma negociação inter-pares, uma repartição negociada de benesses, uma divisão do imenso e complexo 'Estadão' em áreas de influência de cada grande empresa ou grupo de empresas, que se compõem a como 'dividir' o bolo sob controle formal do 'Estadão', onde, muito mais do que conflitos, prevalecem concordância e respeito a regras não escritas; é a visão que, a nosso juízo, se aproxima mais do cotidiano político-econômico. E não poderia ser de forma distinta.

Da mesma forma que no mercado 'a competição matou a competição', não existem razões para crer que no âmbito do Estado a competição conflitiva e aberta intercapitalista por suas benesses fosse a regra, permitindo um arbítrio governamental. 'A competição mata a competição também no perímetro do Estado, e os oligopólios se compõem e assinam pactos de como 'controlar' o Controle, chegando - ao delicioso controle mediato da Economia, via Estado. Esses pactos podem ser mimetizados e vertidos em uma linguagem de planejamento. A simbiose Estado/empresas se resolve em um planejamento indicativo de longo prazo, e em e por - uma permanente negociação por imposição e composição a nível das políticas econômicas concretas de curto prazo. Entretanto, o Estado como fórum de competição intercapitalista, com o poder soberano de arbitragem, é privilegiado pela 'ciência oficial' em seus momentos conflitivos, para lastro de sua tese de um sujeito supra-social.

O parágrafo anterior sugeriu que o Plano entendido como um macro-estado para a economia e postulado como objetivo político-econômico de longo prazo, e a implementação concreta no cotidiano da política econômica são um produto das empresas dominantes, que controlam o Controle. Isto é sem dúvida uma simplificação que fazemos para sublinhar a crescente 'preferência', com a maturação do capitalismo, por um Controle fechado, a um aberto. Esta simplificação não desconhece a articulação Estado/outras instituições e setores da Sociedade. Porém, cremos que a orientação principal virá da articulação com as grandes empresas oligopólicas que dão sentido ao desenvolvimento do capitalismo maduro.

A presença do Estado no capitalismo maduro altera o modo de contato do capital com o trabalho. As negociações de salário e de condições de trabalho, que no capitalismo, competitivo se davam por uma transação/imposição empresa/sindicato, com o desenvolvimento do capitalismo de grandes unidades e com a expansão das formações sindicais convertem o Estado em um 'locus' de negociações capital/trabalho. O Estado assume o papel de negociador com os sindicatos; passa a mediar as negociações; frequentemente assume o papel de árbitro. Para as grandes empresas, assume o papel de um amortecedor. O conflito básico da sociedade capitalista projeta-se através do Estado em termos de crescimento e de operações de compensação a serem prestados inclusive, através de despesas governamentais - gastos e programas sociais. A busca de uma convergência, pactuada entre grande empresa/sindicato, de como se repartirá o bolo de uma economia de expansão; de uma atenuação de tensões em termos de crescimento e outras compensações; de que o Estado deve assumir a liderança nessas negociações, não colide, muito pelo contrário, atende ao desejo de fugir de riscos, característico da empresa do capitalismo maduro.

Heller, falando da aceitação pelas grandes empresas, a partir da Administração Kennedy, do conceito de relações salários/preços como regra para as negociações sindicais, é absolutamente claro. "Nos negócios, os marcos (relações) contribuíram, primeiramente, para um reconhecimento crescente de que salários em alta não são sinônimos de alta de custos por unidade de produto. À medida que o pagamento por uma hora de trabalho não aumente mais rapidamente que o preço da produção de uma hora de trabalho, os salários crescentes são consistentes com os custos salariais unitários estáveis ou decrescentes." 72

Isso captado superficialmente, como é da tradição da 'ciência oficial', permite ver no Estadão - um poder super-imposto às grandes empresas e sindicatos, com a vantagem adicional que lhe permite trabalhar com conceitos de produtividade e distribuição funcional de seus ganhos em termos de um planejamento indicativo de longo prazo, além de se sentir magnânima, 'boazinha', imaginando programas sociais em termos de relações custo/benefício macro-econômicos. Admitir basicamente que os oligopólios controlam o Controle utilizando o Estadão como fórum da competição inter-capitalista é 'locus' de negociação capital/trabalho não pode ser interpretado como: "as grandes empresas oligopólicas "são em conjunto o sujeito racional da História Econômica do capitalismo; que com o planejamento de longo prazo teriam agora os processos sociais sobre sua inteligência coordenadora. O padrão de acumulação do capitalismo em etapa oligopólica; o complexo - desdobramento a nível mundial do desenvolvimento capitalista; a instabilidade da competição intercapitalista e a nova configuração das relações sociais continuam produzindo uma história basicamente não controlada. O próprio Estado, como instituição, pode ser uma mediação por onde passa a história não controlada. O planejamento aceito pelas grandes empresas e

72 HELLER, W.W., op. cit. pg: 45.

realizado com o máximo de tecnicidades que a 'ciência oficial' possa fornecer não passa de uma promessa e de uma explicitação do curso histórico desejado: porém, não é jamais um curso histórico garantido. Podemos facilmente listar inúmeros planos condenados às bibliotecas das intenções frustradas. Não temos a possibilidade, no âmbito desta tese, de enfrentar tal questão. Porém, não resistimos a registrar mais uma curiosidade. A 'ciência oficial' na vertente megalômana vê o 'Estado' como o sujeito da história, porém, admite o Plano como - uma projeção de intenção sem uma garantia de consecução. Ao invés de captar a ausência de garantia como o reconhecimento de uma modéstia ante a história, prefere ampliar a ambição de seu discurso técnico de molde a colocar sob o domínio formal do planejamento o máximo de variáveis.

Antes de encerrar esta seção queremos registrar ainda um ponto de muita confusão. Existe a tendência, ao nível do discurso acadêmico, de considerar que uma - maior ponderação das empresas estatais na produção total e a fixação de um Controle fechado são indicadores de um maior grau de estatização. O conceito de Economia mista permitira 'medir' o grau de socialização e o fechamento da planificação indicaria uma 'centralização' despojadora de liberdades. Assim, a economia norteamericana seria menos estatizada que os países capitalistas europeus, e esses menos que os países capitalistas da periferia em vias de desenvolvimento; ou então, a França estaria mais estatizada que a Holanda. Heller tem um trecho que exalta o aparente maior liberalismo estadunidense: "Em última análise, a esperança de uma política econômica moderna, numa democracia, está na sua capacidade de atingir os objetivos sociais básicos, dentro de uma estrutura de liberdade. Esta esperança só poderá se concretizar se o Governo, em primeiro lugar, arcar com a responsabilidade, assumida com a Lei de Emprego de 1946, de criar e manter condições para uma próspera

economia de pleno emprego. Em segundo lugar, deve fazê-lo por meios que reconciliem o comportamento racional do Governo nos assuntos econômicos com as decisões descentralizadas e a liberdade de escolha econômica. Em terceiro lugar, deve utilizá-los os frutos da prosperidade e do desenvolvimento para levar avante as aspirações de uma sociedade democrática, não só no campo dos melhoramentos materiais, mas também por um padrão de vida mais elevado e uma crescente igualdade de oportunidades." 73

Esta tendência a considerar que, em confronto com outras economias capitalistas, o Estado americano é considerado menos 'interventor' está baseada no pequeno peso relativo das empresas estatais nos Estados Unidos, quando comparado, por exemplo com a Inglaterra ou com a França. 74 O uso deste critério parece sugerir que o país capitalista líder tem um Estado exatamente do mesmo tipo que um país capitalista de segunda linha (França) ou da periferia (Uruguai). Nos Estados Unidos, o 'Estado' tem que garantir as fronteiras de progresso técnico para seu capitalismo 'internacionalizado'. Neste ponto, que é crítico para o capitalismo, o 'Estado' americano é totalmente interventor, sem qualquer padrão de comparação com outros países capitalistas. Já na França, por exemplo, com carente dependência de importação tecnológica e sem liderança no sistema capitalista mundial, o 'Estado' pode ter outra configuração. Na periferia do sistema, encontraremos 'Estados' atuando no nível crítico de formação de capital social básico e assumindo uma gama extensa de responsabilidades para o fornecimento de insumos básicos. Seria absurdo pensar em maior ou menor afastamento do liberalismo mediante comparações formais.

73 HELLER, W.W., op. cit. pg. 56.

74 França nacionalizou as ferrovias em 1937, e gás eletricidade e carvão em 1946. A rede bancária foi estatizada em 1945 e os seguros, em 1946. A participação estatal na química, indústria automobilística (Peugeot), construção naval, siderurgia, etc. fazem da França um exemplo de 'capitalismo de Estado'.

Cada capitalismo nacional tem o -
'Estado' que necessita. É pequeno o setor estatal direta-
mente produtivo nos Estados Unidos. O 'Estado' da potência
capitalista dominante cumpre a crítica função de bancar o
progresso técnico contínuo e a abertura de novas frentes de
acumulação de capital. Entretanto, formalmente se assume a
correlação de menor participação diretamente produtiva com a
hegemonia estadunidense como prova viva da eficácia de menor
'intervencionismo' e de maior 'descentralização' das decisões
A meu juízo, esta é apenas mais uma barroca argumentação ba-
seada no nível da aparência com que tanto se compraz a 'ciên-
cia oficial' em sua nostalgia liberal.

SEÇÃO III

NEM TODOS SÃO TÃO CÂNDIDOS

"A Charada lógica propõe : há uma ponte. Quem estiver obrigado a cruzá-la terá que dizer o que vai lhe ocorrer. Se disser uma verdade, prosseguirá, se mentir, morrerá. Um viajante respondeu : - Irei morrer enforcado. E a perplexidade imobilizou os juizes. Afinal, o viajante disse ra que morreria enforcado; se morre nela, disse uma verdade e merece prosseguir - viagem; mas se não o enforcam, disse uma mentira e deve ser enforcado.

"Este problema foi colocado a Sancho Pança quando Governador da Ilha da Baratária. Sua sentença: "O que mais resta é que, d'este homem, deixem ir livre aquela parte que jurou verdade; e a que disse mentira, essa enforcuem-na; porque, desta maneira, se cumprirá ao pé da letra a condição da passagem"."

(CERVANTES) *

A leitura das páginas anteriores - deste trabalho poderia sugerir que a reflexão sobre o político-econômico está indissolivelmente associada a uma candidez;

* Petirado de "O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha".

a uma ingenuidade essencial; a uma insensibilidade aos outros níveis em que se articula o social.

Cabe agora desfazer essa impressão. A reflexão sobre o econômico e a proposição de concepções político-econômicas pela 'ciência oficial', ainda que pareça ingênua, não o é substantivamente. Dada sua dupla missão, seria de espantar se prescindisse da tonalidade irreal privilegiada, mesmo porque em outros campos do pensamento social detectaria mos tonalidade similar. Na verdade, é funcional, do ponto de vista ideológico, a ingenuidade em construções teórico-apologéticas.

Como vimos, o drama da economia como 'ciência oficial' foi criado pela evolução histórica que a partir de certo momento passou a exigir uma operatória com premissas implícitas colidentes com a apologética. Da ruptura - do monólito neo-clássico, da difícil e quiçá impossível - conciliação dos dois cometidos emana a tonalidade irreal que, maliciosamente explorada - e isso não é difícil - pode lastrear a impressão de um discurso fundamentalmente ingênuo. Jogando um cometido contra o outro pode-se construir a imagem de uma 'ciência oficial' que, como o gato dos desenhos animados, se enrola no novelo com que joga. A malícia é um recurso expositivo e sua utilização não nos autoriza a declinar uma confissão franca de admiração pela coragem e engenhosidade com que a 'ciência oficial' enfrentou seu duplo cometido. Construiu uma apologética admirável, somente comparável com a Suma Teológica, propôs uma operatória que, se não muito eficiente como 'guia para a ação concreta', certamente possibilitou à profissão um magnífico 'status' - proeza tão mais notável quando comparada com a contribuição objetiva da Teoria da Política Econômica. Não foi ingênua em busca destes objetivos. Desconfiada do produto do 'cruzamento' dos dois propósitos, sempre buscou sepultar, em um máximo de revestimento formal e com uma generosa argumentação, insuficiências identificadas ou pres

sentidas. Se elas ficam, por vezes, transparentes, não se pode atribuir culpa à 'ciência oficial'. Ela foi apanhada por uma 'armadilha' posta pela História, que não é, certamente, produto seu.

Cabe, entretanto, sublinhar que, mesmo que admitíssemos uma ingenuidade fundamental em muitas das 'demarches' atrás perfilizadas, em paralelo à evolução da 'ciência oficial' foram desenvolvidos outros discursos que, num amplo espectro, cobrem desde a denúncia das insuficiências até perspectivas de abordagem crítica do 'econômico' e, com maior ou menor radicalidade, questionam partes ou o todo do corpo central da Teoria da Política Econômica colocada pela 'ciência oficial'. O grau de aceitação pela 'ciência oficial' dessas 'demarches' paralelas variou segundo o momento histórico, segundo a radicalidade da crítica, etc...porém, cabe registrar que, com inteligência, sempre admitiu uma certa 'democratização' do debate acadêmico, e, ocasionalmente, soube se servir de contribuições dos discursos paralelos. Oportunamente voltaremos às relações entre a 'ciência oficial' e estas 'demarches'.

Inicialmente cabe destacar as observações oriundas das vivências dos economistas como formuladores/operadores da política econômica. Desde a proposta de Malthus, de 'preparar as regras gerais da política econômica para sua aplicação prática', que, periodicamente, é enfatizada a inter-dependência do econômico com os outros níveis da vida social. ¹ Assim S. MILL, na Introdução aos "Princi -

1 MALTHUS, T. R. "Principles of Political Economy considered with a view to their practical application". (1820) e "Definitions in Political Economy, preceded by an Inquiry into the Rules which ought to guide Political Economists in the Definition and Use of their Terms, etc..." (1827)

ples", afirmava : "Por motivos práticos, a economia política está intimamente ligada com muitos outros ramos da filosofia social. Exceto nos pormenores, não existem talvez questões práticas, mesmo entre aquelas cuja aproximação é maior com o caráter das questões puramente econômicas, que possam ser solucionadas somente com premissas econômicas". A proposta de reforma social do pensamento clássico liberal e seu esforço cognitivo por entender o processo de produção e repartição - mantiveram suas vistas coladas ao corpo social como um todo.² Privilegiando a política, ao adotarem a denominação de Montchrestien, estavam reconhecendo a íntima conexão entre o econômico e o político.

O próprio NASSAU SENIOR, em seu "An Outline of the Science of Political Economy" - considerado por muitos, a marco inicial do neoclassicismo - advertia, em 1836 : "Os princípios da ciência econômica (em conjunto) são um elemento necessário para a solução dos problemas concretos, porém não são o único nem sequer o mais importante elemento... A tarefa do economista não é recomendar nem dissuadir, mas sim estabelecer princípios gerais que seria prejudicial olvidar, porém, que não seria aconselhável, e quicá nem sequer - praticável, adotar como a única ou principal diretriz para a política do Estado".

Mesmo durante o período subsequente de 'absoluta' hegemonia do neoclassicismo, vozes autorizadas fizeram a advertência. WICKSELL, criticando Carey e Bastiat, advertia : "O verdadeiro conceito da Economia Política, ou da ciência que mereça este nome, exige todo um programa revolucionário, não sendo surpreendente que seja um tanto confuso. É necessário resolver muitos problemas teóricos e práticos ,

2 Para o interessado, além da obra de Robbins, L. já citada recomendamos Samuels , W. J. "The Classical Theory of Economic Policy". Cleveland, The World Publish. Co., 1966.

antes que se imponha o desenvolvimento da finalidade econômica e social... Uma única ação é indigna para a ciência : falsificar ou fugir da verdade, ou seja, a partir da representação (demonstração analítica) afirmar que as classes (assalariadas) já receberão tudo quanto poderiam desejar ou esperar, ou, alternativamente, apoiar-se em crenças infundadas e otimistas de que o desenvolvimento econômico tende por si mesmo a facilitar a maior satisfação possível para todos". ³

Esta linha é magnificamente resumida por uma proposição de MYRDAL : "As premissas de valor têm que ser introduzidas abertamente, estabelecidas explicitamente e não ocultas como suposições tácitas. Devem servir para determinar a direção de nossa investigação positiva e não somente como premissa para obtenção de conclusões políticas... Somente assim podemos evitar o subjetivismo na investigação, posto que subjetividade quer dizer basear-se em juízos não reconhecidos. É necessário formular as premissas de valor do modo mais específico e concreto que for possível; não seria correto considerar 'a priori' que são óbvias ou universalmente válidas. Temos que escolhê-las, porém não arbitrariamente, mas sim, tendo em consideração os critérios de significação e importância da sociedade em que vivemos". ⁴

3 WICKSELL, K. "Lectures..." op. cit. pg. 6

4 MYRDAL, G. "Value in Social Theory". Londres, Routledge & Kegan, 1958, pg. 52.

Sobre a natureza da política-econômica, MYRDAL foi enfático : "Na maioria das questões de política econômica existem conflitos de interesse. Isso, de fato, não devia ser ocultado por um obscuro palavratório de princípios 'a priori'. Nesses casos, nem um economista nem ninguém mais pode oferecer uma solução 'socialmente' ou 'economicamente' correta. Nenhum serviço é prestado à condução de políticas pelo mau uso do método científico em tentativas de ocultar conflitos". Do mesmo autor, "The Political Element in The Development of Economic Theory". pg. 222.

Em paralelo a esta tradição de reconhecimento explícito de uma estrutura de interesses como norte da Teoria da Política Econômica, veio se alinhar recentemente todo um elenco de depoimentos sobre a importância relativa e a dificuldade de aplicar a Teoria da Política Econômica. MEYNAUD assinala : "A consulta de peritos se converteu em um rito quase indispensável na elaboração da política econômica. Porém, não é possível deduzir disto que suas opiniões sejam artigo de fé, nem sequer que gozem sempre de uma atenção cuidadosa. Os interessados se lamentam disto, sobretudo quando ocupam cargos oficiais". ⁵

Distintas linhas de explicação sobre o fenômeno emanam dos depoimentos dos 'policy makers'.

Walker e Heller sublinham os problemas de discrepância de 'timing' entre a formação de um conselho de especialistas e as exigências do processo político-econômico. "Os políticos permanecem basicamente alheios ao mundo científico e este fato influi no campo de ação do conselheiro confidencial. Quiçá exista, em algum outro país, um homem de Estado que, antes de iniciar uma política econômica, tenha os problemas totalmente investigados por seus conselheiros técnicos, e proceda com toda a certeza de que todo fato importante tenha sido estudado, e toda circunstância decisiva tenha sido examinada. Porém, um homem de Estado desse tipo deve ser algo raro na política. As grandes decisões sobre política, com freqüência - com demasiada freqüência - são assumidas ao azar. Os problemas podem agudizar-se rapidamente; e algumas vezes não é o problema o que impulsiona o político à ação, mas sim a ocasião. A necessidade de dizer algo em um momento importante de atividade política, especialmente

5 MEYNAUD, J. op. cit. pg. 63. Meynaud atribui esta pequena acolhida substantiva à falta de unanimidade dos especialistas e sua desatenção ao problema da oportunidade e viabilidade que caracterizam o trabalho do político.

se existem competidores; sinais de revolta incipiente entre alguns de seus partidários; um desafio de seus contricantes políticos; uma visita a um distrito em desgraça - tudo isso exige do político que decida no ato sobre o que há de resolver com respeito a pelo menos um dos problemas do momento. O conselho sobre decisões políticas, nestas circunstâncias, não permite longos estudos, e portanto contrasta com o trabalho do economista acadêmico".⁶

HELLER depõe no mesmo sentido: "Além da objetividade, a modéstia é importante para os consultores econômicos. Eles precisam reconhecer as limitações de seu instrumental, o papel da sorte, o papel do setor privado e as restrições impostas por 'várias' realidades". Porém, HELLER acha que essa modestia é transitória, pois ... "a própria política deve ser feita humilde e hesitantemente à luz do conhecimento imperfeito... as decisões políticas não podem esperar até que o conhecimento seja aperfeiçoado".⁷

Outra linha de explicação é a solicitação do concurso interdisciplinar. STEINER é claro: "A formulação da política econômica do governo, na prática, não se baseia no campo do conhecimento. No mundo dos negócios - não existem compartimentos estanques como os criados pelos especialistas nas várias disciplinas. O processo político abrange a Economia, a Moral, a Sociologia, a Ciência Política, o Direito, a Ciência Militar e a Psicologia Social, para citar algumas das disciplinas mais importantes, na formulação de um determinado problema de política econômica".⁸

6 WALKER, R. op. cit. pg. 35/6

7 HELLER, W. op. cit. pg. 30

8 STEINER, G. op. cit. pg. 18

Outros vão mais além e reconhecem que a impotência do receptualismo reside no desconhecimento, pelos receptualistas, da natureza do processo político-econômico. Depoimentos nesta linha são abundantes nos "Brookings Rounds".⁹

SMITHIES levanta frontalmente o tema da viabilidade sócio-política: "Nossos resultados no campo político não são demasiado brilhantes. A natureza racional da economia nos levou a concluir, com demasiada simplicidade, que os políticos a quem recomendamos uma ação estão dominados por considerações racionais sobre o Bem Comum. Temos ignorado que estão à mercê das forças políticas que os colocaram no poder. Nossas propostas em favor da estabilidade econômica por meio de instrumentos monetários e fiscais teriam sido diferentes, se tivéssemos compreendido que alguns dos grupos organizados, mais poderosos, teriam pouco interesse em desenvolvê-las".¹⁰

À mesma conclusão chegam Jacoby (do FMI) e Shere (perito em tributação). Escutemos estes dois 'policy makers'. JACOBY afirma: "A inflação progressiva somente pode ser detida, em uma economia livre e de vigoroso crescimento, mediante reformas em múltiplos setores da atividade pública. Sem dúvida, os obstáculos políticos a estas reformas são formidáveis; a inflação coloca questões muito difíceis, porque opõe o interesse geral por uma moeda estável contra muitos interesses particulares

9 A 'The Brookings Institution' realiza periodicamente, em Washington, reuniões com o propósito básico de avaliação dos problemas econômicos e sociais, e dos meios de ação que podem ser acionados. É sumamente ilustrativa a leitura dos textos, pois permite uma visão panorâmica do que se considera problema e das distintas avaliações de eficácia do instrumental disponível.

10 SMITHIES, A. "El Bienestar Economico y la Política", In "Economía y Política". Madrid, Rialp, 1968, pg. 14

perfeitamente organizados. Entre estes se encontra o agricultor que deseja preços sustentados a altos níveis pelo Governo e usa da intriga política para logrã-los; os interesses petrolíferos e mineiros, que obtêm vantagens automáticas, por assim dizê-lo, da inflação... os dirigentes sindicais... e os empresários que tratam de proteger seus mercados contra suas próprias ineficiências".¹¹ SHERE, especialista no campo tributário, fala de sua experiência: "Porém, ainda que (o especialista) disponha de bons instrumentos de análise e de uma informação completa, faltar-lhe-iam elementos para tomar decisões com pleno conhecimento de causa, porque as decisões não são exclusivamente econômicas. Os aspectos econômicos das questões de políticas tributárias já são complexos por si mesmos; porém, a dificuldade se agrava pela necessidade de tomar em conta considerações políticas. Em geral, o mecanismo do voto é o que joga o papel dominante na formulação da política tributária, como de toda a política".¹²

Entretanto, não nos entusiasmemos muito com estas declarações. Provavelmente, estes autores (Jacoby, etc.), lendo AUJAC: "A inflação é o resultado do comportamento de grupos sociais. Estes grupos são os que a história formou e que, em um país economicamente desenvolvido, podem ser identificados mediante a análise sociológica"¹³; ou consultados sobre a interpretação estruturalista da inflação latino-americana; ou mesmo sobre a hipótese de Schultz sobre a inflação estadunidense, repudiariam as conclusões inexoravelmente deduzíveis de suas declarações

11 JACOBY, N. H. "El Problema de la Inflación Progressiva"- In "La Ciencia de la Economía y las Decisiones Economicas". Organizado por ALEXANDER, S.S. e COLM, G. Madrid, Tecnos, 1962, pg. 65

Esta obra foi montada pela The Brookings Institution a partir de um 'Round' realizado em WASHINGTON em 1959.

12 SHERE, L. "Politica Tributária" In "La Ciencia de la Economía y las Decisiones Economicas". pg. 69.

13 AUJAC, H. "Une Hypothèse de Travail: L'Inflation, Conséquences Monétaires du Comportement des Groupes Sociaux". - In "Economie Appliquée". Abr/Jun.-1950.

e fariam finca-pé em seus réceptualismos, pois confiam no papel pedagógico da 'ciência oficial'. Senão vejamos : JACOBY declara : "Todos estes grupos (os que identifica como interessados no processo inflacionário) devem ser aleccionados para fazer-lhes compreender que, a longo prazo, seu verdadeiro interesse reside em uma economia norte-americana eficiente, capaz de competir em um mercado internacional de livre comércio e de adaptar-se às mudanças".¹⁴ SHERE faz eco : "... as conclusões a que se chegue mediante a análise econômica (sobre política tributária) dos dados obtidos constituem uma informação importante, que deveria ser difundida entre as pessoas se se deseja que exerçam seus direitos eleitorais com proveito para o país".¹⁵

Em seção anterior deste trabalho fizemos referência à vocação catequista da 'ciência oficial'. Agora temos dois depoimentos de lúcidos 'policy markers' cuja prática não desalentou a vocação.

Aparentemente, os diversos especialistas mobilizados pela 'The Brookings' estiveram de acordo quanto à ausência de uma significativa contribuição de teoria econômica às decisões governamentais.

Assim, SLICHTER, especialista em política de trabalho, disse : "A transformação de uma política de fomento das negociações coletivas (empresa/respectivos - trabalhadores) em uma de favorecimento dos monopólios trabalhistas não foi uma consequência de nenhuma decisão tomada

14 JACOBY, N. H. op. cit. pg. 65

15 SHERE, I. op. cit. pg. 69

pelo Governo ou pela opinião pública; foi o resultado natural do crescimento e êxito dos sindicatos".¹⁶ COLM, descrente da possibilidade de aplicação de uma 'política econômica racional', encontra uma desordem essencial no mundo concreto: "Esta insistência sobre o processo de tomada de decisões pode parecer irrealista para os que sabem que a maior parte das ações e omissões humanas não são a resultante de decisões deliberadas, mas sim de uma vontade à deriva, ou de emulações de desejos (!), ou de pressões externas, ou simplesmente do azar. Afortunadamente, as ações e omissões originadas nesta forma não têm que ser necessariamente erradas. Entretanto, nossa condição de seres racionais (os economistas), ao menos parcialmente, nos permite presumir que uma decisão meditada deve acarrear-nos geralmente melhores resultados. De qualquer forma, as ações do indivíduo, da empresa ou do Governo, somente podem ser avaliadas mediante a técnica do 'como se', isto é, empregando uma decisão racional como critério comparativo".¹⁷

COLM deixa o processo político-econômico 'ao azar' e reserva a teoria econômica para avaliar sua consistência com o 'racional'. Trata-se, sem dúvida, de uma prudente e inofensiva opção. Já ALEXANDER (chefe da assessoria econômica da General Motors) admite a possibilidade de penetrar no 'caos': "A máxima cooperação que um sistema de pensamento econômico, segundo as linhas gerais - de todo pensamento científico, pode aportar à análise dos problemas dos negócios, e também do Governo, consiste em

16 SLICHTER, S. H. "La Economía y las Negociaciones Colectivas" In "La Ciencia de la Economía y las Decisiones Económicas", pg. 122

17 COLM, G. "La política de estabilización progresiva", In "La ciencia de la Economía y las Decisiones Económicas". pg. 37

submeter tais problemas a um estudo racional e transferir - tantos deles quantos possa do setor do implícito e intuitivo ao do explícito e racional".¹⁸ O depoimento de Alexander, que se propõe a fazer um balanço da possibilidade - de uma micropolítica racional (segundo a terminologia de Feizio), conclui pela reduzida contribuição possível com a teoria econômica; e coloca como 'peça de resistência': "A mais evidente contribuição que a economia pode aportar à direção de uma empresa consiste no prognóstico a curto prazo do ciclo dos negócios".¹⁹

Nisto é ele imediatamente questionado por JEWKES, participante de outro 'Brookings round'.¹¹ ...os economistas não devem reclamar para sua ciência poderes que esta não possui e, especialmente, o poder de prognosticar. A pretensão dos economistas de possuir autoridade preditiva deve ser falsa, já que conduz a absurdos prováveis. Se se pode descrever o futuro econômico, porque não-se pode fazer o mesmo com o futuro político, o social ou qualquer outro? O economista pode ponderar ou que ele possui técnicas de predição superiores às possuídas pelos cientistas de outros campos, ou que, no jogo das forças econômicas, o laço entre o passado, o futuro e o presente é mais fácil de entender que em outros campos. Ainda que se admitisse que os economistas dispõem de um observatório no tempo que outros cientistas sociais não tenham sido capazes de construir, não acabam aqui as dificuldades. O futuro econômico é, em parte, determinado pelas próprias predições".²⁰ (Que os fascinados pelo sonho 'fáustico' da planificação não leiam o trabalho de Jewkes, Prof. da Oxford University.)

18 ALFONSO S. S. "La Economía y la Planificación de los Recursos" in "La Ciencia de la Economía y las Decisiones Económicas". pg. 23/4

19 Iden, Ibidem, pg. 16

20 JEWKES, J. "El Economista y el Cambio Económico" In Economía e Política. Madrid, Rialp, 1968, pgs. 85/7. passim

Isto porque outro participante dos debates da 'Brookings' declara que, além de não dispor de um Observatório do Tempo, a economia não dispõe sequer de uma Teoria Geral, razão pela qual recomenda modéstia quanto ao 'aporte' da teoria econômica à política econômica. Escutemos ROOSA : "...nossa geração de economistas carece de uma teoria unitária e integral - claramente formulada e amplamente aceita - que abarque, através das atuações dos consumidores, poupadores e produtores, o comportamento íntegro da economia nacional, em seus dois planos, interno e externo. Cada um de nós, em seu próprio setor, se ocupa das condições de equilíbrio parcial que não se conciliam devidamente com a contribuição dos outros setores. Sem uma teoria geral devidamente articulada, que sublinhe as incompatibilidades entre os diversos objetivos e métodos das distintas especialidades que indique o caminho para a solução, nossa atitude deve ser de prudente modéstia". 21

O Juiz Oliver Wendell Holmes, frente a declarações do mesmo teor, feitas décadas atrás, já havia observado com ironia: "Todos os anos, se não todos os dias, temos que arriscar nossa salvação em alguma profecia-baseada em conhecimento imperfeito".

MYRDAL, já na década dos trinta, em uma obra hoje clássica havia advertido aos economistas quanto à importância do exame da interação de interesses. Myrdal, nesta, após a exortação, havia aberto um crédito de confiança à 'ciência oficial' para que penetrasse neste nível chave para o entendimento da política econômica. "Devia ser uma das principais tarefas da Economia Aplicada examinar

21 ROOSA, R.V. "Política Monetaria y Crediticia". In "La Ciencia de la Economía y las Decisiones Economicas", pg. 93/4.

e desenredar a complexa ação recíproca de interesses, porquanto às vezes eles convergem, às vezes entram em choque. Isso devia ser feito por economistas, porque as complexidades do sistema de preços são tais que os interesses correm frequentemente ao longo de linhas diferentes das sugeridas por um exame superficial. Seria de grande importância prática para reconstruir precisamente o campo social de interesses".²² Um quarto de século após a exortação myrdaliana persistia a situação de desconhecimento sistemático sobre a interação de interesses. Esta é nossa conclusão, ouvindo SMITHIES, que, apesar de consciente dos problemas supra-apontados, declarou num 'Brookings round' que: "O economista deve tentar formular um compromisso entre os diversos e possivelmente contraditórios-objetivos econômicos da sociedade, e suprimir as contradições entre eles e harmonizar os objetivos econômicos com aqueles outros provenientes de campos extra-econômicos".²³ (Confesso que isto me parece a quadratura do círculo). Como o Prof. Smithies é consciente das dificuldades, em seu artigo ele parece abrir mão, em parte, de seu orgulho profissional, (se bem que apenas em parte) quando coloca: "Poderíamos haver nos beneficiado do conselho de cientistas políticos, se é que existe algum suficientemente consciente dos componentes econômicos da ação política".²⁴

O desafio colocado por Smithies parece ter sido aceito por alguns cientistas políticos. MEYNAUD, por exemplo: "Numerosos fatores, cuja análise corresponde à ciência política, são suscetíveis de atuar sobre a ação econômica governamental: estrutura e modo de funcionamento das instituições, jogo das forças que pesam sobre os centros de decisão, atitudes das autoridades (parlamentares e funcionários).

22 MYRDAL, G. "The Political Element in the Development of Economic Theory" Trad. Port., Rio, Zahar, 1962, pgs. 222/3

23 SMITHIES, A. op. cit. pg. 22

24 Idem, Ibidem, pg. 14

Não é possível explicar as decisões assumidas omitindo estes fatores, nem formular um programa realista sem sua consideração. Parece que o economista está vivamente interessado em se limitar aos aspectos já extremamente complexos, dependentes de seu próprio campo... Esta comprovação justifica a vocação da ciência política em ocupar-se destes problemas e estabelecer ao mesmo tempo os limites dentro dos quais sua ação parece ser útil, e portanto desejável". 25

A análise econômica passa a bola para a análise política. Isto, depois de ter procurado 'esconder a bola'. Diz MYRDAL: "Sempre houve uma tendência na Economia para encobrir conflitos de interesses". 26 Ouvindo Meynaud não tenho muitas esperanças da contribuição, pois a bordar o processo político-econômico 'delimitando a ação cognitiva' é um procedimento de magros resultados, tal como disse Roosa. Esperemos que em um futuro 'Brookings round' sobre análise política não se chegue a depoimentos similares aos que ouvimos sobre política econômica.

Poderíamos seguir alinhando depoimentos de formuladores/operadores, que submetidos a uma pedagogia compulsória como participantes de processos político-econômicos, reduzem a significação da contribuição da Economia-Política, desvelam a presença de interesses, verificam a insuficiência e ingenuidade das receitas disponíveis, etc.

25 MEYNAUD, J. op. cit. pgs. 17/8 passim

26 MYRDAL, G. op. cit. pg. 223.

Porém, antes de seguirmos avante, não podemos deixar de registrar o depoimento ante-megalômico da planificação francesa, através de um de seus mais importantes técnicos. Com a vivência de 'policy maker' da planificação - indicativa francesa, BÉNARD apresenta um lúcido depoimento. Começa afirmando ser o planejamento indicativo a única forma de planificação no regime capitalista. Conceitua esta modalidade de planejamento da seguinte forma :

- a) As autoridades do planejamento se satisfazem em proporcionar aos principais agentes econômicos as indicações acerca dos fins que se consideram desejáveis de um ponto de vista nacional e fixam um número limitado de objetivos (projetos) prioritários. (Adverte com ênfase que não se pode apregoar objetivos revolucionários, e muito menos projetos que ameacem fortemente os interesses de grupos econômicos e sociais dinâmicos. Isto porque não é benéfica, "delicioso - eufemismo", para a colaboração pressuposta pela 'Planificação harmonizada' uma hostilidade declarada do setor privado ao Estado.)
- b) A maior parte das empresas (exceto algumas estatais) tem liberdade de escolher as ações por meio das quais realizarão os fins que lhes forem propostos.
- c) O Estado trata de lograr que se respeitem os projetos prioritários, associando para sua formulação os centros de decisão privados, e estimulando-os à sua consecução por meio de mecanismos de mercado (essencialmente através das instituições financeiras.)

A planificação francesa não utiliza uma apresentação matemática. As razões confessadas desta recusa são : a) a pequena utilidade dos modelos macro-econômicos globais para servir de guia a uma política complexa de desenvolvimento; b) considerável incerteza acerca das relações e

parâmetros dos modelos multi-setoriais; c) os parâmetros utilizáveis representam relações numéricas passadas; d) a impossibilidade prática de explicitar integralmente um ótimo coletivo e dele descer até as medidas de política econômica e financeira que permitam alcançá-lo; e e) o risco de fixar a 'harmonização' dentro de um marco rígido de um modelo e terminar assim com um diálogo e uma cooperação positivas.

A expressão 'harmonização' indica uma clara opção da planificação francesa por um processo de negociação com os principais 'grupos de interesse', e oculta uma profunda desconfiança da natureza da contribuição da Teoria da Política Econômica. BÉnard fala de três objetivos da 'harmonização': a) o consenso mínimo sobre a escolha de objetivos e instrumentos; b) a criação de um clima psicológico que facilite a execução do plano; e c) a unificação de informações. BÉnard conclui seu trabalho dizendo que, apesar da cautela com a harmonização de uma planificação indicativa, deve-se ser modesto e dela não esperar muito: "Se devemos dar uma conclusão de nossa exposição, que foi muito breve e muito ampla, me permitiria afirmar que, apesar de indispensável à vida moderna, a planificação do desenvolvimento é um instrumento que até a data não teve muitos êxitos"...²⁷

É de sumo interesse cotejar este depoimento de BÉnard com o tom megalômico dos teóricos da planificação. BÉnard coloca a planificação indicativa como um

27 BÉRNARD, J. "Os Métodos da Planificação Francesa e sua Adeptabilidade aos Países em Vias de Desenvolvimento". In "Programación del Desarrollo Económico". Org. pela UNESCO/USP, México, FCE, 1965, pg. 54

método de explicitação e composição de grupos de interesse.²⁸ Coloca o Estado como um fórum para negociações sistemáticas. O Plano nesta perspectiva não passa de uma proposta de temário para a reunião e um modo para melhor organizar um processo de negociação entre os 'grupos econômicos sociais dinâmicos'. O objetivo do planejamento é a 'harmonização' destes interesses e o planejador não pode, com a proposta de plano (temário da reunião), apregoar 'objetivos revolucionários'. Bénard, com palavras hábeis, mostra que o ajuste dos 'grupos econômicos sociais dinâmicos' não se dá no sistema de mercado, mas sim proposto pelo Estado, que se institui de forma explícita, através do 'planejamento indicativo', no anfiteatro onde estes interesses colidem, convergem e se ajustam. O Estado, através do planejamento indicativo, se constitui explicitamente no 'locus' e no proponente de umas hipóteses provisórias para pautar o ajustamento, a composição dos grupos econômicos e sociais dinâmicos. Faltaria sublinhar que o Estado é além do 'locus' o principal meio - no moderno capitalismo - onde o ajustamento se realiza dinamicamente. O mundo - do oligopólio - amortecedor da competição - realiza dinamicamente, por e através do Estado seus ajustamentos.

A consciência das íntimas interrelações entre o sistema de poder e o sistema econômico não precisaram da vulgarização da 'planificação indicativa' para serem reconhecidas. O Prof. Knight, em 1947, reconheceu: "Tanto a Política como a Economia podem ser encaradas como subdivisões uma da outra".²⁹ Consultando autores atuais, parecia ser isto um lugar-comum. BILLY coloca: "Os objetivos

28 FORTE, F. com vivência na planificação indicativa italiana, diz: "Os grupos capitalistas privados têm vários meios - para agir de modo concertado: existem organizações de empresários... consultas entre estes grupos e administrações públicas. Por isso, a planificação indicativa pode ser um fator de importância notável"... FORTE, F. op. cit. pgs. 31/2

29 KNIGHT, F. H. "Freedom and Reform". Harper & Brod, 1947, pg. 204.

das políticas econômicas sofrem influências das teorias vi_ggentes sobre a realidade econômica, são condicionados pelas exigências da competição internacional e conformados pela pressão dos distintos grupos econômicos e sociais com interesses distintos dentro da nação".³⁰ SHERE reconhece como natural esta discrepância de interesses ao afirmar: "A combinação ótima decepciona a todos os que advogam unilateralmente por alguma delas. Além do mais, não existe nenhum procedimento seguro de alcançar qualquer um dos ditos objetivos, e menos ainda de averiguar qual é a combinação-ótima".³¹ Isto, quanto aos fins; quanto à pseudo-neutralidade dos meios, MYRDAL já havia colocado com absoluta clareza": ... os juízos políticos de valor se referem não somente aos fins, mas também a cada componente (meio) das sequências alternativas".³²

O consenso seria tal sobre estes pontos que MEYNAUD diz : "Converteu-se em um tópico (trivial) sublinhar que a política econômica resulta, na prática, da contraposição de um certo número de forças que pesam em um sentido ou em outro sobre as Autoridades competentes".³³ Se neste momento fizermos um apanhado dos depoimentos; teremos :

- a) Economia e Política estão intimamente associadas;
- b) o processo político-econômico é a resultante de uma contraposição de grupos de interesses discrepantes;
- c) as pressões dos grupos convergem sobre o Estado;
- d) a Teoria da Política Econômica não dispõe de fins nem de meios neutros. Não existem objetivos ótimos para todos, nem instrumentos isentos.

30 BILLY, J. op. cit. pg. 5. passim.

31 SHERE, L. op. cit. pg. 70.

32 MYRDAL, G. "Value in Social Theory". pg. 211.

33 MEYNAUD, J. op. cit. pg. 49.

Deste apanhado infere-se que, para entender o político-econômico, teríamos que apreciá-lo como um resultado de ações de grupos econômico-sociais em uma complexa imposição/transação de interesses no contexto do sistema econômico. Neste sistema existe uma instituição das instituições : o Estado, que é onipresente no econômico. Por conseguinte, as ações dos grupos econômico-sociais estão referidas ao Estado e em seu seio se compõem, não somente em termos estáticos, mas sim resolvendo-se em um processo com complexa dinâmica. Por que esta interação das forças econômico-sociais altera sua própria correlação neste processo ? Este processo não é gratuito: está referido e é a realização quotidiana da produção e repartição de bens materiais no sistema social.

Porém, diria alguém, isto é retornar à Economia-Política, pois ver o processo político-econômico como um jogo de grupos resolvendo a produção e repartição social dos bens materiais foi o objeto inicial dos grandes clássicos. Então, porque Análise Econômica ? Porque Teoria Econômica ? Porque Ciência Econômica ? Porque 'Economics' ? Porquê ?

Porquê ? Creio que devido a um profundo bom-senso da 'ciência oficial' - evitar terrenos - comprometedores. Quero agora dissolver qualquer eventual equívoco do leitor da segunda parte deste trabalho se, involuntariamente, transmiti a impressão de ingenuidade, ao examinar os autores que, da utopia, caminharam até a megalomania, ligando da Economia Política. Muito pelo contrário, considero que a opção pela ingenuidade constitui prova de profundo-bom-senso.

Tiveram bom-senso. É sensata a opção pela utopia ou megalomania em relação à realidade. SCITOVSKY, na fronteira da opção, disse : "temos... alcançado a fronteira entre a teoria econômica e a teoria política e não a franquearemos".³⁴ MASON adverte : "Escutar profundamente a sociedade anônima é escutar muitas outras coisas - e, em nossa época, o economista não tem a intenção de escutar muitas outras coisas".³⁵

Sim, porque um retorno à Economia-Política é abrir flanco no sagrado território da 'ciência oficial' a uma perspectiva crítica, e convenhamos que isto é, pelo menos, incômodo, se não totalmente inconveniente. Assim a História, ver o Sistema em seu movimento, reduzir o movimento visível, simplesmente apontando o seu movimento - interno real, tentar desvelar as leis internas do movimento, é fazer a 'história teórica' na expressão de Popper, é dissolver a demonstração de eternidade da formação social-tarefa precíua da 'ciência oficial'. Como reconhecer a História como processo aberto - e não registro ideográfico de fatos particulares - e desincumbir-se da apologética ? Retornar

34 SCITOVSKY, T. "Welfare and Competition" : the Economics of a Fully Employed Economy". Chicago, 1951, pg. 450. Aliás, SCITOVSKY, apesar de sua lucidez, por vezes não escuta sua própria advertência. Em "On the Principle of Consumers Sovereignty". In "American Economic Review". - Maio, 1962. exclama : "Não se trata de saber se a soberania deve ser exercida pelos consumidores ou por um planejador central, mas sim de saber se é preciso limitar, modificar ou dividir de algum modo o poder que tem o produtor de ignorar certos consumidores e influenciar outros". Pareceria que SCITOVSKY propõe medidas reguladoras estatais de proteção ao consumidor, do tipo da 'Food and Drug Administration', cuja eficácia não parece ser maior do que a Lei Sherman.

35 MASON, E. S. "The Corporation in Modern Society". Cambridge, 1959, pg. 2.

ã Economia-Política, quando todo nosso esforço científico - foi para dela fugir. Suamos muitas camisas para nos libertar da incômoda herança cognitiva dos fundadores de nossa ciência. Retornar, nunca. Sejam^{os} ingênuos, nunca traidores : de nosso sistema, de nossa profissão e de nossa ciência. VON MISES, com sua honesta transparência ideológica, coloca: "O economista é liberal porque é economista... A Economia Política o conduziu ao liberalismo" ³⁶ (Afim^{al} de contas, a Ciência Econômica, da livre regulação espontânea da economia, gerou resultados tão magníficos para o economista, que é perfeitamente admissível pagar o preço de um apseudo-ingenuidade.) BLAUG, que escreveu um alentado Tratado - para demonstrar que a Teoria Econômica progrediu assumindo como critério de progresso o aperfeiçoamento da coerência interna e finalidade didática (pg.15) concluiu seu trabalho colocando; "Quiçã não seja factível isolar o processo de crescimento econômico do contexto geral da evolução social. (é factível, BLAUG o fez.) Entretanto, o peso da tradição é tão grande que a economia (ciência oficial) resistiu, e quiçã continue resistindo, à desapareição de uma distinção que, desde a muito tempo, outorgou à Ciência Econômica a qualidade de disciplina de estudo independente". ³⁷ É melhor passar-se por ingênuo - frente a alguns - protegido pelo "Culto à Ciência" e sempre preventivamente assumindo uma postura modesta. Sendo assim, não devemos nos surpreender com muitos, como MEYNAUD, que consideram trivial a visão de processo político-econômico como uma contra-posição de forças, como declara MEYNAUD; em flagrante contradição com o que supõe trivial, afirma : "A Política Econômica dista muito de constituir um corpo codificado de princípios e de técnicas sobre cuja aplicação prática reine o acordo unânime dos técnicos. Apesar dos progressos da teoria, é uma arte na qual ainda entra muita incerteza e, por conseguinte, muito empirismo e intuição". ³⁸ Esta fórmula, como a linha do horizonte -

36 VON MISES, L. "Nationalökonomie, Theorie der Handels und Wirtschaftens", 1940, pg. 743. Citado por JÖHR, W.A. "Theoretische Grundlagen der Wirtschaftspolitik" Trad. Esp., B. Aires, El Meno, 1958, pg: 251

37 BLAUG, M. op. cit. pg.893

38 MEYNAUD, J. op. cit. pg. 49

que sempre se desloca ante o viajante, pode ser sempre invocada para justificar ser 'arte com empirismo e intuição' e sustentar a fé nos 'progressos da Teoria da Política Econômica'.

Não aceito a identificação de candidez como o traço dominante do trabalho cognitivo da 'ciência oficial'; pelo contrário, exalto sua astúcia. E exalto sua astúcia, adicionalmente pela postura que assume em consideração à contribuição paralela do 'underground' acadêmico, que, desde o início do desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos, foi de seu conhecimento e esteve sempre à sua disposição. Sim, porque, 'a latere' do torturado desenvolvimento intra-muros da 'ciência oficial', sempre subsistiram posições de 'underground'. Tal como os periecos que, na antiga Esparta, moravam fora dos muros, porém tinham o direito de frequentar a cidade como cidadãos de segunda categoria, a 'ciência oficial' sempre teve seus pensadores periecos que acampam na periferia da Academia ou habitam seus andares inferiores. Este 'underground' sempre chamou a atenção da 'ciência oficial' para suas deficiências. Se em algum tempo (e isto é duvidoso) a candidez poderia ter sido imputada à inadvertência, de longa data a chamada de atenção de um 'underground' que fala muitos idiomas já deveria ter dissolvido qualquer resquício de candidez. Considero que, se a 'ciência oficial' faz em geral ouvidos moucos às contribuições de seu 'underground' - salvo circunstancialmente - faz porque sabe que o mito é uma força dinâmica avaliável, não por seu poder cognitivo, mas sim por sua eficácia apologética. Sabe também que com a apologética se promovem atitudes afetivas. Por conseguinte, creio que, mesmo reconhecendo o irrealismo de suas construções, a falta de unidade em seu corpo teórico, a falta de provas conclusivas de testes de verificação aplicados a suas conclusões, a 'ciência oficial', ao defender o mito da objetividade científica da Teoria da Política Econômica está cumprindo com eficácia parte de sua responsabilidade ante a Sociedade que a sustenta.

Preciso esclarecer o que considero 'underground' acadêmico. Os manuais de pensamento econômico costumam agrupar os pensadores que considera integrantes do 'underground' em diversas escolas : nacional-economia, - histórica, institucionalista, neo-institucionalista, etc. ; falar de rebeldes, heterodoxos, excêntricos, ecléticos, etc. Por vezes, estes autores do 'underground' são situados em outros ramos da ciência : Sociologia, Antropologia Econômica, História Econômica, etc. Alguns os classificam como ideólogos em oposição à expressão "cientista", reservada para os pensadores 'oficiais'. Proporcional à participação - destas 'escolas' nos livros-texto de História do Pensamento Econômico é a consideração de suas contribuições pela 'ciência oficial' : recebem um tratamento de produção cognitiva de segunda classe. Altaneira, a 'ciência oficial' não teme as impugnações explícitas destas 'escolas' às suas construções. Tentarei mais à frente uma explicação para esta postura altaneira.

Não é fácil encontrar o denominador comum do 'underground' acadêmico. Trata-se, para mim, de uma espantosa coleção de contribuições - com distintos níveis de formalização e pretensão metodológica - que, nascidas em quadros histórico-concretos definidos, teriam por denominador comum ter captado alguma ou algumas dimensões do quadro histórico-concreto. A partir desta captação, o autor do 'underground' faz de forma explícita ou implícita o cotejo de suas constatações com parte ou totalidade do corpo central da 'ciência oficial'. Aflito, irritado ou interessado, de alguma forma contesta a 'ciência oficial'. Esta contestação não é política, mas sim cognitiva. Duvida da validade parcial ou total do corpo central. Formalmente, o 'underground' aparece como uma reação à abstração, se bem que em algumas variantes também vá para as alturas.

A motivação deste tipo de postura-intelectual é vária.

Pode residir no mero desejo de qualificar e mediar o abismo da Teoria em relação ao concreto; de fazer uma ponte para enriquecê-la e/ou completá-la. Esta parece ser a postura de alguns institucionalistas e neo-institucionalistas americanos. Mitchell fornece um bom exemplo desta postura.

Aluno de Thorstein Veblen, em um ciclópico trabalho de formiga incansável no N.B.E.R, procurou qualificar as teorias do ciclo então disponíveis com uma fundamentação empírica e por indução, 'fazer a ponte'. NEWMAN diz a respeito de Mitchell : "A teoria tradicional supunha na década dos vinte a existência de um emprego ótimo dos recursos, bem como afirmava que as depressões eram muito raras, e a prosperidade, a situação corrente; porém, Mitchell demonstrou (com o Business Cycles. 1^a ed. 1913 e 2^a, amplamente revista em 1927), com dados (de muitos países) observados objetivamente, que semelhante hipótese era injustificada". 39

MITCHELL propôs : "Ao contrário da teoria, no mundo real dos negócios, os assuntos sofrem contínuos câmbios cumulativos e passam incessantemente de uma fase do ciclo a outra. De fato, ainda que não em teoria, o único normal nos negócios é o estado de mudança". 40 Eis o institucionalista Mitchell, buscando construir uma ponte entre a economia pura e a economia aplicada de Walras.

39 NEWMAN, P. C. "The Development of Economic Thought". Trad. Esp., Barcelona, Juventud, 1963, pg. 412. "

40 MITCHELL, W. "Business Cycles". Univ. of California Press, Berkeley, 1913, pg. 86. Citado por NEWMAN, op. cit. pg. 413.

Este tipo de 'underground' é plenamente estimulado pela 'ciência oficial', pois, ainda que por vezes coloque o dedo em algum ponto de alta sensibilidade, permite, por seu trabalho simultâneo ao do teorizador, a venda de uma 'imagem' de 'alta objetividade do trabalho científico conjunto' frente às inevitáveis críticas à irrealdade das construções teóricas oficiais. A disponibilidade desta classe de produção intelectual do 'underground' serve para a vendagem de uma idéia de 'continuum' entre a 'ciência oficial' e o concreto. Permite a sugestão do que a ponte está construída ou está sendo construída. Há uma hipocrisia no uso, pela 'ciência oficial', da produção do 'underground', combinação da já referida venda das mediações como construções conjuntas com a idéia da existência de uma hierarquia no Saber. A teoria - e seus produtores estariam no cume da montanha propondo uma visão panorâmica e o 'underground' à meia-encosta. Na verdade, é o oposto: as produções do 'underground' são impugnações e/ou permitem impugnações que colocam a 'ciência oficial' com seus 'pés de barro' desnudos. É extremamente interessante verificar como a 'ciência oficial' consegue tampar seus frágeis pés de argila. (E isto, aparentemente, é difícil.)

O trabalho dos neo-institucionalistas, que buscam estabelecer uma ponte entre a teoria micro-econômica e o mundo do oligopólio, fornece outro exemplo.⁴¹ Os

41 O interessado em conhecer esta linha de investigação pode consultar: BERLE, A. e MEANS, G. "The Modern Corporation and Private Property". (1932); BURNS, A. R. "Decline of Competition" (1936); BERLE, A. "The 20th Century - Capitalist Revolution". (1954); BAIN, J. "Industrial Organization". (1959) e "Barriers to New Competition". (1956). Para o estudo dos padrões de comportamento da grande empresa em sua fase de consolidação, são clássicos os trabalhos de WEBER, T. "Theory of Leisure Class: an Economic Study of Institutions". (1899) e "The Theory of Business Organization". (1904). Para abordagens institucionalistas mais amplas: CLARK, J. M. "Social Economics". e "Competition as a Dynamic Process". (1961). Há uma extensão, ainda que desatualizada, bibliografia em BOULDING, K. "A New Look at Institutionalism" In "American Economic Review". Maio, 1957. que também, a seu jeito, pode ser considerado integrante do neo-institucionalismo.

estudos de Organização Industrial - ainda que buscando construir a ponte - acabaram por demolir o que poderia subsistir do corpo micro-oficial. Revelam de forma explícita dois pontos: a) O mercado do oligopólio é um sistema instável no qual a incorporação do progresso técnico é regida por uns 'estranhos' hábitos que nada têm que ver com a tradicional teoria da firma, sendo imprescindível recuperar a unidade - de 'approach' micro e macro para tentar estender seu funcionamento; e b) que o oligopólio atua de molde a barrar a entrada de eventuais novos competidores, fixa e administra seus preços; gera intra-muros os recursos financeiros para sua - expansão; realiza operações financeiras ativas e passivas - com ampla autonomia; controla o ritmo de incorporação do progresso técnico, etc... "Os efeitos 'externos' da ação das grandes empresas são importantíssimos", diz-nos BERLE. 42

Outrossim, foi identificada uma série de 'poderes' : onde, quando e como desenvolver a atividade do grupo, chamando-se atenção ao 'poder de barganha' do oligopólio em relação a sua localização; de quem comprar, como um 'poder em suspenso' em relação aos fornecedores do oligopólio; quem nomear para distribuir e/ou fornecer sua produção, como um 'poder para a frente'. A imagem do oligopólio nucleando um cinturão de pequenas e médias empresas satelizadas tornou-se corriqueira.

O poder sobre o consumidor, de ditador reduzido a 'boi da boiada' é amplamente comprovado. KAYSEN diz : "Um dos aspectos deste vasto poder... é o papel que

42 BERLE, A. "Power Without Property. A New Development. In "American Political Economy" Nova Iorque, Harcourt Brace, 1959, pg. 39. passim. Um outro trabalho nesta linha é BRADY, R. A. "Business as a System of Power". Columbia Univ. Press, 1943.

desempenham as grandes empresas ao determinar os gostos e criar a moda para a Sociedade em seu conjunto. Esta influência sobre os gostos vai desde o efeito direto exercido sobre a apresentação dos produtos até os efeitos mais indiretos e sutis, que atuam sobre o estilo de pensamento e da linguagem e que são veiculados pelos grandes suportes publicitários... que são a escola de estilo que frequentamos todos os dias... Em síntese, isto sublinha uma verdade familiar, a saber: que nossa Sociedade é uma sociedade de negócios, e que a grande empresa é a instituição característica, se bem que não a estatisticamente típica". 43

No outro continente, FORTE afirma: "A grande empresa oligopolística, na sua exigência de construir, ampliar e defender para si o seu mercado, leva à máxima exaltação os meios de persuasão, oculta do público". 44 A existência de toda uma pesquisa sistemática sobre os fatores irracionais de conduta e sua aplicação a este 'desiderato' é imediatamente disponível para quem quiser ler os trabalhos de um Vance Packard. Estas 'ciências' são objeto de estudo profissional especializado. Seus especialistas estão no topo das pirâmides salariais. Quem forma gostos e preferências também veicula mitos e ideologias. Aquelas técnicas podem e são aplicadas nesta direção, mesmo porque, como coloca RIVIÈRE: "Necessariamente, os monopólios precisam colocar uma máscara que esconda suas finalidades reais". 45 Quem produz parte dos mitos e as ideologias? Já sabemos: sob a capa da ciência - a Teoria Econômica.

-
- 43 KAYSER, C. "The Corporation; How much Power? What Scope?" In MASON, E. S. "The Corporation in Modern Society" Cambridge, Harvard Univ. Press, 1959, pg. 101
- 44 FORTE, F. op. cit. pg. 173
- 45 RIVIÈRE, H. "Économie Bourgeoise et Pensée Technocratique". Trad. Port., Rio, Civilização Brasileira, 1966, pg. 79

Vimos, na segunda parte deste trabalho, o retorcido e barroco caminho pelo qual a 'ciência oficial' reconheceu a existência do capitalismo de grandes unidades. Vimos quão dolorosa foi esta constatação e que estranhas 'demarches' realizou. Vimos o 'gap' temporal entre a clara manifestação da aglutinação em grandes unidades, nas décadas finais do sec. XIX, e as defasadas respostas da Teoria da concorrência imperfeita ou monopolista, surgindo na década dos trinta. Vimos as tentativas de 'tapar o sol com a peneira' e idealizar uma competição intra-oligopolista e inter-oligopolista, tentativas da 'ciência oficial' de ocultar e minimizar o poder das grandes unidades através de expressões como 'dominant competitor' de Chamberlin, 'dominant firm' de Stigler, 'leading firm' etc...⁴⁶

Porém, o 'underground' 'acadêmico' também é produtor de justificações. Assim, por exemplo, BERLE vê na grande unidade uma 'democratização do capital' através da participação acionária dos fundos sindicais e pequenos investidores, e uma 'abertura competitiva de talentos' para a tecno-estrutura da grande empresa. Aliás, VELEN já havia sugerido, em outro quadro histórico, que este poderia ser o destino adequado para a Sociedade, quando a gerência das empresas fosse transferida dos 'tycoons' (que descreveu com tanta causticidade) para os 'engenheiros e sábios'.

A postura institucionalista de situar-se à meia encosta faz do conjunto de sua obra uma coleção descosida de lúcidas observações, de frustrações tentativas de totalização, de curiosas metodologias etc., profu-

⁴⁶ STIGLER, G. J. "The Theory of Prices". Nova Iorque, 1946.

samente permeabilizadas pelas teorias sociais disponíveis. Porém, e ao mesmo tempo, não deixam pedra sobre pedra no edifício 'ciência oficial'. O institucionalista CLARK, falando do herético Hobson, diz: "A ortodoxia tolera que se fale dos - mais desvatadores males da História, porém se alçarã irada se somente uma fração destes males for apresentada como Lei de ordem econômica em contradição com a teoria consagrada". 47

Creio que CLARK superestimou a própria periculosidade. Para provã-lo alinharei uma seleção de contribuições dos institucionalistas:

- Veblen, em "The Place of Science in Modern Civilization" (1919), disse que estudar economia "é estudar o nascimento e desenvolvimento das instituições nas quais o passado se enraizou."
- Veblen, em "Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times" (1924), mostrou o corte proprietário/administrador superposto a outro corte negócio/indústria - como uma negação de papel significativo ao proprietário capitalista que é apresentado como o especulador financeiro.
- Commons concebia a economia como o estudo da ação coletiva, e este fato propõe um grande tema para a investigação: a dinâmica do acordo. O econômico é um processo onde as instituições coletivas-Commons estava basicamente interessado no Sindicato - contém a ação dos grupos de pressão. Em 'Institutional Economics' (pg.684) entende a dinâmica dos grupos de pressão como o devenir econômico e diz: "Os conflitos são conflitos entre o trabalho e o capital, compradores e vendedores, agricultores e atacadistas, prestamistas e prestatários, e diferentes classes de contribuintes". 48

47 CLARK, J.M. "John A. Hobson, Heretic and Pioneer". In "Journal of Social Philosophy". Vol. 5, pg.1939/40. citado por NEWMAN, P.C. op. cit. pg. 400

48 SELIGMAN, B.B. op. cit: pg. 180.

- Mitchell defendeu o ultra-empiricismo e mostrou a o pacidade da macro disponível.
- J. M. Clark, apoiado em William James, afirmou que a suposição de racionalidade na ação é falsa; a proposição de maximização de lucro da 'ciência oficial' - não resiste a duas entrevistas com empresas; no 'Preface to Social Economics' (1936) disse que a discussão sobre utilidade marginal não diz mais que uma pessoa compra o que compra; demonstra que o fator tamanho perseguido pela empresa moderna não é motivado pelas 'economias de escala', mas sim desejado para bloquear a competição; mostra como a empresa oligopôlica pratica sistematicamente políticas de discriminações de preços, etc.
- Ayres, C. E. em "Theory of Economics Progress" (1944), declarou que talvez na época de A. Smith o mercado - fosse uma realidade, porém sustentar isto na atualidade!...
- Commons, Hoxie e Perlman concentraram seus esforços - no estudo do Sindicato como instituição e no que hoje se denomina Economia do Trabalho. Commons, com "History of Labor in the United States" (1918/35) e com "Economics of Collective Action" (1950); Hoxie, com "Trade Unions in the United States" (1917); e Perlman, com "A Theory of the Labor Movement" (1928); simplesmente mostraram a simetria do sindicato com a grande empresa; fizeram a defesa da "propriedade a um emprego"; a vacuidade das hipóteses oficiais sobre o mercado de trabalho; etc.
- Means, em "The Modern Corporation and Private Property" (1933), afirmou que as leis econômicas tinham - que estar referidas a cada sistema econômico e que no mundo das grandes corporações a investigação do econômico tinha que assumir como um conceito superior ao mercado a coordenação intra-corporacional e inter-corporacional se pretendesse começar a 'entender do assunto'.

- o comportamento do consumidor que antecipa compras através do 'crédito ao consumidor'; sua irracionalidade de observar o tamanho da prestação e desconsiderar o juro implícito na operação; a metamorfose da empresa em aplicadora neste 'mercado de em préstimo'; o seguro de vida e os planos de pensão mudando a conduta do consumidor etc; foram identificados pelos institucionalistas.

Para BOULDING, a empresa é uma organização a ser vista como uma operação em marcha com um balanço, problemas de liquidez, orçamentos e programas de investimentos reais e financeiros (de curto e longo prazo); que realiza operações especulativas, etc... Dificilmente pode ser considerada uma unidade especializada; é indústria, banco, especulador, etc. Realiza gastos que dificilmente podem ser relacionados diretamente com a maximização do lucro líquido, como por exemplo : relações públicas, campanhas institucionais etc... Além do mais, como já havia observado Harrod, as empresas conhecem muito pouco ou nada sobre seus custos e receitas marginais. 49/50

Este conjunto - que é apenas uma -
mostra das posições institucionalistas - deveria ter gera

49 BOULDING, K. "The Theory of the Firm in the Last Ten Years" In American Economic Review". Dez.-1942; e "Implications for General Economics of More Realistic Theories of the Firm" In "American Economic Association Proceedings". Maio. 1952.

50 A este respeito cabe escutar o depoimento de alguém do ramo - ALEXANDER, chefe da assessoria econômica da General-Motors - que diz : "A resistência a pensar marginalmente-se deve a razões mais profundas que as práticas dos contadores. A meu juízo, (essa resistência) se baseia no fato de que uma empresa considerada em seu conjunto não pode obter lucros se não iguala seus custos médios. A afirmação de que máquina deve manter-se em funcionamento, ou um negócio ser preservado ou incrementado enquanto a atividade proposta gere uma receita que supere seu custo marginal, facilmente encontra a réplica de que ninguém obteve lucros até o momento sem cobrir seus custos médios, não os custos marginais". (ALEXANDER, S. op. cit. pg. 30)

siderou. Trabalhando muitíssimo mais colados ao particular em sua busca de motivações, dissolvem os arquétipos da 'ciência oficial'. Colocam-se na posição de pesquisar afanosamente motivações novas ou mais complexas, na medida em que se disponha de melhor conhecimento da Sociedade. Constroem tipologias: dão à Economia uma nota taxonômica. Porque - estão em busca de pautas sociais reais - por rejeição aos - arquétipos idealizados - são ávidos por contribuições de outros domínios da ciência social. Pretendem fazer ou solicitam que sejam feitas análises interdisciplinares. Mitchell aconselhava seus estudantes a obterem um conhecimento enciclopédico e a fugir da postura de economista teórico. De uma insatisfação com a 'ciência oficial', deriva-se uma postura axiológica quanto a determinados comportamentos - que captam despojados das idealizações oficiais. VEBLEN investiu contra os rentistas que, a seu juízo, percebiam pagamentos da comunidade sem contrapartida, devido à sua capacidade de pressionar. Exorcionou também a conduta do capitalista especulador - fabricante de papel, etc...

Em consonância ao que chamaria um estado de insatisfação com os comportamentos que observa de certos agentes e alimentados pela insatisfação de não encontrarem os comportamentos idealizados pela 'ciência oficial' muitos institucionalistas tendem a fazer advertências amargas quanto à Sociedade.

Commons vê a Sociedade ante a uma dramática opção: a barbárie ou a tecnocracia. VEBLEN aspirava a tecnocracia. BERLE diz que já estamos na era tecnocrática. GALBRAITH fala da industrialização gerando necessariamente uma tecno-estrutura, que homogeniza as formações sócio-econômicas distintas em um único padrão de organização social. Poucos institucionalistas estão satisfeitos com o que detectam. (BERLE é uma exceção); de forma explícita ou nas entrelinhas, sugerem algum tipo de reforma. Defendem ou sugerem uma reforma de consciências.

Certamente os institucionalistas são eficientes em mostrar os 'pés de barro' da 'ciência oficial'. Suas impugnações atingem este alvo. Porém, não fazem muito - dano à 'ciência oficial', isto porque a postura institucionalista oferece muitos flancos desprotegidos para a réplica acadêmica, na perspectiva da 'ciência oficial'. Senão vejamos:

- a) em primeiro lugar, os institucionalistas atiram em muitas direções. Ao perseguirem abordagens interdisciplinares em busca de novas e mais realistas motivações, não se distinguem fundamentalmente do psicologismo do neoclassicismo. Porém, perdem em elegância e capacidade de formalização. Tendem a um pluralismo motivacional, a uma taxonomia motivacional com o concurso híbrido por justaposição e transposição - de outros domínios do conhecimento. É fácil à 'ciência oficial' identificar imprecisões conceituais, hibridismos metodológicos, neologismos e conceitos vazios, disparidade de tratamentos, etc... Assim a dispar e pluridirecionada contribuição do institucionalismo é considerada produção intelectual de segunda ordem por uma crítica oficial que nela deplora a confusão metodológica e conceitual, anotando apenas como 'interessantes' estas chamadas de atenção;
- b) em segundo lugar, a identificação de axiologias e posições reformistas permite classificar parte dos - autores desta posição como ideólogos e não cientistas. (É curioso como a 'ciência oficial' vê no seu 'underground' seus próprios atributos inconfessados);
- c) em terceiro lugar, uma posição historicista, pretendendo situar-se a meia distância de uma visão geral (Teoria) e o particular e único (o histórico-concreto - que percebe como a 'História') se auto-impregna de relatividade, quando não de ambigüidade.

Como a posição institucionalista não pretende fazer a história-teórica, mas sim alcançar a Teoria, não é difícil a 'ciência oficial', dona da Teoria disponível, criticar a posição, exatamente por estar numa encosta anônima. "Melhor, lhes diz, baixe ao concreto e acumule informações; - construa depois uma Teoria por indução, e então conversaremos".

E necessário, entretanto, advertir - que este 'underground' é consentido. A 'ciência oficial' não se encarna em combatê-lo. Considerou os trabalhos de WEBLEN uma Sátira Social e não uma Teoria Econômica. Trata com um toque de bonomia o seu 'underground' : pode classificá-los alternativamente como acadêmicos de segunda ordem, excêntricos, ideólogos, curiosos, etc. O Prof. Samuelson trata Galbraith de "O Sociólogo". A 'ciência oficial' admite sua coexistência com este seu 'underground' porque reforça seu sentimento de superioridade. Mas não apenas por esta razão; não é porque a posição 'underground' funcione como um 'pano de fundo' para ressaltar a 'magnificiência' da 'ciência oficial', conferindo um certo caráter democrático a comunidade acadêmica ao preservar algo do ideal 'universitas'. Não é esta a razão da existência de uma bonomia com o 'underground' consentido.

A meu juízo, a razão principal é outra. Certa vez, o Juiz Holmes, da Suprema Corte estadunidense disse : "A História é o primeiro passo em direção a um ceticismo esclarecido".⁵³ Pode ser que a postura institucionalista parta de um impulso reformista e mesmo que advirta a Sociedade e chegue a apresentar proposições reformistas; porém, mais cedo ou mais tarde, este impulso se esvazia. Na medida em que vê a História como particular a prospecção tende a se emaranhar na própria massa de informações ideográficas que coleta. Por outra parte, o impulso de reformular a Teoria para

53 Citado por STEINER, G. A. op. cit. pg. 18

aperfeiçoar a Sociedade é idealista. E, na verdade, as únicas posições idealistas que não se frustram são a mística e a conservadora. O Juiz Holmes tem razão: assumindo a História como particular, mais cedo ou mais tarde o investigador se cansa das taxonomias que produz. A 'ciência oficial' pode esperar que se esgote a fase juvenil de entusiasmo e que, com a maturidade, o fastídio crie o cepticismo erudito e esclarecido. Pode esperar, porque o 'underground' é inócuo : não afeta significativamente o processo sócio-econômico. Seu programa é utópico.

O impulso e auto-contido pelo próprio 'locus' onde se desenvolve : o perímetro acadêmico. Na medida em que pretende qualificar a Teoria para mediatamente atingir a Sociedade, o institucionalismo não tem uma prática política-econômica. Quando alguém nesta posição levanta os olhos da massa de informação e histórico-ideográfica e pretende a crítica da Economia Política é, saindo da Academia ou de sua periferia, se propõe a uma prática política; esse alguém, de 'underground' consentido, passa a classificação de maldito.

Se não ocorre a metamorfose supra-descrita, o 'underground' consentido acaba sendo útil - ainda que muitas vezes não seja este seu propósito a 'ciência oficial'. Objetivamente, fornece-lhe observações que podem ser coladas por operações de modelização, permitindo a posição oficial 'aguçar o fio' de seus argumentos, e produzindo material para alimentar sua engenhosidade. Em horas de perplexidade.

Por outra parte, fornece-lhe uma cortina protetora em momentos de crise cognitiva que, como vimos, são frequentes - através da assimilação de contribuições do 'underground'. Em 1899, dois membros do 'underground britânico', Hobson e Mummery, em "The Physiology of Industry" cometeram a suprema heresia de dizer que a frugalidade das famílias poupadoras, amealhando vinténs para aplicar na City, não era nenhuma vertude social para o Sistema. Pelo contrário, afirmaram, uma ampliação da postura frugal era altamente indesejável porque conduzia inevitavelmente, a uma contração da demanda global. Hobson foi um marginal bastante perseguido, pois naquele tempo a 'ciência oficial' ainda mantinha seu 'panache' erecto. Apesar da perseguição - Hobson foi motivo de fino exercício do 'humor' - não foi um proscrito. Pôde manter sua posição de reformador utópico desenhando uma função de Bem Estar Humano (Tinbergen e hoje o proprietário desta função-hobsoniana). Hobson continuou produzindo 'ridículos panfletos'.⁵⁴ Keynes, na "Teoria Geral", como um gentil-homem agradeceu a Hobson e a toda uma hoste de marginais do 'underground' sua contribuição pioneira, se bem que pareça ter convenientemente se olvidado de agradecer ao humilde 'lumpen' Johansen haver escrito a 'Teoria Geral' em algum socavão de New York, no início do século.

Finalmente, o 'underground' sempre serve como tropa avançada de primeira linha na luta ideológica que livra com a Crítica da Economia Política. O brandir argumentos históricos-particulares serve como primeira linha de argumentação contra os que desvelam ou tentam desvelar o movimento da Sociedade como um todo através de redução teóricas.

54 HOBSON: produziu extensa obra: "The Evolution of Modern Capitalism". (1894); "Economics of Distribution" (1900), "Imperialism" (1902); "The Industrial System" (1904); "Science of Wealth" (1911); "Work and Wealth" (1914); "Taxation in the New State" (1919); "Economics of Unemployment" (1922); "Free Thought in the Social Sciences" (1926); "Economics and Ethics" (1929); e "Confessions of an Economic Heretic" (1938).

A meu juízo, o melhor exemplo logrado da posição institucionalista como uma tentativa de proposição de uma fórmula apologética, alternativa a da 'ciência-oficial', é o sistema galbraithiano. A obra conjunta de Galbraith é o 'opus magnum' de uma atualizada posição institucionalista inteligente.⁵⁵ É um autor de fácil leitura: em uma época de meios de comunicação em massa optou por um estilo 'populista' totalmente distinto do de Keynes. Dirige-se ao grande público. Por outro lado, é irreverente. Tendo sido Presidente da 'American Economic Association', adotou como epígrafe do capítulo segundo de seu último livro a seguinte frase de Joan Robinson: "A finalidade do estudo da economia não é adquirir um conjunto de respostas prontas para questões econômicas, mas aprender a evitar que os economistas nos enganem".⁵⁶

Como o autor é claro - se bem que não necessariamente coerente em todas suas passagens - apresentaremos uma versão ultra-resumida de alguns delineamentos do Sistema Galbraithiano, utilizando suas próprias palavras.

55 O Sistema de Galbraith é apresentado em quatro obras: - "American Capitalism: The Concept of Countervailing Power" (1952); "The Affluent Society" (1958); "The New Industrial State" (1967) e "Economics & The Public Purpose" (1973). Como trabalhos colaterais: "The Great Crash" (1955) e "Economics and the Art of Controversy" (1959).

56 GALBRAITH, J. K. "Economics & The Public Purpose" Trad. - Port. São Paulo. Martins. 1975, pg. 11. A irreverência de GALBRAITH nos proporciona passagens deliciosas: "O autor (economista oficial acadêmico) e sujeito naturalmente cauteloso. Como os candidatos liberais a cargos públicos, é preciso que ele tenha sempre em vista o respeitável e o vendável, em contraposição ao verdadeiro" ("Economics..." pg. 14).

Em primeiro lugar, GALBRAITH vê a economia como uma organização global, articulada e aberta. - "Em Economia, como em Anatomia, o todo é muito mais que a soma das partes. Isto é principalmente verdadeiro quando as partes se sustentam umas às outras, quando conflitam umas com as outras, ou quando são modeladas pela comunidade da sua existência".⁵⁷ Não é estática, pelo contrário: "As instituições econômicas mudam depressa : a grande companhia e suas relações com a Comunidade e com o Estado alteram-se continuamente. E dessa mudança decorrem novas informações, novas instituições".⁵⁸ Este processo dinâmico e aberto tem seu motor no poder das grandes organizações : "A noção de que o poder na Economia moderna reside cada vez mais nas grandes organizações, e cada vez menos no consumidor e no cidadão supostamente soberanos, também andou abrindo caminho nos compêndios".⁵⁹

Em segundo lugar, o desenvolvimento oligopolista (Galbraith vê a busca de minimização de incerteza e a fuga ao risco como sua principal mola inspiradora.)⁶⁰ bloqueou o mecanismo de mercado auto-regulador. Este subsistiu na agricultura e em parte dos serviços. Porém, na indústria foi substituído basicamente por um mecanismo de planejamento próprio das empresas em conjunto. Ao ter cancelado o mecanismo auto-regulador do mercado, engendrou o aparecimento de forças compensatórias protetoras das liberdades individuais e do todo. É este o tema do 'countervailing power' apresentado no 'American Capitalism'. Este poder compensatório das grandes empresas oligopólicas, intimamente articuladas entre si e com o Estado, surge ou existe em estado potencial, ao nível dos fornecedores de qualquer insumo - inclusive trabalho - e clientes das empresas.

57 Idem, Ibidem, pg. XI.

58 Idem, Ibidem, pg. XII.

59 Idem, Ibidem, pg. XIV.

60 Cf. GALBRAITH, J. K. "The New Industrial State". Trad. - Port., Rio, Civilização Brasileira, 1968, Cap. II a IV.

"O poder compensatório é também uma força automática, e este é um ponto de grande importância". ⁶¹

Em terceiro lugar, o capitalismo - como organização não está em equilíbrio. Galbraith considera que o desenvolvimento da instituição-empresa-oligopólica desbalanceou o todo. Existe o poder compensatório, porém - ele, no momento, é débil em relação ao poder das grandes em presas. Os sindicatos, as organizações de produtores agrícolas, as grandes redes de varejo, as juntas de vizinhos, os compradores por atacado, as corporações profissionais, os - consumidores, etc... são como grupos organizados relativamente débeis em relação às grandes organizações industriais. "O poder e a capacidade que tem o indivíduo ou o grupo de impor seus objetivos a outros". ⁶² E as grandes empresas oligopolistas criaram a crença de que seus objetivos - Galbraith chama objetivos do sistema de planejamento - são os objetivos públicos, através de sua mimetização com os argumentos-liberais. É fundamental que todas as outras organizações - constituintes do outro sistema, que Galbraith chama de mercado, onde existe, em embrião com grande potencial, o poder - compensatório, se fortaleçam para que haja uma compensação-adequada do poder das grandes empresas. Este fortalecimento é imprescindível e uma conclusão inexorável, pois não é possível fazer com o que o sistema de planejamento volte a assumir características de sistema de mercado. Por conseguinte, pecam pela base os preconceitos liberais que na 'demar-che' de Galbraith são produtos do poder de venda ideológica do sistema de planejamento. "Não posso, todavia, achar que os conservadores (neo-clássicos) julguem agradável uma defesa da decisão privada que se apoie no 'poder compensatório'.

61 GALBRAITH, J. K. "American Capitalism : The Concept of Countervailing Power". Trad. Port., Rio, Zahar, 1960, pg. 115.

62 GALBRAITH, J. K. "Economics..." pg. 93

Consideram indispensável o poder de mercado dos sindicatos, agricultores, compradores por atacado e outros. Como a concorrência, este poder é incômodo onde quer que seja efetivo. A presente análise também legitima o apoio do Governo ao poder compensatório. Este apoio certamente há de ser considerado algum dia do futuro como uma indesejável extensão da atividade do Estado". 63

Em quarto lugar, devido a este desbalanceamento pelo qual é dominante o poder da organização da grande empresa, existem inúmeros problemas críticos no capitalismo industrial. Anunciados no 'American Capitalism', Galbraith faz com os 'The Affluent Society' e 'The New Industrial State' uma série de denúncias de má 'performance': a opção pelo gasto militar ao invés de programas sociais e de melhoria de condições da vida urbana; a dilapidação do ambiente natural e apenas social considerado um meio pelo sistema de planejamento; a degradação de níveis culturais; etc... Esta tese é reiterada em 'Economics & The Public Purpose': "Em 'Affluent Society' tratei da estagnação dos serviços públicos como se todos os serviços fossem iguais. Não reparei que esta privação era grande onde se achavam envolvidas as necessidades públicas, e não existia onde as necessidades da indústria poderosa faziam pressão sobre o Estado". 64

Em quinto lugar, assume claramente sua posição sobre o Sistema: "O problema moderno do capitalismo não está, como muitos gostariam de acreditar, baseado na espantosa perfeição de seus propósitos, nem está fundado na ordem divina. Nem o Sistema sobrevive porque os que pretendiam derrubá-lo tenham sido destroçados. Sobrevive porque não há organização administrativa capaz de tomar-lhe o

63 GALBRAITH, J. R. "American..." pg. 164/5

64 GALBRAITH, J. R. "Economics" pg. XII.

lugar". ⁶⁵ Esta profunda convicção está fundada no conceito de tecno-estrutura como subproduto da industrialização. Para Galbraith, a empresa se despersonalizou e com seu gigantismo engendrou em seu seio um novo sistema de poder : a tecno-estrutura. O grupo dirigente endógeno à empresa é autoperpetuável por requisitos técnico-administrativos, é integrado por "todos os que contribuem com conhecimento especializado, talento ou experiência, à elaboração de decisões que toma o grupo". ⁶⁶ "O poder da tecno-estrutura está protegido pela : a) difusão da propriedade de ações que cancela o poder dos acionistas; b) crescente complexidade do grupo de empresas; e c) pelo mecanismo endógeno de financiamento da expansão do grupo". ⁶⁷ A presença da tecno-estrutura é uma profunda mutação do capitalismo, obrigada pela industrialização. A profecia de Veblen e a alternativa de Commons estão materializadas. O poder saiu da burguesia e está com a tecno-estrutura, que se articula 'às mil maravilhas' com outra tecno-estrutura : a do Estado. Num país socialista após a industrialização ocorre o mesmo. Organização e planificação tendem a se unir sob a égide das necessidades da industrialização. ⁶⁸

Em sexto lugar, Galbraith propõe uma Teoria da Reforma ("Sou um reformador, não sou um revolucionário"); ⁶⁹ apoiando-se em duas idéias principais. A primeira e a velha tese de S. MILL : "Domina este livro, como um toque de tambor, o tema da desigualdade do desenvolvimento e o da desigualdade do rendimento, entre si, associadas.

65 GALBRAITH, J. R. "American Capitalism". pg. 169

66 Idem, "The New Industrial..." pg. 91

67 Idem, Ibidem, pg. 102

68 "A organização é um arranjo para substituir os esforços ou os conhecimentos de um indivíduo só pelos esforços e conhecimentos mais especializados de vários - ou muitos indivíduos só pelos esforços e conhecimentos mais especializados de vários ou muitos indivíduos. GALBRAITH, J.R. "Economics" pg. 81.

69 Idem, Ibidem, pg. XV.

A desigualdade do desenvolvimento não se relaciona com a necessidade; a desigualdade no rendimento não tem nenhuma relação necessária com a produtividade ou eficiência. Ambas resultam de um desigual desenvolvimento do poder". ⁷⁰ A segunda é sua confiança em que, em uma sociedade aberta a processos democráticos, as potencialidades do poder compensatório podem e devem ser explicitadas através da consciência da Comunidade e da ação do Estado, reorientada dos objetivos do sistema de planejamento para os objetivos da Comunidade (públicos). A visão liberal no mundo do oligopólio somente serve para o grupo mais poderoso, "pois nenhuma conclusão mais ciara se há de inferir deste livro senão que, entregues a si mesmas, as forças econômicas não tendem para o melhor, a não ser, talvez, em favor dos poderosos". ⁷¹

Finalmente, surge a Teoria da Reforma ocupando os capítulos XXI a XXXI do "Economics & The Public Purpose". Galbraith distingue dois sub-sistemas no capitalismo americano : o sub-sistema das grandes empresas que opera segundo um planejamento e administra seus preços e, em boa parte, seus custos, hoje, segundo ele, intimamente articulado ao Estado; e o outro sub-sistema formado pelos agricultores, prestadores de serviços, donos de pequenos negócios - etc... que funciona em condições de mercado.

Dada a hegemonia do sub-sistema de planejamento, que controla o sub-sistema de mercado - através da manipulação da consciência da Comunidade vendo-lhe o mito liberal - este obtém - diretamente , através de seus preços administrados e indiretamente, pelo manejo do Estado -

70 Idem, Ibidem, pg. XII.

71 Idem, Ibidem, pg. XVI.

lucros diferenciais em relação ao sub-sistema que é mais débil, porque crê no mito. O desbalanceamento de poder entre os dois sub-sistemas gera 'mil e uma mazelas', desde desigualdades na repartição de rendas (Galbraith fala de lucros) e na má orientação da política econômica, que adota como - seus os objetivos permanentes do sub-sistema de planejamento, até itens que Hobson havia considerado integrantes do Bem Estar Humano, situados no terreno do convívio social e exercício de potencialidades culturais.

EUCKEN fez uma primeira generalização do enfoque de S. MILL. "O problema da distribuição é, para todos os indivíduos, o problema primário da política econômica; daqui partem os mais intensos movimentos político-econômicos dos tempos modernos".⁷² Galbraith coloca o problema da repartição de poder presidindo o econômico, o social e o cultural. Alterada por uma reforma a repartição de poder entre os dois sub-sistemas, haverá uma redistribuição material e cultural. A partir desta colocação derivam-se as grandes linhas do que denomina a "Teoria da Reforma", compreendendo dois passos :

- a) o primeiro e fundamental passo "é conseguir a emancipação da crença - a qual Galbraith considera que já começou via Legislativo - de que os objetivos do sistema de planejamento são os do indivíduo"⁷³ Ou seja, a reforma tem que começar pelas consciências a través da derrogação do mito. Por conseguinte, o poder, em último termo, está subordinado à consciência;
- b) lógrada a reforma ideológica, são três as tarefas: fortalecer - via Estado - o poder e a competência do sistema de mercado 'vis-a-vis' o de planejamento, através de medidas tendentes a reduzir a desigualdade de lucro entre o sistema de planejamento

⁷² EUCKEN, W. "Grundsätze der Wirtschaftspolitik". Trad. Esp. Madrid, 1956, pg. 33

⁷³ GALBRAITH, J. R. "Economics". pg. 237.

e o de mercado, e melhorar o poder negociador do sistema de mercado; disciplinar os objetivos do sistema de planejamento fazendo com que eles sirvam ao interesse público e não que o definam; e, finalmente, controlar a economia (os dois sub-sistemas). ⁷⁴

Cabe notar inicialmente que Galbraith é, da mesma forma de Keynes, um grande vendedor, operando em outro mercado. Enquanto Keynes visou a Academia e a comunidade de negócios, Galbraith fala para o americano médio. Ainda que duvide pessoalmente da vendagem concreta de sua Teoria da Reforma, é inquestionável seu grande êxito editorial. Apoiando-se na imagem de sociedade aberta e consciente da força eleitoral de seus argumentos e denúncias, Galbraith lastreou muito dos discursos da 'New Frontier' kennediana. Valorizando a opinião pública e exaltando o Legislativo, Galbraith apoia-se em um mito obtido por um corte para combater o que considerar um mito. O mito liberal em versão vulgarizada pelo sistema oligopólico de um maniqueísmo elementar: o Estado é mau, a livre iniciativa é a boa. Galbraith faz um corte entre duas 'livres iniciativas'; uma má - a do sistema de planejamento - em pleno gozo de seu poder majoritário - e outra boa (a dos agricultores, prestadores de serviços, a poeira de pequenas e médias empresas, as minorias, etc...) - a do sistema de mercado. Feito este corte - sem dúvida eleitoralmente válido e profundamente inteligente no quadro americano - inverte a posição maniqueísta: o Estado é mau porque está sob o controle do sistema de planejamento: pode ser bom se estiver sob controle do bom sistema. O Estado não é mau, nem bom; é neutro. Depende de quem o controle. Você - sistema de mercado - pode controlá-lo. Porém, para isso precisa se conscientizar;

74 GALBRAITH, J. R. "Economics" pg. 234 passim.

se libertar do mito. Galbraith, como Keynes, é um gênio na escolha dos termos com conteúdos emocionais. Jogando para o mundo do oligopólio a expressão 'sistema de planejamento' (captada pelo americano médio com conotações negativas) e reservando para o grande eleitorado a expressão 'sistema de mercado' (com boas vibrações emocionais), faz uma jogada semântica inteligente. Não sei se o apelo à consciência é tão inteligente assim. Afinal, os mitificados não gostam de ser chamados de bonecos de engoço (o que é bom para os mitificadores

Aliás, as semelhanças de Galbraith, com Keynes não estão apenas na postura e na habilidade de venda de idéias. É também, a seu modo e para o paladar local, um 'cordon bleu', operando com materiais que não são de sua produção intelectual. Seu Estado deverá gastar - é um keynesiano - porém, não tanto na 'dialética dos armamentos ofensivos - defensivos', mas sim na direção de um 'Bem Estar Humano' (objetivo este Hobsoniano) - e de todos os homens de boa vontade: propõe uma mistura de Suécia com pitadas do Plano Malraux, e com o programa de desenvolvimento urbano inglês. A este respeito me assalta um dúvida: É o progresso técnico requerido pelo 'sistema de planejamento'? Será fornecido pelo seu programa? Não vi na Teoria da Reforma o modo de enfrentar o problema colocado por Hansen.

A idéia de tecno-estrutura é antiga no institucionalismo: Veblen sonhava como isso; Commons a mirava como uma tendência não muito alentadora; Berle a exultava. As fontes de poder da tecno-estrutura, a despersonalização da empresa, o corte acionista/gerente, estão em Schumpeter, em Keynes, nos anteriores institucionalistas, nos investigadores das estruturas financeiras, etc... A visão da empresa como um organismo em expansão é a de Commons.

A exploração do conceito de organização como pilar para entender o 'econômico' que notabilizou Boulding, é claramente um dos pilares de Galbraith. BOULDING considerava que a Teoria da Firma "deveria ser formulada estudando-se como a empresa, como instituição, assumia decisões tendo presente o meio ambiente (ecologia econômica) - que a circunda".⁷⁵

A idéia de que existe uma tendência no setor privado a articular um 'sistema de planejamento com preços administrados' foi, de certa forma, enunciada por WALKER, em 1943 : "Observamos simplesmente que as metas (dos agentes político-econômicos da comunidade) têm mais probabilidade de serem alcançadas mediante operações extra-mercantis do que pela espontânea coordenação das atividades de mercado".⁷⁶ WALKER entendia por operações extra-mercantis: práticas de articulação econômica, entre os diversos indivíduos ou grupos de comunidade, que não passavam pelo mercado, mas que estavam orientadas a atingir os interesses dos indivíduos ou grupos. A idéia de poder diferenciado para realizar operações extra-mercantis e uma clara opção por esta classe de operações é privilegiada por Walker para estabelecer sua diferença entre a Teoria e a Política Econômica. Galbraith nos diz que o 'sistema de planejamento' realiza operações extra-mercantis para administrar os preços e as - mentes.

75 BOULDING, K, "The Theory of the Firm in the Last Ten Years" In, "American Economic Review". Dez.-1942

76 WALKER, R. op. cit. pg. 153.

Para não alongar a lista, Boulding- (e muitos outros) dizia que inexistia modo de separar o econômico do político na medida em que se observa a Sociedade como um todo e que neste contexto não se pode ver o Estado como um deus 'ex machina'.⁷⁷ Galbraith soube, como Keynes, captar o que 'estava no ar' : frustrações acumuladas por uma prosperidade desumanizante e coisificante da pessoa humana, - etc.⁷⁸ Samuelson - com sua tardia conversão ao institucionalismo - deve deplorar a "bola" estar com Galbraith que cognominou: "O Sociólogo". Entrou um pouco atrasado na 'onda' devido a - esta é uma hipótese - ter estado ocupado separando o 'joio do trigo'.

Finalmente, Galbraith, como Keynes, é um conservador, que pretende tudo mudar para que tudo permaneça, etc... Opera num mercado mais difícil do que Keynes. Se realizar a grande venda - não de 'best sellers' - certamente no futuro, falar-se-á de uma revolução galbraithiana (porém - tenhamos presente que sua mercadoria não vai para o mercado - com 'demanda efetiva' garantida).

Em relação ao pensamento galbraithiano no me ocorrem uma reflexão e uma pergunta. A reflexão remonta à incrível vitalidade das proposições reformistas que com distinta sofisticação ressurgem com periodicidade. A pergunta é :-Tendo reconhecido que o mundo de oligopólio detém um poder definido como a capacidade de "impor seus objetivos a outros" e que "o sistema de planejamento mantém íntima relação com o Estado",⁷⁹ Como se conseguirá a "emancipação da crença" ?

77 BOULDING, K. "A Reconstruction of Economics". Nova Iorque, 1950.

78 Alguns dos melhores narizes da profissão também estão captando emanções. Considero a recente 'profissão de fé' - institucionalista, de SAMUELSON, uma prova indireta de minha proposição.

79 GALBRAITH, J.A. "Economics". pg. 155.

Para isto deverá funcionar o Legislativo. Porém, o próprio Galbraith, que adula tanto e repousa tantas esperanças nessa instituição, que "é a voz natural - do objetivo público contra o objetivo tecnocrático" ⁸⁰ nos diz que : "O sistema de mercado (setores e segmentos não oligopolizados) se aproxima do Governo através do Legislativo: - embora altamente visível, essa relação se efetua com o setor do Governo cuja importância relativa vem declinando" ⁸¹ A pergunta é : Quem põe a campainha no pescoço do gato ? Não me parece fácil a resposta, pois o próprio Galbraith admite - na 'The Affluent Society' que 'à medida que uma sociedade se torna crescentemente opulenta, as necessidades vão sendo criadas cada vez mais pelo mesmo processo que as satisfaz". ⁸²

Confesso minha grande expectativa em assistir ao desfecho desta luta inter-institucional, ou se quisermos, inter-organizacional, que deverá se desenvolver - tendo de um lado um sistema (de planejamento), manejando o mito, e do outro a denúncia do mito ao sistema de mercado, - que contém em si o germen da boa sociedade.

Creio que Galbraith dará resposta à aquela pergunta em próximo livro, após o qual veremos o programa de remoção da crença sendo executado. Vou resumí-lo para satisfazer os ansiosos : a) reforma do ensino de Economia - a função do ensino econômico vigente resume-se em compreender os objetivos do sistema de planejamento -b) eliminação da distinção entre campos úteis e inúteis do saber e de toda e qualquer sugestão de existência de um padrão econômico de realização social através da reforma do sistema educacional; c) rejeição e resistência aos meios de persuasão das técnicas publicitárias; e d) mudança de perspectiva da burocracia pública

80 Idem, Ibidem, pg. 234

81 Idem, Ibidem, pg. 170

82 GALBRAITH, J. R. "The Affluent..." op. cit. 174

blica, que tem que se convencer de que a identificação dos objetivos do sistema de planejamento é algo diferente dos objetivos do público". 83

E a resposta de Galbraith deverá ser emocionante, pois muitos outros pensam como EUCKEN, que coloca : "Entretanto, a característica mais importante do desenvolvimento do Estado no sec. XX é o incremento do volume da atividade estatal e a diminuição simultânea de autoridade estatal : A desagregação do Estado ocorre de dupla maneira : em primeiro lugar, ao serem os interesses de grupo os que determinam sua política. Uma vez são grupos de poder individuais ou também combinações de vários grupos de poder; por exemplo, no caso de associações de industriais e sindicatos procederem de comum acordo em questões aduaneiras ou de proibições de importações. O Estado se nos mostra submetido a uma série de grupos de poder; em segundo lugar, estes grupos podem bloquear, por exemplo, empresas e sindicatos, impedindo a fundação de novas firmas". 84

Confesso minha grande curiosidade pela resposta de Galbraith, pois foi dito que o 'Sistema de planejamento' tem poder sobre o 'Sistema de Mercado', o que Eucken 'completou' , dizendo : Quem tem poder sobre o Estado e, 'urbi et orbi', o sistema de planejamento.

A 'Teoria da Reforma' de Galbraith e a observação de Eucken nos aproximaram de uma temática - que tem ocupado significativamente as atenções da ciência política contemporânea. Em paralelo à imersão do 'Estado' na substância do econômico, a 'ciência política oficial' vem - concentrando suas atenções em questões tais como : Como o

83 GALBRAITH, J.R. "Economics". 241/3 passim.

84 EUCKEN, W. op. cit. pgs. 458/60 passim.

Estado decide ? Que processos de consulta realiza ? Quem do setor privado atua sobre o Estado ? Como atua ? Com que mecanismos ? Quais são os grupos mais poderosos ? Porque são poderosos ? etc. ⁸⁵ Na difusa fronteira entre o trabalho de anteriores institucionalistas e cientistas políticos preocupados com estas questões, provavelmente se oculta o 'Johansen' de Galbraith.

A categoria mais importante deste tipo de abordagem da ciência política é a noção de grupo como um conjunto de indivíduos que, em um dado momento, no quadro de uma estrutura determinada, têm interesses comuns e atuam informados por estes interesses sobre o Estado. O processo político-econômico consistiria em respostas do Estado, às múltiplas, e por vezes contraditórias, pressões destes grupos. "Estas pressões se exercem através de gestões diretas, campanhas de relações públicas, de imprensa, indiretamente através de intervenções parlamentares, etc"... ⁸⁶

85 É abundantíssima a literatura sobre o tema. Sem a pretensão de indicar uma bibliografia mínima, o interessado pode consultar : MACPHERSON, C. B. "Progres Technique et Decision Politique". In "Revue Internationale des Sciences Sociales. nº 3, 1960; PERROUX, F. "La Macro-decision". In "Economie Appliquée". nº 2, 1949; HERMANN, R. W. "La Politique du Patronat Français 1936/55". Paris, A Collin, 1959; MEYNAUD, J. "Planificacion et Politique". "Études de Science Politique" - 1963; "La Planification comme Processus de Decision" A. Collin, Paris, 1965; SIDJANSKI, D. "Aclaraciones en Torno al Proceso de Decision: Decisiones Cerradas y Decisiones Abiertas "Revista del Instituto de Ciencias Sociales, Barcelona, 1966; LOGAN, E. B. "Lobbying" Annals of American Academy of Political and Social Science". 1929; BLAISDELL, D. C. "Economic Power and Political Pressures". In "Temporary National Economic Committee Monographs", nº 26, 1941; HERRING, E. P. "Public Administration and the Public Interest" - 1936; DAHL e LINDBLOM "Economics and Welfare" - 1953 ; SHACK , G.L.S. "Decision, Order and Time"-1961; etc...

86 BILLY, J. op. cit. pg. 30 ainda na pg. 29. "As pressões recebidas contribuem a desviar a ação governamental apartando-a de seus objetivos iniciais : umas vezes a freiam, outras a aceleram. Provém de múltiplos grupos de pressão ou 'lobbies', representantes e defensores de interesses particulares".

Existe toda uma complexa terminologia desenvolvida para este enfoque. Os grupos podem ser virtuais (inorgânicos ou difusos) ou efetivos; de 'interesse', quando regulam e controlam com meios próprios as relações - de seus membros com terceiros que não o Estado; e de 'pressão' quando orientados para o Estado. Distinguem-se, ao nível do Estado como ponto focal, as pressões recebidas de opiniões solicitadas; as decisões estatais podem ser, por sua vez; 'fechadas' ou 'abertas'; etc... Entretanto, além do esforço por criação de novos conceitos e esquemas para formalizar suas abordagens dos processos político-econômicos a aquele enfoque conduziu a que se colocasse de forma documentada uma série de observações. Escutemos alguns analistas de grupos de pressão.

Este ângulo de abordagem do processo político-econômico adota como suposição mansa e pacífica o colocado por JOHR : "O Estado representa o poder mais importante para a Economia, ou, como também poderemos dizer - se aderirmos ao uso idiomático que iguala o 'poder' com 'quem detenta o poder' : o poder mais importante é o do Estado.⁸⁷ Entretanto, este 'poder' do Estado de que fala Johr se confunde com o painel de instrumentos de ação direta e indireta de que está dotado o Estado como instituição e não 'poder' no sentido weberiano . "Poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda que contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade".⁸⁸ O poder, entendido como capacidade de, agindo sobre outros entes sociais, impor a própria vontade, está distribuído entre os grupos de interesse que atuam sobre o Estado como grupos de pressão.

87 JOHR, W. A. op. cit. pg. 231

88 WEBER, M. "Wirtsschaft und Gesellschafts , Grundriss der Verstehenden Soziologie". Trad. Esp., Mexico, FCE, 1944, - pg. 43

MEYNAUD nos diz: "A constelação dos grupos de pressão reflete fielmente as estruturas sócio-econômicas e os conflitos ideológicos do país em exame...de uma nação para outra existem diferenças significativas. Existem as diferenças devidas às proporções respectivas dos grandes-setores da atividade econômica no produto nacional".⁸⁹

SIDJANSKI : "A maioria dos cidadãos parece excluída deste diálogo entre o poder político e poder econômico; com efeito, o crescente tecnicismo das tarefas em ampliação do Estado faz mais difícil a participação e mais precário o controle dos cidadãos".⁹⁰

MEYNAUD, em outro trabalho, afirma :
"Sem a menor dúvida, uma das grandes fontes de intervenção - do Estado, um dos grandes fundamentos da política econômica, consiste num esforço de proteção, sob pressão dos grupos organizados que pretendem conservar e proteger as situações adquiridas por todos os meios de ação possíveis".⁹¹

"Em síntese, a política econômica se traduz amiúde por uma certa tendência à inação, à busca de - compromisso, etc. Poderia ser de outro modo, posto que a política econômica pretende, mediante opções, modificar uma realidade cuja trama mais sólida está composta por forças autônomas que são convocadas precisamente para serem os agentes-das mudanças projetadas ?" se pergunta BILLY, a respeito da característica tendência conservadora da política econômica.⁹²

89 MEYNAUD, J. "Los Grupos de Pression". Buenos Aires, Eudeba, s/d, pg. 10. passim.

90 SIDJANSKI, D. op. cit. pg. 13.

91 MEYNAUD, J. "L'Élaboration de la Politique, Economique" op. cit. pg. 74

92 BILLY, J. op. cit. pg. 30

O curioso contraponto que podemos montar cotejando as posições metodológicas abordadas na primeira parte deste trabalho e as proposições e receitas sumariadas na segunda parte com a franca perplexidade e honesto reconhecimento da presença de: poder (econômico e extra-econômico), grupos e classes com interesses divergentes, o Estado como objeto, e o processo político-econômico como a interação de complexas forças sócio-econômicas; não se apoia apenas em contribuições recentes da ciência e da prática social de uma economia com 'Estado' embutido no cerne da substância econômica.

Podemos, remotando ao pensamento pré-liberal, aos primeiros esforços de reflexão neste domínio, encontrar as idéias de poder, grupos, interesses, etc.; podemos igualmente, em uma introjeição, encontrar, a partir de certa época, claros indícios do prodigioso esforço para remeter ao subterrâneo do pensamento a reflexão sobre aquelas categorias. A ingenuidade sempre foi a 'pele de carneiro' com que a 'ciência oficial' revestiu sua consciência lupina.

A revalorização e o interesse com que os historiadores do pensamento econômico, a partir da década dos trinta, passaram a examinar o chamado pensamento mercantilista, revela a incrível atualidade de muitas de suas abordagens - não é à toa que Keynes ocupa o capítulo vigéssimo terceiro da 'Teoria Geral' com algumas das idéias do Mercantilismo. Sua desvalorização ao longo do século dezenove - com poucas exceções, todas do "Underground" Dupont-White, etc. - revela a eficácia ideológica da crítica liberal. ⁹³ Sob a

93 O monumental trabalho de HECKSCHER, E. "Mercantilism" (1a. ed. alemã em 1932, e 1a. ed. inglesa, Londres, Allen & Unwin, 1935) é o grande marco 'oficial' desta redescoberta dos mercantilistas. Porém, desde o início do século XX, diversos autores do 'underground' de então começaram a sublinhar a sensatez dos mercantilistas e a registrar a "surpreendente semelhança de suas recomendações com as políticas econômicas concretas" de então. O antiquado manual de GONNARD, R. "Histoire des Doctrines Économiques", de 1921, em seu Livro Segundo, dá maior importância à contribuição dos mercantilistas, considerando-a integrada por "doutrinas estranhamente próximas às de nosso tempo" e atribuindo isto à desarticulação econômica havida desde a 1a. Guerra Mundial. (Cf. GONNARD, pg. 41. Trad. Esp., Mexico, Aguillar, 1948)

denominação geral de mercantilismo os historiadores agrupam uma copiosa e díspar produção de recomendações político-econômicas 'ad hoc' às problemáticas de cada nação em particular. Basicamente, preocupados com os problemas da formação, consolidação e fortalecimento da nação, os mercantilistas - usualmente vertiam suas reflexões e recomendações sobre a forma de cartas ao Príncipe. São os legítimos precursores da atual e copiosa produção receitualistas - que é apresentada na maioria dos manuais de Política Econômica global e setoriais, para não fazer referência aos milhões de relatórios, artigos, etc... ao Príncipe atual: o 'Estado'.

As produções receptuais mercantilistas apresentam, entretanto, uma nota de interesse adicional - não tinham, em geral, a pretensão de estarem apoiadas em Teorias da Política Econômica e, em consequência, o seu pragmatismo confere um realismo, uma maior colagem ao real, pouco usual na produção contemporânea que se auto-qualifica como científica. A meu juízo, o que torna mais interessante o exame das posições mercantilistas é exatamente aquilo em que se baseou a crítica liberal para rejeitá-la como não ciência: sua sensibilidade ao histórico-concreto.

"O mercantilismo não é um sistema que signifique uma construção teórica de Economia Política", diz STAVENHAGEN (em um eco da crítica tradicional), "mas sim o conjunto das medidas de Política Econômica utilizadas (ou recomendadas) com o fim de aumentar o Bem Estar econômico das respectivas nações. O caráter econômico-social desta Política Econômica se expressou no empenho em fomentar, mediante o incremento das forças produtivas (comércio, manufatura e agricultura) tanto a Economia como o Estado (nacional), considerando a repercussão centralizadora de todas as medidas (desenvol

vimento integrado)." 94 "Premissa da política mercantilista foi o aproveitamento do maior número possível de fontes (produtivas) com possibilidade lucrativa no próprio país." 95

Os mercantilistas ibéricos e italianos se preocuparam de forma particular com os problemas monetários e associavam diretamente a riqueza da nação à quantidade de ouro (moeda) de que dispusesse. Refletindo os interesses de uma economia capitalista-mercantil, a preocupação central girou em torno de como evitar diminuições dos estoques de dinheiro. Dada a importância do comércio exterior, das relações com o comércio colonial, das regulações e sistemas de "assientos" para a determinação do estoque monetário, consederam particular atenção a diagnosticar e propor medidas de política comercial.

"A primeira fase do mercantilismo, em particular a que se aplica frequentemente o nome de 'bullionismo' - expressão criada pelos liberais em seu ataque às regulações e entraves ao livre comércio, foi dominada por um 'temor aos bens' estranho e teoricamente absurdo (aparentemente), que se prolongou durante boa parte da fase posterior. Porém, fazendo justiça aos mercantilistas, devemos reconhecer e apreciar o motivo determinante de sua doutrina, comparando as condições do período em que surge o capitalismo com as da época precedente. A riqueza feudal havia sido material e tangível, e consistia em terras, casas e bens semelhantes. A riqueza capitalista apareceu sob a forma de dinheiro, e ainda que esta, originária, deva ser convertida em materiais e trabalhos, a continuação

94 STAVENHAGEN, G. op. cit. pg. 5.

95 WEBER, M. "Wirtschaftsgeschichte". Trad. Esp., Mexico, FCE, 1942, pg. 292.

do comércio depende de sua reconversão - mais tarde ou mais cedo - em unidades monetárias. Sendo, pois, a moeda, pela primeira vez, o começo e o fim de todos os negócios, justifica-se - que os mercantilistas tenham concentrado sua atenção nela. A moeda se converte em capital para os negociantes ao privarem-se seus titulares da aquisição de novos bens finais. Se isto for certo, então, um aporte desta moeda no mercado de empréstimos tenderá a diminuir a taxa de juros, ao invés de elevar os preços dos bens finais. Uma redução das taxas de juros beneficia aos solicitantes de crédito."

"Todos os escritores mercantilistas, - desde Malynes até Petty, passando por Child, destacaram o efeito estimulante de uma taxa de juros reduzida na atividade dos negócios, desde que sua expansão depende do crédito destinado a financiar novas e amplas transações. É interessante destacar que os sermões medievais contra a usura - principal conteúdo da literatura econômica na Idade Média - foram reproduzidas - fielmente por estes mercantilistas que se propunham a todas as práticas e organizações medievais. Malynes, em particular, um homem de negócios como quase todos os outros, atacava violentamente os financistas, a quem acusava de encarecer artificialmente o dinheiro, ao destiná-lo a suas transações 'improdutivas' e subtraí-lo, assim, de seus legítimos, 'fins'." 96

Os mercantilistas franceses transpuseram para o nível da nação - percebida como a casa do Príncipe - a visão grega do econômico como a administração material do lar. MONTCHRESTIEN, em 1615, em seu "Traité d'Économie-Politique" sustentou: "O Príncipe deve aplicar ao Estado as leis de administração de um lar. A idéia era de que o Estado deveria - comportar-se, com respeito a si mesmo, como se se tratasse de - uma casa cujos limitados recursos devem administrar-se judiciosamente. A política econômica trataria das regras de uma boa

96 HEIMAN, E. "History of Economic Doctrines: An Introduction to Economic Theory". Trad. Esp., Buenos Aires, Arayú, 1954, - pgs. 36/7.

administração dos bens do reino. Sully (um dos principais - 'executivos' da política mercantilista francesa de desenvolvimento das manufaturas estatais) transforma, em seu "Sages et Royales Economies d'Etat Domestiques, Politiques et Militaires", consolida a visão de economia como a arte de administração das coisas materiais. A ênfase dos mercantilistas franceses no desenvolvimento manufatureiro e nas regulações para o incremento de valor agregado em suas produções primárias deve ser cituada dentro da visão do absolutismo francês: "O Estado sou eu." (Luiz XV).

Os cameralistas alemães - conselheiros e administradores dos múltiplos principados alemães - se preocupavam basicamente com o poderio da casa reinante - poderio da nação. "O pensamento dominante dos cameralistas guiava-se pela idéia de que a riqueza (e poder militar: um homem, uma espada) de um país depende do número de seus habitantes e do aproveitamento de suas forças produtivas, oferecendo-se com o incremento da população a possibilidade de aumentar estas forças (e as militares); considerava a tarefa do Estado o fomentar e lograr, por todos os meios imagináveis, semelhante incremento da produção em interesse de seu próprio poderio." 97

Um tema de particular interesse para os cameralistas era como aumentar a arrecadação fiscal, com o objetivo de aumentar e consolidar o patrimônio e o poderio militar do Príncipe e do Estado.

Os mercantilistas ingleses - menos preocupados com a consolidação da defesa militar - orientaram suas atenções para os problemas do comércio externo e os dos

97 STAVENHAGEN, G. op. cit. pg. 10.

modos de fortalecer o comércio inglês. Associavam as medidas de fortalecimento do balanço comercial com o fortalecimento das forças produtivas. Seu interesse pelo comércio externo resulta de uma derivação lógica. Um país, dotado de minas de prata e ouro, pela natureza, pode explorá-las; em outros países, o comércio externo tem que substituir a ausência de minas. A esperança fundamental dos mercantilistas era ganhar ouro e prata por meio do comércio externo; seu principal temor era o de perder metais preciosos por esta via. Conjuntamente com a promoção interna do comércio e da manufatura, o controle do comércio exterior foi, em consequência, a maior preocupação de todos estes escritores.

Um país obtém ouro em pagamento pelo excesso de suas exportações sobre suas importações e tem que pagar em ouro pelo excedente das importações sobre as exportações. Aumentar as exportações e evitar as importações era, pois, o programa dos mercantilistas. Desde logo, a balança de comércio incluía somente as exportações e importações propriamente ditas, e não todos os restantes créditos e débitos produzidos pelas transações internacionais (serviços da dívida externa, fretes marítimos, prêmios de seguros, etc.) O que interessava, em última instância; era este balanço de pagamentos que incluía dentro de suas cifras a 'balança de comércio'. Thomas Mun elaborou uma lista dos itens que figuram dentro do balanço de pagamentos.

De acordo com esta política de comércio exterior, foram sancionadas leis de navegação para obrigar os estrangeiros - particularmente os habitantes das colônias - a utilizar os serviços nacionais de navegações e, ao mesmo tempo, para evitar que seus barcos trouxessem produtos estrangeiros aos portos nacionais. A balança de importação/exportação foi substituída pelo antigo procedimento das tarifas (internas),

que eram agora unificadas e concentradas nas fronteiras, como uma linha de defesa exterior para preservação (proteção) das reservas de ouro.

De acordo com isto, as discussões mercantilistas se concentravam na busca do melhor sistema de tarifas aduaneiras, ainda que o procedimento correto para garantir uma balança de pagamento favorável, por intermédio das barreiras aduaneiras, já tivesse sido formulado por BODIN: "imposição de tarifas proibitivas à exportação de matérias primas que pudessem ser elaboradas pela mão-de-obra (indústria) local; tarifas reduzidas à importação de matérias primas inexistentes no país e à exportação de produtos manufaturados." 98

É importante notar que, com o desenvolvimento das forças produtivas com o acúmulo de observações, a discussão mercantilista começou a pesquisar o fundo de suas recomendações, abandonando a posição conselheiral meramente receptualista típica dos primeiros autores. Esta perspectiva do mercantilismo maduro funcionou como arauto da revolução liberal que se avizinhava. William Temple, na Inglaterra, atribuiu a riqueza de uma economia tanto ao trabalho humano quanto à fertilidade do solo. CANTILLON, na França, com seu "Essai sur la Nature du Commerce en Général" diz: "A terra é a origem da matéria donde se extrai a riqueza; a forma que a produz é o trabalho do homem e a riqueza mesma não é mais que o alimento, as comodidades e os prazeres da vida". Porém, estes arautos de uma mudança de 'approach' não abandonaram a idéia de que a riqueza comparativa dos Estados era função da quantidade de dinheiro que possuíam. Na verdade, como já foi demonstrado, o objetivo de monetização da economia e a percepção do primado do capital percebido como dinheiro para a captação do excedente via comércio são os denominadores comuns do pensamento mercantilista.

98 HEIMAN, E. op. cit. pgs. 39/40.

O autor inglês que melhor anuncia a 'cientifização' da economia foi James Steuart que com seu 'Inquiry into the Principles of Political, Economy' (1767), se propôs a encontrar a fundamentação 'analítica' para a política econômica. "O que Steuart pretende com a sua exposição dos princípios políticos não é fornecer regras práticas para o proceder, mas sim a investigação das possibilidades - para dar forma (e base) à política econômica orientada para os objetivos mercantilistas." ⁹⁹ Steuart se propôs a uma Teoria da Política Econômica e tem sido objeto de uma reabilitação intelectual intensa (mais do que justa em tempos do 'Estado'). ¹⁰⁰

Poderíamos assim resumir o mercantilismo:

- a) O Bem Estar de uma nação e o poderio de sua economia nacional dependem : (1) de sua população e de seu crescimento demográfico, bem como (2) do incremento da massa de metais preciosos no país - condição para a monetização de sua economia, e do (3) fortalecimento de sua burguesia comerciante. (Schroeder disse: "Um país se faz tanto mais rico quanto mais dinheiro ou ouro receba da terra ou de alguma parte, e tanto mais pobre quanto mais ouro saia dele".)
- b) O comércio exterior deve ser tão estimulado quanto possível, porque, se seu saldo é favorável, se converte no mais importante "dos meios que fazem um reino sem minas abundante em ouro e prata (Serra)".
- c) O comércio e a manufatura são setores mais importantes da economia nacional do que a agricultura "Um marinheiro equivale de fato a três agricultores. (Petty)".

⁹⁹ STAVENHAGEN, G. op. cit. pg. 7.

¹⁰⁰ A respeito ver MEEK, R.L. op. cit. cap. 19 pgs.11/29.

- d) O Estado - sujeito todo-poderoso- tem que, para seu fortalecimento (desenvolvimento de seu poderio político na competição política internacional) fortalecer o comércio- produtor da riqueza podendo, para tal acionar toda e qualquer medida político-econômica. 101

Estamos nos umbrais da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. A Economia Política, já em gestação em Cantillon e Steuart, alimenta-se em duas matrizes históricas, relativamente diferenciadas: uma Inglaterra com instituições políticas já modernizadas e plásticas à mudança, com uma industrialização já iniciada; e uma França com a rigidez de uma monarquia absoluta, uma sociedade altamente estamentalizada e sem mobilidade social vertical, com os impulsos industrializantes rigidamente contidos pelas ordenações mercantis e uma agricultura em regressão (durante o longo reinado de Luiz XIV (1660/1714) a população diminuiu de quatro milhões de habitantes e a força de trabalho agrícola, em uma terceira parte). 102 O radicalismo do pensamento político francês se contrapõe à bonomia do utilitarismo inglês.

Em matéria de Política Econômica, a contribuição francesa à Economia Política liberal provém da Fisiocracia e comunga da radicalidade das doutrinas do direito natural. Em contrapartida, a contribuição inglesa ao pensamento econômico liberal está impregnada do pragmatismo da 'tranquila Albion'. Estes dois vetores se amalgamam no cadinho de uma burguesia tranquila da segunda metade do século XIX, dando como resultado o Ideário liberal estereotipado que servirá em versões vulgarizadas junto à opinião pública e em versões sofisticadas nos laboratórios da Academia de principal apologia do 'status-quo'.

101 No resumo de STARK, W. op. cit. pgs. 20/21. Fiz algumas modificações substantivas.

102 CUSMINSKY, R.C. "Los Fisiócratas ". Buenos Aires, C.E.A.L., 1967, pg. 6.

Como nosso propósito, neste trabalho, não é uma reconstituição do pensamento econômico sobre Política Econômica, mas sim, e particularmente nesta parte do trabalho, eliminar quaisquer dúvidas residuais sobre a ingenuidade da 'ciência oficial', peço a paciência dos meus leitores para destacar alguns pontos sobre estes dois vetores, a Fisiocracia e a Economia Política Inglesa, que são de utilidade para nosso desiderato.

A Fisiocracia se notabilizou por sua teoria do circuito econômico, inspirada em sua visão crítica da organização social francesa do século XVIII. Em resumidas linhas, a teoria do circuito econômico realiza a seguinte - 'demarche' resumida por ROLL: "A terra é possuída pela nobreza e clero, porém, quem a cultiva são os agricultores que a arrendam, os quais são, por conseguinte, a classe verdadeiramente produtora. O 'produit net', que eles criam tem que servir não somente para a satisfação de suas próprias necessidades, mas também para as necessidades dos proprietários da terra (incluindo o Rei, a Igreja, os funcionários públicos e todos os demais que dependem das rendas de arrendamento obtidas pelos proprietários, e as necessidades da classe estéril (artesãos, comerciantes, etc.). 103

Assim, a teoria do circuito econômico lastreava a idéia de uma ordem natural no econômico que foi um dos fundamentos do pensamento liberal. STARK diz a respeito do circuito, que dele "resultam determinadas consequências político-econômicas, já que o circuito econômico, segundo os fisiocratas, podem funcionar sem obstáculos, bastando para tal que não seja perturbado por intervenções humanas, especialmente, legislativas". Deste discurso, deveria-se: "a teoria da distribuição

103 ROLL, E. "History of Economic Thought." Trad. Esp., México, FCE, 1942, pg. 12.

de Quesnay, apoiada na realidade de seu tempo, nos proporciona também a chave de sua doutrina da tributação... como os fisiocratas conceberam que todas as riquezas afluíam aos bolsos da nobreza, eles aspiravam gravar somente a renda - dos nobres ". 104 É um erro, entretanto, imaginar que os fisiocratas, radicalmente, reduziam a Política Econômica - apenas a um imposto sobre a nobreza. STAVENHAGEN coloca: "Quesnay considerou lícitas e até necessárias as intervenções na Economia, enquanto não se tenha logrado ainda o estado - ideal da ordem natural". 105

Vejamos - com o propósito de apoiar Stavenhagen - uma seleção condensada de preceitos QUESNAY sobre Política Econômica: 106

- a) que a autoridade soberana seja única e superior a todos os indivíduos da Sociedade e a todas as empresas (atividades) injustas dos interesses - particulares;
- b) que a propriedade dos bens raízes e das riquezas mobiliárias seja garantida àqueles que são seus possuidores legítimos;
- c) que o imposto não seja destrutivo ou desproporcional à massa da renda da nação; que seu aumento siga o aumento da renda; que se estabeleça - imediatamente, sobre o 'produit net' dos bens raízes e não sobre os salários dos homens, nem sobre os gêneros;
- d) que os adiantamentos (subsistência do agricultor) dos cultivadores sejam suficientes para fazer - com que renasça anualmente, mediante os gastos - de cultivo da terra, o maior produto possível;

104 STARK, W. op. cit. pg. 35.

105 SETAVENHAGEN, G. op. cit. pg. 7.

106 Esta seleção foi retirada de QUESNAY, F. "Máximas Gerais de um Reino Agrícola", passim. texto reproduzido em CUSHINSKY, R. C. op. cit. pgs. 45/60.

- e) que a totalidade das somas da renda entre na circulação anual e a percorra em toda a sua extensão; que não se formem fortunas pecuniárias (entesouramento líquido zero);
- f) que o governo econômico se ocupe exclusivamente em favorecer os gastos produtivos e o comércio dos gêneros do país e que deixe a seu próprio impulso os gastos estêreis;
- g) que uma nação que possui um grande território para cultivar dê preferência ao desenvolvimento agrícola;
- h) que uma parte da soma das rendas do país não vá ao estrangeiro sem devolução, em dinheiro ou em mercadorias;
- i) que se evite a deserção dos habitantes que levam suas riquezas para fora do reino;
- j) que não se acredite que o baixo preço dos bens é vantajoso para o povo pobre, pois o barateamento das mercadorias faz baixar o salário das pessoas do povo, diminuir seu Bem Estar, criar-lhes menos trabalho e ocupações lucrativas, e aniquilar a renda da nação;
- k) que não se diminua o Bem Estar das últimas classes de cidadãos, porque eles não poderiam contribuir suficientemente ao consumo das mercadorias que não poderiam consumir-se senão no país, o que seria diminuir a reprodução e a renda da nação;
- l) que os proprietários e aqueles que exercem profissões lucrativas não se entreguem a poupanças estêreis que retrairiam uma parte de suas rendas ou de seus lucros;
- m) que a nação não sofra perdas em seu comércio recíproco com o estrangeiro;

- n) que ninguém se iluda por uma vantagem aparente do comércio com o estrangeiro, porque amiude há perda para a nação que recebe um excedente em dinheiro e esta perda resulta em prejuízo da distribuição e reprodução das rendas;
- o) que se mantenha a inteira liberdade de comércio; a política mais garantida, mais exata, mais proveitosa à nação e ao Estado consiste na plena liberdade da competição;
- p) que se preste menos atenção ao aumento da população e mais atenção ao incremento das rendas;
- q) que o Governo se ocupe menos de poupar que das operações necessárias para a prosperidade do reino, porque gastos muito grandes podem deixar de ser excessivos pelo aumento das riquezas;
- r) que não se esperem recursos para as necessidades extraordinárias de um Estado senão da prosperidade da nação, e não do crédito dos financeiros, porque as fortunas pecuniárias são riquezas clandestinas que não conhecem Reino nem Pátria.

À parte da notável atualidade de muitas destas recomendações, cabe registrar que em que pese o radicalismo francês, Quesnay não está traçando exatamente o quadro de um Estado Liberal. Outro fisiocrata, DUPONT DE NEMOURS, esclarece o sentido de Economia Política para sua escola em carta à Jean Baptiste Say: "Você supôs que nossa ampla maneira de considerar aos governos era a Política e não a Economia Política... O uso de nosso idioma (o francês) limitou o sentido da expressão isolada 'a Política' às relações diplo

máticas ou militares com outras nações ou outros soberanos. Esta é a ciência de Maquiavel, do cardeal de Richelieu, de Bonaparte. Porém, a Economia Política é a da Justiça Ilustrada em todas as relações sociais internas e externas". 107

Já tivemos oportunidade, utilizando a ampla informação proporcionada por Robbins em outra parte deste trabalho, de registrar o relativismo liberal dos países ingleses da Economia Política. Restaria registrar que em A. SMITH, da mesma forma que nos fisiocratas, subsistem reminiscências mercantilistas. Assim, Smith entende a Política Econômica como "um ramo dos conhecimentos do legislador e do homem de Estado, que propõe enriquecer simultaneamente ao povo e ao soberano, particularmente com objeto de proporcionar ao Estado renda suficiente para o serviço público". 108 Sabemos que na 'Wealth' ao serviço público ficou reservada uma Agenda que inclui investimentos de base e gastos sociais.

Outrossim, Smith tinha clara consciência da presença do poder no sentido weberiano e sua capacidade para impor-se supra o jogo econômico com objetivos ligados a perseguição da riqueza. O que a moderna ciência política chama de grupo de interesses era admitido implicitamente por Smith, muito preocupado com práticas extra-mercantis (ou seja, supra-mercado). Esta passagem entre muitas equivalentes, é reveladora: "Os patrões sempre estão em uma espécie de acordo tácito, em constante e uniforme combinação, para não subirem os salários dos trabalhadores acima do tipo existente." 109 As simpatias de Smith pelas uniões ope-

107 Carta de Dupont de Nemours a Say, de 22/4/1815. Cf. CUSMINSKY. pg. 137.

108 SMITH, A. "The Wealth of the Nations". Cit. por PRELOT, H. "La Science Politique". Trad. Esp., Buénos Aires, Eudeba, 1964, pg. 30.

109 Idem, Ibidem. cit. por WALKER, R. op. cit. pg. 153.

rárias provavelmente não eram estranhas ao seu reconhecimento da existência de 'acordo tácito'.

As duas vertentes constituintes do liberalismo econômico acreditavam que, pelo exercício da razão, seria possível explicitar uma Justiça Ilustrada, desenhar as adequadas Instituições para a Boa e Justa Sociedade. Sua concepção de Estado é a de uma Instituição pragmaticamente desenhada para esta Boa e Justa Sociedade. Pensavam em um Estado, sem dúvida e basicamente, mantenedor das regras do jogo, porém seu Estado não seria absolutamente uma instituição exangue e atrofiada. Poderia pragmaticamente ocupar posições no econômico, sempre que a construção da Boa Sociedade o exigisse. A hiper-trofia da crença na ordem natural providencial, a absolutização da concorrência, a fé irrestrita e incondicional no livre jogo das forças de mercado a despreocupação com a noção de poder extra-econômico e a visão maniqueísta do Estado são produções de seus seguidores. O processo de formação de uma imagem estereotipada de liberalismo econômico - do qual o "Principles" de S.MILL é possivelmente o maior documento - forja-se como ideologia de apologia do 'status quo' sob o fogo cerrado de movimentos reformistas. Estes movimentos reformistas são projeções - por distintas razões - da inércia (em movimento) desencadeada pelo discurso e pela postura reformista militante dos pais do liberalismo. Senão vejamos.

Ricardo desenvolve o pensamento de Smith preservando a postura da Economia Política como uma ideologia explícita. Utilizando o método dedutivo, constrói, a partir da teoria da renda diferencial e da teoria do valor-trabalho, uma teoria da distribuição. A Economia Política ricardiana é manejada como ideologia do livre comércio contra os interesses dos 'land-lords' em uma postura militante a fa-

vor dos interesses industriais. É igualmente uma defesa dos interesses nacionais ingleses na montagem de um padrão de divisão internacional do trabalho que possibilite a confirmação da hegemonia inglesas. Malthus faz-lhe contraponto, articulando sua Economia Política como ideologia conservadora. Seus respectivos discursos conferem uma perspectiva pessimista em relação ao capitalismo e ao quadro social emergente da industrialização. Ricardo e Malthus introduzem uma componente paradoxal: "A singularidade de sua atitude" - diz GONNARD referindo-se a Ricardo e Malthus - "Consiste em que, havendo despojado as leis naturais de seu caráter otimista e benfeitor, nem por isto deixam de defender o princípio segundo o qual se deve deixar que atuem livremente ditas leis". 110

Assim RICARDO defende o livre câmbio: "Em um Sistema de completa liberdade de comércio, cada país dedica seu capital e sua indústria ao que lhe parece mais conveniente. As aspirações do interesse individual coincidem perfeitamente com o bem universal". E continuando: "O livre câmbio permite extrair o partido possível dos dons da natureza. Ao mesmo tempo, a ampliação da massa geral de produtos estende o Bem Estar por todas as partes; a troca une entre si as diferentes partes do mundo civilizado com laços comuns de interesse, com relações de amizade, e constitui, integrando-as, uma única e ampla sociedade". 111

Em defesa do livre câmbio, Ricardo aciona uma Teoria da distribuição baseada no valor-trabalho e na Teoria da renda diferencial. A Teoria da renda diferencial implica em que, à medida que aumentam a população e a procura de alimentos, têm que ser cultivadas terras cada vez inferiores (em fertilidade ou localização) com o que sobem os preços dos alimentos. A renda dos proprietários crescerá às expensas dos trabalhadores e industriais. O interesse do proprietário de terras - amparado por proteções

110 GONNARD, R. "Histoire des Doctrines Économiques". Trad. Esp., México, Aguilar, 1940, pgs. 330/1.

111 RICARDO, D. "On the Principles of Political Economy and Taxation". Trad. Esp., Madrid, Aguilar, 1955, pg. 105.

ã importação de alimentos - não se opõe, pois, somente ao do operário e ao do industrial, mas está em contraste com o interesse geral da Sociedade. "A tendência natural dos lucros é a queda pois com o Progresso da Sociedade e com aumento da Riqueza, a quantidade adicional de alimentos de que se necessita é obtida com um trabalho cada vez maior."¹¹² "Tudo o que aumenta os salários reduz os lucros." ¹¹³ "Sempre será certo que os lucros dependem da carestia ou do baixo preço dos salários; porém, os salários estão regulados pelo preço dos gêneros de primeira necessidade e se estribam, principalmente, no preço dos alimentos." ¹¹⁴ Por conseguinte, "a tendência geral, por parte do operário, é a piorar, e por parte do proprietário de terras é, a melhorar". ¹¹⁵

Uma reforma social no sentido do livre câmbio retiraria provisoriamente as vantagens dos proprietários de terra locais; porém, no longo prazo, a acumulação de capital e o crescimento demográfico conduziriam o Sistema ampliado a nível mundial à estagnação. Ricardo era contrário a práticas assistencialistas e era hostil a qualquer intervenção no mercado de trabalho." Da mesma forma que outro qualquer outro contrato dos salários devem ser submetidos à competição franca e livre do mercado, nunca entorpecidos pela ação do governo." ¹¹⁶ Porque isto desestimularia os industriais a aplicarem seus capitais."Retirar-lhe esta convicção (do capitalista) de poder desfrutar as vantagens de seus investimentos implicará no aniquilamento da metade da indústria produtiva do país e será mais fatal para o pobre trabalhador do que para o rico capitalista".¹¹⁷

¹¹² RICARDO, D. "On the Principles of Political Economy and Taxation". pg- 84.

¹¹³ Idem, Ibidem. pg. 92:

¹¹⁴ Idem, Ibidem. pg. 93.

¹¹⁵ Idem, Ibidem. pg. 39.

¹¹⁶ Idem, Ibidem. pg. 91.

¹¹⁷ HENRYLACH. "Works of Ricardo". (1852). Cf. NEWBURN, P.C. op. cit. pg. 114.

Malthus, em controvérsia com Ricardo, levantou o problema da procura em nível de emprego. Em defesa dos 'land-lors', falou da superioridade de uma divisão do trabalho intra-nacional, ou melhor, de uma nação normal. Porém, sua visão é igualmente pessimista. Com respeito ao problema demográfico, somente vê possibilidade não - catastrófica no 'moral constraint'. Ricardo, igualmente - pessimista, tem uma estranha passagem em que parece sugerir uma pedagogia 'consumista' como defesa contra a pressão de mográfica: "Os amigos da humanidade não podem deixar de desejar que em todos os países as classes trabalhadoras tenham gosto pelas comodidades e prazeres, e deveriam ser estimuladas por todos os meios legais a procurá-las. Melhor garantia contra uma população superabundantes não existe. Naqueles países em que as classes trabalhadoras sentem menos necessidades e se contentam com o alimento mais barato, o povo está vulnerável às maiores vicissitudes e misérias". 118

Por conseguinte, a Economia Política inglesa constrói uma visão macroscópica da produção e repartição capitalista que conclui pessimisticamente quanto ao futuro desta formação social sem deixar vislumbre de alternativa numa quadra histórica onde a industrialização, abrindo caminho, está provocando uma pauperização massiva. Estava dado, pois, o clima subjetivo e objetivo para o florescimento de - proposições reformistas, tratadas pelos manuais de pensamento econômico usualmente sob o título geral de socialismo utópico. Estava igualmente dado o quadro para que a contestação política da hegemonia inglesa fosse feita sob a forma de uma impugnação parcial e/ou total da economia política liberal. Finalmente, como uma curiosidade, permitia a aparição de um estranho 'underground' neo-mercantilista (Dupont-White). Componentes subjetivos são, a meu ver: a tradição da Economia Política como ideologia explícita e reformista; a noção de excedente e as categorias de valor-trabalho e renda diferencial;

118 RICARDO, D. "Principles of Political Economy". op. cit. pg: 67.

as projeções pessimistas quanto ao futuro do capitalismo; a demonstração livre cambista da inconveniência de proteção a atividades econômicas internas. Como principais componentes objetivas temos a visão inicial de um quadro social pouco brilhante com aceleração inicial da industrialização e a emergência de novas forças sociais, produto do processo proletarização-urbanização e a hegemonia da indústria inglesa.

Armada com a fé na razão iluminadora do mundo e em busca da Boa Sociedade, toda uma primeira floração de reformadores da reforma liberal se sucedeu aos primeiros clássicos liberais. A partir de Ricardo, surge uma nova safra em um processo de reexame do sistema capitalista, que culmina com o aparecimento da Crítica da Economia Política. Em simultâneo, desenvolve-se a reação denominada pelo Prof. Popper 'historicista' que questiona a Economia Política Liberal em seu método e em suas recomendações político-econômicas, na medida em que a Doutrina do livre câmbio aparece como um veto teórico à possibilidade de fortalecimento das economias nacionais ainda não (ou escassamente) industrializadas.

Passemos uma rápida vista de olhos sobre estas duas reações à Economia Política Liberal. Inúmeros pensadores apresentaram propostas comumente englobadas sobre a denominação geral de socialismo utópico. Suas avaliações do capitalismo emergente caminham desde proposições corretivas parciais (tipo legislação de previdência social); à eliminação radical da propriedade e do Estado. Alguns defenderam formas alternativas de gestão social, outros preconizaram a conquista do Estado. Alguns pretenderam reconstruir um agrarismo bucólico, outros propuseram uma profunda reforma da consciência moral. Apenas a título de ilustração, registremos 'flashes' destas posições que têm por denominador comum a postura de reformador autorizada pelo Iluminismo, o desgosto com o capitalismo industrial, a criatividade para imaginar institui

ções justas e, salvo muito poucos casos, o apelo à reforma de consciências.

Saint-Simon, grande inspirador de Comte, em uma extensa obra propunha a extinção do poder político, substituído pelo poder dos industriais. 119

FERGUSON assim resume a proposta de Saint-Simon: "Na sociedade organizada (sob o comando dos industriais), tudo seria para o trabalho, e os direitos de competição, propriedades, heranças e liberdade pessoal estariam subordinados ao bem comum". 120

Saint-Simon formou uma Escola com discípulos bastantes mais radicais que o mestre. Assim, Bazard considerou que o direito de propriedade era a causa da miséria social e da pauperização da classe trabalhadora. Sugeriu que o Estado fosse o único herdeiro das propriedades e que, por extinção do direito de sucessão, atingir-se-ia uma sociedade justa. Junto com Enfantin, desenvolveu a concepção de um controle, pelo Estado, do processo produtivo, através de uma centralização das operações financeiras e bancárias. Isto porque não pensavam em uma propriedade coletiva, mas sim em uma redistribuição da propriedade através do Estado mediador (devido à derrogação do direito de sucessão). PECQUER, outro discípulo de Saint-Simon, em sua 'Théorie Nouvelle d'Économie Sociale et Politique' (1842), fala da tendência à concentração da propriedade e do desenvolvimento sindical como fenômenos historicamente associados. Para a boa sociedade, imagina uma forma híbrida, com o Estado como proprietário dos bens de produção, fixando padrões de remuneração. Entretanto, sem explicar como, admite que os consumidores não serão controlados pelo Estado, o que significa que imagina um mecanismo de mercado acoplado à propriedade estatal.

119 SAINT-SIMON. "De la Réorganisation de la Société Européenne" (1814); L'Industrie (1817/8); Du Système Industriel (1821/22); Le Nouveau Christianisme (1825); etc...

120 FERGUSON, J.N. "Landmarks of Economic Thought". Trad. Mônica, PCE, 1948, pp. 105.

SISMONDI atacou a doutrina clássica, considerando-a estruturada do ponto de vista utilitário de uma economia dos comerciantes.¹²¹ Sismondi em uma linha que será, no sec. XX, retomada por Hobson, disse: "A riqueza é uma modificação do estado humano e somente referindo-nos ao homem podemos obter uma idéia clara dessa riqueza; é necessário saber se o homem pertence à riqueza, ou se a riqueza pertence ao homem."¹²² Em "Nouveaux Principes" procurou provar que a economia da livre concorrência possibilita um contínuo incremento da produção, porém fracassa na distribuição. Portanto, exige a intervenção do Estado, principalmente no que depois veio a ser denominado direito do trabalho e políticas assistenciais.

Outros reformadores propuseram fórmulas institucionais sem o Estado. Fourier, em diversas obras, defendeu um sistema social baseado em cooperativas de produção e de consumo (os famosos falanstérios).¹²³ A visão de Fourier, sob certos aspectos, se assemelha à proposta das comunidades 'hippies' atuais. Preside a concepção de Fourier de vida comunitária a idéia de uma plena e radical liberação individual, onde valores outros deveriam prevalecer sobre os econômicos. Fourier rechaça a idéia de maximização de Bem Estar material em favor de um Bem Estar moral. O Econômico deve estar subordinado a este outro nível. Fourier rejeita também a industrialização e pretende

121 As principais idéias de SISMONDI estão em "De la Richesse Commerciale".

122 SISMONDI em "Nouveau Principes", citado por SOULE, G. "Ideas of the Great Economists". Trad. Esp., Buenos Aires, Mirasoll, 1961, pg. 104.

123 FOURIER, C. "Théorie des quatre Mouvements". (1808); "Traité de L'Association Domestique et Agricole". (1822); "Le Nouveau Monde Industriel". (1829).

uma vida colocada à natureza, numa espécie de agrarismo humanizado e comunal.

Robert Owen, em extensa obra e pregação, explora a idéia da Livre Associação comunitária para a libertação social.¹²⁴ As cooperativas de Owen seriam o 'locus' de formação de uma geração 'não lupina'. A reforma da sociedade exigiria esta nova geração, que derrogaria o lucro porque este impede o operário de readquirir o produto de seu trabalho. O dinheiro deveria então ser eliminado e substituído por 'labour notes', como mediador autêntico e exato do valor.

Louis BLANC, em seu "Organization du Travail" (1839), propõe a tomada do Estado pelo poder operário. De posse do Estado, poderia criar os 'ateliers sociaux', que seriam cooperativas produtivas sob direção operária, porém sujeitas a padrões de organização uniformizados.

Proudhon, em "Qu'est-ce que la Propriété?" (1840) e "Les Contradictions Économiques" (1846), faz uma crítica da propriedade 'mais interna' do que a maioria de seus predecessores socialistas. Não se limitou a enumerar as consequências desagradáveis que engendra;¹²⁵ afirmou que o "proprietário que não cede nada de seu instrumento (a propriedade) exige eternamente que o paguem; sua propriedade não é mais que o direito de desfrutar e dispor do bem alheio".¹²⁶

124 OWEN, R. "A New View of Society". (1812); "The Book of the New Moral World". (1836-44); "The Revolution in the Mind and Practice of the Human Race". (1849).

125 GONNARD, R. op. cit. pg. 446.

126 PROUDHON "Qu'est-ce que la Propriété?" pg. 94. Cf. GONNARD, R. op. cit. 447.

Proudhon faz uma crítica das bases filosóficas da doutrina do direito natural; quanto às suas idéias sobre a Boa Sociedade, sua extensa obra permite interpretações ambíguas. Gonnard resume o sistema utópico de Proudhon em: - A posse substituindo a propriedade; o mutualismo como regra de distribuição; e o crédito gratuito.¹²⁷

O avanço da industrialização, a proletarização nacional, as tensões e lutas sociais, as tentativas de formação e o progresso de aglutinação do operariado tendem a superar a tonalidade predominantemente ética da primeira vaga de reformadores. Surge então uma segunda vaga de autores socialistas-cognominados pela 'ciência oficial' de 'filhos malditos de Ricardo'. Na Inglaterra (Thompson, em 1824), desenvolve o conceito de 'mais-valia'; Hodgkin, etc.); e na Alemanha (Rodbertus, Merlo, Lassalle, etc.), desenvolvem, a partir de Ricardo, rudimentos de uma crítica do Capitalismo. Em princípio, estes autores consideram a transferência da propriedade para o Estado como fundamental para a extinção da exploração do trabalho. Em uma linha paralela, também a partir de Ricardo, Bellamy e H. George defendem, nos Estados Unidos, reformas que corrijam o problema da renda diferencial da terra.

Com Marx, nasce a Crítica da Economia Política, que ressalta aos olhos do 'status quo' o 'calcanhar de Aquiles' da construção clássica. Marx não se preocupou diretamente com o estudo da Política Econômica. Seu esforço cognitivo esteve em obter, por redução teórica, as leis de movimento do sistema capitalista. Fez a Crítica da Economia Política e marginalmente rechaçou as colocações do socialismo utópico, mostrando seu caráter normativo-idealista.

127 Ver GONNARD, R. op. cit. pgs. 445/53.

Existe, entretanto, um ponto que deve ser agora sublinhado, porque é importante para desdobramentos subsequentes da 'ciência oficial' e seu 'under-ground', sobre a Teoria da Política Econômica. Referimo-nos à Teoria do Estado de Engels. As idéias de substituição do Estado, como símbolo de opressão de classe, por novas formas de organização social já haviam sido apresentadas e foram fonte inspiradora de muitas das proposições do socialismo utópico. S. Simon tinha por idéia principal a seguinte proposição: "Ponhamos a organização industrial no lugar do Governo e as forças econômicas no lugar dos poderes políticos". PRELOT resumiu o proposto por estas correntes socialistas utópicas ao dizer que "desejavam a desaparecimento do poder político, porém não somente em sua configuração contemporânea, mas sim em si mesmo, em sua essência".¹²⁸

O enfoque engiliano de Estado é totalmente distinto. Estudando as três formas principais com que se levanta o Estado sobre as gens - em Atenas, Roma e Germanos - disse: "O Estado não é de nenhum modo um poder exteriormente imposto à Sociedade; tampouco é a realização da idéia moral, nem a imagem e realização da Razão, como pretende Hegel. É um produto da sociedade quando chega a um grau de desenvolvimento determinado; é a confissão de que esta Sociedade se põe em uma irremediável contradição consigo mesma. A fim de que as classes antonistas, de opostos interesses econômicos, não se consumam a si mesmas e à Sociedade com lutas estérteis, faz-se necessário um poder que domine extensivamente a Sociedade e se encarregue de dirimir o conflito ou mantê-lo dentro dos limites da ordem".¹²⁹

128 PRELOT, M. "La Science Politique". Trad.Esp., Buenos Aires, Eudeba, 1964.

129 ENGELS, F. "El Origen de la Familia, la Propiedad y el Estado". Ed. Claridad, s/d., pgs. 194/5, passim.

Engels propõe uma interpretação geral para as práticas do Estado que, formulada em um alto nível de generalização, tem sido, a meu juízo, frequentemente aplicada sem mediações a situações histórico-concretas. "Tendo nascido o Estado da necessidade de refrear os antagonismos de classes, porém nascendo também no seio do conflito dessas classes, como regra geral o Estado é uma força da classe mais poderosa da que impera economicamente, e por meio do Estado se faz também classe preponderante desde o ponto de vista político, e cria desse modo novos meios de postergar e explorar a classe oprimida".¹³⁰ Esta proposição é qualificada por Engels: "Entretanto, por exceção, existem períodos em que as classes em luta estão tão bem equilibradas que o poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea com respeito a uma e outra".¹³¹

Enquanto os reformadores utópicos e posteriormente os marxistas questionam a Economia Política liberal, por outro flanco desenvolve-se, simultaneamente, outra linha de impugnação.

A Inglaterra liderou o processo da revolução industrial. Os países da Europa Continental - em especial a Alemanha e os Estados Unidos o broto robusto de além mar - não podem aceitar a Economia Política liberal, e em particular a Doutrina de livre câmbio/livre comércio, como sua 'ciência oficial'. Fazê-lo significaria aceitar o padrão de divisão internacional do trabalho proposto pela burguesia manchesteriana. Fazê-lo significaria renunciar, a nível teórico, a participar do processo de industrialização.

130 ENGELS, F. op. cit. pg. 197.

131 Idem, ibidem. pg. 198.

No 'broto robusto', o ideal de desenvolvimento autárquico e a imprescindibilidade de proteção aduaneira às atividades internas foi tema do processo de independência política. Em 1791, Alexander Hamilton, em seu famoso 'Report on Manufactures', havia defendido com eloquência a tarifa aduaneira de proteção para as indústrias locais e como instrumento de fomento à industrialização. Um livre comércio interno combinado com forte proteção externa foi a política econômica preconizada pelos políticos dos estados industrializados do norte do país, enquanto que os estados sulinos adotavam a linha do livre cambismo, dadas suas características de economias primário-exportadoras. Após a Guerra da Secessão, vitoriosos os nortistas, o padrão proposto por Hamilton se converteu na política oficial e tradicional dos Estados Unidos.

Carey fez a contestação, em nome do broto robusto da doutrina de livre câmbio.¹³² NEWMAN resume a posição de Carey: "Carey estendeu a proteção aduaneira a todas as classes de industriais e incluiu a agricultura no mesmo esquema. Atacou a preeminência industrial de Inglaterra, argumentando que o livre câmbio teria como fim lógico que ficaria um só país fabricante, que proveria as necessidades de todo o mundo e relegaria às demais nações a condição de fornecedores de matérias-primas. Defendeu o nacionalismo econômico como aspiração suprema de todos os países, sustentando que cada um deles devia desenvolver um sistema complexo no qual se conjuguem todas as indústrias e profissões. Este desenvolvimento está naturalmente impulsionado pela mútua coesão interna: a in-

132 CAREY, H. produziu extensa obra e seus textos mais importantes são: "The Past, the Present and the Future" (1848); "Principles of Social Science" (1858/9); "Harmony of Interests-Agricultural, Manufacturing and Commercial" (1852).

dústria é um mercado para a agricultura e esta é para a indústria".¹³³ Carey, além de investir contra a doutrina de livre câmbio e salientar os 'linkages' inter-setoriais, procurou contestar a Teoria da Renda de Ricardo - com o argumento de produtividade crescente da terra e primeira ocupação das menos férteis - e parece haver insinuado que as 'economias de aglomeração' poderiam afastar o estacionarismo clássico. Refletindo o 'boom' estadunidense, o tom de Carey é marcadamente otimista.

Na Alemanha, em outro cenário, coloca-se o problema da industrialização. Porém, é um cenário bem mais complexo do que o do 'broto robusto', porque está imbricado com o problema da constituição do Estado Nacional. A Alemanha chegou ao Século XIX com a problemática da unificação nacional em aberto. O Hegelianismo havia feito do Estado a suprema realização da Idéia Moral. O 'Sturm und Drang' transportava o romantismo idealizado de povo, cultura e tradição às ciências e às artes. Nas universidades e nas múltiplas e complexas administrações dos diversos reinos e principados alemães havia uma disciplina, a 'Kammeralwissenschaft', equivalente à 'ciência' da administração pública. Estes elementos formam o caldo de cultura de uma outra frente de contestação da Economia Política liberal. Esta contestação é denominada Escola da Nacional Economia. Dois autores principais constituem esta escola: Adam Muller e Friedrich List.

Adam Muller, em "Elemente der Staatskunst" (1809), se opõe ao método abstrato da Economia Política liberal, contrapondo uma concepção ético-orgânica da Teoria Econômica que considerasse a vida cultural da nação e suas necessidades. "A Economia não pode ser

133 NEWMAN, P.C. op. cit. pg. 156.

concebida como um conglomerado de sujeitos econômicos independentes (movidos pelo egoísmo) uma vez que, por cima da economia individual, representa uma totalidade".¹³⁴

A particularidade da Teoria de Estado de Muller reside na precedência do todo social sobre o indivíduo. Em outra obra, Muller considera necessário "incluir no cálculo econômico o tempo e o movimento, e colocar um quadro completo e vivo da economia estatal no lugar das idéias sumárias com as quais (a Economia Política clássica) tem sido plasmada até agora".¹³⁵

List publica em 1841 o seu "Das Nationale System der Politischen Okonomie", principal obra da escola. List faz a crítica da doutrina do livre câmbio e é um dos militantes do 'Zollverein', tendo formulado analiticamente o argumento da 'indústria nascente'. Não faz a defesa do protecionismo em termos tão absolutizados quanto Carey; sua proposição se refere apenas ao período em que a indústria é um broto frágil que a competição externa pode inibir. List faz sua a tese de Steuart: - A Economia Política deve extrair da prática suas doutrinas relativas ao comércio internacional e estabelecer suas regras para as necessidades do momento e para a situação peculiaríssima de cada nação, sem desconhecer suas futuras necessidades e as da humanidade como um todo."¹³⁶ A idéia de nação e de Poder Nacional domina o pensamento de List. "Sobre a natureza da nacionalidade como escalão intermediário que une a individualidade à humanidade, está baseada toda a construção de List."¹³⁷ List classifica diversos está-

134 STAVENHAGEN, G. op. cit. pg. 162/3.

135 STAVENHAGEN, G. op. cit. pg. 163.

136 LIST, F. "Das Nationale System der Politischen Okonomie" Trad. Esp., Mexico, F.C.E., 1942, pg. 32.

137 STAVENHAGEN, G. op. cit. pg. 165.

gios evolutivos das economias nacionais e propõe como máxi-
 ma que qualquer economia nacional deve ser desenvolvida a-
 té alcançar a última etapa - agricultura integrada ao co-
 mércio e à indústria - devendo o Estado criar as condições
 prévias para realizar esta exigência. Finalmente, List
 acusa a Economia Política clássica de não ensinar que meios
 uma não haveria que aplicar para ativar e valorizar as for-
 ças à disposição da nação com o objetivo de elevar o Bem
 Estar de um país pobre e débil. A prosperidade de uma na-
 ção não depende das riquezas acumuladas, mas sim do desen-
 volvimento de suas forças produtivas.¹³⁸ WHITTAKER diz:
 "List refere-se ao conceito de Economia como política de
 Estado e reflete a idéia de que os recursos e os objetivos
 nacionais podem se coordenar do mesmo modo que, em uma eco-
 nomia individual, o indivíduo considere o equilíbrio entre
 suas necessidades pessoais e os meios com que conta para
 satisfazê-las".¹³⁹ Whittaker faz uma leitura robbinsonia-
 na da Economia Nacional. (Tal é a inércia da candidez!) -
 List formula, pela primeira vez, o Nacionalismo Econômico
 como ideologia de construção e fortalecimento da Economia
 Nacional, com argumentos que em outras situações sempre se
 são invocados pelos povos 'fracos e débeis' contra a 'ciên-
 cia oficial' das potências.

Na França, o problema da industria-
 lização tem um original defensor: Jean Baptiste Say. Sua
 obra "Traité d'Économie Politique" (1803) e "Cours Complet
 d'Économie Politique" (1823/33) é basicamente interpretada
 como uma sistematização pedagógica das idéias de Smith e
 Ricardo. Say foi um ferrenho defensor da industrialização
 e do livre comércio; totalmente hostil a medidas de prote-
 ção aduaneira. Como então considerá-lo um defensor da in-

138 STAVENHAGEN, G. op. cit. pg. 165.

139 WHITTAKER, E. "A History of Economic Ideas". Trad. Esp.
 Mexico, F.C.E., 1948, pg. 318.

dustrialização? A charada é simples. Say aceitava da Fisiocracia a idéia de ordem natural e repudiava frontalmente sua 'agrariotrofia'. Via na proteção aduaneira praticada por Napoleão uma defesa da agricultura e um obstáculo ao desenvolvimento industrial. Por outro lado, a lei que o notabilizou foi formulada, como demonstrou Meek, como um contrargumento ao pessimismo conservador malthusiano. Say ocupa na França o papel de Ricardo (obviamente, sem o seu êxito).

Na segunda metade do sec. XIX surge na França um sucessor de Sismondi: Dupont-White.¹⁴⁰ Dupont-White aprofunda as proposições de política assistencial e de previdência social de Sismondi. Considera que a livre concorrência significa anarquia na produção. Considera que a livre concorrência significa anarquia na produção. Considera que "o regime liberal gera miséria crescente das massas operárias, aumento do número de proletários, concentração da riqueza em mãos de uma minoria cada vez menor, desaparecimento progressivo de todo o contato humano entre ricos e pobres, etc."¹⁴¹ Propõe ao longo de sua obra um programa que um planejador moderno do tipo megalômano inofensivo aplaudiria. Faz uma crítica da história liberal atribuindo ao Navigation Act de Cromwell e à lei dos pobres importância significativa no desenvolvimento Inglês. Denuncia em Malthus a hipocrisia que absolve os patrões da miséria operária arrojando a culpa à incontinência demográfica operária. Considera indispensável o sufrágio universal e diz que com o desenvolvimento econômico cresce inexoravelmente a ação do Estado.

140 DUPONT-WHITE, C.B. "Essai sur les Relations du Travail avec le Capital" (1846); "L'Individu et L'Etat" (1857); "La Centralisation" (1860).

141 VILEY, D. "Petite Histoire des Grandes Doctrines Économiques" Trad. Esp., Buenos Aires, Nova, 1960, pg. 235. passim.

A vertente da Nacional-Economia gerou a sua continuação, a chamada Escola Histórica Alemã. Creio ser extremamente difícil encontrar um denominador comum para a produção desta 'Escola'.¹⁴² Seu denominador comum seria a resistência ao método dedutivo em Economia e a proposta da Teoria Econômica como a histórica e universal. Os autores desta 'Escola' definem-se muito mais pelo que afirmam. Oscilam desde uma redução da economia à história ideográfica até a ambição de uma síntese histórica infra e super-estrutural sem privilegiar nenhum nível de organização social. Não concordo com STAVENHAGEN quando afirma que perseguiram "a economia de uma nação como um todo orgânico que evoluciona segundo determinadas leis 'naturais', sendo dever da ciência averiguar a conexão e os efeitos recíprocos entre os fenômenos éticos, políticos e econômicos de um povo".¹⁴³ Façamos uma coleção de contribuições da 'Escola Histórica' em apoio:

ROSCHER diz: "A sistematização da economia pública de um povo encontra sua mais clara expressão nas leis econômicas e nas instituições do Estado. Porém, manifesta-se igualmente sem intervenção do Estado, nas leis estabelecidas pelo costume, nas opiniões dos juristas e dos tri

142 ROSCHER, W. "Grundriss zu Vorlesungen über die Staatswissenschaft nach geschichtlicher Methode" (1843); HILDEBRAND, B. "Die Nationalökonomie der Gegenwart und Zukunft" (1848); KNIES, K. "Die Politische Ökonomie von Standpunkt der geschichtlichen Methode" (1853 e 1883); SCHMOLLER, G. "Grundriss der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre" (1900-1914); SOMBART, W. "Der Moderne Kapitalismus" (1902); SOMBART, W. "Die Drei National Ökonomien" (1930); "Deutscher Sozialismus" (1934); etc.
143 STAVENHAGEN, G. op. cit. pg. 166.

bunais, nas comunidade da linguagem, de hábitos e de gostos, etc.; coisas todas elas com um importante significado econômico vinculado à natureza comum do território, da raça e da história, e que influem sobre o Estado, pelo menos, tanto quanto ele influi sobre elas".¹⁴⁴

Para HILDEBRAND, a Economia deveria converter-se em uma ciência do crescimento, em uma ciência do desenvolvimento nacional.¹⁴⁵

DIEHL, da corrente social-jurídica da 'Escola Histórica', diz:

"Em todo o sistema econômico de ordem histórica, existem limites determinados, forçosos na estruturação das cotas de distribuição (de rendas). A relação de poder é decisiva dentro desta margem".¹⁴⁶

KNIES nega a existência das leis naturais (com vigência histórica definida) pesquisadas por Roscher e Hildebrand. O fato histórico-econômico-concreto é único e irreproduzível.

SCHOLLER manteve com MENGER o famoso Methodenstreit. Sua posição era de que a teoria deveria fluir da investigação histórica e estatística. Entretanto, tal não poderia ser obtido, como pensavam seus predecessores, apenas pela coleção e justaposição de material histórico-descritivo. Deveria ser desenvolvido um

144 Citado por SAMPEDRO, J. L. "Realidad Económica y Análisis Estructural" Madrid, Aguilar, 1964, pgs. 179/180.

145 NEWMAN, P.C. op. cit. pg. 239.

146 DIEHL, R. "Die Sozialrechtliche Richtung in der Nationalökonomie" Citado por JOHR, W.A. pg. 225.

método genético de conhecimento a partir desta material em pírico. No 'Grundriss' diz:

O método repousa no estudo da variação do comportamento no tempo dos diversos grupos sociais. Estas variações deveriam ser articuladas com as diferenças geográficas, ecológicas e, inclusive étnicas, etc.¹⁴⁷

Para finalizar, SOMBART, que no início de sua carreira foi marxista, terminou-a apoiando o nacional socialismo, em 1934.

Da prodigiosa e incansável produção da 'Escola Histórica' ficou:

- a) sua denúncia de impossibilidade de uma teoria econômica histórica e universal;
- b) sua influência sobre o institucionalismo americano;
- c) o acúmulo de prodigiosa informação histórica-concreta;
- d) uma fonte de inspiração para as correntes de 'underground' acadêmico e movimentos nacionalistas ('underground' da 'periferia').

A Economia Política esteve, pois, sob fogos cruzados. Em linha com sua postura reformadora, toda uma floração de utopistas sugeria reformas com maior ou menor radicalidade. Na medida em que a sociedade plasmada pelo capitalismo industrial criava um quadro social com cores carregadas, os utopistas conseguiam em muitos fundar escolas e em alguns casos influenciar ações políti

147 Ver SELIGMAN, B.B. pgs. 22/9.

cas. O corpo teórico desenvolvido por Ricardo em mãos de Marx se havia metamorfoseado na Crítica da Economia Política como História Teórica do desenvolvimento capitalista. O pessimismo panglossiano de Ricardo era difícil de sustentar e, pior do que tudo, o quadro da primeira metade do século dava razões para confirmar seu pessimismo. A doutrina de livre câmbio/livre comércio, questionada por todos os novos candidatos à industrialização, constituía outra frente de contestação apoiada por poderes nacionais. A controvérsia metodológica revelava pontos fracos em muitos níveis do discurso da Economia Política Liberal.

Necessário criar uma barragem. Muitos foram seus construtores. Say realiza três passos significativos. Com sua Lei opõe-se ao pessimismo malthusiano. Porém, sua contribuição mais importante é enfatizar a componente - ordem natural - da Fisiocracia, diminuindo o significado do utilitarismo benthamista. Say diz: "O importante para os progressos da ciência é que os princípios estejam firmemente deduzidos da observação. A Economia Política não é mais do que uma simples exposição da maneira de se formar, distribuir e consumir as riquezas".¹⁴⁸ E, mais adiante: "A Economia Política nos diz o mesmo que as ciências exatas, compõe-se de um pequeno número de princípios fundamentais e de grande número de corolários ou consequências de ditos princípios".¹⁴⁹ Baixar o tom de reforma e elevar a tonalidade de ciência - propõe Say. O terceiro passo é manejar a idéia de utilidade que recebeu de Condillac. Say não aceitou o valor-trabalho e, ainda que não tivesse colocado com precisão o valor-utilidade, deu o 'mapa da mina'. Bastiat e Dunoyer, na França, seguiram o esforço por contrapor à idéia de uma ordem ilustrada humanizada (utópica), a idéia de uma ordem natural perfeita e

148 SAY, J.B. "Traité d'Économie Politique" pg. XXX. Cf. GONNARD, R. pg. 334.

149 Idem, ibidem. pg. 29. Cf. GONNARD, R. pg. 335.

providencial (igualmente utópica). Bastiat, em "Harmonies Économiques", hipertrofia as vantagens da competição vista como um mecanismo providencial. Nassau Senior contribui para a barragem: os bens que contêm riqueza se caracterizam por sua transferibilidade, sua escassez e sua utilidade. O trabalho incorporado à mercadoria não é fonte e medida de seu valor. Introduce como alternativa a idéia de custo de produção, conceito que permite incluir a produtividade do capital. Nassau Senior introduz a abstenção de consumo como a fonte do capital; a remuneração do capital é o prêmio à abstenção. Dunnoyer afirma que o trabalho não tem valor em si, mas somente na medida em que cria utilidade. Carey coloca que a renda não é a remuneração de 'forças naturais' apropriadas ilegítimamente, mas sim a remuneração dos que a incorporaram ao processo produtivo. Finalmente, é feito um esforço por um corte entre Economia e Política já enunciado claramente na carta de Dupont de Nemours a Say.

PRELOT fala da posição liberal-radical articulada por estes autores: "A idéia fundamental do individualismo liberal está constituída, mais que por noções de liberdade e de indivíduo, pelo conceito de espontaneidade. Os fenômenos econômicos são uma manifestação da natureza: surgem inevitavelmente e se organizam por si mesmos".¹⁵⁰ O pensamento liberal na primeira metade do sec. XIX, ao identificar a Economia Política com a mecânica cósmica, enfatizando a idéia de que "as forças e a lógica que colocou nas coisas, e também na Economia, deviam ser respeitadas"¹⁵¹, ao entronizar a competição, ao optar pelo radicalismo francês em relação ao utilitarismo-pragmático inglês, não foi a ingênuo. Precisava libertar-se de uma componente do liberalismo inicial: a idéia de reforma social. Precisava conservar as reformas já logradas e sepultar, com a divina providência de uma ordem natural cósmica, a onda de contínua proposição de outras reformas.

150 PRELOT, M. op. cit. pg. 31

151 LUCKEN, W. op. cit. pg. 56.

Estava iniciada a idealização da livre concorrência como arquétipo de ordem natural. Porém, da herança da Economia Política Clássica liberal ainda subsistia um item herdado, oneroso à teoria do valor-trabalho.

Isto, já sabemos, foi feito nos anos iniciais da década dos setenta do século passado pela revolução marginalista que os historiadores oficiais do pensamento econômico costumam considerar o marco da análise econômica. Blaug, Hutchison e Schumpeter consideram que a partir de 1870 teve início a adoção generalizada de procedimentos científicos na economia e o fim da etapa ideológica da Economia Política.

Das leis da produção e repartição para o comportamento dos micro-agentes; do valor-trabalho para a Teoria da Utilidade Marginal; da Economia Política à Teoria e depois Análise Econômica, em uma "marcha para a ciência" que já delineamos em partes anteriores deste trabalho.

Não resisto à tentação de registrar o depoimento de um dos mais antigos historiadores do pensamento econômico, que mede o alívio sentido com a revolução marginalista; CANNAN diz, em 1893: "A Teoria da Exploração sustentada por socialistas alemães... deve sua origem à antiga teoria dos salários baseada na subsistência, às confusões acerca da natureza e funções do 'capital' e a uma reação natural contra a tentativa de explicar o juro como uma recompensa de uma ação penosa ou meritória. O movimento em prol da 'nacionalização' da terra sem indenização a seus proprietários, em que Mr. Henry George e outros desgastaram enormes energias, não teria aparecido nunca, provavelmente, se os economistas ricardianos não tivessem apresentado a renda (da terra) como uma espécie de vampi-

ro que absorve continuamente uma parte cada vez maior da produção, e se tivessem classificado a renda e o juro como duas espécies de um mesmo gênero. A loucura de tratar de pôr término à pobreza propondo a confiscação da terra ou atacando outras categorias concretas de propriedade não teria passado despercebida à gente sensata da segunda metade do séc. XIX se a Economia da primeira metade tivesse posto a distribuição da riqueza em seu lugar adequado, em lugar de dedicar-se tão exclusivamente à distribuição da riqueza entre categorias econômicas tais como: 'operários', 'capitalistas' e 'proprietários de terra'... É precisamente em torno destes pontos, nos quais a Economia Política do princípio do séc. XIX é tão débil, que giram as mudanças propostas por socialistas e comunistas".¹⁵²

A partir daquela data a Economia Política sentiu-se 'ciência oficial'. E os reformistas, os que denunciam sua abstração, os que chamam a atenção para o histórico-concreto, para o poder, para o político, passaram para o 'underground'.

Os institucionalistas que mostram o capitalismo das grandes unidades em suas ações mais aparentes: 'underground'; Perroux, que monta sua Teoria da Dominação sobre o conceito de poder: 'underground'; Marchal, que tenta uma taxonomia de estruturas e sistemas: 'underground'; a Copal, levantando a bandeira da industrialização como projeto nacional: 'underground'; etc.

Isto porque: esconder o poder: Ciência; recusar a História: Ciência; otimizar Meios: Ciência; pesquisar o Ótimo: Ciência; diferenciar Modelo de Teoria: Ciência.

¹⁵² CHAMMAN, E. "History of the Theories of Production and Distribution" (1893) Trad. Esp., México, F.C.E., 1948, pgs. 425/6.

Ao terminar este trabalho, não estu certo de haver reconstituído na extensão e na profundidade adequadas as modulações do conceito de Política Econômica pela 'ciência oficial'. Estou, sim, certo de haver subsidiado o debate sobre o tema documentando a seguinte proposição: Não foi por inadvertência que a 'ciência oficial' imprimiu às suas barrocas construções sobre o conceito de Política Econômica a tonalidade irreal; foi, pelo contrário, um ato de bom senso, de sabedoria 'oficial'.

O leitor dirá: - Este autor aceita a hipocrisia. Confesso que ela já me incomodou muito para seguir dando-lhe este prazer. Reservo minha indignação para a escalada sinistra das projeções megalômanas. Quanto ao resto, assumirei a postura de Sancho Pança que, na continuação do diálogo citado em Epígrafe, foi questionado em sua sentença:

"- Mas repare, Sr. Governador, que será necessário dividir o viajante em duas partes, mentirosa e verdadeira; ora: dividido que seja, morre infalivelmente, e desta maneira não se cumpre com o que a lei determina.

"- Ora venha cá, senhor bom homem - retrucou Sancho; ou eu sou um asno chapado, ou o viajante tanta razão tem para morrer, como para viver; porque se a verdade o salva por uma parte, a mentira condena-o igualmente por outra, e sendo assim, como na realidade é, sou de parecer que, consideradas as razões de condená-lo e absolvê-lo, o deixem passar livremente."

BIBLIOGRAFIA

- ACKLEY, G. Macroeconomic theory, (Trad. esp.) México, Uteha, 1965.
- ALEXANDER, S.S. La economía y la planificacion de los negocios in La Ciencia de la economia y las decisiones economicas. Madrid, Tec nos 1962.
- ALLEN, G.C. Economic thought and industrial policy, H.K. Lewis, 1948.
- ARROW, K.J. Social choice and individual values, New York, Viley, 1952.
- AUJAC, H. Une hypothèse de travail: l'inflation, consequence monétaire du comportement des groupes sociaux in Economie Appliquée abr/jun, 1950.
- BAIN, J. Barriers to new competition, Cambridge, Harvard Univ. Press, 1957.
- BARAN, P. A missão do intelectual, Monthly Review, fev., 1961.
- BARAN, P. El compromiso del intelectual, Trimestre Econômico, out./dez., 1961, nº 112.
- BARAN, P.A. e SWEEZY, P.M., Monopoly capital, (Trad. port.), Rio, Zahar, 1966.
- BARNET, R.J. e MULLER, R., Global reach (Trad. port.), Rio Record, 1974.
- BARRE, R. e MARCHAL, A., Economie politique, Presses Universitaires de France, 2a. ed., 1958.
- BAUMOL, W.J., Marginalism and operations research in Review of Economics and Statistics, out., 1958.
- BAUMOL, W.J., Business, behavior, value and growth, New York, Macmillan, 1959.
- BEAUVOIR, S. La pensée de droite, aujourd'hui (Trad. esp.), Buenos Aires, Leviatan, 1956.
- BELL, J.W. The function of government in postwar american economy, in American Economic Review, maio, 1945.
- BÉNARD, J. O método da planificação francesa e sua adaptabilidade aos países em vias de desenvolvimento in Programación del desarrollo económico, Org. Unesco, ESP, México, F.C.E., 1965.
- BERGSON, A. A reformulation of certain aspects of welfare economics in Quarterly journal of economics, 1938.
- BERGSON, A. The social welfare function in Readings in Economic Analysis, Cambridge, Harvard Univ. Press, 1950.

- BERGSON, A. Real national income of soviet Russia since 1928, Cambridge, Harvard Univ. Press, 1961.
- BERLE, A. e MEANS, G. The modern corporation and private property, New York, MacMillan, 1933.
- BERLE, A. The 20th century capitalist revolution, New York, Harcourt Brace, 1954.
- BERLE, A. Power without property: a new development in American Political, New York, Harcourt Brace, 1959.
- BILLY, J. La politique économique (Trad. esp.), Buenos Aires, Eudeba, 1964.
- BLAISDELL, D.C. Economic power and political pressures in Temporary National Economic Committee Monographs nº 26, 1941.
- BOCCHI, S. Dizionario di economia política, Milão, Editorial Castilla, 1956.
- BOULDING, K. Principles of economic policy (Trad. esp.), Madrid, Aguilar, 1963.
- BOULDING, K. The theory of the firm in the last ten years in American Economic Review, dez., 1942.
- BOULDING, K. Implications for general economics of more realistic theories of the firm in American Economic Association Proceedings, maio, 1952.
- BOULDING, K. Welfare economics in A Survey of Contemporary Economics, vol. II, Homewood, Irwin, 1952.
- BOULDING, K. A new look at institutionalism in American Economic Review, maio, 1957.
- BRADY, R.A. Business as a system of power, Columbia Univ. Press, 1943.
- BRATHWAITE, R.B. Scientific explanation, Cambridge Univ. Press, 1955.
- BRESCIANNI-TURRONI, C. Corso di economia politica problemi di politica economica (Trad. esp.), México, F.C.E., 1961.
- BRESCIANNI-TURRONI, C. Einführung in die wirtschafts politik (Trad. esp.), Barcelona, Bosch, 1953.
- BUCHANAN, J.M. The public finances, Homewood, Irwin, 1952.
- BUCHANAN, J.M. Fiscal theory and political economy, Chapel Hill, Univ. North Carolina Press, 1960.
- BURNS, A. The frontiers of economic knowledge (Trad. esp.), Madrid, Aguilar, 1960.

- BURNS, A. The decline of competition, New York, McGraw-Hill, 1936.
- CANNAN, E. History of the theories of production and distribution (Trad. esp.), Mexico F.C.F., 1948.
- CASSEL, G. Theory of social economy (Trad. esp.), Madrid, Aguilar, 1954.
- CHAMBERLIN, E.H. The theory of monopolistic competition (Trad. esp.) Mexico F.C.E., 1946.
- CHENERY, H.B. Politica y programas de desarrollo in Buletin Económico para America Latina, CEPAL, vol. III, nº 1.
- CLARK, J.M. Social control of business, New York, Mc-Graw Hill, 1939.
- CLARK, J.M. Competition as a dynamic process (Trad. port.), Rio Fomense, 1966.
- COHEN, M.R. e NAGEL, E. An introduction to logic and scientific method, Londres, Routhledge e Kegan, 1934.
- COLE, G.D.H. Socialist thought: the forerunners, Londres, MacMillan, 1953.
- COLM, G. La politica de estabilización progresiva in La Ciencia de la Economía y las Decisiones Económicas, Org. Alexander e Colm, Madrid, Tecnos, 1962.
- CUSMINSKY, R.C. Los fisiócratas, Buenos Aires, C.E.A.L., 1967.
- DENIS, H. Histoire de la pensée économique (Trad. esp.), Barcelona, Ariel, 1970.
- DILLARD, D. The economics of John Maynard Keynes (Trad. esp.), Madrid, Aguilar, 3a. ed., 1957.
- DOBB, M. Studies in the development of capitalism (Trad. port.), Rio, Zahar, 1971.
- DOBB, M. Soviet economic development since 1917 (Trad. esp.), Madrid, Tecnos, 1972.
- DOBB, M. Political economy and capitalism some essays in economic tradition (Trad. esp.), México F.C.E., 1961.
- DOBB, M. Introduction to economics (Trad. esp.), México F.C.E.
- DOBB, M. Welfare economics and the economics of socialism - towards a commonsense critique Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1969.
- DOBB, M. On economic theory of socialism, Londres, MacMillan, 1955.
- DOBB, M. Papers on capitalism development and planning (Trad., esp.) Madrid, Tecnos, 1973.
- DOMAR, E. Essays in the theory of economic growth; Oxford Univ. Press, 1957.

- EHRMANN, R. W. La politique du patronat français, 1936/55, Paris, A. Collin, 1959.
- ELLIS, H. S. Survey of contemporary economics, Philadelphia, Blakiston, 1948.
- ENGELS, F. El origen de la familia, la propiedad y del estado, Ed. Claridad, s/d.
- EUCKEN, W. Die grundlagen der nationalökonomie, 1937, (Trad. esp.), Madrid, Biblioteca de la Ciencia Economica s/d.
- EUCKEN, W. Grundsätze der wirtschaftspolitik (Trad. esp.), Madrid, Rialp, 1956.
- FELLNER, W. Competition among the few oligopoly and similar market structures, New York, Kellye, ed. rev., 1963.
- FENIZIO, F. D. Le leggi dell'economia il metodo dell'economia politica e della politica economica (Trad. esp.), Barcelona, Bosch, 1961.
- FERGUSON, J. M. Landmarks of economic thought (Trad. esp.), México F. C. E., 1948.
- FERRATER-MORA, J. Diccionario de filosofia, Buenos Aires, Sudamericana, 5a. ed., 1965.
- FORTE, F. Introdução a política económica (Trad. port.), Lisboa, ed. Presença, 1965.
- FOSSATI, E. Elementi di politica económica razionale (Trad. esp.), Madrid, Aguilar, 1961.
- FRIEDMAN, M. Essays in positive economics, Chicago Univ. Press, 1953.
- FRIEDMAN, M. Price theory: a provisional text (Trad. esp.), Madrid, Alianza, 1966.
- FRISCH, R. Monopoly-polypoly - the concept of force in the economy in International Economic Papers nº 1.
- FRISCH, R. L'emploi des modèles sur l'élaboration d'une politique économique rationnelle. in Revue d'Economie Politique. Set. 1970
- GALBRAITH, J. K. American capitalism: the concept of countervailing Power (Trad. port.), Rio, Zahar, 1960.
- GALBRAITH, J. K. The affluent society (Trad. esp.), Barcelona, Ariel, 1969.
- GALBRAITH, J. K. The new industrial state (Trad. port.), Rio, Civilização Brasileira, 1968.
- GALBRAITH, J. K. Economics & the public purpose (Trad. port.), São Paulo, Martins, 1975.
- GODELIER, M. Rationalité et irrationalité en économie (Trad. port.), Rio de Janeiro, Tempo Universitário, s/d.

- GOLDMAN, M. The soviet economy, myth and reality (Trad. port.), Rio, Forum, 1969.
- GONNARD, R. Histoire des doctrines économiques (Trad. esp.), Mexico, Aguilar, 1948.
- GRAFF, J.V. The theoretical welfare economics (Trad. esp.), Buenos Aires, Amorrortu, 1967.
- GUDIN, E. Princípios de economia monetária, Rio, Agir, 2a. ed., 1956.
- HABERLER, G. Prosperity and depression (Trad. esp.), Mexico, F.C.E. 3a. ed., 1953.
- HABERLER, G. Mr. Keynes theory of the multiplier (1936) in Readings in Business Cycles Theory, Org. A.E.A., Blakiston, 1944.
- HABERLER, G. cap. II In Inflation, International Economic Association (Trad. port.), Rio, Ed. Livro Técnico, 1965.
- HANSEN, A. A guide to Keynes (Trad. esp.), México, F.C.E., 1957.
- HARRIS, S.E. The new economics: Keynes' influence on theory and public policy, New York, Knopf, 1948.
- HARROD, R. Towards a dynamic economics, Londres, MacMillan, 1948.
- HAYEK, F.A. The road to serfdom, Londres, Routledge & Sons, 1944.
- HEILBRONER, R.L. The worldly philosophers (Trad. port.), Rio, Zahar, 1965.
- HEIMAN, E. History of economic doctrines: an introduction to economic theory (Trad. esp.), Buenos Aires, Arayú, 1954.
- HELLER, W.W. New dimensions of political economic (Trad. Port.), Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- HICKS, J.R. in Mr. Keynes and the classics, *Econometrica*, 1937.
- HICKS, J.R. The foundations of welfare economics in *Economic Journal*, dez., 1939.
- HICKS, J.R. Value and capital (Trad. esp.), México F.C.E., 2a. ed., 1954.
- HICKS, J.R. A revision on demand theory, Oxford, The Clarendon Press, 1956.
- HICKS, J.R. e ALLEN, R.G.D. A reconsideration of the theory of value in *Economica*, 1934.
- HICKS, J.R. e HART, A.G. The social framework of the american economy: an introduction to economics (Trad. esp.), México F.C.E., 1955.
- HICKS, U. Public finance (Trad. port.), Rio, Zahar, 1961.
- HILFERDING, R. Das finanz capital (Trad. esp.), Barcelona, Ariel, 1968.

- HOLZMAN, F.D. Income determination in open inflation in Review of Economics and Statistics, maio, 1950.
- HOTELING, H. Stability in competition, Economic Journal, 1929.
- HOTELING, H. The general welfare in relation in Econométrica, jul. 1938.
- HUTCHISON, T.W. A review of economic doctrines 1970-1929 (Trad. esp.), Madrid, Gredos, 1967.
- HUTCHISON, T.W. The significance and basic postulates of economic theory, New York, A.M. Kelley, ed. 1960.
- JACOBY, N.H. El problema de la inflación progressiva in La Ciencia de la Economía y las Decisiones Económicas, Org. Alexander e Colm., Madrid, Tecnos, 1962.
- JAMES, E. Histoire de la pensée économique au XXe. siècle (Trad. esp.) México F.C.E., 1957.
- JEWKES, J. El economista y el cambio economico in Economía y Política, Madrid, Rialp, 1968.
- JOHR, W.A. Theoretische grundlagen der wirtschafts politik (Trad. esp.) Buenos Aires, El Ateneo, 1958.
- JONHSON, H.G. The taxonomic approach to economic policy, Economic Journal, 1951.
- KAHN, R.F. The reaction of home investment to employment in Economic Journal, jun., 1931.
- KALDOR, N. Welfare propositions and interpersonal comparisons of utility in Economic Journal, set., 1939.
- KALECKI, M. A theory of business cycles in Review of Economic Studies, fev., 1937.
- KAYSEN, C. The corporation: how much power? what scope? in The Corporation in Modern Society, org. Mason, E.S., Cambridge Harvard Univ. Press, 1959.
- KEFAUVER, E. In a few hands - monopoly power in America (Trad. Port.) Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1967.
- KEYNES, J.M. The general theory of employment, interest and money (Trad. esp.), México, F.C.E., 3a. ed., 1951.
- KEYNES, J.N. Scope and method of political economic, Londres, MacMillan, 1891.
- KIRSCHEN, E.S. Economic policy in our time (Trad. port.), São Paulo, Atlas, 1975.
- KNIGHT, F.H. Ethics and economic reform, Econômica, nov., 1939.
- KNIGHT, F.H. Professor Parsons on economic motivation in Canadian Journal of Economics and Political Science, ago., 1940.

- KNIGHT, F.H. Freedom and reform, New York, Harper & Brothers, 1947.
- KOOPMANS, T.C. Three essays on the state of economic science, New York, Mc Graw-Hill, 1957.
- KOZLIK, A. Der vergeudungskapitalismus - das amerikanische wirtschaftswunder (Trad. esp.), México, siglo XXI, 1968.
- KUSNETS, S. Postwar economic growth four lectures (Trad. port.), Rio, Fundo de Cultura, 1966.
- LABINI, S. Oligopólio e progresso técnico (Trad. esp.), Barcelona, Oikos-Tau, 1965.
- LANGE, Q. On the economic theory of socialism, New York, Lippincott, 1966.
- LANGE, O. La economía en las sociedades modernas, Mexico, Grijalbo, 1964.
- LANGE, O. Ekonomia polityczna (Trad. port.), Rio, Fundo de Cultura, 1963.
- LAUTERBACH, A. Man, motives and money, New York, Ithaca, 1954.
- LE BON, G. La psychologie des multitudes (Trad. port.), Rio Briguiet, 1954.
- LEKACHMAN, R. Keynes general - theory: reports of three decades, (Trad. port:), Rio. São Paulo Ibrasa, 1968.
- LERNER, A. The economics of control (Trad. esp.), México F.C.E., 1951.
- LEWIS, A. Development planning - the essentials of economic policy (Trad. port.), Rio, Zahar, 1958.
- LIST F. Das nationale system der politischen okonomie (Trad. esp.) México F.C.E., 1942.
- LITTLE, I.M.D. A critique of welfare economics, Oxford, Clarendon, 1950.
- LOWE, A. On economic knowledge - toward a science of political economics (Trad. port.), Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- MAC IVER, R.M. e PAGE, C.H. Society, New York, Rinehart & Co., 1948.
- MACHLUP, F. Marginal analysis and empirical research in American Economic Review, set., 1946.
- MAC PHERSON, C.B. Progrés technique et decision politique in Revue Internationale des Sciences Sociales n° 3, 1960.
- MALANOS, G. Intermediate economic theory (Trad. port.), Rio, Forum, 1969.
- MARCHAL, A. Méthode scientifique et science économique (Trad. esp.) Buenos Aires, El Ateneo, 1957.

- MARCHAL, A. Systemes et structures économiques (Trad. esp.), Barcelona, Ariel, 1961.
- MARCHAL, J. Le mécanisme des prix, Lib. des Medicis, Paris, 1949.
- MARSHALL, A. Principles of economics, 8^a ed. (Trad. Esp.) Madrid, Aguilar, 1954.
- MARX, K. Das kapital (Trad. esp.), México, F.C.E., 3a. ed., 1964.
- MASON, E.S. The corporation in modern society, Cambridge, Harvard Univ. Press, 1959.
- MASSEL, M.S. Concurrencia y monopolio in La ciencia de la economía y las decisiones económicas, Madrid, Technos, 1962.
- MATTHEWS, R.C.O. The trade cycle (Trad. bras.), Rio, Zahar, 1964.
- MEADE, J.E. The stationary economy (Trad. port.), Rio Zahar, 1964.
- MEADE, J.E. Planning and the price mechanism, Londres, Allen & Unwin, 1957.
- MEADE, J.E. A neo-classical theory of economic growth, Londres, Allen & Unwin, 1960.
- MEEK, R.L. Economics and ideology and other essays, Studies in The Development of Economic Thought (Trad. port.), Rio, Zahar, 1971.
- MENDES-FRANCE, P. e ARDANT, G. La ciencia económica y la acción, Paris, UNESCO, 1955.
- MENGER, C. The method of economic science (Trad. ital.), Turim, Utet, 1937.
- MEYNAUD, J. Les groupes de pression, Paris, P.U.F., 1960.
- MEYNAUD, J. L'élaboration de la politique économique (Trad. esp.), Madrid, Technos, 1961.
- MEYNAUD, J. Planificación et politique in Études de Science Politique, 1963.
- MEYNAUD, J. La planification comme processus of decision, Paris, A. Collin, 1965.
- MISES, L.V. The human action (Trad. esp.), Madrid, Editorial Sopec, 1967.
- MITCHELL, W.C. Intelligence and guidance of economic evolution in Authority and the Individual, Cambridge, Harvard Univ. Press, 1937.
- MORGERSTERN, O. The limits of economics, Londres, Hodge, 1937.
- MYRDAL, G. The political element in the development of economic theory (Trad. port.), Rio, Zahar, 1962.
- MYRDAL, G. Value in social theory, Londres, Routledge & Kegan, 1958.

- MUSOLF, L. D. Promoting the general welfare: government and the economy (Trad. bras.), Atlas, 1968.
- NAPOLEONI, C. Il Pensiero economico del '900' (Trad. port.), Lisboa, Presença, s/d.
- NAPOLEONI, C. Dizionario di economia politica, Milão, ed. Di Comunità, 1956.
- NARDI, G. D. Lezioni di economia política, Bari, 1950.
- NELSON, R. e PECK, M. J. e KALACHEK, E. P. Technology, economic growth and public policy (Trad. port.), Rio, Forense, 1969.
- NOVE, A. The soviet economy, an introduction (Trad. port.), Rio Zahar, 1963.
- NEUMANN, J. V. e MORGENSTERN, O. Theory of games and Economic behavior, Princeton Univ. Press, 1947.
- NEWMAN, P. C. The development of economic thought (Trad. esp.), Barcelona, Juventud, 1963.
- ORTEGAY GASSET, J. La rebelion de las masas (Trad. port.), Rio, Livro Ibero-Americano, 1958.
- ORTON, W. A. The economic role of the state, Chicago, Chicago Univ. Press, 1950.
- OZGA, S. A. Expectations in economic theory (Trad. esp.), Barcelona, Labor, 1967.
- PACKARD, V. The waste makers (Trad. port.), São Paulo, Ibrasa, 1965.
- PACKARD, V. Hidden persuaders (Trad. port.), São Paulo, Ibrasa, 1965.
- PAPANDREOU, A. G. Economics as a science (Trad. esp.), Barcelona, Ariel, 1961.
- PEN, J. Moderne economie (Trad. port.), Lisboa, Dom Quixote, 1970.
- PERROUX, F. Pour un approfondissement de la notion de structure, Paris Mélanges Witmeur, 1939.
- PERROUX, F. La macro-decision in *Economie Appliquée* n° 2, 1949.
- PIGOU, A. C. Welfare economics (Trad. esp.), Madrid Aguilar, ps. 52
- PIGOU, A. C. Real and money wages in relation to unemployment in economic journal, 1927.
- POPPER, K. The poverty of historicism (Trad. esp.), Madrid, Taurus, 1961.
- POPPER, K. The open society and its enemies, Princeton Univ. Press, 1950.
- PRADA, V. V. História econômica mundial, Madrid, Rialp, 1964.

- PRELOT, M. La science politique (Trad. esp.), Buenos Aires, Eudeba, 1964.
- RICARDO, D. On the principles of political economy and taxation (Trad. esp.), Madrid, Aguilar, 1955.
- RIVIERE, M. Économie bourgeoise et pensée technocratique (Trad. port.), Rio, ed. Civilização Brasileira, 1966.
- ROBBINS, L. An essay in nature and significance of economic science (Trad. esp.), Mexico, F.C.E., 1944.
- ROBBINS, L. The theory of economic policy (Trad. esp.), Madrid, Rialp, 1966.
- ROBERTSON, D. A revolutionists handbook in Quarterly Journal of Economics, fev., 1950.
- ROBBINSON, J. Freedom and necessity: an introduction to the study of society (Trad. port.), Rio Zahar, 1971.
- ROBINSON, J. Economic philosophy (Trad. port.), Rio, Zahar, 1964.
- ROLL, E. A history of economic thought (Trad. esp.), Mexico, F.C.E., 1942.
- ROOSA, R.V. Politica monetaria y crediticia in La Ciencia de la Economía y las Decisiones Economicas, org. Alexander e Colm, Madrid, Tecnos, 1962.
- ROTSCHILD, K. Price theory and oligopoly in Economic Journal, 1947.
- RUEFF, J. Les variations du chômage en Angleterre in Revue Politique et Parlementaire, dez., 1925, e l'Assurance-chomage; cause du chômage permanent in Revue d'Économie Politique, 1931.
- SAMPEDRO, J.L. Realidad economica y analisis estructural, Madrid, Aguilar, 1964.
- SAMUELS, W.J. The classical theory of economic policy, Cleveland, The World Publish. Co., 1966.
- SAMUELSON, P.A. Foundations of economic analysis (Trad. esp.), Buenos Aires, El Ateneo.
- SAMUELSON, P.A. Interaction between the multiplier analysis and the principle of acceleration in Review of Economic and Statistics, 1939.
- SAMUELSON, P.A. The public theory of public expenditures in Review of Economics and Statistics, nov., 1954.
- SAMUELSON, P.A. Aspects of public expenditure theory in Review of Economics and Statistics, nov., 1958.
- SAMUELSON, P.A. A diagrammatic exposition of a theory of public expenditures in Review of Economics and Statistics, nov., 1955.
- SCITOVSKY, T. Welfare and competition: the economics of a fully employed economy Chicago, Chic. Univ. Press, 1951.

- SCITOVSKY, T. On the principle of consumers sovereignty in American Economic Review, maio, 1962.
- SCITOWSKY, T. The state of welfare economics in American Economic Review, jul., 1951.
- SCHULTZ, C. Recent inflation in the United States, Study Paper nº 1, Joint Economic Committee, Congress of U.S.A., set., 1959.
- SCHUMPETER, J.A. Ten great economists (Trad. port.), Rio, Civilização Brasileira, 1958.
- SCHUMPETER, J.A. Imperialism and social classes (Trad. Port.), Rio, Zahar, 1961.
- SCHUMPETER, J.A. History of economic analysis (Trad. Port.), Rio, Edit. Fundo de Cultura, 1964.
- SELIGMAN, B.B. Main currents in modern economics - economic thought since 1870 (Trad. esp.), Barcelona, Oikos-Tau., 1966.
- SERAPHIM, H.J. Theorie der allgemeinen volkswirtschafts politik (Trad. esp.), Buenos Aires, El Ateneo, 1961.
- SHERE, L. Política tributária in La Ciencia de la Economía y las Decisiones Economicas, Org. Alexander e Colm, Madrid, Tecnos, 1962.
- SIDJANSKI, D. Aclaraciones en torno al proceso de decisión - decisiones cerradas y decisiones abiertas, Separata da Revista del Instituto de Ciencias Sociales, Barcelona, 1966.
- SIMONS, H. Economic policy or a free society Chicago, Chig. Univ. Press, 1948.
- SIMONS, H. Personal income taxation Chicago, Chig. Univ. Press, 1955.
- SLICHTER, S.M. La economía y las negociaciones colectivas in La Ciencia de la Economía y las Decisiones Economicas Org. por Alexander e Colm, Madrid, Tecnos, 1962.
- SMITH, A. An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations. (Trad. esp.), Madrid, Aguilar, 2a. ed., 1961.
- SMITHIES, A. El bienestar economico y la politica in Economía y Política, Madrid, Rialp, 1968.
- SOULE, G. Ideas of the great economists (Trad. esp.), Buenos Aires, Mirasol, 1961.
- SRAFFA, P. The laws of returns under competitive conditions, Economic Journal, dez., 1926.
- STACKELBERG, H.F. von The theory of the market economy, Fairlawn, Oxford U. Press, 1952.
- STACKELBERG, H.F. von Grundzuge der theoretischen volkswirtschaftslehre (Trad. esp.), Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1954.

- STAVENHAGEN, G. Geschichte der wirtschaftstheorie (Trad. esp.), Buenos Aires, El Ateneo, 1959.
- STARK, W. The history of economics in Its Relation to Social Development (Trad. esp.), Mexico, F.C.E., 1961.
- STEINER, G.A. Government's role in economic life (Trad. port.), Rio, Agir, 1956.
- STIGLER, G.J. The theory of prices, New York, Mac Millan, 1946.
- STRACHEY, J. Contemporary capitalism (Trad. esp.), México F.C.E., 1960.
- TAYLOR, O.H. A history of economic thought (Trad. bras.), Rio, Fundo de Cultura, 1960.
- TINBERGEN, J. Economic policy principles and design (Trad. esp.), Mexico F.C.E., 1961.
- TINBERGEN, J. Cap. XXII in Problems in Economic Development (Proceedings of a conference held by the I. E. A.), Londres, Mac Millan, 1963.
- TINBERGEN, J. Planificação Óptima in Programacion del Desarrollo Economico UNESCO/USP (Trad. esp.), Mexico, F.C., 1965.
- TINBERGEN, J. Ontwikkelingsplannen (Trad. esp.), Madrid, Guadarrama, 1967.
- TINBERGEN, J. e EOS, H.C. Mathematical models of economic growth (Trad. esp.), Madrid, Aguilar, 1966.
- TORRES, M. Teoria y practica en la politica economica, Madrid, Aguilar, 1955.
- TRIFFIN, R. Monopolistic competition and general equilibrium, Cambridge, Harvard Univ. Press, 1940.
- TSURU, S. Has capitalism changed? (Trad. port.), Rio Zahar, 1968.
- VINER, J. The short view and long view in economic policy in American Economic Review, vol. 30, mar., 1940.
- VINER, J. Adam Smith and laissez-faire in Journal of Political Economy, vol. 40, april, 1927.
- VINER, J. Bentham and J.S. Mill: The utilitarian background in American Economic Review, mar., 1940.
- VILEY, D. Petite histoire des grandes doctrines economiques (Trad. esp.) Buenos Aires, Nova, 1960.
- WALKER, R. From economic theory to policy (Trad. esp.), Mexico, Aguilar, 1960.
- WATSON, D.S. Economic policy (Trad. esp.), Madrid, Gredos, 1965.

- WEBER, M. Wirtschaft und gesellschafts, grundriss der verstehenden
(Trad. esp.), Mexico F.C.E., 1944.
- WEBER, M. Wirtschafts geschichte (Trad. esp.), Mexico F.C.E., 1942.
- WHITTAKER, E. A history of economic ideas (Trad. esp.), Mexico
F.C.E., 1948.
- WICKSELL, K. Forelasningar I nationalekonomi (Trad. esp.), Madrid,
Aguilar, 1947.
- WIENER, N. God and Golem inc. (Trad. esp.), Mexico F.C.E., 1964.
- WRIGHT MILLS, C. The power elite, New York, Oxford Univ. Press,
1956.
- WRIGHT MILLS, C. The marxists (Trad. esp.), Mexico, Ediciones Era,
1964.
- ZEUTHEN, F. Du monopole bilatéral in *Revue de Économie Politique*,
1932.

Em tempo, incluo:

- MILIKAN, M. a teoria econômica do bem estar e o desenvolvimento
econômico, In *Revista Brasileira de Economia*. ano 12. dez.
1958.